



**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE
EMPRESAS DE SÃO PAULO**

4

DUAS TEORIAS ECONÔMICAS : "CONSUMO" E "RETÓRICA"
SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DO CAMPO CIENTÍFICO DA ECONOMIA NO BRASIL

JOSÉ MARCIO R. REGO

Tese de Doutorado apresentada à
EAESP-FGV, sob a orientação do Professor
Doutor Luiz C. Bresser Pereira, como pré-
requisito para a obtenção do título de Doutor
em Economia de Empresas.

São Paulo, Agosto de 1998.



ABSTRACT

The aim of this paper is to point out the main differences in the reasonings and diagnostics from some brazilian economists. The very strong evidence is that they do not have unanimous answers to quite well defined questions. The Brazilian economist is usually a generalist. As a policy maker, or working in the private sector, or even in the academic career, they are forced to opine about different subjects. In this version we explored the ideas of Paul Singer, Francisco de Oliveira, Antonio Barros de Castro, Yoshiaki Nakano, João Sayad, José Serra, Fernando de Holanda Barbosa, Gustavo Franco, Francisco Lopes, Aloisio Mercadante, João Manuel Cardoso de Mello, José Alexandre Scheinkman. We have tried to identify their experiences, their methods and their opinions about inflation and economic development. We have also explored the divergence and the communication problems in economic discussion. We have emphasized the arguments' variance and eloquence, and the personal judgment.

Palavras Chaves

Economia Brasileira - Centros de Pós-Graduação em Economia - História Econômica - Economia do Desenvolvimento - Inflação - Retórica na Economia - Metodologia - História Oral - Entrevistas.

Key Words

Brazilian Economy - Economic History - Development Economics - Inflation- Rethoric - Methodology - Oral History - Interviews - Economics Graduate Courses

"No diálogo nós estamos realmente interpretando"
Hans-Georg Gadamer in
"THE HERMENEUTICS OF SUSPICION"

ÍNDICE

Introdução	4
Capítulo 1 - Desenvolvimento da Ciência Econômica no Brasil.....	10
Capítulo 2 - Conversas com Economistas Brasileiros.....	112
Capítulo 3 - Retórica na Economia	361
Capítulo 4 - Duas teorias desenvolvidas no Brasil	381
Considerações Finais	420

INTRODUÇÃO

Esta tese dá continuidade a uma outra pesquisa já desenvolvida com financiamento do NPP, que resultou no livro *Conversas com Economistas Brasileiros* com prefácio do Ministro Pedro Malan, livro publicado pela Editora 34 em meados de Dezembro de 1996 e que agora no início de Dezembro de 1997 entra em preparativos para a sua 3o. edição. Esta teve a mesma preocupação da anterior ao escolher uma amostra de economistas que pudesse representar a diversidade que encontramos no pensamento econômico brasileiro.

Em relação à nossa pesquisa anterior no NPP, que se transformou no livro já referido registra o Ministro da Fazenda Pedro Malan : "Excelente iniciativa dos autores e da editora este livro que, em boa hora, é apresenado ao público. Trata-se de uma importante contribuição, não apenas ao debate de idéias como, também, à preservação da memória institucional do País. Referindo-se à precariedade desta memória, Millôr Fernandes teria afirmado, com o misto de humor e seriedade que caracteriza os grandes moralistas, que a cada quinze anos o Brasil parecia esquecer o que havia acontecido nos últimos quinze anos. Felizmente, como em várias outras áreas, isto parece estar mudando no Brasil. A excelente qualidade profissional de inúmeros trabalhos, pesquisas e ensaios que vêm sendo publicadas recentemente, vem atraindo crescente interesse público. As atividades da Fundação Getúlio Vargas tanto em São Paulo, quanto no Rio de Janeiro, têm contribuído para este necessário esforço de preservação da memória nacional....O Conjunto das entrevistas constitui importante leitura e inestimável contribuição para uma radiografia, não só do processo de formação da profissão no Brasil na segunda metade do século XX, como, também, da situação que se encontra hoje, a profissão no país... O leitor verificará por si que há neste livro um riquíssimo material para reflexão, para o estudo do papel da retórica (como arte da persuasão) na profissão, e para uma avaliação, por parte de cada um, da importância (ou falta de importância) que os economistas atribuem a si próprios e à sua profissão ou à sua "ciência", tanto no

Brasil como no mundo" (Malan, in Prefácio à Conversas com Economistas Brasileiros, pg.9).

1.OBJETIVOS E METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO (HISTÓRIA ORAL E RETÓRICA)

O objetivo deste trabalho é apontar importantes diferenças nas apreciações, argumentos e diagnósticos de economistas que desenvolveram atividades de administração, docência e pesquisa de destaque, em alguns de nossos mais renomados centros de pesquisa ou de pós-graduação em economia.(USP, FGV/SP, FGV/RJ, UNICAMP, UFRJ, CEBRAP) A idéia ainda é explorar se eles oferecem respostas diferenciadas para questões econômicas muito bem definidas. Exploraremos diferenças que se expressam também no ferramental técnico e metodológico utilizado. O pressuposto é que no mundo dos economistas, a Retórica ocupa um lugar fundamental, tão importante quanto o realismo de algumas suposições ou a verificação de alguma predição (ver Arida [1984] e Friedman [1953]). No Brasil, estas particularidades são bastante perceptíveis nos que fazem análise econômica e ou que produzem ensaios de economia política brasileira. Assim um tema subjacente à leitura das entrevistas é a exploração das divergências e dos problemas de comunicação na discussão de questões econômicas.

Seguindo a mesma estrutura encontrada em Klammer (1983), o objetivo final desta pesquisa é o de produzir uma série de entrevistas com membros de diversas escolas de pensamento econômico brasileiro, com profissionais que possuem experiências e pontos de vista bastante diferentes sobre a realidade.

Mostraremos como estes analistas e teóricos da economia brasileira iniciaram na atividade de economistas, o porque da escolha da profissão, principais influências, etc. Enfatizamos a percepção da variedade, da eloquência dos argumentos e do papel do julgamento pessoal. Tentamos verificar como falam sobre si mesmos e sobre os outros economistas. As perguntas seguiram uma estrutura lógica comum a todos os entrevistados, mas foram adaptadas conforme o tom e a direção tomada pelas conversas. A maioria dos economistas entrevistados tiveram uma efetiva atuação no desenvolvimento de seus respectivos centros de pós-graduação.

Conhecer melhor o pensamento econômico brasileiro solicita compreender como os economistas conversam, como pensam, quais são suas crenças, idiossincrasias, suas influências, suas vaidades, seus princípios explicativos e referências teóricas. Estes economistas vivenciaram episódios, adquiriram conhecimento, desenvolveram idéias de formas específicas e peculiares. Esses processos, quando "revelados" podem oferecer interessantes perspectivas para pesquisas sobre a história do pensamento econômico brasileiro. É necessário recuperar o arsenal de experiências e conhecimentos que estes profissionais acumularam coisa que poucos estudos (a não ser as auto-biografias) levam em conta. Sabemos que em boa parte da tradição vigente nos cursos de Economia Brasileira a nível de graduação é comum privilegiar a transmissão de um grande volume de informações, normalmente desarticuladas entre si, as vezes pouco significativas do ponto de vista teórico e até mesmo contraditórias, com pouquíssimas referências à história do pensamento econômico brasileiro.

1.2 Metodologia da História Oral

A história das representações, do imaginário social, implica em analisar o passado pelo presente a partir da relação entre história e memória. Isto corresponde a uma visão menos determinista da história. A crítica de que a história oral seria subjetiva em contrapartida à história seriada, objetiva, é uma grande falácia. Mesmo supondo que os 'documentos' são livres de qualquer subjetividade (uma suposição extremamente forte), o historiador deve interpretá-los e neste momento a subjetividade com certeza terá seu papel. Não se trata aqui de subestimar o papel dos documentos escritos, muito pelo contrário. O fato é que a História Oral associada a outros tipos de levantamento de dados pode ser extremamente útil na análise histórica.

Os depoimentos, que aludem aos conflitos políticos, às rivalidades com os pares, as redes de amizade, de partido e de escola permitem recuperar uma história que seria impossível de ser realizada a partir de textos escritos. Os depoimentos, especialmente quando trata da história de vida do entrevistado, vão mais além. Elas entram no mundo das emoções (paixões, ambições, ressentimentos) que nos permite

adentrar nos limites da racionalidade do ator histórico. Ao quebrarmos o esquematismo simplista podemos desvendar as relações entre o indivíduo e a rede histórica. A memória, com suas falhas, distorções e inversões ao invés de representar um problema torna-se um elemento de análise, ao considerarmos uma ampliação da análise histórica que não se limita à análise "objetiva" do fato, mas considera também a memória do fato. Quer dizer, o "présent du passé", torna-se fundamental para explicar o presente a partir da compreensão do passado sob a ótica de quem vivenciou os fatos.

A "história", oral ou escrita, só é acessível por meio da linguagem. A nossa experiência da história é indissociável de nosso discurso sobre ela. Esse discurso tem que ser escrito ou transcrito (se oral), antes de ser digerido como "história". Essa experiência, pode ser tão variada quanto os diferentes tipos de discurso com que nos deparamos na própria história da escrita. Dentro dessa visão, a "história" é não apenas um objeto que podemos estudar, mas também, e até mesmo antes de tudo, um certo tipo de relação com "o passado" mediada por um tipo distinto de discurso. É porque o discurso histórico é atualizado em sua forma culturalmente significativa como um tipo específico de escrita que podemos considerar a importância deste tipo de pesquisa tanto para a teoria como para a história do pensamento econômico no Brasil.

O discurso histórico só é possível quando se pressupõe a existência do "passado" como algo sobre que se pode falar de maneira significativa. A existência do passado é uma pressuposição necessária do discurso histórico. Mas, o discurso histórico, diferentemente do discurso científico, não pressupõe que nosso conhecimento da história derive de um modo distinto para estudar os tipos de coisas que vem a ser "passado" e não "presente". Os eventos, as pessoas, as estruturas e os processos do passado podem ser tomados como objetos de estudo por toda e qualquer disciplina das ciências humanas e sociais e, de fato, até mesmo por muitas das ciências físicas. Na verdade, é apenas na medida em que são passado que essas entidades podem ser estudadas historicamente, mas não é sua condição de passado

que as torna históricas. Elas se tornam históricas apenas na medida em que são representadas como assunto especificamente histórico.

Esta abordagem tem importância para a compreensão histórica na medida em que utiliza, com base na moderna teoria da linguagem, algumas teorias gerais do discurso que podem ser úteis para analisar a escrita histórica e para identificar seus aspectos especificamente retóricos. Hoje é possível reconhecer que no discurso realista, tanto quanto no discurso imaginário, a linguagem é ao mesmo tempo forma e conteúdo, e que esse conteúdo linguístico tem de ser computado entre os outros tipos de conteúdos (factual, conceitual e genérico) que formam o conteúdo geral do discurso como um todo. Esse reconhecimento permite ao analista do discurso histórico perceber em que medida esse discurso constrói seu assunto no próprio processo de falar sobre ele. A noção do conteúdo da forma linguística esbate a distinção entre discursos literais e figurativos e autoriza a busca e a análise da função dos elementos figurativos na prosa historiográfica tanto quanto na prosa ficcional. Filósofos como Quine, Searle, Goodman e Rorty (que influenciou sobremaneira Donald McCloskey na análise retórica da economia) mostraram a dificuldade em distinguir o que era dito do como era dito, até mesmo nos discursos das ciências físicas, quanto mais em um discurso não-formalizado como a história.

Esses trabalhos confirmaram que a linguagem nunca é um conjunto de "formas" vazias esperando para serem preenchidas com um conteúdo factual e ou conceitual, ou para serem conectadas a referentes pré-existentes no mundo, mas está ela própria no mundo como uma "coisa" entre outras e já é carregada de conteúdos figurativos. Isso implicava que as distinções entre a escrita imaginativa e realista e entre o discurso ficcional e factual, em cuja base a historiografia havia sido analisada desde a sua separação da retórica, tinham de ser reformuladas e reconceitualizadas. Antes do início do século XIX, a historiografia era vista como um ramo do discurso oratório e um assunto próprio da teoria da retórica. No entanto, ela foi separada da retórica ao longo do século XIX em consequência do movimento para tornar os estudos históricos mais "científicos". O duplo ataque à retórica, dos poetas românticos, de um lado, e da filosofia positivista, de outro, levou ao desprezo geral

da retórica por toda a alta cultura ocidental. A "literatura" suplantou o discurso oratório, assim como a prática da "escrita" e da "filologia" suplantou a retórica como ciência geral da linguagem.

O exame da linguagem de escritos históricos concretos pode revelar que o conteúdo do discurso historiográfico é indistinguível de sua forma discursiva. Confirma-o o fato de que obras clássicas da historiografia econômica brasileira por exemplo, continuarem a serem valorizadas por suas qualidades "literárias" mesmo muito depois de sua informação ter-se tornado questionada e ou eventualmente ultrapassada. Como ressalta Delfim Netto, (na entrevista a nós concedida, também no âmbito da primeira pesquisa para o NPP) com relação ao *Formação Econômica do Brasil* de Celso Furtado: "o *Formação* do Celso é uma espécie de romance, é um livro extraordinário, por causa da forma, aquela interpretação integral, global, dá uma visão. O Celso Furtado, na minha opinião, transmite uma lógica para a história que é absolutamente fantástica... Fantástica em que sentido? Na verdade a história tem dentro de si o seu próprio desenvolvimento, então aquilo tudo você passa, você vai lendo... o Celso é uma leitura agradável. Ele mistura um keynesianismo frequentemente não permitido, mas de qualquer forma é absolutamente encantador. O livro do Celso é um livro de alta categoria... Cientificamente falando? Não, o que é cientificamente falando? O Celso é um campeão da retórica também. É um campeão do convencimento. Você diz "nós temos sérias dúvidas se as políticas usadas nos anos 30 eram ou não keynesianas", é evidente que não eram, mas não interessa. A interpretação que ele deu, é uma interpretação coerente, ele constrói um multiplicador da economia do ciclo do açúcar. Tudo bem, você quer construir, pode construir, nada impede. Por exemplo, o "Foundation" do Samuelson é científico? Bom, o que é o "Foundation"? Na verdade é o seguinte: um sujeito extremamente competente, também como o Celso um sujeito genial, que é capaz de tirar todas as consequências de um conjunto de axiomas. Então essa noção científica é uma coisa muito delicada no campo da Economia....." (Delfim Netto em *Conversas*). É uma pesquisa sobre retórica e particularmente sobre retórica na economia, mas também e fundamentalmente é um trabalho sobre história oral do pensamento econômico brasileiro. Bem como é, indiretamente, um trabalho sobre teoria econômica.

CAPÍTULO I — DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA ECONÔMICA NO BRASIL

Introdução ao Capítulo I

O estudo sistematizado de economia no Brasil tem início há cerca de 50 anos. A primeira escola de graduação em economia foi criada em 1945, no Rio de Janeiro. Já a história da criação dos cursos de Pós-Graduação é relativamente recente e relaciona-se aos desdobramentos institucionais dos cursos de graduação em Administração, Economia e Ciências Sociais, assim como aos processos históricos brasileiros, particularmente àqueles relativos à implantação das universidades e à construção do Estado Nacional sob a égide do desenvolvimento industrial, administrativo, tecnológico e científico.

Nesta mesma época foram criadas algumas instituições relevantes da economia nacional: SUMOC, Fundação Getúlio Vargas, BNDE. Os institutos de ensino se estabeleceram, inicialmente, objetivando suprir a tecnoburocracia estatal. Acabaram por gerar também os dirigentes das indústrias recém criadas. Assim, desde o princípio, a conexão academia/burocracia econômica foi muito forte. Por exemplo, o corpo docente dos centros que pretendemos estudar sempre ocupou uma posição relevante na burocracia estatal (Duran e Lima [1992]), sendo responsável por uma série de decisões que definem os rumos do país. Por outro lado, certamente as idéias destes pensadores influenciaram sua atividade político-econômica e a sua atividade pode ter influenciado o desenvolvimento dos centros nos quais eram expoentes.

O aprendizado da teoria econômica, tal qual nos é apresentado pelas universidades, tem sido efetuado de acordo com dois modelos distintos. No modelo que Arida (1984) denominou “*hard science*”, o estudante de economia ignora a história do pensamento econômico. As listas de leitura não contém textos escritos há mais do que cinco ou seis anos, com honrosas exceções. Esta visão está associada a existência de uma fronteira no conhecimento econômico. Em contraposição, no modelo “*soft science*” o estudante deve dominar os clássicos do passado, em detrimento da sua familiaridade com os

desdobramentos mais recentes da teoria, supondo que não reexaminar as tradições implica numa perda de conteúdo informacional ao longo do tempo. É claro que estas definições são estilizadas e seria difícil afirmar que uma Universidade brasileira é estritamente “*hard*” ou “*soft*”. No entanto, alguns centros de pós-graduação tendem mais para um modelo do que para outro.

Um dos objetivos deste capítulo é verificar como os centros estudados estariam posicionados com relação aos dois modelos, e como isto influenciou a formação dos seu corpo docente e discente. O problema deve ser colocado sob dois aspectos: a influência dos centros sobre os autores e dos autores sobre o centro. Além disto, este estudo procura associar a criação dos centros à história econômica do país. Veremos como os centros tiveram um papel relevante na história econômica recente do país.

Por outro lado, Economia é uma ciência que se ocupa do comportamento humano. Este comportamento é influenciado por normas que funcionam como restrições internas. Estas restrições podem ser diferentes em função do ambiente, da geografia, da cultura e das instituições dadas. Os economistas brasileiros pensam sobre economia brasileira em função destas restrições às quais também estão sujeitos. Porém, é importante insistir que não é pelo fato de estarem sujeitos às mesmas restrições que os economistas brasileiros devem se comportar uniformemente. O que estamos destacando é que pode existir algum padrão de influência que separe os economistas brasileiros de seus pares norte-americanos ou europeus.

Assim, na primeira parte deste capítulo contextualizamos brevemente o período de criação dos centros. Parte das respostas para as nossas perguntas, sem dúvida, estão na história econômica e institucional dos profissionais que estamos estudando, os economistas. Assim, em seguida, realizamos uma descrição da história institucional dos centros. A partir deste ponto, auxiliados pela análise dos programas e dos participantes dos centros, tentamos classificá-los. A questão da autonomia é analisada a partir da contribuição teórica e prática (especialmente como dirigentes políticos) dos economistas brasileiros em dois campos principais: inflação e desenvolvimento. Finalmente, reforçamos nossas conclusões a partir da análise de uma série de depoimentos de alguns economistas brasileiros relevantes.

Primórdios: 30 - 64

O período de 1935 a 1964 caracterizou-se por promover um gradual e progressivo desenvolvimento das ciências econômicas, articulado ao desenvolvimento das ciências administrativas e das ciências sociais. O desenvolvimento destes campos de saber guardavam íntima relação com o desenvolvimento histórico e econômico brasileiros, ou seja, relacionava-se ao processo de industrialização e de transformação de uma economia de tradição agrário-exportadora - herdada dos tempos coloniais - para uma economia de mercado. Tal transformação se dava sob a influência da conjuntura internacional, tanto do ponto de vista político quanto do econômico. A queda do preço do café e a penúria cambial foram elementos do Brasil da década de 30 que expressaram esta articulação do cenário internacional e de expansão do capitalismo com o cenário nacional, caracterizado pela crise da oligarquia e desenvolvimento industrial emergente.

Entre 1930 a 1945 desenhava-se lentamente um “novo Brasil”, com novos ingredientes e novas categorias da vida política e econômica. Tais fatos são vistos como diretamente relacionados ao advento da Segunda República (30-37) e do Estado Novo (37-45), assim como ao “declínio da economia agrícola, exportadora de bens primários, e a emergência da indústria, como fator dinâmico da economia brasileira”.

O processo de industrialização iniciado na década de 30 e intensificado em 50 gerou elevados índices de crescimento econômico e uma mudança significativa na composição do produto. No período que vai de 1950 à 1974, o Produto Interno Bruto cresceu 514,31%. Mesmo excluindo o período do milagre (70-74), o produto cresceu 258,91%, o que implica numa taxa anual média de crescimento de 6.60%¹. Fica também claro que o setor dinâmico deste crescimento foi a Indústria. A média de participação da Indústria no PIB entre 50 e 54 não era diferente da participação da agricultura. Entre 70 e 74 este quadro está completamente alterado: a Indústria passa a representar 37,63% contra apenas 11,87% da Agricultura. O setor de Serviços não altera significativamente sua participação de cerca de 51%.

Tabela 1: Crescimento Real do PIB e Distribuição Setorial - 1950 à 1974

¹ Se incluímos o período 70-74, a taxa anual média pula para 7.53%. Se considerarmos que entre 1963 e 1965 o crescimento do produto foi muito abaixo da média (0.6%; 3.4% e 2.4% respectivamente) o que, inclusive, permitiu a realização do milagre, nota-se que o crescimento deste período foi realmente extraordinário.

Período	Crescimento Real do PIB	Distribuição Setorial do Produto		
		Agricultura	Indústria	Serviços
50-54	35.68%	24.14%	24.93%	50.93%
55-59	46.69%	20.11%	28.97%	50.92%
60-64	31.74%	16.88%	32.57%	50.55%
65-69	36.88%	13.38%	33.35%	53.27%
70-74	71.16%	11.87%	37.63%	50.31%
acumulado	514.31%	17.28%	31.49%	51.19%

Fonte: Baer (1996); Censos Industriais de 50 à 75

Um dos marcos do início da década de 50 é a criação da Comissão Mista Brasil Estados Unidos (CMBEU)² que acaba por conduzir à criação do BNDE (atual BNDES). Os estudos realizados pela CMBEU foram sistematicamente utilizados no preparo de projetos financiados pelo BNDE, concentrados em industrialização e infra-estrutura. A idéia de crescimento acelerado, que ficou conhecida como *desenvolvimentismo*, atingiu seu ápice em Juscelino. Nos anos JK, o progresso da indústria (especialmente a automobilística³) e da infra-estrutura foi notável. O acelerado crescimento populacional também reforçava este tipo de visão.

O financiamento da industrialização e da infra-estrutura ocorreu basicamente com a participação direta ou indireta do governo. Como o fornecimento de créditos de longo prazo é uma condição básica para industrialização, e os mercados financeiros ainda não eram desenvolvidos o suficiente, tornou-se indispensável a criação de bancos de financiamento. Durante os anos 50, cerca de 70% dos recursos do BNDE financiaram projetos de infra-estrutura e na década de 60 deu-se ênfase à indústria pesada⁴. Nos anos 50, esperava-se que os governos locais e a iniciativa privada garantissem os investimentos necessários para o setor, no entanto, como se demonstrou inviável⁵, o BNDES como co-financiador acabou assumindo parte das ações destas empresas.

Além do BNDE, deve-se destacar o Banco do Nordeste do Brasil, que acabou se tornando o principal financiador da SUDENE, órgão idealizado por Celso Furtado, seu primeiro Superintendente, que pretendia melhorar os problemas de desequilíbrios regionais

² A CMBEU, instalada oficialmente em 19 de julho de 1951, composta por técnicos brasileiros e americanos, pretendia realizar um plano de cinco anos para "reabilitação econômica e reaparelhamento industrial".

³ Cabe destacar a participação do GEIA, Grupo Executivo da Indústria Automobilística, na rápida verticalização da produção automotiva no país.

⁴ Suzigan, Pereira e Almeida (1972)

⁵ A Usiminas e a Cosipa, por exemplo, foram construídas pelos governos estaduais ainda na década de 50.

que estavam se agravando no Brasil do início dos anos 60. Paralelamente, ocorria uma expansão do Banco do Brasil e de diversos bancos estaduais, especialmente o Banco do Estado de São Paulo⁶.

Todas estas instituições (vide quadro I para uma descrição completa) foram os principais locais do governo onde os economistas atuaram durante este período. Estas instituições sempre tentaram manter uma certa autonomia frente às pressões externas, calcadas na “capacidade técnica” do grupo de decisão. A preocupação maior dos economistas deste período era o desenvolvimento, ou melhor, a superação do subdesenvolvimento (Bielschowsky [1988]). Nesta época aparecem importantes correntes do pensamento econômico brasileiro (quadro I). O debate Simonsen/Gudin, talvez seja a primeira manifestação pública do debate teórico que começava a aparecer nas universidades.

Não é por acaso que os primeiros cursos de economia surgem exatamente neste período, em 1945 no Rio de Janeiro com a Universidade do Brasil (atual UFRJ) e em 1946, em São Paulo, com a FEA/USP. As escolas surgem no contexto deste processo mais amplo, identificado muitas vezes como o da modernização do país. Como dissemos, estas profundas transformações políticas, econômicas e sociais estavam ocorrendo desde os anos 30. Na realidade, apenas em 1943 a lei orgânica do ensino comercial referendou o primeiro ciclo do ginasial ou normal como introdutório para o curso comercial básico⁷. Estas duas escolas iriam criar, na década de 60, seus centros de pós-graduação e importantes institutos de pesquisa.

As empresas estatais e privadas demandavam economistas e administradores. A administração federal também carecia de mão-de-obra mais específica. Em 1944 foi criada no Rio de Janeiro a Fundação Getúlio Vargas (FGV) que iria gerar na década de 60 importantes centros de pós-graduação e pesquisa em Economia: a Escola de Pós Graduação em Economia (EPGE) e o Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), presidido por Octavio Bulhões. O seu braço paulista vai gerar, 10 anos depois, a mais importante escola de administração do país, a EAESP. Inicialmente professores da Universidade de Michigan

⁶ Curiosamente, o BANESPA origina-se da mudança de nome, em 1926, do Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo, criado em 1909 para promover a defesa de preços do café.

⁷ É interessante observar que em 1808, decreto do Príncipe Regente, o futuro D. João VI, instituiu a primeira cadeira e aula pública dedicada à Economia Política, indicando o futuro Visconde de Cairu, autor de *Princípio de Economia Política*, como seu professor. Vide Canabrava (1984), pg 23.

lecionavam seus cursos em inglês, que eram traduzidos simultaneamente pelos futuros professores da EAESP. Em 1945, é criada a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) a partir de decreto redigido por Octavio Bulhões, e em 1952, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, que teve Roberto Campos e Celso Furtado como importantes membros.

O aumento da importância dos economistas na elite dirigente está diretamente ligada à criação destas instituições. A interrelação entre a criação de instituições de controle da economia e os centros de estudos de economia é muito clara ao analisarmos este período. Estava também ligada à tendência mundial de regulamentação e planejamento que se estabeleceram de maneira crescente a partir da Segunda Grande Guerra. Além do mais, estava relacionado com o pensamento keynesiano que causava uma verdadeira mudança de paradigma no pensamento econômico mundial.

Apesar da tendência se inserir num quadro de mudanças mundial, no Brasil se deu de maneira particular. Durand (1992) analisa comparativamente a participação dos economistas na elite dirigente. Na França, por exemplo, o controle executivo da economia se deu mais pelos formados nas chamadas “*Grandes Écoles*” como a *École Nationale de Administration*, *École Polytechnique*, etc. As escolas de economia não tiveram a supremacia nesta área. Também nos Estados Unidos os economistas geralmente ocupam cargos de assessoria ou de funcionários burocráticos, sem poder permanecer no cargo público por muito tempo sob pena de perder prestígio acadêmico⁸.

O esforço de Durand é justamente encontrar uma explicação adicional para verificar como as elites dirigentes brasileiras apresentaram e continuam apresentando uma supremacia dos economistas. As conclusões mais gerais da autora são que esta posição dominante está relacionada às características sociais dos pioneiros na ciência econômica, bem como ao trabalho de montagem institucional dentro do aparelho de Estado e nos meios intelectuais e universitários. É interessante destacar que o fluxo não se deu apenas da academia para o serviço público. Altos funcionários do governo e do setor privado acabaram sendo atraídos para o estudo da ciência econômica, em princípio como autodidatas, a partir da sua

⁸ Klammer e Colander (1990).

participação nas decisões econômico-financeiras da nação. Os exemplos mais relevantes deste período são Gudin, Campos, Bulhões e Rangel.

Ao analisar as raízes da instabilidade institucional do regime de 46 a 64, Lamounier *et alli* (1994) aponta-nos que o modelo econômico e político - que se desenvolveu paralelamente ao primeiro período acima referido do desenvolvimento da ciência econômica - nascera sob inspiração e liderança da Getúlio Vargas e sustentou-se sobretudo através do planejamento da industrialização substitutiva das importações. Para esta autor, se por um lado tal modelo nos conduziu ao crescimento, por outro também criou “entraves ao desenvolvimento”, tais como o fechamento da economia, o excesso de intervenção empresarial e regulatória do Estado, inflação crescente e concentração de renda. No plano político, Bolívar aponta para uma democracia instável, aliada à concentração sócio-econômica e tensões na industrialização. A constitucionalidade democrática suspensa e o regime autoritário de 37 a 45 são vistos como precedentes às raízes da referida instabilidade institucional de 46 a 64.

Ainda seguindo Lamounier, os anos pós 30 envolveram centralização do poder e expansão da máquina administrativa (no sentido de uma “ossatura burocrática mais robusta”). Isto se dava diante de um abandono dos cânones liberais da economia agrário mercantil em prol de um fortalecimento do “capital plebiscitário” de Getúlio Vargas e de uma progressiva articulação do projeto nacionalista e internacionalista. O período de 46-64 é visto como de “experimento democrático”, no qual segue curso a “modernização e complexização das estruturas social, econômica e institucional”.

Este desenvolvimento histórico irá determinar, na década de 50, conforme nos salienta Simonsen (1985) uma transformação da industrialização substitutiva de importações de “expediente conjuntural” à uma “doutrina de desenvolvimento”. Assim, na década de 30 a ciência econômica acompanha o desenvolvimento histórico. Nesta década a Economia era uma disciplina que integrava os cursos de Engenharia e Direito - sendo que no primeiro havia a admiração pela matemática e no segundo uma ênfase no caráter histórico. Na década de 40, a ciência econômica já estabelece sua autonomia em relação às escolas isoladas que foram inseridas conjuntamente à ciência econômica e outros campos do saber nas referidas universidades conglomeradas.

Na realidade, as escolas de Economia nasceram dentro de uma controvérsia quanto ao seu sentido. Por um lado, os egressos das escolas de comércio e contabilidade, que não tinha *status* universitário, viam na instituição de um curso universitário de economia a possibilidade de obtenção deste status. Um outro grupo representado principalmente por Gudin e Bulhões acreditavam que as faculdades de Economia deveriam ser orientadas para formação de quadros de dirigentes necessários para a modernização do estado⁹. A visão de Gudin e Bulhões acabou saindo vencedora com a criação da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil.

Esta vitória está relacionada em parte ao grupo social dos membros desta corrente e suas ligações com o poder. O quadro abaixo, extraído de Loureiro (1992), dá uma idéia de como os criadores das universidades de economia no Rio de Janeiro estiveram sempre nos postos-chave da ação executiva do governo. No entanto, não pode-se dizer exatamente o mesmo com relação a São Paulo. Apesar da exposição de motivos para criação de uma Faculdade de Economia e Finanças propor-se a uma “nova experiência cultural”¹⁰, ou seja, definir-se por uma ruptura com as faculdades de comércio, a faculdade de economia da USP, era frequentada especialmente por alunos provenientes de um extrato social mais baixo que haviam frequentado escolas técnicas de comércio e, sem condições de frequentar as escolas de Direito ou Engenharia, aproveitavam a Faculdade de Economia para subir seu *status* social.

O fato do Rio de Janeiro ser o centro político do Brasil permitiu que a orientação inicial dos seus criadores se mantivesse. Isto porque uma boa parte dos formados nas faculdades de Economia podiam encontrar posição nas novas agências de gestão econômica. Além disso, cabe ressaltar o papel da Fundação Getúlio Vargas absorvendo também muitos dos formados através dos seus centros de Estudo.

⁹ A participação de Gudin na criação das faculdades cariocas pode ser encontrada em Borges (1995) e será analisada mais adiante dentro do estudo do caso da FGV/RJ.

¹⁰ Canabrava (1981)

Quadro I: Organismos Governamentais e Instituições de Estudos Econômicos (1930-1964)

Nome/data criação	Principal função	Integrantes a destacar
Conselho Federal do Comércio Exterior (CFCE) (1934-45)	Controle do comércio exterior. Coordenação das atividades econômicas durante o Estado Novo (embrião do Min. do Planejamento).	Jesus Soares Pereira
Seção de Estudos Econômicos/Min. da Fazenda	Assessoria do Ministro Souza Dantas (Estado Novo)	Otávio Gouveia de Bulhões. Eduardo Lopes Rodrigues.
Depto. De Estatística e Estudos Econômicos/Banco do Brasil	Elaboração de Estudos Econômicos e Estatísticos	Casimiro Ribeiro. Aldo Batista Franco, José Nunes Guimarães.
DASP	Controle do orçamento ("superministério do Estado Novo")	Simões Lopes, Arizio Viana, Celso Furtado, Cleanto Paiva Leite
Comissão de Mobilização Econômica (1942)	Organização de recursos econômicos durante a guerra	Valentim Bouças. Lucas Lopes. Glycon de Paiva
Conselho de Planejamento Econômico (1944)	Órgão Consultivo da Presidência (Estado Novo)	Eugenio Gudin, Dias Leite, Jorge Kafuri
Conselho Nacional de Política Industrial-Comercial (1944)	Órgão Consultivo da Presidência (Estado Novo)	Roberto Simonsen
Sumoc/Banco do Brasil (1945)	Controle da política monetária e cambial (embrião do Banco Central)	O.G.Bulhões, Herculano Borges da Fonseca, C.Ribeiro, Dênio Nogueira, Eduardo Gomes Jr., Sydnei Latini, Paulo Lira, Guilherme Pegurier, Basilio Machado
Comissão Abbink (1948)	Debate de problemas econômicos	O.G.Bulhões, Genival Santos
FGV (1944)/IBRE (1951)	Formação de quadros para e gestão econômica. Centro de estudos econômicos aplicados.	S.Lopes, A. Viana, E.Gudin, O.G. Bulhões, Garrido Torres, D. Nogueira, Alexandre Kafka, MH Simonsen, Julian Chacel, Isaac Kerstenetzki
Conselho Nacional de Economia (CNE) (1949)	Órgão Consultivo da Presidência	O.G. Bulhões, Garrido Torres, D. Nogueira
Carteira de Exportação e Importação (CEXIM/BB) (1951)	Controle do Comércio Exterior	S. Lopes, Roberto Campos, C. Ribeiro, G. Torres, A.B. Franco
Comissão Mista Brasil-EUA (1951)	Debate de problemas econômicos	R.Campos, L.Lopes, G. de Paiva, V.Bouças
Assessoria Econômica de Vargas (1952-1954)	Elaboração de estudos e subsídios para as decisões na área financeira	Rômulo de Almeida, J.S. Pereira, C.P.Leite, I.Rangel
BNDE (1952)	Financiamento do desenvolvimento econômico	R.Campos, L.Lopes, G. de Paiva, C.P. Leite, I.Rangel, Américo Barbosa de Oliveira
Cepal/Nações Unidas (1948)	Estudos para a formulação de políticas econômicas para o desenvolvimento da América Latina	Celso Furtado
Grupo Misto BNDE/CEPAL (1948)	Formulação de programas de ação conjunta	Celso Furtado, R.Campos, Anibal Vilela
Grupos Executivos do Plano de Metas do Governo JK (1956-1960)	Elaboração e implementação de programas para o desenvolvimento dos setores econômicos	R.Campos, G. de Paiva, L.Lopes, S.Latini
ISEB (1958-1964)	Estudos e formação de quadros para organismos governamentais ligados	Ewaldo Correio Lima, I. Rangel, R. Almeida, João

O Bacharelado em Economia e a Criação das Universidades

O ensino de Economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro, como faculdade autônoma, iniciou-se oficialmente em 1945, sendo que a Universidade fora criada em 1920. A Faculdade de Administração da USP (FEA) foi inaugurada em 1946, doze anos após a criação da segunda Universidade brasileira em 1934. Já na PUC-RJ o estudo de Economia teve seus embriões em 1932, no Instituto Católico de Estudos Superiores, tendo se desenvolvido de forma regulamentada por lei na década de 40, primeiramente com a criação das Faculdades (1940) e, posteriormente, sob a condição de Universidade (1946). A década de 40 foi decisiva na formalização e institucionalização do estudo da Economia em nosso país. A Economia enquanto ciência ganhava contornos mais explícitos e bem delineados. Às experiências da USP, UFRJ e PUC veio somar-se a Fundação Getúlio Vargas. Fundada em 1944, desde sua origem assumiu importância vital no cenário do desenvolvimento das ciências econômica e administrativa. Após a implantação seguiu-se sua expansão em várias áreas do campo das ciências sociais.

Canabrava (1984) aborda os primórdios do estudo da Economia nas áreas de Engenharia, Direito e Comércio. Menciona a Escola Politécnica de São Paulo (fundada em 1892 como Escola Superior de Matemática e Ciências aplicadas às Artes e à Indústria) e a Escola Politécnica do Rio de Janeiro (fundada em 1858). Em relação à primeira frisa que inicialmente desenvolveu o estudo da Higiene e Economia Industrial, que posteriormente seria substituído pela Economia Política, Direito Administrativo e Estatística. A partir de 1900 aumenta-se o leque de disciplinas afins à economia, tal como Contabilidade e Organização das Indústrias. Já na Politécnica do Rio de Janeiro incluía-se igualmente as disciplinas de Economia Política, Direito Administrativo e Estatística, assim como assuntos relativos à demografia, juros e seguro de vida no ensino da matemática financeira e atuária. Assim, ressalta que “é entre os engenheiros que nos encontramos com uma formação mais aproximada de muitos problemas que estão na base das preocupações do economista, relacionados com a indústria, exploração dos recursos naturais e vários aspectos do

funcionamento da atividade econômica, a que se acrescenta o interesse que assume, para o engenheiro, a dimensão quantitativa, expressa na importância do ensino da matemática”¹¹.

Em comparação com o estudo da Economia no Direito (no qual a prevalência era a do ângulo do jurista) a autora contrapõe a perspectiva das escolas de Engenharia, “cuja preocupação diretriz tendia para os aspectos técnicos”¹². Em ambas áreas, porém, a economia política era vista como parte da formação da cultura geral.

Na área comercial a autora aponta a Academia de Ciências Comerciais do Rio de Janeiro (fundada em 1902), como paradigma do ensino comercial no Brasil. No texto legal os objetivos institucionais eram qualificados como “técnicos”. Não obstante a autora aponta para um número limitado de disciplinas técnicas no curso que conferia grau superior em Ciências Econômicas e Comerciais, enquanto que os cursos de função propedêutica com referência ao superior eram voltados ao interesse prático de formar contadores. No curso superior procurou-se “colocar horizontes largos na consideração dos fenômenos econômicos”, muito embora a ênfase nos estudos de Direito tenha prevalecido em detrimento de uma especificidade do econômico enquanto fulcro do currículo.

Assim, para compreender o processo de criação das Faculdades de Economia, torna-se necessário verificar o processo de criação das próprias universidades. A primeira Universidade brasileira foi a Universidade do Rio de Janeiro, em 1920. Anteriormente à sua criação, o ensino superior brasileiro caracterizava-se pela existência de escolas isoladas. As primeiras foram as escolas médicas da Bahia e Rio de Janeiro, surgidas após a vinda da corte portuguesa ao Brasil. No século XIX foram numerosas as tentativas fracassadas de criação de universidades. Em 1823 a Constituinte do Império quis fundar duas universidades; no regime monárquico houve novas cogitações entre 1823 e 1825.¹³ Segundo Fraga e Siano (1991), citando Souza Campos, houve “aproximadamente trinta tentativas” de criação de universidades no Brasil que afiguraram-se como “sonhos prematuros”: jesuítas, 1553; franciscanos, 1776; Inconfidência Mineira, 1792 ou “projetos inviáveis”: Bahia, 1808; Rio de Janeiro, 1816, 1818, 1823, 1825 e 1826; São Paulo, 1827, etc.¹⁴

¹¹ Canabrava (1984). pg.26.

¹² Canabrava (1984). pg.27.

¹³ Guia de Universidade do Brasil (1955) Divisão de Documentação Estatística e Publicidade.

¹⁴ Fraga e Siano (1991).

Ainda segundo estes autores, o padrão brasileiro de ensino superior teria nascido nas Faculdades e escolas superiores isoladas. Tal padrão seria caracterizado por ser “estrutural e dinamicamente vinculado à organização econômica, social e política de uma sociedade dependente”. O cientificismo nascente implantado por Pombal teria mortificado o processo de autonomização cultural formando, no nascedouro do ensino superior, uma “cultura dependente”. Ou seja, o processo de formação brasileira incluiu relações de dependência não somente no campo econômico, mas também nos campos social, político e cultural. Este tipo de contexto sócio-cultural e político é visto como um dos fatores que teria retardado o nascimento da Universidade do Rio de Janeiro (posteriormente Universidade do Brasil em 1937 e atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro).

O primeiro passo para a criação da Universidade do Rio de Janeiro foi dado em 1915, via reforma do ensino que previa a fusão das escolas isoladas na capital republicana. Em 1920, via decreto, o presidente Epitácio Pessoa concretiza a unificação da Politécnica (que datava de 1874), à Faculdade de Medicina (de 1808) e à de Direito (1891), sob regência do reitor e conselho universitários. Porém, a Universidade continua teórica até 1931, quando, novamente por decreto, o chefe do Governo Provisório congregou em Universidade não somente as escolas supracitadas, mas também as de Belas Artes (1820), Música (1854), Minas de Ouro Preto (1876), Farmácia e Odontologia e a de Educação, Ciências e Letras (então criadas).¹⁵

Para Fraga e Siano (1991) o surgimento da “Universidade Conglomerada” em 1931 atendia aos aspectos conservadores das exigências do processo histórico brasileiro. Tais autores sustentam a idéia de que “a passagem de escola/faculdade de ensino superior para Universidade Conglomerada não alterou o padrão brasileiro de ensino superior”. A Universidade Conglomerada teria substituído e continuado a escola de ensino superior no interior de uma “nova sociedade urbana e urbano-industrial, que se adaptou estrutural e historicamente a uma situação de dependência que lhe era imposta de fora para dentro”. Isto teria dado um caráter “tosco e provinciano” a um ambiente intelectual que privilegiava o

¹⁵ Guia da Universidade do Brasil (1955).

“ensino técnico-profissional liberal”, perpetuando “estruturas precocemente senis” via uma formação técnica e científica que servia-se ao “pensamento político liberal-conservador”¹⁶.

De 1930 a 1965 houve um crescimento do ensino superior (de 30 à 60 foram criadas mais de 338 estabelecimentos de ensino superior) que reforçou e expandiu o tipo de escola superior herdado do passado. Porém, as criações da USP (1934), da Universidade do Distrito Federal (1935) e da UnB não seguiu exatamente o modelo herdado. Por outro lado, também não se impuseram como modelo alternativo dominante.

A conexão do modelo de desenvolvimento das universidades com o pensamento político é discutível. No entanto, é inegável a constatação que, de 1930 à 1965, o país tenha vivido uma ampla expansão do ensino superior que articulava-se à urbanização e industrialização. Podemos relacionar esta expansão à demanda crescente da classe média em ascensão, e ao momento histórico do movimento democrático pós Segunda Guerra e, sem dúvida, ao panorama externo. O capitalismo monopolista de pós-guerra exigia a “internacionalização dos mercados, obrigando as economias periféricas a entrar num processo desenvolvimentista que atendesse aos interesses das potências cêntricas e hegemônicas”¹⁷.

Certamente esta visão de submissão aos interesses externos não era compartilhada pelos principais expoentes que fundavam as instituições de ensino superior em prol do desenvolvimento nacional. Luiz Simões Lopes e a Fundação Getúlio Vargas em 1944, podem ser identificados como protótipos do discurso que se contrapõe à crítica ao desenvolvimentismo. Homem de inegável importância e realização no cenário do desenvolvimento do ensino, pesquisa e tecnologia das áreas de administração e Economia, Simões Lopes foi o porta-voz do discurso que relacionava o árduo trabalho de capacitação técnica, administrativa e científica dos diversos setores das instituições públicas e privadas à possibilidade da conciliação dos interesses do desenvolvimento nacional com os interesses do capitalismo monopolista e suas exigências relativas à internacionalização dos mercados. Patrono e fundador da FGV, “entidade pioneira e a serviço do desenvolvimento nacional.”¹⁸,

¹⁶ Fraga e Siano (1991).

¹⁷ Fraga e Siano (1991).

¹⁸ Costa (1986).

foi um dos propulsores às tentativas de reconstrução da engessada estrutura pública e de estruturação qualificada das instituições privadas então em constituição e expansão.

A USP, criada em 1934, foi vista por Cardoso (1982) como um projeto de um grupo de influência política notável: o “grupo do Estado”. Este era composto por intelectuais orgânicos da oligarquia cafeeira e por uma ala dissidente cujas posições se afirmavam como democráticas e modernizadoras. Segundo a autora, tal grupo via na criação da USP a solução para a “regeneração dos costumes políticos da nacionalidade”, cujo significado seria a “superação da crise das oligarquias”. A almejada “reconstrução nacional” seria diretamente relacionada à “reconstitucionalização do país”. Assim, foi estabelecido o compromisso com Getúlio Vargas. Um dos membros deste grupo, um legítimo intérprete do que Cardoso conceituou como “Comunhão Paulista”, tornou-se interventor federal em São Paulo, viabilizando o projeto da Comunhão.

Tal interventor foi Armando de Salles de Oliveira, que assumiria posteriormente a posição de governador do Estado. Assim, inicia-se a criação da USP. Nesse período, 34 à 37, redefine-se a missão do projeto da comunhão: se de 25 à 30 tal projeto havia se caracterizado pela “regeneração dos costumes políticos” e de 30 à 34 pela “reconstrução nacional”, neste novo período - “criação da mística nacional” - impõe-se uma arrancada da comunhão em busca do poder nacional e da cruzada anticomunista pela defesa da democracia¹⁹. Simultaneamente, a instalação do Estado Novo teria significado a impossibilidade de realização de seu projeto político e ideológico mais amplo, ou seja, o de “formação e reprodução do público novo”, das elites dirigentes, e ao mesmo tempo, a condição de conservação e reprodução do projeto de hegemonia cultural e política de São Paulo e da comunhão dentro da nacionalidade. Assim, a concepção de liberalismo que aceita a intervenção do Estado se desvia em direção de um compromisso com o Estado forte e com a ditadura. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras aparece como lugar de refúgio do espírito crítico enquanto “às demais instituições da Universidade, de caráter profissionalizante, caberia a função de formação e reprodução das elites para os quadros profissionais restritos”.²⁰

¹⁹ Cardoso (1982).

²⁰ Idem.

Vale também ressaltar que na USP a fusão das escolas isoladas - Medicina, Direito e Engenharia - e a criação das novas Faculdades, se deu nos moldes da Universidade Conglomerada, tal qual ocorrera na criação da Universidade do Rio de Janeiro. Já a Pontifícia Universidade Católica foi considerada Universidade a partir de 1945, quando se congregaram as Faculdades católicas de Direito e Filosofia e a Escola de Serviço Social, constituindo a Universidade Católica do Rio de Janeiro. Tal congregação fora precedida pelo Instituto Católico de Estudos Superiores (de 1932) e pela criação das Faculdades (em 1940). Em 1932 o Cardeal Leme, o Ministro Francisco Campos, o Reitor da Universidade do Rio de Janeiro, Leonel Franco e Alceu Amoroso Lima estiveram presentes na inauguração do instituto e, desde lá, já referiam-se ao mesmo enquanto Universidade, ressaltando que o espírito católico é que possibilitaria a sobrevivência da Universidade enquanto tal.

As Faculdades de Economia no Rio de Janeiro

Borges (1995) situa a importância de Eugênio Gudín na estruturação da ciência econômica brasileira. Aponta também para o importante papel de Gudín na regularização dos cursos de Economia no país, na FGV e no Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), que foi criado na Fundação em 1951. A influência de Gudín, formado em Engenharia, se deu na estruturação curricular de vertente neoliberal na ciência econômica, e também de sua vinculação e influência ao nível da ação governamental, seja como ministro de Café Filho, seja por vias indiretas, influenciando e polemizando com outros economistas que igualmente se projetavam nos cenários acadêmico e governamental brasileiros. A atuação de Gudín se dava através de uma postura de “afinidade com os interesses do capital internacional”, ainda que também sublinhe que Gudín fora capaz de fazer críticas à ausência da importância dada à política econômico-agrícola no bojo da exaltação do modelo getulista.²¹

Na realidade, a criação da Faculdade de Ciências Econômicas, que foi realizada por quatro professores fundadores, a saber, Antônio Pedrosa de Lima, Abílio Xavier de Almeida, Francisco D'Auria e Luiz Ravedutti Sobrinho, remonta a 1930. No entanto, os cursos de Economia ainda não eram considerados cursos superiores (apesar de serem posteriores ao ensino técnico e comercial). Assim, o mais antigo estabelecimento brasileiro

²¹ Borges (1995).

de estudo e disseminação dos conhecimentos das ciências econômicas e administrativas foi instalado anteriormente à Reforma Francisco Campos. Tal reforma, realizada em 1931, implicou numa modificação do ensino comercial, possibilitando que o ensino de Economia, que o seguia, se aproximasse do modelo de ensino superior. Neste início, a orientação do curso dava um peso maior às cadeiras de Direito e Contabilidade.²²

Como nos aponta Borges (1995), o estudo de Economia foi inicialmente pensado integrado ao Curso Superior de Administração e Finanças que havia sido previsto pela reforma Francisco Campos. Antes disso, tal estudo compunha simplesmente as disciplinas complementares dos cursos de Engenharia e Direito. Nas palavras de Gudín, “recortadas” por Borges, podemos visualizar o histórico deste período:

“A primeira tentativa de organização de um estudo regular de Economia no Brasil data de 1931, como o decreto-lei que criava o Curso Superior de Administração e Finanças. Até 1931 não havia curso organizado para o estudo especial da Economia teórica e aplicada. Havia uma cátedra de Economia Política na Escola Politécnica e outra na Escola de Direito (...) Nas Faculdades de Direito o ensino era de caráter histórico e doutrinário, sem o sentido pragmático das realidades econômicas. Não se ultrapassavam as idéias e filosofias de Adam Smith, Jean B. Say, Malthus, Stuart Mill, e pouco mais. Ricardo já era considerado rebarbativo, e Marshall, inabordável. Nas Faculdades de Engenharia, que eu cursei no princípio deste século, era o contrário. Ali imperava a admiração pela matemática. Tudo quanto não fosse matemática era olhado com descaso(...). A estruturação do ensino da Economia entre nós não podia deixar de sofrer os impactos contraditórios dessas duas correntes, cuja influência predomina ora no sentido doutrinário geral, ora no sentido matemático”²³

De acordo com Mancebo (1995), nos primórdios de sua existência, a Faculdade de Ciências Econômicas enfrentou uma série de dificuldades institucionais iniciados em 1931 a partir de uma disputa com a Academia de Comércio do Rio de Janeiro. Esta “mantinha um estabelecimento de ensino superior e insistia em utilizar para este, a mesma denominação da

²² Mancebo (1995).

²³ Borges (1995), pg. 268-269.

Faculdade. A peleja teve um encaminhamento judicial, sendo vencedora a Faculdade, pela precedência de fundação”. Aliada a esta dificuldade, outras de maior relevância também se colocavam: verbas escassas, locais inadequados ao estudo, sucessivas mudanças de endereço, ausência de regulamentação da profissão de economista (que se daria somente em 1952).

Em função de tais dificuldades, houve novas tentativas de incorporação da Faculdade a outras instituições. Em 1934 tentou-se incorporá-la à Universidade do Rio de Janeiro (atual UFRJ), detectando-se que a criação de cursos superiores em ciências políticas e de organização bancária e atuarial seriam imprescindíveis a tal tentativa. Para Mancebo, “disputas internas de poder” inviabilizaram tal encaminhamento. A segunda tentativa ocorreu a partir de um acordo entre o Ministério de Educação e Saúde Pública e a Faculdade, novamente no sentido de incorporá-la à URJ, onde ainda não existia o curso de Economia. Conforme Schwartzman (1984), em 1933 havia se formado uma comissão para elaborar o projeto de uma “Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas” na URJ. A segunda tentativa de incorporação da Faculdade de Ciências Econômicas à URJ foi novamente frustrada. A terceira ocorreria em 36, desta vez junto ao estabelecimento de ensino superior então mantido pela Câmara de Comércio e Indústria do Brasil. Somente em 52 é que tal Faculdade incorporou-se à URJ.

Em 1934, contemporaneamente às duas frustradas tentativas de incorporação da referida Faculdade à URJ e apenas um ano após a formação da comissão acima referida, inaugurou-se aquela que viria a se constituir como “Faculdade Nacional de Ciências Econômicas” da Universidade do Brasil. Existente como instituição privada desde 34 (tendo como um de seus professores Eugênio Gudín - que havia feito parte da comissão de 1933), seu curso de Economia foi incorporado à Universidade do Brasil (até 37 Universidade do Rio de Janeiro), em 1945. Tal incorporação foi propiciada pela estruturação do curso de Economia organizado pela lei 7988 de 1945, lei esta da qual, em seu discurso para formandos de 1949 da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, Gudín diz ter sido “em boa parte, responsável”²⁴

²⁴ Borges (1995). pg. 270.

Cabe lembrar o pioneirismo das iniciativas universitária e do estudo e desenvolvimento do campo específico do saber econômico no Rio de Janeiro. Foi nesta cidade que também desenvolveram-se primeiramente os estudos econômicos precedentes a tais iniciativas, ou seja, os primórdios dos estudos econômicos nas áreas do comércio, direito e engenharia. Tais primórdios certamente não foram inócuos no estabelecimento do perfil institucional do ensino econômico da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas.

Em relação à influência da vertente comercial podemos conjecturar que tenha ocorrido de forma mais intensa e palpável na Universidade fluminense do que nas demais instituições que aqui estão sendo consideradas. Isto por que, como aponta Canabrava (1984), o ensino econômico na área comercial teve seu paradigma estabelecido por uma instituição também fluminense, a saber, a Academia Comercial do Rio de Janeiro. Tal influência se deu ao menos como contraponto institucional em torno da disputa pela legitimidade e competência do ensino econômico entre a incipiente academia e as precursoras escolas comerciais. A “vitória” acadêmica propiciou o estudo mais voltado à industrialização do que aos aspectos contabilísticos ou mercantis. Por outro lado, herda-se o pragmatismo profissionalizante da área comercial. Acrescente-se ainda o fato da FEA-UFRJ ter desenvolvido currículos não somente de Administração e Economia, mas também de Ciências Contábeis.

Já a área de Direito deixou forte influência na constituição da Faculdade de Economia. Isto está expresso e manifesto na própria denominação do centro dentro do qual o ensino econômico se desenvolveu, a saber, o Centro Econômico, Jurídico e Social da Universidade (posteriormente CCJE - Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas). Não seria demasiado relembrar que o ensino da Economia na área de Direito esteve tradicionalmente vinculado a uma vertente humanista, mais condizente às perspectivas sociológicas e históricas do que às perspectivas quantitativas e profissionalizantes advindas primordialmente das áreas de engenharia e do comércio.

Gudin explicita esse processo histórico de criação institucional-universitário da ciência econômica. Tal discurso é visto por Borges (1995) como uma propaganda de idéias neoliberais, sob a égide do ideal de preparar economistas para o Brasil. Dizia Gudin: “Eu fui entrando no campo da Economia sem projeto, sem plano. O Dr. Getúlio tem muita responsabilidade nisso. Ele nunca formou uma comissão - e foram muitas - sem me nomear.

Depois, a certa altura, uns amigos vieram buscar-me no escritório para fazer parte do corpo docente da Faculdade que eles queriam fundar, a Faculdade de Economia. Eu não quis, a princípio, mas acabei cedendo (...) por volta de 1934, abriu-se a Faculdade num sobrado na Av. Rio Branco. Era misturado com a contabilidade. Eu era contra a mistura. Depois me fizeram diretor (...). Quando fui diretor selecionei três elementos bons (...): Octávio Bulhões, Dias Leite e Jorge Kingston. Eram três elementos de primeira ordem; injetei-os na Faculdade, fazendo concurso (...). Alguns anos mais tarde, o prestígio dela, como instituição privada, era tão grande, que foi incorporada à Universidade do Brasil”²⁵

Vale também mencionar a visita de Bulhões e Gudin à Faculdade de Economia de Harvard para discussão do projeto da Faculdade de Economia do Rio de Janeiro:

“fui à Conferência de Bretton Woods e na volta, (...) desci em Harvard. Lá existe a Faculdade de Economia e, do outro lado do Charles River, a *Business Administration*. contei aos colegas de Harvard: ‘Estou lutando lá no Brasil para separar a Economia de Contabilidade, mas não querem, querem fazer junto. O que vocês acham? Disseram eles: ‘Não sei se vocês no Brasil têm lá seu Charles River. Se não tiverem, criem um e separem. Eu mandei dizer isto ao Capanema e foi o argumento decisivo para ele mandar executar o que eu tinha proposto”²⁶

Segundo Chacel (1979), discípulo do professor Gudin, ele empenhou-se profundamente em dar ao Brasil um currículo de ciências econômicas. Através disto foi possível promover os fundamentos teóricos necessários à formulação da política de desenvolvimento do pós-guerra. Chacel aponta que no engajamento de tal tarefa, Gudin esteve junto com Dodsworth Martins, Nogueira de Paula, Themistócles Brandão Cavalcanti, Octávio Gouveia Bulhões e Nunes Guimarães, entre outros. Luís Simões Lopes, fundador da FGV, em ocasião da publicação do livro *Eugênio Gudin visto por seus Contemporâneos* também ressalta a importância de Gudin na história da Economia. Para ele “a história da aplicação metodológica, didática e política das ciências econômicas no Brasil está definitivamente marcada por duas épocas: antes e depois de Gudin”. Na sequência de seu discurso, Lopes homenageia-o em nome de FGV, dizendo que esta instituição orgulhava-se

²⁵ Borges (1995). pg. 273.

²⁶ Depoimento de Gudin ao CPDOC em 1979. pg. 89-90.

de ter podido contar com sua participação e “sábios conselhos” desde sua instituição em 1944, qualificando esta como seu “segundo lar”.

Conforme documento organizado por Manoel A.C. Barros Fernandes e Otávio Guimarães Filho, da Divisão de Documentação Estatística e Publicidade da UERJ, a Faculdade de Ciências Econômicas teria sido criada em 38, instalada em 39, transferida à Faculdade de Mauá em 45 (com a extinção da Fundação de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro) e incorporada à UFRJ pelo decreto de 1946. A finalidade apontada é a de “ministrar o ensino superior das ciências econômicas, financeiras e administrativas, contábeis e atuariais com o objetivo de formar profissionais”, além de “contribuir para o progresso das pesquisas relativas aos problemas econômicos e administrativos do país”, via desenvolvimento de uma “alta cultura especializada no campo das ciências econômicas”.

Tais finalidades serão reiteradas na criação da FGV, da USP, da PUC e da UNICAMP, ainda que movida por diferentes atores e diferentes momentos históricos. Na FGV tomarão tais finalidades um caráter de serviço em prol do desenvolvimento nacional, tal como podemos depreender dos discursos ensejados tanto em sua fundação como nos importantes momentos históricos da instituição, tal qual o da inauguração do edifício John Kennedy, nova sede da EAESP, em 1967.²⁷

É possível situar o Serviço Público Civil, através de seu Conselho Federal - cujo presidente empossado em 1936 por Getúlio Vargas foi Luiz Simões Lopes - como o marco do processo de criação da FGV. Segundo o documento elaborado por José Gustavo Costa, a origem deste conselho se dava frente a uma crítica da irracionalidade administrativa brasileira no cumprimento dos programas econômicos e sociais. A crítica combateria o clientelismo, o paternalismo, a morosidade e a inoperância. Calcava-se sobretudo em princípios de racionalidade administrativa e eficiência governamental.

A história administrativa do Brasil relaciona-se à história deste conselho que, em 1937, possibilitou a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Tal departamento teria um papel na modificação administrativa e da execução orçamentária brasileiras, sob as instruções do presidente da República. Na institucionalização do DASP,

²⁷ Costa (1986) e “EAESP: inauguração da nova sede” FGV. 1967.

em sua fase inicial, figuraram os nomes de Maria Bittencourt Sampaio, Maria Paula de Britto, Moacyr Ribeiro Borges, Paulo de Lyra Tavares e Rafael da Silva Xavier.

Porém, a origem patrocinada constitucionalmente e atrelada a Getúlio Vargas não permitia a configuração de estabilidade ao órgão. Ao menos foi esta a percepção de Simões e seus companheiros. Assim, sob a alegação de uma maior estabilidade, assim como de uma opinião de que os objetivos institucionais do DASP deveriam ser ampliados à esfera privada, Simões Lopes foi projetando a criação da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Tal ampliação era pensada em virtude de uma necessidade de maiores entendimentos privados e sua busca seria a de caminhos convergentes em direção a “deficiência governamental” e “desenvolvimento do país”.

Desse modo, ia se configurando uma congregação de esforços dos poderes públicos e entidades particulares para organização racional do trabalho. Para tal, via-se como necessária uma organização que propiciasse o “reprodutivo emprego de capital” nas quais colaborassem conjuntamente os órgãos públicos autárquicos e para-estatais, os governos, os estabelecimentos de economia mista e as grandes empresas, haja vista a insuficiência da organização oficial diagnosticada por aqueles que fundaram e desenvolveram o DASP.

É de acordo com tal diagnóstico e princípios que Vargas decreta autorização ao DASP para criação da entidade proposta. Este tipo de entidade, nos EUA, teria sido comprovadamente importante na estruturação econômica daquele país. Desse modo nasce a Fundação Getúlio Vargas, caracterizando-se por conter objetivos de interesse público numa personalidade jurídica de Direito privado. Tais características lhe possibilitariam a almejada imunidade política, assim como um “afastamento” da busca do lucro, então entendida como nociva ao ensino e pesquisa. Enquanto instituto não governamental e sem finalidades lucrativas, a entidade que então se fundava (visando o recebimento de colaborações, tanto dos órgãos públicos quanto dos setores empresariais emergentes), ia caracterizando-se não somente por um dualismo de instituição pública e privada, mas também por um dualismo nacional e internacional. A instituição nascente buscava uma cooperação técnica-científica nacional e internacional, seja via aperfeiçoamento de docentes no exterior ou pela vinda de professores do exterior para lecionar no Brasil.

Com o objetivo primordial, segundo Costa, de servir à pátria através da aplicação do conhecimento científico no sentido do desenvolvimento brasileiro, desenha-se uma “complexa entidade cultural-filantrópica”, que iria inaugurar uma série de institutos, escolas e centros onde a plasticidade e a multidisciplinaridade incorporaria uma lógica pragmática voltada ao desenvolvimento do país e ao lastreamento, pelo arsenal metodológico, das atividades profissionais de economistas, administradores e psicólogos.

No período de criação da FGV 275 instituições compunham uma congregação que lhe dava suporte: governo federal, os governos de 19 Estados da Federação, seis territórios, Prefeitura do Distrito Federal, Prefeitura Municipal de São Paulo, 39 institutos de Previdência e Caixas de Aposentadoria, 23 autarquias econômicas e sociedades de economia mista, 10 empresas, 68 companhias de seguro e 107 constituidores individuais. Assim, altamente prestigiada por seu patrono, a FGV implanta-se tendo “o objetivo central de promover estudos e pesquisas no domínio das atividades públicas e privadas; dedicar-se à formação, à especialização e ao aperfeiçoamento de pessoal para empreendimentos públicos e privados; constituir-se em centro de documentação para sistematizar e divulgar conhecimentos técnicos e incubir-se do planejamento e da organização dos serviços ou empreendimentos, com o encargo de executá-los ou prestar a assistência técnica necessária”.²⁸

O desenvolvimento institucional da FGV leva à consolidação de diversos programas - o Instituto Brasileiro de Economia em 1951 (IBRE); Escola de Pós-Graduação em Economia - 1966- (EPGE); Instituto de Direito Público e Ciência Política - 1952- (IDPCP); Instituto de Documentação (INDOC); Instituto de Estudos Avançados em Educação (IEAE); Instituto de Recursos Humanos (IRH); Instituto Superior de Estudos Contábeis - 1968- (ISEC); Instituto Superior de Estudos e Pesquisas Psicossociais (ISOP); Escola de Administração de Empresas de São Paulo em 1954 (EAESP); Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP); Escola Interamericana de Administração Pública em 1964 (EIAP); Centro Interamericano de Comercialização em 1967 (CICOM); Cursos de Administração de Empresas (CADEMP); Centro de Processamento de Dados (CPD) - assim como de diversas publicações de periódicos - Revista de Direito Administrativo (DA),

²⁸ Costa (1986). pg 73.

Revista Brasileira de Economia (RBE); Conjuntura Econômica (CE); Arquivos Brasileiros de Psicologia (ABP); Revista de Ciência Política (RCP); Revista de Administração de Empresas (RAE); Curriculum; Informativo FGV; Revista de Administração Pública (RAP); O Correio da UNESCO; Fórum Educacional; Agroanalysis; Finanças e Documentação.

Ainda em relação aos fundadores, vale nomear Luiz Narciso Alves Mattos, que dedicou-se integralmente à fundação do Instituto Brasileiro de Administração e que exerceu importante papel de arquiteto nas grandes unidades da FGV; novamente Gudin, que teve seu nome associado à criação do Núcleo de Economia - o embrião do IBRE - e ao lançamento da Revista Brasileira de Economia e de Conjuntura Econômica e, mais recentemente, à EPGE. Vale mencionar que o fundador da primeira revista foi Arizio de Viena e da segunda Richard Lewinston. Já o conselho diretor contou com Simões Lopes como único presidente e com quatro vice-presidentes: João Carlos Vital, Guilherme Guinle, Eugenio Gudin, Lino Leal de Sá Pereira; José Carneiro Felipe, Mário Augusto Teixeira de Freitas e Rubens D'Almeida Horta Porto.

O núcleo de Economia da FGV foi implantado em 1946. Dele participaram: Eugenio Gudin, Octávio Bulhões, José Nunes Guimarães, Eduardo Lopes Rodrigues, Antônio Dias Leite, João Mesquita Lara, Luiz Dadsworth Martins e Guilherme Pegurier. Os principais objetivos seriam: melhorar as informações e estudos sobre a Economia Brasileira (como pressuposto de avanço da política econômica), tal como as questões da renda nacional e balanço de pagamentos. Para Chacel, Citado em Borges (1995), o núcleo de Economia teria lançado as bases para os estudos quantitativos que levaram a um melhor conhecimento do Brasil. Chacel aponta que tais estudos foram matéria-prima indispensável para a construção das análises do comércio exterior e da estrutura e expansão da economia, assim como elemento central à tomada de consciência em torno das disparidades regionais de desenvolvimento nacional.

Além dos nomes supracitados, Chacel também se refere à presença de outros “atores” no núcleo de economistas, tais como Jorge Kingston e Jorge Kafuri; Chacel sublinha que deste grupo surgiu o impulso para a produção de grande massa de dados empíricos que iriam, posteriormente, exteriorizar os trabalhos do Instituto Brasileiro de Economia. Tais trabalhos são vistos como fundamento e base de boa parte do desenho das linhas da política

econômica brasileira.²⁹ O IBRE foi fundado em 1951 e seu presidente, Alexandre Kafka, foi nomeado por Gudin. A competência deste economista teria sido comprovada em seu trabalho na Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP).

Coube também ao Núcleo de Economia o lançamento dos periódicos *Conjuntura Econômica* que teve sua primeira edição em 1947, sob a direção de intelectuais da “linha desenvolvimentista”, e a *Revista Brasileira de Economia*, com primeira edição em 1948 pela equipe que formaria o IBRE. Segundo Borges (1995, pg. 275), a liderança Gudin-Bulhões teria alijado a tendência desenvolvimentista que inicialmente comandava a linha editorial da *Conjuntura Econômica*, apontando, desse modo, que o próprio interior da FGV “conheceu, no seu nascedouro, a disputa neoliberais x desenvolvimentistas”.

Ao ser implantado e desenvolvido, o IBRE vai se constituindo em importante e reconhecido instituto. Para Costa (1986), um dos “principais centros de Economia da América Latina” e para Borges (1995) uma “sólida divisão de pesquisas econômicas.” O IBRE teria como linha programática principal a temática macroeconômica e a publicação de indicadores econômicos através da *Conjuntura Econômica*. O IBRE, através da seleção por mérito e do envio ao exterior para aperfeiçoamento ou Pós-Graduação dos seus economistas, possibilitou a estrutura para os cursos de extensão e Pós-Graduação em Economia na FGV. Ou seja, o IBRE adotou a receita que fora prescrita pioneiramente no DASP e que seria também posteriormente aplicada na EBAP, EAESP e EPGE.

Desde sua criação, o IBRE desenvolveu vários centros: Contas Nacionais, Estudos Fiscais, Estudos Industriais, Análise Contábil, Estudos Agrícolas, Estatística Econômica, Estudos Monetários e de Economia internacional, Gerência e Economia de Informações e, um centro de estudos que iremos destacar mais adiante como precursor da EPGE, o CAE (Centro de Aperfeiçoamento de Economistas).

A expansão do campo da Economia na FGV se dava paralelamente à expansão dos demais institutos, bem como das escolas técnicas que respondiam às demandas concretas do país. Note-se que o Núcleo de Economia foi fundado em 1946, o IBRE em 1951, enquanto isso surgia em 1949 a Escola Técnica do Comércio (segundo grau profissionalizante, secretariado e contabilidade) e em 1950, o Colégio Novo Friburgo (modelo para

²⁹ Borges (1995), pg. 273.

desenvolvimento de escolas do setor médio ou estudo secundário), assim como os cursos de *Auxiliar de Administração de Empresas* e *Administração de Empresas Comerciais e Industriais*.

Em 1952, a EBAP incorpora os cursos da escola técnica, caracterizando-se como sucessora de uma ideologia de aperfeiçoamento governamental que revestira o ideário da criação da FGV. Vale mencionar também a colaboração do Núcleo de Economia à referida Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, quer seja pelo apoio financeiro e material, pelo envio de um catedrático de Harvard ou pelas bolsas de estudo fornecidas. Estes fatos permitem que se caracterize a FGV como uma “instituição de fronteiras”, articulada às Ciências Sociais voltadas à eficiência governamental e empresarial, assim como às instituições internacionais.

O histórico do estudo de Economia no Rio de Janeiro ficaria incompleto se não abordássemos o caso da Pontifícia Universidade Católica. Notadamente, estas três instituições configuraram-se como os principais polos de desenvolvimento do saber econômico naquela cidade (Rio de Janeiro). Não se faz necessário aqui retomar a relação do desenvolvimento inicial do estudo econômico com o processo histórico brasileiro, haja visto que isto já foi suficientemente considerado em outros momentos. Vale apenas lembrar que o estudo econômico na PUC iniciou-se desde a inauguração do Instituto Católico de Estudos Superiores, em 1932, gémen da Universidade Católica. Como nos atesta Casali (1989), a criação deste instituto, desde seus primórdios, continha a intenção de constituição de uma Universidade, particularmente de uma Universidade que fosse fiel a princípios católicos sensíveis e/ou comprometidos às necessidades sociais.

A partir de apoios progressivos da Igreja Católica e do governo brasileiro, foi possível dar corpo a uma instituição que abarcasse uma elite ao mesmo tempo representante do saber eclesiástico e restauradora da importância do mesmo. Vale também mencionar que tratava-se de imprimir uma característica científica ao tradicional saber católico, particularmente de um espírito científico que não se distanciasse do social, mas que se mantivesse unido ao sentimento das massas. Assim, tratava-se de uma intencionalidade de renovação cultural que era vista como intrinsecamente relacionada à elevação espiritual e cristinização do país.

Se em 1932 foram constituídas atividades nas áreas de Filosofia, História da Filosofia, Economia, Sociologia, Biologia e Literatura e Linguagem, em 1942 já eram reconhecidos oficialmente os cursos das Faculdades de Direito e de Filosofia. Em 1946, juntamente com a Escola de Serviço Social, estas faculdades serão congregadas sob a forma de Universidade Católica. Neste processo a formação humana voltada ou comprometida com uma missão social era frequentemente lembrada.

Em 1940, Leme nomeia Leonel Franco e Alceu Amoroso Lima para angariar recursos e fundos para a Universidade, assim como preparar seus estatutos e a fundação da sociedade civil mantenedora da mesma. No mesmo ano, em solenidade onde são lidas as cartas pontificias que historiavam o trabalho de Leonel Franco e Alceu Amoroso Lima, Dom Leme é incumbido de organizar a Universidade. A leitura dos estatutos de sociedade civil concretiza a fundação das Faculdades católicas congregadas. Na ocasião da criação das Faculdades, Dom Leme recebeu apoio de Vargas, conforme Casali (1989). Ao espírito católico desejado e visto como equivalente ao universitário, somava-se a idéia de “formar elites não dissociadas mas unidas de espírito ao sentimento das massas”.

As Faculdades de Economia em São Paulo

Canabrava (1984) relaciona o surgimento do ensino oficial de Economia e Administração com a “modernização” estrutural do período. Como foi apontado anteriormente quando abordávamos a criação da FGV, as organizações governamentais e privadas suscitavam demandas de novos quadros especializados no trato dos fenômenos econômicos (e também administrativos). Canabrava retoma a noção de um complexo de mudanças envolvendo a industrialização e novos desenvolvimentos populacionais e sociais, a referida demanda de novas especializações profissionais, o sistema educacional e a expansão do ensino médio, como condições sob as quais evoluiu historicamente o ensino de Economia e Administração.

A autora aponta a Grande Depressão como *point tournant* no comportamento da economia brasileira (perda do dinamismo da expansão econômica com base na agricultura; deslocamento das rentabilidades e lucratividades para as iniciativas de estabelecimento de indústrias; desenvolvimento do mercado interno); a ação estatal nos investimentos públicos e subsídios à infra-estrutura e indústria básicas nos anos 40; o estabelecimento do padrão

oficial do ensino superior em Economia e Administração em 1945; a inauguração da usina de Volta Redonda em 1946 como marco-símbolo da história da industrialização brasileira (acelerando o processo de integração e diversificação); o crescimento ininterrupto da população brasileira entre 1900 e 1950 (associado à expansão da demanda interna); o desenvolvimento das camadas médias urbanas como elemento dinâmico do setor terciário e como fator de influência para os novos desenvolvimentos educacionais e econômicos.

O crescimento da cidade de São Paulo, que de cidade comercial (entreposto e elo de ligação entre o porto de Santos e as culturas cafeeiras do interior) passa a figurar por volta de 1940 como segunda cidade brasileira em número de habitantes (ultrapassada apenas pelo Rio de Janeiro), assim como uma cidade industrial e de importância central no que tange às atividades econômicas. A criação da Faculdade de Economia e Administração da USP em 1946 reflete e ao mesmo tempo influencia este conjunto de desenvolvimentos ou desdobramentos históricos e institucionais.

As linhas de ação do poder público voltadas para o planejamento e política econômica nacionais, os processos tecnológicos e os problemas de mercado que envolviam a crescente industrialização e os referidos desenvolvimento de instituições de ensino superior em economia e demanda de técnicos e engenheiros, são lembrados por Canabrava que, igualmente a outros autores aqui mencionados, irá caracterizar a mentalidade da classe dirigente pelas noções de desenvolvimentismo e nacionalismo.

Canabrava também afirma que a fundação da própria Universidade nos anos trinta teria sido um “prenúncio da emergência do Brasil moderno”. Cabe lembrar as considerações de Cardoso apontadas anteriormente, particularmente as que se referem à relação da criação da USP à regeneração dos costumes políticos da nacionalidade, à reconstrução nacional passando pela “reconstitucionalização” do país e à criação da mística nacional pela chamada “Comunhão Paulista” (influyente grupo paulista), no sentido da busca do poder nacional e da “cruzada anti-comunista” pela defesa da democracia³⁰. A perspectiva de Cardoso é crítica e contrapõe-se àquelas que viam nos referidos desdobramentos históricos brasileiros uma autêntica modernização no sentido de um desenvolvimento econômico-social global, ou

³⁰ Cardoso (1982), pg. 23-34.

seja, tanto do país quanto da real transformação das disparidades de renda sociais e regionais.

Com a reforma do ensino comercial em 1931 deu-se ensejo à nova formulação do ensino econômico. A despeito dos aspectos técnicos, profissionalizantes administrativos e jurídicos que iam paulatinamente dando contorno a uma especificidade pragmática do saber econômico na área comercial, nas diversas entidades de ensino superior no raiar dos anos 30 (Medicina, Engenharia, Direito, Agronomia, Farmácia e Odontologia), havia uma formação intelectualista e universalista de influência européia (visão enciclopédica e ecumênica do saber) que contradizia-se com os objetivos práticos, profissionalizantes, de conteúdo técnico e de ciência aplicada que foram também igualmente propugnados no âmbito da Engenharia. Por outro lado, também no fato da área comercial acoplada ao estudo econômico havia uma espécime de “reliquia do pensamento colonial, quanto ao primado do setor mercantil” que subexistia de forma latente, a despeito das reformulações.³¹

Assim, neste jogo de continuidades e rupturas criou-se em 1934 na USP o Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais, que não chegou a ser instalado. Figurava como objetivo “promover a alta cultura econômica e comercial e fornecer preparação científica para as profissões e ofícios de direção, atinentes à atividade econômica e comercial”.³² Ao lado das continuidades e rupturas que vinha sofrendo a vertente tradicional da economia vinculada ao comercial (expressa na criação/não instalação do referido instituto na USP), no Curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras desta mesma Universidade, constituiu-se uma outra vertente do estudo da economia política: a vertente do econômico vinculado ao sociológico.

Foi a partir do confronto destas várias vertentes e das condições históricas acima referidas que instituiu-se a Faculdade de Economia e Administração da USP em 1946. Junto dela expressava-se uma nova vertente: aquela voltada para intervenção no desenvolvimento econômico do país nas órbitas públicas e privadas. Esta nova dimensão do ensino econômico na USP, compartilhada pela então recente FGV, refletia a referida mentalidade dos dirigentes do país, caracterizada pelo desenvolvimentismo e nacionalismo.

³¹ Canabrava (1984). pg.29.

³² Canabrava (1984). pg.29.

Em 1963, Dorival Vieira irá reatualizar os discursos relativos à aplicação dos resultados das pesquisas econômicas em prol do planejamento econômico empresarial e governamental. Se inicialmente tal discurso propiciou a criação das faculdades de economia e administração, neste contexto ele é retomado no sentido de propiciar o reforço de tal desenvolvimento inicial via implantação de cursos de Pós-Graduação. Termos como: desenvolvimento nacional, desenvolvimento de pesquisas e tecnologia, desenvolvimento econômico e aperfeiçoamento, são novamente considerados. A importância do econômico na evolução das estruturas e processos sociais é novamente utilizada para justificar o desejado incremento dos estudos de economia, finanças e administração. Restaria indagar se estes desenvolvimentos realmente atendiam aos imperativos ainda hoje vigentes de uma evolução da estrutura social (preocupação esta presente na vertente sociológica do saber econômico), ou se correspondiam ao modelo econômico de desenvolvimento engendrado por Getúlio e incorporado pela ideologia do regime militar que estava por vir.

Em 1952 começava a se projetar a EAESP, a partir de uma missão universitária norte-americana (Universidade de Michigan) e o envio de corpo docente aos Estados Unidos para obtenção do título de Mestre em Administração de Empresa. Tal iniciativa fora propiciada pelo convênio de 1953 entre a FGV e a *International Cooperation Administration*, que deu origem à *Agency for International Development* (AID). A criação da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP) em 1954 foi precedida pela criação da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) em 1952.

Nos seus primeiros dez anos de existência, a EBAP prestou relevante esforço na introdução do ensino universitário regular e sistemático de Administração no cenário brasileiro. Seu reconhecimento oficial em 1962 impulsionou este papel de contribuição ao ensino da administração no país. Foi a partir desta época que houve uma rápida multiplicação de cursos, escolas e institutos de administração em todo o território nacional, tanto nas universidades oficiais como nos estabelecimentos universitários privados.

Se por um lado a criação e o desenvolvimento da EBAP influenciou o desenvolvimento de outras instituições de ensino, por outro ela veio marcar um importante passo dentre os desdobramentos institucionais da FGV. Como nos atesta Costa (1986), pelo intermédio da EBAP a Fundação passou a dar maior dimensão à sua participação

internacional. Desse modo, contribuiu ponderavelmente para o surto de crescimento da Fundação na década de 50 e início dos anos sessenta.

Após a criação da EBAP, o Instituto Brasileiro de Administração (IBRA) voltou-se para o encaminhamento de outra prioridade do ideário e projeto da Fundação: a criação de uma escola dedicada à Administração Empresarial. Desde 1951 o IBRA já havia concluído documento que continha as bases da nova escola. Tal documento enfatizava “a necessidade de se buscar a ampla contribuição da comunidade empresarial” assim como a implantação de “métodos de ensino pragmáticos e dirigidos à realidade do contexto brasileiro”³³. Assim, partindo do ideário institucional de atuar captando as necessidades e as respostas dos sistemas governamental e empresarial instituiu-se a EBAP e deu-se os primeiros passos para a constituição da EAESP.

Durante os anos de 1951 e 1952 o IBRA, com o apoio e atuação de Simões Lopes, teceu compromissos de cooperação estreita e de adesões junto a camada empresarial visando a elaboração do projeto de instituição da EAESP. Em maio de 52 organizou-se no Rio de Janeiro uma reunião na qual “pessoas proeminentes dos meios governamentais e empresariais” discutiram publicamente as idéias que iam se elaborando em torno do referido projeto. Novamente em agosto deste mesmo ano organizou-se um outro painel de debates sobre a nova escola. Desta vez o encontro se deu em São Paulo, contando com o apoio do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT). Várias autoridades - administrativas, políticas e educacionais - compareceram a tal evento, dentre as quais destacou: Lucas Nogueira Garcez (governo de São Paulo), João Carlos Vital (prefeito do Distrito Federal, porta-voz do parecer favorável do presidente Getúlio Vargas), Armando Arruda Pereira (prefeito de São Paulo), João Pinheiro Filho (presidente do Conselho Nacional de Economia), Brasília Machado Neto (presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo) e Antonio Deusate (presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). Em novembro de 1952 Simões Lopes aprova o referido projeto. Ou seja, após o endosso da classe dirigente do país, tanto do setor público quanto do privado,

³³ Costa (1986). pg.54-55.

viabilizou-se os primeiros passos para a implantação do então desejado e esperado “centro moderno e proeficiente de preparação para dirigentes empresariais”³⁴.

A montagem do sistema acadêmico e do quadro de professores colocou-se como primeiro objetivo a ser alcançado. Para tal tarefa, a partir dos recursos do já referido acordo que a Fundação celebrou em 1953 com a Internacional Cooperation Administration, veio ao Brasil uma missão norte-americana composta por professores procedentes da Universidade Estadual de Michigan, ou por ela recrutados, com o intuito de esquematização do sistema acadêmico. Por outro lado, a Fundação selecionou um grupo de docentes outorgando-lhes a missão de conquistar o grau de mestre em Administração de Empresas em universidades americanas.

Assim, em 1954, cumpridas as etapas preparatórias aqui descritas - adesão do sistema empresarial e asseguramento da formação de um grupo de professores capacitados - foi instalada pela fundação a Comissão Consultiva da EAESP. Conforme o documento que registra os discursos da inauguração da nova sede (que ocorreria em 1967), a criação da EAESP em 1954 contou com apenas dez professores brasileiros, sendo em sua maioria assistentes da referida missão universitária americana. Neste ano iniciou-se o Curso Intensivo de Administradores, com 39 alunos. No ano seguinte - 1955- deu-se início ao Curso de Graduação. Costa (1986) ressalva que este curso fôra designado primordialmente como Curso de Formação Universitária. Este autor considera que ambos os cursos obtiveram expressiva receptividade no meio empresarial, apontando para o fato do I Curso Intensivo de Administradores ter contado com três presidentes, treze diretores e oito gerentes de empresas dentre seu total de integrantes.

Ainda em relação ao período da fundação da EAESP, Curado (1994) cita os nomes de Luiz Alves Mattos, Geraldo José Lins e Newton Tornaghi como responsáveis pelo desenvolvimento do projeto de criação da EAESP a partir de 1951. Este grupo teria sido designado por Simões Lopes, sendo o primeiro sob a condição de coordenador e os outros dois - ambos engenheiros e oficiais da marinha que haviam estudado Administração de Empresas nos EUA - sob a condição de assistentes. Segundo a referida autora, coube a este grupo a articulação do convênio da CAPES com o governo americano, assim como a

³⁴ Costa (1986). pg.57.

seleção dos primeiros professores assistentes via concurso. A este grupo originário veio somar-se outros dois - a dita “missão americana” e os professores-fundadores - sendo que este conjunto foi denominado por Curado como dos “dédalos da EAESP”, dada a sua importância no delineamento dos padrões culturais-institucionais vindouros que foram por ela identificados.

Em relação à missão americana a autora cita como os quatro primeiros professores os nomes de Leonard Rall, Uly Johnson, Fritz Harris e o chefe Karl Boedecker. Coloca também que a missão americana permaneceu na EAESP até 1968 - durante 12 anos - “acompanhando e assessorando planos para o desenvolvimento da escola na condução de pesquisas e introdução de novos métodos de ensino”³⁵. A autora também relembra que em 1974, por ocasião da comemoração dos vinte anos da escola, todos os professores da missão compareceram, com exceção de Karl Boedecker, então falecido e homenageado pela instituição (a biblioteca leva seu nome).

Em relação aos professores selecionados, o primeiro concurso se deu no final de 1953, seguindo-se dois outros. Apesar do primeiro grupo ser cronologicamente o fundador, os outros dois, dada sua importância, também merecem ser assim considerados. O primeiro grupo selecionado era composto de oito professores, a saber: Antonio Agarita da Silva, Gustavo de Sá e Silva, Ivan de Sá Motta, Kurt Ernst Weill, Luiz Felipe Valle da Silva, Raimar Richers, Roberto Gusmão e Wolfgang Schoeps. Deste grupo, seis seriam treinados pelos professores da missão e encaminhados para os EUA para serem responsáveis por disciplinas específicas de Administração, enquanto outros dois teriam a incumbência de ministrar as disciplinas básicas do curso.

O segundo grupo foi composto por Bruno Guerreiro, Carlos José Malferrari, Juozapas Zemaitis, Orlando Figueiredo e Rui Vianna Braga. No terceiro grupo selecionado surgiu a primeira professora da escola: Polia Lerner Hamburger. Tal docente posteriormente consideraria - ao realizar uma avaliação da cooperação internacional para a criação da escola - que a implantação da mesma se deu sob uma filosofia de “orientação generalista” (à la

³⁵ Curado (1994), pg.14.

Harvard) em oposição a uma tendência à especialização, e através de um “esforço para a formação de todo um corpo docente”.³⁶

Após a fase de implantação, a EAESP viveu seu ciclo de expansão entre 1956 e 1964. Neste período as atividades de ensino foram multiplicadas e realizaram-se os primeiros ensaios ao nível da pós-graduação. A expansão tomou uma proporção tal que sua sede tornou-se “sério fator de estrangulamento de suas atividades”³⁷. Com a ajuda substancial do governo americano viabilizou-se a edificação e inauguração da nova sede no final do ano de 1967, assim como da continuidade das atividades em constante desenvolvimento. Esta nova sede foi batizada como “Edifício John Fitzgerald Kennedy”, homenagem que relacionava-se diretamente ao apoio financeiro recente e indiretamente aos apoios dispensados ao longo da história institucional da fundação que foram aqui abordados.

Maturidade: 1964-1979

A suspensão do processo democrático em 1964 significou um rompimento profundo com os valores políticos e com as instituições vigentes. A reforma do sistema financeiro que se segue substitui a SUMOC pelo Banco Central e cria a correção monetária. É nesse bojo que surgem os primeiros centros de pós-graduação do país: o Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE) em São Paulo e a EPGE no Rio, com os principais expoentes, respectivamente, Antonio Delfim Netto e Mario Henrique Simonsen.

Nos anos 60 o Estado expande a sua participação na economia nacional, aparecendo em áreas como a Habitação com a criação do BNH em 65. No Governo Geisel, no início dos anos 70, o programa de substituição de importações e expansão de exportações fora financiada por um aumento da dívida externa.

Em 1966 surgem os primeiros cursos de Pós-Graduação em Economia. Obviamente que tal desenvolvimento acadêmico viria responder a novas demandas. Não mais àquelas relativas a industrialização e urbanização incipientes, mas sim aos problemas derivados de tais desenvolvimentos assim como à necessidade da evolução da formação básica em Economia no sentido das resoluções dos problemas constituídos ao longo da adoção do referido modelo econômico brasileiro.

³⁶ Serra (1990).

³⁷ Costa (1986), pg.58.

Um fato relevante em 1966 foi o encontro de Itaipava. Com a presença de Delfim Netto, Reis Velloso, Simonsen, Conceição Tavares, entre outros, este encontro é sem dúvida crucial no processo de mudança do sistema de ensino em Economia. Em 1968, a reforma educacional deflagrada imprimiu modificações substanciais no ensino universitário brasileiro. Paralelamente à criação dos centros de pós-graduação verifica-se um aumento da produção acadêmica com a criação de novas revistas e de diversos centros de pesquisa.

É claro que estas modernizações ocorrem dentro de um processo mais amplo. No entanto, é importante notar que, como colocam Durand e Lima (1994), a utilização de padrões teóricos e metodológicos vigentes no exterior, em especial dos países anglo-saxões, levou a uma “internacionalização” da ciência econômica. Este processo gerou uma crença cada vez maior na formação acadêmica como condição para o reconhecimento do status profissional e à crescente matematização da disciplina como meio de superação dos problemas de linguagem (Coats [1992]).

O primeiro curso oficial de Pós-Graduação em Economia foi implantado na Fundação Getúlio Vargas em 1966, a Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE). A implantação do segundo curso de Pós-Graduação só ocorreu após a reforma universitária de 1968, com a criação da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, em 1974. Em 1977 foi implantado o Curso de Pós-Graduação em Economia do Setor Público na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Dois anos depois, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi criado o Instituto de Economia Industrial, marco de implantação do ensino e pesquisa pós-graduados em Economia daquela instituição.

Em 1984 é criado o Instituto de Economia da UNICAMP, oficializando-se o ensino de Pós-Graduação nesta área enquanto atividade autônoma às originalmente desenvolvidas enquanto departamento do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). É somente em 1989 que a Fundação Getúlio Vargas, através da Escola Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), implanta oficialmente seu programa de mestrado em Economia de Empresas (anteriormente uma das áreas de concentração de mestrado em Administração de Empresas).

A cronologia da implantação oficial dos programas de mestrado da referida área deve ser compreendida enquanto uma referência, haja vista que os embriões e germes dos

referidos programas não coincidem exatamente com a data da implantação oficial. Dito em outros termos, a cronologia acima carece de precisão se levarmos em conta, por exemplo, que a criação da FIPE (em 1974) foi precedida pela criação do Instituto de Pesquisas Econômicas em 1964; que atividades de mestrado em Economia na UNICAMP foram originalmente desenvolvidas no Departamento de Economia e Planejamento Econômico do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFICH) desde 1974 (portanto dez anos antes da criação do Instituto de Economia); que a criação do Mestrado em Economia de Empresas da EAESP foi precedida pelo desenvolvimento da área de concentração homóloga, desde 1974, no interior do Curso de Mestrado em Administração de Empresas da mesma escola.

Ademais, o desenvolvimento dos programas de Pós-Graduação dos institutos, escolas e fundação acima referidos se dá no interior de instituições nas quais o estudo de ciência econômica e das áreas afins - Administração, Sociologia, Direito, História e Política - se estabeleceu em décadas distintas, tendo portanto diferentes e singulares antecedentes e percursos históricos.

Ou seja, se por um lado temos a cronologia dos institutos, escolas e fundações de Pós-Graduação em Economia, por outro temos a cronologia das instituições dentro das quais estes foram sendo implantados, expandidos e consolidados. Iremos também apontar para a variância em torno da relevância dada aos aspectos históricos e técnicos pelas referidas instituições que possibilitaram a evolução da ciência econômica brasileira. Ao fazê-lo procuramos explicitar as concepções de desenvolvimento e as visões da realidade econômica brasileira embutidas nestas diferentes instituições. Por fim, estaremos fomentando a discussão do final do trabalho em torno da existência e/ou autonomia do pensamento econômico brasileiro, assim como de uma possível natureza eclética do mesmo.

Entre 1979 e 1980, o país experimentou sua última tentativa de ignorar a crise externa. A política econômica concentrou-se basicamente no controle da taxa de juros, maior indexação de salários, seguida de desvalorização cambial com prefixação da correção monetária. Os problemas na balança comercial e a inflação, alcançando a casa dos três dígitos ao ano, levariam o ministro Delfim Netto a alterar a política, gerando uma recessão profunda que resolveria o problema da balança, mas não teria nenhum efeito sobre a inflação. É neste contexto que surge o Curso de Mestrado da Pontifícia Universidade

Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). A partir de alunos recém chegados de cursos nos Estados Unidos, especialmente do MIT, o curso procurava trazer para o Brasil o rigor americano mas numa visão alternativa à dominante no governo militar. Os mais conhecidos nomes envolvidos neste projeto foram Edmar Bacha, André Lara Resende, Pêrsio Arida, Dionísio Dias Carneiro e Francisco Lopes. A PUC-Rio surge como uma dissidência da EPGE.

A seguir apresentamos a história de seis centros de Pós-Graduação em Economia: EPGE (FGV/RJ), IPE e FIPE (USP), IE (UNICAMP), PUC-Rio, IEI (UFRJ) e EAESP (FGV/SP). Pretendemos reconstituir a memória destas instituições, dentro da história do país. Assim como eles surgiram dentro de um contexto, como mostramos acima, eles fizeram história.

EPGE - FGV/RJ

Surgido no âmbito do IBRE, o CAE tinha como objetivo, mediante cursos formais e intensivos, selecionar e treinar economistas candidatos a bolsas de estudo no exterior, em particular nos EUA. Tais bolsas eram na sua maioria patrocinadas pela United Agency for International Development (USAID), pela Rockefeller Foundation ou pelo Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior do Governo Brasileiro). Sendo assim, o CAE foi a experiência embrionária da EPGE, criada em 1966. Neste sentido, Costa (1986, pg. 67) situa na criação da EPGE “o término da fase de implantação e expansão do IBRE e o início do estágio de cristalização de seus objetivos, métodos e atividades.”

Assim, em 1966, tendo Mário Henrique Simonsen como primeiro diretor e orientador, surge, na FGV, o primeiro curso de Pós-Graduação em Economia do país. Novamente são reiterados os objetivos de preparar pessoal especializado em Economia para atender às necessidades governamentais e acadêmicas do país, assim como às necessidades administrativas privadas e ao desenvolvimento da literatura econômica brasileira. Tendo em vista o desenvolvimento da EPGE a partir do CAE, Costa não hesita em qualificar este último como centro de estudos do IBRE que obteve “maior influência sobre o desenvolvimento da inteligência brasileira no domínio da Economia”³⁸

³⁸ Costa (1986). pg. 96.

Dentre os notáveis da dita *intelligenza* poderemos incluir Gudin, Bulhões, Roberto Campos, Delfim Neto e Mário Henrique Simonsen. Este último, na aula inaugural do curso de doutorado da EPGE, em 1964, teria concedido, sob a presença dos ministros João Paulo dos Reis Velloso e Luiz Gonzaga do Nascimento Silva, o título de *honoris causa* aos quatro primeiros.³⁹

Obviamente que se o diagnóstico de Simonsen e Gudin era convergente, nem sempre a dita *intelligenza* concordava nas discussões acerca da Economia. Embora Gudin sempre tenha explicitado admiração por Simonsen e Roberto Campos, suas controvérsias com este último em torno do planejamento econômico sempre foram públicas e, de certo modo, exprimiam as tendências desenvolvimentistas e neoliberais que imprimiram-se no nascedouro da Economia da FGV, nascedouro este que sempre repercutiu em outras instituições, haja visto o caráter de “instituição de fronteira” daquela fundação. Ademais, o nascedouro dos cursos de Pós-Graduação em Economia, a despeito das convergências em torno das suas necessidades, envolveu conflitos de posicionamentos que irão refletir na ênfase quantos aos aspectos técnicos e históricos que caracterizaram a constituição singular dos seis centros que estão sendo aqui considerados.

Simonsen (1966) relaciona a proliferação de Faculdades em Economia a uma deterioração qualitativa do ensino. Para ele, isto teria levado a um ensino de razoável a péssimo nas diversas Faculdades. Nas “escolas” de maior sucesso, o ensino econômico teria sido desviado de seu centro para abarcar o ensino de Direito e Contabilidade. Apesar de considerar um desvio, afirma que pelo menos tais “escolas” teriam conseguido proporcionar aos estudantes um “instrumento útil”, em contraposição às “escolas” - cujo ensino considerado péssimo - teriam se especializado em “divulgação de idéias vagas”. Um dos pontos deficientes nevrálgicos por ele apontado seria o de “falta de conhecimento básico de matemática e estatística”, o que deixaria os economistas sem possibilidade de utilizar os conceitos - que seriam transmitidos de forma vaga e/ou via jargões - nos problemas práticos. Ou seja, a linguagem matemática e o pragmatismo da ciência econômica são apontados como elementos insuficientemente desenvolvidos, apesar de desejáveis. Isso nos possibilita traçar as origens da concepção do estudo de Pós-Graduação em nosso país.

³⁹ Costa (1986), pg. 91.

Assim, alegando necessidades de reforço do ensino pós-universitário, preparo de professores para criação de uma elite profissional de maior nível de especialização e preenchimento de lacunas no ensino universitário normal, Simonsen aponta para três tipos de cursos pós-universitários: (i) de revisão e formação (para suprir as lacunas deixadas pelas universidades); (ii) escolas de Pós-Graduação (para formar professores e profissionais de alto nível); (iii) e de especialização (para aperfeiçoar profissionais com objetivo de adaptá-los a determinadas tarefas práticas).

O segundo tipo, objeto deste trabalho, foi viabilizado pelo convênio celebrado entre a FGV, o Conselho Técnico da Aliança para o Progresso (CONTAP) e a Agência Internacional de Desenvolvimento (AID/US). O curso de pós nasce destinado a “prover o aperfeiçoamento de economistas brasileiros em nível equivalente ao ‘*Master in Economics*’ das Universidades Norte-americanas e Européias” (Coe de Oliveira [1966]). O CAE, em 1965, tinha como professores, além de Mário Henrique Simonsen, Aníbal Villela, Jessé Montello, George S. Klingen, João Paulo dos Reis Velloso, Nina Galeno e Werner Baer. Como assistentes ou *advisers* dos estudantes, Sérgio Ramos da Silva, Aníbal Villela e Modesto Grete dos Santos. Os professores visitantes, eram Antônio Delfim Netto, Maurice Byé, Arthur Smithies, Fritz Machlup, Ralph Von Gersdorff e Martin Slaubick. Os cursos de 65 - vistos como transição entre o CAE e a EPGE - eram voltados à Matemática, Estatística, Macroeconomia, Microeconomia, Comércio Internacional, Desenvolvimento Econômico, Economia e Planejamento Soviéticos e Inglês.

Como ressalta Coe de Oliveira (1966) Nota-se neste ano um aumento na sua biblioteca especializada de três mil volumes em 1965 para cerca de 5.000 em 1966. Dos setenta bolsistas, quarenta e um foram enviados para o exterior. Destes, vinte e sete teriam concluído estudos, sendo que cinco deles prestaram então serviços a entidades internacionais como Fundo Monetário Internacional, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Organização dos Estados Americanos. Outros estudantes que voltaram ao Brasil e que eram vistos como tendo obtido “excelentes colocações no mercado de trabalho”, dirigiam-se para instituições como BNDE, Ministério do Planejamento e Magistério Superior. Isto nos aponta para a concordância das concepções do ensino acadêmico com a idéia de conciliação entre os interesses nacionais - governistas e

internacionais. Ou seja, repete-se, na criação da pós-graduação, a noção do desenvolvimento nacional harmonizado aos interesses internacionais (tal como ocorrera na época do capitalismo em expansão, quando da criação das Faculdades de Economia e da criação da FGV).

Retomando Simonsen, a formação de economistas aos moldes do almejado “gabarito internacional”, deveria ser restrito aos centros Rio de Janeiro e São Paulo (ao contrário dos cursos de revisão que abarcariam várias capitais). Simonsen apontava a FGV-RJ e a USP como duas iniciativas voltadas nesta direção de formação. Simonsen aponta que de acordo com a lei de diretrizes e bases, os cursos de pós poderiam ser realizados por universidades ou fundações. Considera que a maior flexibilidade administrativa das fundações seria mais fecunda a esta iniciativa, sublinhando que se os cursos de pós na Universidade ficassem “livres da interferência dos catedráticos tecnicamente desatualizados”, também haveria boas possibilidades do desenvolvimento acadêmico. Ou seja, a técnica, ao lado da cooperação do interesse internacional, é vista como elemento desejável.

Simonsen aponta para remotas possibilidades dos recursos provindos do setor privado nacional, apontando para recursos oriundos basicamente do setor estatal do então regime militar, e de recursos externos, tal como USAID e Ford Foundation. Em relação aos programas, define como núcleo fundamental para constituição do curso as disciplinas de Matemática, Estatística, Econometria, Microeconomia e Macroeconomia. A Sociologia e a História não são apresentadas como disciplinas imprescindíveis, senão pertinentes.

Já Coe de Oliveira, aponta para três etapas da escola: Curso Piloto, de 59 a 60 (que enviou sete economistas para o exterior); criação do CAE, de 61 a 65 (quando já foram enviados maior número de economistas, especialmente para os EUA, para obtenção do “master in economics”); criação do EPGE, iniciado em 1966. Aos alunos reprovados nos cursos deste período da EPGE, eram destinados “Cursos de Economia Aplicada”. Tal relatório também aponta a presença de visitantes (“ilustres personagens”) na EPGE, dentre os quais: Georgescu Roegen, Erich Schneider, Louis Davin e dos ministros Octávio Bulhões e Roberto Campos. Por fim, aponta uma listagem de bolsistas da FGV e da AID/US, dentre os quais podemos destacar, entre outros, Edmar Lisboa Bacha, Flavio Versiani e Cláudio de Moura Castro.

IPE e FIPE - USP

Em 1964 é criado o IPE. Os objetivos apontados foram: “colaborar com instituições públicas e privadas em programas de desenvolvimento econômico-social; ... melhoria do ensino de economia; ... melhoria de técnicos; ... colaborar na organização e implantação dos cursos de Pós-Graduação em economia; ... divulgação de conhecimentos econômicos; ... implementar o sistema de bolsas no sentido de apoiar a formação de estudantes e professores”. Tais objetivos foram construídos com a participação dos principais nomes da Faculdade de Economia. Em 1963, através do então diretor, Dirceu Lino de Mattos, encaminhou-se o projeto de regulamentação do Instituto de Pesquisas Econômicas ao reitor da USP, Luiz Antonio Gama da Silva. Este enviou solicitação de recursos ao governador Adhemar de Barros. Encaminhada a questão do financiamento, o regulamento é aprovado pelo reitor.

Em 1964, se estabelece o primeiro convênio entre a USP a Faculdade e a USAID. Em 65 e 67 foram assinados termos adicionais ao convênio inicial. Através deles foi integrado ao convênio original o Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso (CONTAP). A Faculdade incubiu-se de viabilizar as instalações para o funcionamento dos cursos de Pós-Graduação sob a responsabilidade do IPE. A manutenção dos salários de bolsistas a serem selecionados para treinamento especializado nos EUA também era tarefa da Faculdade. Já a USAID responsabilizou-se pela vinda e manutenção de dois professores da Universidade de Vanderbilt - William Oliver Thweatt e Gian Singh Sahota - com intuito de prestar assessoria à criação do curso de Pós-Graduação (desenvolvimento do currículo, planejamento para pesquisa e avaliação dos alunos). O professor Sahota era então remunerado pelo convênio da Fundação Ford (este assinado em 64 com início de funcionamento em 65).

Em 1966 iniciou-se no IPE um programa de Pós-Graduação com 17 alunos. Seis foram selecionados para receber treinamento adicional nos EUA, enquanto que quatro professores receberiam, neste mesmo país, treinamento de nível superior. O acordo com a Ford também possibilitou o financiamento de pesquisadores nacionais e estrangeiros (em regime integral), recursos para equipamentos e biblioteca, e bolsas de estudo. Em 69 houve um suplemento financeiro para a continuidade do programa de pós em 70 e 71. Dentre os

professores estrangeiros participaram: Gian Singh Sahota e Werner Baer, inicialmente. Depois foram substituídos por Samuel Levy e Andrea Maneschi.

Outro importante convênio se estabeleceu com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), visando treinamento de pessoal para a área de bancos, inicialmente no Brasil e posteriormente na América Latina (em 71 e 72). O programa financiado por este convênio concretizou-se efetivamente em 72 através do Curso de Mestrado em Economia (com opção para Bancos de Desenvolvimento).

Houveram também convênios com organizações nacionais, tais como o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE, via FUNTEC - Fundos de Desenvolvimento Técnico-Científico) objetivando apoio à formação de Cursos de Pós, sob a condição de algumas vagas serem preenchidas por indicações do BNDE. Em 68; com a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda do Estado de São Paulo (campo da Economia e Finanças) e em 69 com a Secretaria de Estado dos Negócios de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo (pesquisa sobre aspectos demográficos do Estado paulista). Finalmente, em 1970, com a Prefeitura Municipal de São Paulo, visando desenvolvimento de curso de Economia Regional.

Dentre os professores brasileiros de maior destaque na IPE neste momento histórico encontravam-se, além do diretor supramencionado, Antonio Delfim Netto (chefe do Conselho Departamental de Economia) - considerado por G. Mantega como principal executor do modelo brasileiro de desenvolvimento de 64-84, ao lado do seu principal ideólogo, Roberto Campos - além de Dorival Teixeira Vieira, Flávio Fausto Manzoli, José Francisco de Camargo, Laerte de Almeida Moraes, Luiz Arthaud Berthet, Luiz de Freitas Bueno e Roberto Pinto de Souza. Tais eram os nomes que ocupavam posições hierárquicas mais elevadas na IPE e demais setores administrativos da Faculdade.

Assim precedida pela criação da IPE, se dará a criação da FIPE em 1974. Aos nomes dos brasileiros acima citados podemos adicionar os de José Francisco de Camargo, Affonso Celso Pastore, José Pastore, Alice Piffer Canabrava, Antonio Morales, Diva Benevides Filho, Heraldo Barbuy e Laerte de Almeida Moraes, todos da FIPE em 1974.

A FIPE surge como instituição de direito privado em janeiro de 74. Foi instituída “com a finalidade de prover o IPE de uma estrutura com personalidade jurídica hábil para

firmar contratos e convênios de prestação de serviços a entidades públicas e privadas (...) Dessa forma, os objetivos da FIPE permanecem idênticos aos definidos anteriormente para o IPE⁴⁰. Assim, enquanto o IPE se configura como unidade do departamento de economia que operacionaliza as atividades de ensino a nível de Pós-Graduação, a FIPE vem colaborar com este departamento no sentido de provê-lo dos recursos humanos e financeiros adicionais para o cumprimento dos objetivos daquele.

Após a transformação do Curso de Pós-Graduação em Mestrado de Teoria Econômica em 1970 (com o devido credenciamento junto ao Ministério da Educação e Cultura), desenvolve-se a partir de 74 o Curso de Doutorado. Paralelamente desenvolvem-se também cursos de especialização nas áreas de Economia Regional e Urbana, Comércio Exterior, Cooperativismo e Nutrição. Nesta fase o curso de pós já conta com 75 alunos, selecionados sob os auspícios da EPGE/FGV e do IPE/USP. As disciplinas e corpo docente desta época e de 85 e 95 estão sistematizadas na próxima seção. No presente momento estamos mais centrados nas considerações históricas da criação dos seis cursos de Pós-Graduação supramencionados.

Assim, vimos que a Faculdade de Economia nasce de uma tensão entre as vocações universalistas e técnico-profissionalizantes, herdando elementos das vertentes comercial-jurídica, quantitativo-matemática (da Politécnica) e sociológica (da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais). Desta confluência de vertentes constitui-se a vertente institucional que irá abrigar a mentalidade nacionalista e desenvolvimentista da classe dirigente. O perfil do pós irá retomar aqueles princípios em um contexto histórico no qual os desenvolvimentos econômico e institucional brasileiros já haviam se tornado mais complexos e novamente carentes de aperfeiçoamento de técnicos e especialistas.

IE - UNICAMP

O estudo da ciência econômica na Unicamp foi iniciado em 1968 no Departamento de Economia e Planejamento Econômico (DEPE). Este departamento integrava o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. As primeiras atividades nele desenvolvidas, entre 1968 e 1970, consistiram na realização de cursos para graduados de Planejamento Econômico. A experiência adquirida com esses cursos possibilitou dar início, em 1970, ao Curso de

⁴⁰ Canabrava (1984), pg.233.

Graduação em Ciências Econômicas. A partir de 1974 teve início o Curso de Mestrado em Economia. Em 1977 foi inaugurado o Curso de Doutorado em Economia.

Em 1984 dá-se a criação do Instituto de Economia. Tal instituto origina-se do DEPE. Segundo Orozco (1994), já em 1975 foram iniciadas as primeiras formulações de propostas para separar o Departamento de Economia e Planejamento Econômico e constituir-lo como um instituto. A autora ressalta que o IFCH fôra criado em 1966, abrangendo as áreas de epistemologia, filosofia e linguística. Em 1968 são definidas novamente as áreas em três departamentos: Ciências Sociais (Antropologia, Filosofia, História, Política e Sociologia), Economia e Planejamento Econômico e Linguística. A criação do mestrado em economia foi precedida no referido instituto pela implantação dos programas em antropologia social e linguística desde 1971. Todas as demais áreas deram início aos cursos de mestrado somente em 1974.

Orozco (1994), analisando o caso do IFCH entre 1986 e 1992, ressalta que a situação econômica recessiva teria tanto condicionado as modalidades de financiamento de pesquisas, como limitado a abrangência de recursos aos distintos projetos, sobretudo os de grande porte e que envolviam grupos de pesquisa. Segundo ela, esta situação teria sido remediada na área das ciências “duras”, pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que não contemplou as Ciências Humanas e Sociais. A autora relaciona isto, por um lado, ao pouco amadurecimento e consolidação do campo das Ciências Sociais. Por outro, considera que as ciências naturais, exatas ou tecnológicas (ciências “duras”), teriam processos de validação do conhecimento mais concretos, sendo seus produtos mais diretamente conectados às perspectivas de ser incorporados aos processos de desenvolvimento científico-tecnológico de um determinado país.

As Ciências Sociais, em contraposição, não se caracterizam por uma aplicação imediata, já que não é exatamente esta sua finalidade. Seu âmbito de estudo “responde a uma necessidade social, cultural, política e econômica que leva anos para ser compreendida em sua totalidade”.⁴¹ Assim, suas colocações nos levam a crer que a criação do Instituto de Economia tenha sido realizada não somente em função do interesse manifestado desde as primeiras propostas acima referidas no ano de 1975, mas também em função dos atrativos

⁴¹ Orozco (1994). pg.4.

de apoio financeiros, possivelmente mais viáveis em um Instituto de Economia autônomo do que o seria no interior de um Instituto de Ciências Sociais. A colocação do estudo econômico à parte das pesquisas da área de ciências sociais propriamente dita poderia ser vista como facilitadora na obtenção de recursos, haja visto que tornar-se-ia mais nítido a validação de seu conhecimento e sua aplicabilidade ao desenvolvimento científico-tecnológico, este tão exaustivamente manifestado como desejável pelas agências governamentais de fomento à pesquisa.

Feita tais considerações torna-se possível abordarmos a situação do IFCH e do estudo econômico no IFCH no ano que antecedeu a criação do Instituto de Economia. Em 1983 o IFCH contava com: o Departamento de Ciências Sociais (antropologia social, ciência política, geografia e sociologia); o Departamento de Economia e Planejamento Econômico; o Departamento de Filosofia; o Departamento de História. A comissão de Pós-Graduação era composta pelos nomes de Antonio Augusto Arantes Neto (antropologia social), Balthazar Barbosa Filho (filosofia), João Manuel Cardoso de Mello (economia), além dos suplentes.

O então Departamento de História abarcava disciplinas relacionadas à História Econômica do Brasil e às Técnicas de Pesquisa em História Econômica. Ademais, também incluía uma série de seminários em torno da temática capitalismo e agricultura. Em relação ao Departamento de Economia propriamente dito, havia uma série de disciplinas intimamente relacionadas às questões históricas, políticas e sociológicas. As disciplinas mais relacionadas a aspectos matemáticos e instrumentais não eram tão numerosas em comparação com a de outras universidades e institutos, senão não caracterizariam o fulcro do curso em questão.

Em 1983 o Curso de Mestrado era composto das seguintes áreas de pesquisa: Política Econômica e Economia Brasileira; Organização, Estrutura Industrial e Progresso Tecnológico; História Econômica e Evolução da Concentração Regional do Brasil; Estrutura e Organização do Mercado de Trabalho; Políticas Públicas Setoriais; Transformações e Dinâmica da Agricultura. No ano de 1985, poucas mudanças ocorrem nos programas das diferentes áreas de concentração. O Instituto de Economia mantém as mesmas áreas de concentração do DEPE do IFCH. Ocorrem somente algumas alterações e

remanejamentos do corpo docente. A área de Política Econômica e Economia Brasileira passa a contar com a colaboração de Conceição Tavares, Wilson Cano, Paulo Roberto Davidoff Chagas Cruz e Sérgio Silva (este último migrante da área de Transformações e Dinâmica da Agricultura). Por outro lado, José A. Saenz deixa de compor tal grupo.

O Instituto de Economia se estrutura em dois departamentos: Departamento de Teoria Econômica, encabeçado por Marques Pagnani, Ferdinando de Oliveira Figueiredo, Jorge L. Miglioli, Luiz Gonzaga de Mello Belluzo e Maria Conceição Tavares e Departamento de Política e Desenvolvimento, encabeçado por Antonio Barros de Castro, Carlos Francisco T. M. R. de Lessa, João Manuel Cardoso de Mello, Osmar de Oliveira Marchese, Octavio Vicente Rodrigues e Wilson Cano.

PUC-Rio

Segundo Laércio Dias de Moura (1964), os estatutos da Pontifícia Universidade Católica foram remodelados em 1962. As entidades da Universidade passaram a ser organizadas em centros, “cuja finalidade será planejar e coordenar as atividades das instituições que os integrarem”⁴². Em 1965 estavam constituídos cinco centros: Centro Técnico-Científico (com Escola Politécnica para formação de engenheiros civil, elétrico, mecânico, metalúrgico e químico; além de institutos; tecnológico; de física e matemática; de química e centro de processamento de dados); Centro Jurídico-Social (Faculdade de Direito, Instituto Social, Instituto de Estudos Políticos e Sociais, Instituto de Administração e Gerência e Escola de Líderes Operários e Instituto Superior de Formação Operária); Centro Filosófico e Humanístico (Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Instituto de Psicologia Aplicada, Escola de Biblioteconomia e Documentação Sta. Úrsula); Centro Médico (Escola Médica de Pós-Graduação, Instituto de Odontologia e Escola de Enfermagem).

Aqui vale ressaltar o Centro Jurídico-Social, particularmente o Instituto de Estudos Políticos e Sociais. Tal instituto abrangia na época (1965), a Escola de Sociologia e Política (que formava alunos especializados em três linhas: Sociologia, Economia e Política) e o Núcleo de Economia e de Sociologia Aplicada (órgão destinado a realização de pesquisas, dando também aos alunos possibilidade de completarem seus estudos teóricos com participação ativa em pesquisas concretas). Tal instituto também contava com uma

⁴² Dias de Moura (1964). pg.581.

publicação, a revista *Síntese Política, Econômica e Social*. Moura também menciona que este instituto havia iniciado na Escola de Sociologia e Política suas primeiras atividades de Pós-Graduação em 1965 com 4 alunos de mestrado e um de doutorado. Já no Instituto de Administração situava-se mais enfaticamente a preocupação gerencial, nele oferecendo-se cursos de: Gerência Geral, Gerência de Produção, Gerência Bancária, Técnica de Treinamento e Técnica de Ensino.

Segundo documento de 1977 do então Centro de Ciências Sociais - Departamento de Economia e Administração, este mesmo departamento teria sido criado em 1963. Suas atividades eram: pesquisas econômicas; ensino graduado em Economia e Administração de Empresas; Pós-Graduação (apenas mestrado) em Administração de Empresas (desde 73). Tal documento propugnava que frente ao seu objetivo fundamental de desenvolver a graduação em Economia, havia se criado as condições para o início do Programa de Mestrado em Economia do Setor Público.

O objetivo de tal programa era dar aos alunos “uma sólida formação teórica e institucional adequada ao entendimento de aspectos relevantes da economia contemporânea, nos quais é dominante o envolvimento do Governo”. A escolha da Economia do Setor Público como área de interesse específico justificava-se em função “da crescente participação do setor público na economia brasileira, bem como da relevância do papel regulatório do Estado nos sistemas econômicos modernos; da importância dos sistemas de planejamento e coordenação na formação e implementação da política-econômica; da inexistência no país de programa similar que objetive a formação de profissionais com treinamento especificamente dirigido para a área; da disponibilidade local de um grande número de técnicos e pesquisadores aptos a prestar sua colaboração a um programa deste tipo”.

Assim constituía-se um programa que visava o desenvolvimento de temas como formulação de políticas, processos de planejamento e coordenação, controles governamentais e experiência brasileira de participação do Estado na economia, assim como as articulações entre os setores público e privado na economia brasileira. Para o exame de seleção - coordenado pela Anpec- avaliava-se igualmente conhecimentos de Macroeconomia, Microeconomia, Estatística, Matemática e Economia Brasileira. Havia um

total de 15 vagas, sendo que outras eram acrescidas para candidatos latino-americanos. As bolsas de estudo provinham do CAPES E CNPq.

A partir de 63, o Departamento de Economia iniciou atividades de pesquisa integrada e desde 77 o Mestrado em Economia faz parte de um dos três centros da PUC: o Centro de Ciências Sociais (os outros dois são Teologia e Ciências Humanas e Técnico-Científico). Contém cerca de 45 alunos de mestrado e um corpo docente constituído de 30 professores. Seu núcleo básico compreende instrumentos matemáticos e conhecimentos de Sociologia, Ciência Política e Antropologia. Já o núcleo profissional contém disciplinas obrigatórias nas áreas de macroeconomia (7), microeconomia (4), história econômica (5), métodos quantitativos (6), além de créditos em disciplinas eletivas muitas vezes desenvolvidos fora do departamento de origem. As bolsas continuam providas das duas instituições acima referidas, sendo que a CAPES e a FINEP vem avaliando positivamente o departamento, propiciando apoio financeiro para o desenvolvimento de suas atividades de pesquisa.

IEI - UFRJ

Podemos apontar a reforma universitária e o pioneirismo dos cursos de pós-graduação da EPGE e IPE (cursos estes fortemente estruturados sob a influência do pensamento econômico norte-americano) como fatores de influência no projeto do curso de pós da UFRJ. Ademais, a industrialização, que ganhava cada vez maior complexidade, foi igualmente fator de influência do perfil do curso, haja visto a denominação do instituto que dele se encarregou, Instituto de Economia Industrial.

Também é lícito apontar para a influência do pensamento de outros importantes economistas além dos citados anteriormente. Tal é o caso de Maria Conceição Tavares, formada pela faculdade de Lisboa, com passagens profissionais pelo BNDE, CEPAL e FINEP, e acadêmicas na FGV (63/68), Universidade do Chile (69/73), UNICAMP (69/73/75/76/77), Universidade do México (74) e CIDE (Centro de Investigaciones e Docência) (74/75) (vide Biografia Resumida na terceira seção). Outro nome de importância, artífice da vertente “jurídica”, foi Themistocles Brandão, catedrático da Universidade, lecionando a disciplina Instituições de Direito Público na década que antecedeu a criação do Instituto de Economia Industrial. Como foi mencionado anteriormente, Brandão foi um dos principais protagonistas do núcleo de economia da FGV. Ou seja, o I.E.I. viria sofrer

influências diretas das experiências do estudo econômico desenvolvido na FGV e UNICAMP.

Vale lembrar que a FEA-UFRJ foi criada pela lei de 1937 como uma das unidades constitutivas da então Universidade do Brasil e sob a denominação de Faculdade Nacional de Política e Economia. Tal denominação foi alterada para Faculdade Nacional de Ciências Econômicas em 1945. Em 1946 a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (Fundação Mauá) foi encampada à Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, sendo que isto implicou em alargar o campo de estudo inicial - voltado às ciências econômicas, contábeis e atuariais - em direção às problemáticas pertinentes à área administrativa.

Nas duas primeiras décadas a Faculdade gozou de prestígio, a despeito da ausência de uma prática rotineira de pesquisa. Este êxito teria tido origem na estreita cooperação - informal e eficaz - entre a FEA e a FGV. Porém, nas décadas seguintes este esquema de cooperação não foi mantido. A FGV trilhou seu próprio caminho com a formação do CAE. O debilitamento deste laço tornou patente a precariedade de um curso de economia dissociado da atividade de pesquisa. Isso era ainda mais flagrante quando comparado com os processos de outras universidades, notadamente a USP, que na segunda metade dos anos sessenta logravam um processo de crescimento com forte apoio de mecanismos de fomento instituídos pelo CNPq, CAPES, BNDE e FINEP.

Tais fatos levaram a Universidade a agir no sentido da revitalização do curso de graduação em Economia. Como reforço e ampliação deste movimento se deu a criação do programa de pós em 1979, tal como nos aponta o documento do diretor da FEA, Américo Cury, ao decano do CCJE (Oscar Dias Corrêa) tratando da criação do Instituto de Economia Industrial.

Segundo Cury (1979), o curso de Pós-Graduação foi pensado tendo em vista explorar as lacunas dos programas em andamento no país. Por outro lado, visava-se constituir como opção, quanto a áreas de concentração, aos cursos de graduação fluminense, a saber, da EPGE e do departamento de Economia da PUC. Assim, ao departamento de economia da FEA interessava sobretudo o campo da Economia Industrial e os estudos relativos à estrutura industrial e dinâmica econômica. Desse modo ia se desenhando o foco do curso cuja equipe já formada e em formação “carregava” conhecimentos da temática então ainda

pouco estudada pelo conjunto de membros da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC).

À FEA veio somar-se a iniciativa da COPPE, que iniciava em caráter experimental um programa de mestrado em Economia da Tecnologia. Partindo de um diagnóstico que visualizava benefícios mútuos na unificação dos dois projetos, planejou-se um curso com base comum e com duas áreas de concentração: Economia Industrial e Economia da Tecnologia. A FEA sediaria o projeto e a COPPE colaboraria com professores, recursos financeiros e apoio logístico.

Após completadas as tratativas internas no sentido da aprovação da solução Faculdade-Instituto de Pesquisas (solução esta de comprovada validade na USP), a FEA partiu para as negociações externas. A ANPEC reconhece o mérito do projeto em 1978. Logo depois foi obtida a aprovação do ministro da Educação e Cultura (presidente do Conselho Nacional de Pós-Graduação), condição essencial para o deferimento da cooperação financeira postulada junto a agências governamentais (CNPq, CAPES e FINEP).

O programa de pós inicia-se com 22 professores com doutorado ou em doutoramento. Tais professores também tiveram parte ativa no curso de graduação. Já o alunado, com 27 integrantes, 15 em tempo integral e 12 em tempo parcial, possuía dois de seus integrantes vinculados ao Programa de Capacitação de Docentes da CAPES. No segundo semestre do funcionamento do referido programa foram oferecidos seminários nas duas áreas acima referidas com especialistas nacionais dos setores públicos e privados. Com a ajuda da UNESCO e do CNPq também se fizeram presentes dois professores estrangeiros: Sylos-Labini (Universidade de Roma) e Nathan Rosenberg (Universidade de Stanford). Vale dizer que o número de professores com a referida qualificação acadêmica era bastante significativa. Na época somente a USP exibia maior potencial. Tal fato colocava a UFRJ em posição de comparação com PUC-RJ e UNICAMP, então consideradas pelo catálogo da ANPEC como os maiores programas em operação. Tal fato propiciaria a retomada do prestígio do ensino econômico da UFRJ, facilitando os projetos de cooperação com outras instituições, notadamente com o Programa de Pós-Graduação da PUC-RJ. Nesse movimento também buscou-se reavivar os laços de cooperação com a FGV.

Nas circunstâncias da criação do curso afigurava-se de grande importância para alguns organismos do setor público federal (e estadual) a pesquisa sobre temas relacionados com o desenvolvimento industrial, desenvolvimento tecnológico, e estudos das políticas nacionais de desenvolvimento científico e tecnológico e suas interrelações com outros segmentos da economia nacional e com a economia internacional.

Vale também acrescentar que a Comissão de reforma universitária criada pelo reitor em 78 questionava-se a respeito do como incentivar de forma mais vigorosa a pesquisa nos setores de Ciências Humanas e Sociais. Ao fazê-lo objetivavam que a política das agências financiadoras governamentais não contemplassem somente os setores diretamente relacionados à aceleração do desenvolvimento. Esta questão colocada pela comissão incentivou debates no departamento de economia acerca de seu futuro desenvolvimento. Destes debates participaram os professores do departamento, a diretoria da FEA, o Decanato de Ciências Jurídicas e Econômicas, assim como personalidades ligadas às instituições que coordenavam o PNPE (Programa Nacional de Pesquisas Econômicas) da Secretaria de Planejamento da Presidência, a saber, IPEA, FINEP, IBGE, BNDE e CNPq.

Assim, imprimiu-se uma preocupação crítica relativa aos processos de desenvolvimento, perspectiva esta consoante às vertentes de estudo econômico que valorizam os saberes sociológicos e históricos. Tal preocupação expressava-se pela tomada de responsabilidade na contribuição da discussão, estudo e equacionamento dos problemas associados ao desenvolvimento econômico e social do país. Em oposição aos discursos exaltadores do “moderno” desenvolvimento, erguiam-se, em torno das áreas de concentração acima referidas, preocupações em torno de um desenvolvimento socialmente sustentado.

Desse modo, constituíram-se três vertentes na estruturação do Instituto: Economia Industrial (com particular interesse pela industrialização brasileira); Economia da Tecnologia (Inovação e transferência tecnológicas, difusão de progresso técnico, agentes institucionais da inovação); Política Científica e Tecnológica (suas interrelações e efeitos sobre o desenvolvimento nacional). Além destas vertentes também realizaram-se projetos especiais, multisetoriais ou multidisciplinares (aspectos econômicos da informática ou da economia da energia). Antes de especificar em maiores detalhes estas três vertentes, vale dizer que a

Universidade obteve apoios para seus desenvolvimentos: convênio com FGV e IPEA (que possuíam excelentes bibliotecas); fomento à pesquisa por parte do CNPq; pesquisadores colocados à disposição do programa pela Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e Comércio; pesquisadores e financiamentos da FINEP; projetos de pesquisa conjuntamente ao IBGE, BNDE e IPEA. No plano internacional angariou-se assistência técnica e financeira da OEA e UNESCO.

Atualmente o instituto abarca três áreas de concentração: Economia Industrial, Política Econômica e Economia do Trabalho. A Fundação Universitária José Bonifácio é o órgão responsável pela gestão financeira das pesquisas contratadas ao Instituto. Vale também mencionar que no presente ano de 96 o Instituto de Economia Industrial vem sofrendo modificações. Passará a chamar somente Instituto de Economia. Acompanhando tal mudança, estarão se separando Economia e Administração. O atual diretor é José Ricardo Tauile, coordenador de ensino Carlos Aguiar de Medeiros e coordenador de Pesquisas João Sabóia.

EAESP - FGV/SP

De acordo com o cruzamento da cronologia da EAESP fornecidos pelo documento que registra os discursos proferidos na inauguração da nova sede e de dados contidos em Curado (1994), após a fase de implementação dos primeiros cursos da EAESP, deu-se início à fase de expansão com o curso de pós-graduação em Administração de Empresas em 1958. Em 1959 dava-se a criação do Núcleo de Pesquisas e Publicações e da Associação de Ex-alunos. Em 1961 ocorre o lançamento da *Revista de Administração de Empresas* (RAE). Em 1963 há o reconhecimento da escola pelo governo. Em 1964 institui-se o Seminário de Administração Bancária. Em 1965 inicia-se o Curso de Especialização de Professores e Instrutores de Administração assim como o Fundo de Bolsas.

Em 1966 despontam três cursos especiais de extensão universitária. Em 1969 amplia-se o ensino e pesquisa à administração pública através do Curso de Administração Pública. Em 1975 é introduzido o Curso de Administração de Saúde e Hospitalar. Finalmente em 1989 dá-se início ao Pós-Graduação em Economia de Empresas e em 1993 o *Master in Business Administration*.

É possível resgatar importantes momentos históricos desta escola que antecederam a criação do curso de pós-graduação. Tais momentos referem-se a quatro situações críticas que serão aqui abordadas. Sua análise permitiu a Curado (1994) identificar alguns padrões culturais da EAESP, tal como uma filosofia de ensino voltada à formação de generalistas com capacidade de ter uma visão global de administração, uma visão moderna manifestada por uma política de internacionalização (convenios e intercâmbios com professores e instituições estrangeiras), uma cultura participativa (ou burocracia representativa), a existência paralela de poderes formais e informais e um orgulho da instituição e do que ela representa pelos membros de sua comunidade (este apontado como aspecto merecedor de um maior aprofundamento via “psicanálise da organização”). Antes de abordarmos os referidos momentos críticos acima referidos, vale também dizer que a autora considera que eles geraram mudanças culturais incrementais, tais como a introdução de novos artefatos consistentes com a cultura institucional. Não obstante, aponta que em tais processos os valores básicos institucionais foram mantidos ou reforçados.

A primeira crise foi em relação a autonomia frente a Fundação. Ela ocorreu em 1964 quando o corpo docente, sob influência do projeto liberal de autonomia universitária, reivindicava mais autonomia. Isto porque até 64 os diretores eram nomeados pelo presidente da Fundação. Diante das reivindicações do corpo docente foi aprovado regimento que deu maiores poderes à congregação, sendo a partir dali possível a existência de um diretor eleito (o primeiro, em 1967, foi Gustavo de Sá e Silva). O segundo momento crítico ocorreu em 1968 quando do acordo firmado entre o governo do Estado de São Paulo e a EAESP visando a implantação do curso de Administração Pública. Desta feita foi a vez do corpo discente: os alunos do curso de Administração de Empresas entraram em greve alegando que a implantação do referido curso poderia ser prejudicial aos cursos de empresa e que os alunos da futura Administração Pública iriam constituir-se como concorrentes na área de empresas privadas. Apesar do confronto ter levado a um aumento da representação do corpo discente na congregação, a diretoria endureceu e os alunos perderam o semestre.

Já em 1974-1975 houve nova situação de tensão, desta vez envolvendo a questão da eleição para diretor. Travou-se uma polêmica entre a EAESP e a Fundação, uma vez que o referido regimento aprovado em 1964 não fôra registrado no Conselho Federal de

Educação. O nome de Pedro Celidônio foi vetado por Simões Lopes, que fôra alertado por um professor americano (então em visita ao Brasil na comemoração dos vinte anos de escola) que estaria havendo “pregação comunista” em uma das palestras que ocorrera na escola. Simões indicou o nome de Ary Oswaldo. Segundo o depoimento do professor Carmona a Curado, no dia da posse Simões teria vindo com um novo regimento que desvirtuava a escola e que acabava com o processo eleitoral e com o Departamento de Economia.

No entanto, o indicado por Simões nomeou o vetado Celidônio para vice-diretor acadêmico, apimentando a tensão. Após grande negociação, a diretoria eleita se demitiu e uma diretoria provisória elaborou um novo regimento onde por um lado a escola cedeu (admitiu uma lista sêxtuple na eleição do diretor) e por outro a fundação aceitou o processo eleitoral da escola assim como a manutenção do Departamento de Economia. Este conflito entre a Fundação e a escola teria sempre existido potencialmente, nos últimos 40 anos, “a relação pode ser descrita como de amor e ódio, com grupos da EAESP constantemente tentando romper com a mantenedora e a Fundação numa posição ambígua: por um lado querendo que a escola seguisse seu rumo e, por outro, não querendo romper com a escola, uma vez que esta sempre teve muito prestígio em São Paulo e no Brasil como um todo”⁴³. A autora também conclui a partir dos depoimentos por ela obtidos que em função de estar fisicamente longe da Fundação a EAESP teria tido ao longo de sua história maior autonomia que as outras unidades, ainda que questões de negociação salariais, de orçamento e investimentos fossem centralizadas pela Fundação. Tal centralização teria sido amenizada a partir de 1992.

Em 1981 ocorre o quarto momento crítico, desta vez manifestado pela ameaça do fechamento dos cursos de graduação. Frente a dificuldades financeiras em 1980 a Fundação teria decidido acabar com as atividades deficitárias e tornar-se uma instituição voltada somente ao ensino pós-graduado. Na ocasião fechou-se a escola de Nova Friburgo, a Escola Técnica de Comércio e o Curso de Graduação da EBAP. O curso de graduação da EAESP - deficitário - também ficou na mira de ser eliminado. Negociações ocorreram e a escola se manteve sob a condição de zerar seu déficit. Para tal foi necessário um aumento real das

⁴³ Curado (1994). pg.20.

mensalidades acompanhado de um enxugamento da estrutura - leia-se aumento do número de alunos por curso.

A criação oficial do Curso de Pós-Graduação em Economia de Empresas (em 1989) foi precedido por longo desenvolvimento histórico institucional, tanto da Fundação como da própria EAESP. Como foi apontado acima, antes mesmo de se constituir como um setor autônomo em relação aos demais o departamento de Economia se viu sob ameaça de extinção. Não obstante, o prestígio da escola paulista no berço do principal centro industrial latino-americano possibilitou a superação das crises e a reafirmação dos ideários institucionais. Nesse sentido, a despeito dos percalços, a escola paulista não somente sobreviveu como manteve seu desenvolvimento na direção de afirmar-se como centro de excelência.

Assim nasce em 1989 o Curso de Mestrado em Economia de Empresas. Tal curso constituiu-se com o objetivo de propiciar o aprofundamento da teoria econômica básica para alunos com curso de graduação em qualquer área afim com a Administração e Economia que estivessem voltados para a realidade empresarial e financeira. Um dos objetivos do programa ainda hoje vigente seria o de dotar os alunos de um “instrumental analítico básico para um economista (teoria econômica, econometria e matemática)”, assim como possibilitar-lhes “o acesso à literatura publicada nas melhores revistas estrangeiras” (vide manual do candidato). Aos alunos também é propiciada a valorizada candidatura ao programa de intercâmbio com universidades estrangeiras. Isso nos aponta para um perfil curricular que valoriza tanto os aspectos técnicos quanto os mais recentes do estudo do saber econômico. Os aspectos históricos e sociológicos assim como os clássicos do saber econômico estão também presentes mas não configuram o acento básico do curso. A preocupação com a realidade empresarial e financeira suplanta a preocupação com a realidade social propriamente dita.

Em comparação ao desenvolvimento histórico do Mestrado em Economia no Rio de Janeiro (que culmina com a criação da EPGE), o desenvolvimento do mesmo no âmbito paulista da Fundação esteve desde seus primórdios mais atrelado ao desenvolvimento do saber administrativo. Na EPGE tais desenvolvimentos foram mais paralelos do que propriamente entrelaçados.

Sistematização de Corpo Docente, e Elenco de Disciplinas dos Centros Estudados

O pensamento econômico brasileiro desenvolvido globalmente nas instituições de nível superior apresenta, por um lado, um rico ecletismo e multidisciplinariedade e, por outro, um certo colonialismo científico que imprime um tom hegemônico às preocupações mais afinadas às demandas pragmáticas e instrumentais do desenvolvimento do capitalismo internacional e nacional.

Os Centros de Pós-Graduação em Economia no Brasil atualmente apresentam grande diversidade de enfoque em seus programas curriculares. Em todos os centros, o número de disciplinas eletivas é bem maior que as obrigatórias, o que abre um espaço natural para o pluralismo. Ao analisarmos as diversas áreas de concentração que cada centro oferece, notando que determinadas disciplinas são obrigatórias em um centro e eletivas em outro, vemos claramente uma diversidade e uma não padronização da estrutura curricular dos programas de pós-graduação.

Porém, é possível notar alguma “especialização temática” dos Centros, especialmente nos programas de Mestrado. Para uma tentativa de classificação, vejamos antes algumas adjetivações.

Franco (1992), prefere a dicotomia *mainstream* e *cepalinos* para descrever dois tipos de paradigmas dominantes nos centros brasileiros: o primeiro calcado em instrumentos quantitativos e sofrendo mais influências internacionais; o segundo como possuindo uma identidade própria e alternativa, mantendo fidelidade às interpretações cepalinas e marxistas. Neste sentido, EPGE-FGV, FIPE-USP, e PUC-Rio ajustam-se mais ao modelo *mainstream*, e UNICAMP, FGV-SP e UFRJ se aproximam mais do arquétipo *cepalino*.

Em Arida (1989) o dualismo ocorre entre *soft science* e *hard science*, que são também duas ênfases diversas que poderiam qualificar a tendência de um centro de pós graduação. Se usarmos como critério para agrupar os centros a ênfase nos clássicos e no estudo da história, ou na utilização de manuais *up to date* (idéia de fronteira do conhecimento), os resultados são muito próximos. A PUC/RJ, a UFRJ e a FGV/SP (talvez a mais pluralista e heterogênea) apresentam um equilíbrio entre as duas ênfases, aproximando-se a USP e EPGE do modelo *hard science* e UNICAMP do *soft science*.

Klamer (1989) opõe os adjetivos americano e europeu para descrever dois padrões de comportamento dos economistas, do ponto de vista da retórica, mas que poderíamos aplicar, por extensão, às diferenças entre os centros de ensino, especialmente no Brasil. O economista americano (e o centro com inspiração americana) é menos envolvido em política econômica e mais teórico, abstrato e preso a técnicas. O seu par europeu é mais preocupado com questões institucionais, e constitui um universo bem mais heterogêneo, até pela diversidade de países e idiomas. Os dois grupos divididos anteriormente também se mantêm por este critério.

Apresentamos a seguir os currículos e a estrutura de disciplinas de programas de pós-graduação em três momentos distintos. Chamamos a atenção para o domínio de universidades americanas na formação dos professores dos cursos de Pós-Graduação.

Quadro II: EPGE - Fundação em 1966

Escola de Pós-Graduação em Economia

Corpo Docente

Angelo de Souza	João Paulo dos Reis Velloso
Anita Newman	José Antônio F. Rodrigues
Annibal V. Villela	Julian M. Chacel
Augusto Jefferson de Oliveira Lemos	Luís Fernando da Silva Pinto
Basílio Martins	Mário Henrique Simonsen
Douglas Graham	Mário Pinto
George S. Klingen	Michael J. Fink
Henrique Gomes	Modesta Edit Grete dos Santos
Henry Bouverie Cox	Ney Coe de Oliveira
Howard Ellis	Sérgio Ramos da Silva
Isaac Kerstenetzky	Sílvia da Silva Bergqvist
Janes de Souza	Werner Baer
Jessé de Souza Montello	

Disciplinas

Matemática	Desenvolvimento Econômico
Estatística	Planejamento Econômico
Comércio Internacional e Desenvolvimento Econômico	Política Fiscal
Política Monetária	Economia Agrícola
Teoria Econômica Geral	Problemas Econômicos Brasileiros
Macroeconomia	Economia Industrial
Microeconomia	História do Pensamento Econômico
Econometria	

Quadro III: EPGE - 1985

Corpo Docente		Qualificação	
Afonso Arinos de Mello Franco	Ph.D.	Chicago Univ.	EUA
Antonio Carlos Braga Lemgruber	Ph.D.	Virginia Univ.	EUA
Antonio Carlos Porto Gonçalves	Ph.D.	Chicago Univ.	EUA
Antonio Maria da Silveira	Ph.D.	Carnegie Mellon	EUA
Antonio Salazar Pessoa Brandão	Ph.D.	Purdue Univ.	EUA
Arlos Geraldo Langoni	Ph.D.	Chicago Univ.	EUA
Claudio Luiz da Silva Haddad	Ph.D.	Chicago Univ.	EUA
Clóvis José de Faro	Ph.D.	Stanford Univ.	EUA
Dionísio Dias Carneiro	Ph.D.	Vanderbilt Univ.	EUA
Fernando de Holanda Barbosa	Ph.D.	Chicago Univ.	EUA
Gregório Forell Lowe Stukart	Doutor	Colúmbia Univ.	EUA
Isaac Kerstenetzky	Mestre		BRA
Jessé de Souza Montello	Bacharel		BRA
João Paulo dos Reis Velloso	Master	Yale Univ.	EUA
José Júlio de Almeida Senna	Ph.D.	Johns Hopkins Univ.	EUA
José Luís Carvalho	Ph.D.	Chicago Univ.	EUA
Mário Henrique Simonsen	Doutor	FGV	BRA
Moysés Glat	Mestre	York Univ.	EUA
Ney Coe de Oliveira	Doutor	Univ. Gregoriana	Itália
Paulo de Tarso Medeiros	Doutor	Chicago Univ.	EUA
Paulo Rabello de Castro	Ph.D.	Chicago Univ.	EUA
Raul José Ekerman	Ph.D.	Cornell Univ.	EUA
Ricardo Varsano	Ph.D.	Stanford Univ.	EUA
Roberto Fendt Júnior	Doutor	Chicago Univ.	EUA
Rubens Penha Cysne	Doutor	FGV	BRA
Rudiger Dornbusch	Ph.D.	Chicago Univ.	EUA
Uriel Magalhães	Doutor	EPGE/FGV	BRA

EPGE/FGV - 1985 (continuação)

Disciplinas*Obrigatórias*

Análise Matemática
Desenvolvimento Econômico
Econometria
Estatística
História do Pensamento Econômico
Inglês
Problemas Brasileiros
Sem. Pesq. Econômica
Teoria Econômica Avançada
Teoria Macroeconômica
Teoria Microeconômica

Eletivas

Ciência Política	Metodologia da Pesq. Econômica
Comércio Intel. e Desenv. Econômico	Moeda e Bancos
Comércio Internaonal	Organização Industrial
Desenvolvimento Econômico	Pesquisa Operacional
Economia Agrícola	Planejamento Econômico
Economia de Empresas	Política Fiscal e Monetária
Economia do Trabalho	Programação e Computadores
Economia e Finanças Internacionais	Seminário de Economia Agrícola
Economia Monetária	Seminário de Organização Industrial
Economia Regional e Urbana	Seminário de Comér, Internacional
Estratégia e Economia de Empresas	Seminário de Economia Monetária
Evolução do Pensamento Social	Seminário de Estatística e Econometria
Finanças Públicas	Seminário de Finanças Públicas
História Econômica do Brasil	Seminário em Decisões Financeiras
História Econômica Geral	Seminário de Teoria Econômica
Lógica Formal	Sistema Financeiro
Mercado de Capitais e Sistema Financeiro	Sistemas Econômicos Comparados
	Teoria das Decisões Financeiras

Quadro IV: EPGE - 1995

Corpo Docente	Qualificação		
Afonso Arinos de Mello Franco Neto	Ph.D.	Chicago Univ.	EUA
Aloísio Pessoa de Araújo	Ph.D.	Califórnia at Berkeley Univ.	EUA
Antonio Carlos Porto Gonçalves	Ph.D.	Chicago Univ.	EUA
Antonio Maria da Silveira	Ph.D.	Carnegie-Mellon Univ.	EUA
Antonio Salazar Pessoa Brandão	Ph.D.	Purdue Univ.	EUA
Carlos Geraldo Langoni	Ph.D.	Chicago Univ.	EUA
Carlos Ivan Simonsen Leal	Ph.D.	Priceton Univ.	EUA
Clovis José Daudt Lyra Darrigue de Faro	Ph.D.	Stanford Univ.	EUA
Elon Lages Lima	Ph.D.	Chicago Univ.	EUA
Fernando de Holanda Barbosa	Ph.D.	Chicago Univ.	EUA
João Paulo dos Reis Velloso	Master	Yale Univ.	EUA
João Victor Isseler	Ph.D.	Califórnia San Diego	EUA
José Luís Carvalho	Ph.D.	Chicago Univ.	EUA
Luiz Guilherme Schymura de Oliveira	Doutor	EPGE/FGV	BRA
Mário Henrique Simonsen	Doutor	EPGE/FGV	BRA
Pedro Cavalcante G. Ferreira	Ph.D.	Pennsylvania Univ.	EUA
Renato Fragelli Cardoso	Doutor	W. School -Pennsylvania	EUA
Renato Galvão Flôres Junior	Notório Saber	UFRJ	BRA
Rubens Penha Cysne	Doutor	EPGE/FGV	BRA
Uriel Magalhães	Doutor	EPGE/FGV	BRA

Disciplinas

Obrigatórias

Eletivas

Análise Matemática	Comércio Internaonal
Desenvolvimento Econômico	Econometria
Econometria	Econometria Avançada
Problemas Brasileiros	Economia Agrícola
Sem. Pesq. Econômica	Economia de Empresas
Teoria do Capital	Economia e Finanças Internacionais
Teoria dos Jogos	Economia Monetária
Teoria Econômica Avançada	Filosofia Econômica
Teoria Macroeconômica	Finanças Corporativas
Teoria Microeconômica	História do Pensamento Econômico
	Organização Industrial
	Política Fiscal e Monetária
	Probabilidade e Processos Estocásticos
	Seminário de Decisões Financeiras
	Sistema Financeiro
	Teoria das Decisões Financeiras
	Tópicos Especiais em História do Pensamento

Quadro V: USP - Fundação do IPE, em 1964**Corpo Docente**

Antônio Delfim Netto
Dirceu Lino Mattos
Dorival Teixeira Vieira
Flavio Fausto Manzoli
José Francisco de Camargo
Laerte de Almeida Moraes
Luiz Arthaud Berthet
Luiz de Freitas Bueno
Roberto Pinto de Souza

Fundação da FIPE, em 1974**Corpo Docente**

Affonso Celso Pastore
Alice Piffer Canabrava
Antônio Delfim Netto
Antonio Moraes
Dirceu Lino Mattos
Diva Benevides Filho
Dorival Teixeira Vieira
Flavio Fausto Manzoli
Heraldo Barbuy
José Francisco de Camargo
José Pastore
Laerte de Almeida Moraes
Laerte de Almeida Moraes
Luiz Arthaud Berthet
Luiz de Freitas Bueno
Roberto Pinto de Souza

Quadro VI: FIPE - 1985

Corpo Docente	Qualificação		
Adolpho Walter Pimazoni Canton	Ph.D.	North Carolina	EUA
Adriano Romariz Duarte	Ph.D.	Ohio Univ.	EUA
Adroaldo Moura da Silva	Titular	USP	BRA
Ana Maria Afonso Ferreira Bianchi	Doutor	USP	BRA
André Franco Montoro Filho	Ph.D.	Yale	EUA
Andrea Sandro Calabi	Ph.D.	Berkeley	EUA
Antonio Carlos Coelho Campino	Doutor	USP	BRA
Carlos Alberto Longo	Ph.D.	Rice	EUA
Carlos Alberto Primo Braga	Ph.D.	Illinois Univ.	EUA
Carlos Antonio Luque	Doutor	USP	BRA
Carlos Marques Pinho	Doutor	USP	BRA
Carlos Roberto Azzoni	Doutor	USP	BRA
Celso Luiz Martone	Doutor	USP	BRA
Claudia Cunha Campos Eris	Ph.D.	Rice	EUA
Claúdio Affonso Vieira	Doutor	USP	BRA
Diva Benevides Pinho	Doutor	USP	BRA
Eleutério Fernando da Silva Prado	Doutor	USP	BRA
Eurico Hideki Ueda	Ph.D.	Vanderbilt	EUA
Fernando Bento Homem de Melo	Ph.D.	North Carolina	EUA
Flávio Azevedo Marques Saes	Doutor	USP	BRA
Frederico Mathias Mazzucchelli	Doutor	USP	BRA
Guilherme Leite da Silva Dias	Doutor	USP	BRA
Hélio Nogueira da Cruz	Doutor	USP	BRA
Henrich Rattner	Titular	USP	BRA
Ibrahim Eris	Ph.D.	Vanderbilt	EUA
Iraci del Nero da Costa	Doutor	USP	BRA
Ivo Torres	Ph.D.	Colorado Univ.	EUA
José Juliano de Carvalho Filho	Doutor	USP	BRA
José Paulo Zeetano Chahad	Doutor	USP	BRA
José Roberto Mendonça de Barros	Doutor	USP	BRA
José Tiacci Kirsten	Doutor	USP	BRA
Juan Hersztajn Moldau	Ph.D.	Vanderbilt	EUA
Juarez Alexandre Baldini Rizzieri	Doutor	USP	BRA
Luiz Augusto de Queiroz Ablas	Dr.	Aix. Maiselle	FRA
Luiz Martins Lopes	Doutor	USP	BRA
Maria Crisrtina Cacciamali	Doutor	USP	BRA
Martin Lu	Mestre	Paris Univ.	FRA
Maurício Barata de Paula Pinto	Ph.D.	John Hopkins	EUA
Paolo Enrico Maria Zaghen	Ph.D.	Califórna Univ.	EUA
Paul Israel Singer	Adjunto	USP	BRA
Paulo César Milone	Ph.D.	Harvard Univ.	EUA
Roberto Brás Matos Macedo	Ph.D.	Harvard Univ.	EUA
Seiti Kaneko Endo	Doutor	USP	BRA
Sérgio Buarque de Hollanda Filho	Doutor	USP	BRA
Silvia Maria Schor	Doutor	USP	BRA
Simão David Silber	Ph.D.	Yale	EUA
Tamás Szmrecsanyi	Doutor	USP	BRA
Walter Alves	Doutor	USP	BRA
Zélia Maria Cardoso de Melo	Doutor	USP	BRA

FIPE - 1985 (continuação)

Disciplinas

Análise de Política Econômica	Estudos de Problemas Brasileiros
Análise Econômica dos Recursos Humanos	Finanças Públicas
Cooperativismo	História do Brasil Contemporâneo
Demografia Histórica	Inovação , Tecnologia e Desenvolvimento
Des. Cap. Mundial	Macroeconomia
Desen. Econômico	Matemática p/ Economistas
Econometria	Microeconomia
Economia Agrícola	Modelos Multivariados
Economia Brasileira	Organização Industrial
Economia da Alimentação e Nutrição	Política de Desenvolvimento Regional e Urbano
Economia da Tecnologia	Política Monetária e Fiscal
Economia do Trabalho	Teoria do Valor
Economia Internacional	Teoria Monetária do Comércio Internacional
Estatística Geral	Tóp. de Distribuição de Renda

Quadro VII: USP - 1995

Corpo Docente	Qualificação		
Adolpho Walter Pimazoni Canton	Ph.D.	North Carolina	EUA
Adriano Romariz Duarte	Ph.D.	Ohio Univ.	EUA
Adroaldo Moura da Silva	Titular	USP	BRA
Affonso Celso Pastore	Doutor	USP	BRA
Alvaro Antonio Zini Junior	Ph.D.	Cornell	EUA
Ana Maria Afonso Ferreira Bianchi	Doutor	USP	BRA
André Franco Montoro Filho	Ph.D.	Yale	EUA
Andrea Sandro Calabi	Ph.D.	Berkeley	EUA
Antonio Carlos Coelho Campino	Doutor	USP	BRA
Antonio Evaldo Comune	Doutor	Paris 10	FRA
Antonio Zoratto Sanvicente	Ph.D.	Stanford	EUA
Basília Maria Baptista Aguirre	Doutor	USP	BRA
Carlos Alberto Longo	Ph.D.	Rice	EUA
Carlos Alberto Primo Braga	Ph.D.	Illinois Univ.	EUA
Carlos Antonio Luque	Doutor	USP	BRA
Carlos Roberto Azzoni	Doutor	USP	BRA
Celso Luiz Martone	Doutor	USP	BRA
Clúdio Affonso Vieira	Doutor	USP	BRA
Décio Katsushigue Kadota	Doutor	USP	BRA
Denisard Cnéio de Oliveira Alves	Ph.D.	Yale	EUA
Eduardo Giannetti da Fonseca	Ph.D.	Cambridge	ING
Eleutério Fernando da Silva Prado	Doutor	USP	BRA
Elizabeth Marcier Querido Farina	Doutor	USP	BRA
Eurico Hideki Ueda	Ph.D.	Vanderbilt	EUA
Fernando Bento Homem de Melo	Ph.D.	North Carolina	EUA
Francisco Vidal Luna	Doutor	USP	BRA
Guilherme Leite da Silva Dias	Doutor	USP	BRA
Hélio Nogueira da Cruz	Doutor	USP	BRA
Henrich Rattner	Titular	USP	BRA
Heron do Carmo	Doutor	USP	BRA
Iraci del Nero da Costa	Doutor	USP	BRA
João Sayad	Ph.D.	Yale	EUA
Joaquim Eloi Cirne de Toledo	Ph.D.	MIT	EUA
José Carlos de Souza Santos	Doutor	USP	BRA
José Flávio Motta	Doutor	USP	BRA
José Juliano de Carvalho Filho	Doutor	USP	BRA
José Paulo Zeetano Chahad	Doutor	USP	BRA
José Roberto Mendonça de Barros	Doutor	USP	BRA
Juan Hersztajn Moldau	Ph.D.	Vanderbilt	EUA
Juarez Alexandre Baldini Rizzieri	Doutor	USP	BRA
Leda Maria Paulani	Doutor	USP	BRA
Lenina Pomeranz	Doutor	Patrice Lumumba	CONGO
Luiz Augusto de Queiroz Ablas	Dr.	Aix. Maiselle	FRA
Marcos Eugênio da Silva	Doutor	USP	BRA
Maria Crisrina Cacciamali	Doutor	USP	BRA
Maurício Barata de Paula Pinto	Ph.D.	Johns Hopkins	EUA
Milton de Abreu Campanari	Ph.D.	Cornell	EUA
Nelson Hideiki Nozoe	Doutor	USP	BRA
Paolo Enrico Maria Zaghen	Ph.D.	Califórna Univ.	EUA
Paul Israel Singer	Adjunto	USP	BRA
Paulo César Milone	Ph.D.	Harvard Univ.	EUA
Ricardo Abromovay	Doutor	USP	BRA
Seiti Kaneko Endo	Doutor	USP	BRA
Sérgio Buarque de Hollanda Filho	Doutor	USP	BRA
Silvia Maria Schor	Doutor	USP	BRA
Simão David Silber	Ph.D.	Yale	EUA
Vera Lúcia Fava	Doutor	USP	BRA

FIPE - 1995 (continuação)

Disciplinas

Desenvolvimento Econômico	História do Brasil Contemporâneo
Econometria I a III	História do Capitalismo e Pensamento Econ.
Economia Agrícola	Macroeconomia I a V
Economia Brasileira	Microeconomia I a III
Economia da Alimentação e Nutrição	Modelos Multivariados
Economia da Tecnologia	Nova Economia Internacional
Economia do Setor Público	Organização Industrial
Economia do Trabalho I e II	Política Científica, Inovação Tecn. e Sociedade
Economia e Ideologia	Política Monetária e Fiscal
Economia Internacional	Seminários de Macroeconomia
Economia Matemática	Teoria do Valor I e II
Economia Monetária	Teoria dos Mercados Financeiros
Elaboração e Análise de Projetos	Teoria Inflacionária e Inflação Brasileira
Estatística Geral	Teoria Monetária do Comércio Internacional
Fundamentos Metodológicos da Economia	Tóp. de Distribuição de Renda I e II
História das Idéias Econômicas	

Quadro VIII: PUC-Rio Fundação em 1977

Corpo Docente	Qualificação		
Alberto de Mello e Souza	Ph.D	Michigan	EUA
Alberto Sozin Furuguem	Mestre	EPGE	BRA
Alfredo Luiz Baumgarten Jr.	Mestre	EPGE	BRA
Aloísio Barbosa de Araújo	Doutor	Paris I	FRA
Carlos von Doellinger	Mestre	EPGE	BRA
Claúdio Moura Castro	Ph.D.	Vanderbilt	EUA
Claúdio Roberto Contador	Ph.D.	Chicago	EUA
Dionísio Dias Carneiro Netto	M.A.	Vanderbilt	EUA
Dorothea F. F. Werneck	Ph.D.	Boston College	EUA
Erich Willner	M.S.	Drexel	EUA
Eustaquio Reis	M.A.	MIT	EUA
Fernando Antonio Rezende	M.A.	Vanderbilt	EUA
Fernando Holanda Barbosa	Ph.D.	Chicago	EUA
Francisco Lafaiete Lopes	Ph.D.	Harvard	EUA
Hamilton Carvalho Tolosa	Ph.D.	Pennsylvania	EUA
Issac Kerstenetsky	M.A.	Gill	EUA
José Tavares de Araújo Jr.	Mestre	EPGE	BRA
Luiz Roberto Azevedo Cunha	M.A.	Vanderbilt	EUA
Marcelo de Paiva Abreu	Ph.D.	Cambridge	ING
Milton Pereira Assis	Ph.D.	Johns Hopkins	EUA
Paulo César Motta	Ph.D.	Kansas	EUA
Paulo Vieira da Cunha	Ph.D.	Berkeley	EUA
Pedro Malan	Ph.D.	Berkeley	EUA
Regis Bonelli	Ph.D.	Berkeley	EUA
Rogério L. Furquim Werneck	Ph.D.	Harvard	EUA
Sebastião Marcos Vital	Mestre	EPGE	BRA
Tomaz Schneider	M.A.	Vanderbilt	EUA
Wanderly Manso de Almeida	M.A.	Vanderbilt	EUA
Wilson Suzigan	Mestre	EPGE	BRA

PUC-Rio - 1987 (continuação)

Disciplinas do Mestrado em Economia do Setor Público*Obrigatórias*

Matemática	Teoria Económica II
Estatística	Macroeconomia
Métodos Estatísticos e Económétricos	Seminário de Política Económica I e II
Teoria Económica I	Estudo de Problemas Brasileiros

Eletivas

Teoria da Decisão	Política de Emprego
Análise e Comportamento Organizacional	Política Agrícola
Planejamento da Política Económica	Tópicos Especiais de Política Econ. I, II e III.
Teoria do Planejamento	Estado e Economia: Exper.Histórica Brasileira
Programação Económica	Teoria Económica III
Programação Industrial	Tópicos Especiais em Teoria Económica
Finanças Públicas	Economia Internacional
Economia do Setor Público Produtivo	Economia Monetária
Análise Social de Investimento	Economia Matemática
Planejamento e Controle	Econometria
Política de Estabilização	Tópicos Especiais em Métodos Quantitativos
Política Creditícia e Bancária	História Económica do Brasil
Política de Comércio Exterior	História Económica Geral
Política de Investimento Estrangeiro	Tópicos Especiais em História Económica
Política de Desenvolvimento Regional e Urbano	História do Pensamento Económico
Política de Organização Industrial	Sistemas Económicos Comparados
Política Tecnológica	Seminário de Pesquisa

Quadro IX: PUC-Rio - 1987

PUC/RJ

Em 1987

Corpo Docente		Qualificação	
Dionísio Dias Carneiro Netto	M	Vanderbilt Univ.	EUA
Edmar Lisboa Bacha	D	Yale Univ.	EUA
Eduardo Marco Modiano	D	M.I.T.	EUA
Edward J. Amadeo Swaelen	D	Harvard Univ.	EUA
Francisco L. de Padua Lopes	D	Harvard Univ.	EUA
Gustavo Henrique Barroso Franco	D	Harvard Univ.	EUA
José Márcio A. G. Camargo	D	M.I.T.	EUA
Luiz Aranha Correa do Lago	D	Harvard Univ.	EUA
Marcelo de Paiva Abreu	D	Cambridge Univ.	Inglaterra
Pedro L. Bodin de Moraes	D	M.I.T.	EUA
Régis Bonelli	D	Univ. Califórnia	EUA
Ricardo Paes de Barros	D	Univ. Chicago	EUA
Rogério L. Furquim Werneck	D	Harvard Univ.	EUA
Winston Fritsch	D	Cambridge Univ.	Inglaterra

Disciplinas do Mestrado em Economia

Obrigatórias

Teoria Econômica A	Estudos de Problemas Brasileiros
Teoria Econômica B	Inglês
Teoria Econômica C	Dissertação de Mestrado
Métodos Matemáticos em Economia	Macroeconomia
Estatística	Seminário de Política Econômica I
Métodos Estatísticos e Econométricos	Seminário de Política Econômica II

Eletivas

Teoria da Decisão	Política de Emprego
Análise e Comportamento Organizacional	Política Agrícola
Planejamento da Política Econômica	Tópicos Especiais de Política Econômica I, II e III.
Teoria do Planejamento	Estado e Economia: Experiência Histórica Brasileira
Programação Econômica	Teoria Econômica III
Programação Industrial	Tópicos Especiais em Teoria Econômica
Finanças Públicas	Economia Internacional I e II
Economia do Setor Público Produtivo	Economia Monetária
Análise Social de Investimento	Economia Matemática
Planejamento e Controle	Econometria
Política de Estabilização	Tópicos Especiais em Métodos Quantitativos
Política Creditícia e Bancária	História Econômica do Brasil
Política de Comércio Exterior	História Econômica Geral
Política de Investimento Estrangeiro	Tópicos Especiais em História Econômica
Política de Desenvolvimento Regional e Urbano	História do Pensamento Econômico
Política de Organização Industrial	Sistemas Econômicos Comparados
Política Tecnológica	Seminário de Pesquisa
Mercado de Trabalho e Distribuição de Renda	Relações Industriais I e II

PUC/RJ

Em 1995

Corpo Docente		Qualificação	
Marcelo de Paiva Abreu	D	Cambridge Univ.	Inglaterra
Edward J. Amadeo Swaelen	D	Harvard Univ.	EUA
Marco Antonio C. Bonomo	Ph.D.	Princeton	EUA
José Márcio A. G. de Camargo	D	M.I.T.	EUA
Dionísio Dias Carneiro Netto	M.	Vanderbilt Univ.	EUA
Marcio Gomes Pinto Garcia	Ph. D.	Stanford	EUA
Gustavo M. Gonzaga	Ph. D.	California	EUA
Rogério L. Furquim Werneck	D	Harvard Univ.	EUA
Régis Bonelli	D	Univ. Califórnia	EUA
Luiz Aranha Correa do Lago	D	Harvard Univ.	EUA
Rubens Penha Cysne	D	EPGE/FVG	BRA
Francisco Lafaite de Pádua Lopes	Ph.D.	Harvard Univ.	EUA
Getúlio Borges da Silveira Filho	Ph.D.	LSE	ING
Humberto Atayde	M.	IMPA	BRA
Klaus Vasconcelos	Ph.D.	Warwick	ING
Joseph Krislov	Ph.D.	Kentucky	EUA
Werner Baer	Ph.D.	Harvard	EUA
Andrew Bernard	Ph.D.	Stanford	EUA
Rene Garcia	Ph.D.	Princeton	EUA
Pierre Perron	Ph.D.	Yale	EUA

Quadro X: IEL/UFRJ - Fundação em 1979

Corpo Docente		Qualificação	
Adilson de Oliveira	Docteur 3-ème cycle	Glenoble	FRA
Aloísio Barbosa de Araújo	Docteur 3-ème cycle	Paris I	FRA
Américo Cury	Bacharel	UFRJ	BRA
Antonio Cláudio L. P. Sochaczewski	Doutor	LSE	ING
Antônio Dias Leite	Doutor	UFRJ	BRA
Dorothea Fonseca Furquim Werneck	Doutor	Boston College	EUA
Hélio Schlittler Silva	Doutor	USP	BRA
Jacob Frenkel	Doutor	Ney York University	EUA
João Luiz Maurity Saboia	Ph.D.	Berkeley	EUA
José Antonio Ortega	Doutor	UFRJ	BRA
José Ricardo Tauille	Doutor	New School, NY	EUA
Marcelo Paiva Abreu	Ph.D.	Cambridge	EUA
Maria da Conceição Tavares	Livre Docente	UFRJ	BRA
Sulamis Dain	Doutor	UNICAMP	BRA
Winston Fritsch	Doutor	Cambridge	EUA

Disciplinas**Obrigatórias**

Estatística	Modelos Estruturais de Produção e Preço
Matemática	Microeconomia
Análise Econômica	Macroeconomia Dinâmica
Métodos Quantitativos	Econometria

Eletivas

História do Desenvolvimento Tecnológico	Economia da Tecnologia I e II
Industrialização Brasileira	Economia Industrial I e II
Experiências Industriais Comparadas	Política Científica e Tecnológica
História e Metodologia da Ciência	Política Industrial
Sistema Financeira e Industrialização	Trabalho e Progresso Técnico
Economia Brasileira Recente	Evolução Recente da Econ. Internacional
Seminários	Estudo de Problemas Brasileiros

Quadro XI: IEI/UFRJ - 1985

Corpo Docente	Qualificação		
Aloísio Teixeira	Doutor	UNICAMP	BRA
Anna Jaguaribe			
Antonio Barros de Castro	Doutor	UNICAMP	BRA
Eduardo A. Guimarães			
Edward J. Amadeo	Ph.D.	HARVARD	EUA
Fernando Cardin			
Francisco E. Pires de Souza			
João Carlos Ferraz			
Jonas Zoninsein			
José Claudio F. da Silva			
José L. Fiori	Doutor	USP	BRA
José Ricardo Tauille			
Júlio S. Gomes de Almeida	Mestre	UNICAMP	BRA
Maria Bárbara Levy			
Maria da Conceição de Almeida Tavares	Titular		
Maria L. Werneck			
Maria Valéria Junho Pena			
Mário Possas			
Paulo Bastos Trigre			
Paulo de Tarso			
Ricardo Bielschowsky	Doutor	Leicester	ING
Roberto Bouzas			
Sulamis Dain			
Vera Pereira			
Victor Prochnik			

Disciplinas

Economia Brasileira	Economia Industrial
Macroeconomia	Estado e Industrialização I e II
Microeconomia	História da Industrialização Mundial
Tópicos Especiais em Políticas Públicas	Sistema Financeiro e Industrialização
Macroeconomia Dinâmica	Teoria Econômica I, II e III
História da Industrialização Brasileira	Experiências Industriais Comparadas
Economia do Trabalho I e II	Econometria
Economia da Tecnologia	Estatísticas Econômicas

Quadro XII: IEI/UFRJ - 1995**Corpo Docente**

Adilson de Oliveira	João Lizardo
Aloísio Teixeira	João Sabóia
André Urani	José Antonio Ortega
Antônio B. de Castro	José Cláudio
Antônio Carlos Peixoto	José Eduardo Cassiolato
Antônio Maria da Silveira	José Luís Fiori
Carlos Medeiros	José Ricardo Taulle
Claúdio Salm	Luís C. D. Prado
David Kupfer	Maria L. Werneck
Edmar Bacha	Marilda Sotomayor
Eduardo Augusto	Mário Possas
Emani Teixeira	Paulo Tigre
Fábio Erber	Reinaldo Gonçalves
Fernando Cardin	Ricardo Paes e Barros
Francisco Eduardo	Ricardo Tolipan
Franklin Serrano	Rogério Studart
Getúlio Borges	Victor Prochnik

Disciplinas

Econometria I e II	Macroeconomia I a IV
Economia Internacional	Métodos Quantitativos
Economia Política	Microeconomia I a IV
Economia Política das Relações Intern.	Modelos Dinâmicos em Economia Financeira
Estatística	Planejamento Econômico e Distribuição de Renda
Experiências Industriais Comparadas	Política Industrial
Filosofia Econômica	Sistemas de Bem-Estar
Firma e Tecnologia	Técnicas do Planejamento
Fundamentos Matemáticos para a Análise Ec.	Teoria das Finanças das Empresas
Indústrias de Energia	Teoria do Valor e dos Preços
Macrodinâmica	Tópicos de Política Econômica

Quadro XIII: FGV/SP - 1985

Corpo Docente-1985

Alkimar Ribeiro Moura
Armando Barros de Castro
Carlos Ernesto Ferreira
Domingo Zurron Ócio
Eduardo Matarazzo Suplicy
Elcior Santana
Fernando Maida Dall'Acqua
Geraldo Gardenalli
José Antonio Martins
Luiz Antônio de Oliveira Lima
Luiz Carlos Bresser Pereira
Luiz Carlos Merege
Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque
Plinio Nastari
Robert Norman Vivian Cajado Nicol
Sérgio Miceli
Wladimir Puggina
Yoshiaki Nakano

Mestrado em Administração

Área de Concentração-Economia de Empresas-1985

Seminário de Metodologia de Pesquisa e Orientação Monográfica
Economia Brasileira
Economia Matemática
Economia Industrial
Economia do Estado
Análise e Avaliação de Projetos
Econometria
Teoria e Política Monetária
Economia Urbana e Regional
Desenvolvimento Econômico

Mestrado em Administração Pública

Área de Concentração-Economia e Finanças Públicas-1985

Estado e Sociedade no Brasil
Organizações Burocráticas Públicas
Finanças Públicas
Teoria Política
Macroeconomia
Teoria Econômica
Economia do Estado
Planejamento e Orçamento Público
Seminário Avançado Finanças Públicas e Intervenção do Estado

Quadro XIV: FGV/SP - 1989

Corpo Docente

Alkimar Ribeiro Moura
Arthur Barrionuevo Filho
Carlos Ernesto Ferreira
Carlos Faro Passos
Domingo Zurrón Ócio
Eduardo Matarazzo Suplicy
Evaldo Alves
Fernando Holanda Barbosa
Fernando Maida Dall'Acqua
Geraldo Gardenalli
Gustavo J.L. Loyola
Luiz Antônio de Oliveira Lima
Luiz Carlos Bresser Pereira
Luiz Carlos Merege
Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque
Paulo de Tarso André
Pierre Jacques Erlich
Robert Norman Vivian Cajado Nicol
Yoshiaki Nakano

Curso de Mestrado em Economia de Empresas - Disciplinas

Obrigatórias

Macroeconomia Básica
Macroeconomia Avançada
Economia Clássica
Pensamento Neoclássico
Teoria e Política Econômica
Economia Brasileira
Econometria
Finanças Públicas
Metodologia e Pesquisa

Eletivas

Teoria Superior de Finanças
Seminário Avançado de Política Financeira
Política Industrial e Desenvolvimento Econômico
Matemática para Economistas
Teoria e Política Monetária
Planejamento e Orçamento Público
Economia do Estado
Economia de Empresas
Diretrizes de Negócios e Planejamento Empresarial
Tópicos Avançados em Macroeconomia

Quadro XV: FGV/SP - 1995

Curso de Mestrado em Economia de Empresas

Corpo Docente	Qualificação		
Alkimar Ribeiro Moura	Ph. D.	Michigan	EUA
Arthur Barrionuevo Filho	Doutor	USP	BRA
Carlos Ernesto Ferreira	Doutor	California	EUA
Demóstenes Madureira Pinho Neto	Ph. D.	Berkeley	EUA
Domingo Zurron Ócio	Doutor	FGV/SP	BRA
Eduardo Matarazzo Suplicy	Ph.D.	Michigan	EUA
Fernando Maida Dall'Acqua	Ph.D.	Wisconsin	EUA
Fernando Holanda Barbosa	Ph.D.	Chicago	EUA
Geraldo Gardenalli	Mestre	FGV/SP	BRA
Gesner José de Oliveira Filho	Ph.D.	Berkeley	EUA
Guillermo Roberto Butron Tomás Málaga	Ph.D.	UCLA	EUA
José Márcio R. Rego	Doutorando	FGV/SP	BRA
Luiz Antônio de Oliveira Lima	Doutor	UNICAMP	BRA
Luiz Carlos Bresser Pereira	Doutor	USP	BRA
Luiz Carlos Merege	Ph.D.	Syracuse	EUA
Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque	Ph.D.	Harvard	EUA
Marcos Fernandes Gonçalves da Silva	Doutor	USP	BRA
Paulo Nogueira Batista Júnior	Mestre	LSE	ING
Robert Norman Vivian Cajado Nicol	Doutor	USP	BRA
Samuel de Abreu Pessoa	Doutor	USP	BRA
Yoshiaki Nakano	Mestre	Cornell	EUA

Disciplinas

Obrigatórias

Econometria I e II
Economia Brasileira
Economia Clássica
Economia Matemática
Macroeconomia I, II e III
Microeconomia I, II e III
Diretrizes de Negócios e Planej. Empresarial
Administração Financeira
Teoria e Política Monetária
Organização Industrial

Eletivas

Estratégias p/ Negócios Internacionais	Refor. Mon. , Estab., Set. Externo
Form. Imp. e Aval. De Proj. em Serv. Urbanos	Sem. de Acomp. Monogr. de AP
Gestão Avanç. de Riscos na Ativ. Bancária	Teoria Superior de Contabilidade
Gestão Empresarial de Tecnologia	Teoria Superior de Finanças
Metod. Cient. em Economia e Dissertação	Tópicos Avanç. em Estrat. de Negócios
Modelos de Decisão em Administração	Aplicação do TQM na Organização
Orçamento Público	Seminário Avançado em Pol. de Estab.
Orientação Monográfica	Seminário Avançado em Econ. Intern.
Políticas de Governo	Macroeconomia Avançada

Notas Conclusivas do Desenvolvimento do Centros de Pós-Graduação

É possível considerar que o aspecto técnico-instrumental é predominante na FGV-SP, EPGE e FIPE. Tal aspecto também se apresenta, porém com menor ênfase curricular e histórico-institucional, na PUC-RJ, IE-UNICAMP e IEI-UFRJ. Nestas as vertentes históricas e sociológicas também imprimiram-se com significativo vigor. Na primeira sob a perspectiva da economia do setor público e do planejamento político-econômico. Na segunda sob a perspectiva histórica da industrialização e do desenvolvimento econômico brasileiro. Em ambas o aspecto instrumental esteve articulado de forma mais integrada às questões sociológicas, políticas e históricas. Já naquelas onde o aspecto instrumental foi predominante, é lícito afirmar que a preocupação com tais aspectos e com os pensadores clássicos se fez mais presente na USP do que na FGV. A primeira configura-se mais como instituição acadêmico-universitária e a segunda como centro de excelência, mesclando preocupações acadêmicas e profissionalizantes em maior grau. Em ambas instituições houve uma forte influência do ensino econômico norte-americano. Tal ensino embutia a idéia de um desenvolvimento capitalista internacional compatível ao desenvolvimento nacional. Os acordos/convênios mencionados na primeira parte são expressão viva de tal idéia. Por fim, o estudo econômico que sofreu maior influência das vertentes sociológicas, políticas e, sobretudo, históricas, foi o Instituto de Economia da UNICAMP. Nesta instituição o aspecto instrumental é menos valorizado, senão criticado como condizente a interesses internacionais avessos a um efetivo desenvolvimento nacional socialmente sustentável.

O currículo obrigatório da UNICAMP expressa a preocupação com a revisão dos traços centrais do desenvolvimento da economia mundial e da economia brasileira. Tal preocupação reafirma a importância da questão histórica no seu Curso de Pós-Graduação. Isto nos permite apontar para uma vertente mais sociológica e histórico-institucional do que propriamente técnica ou instrumental.

A análise da grade curricular e do conteúdo programático do curso da PUC-Rio permite apontar para um ensino da economia fortemente marcado pelo interesse em torno do setor público e da ação estatal no planejamento e coordenação da política-econômica. Tal perfil, embora contenha a preocupação com os aspectos instrumentais da formação, faz do conhecimento sociológico não somente um elemento de formação cultural merecedor de

importância, mas sim o vê como parte constitutiva da formação básica do economista, particularmente daqueles dedicados à referida problemática da política econômica no setor público. Isto implica em uma ligação estreita do programa às questões das realidades econômica e social brasileiras.

A Pós-Graduação em Economia na FGV-SP surgiu oficialmente em 1989, mas desde o regimento de 1973 as disciplinas Desenvolvimento Econômico, Teoria e Instituições Monetárias e Economia de Empresas já figuravam como disciplinas específicas do curso de Pós-Graduação em Administração de Empresas (iniciado em 1959), particularmente da área de concentração intitulada Economia de Empresas. Nesta mesma área de concentração também eram ministradas disciplinas eletivas, a saber: Economia Brasileira, Elaboração e Avaliação de Projetos, Política Econômica, Econometria e Seminário Avançado de Economia. Ou seja, o curso configurava-se como predominantemente administrativo ao mesmo tempo que abarcava duas áreas de concentração voltadas aos estudos econômicos, sendo uma com ênfase jurídico-empresarial (Direito Econômico e Empresarial) e outra com ênfase econômica-administrativa (Economia de Empresas), além de uma área sociológico-administrativa (Sociologia de Empresa e do Estado). Tal fato nos demonstra por um lado um acento administrativo no embrião do estudo de Pós-Graduação em Economia e, por outro, uma possibilidade de diálogos da Administração com a Economia, a Sociologia e o Direito, confirmando, desse modo a aludida vocação generalista.

Em 1985, o regimento aponta para reformulações que nos permitem identificar um fortalecimento do acento administrativo outrora já predominante, ao mesmo tempo que constituíam-se um maior número de disciplinas eletivas na área de concentração em Economia de Empresas (que então já figurava também no curso de doutorado em Administração). Vale então mencionar as disciplinas eletivas - Economia Brasileira, Seminário de Metodologia de Pesquisa e Orientação Monográfica, Economia Matemática, Economia Industrial, Economia do Estado, Análise e Avaliação de Projetos, Econometria, Teoria e Política Monetária, Economia Urbana e Regional e Desenvolvimento Econômico. Assim, se no período de 74 a 85 figurava uma diversidade no corpo docente que abarcava nomes como o de Sérgio Miceli e Mauricio Tragtemberg (do FSJ), ou seja, de uma diversidade que abarcava importantes elementos do pensamento sociológico, em 1989

predominava o corpo docente mais afim às áreas de Administração e Economia, ainda que incluindo professores fortemente influenciados pelo pensamento crítico da sociologia, tais como Luiz Carlos Bresser Pereira e Luiz Antonio O. Lima.

Já nas áreas de Economia Industrial e de Tecnologia da UFRJ, os estudos relativos à estrutura industrial e dinâmica econômica envolvem temas como: avaliação macro-econômica da importância relativa dos diferentes setores industriais; estudos setoriais (incluindo questões da estrutura industrial brasileira, evolução das principais empresas do setor de transformação industrial e estudos de políticas industriais e suas repercussões e consequências em setores específicos); pesquisa no setor de Engenharia na Indústria de Construção ou “Engenharia Pesada”; grandes empresas nacionais (na indústria, sistema financeiro e bancário e setor de serviços); empresas estatais; empresas multinacionais (histórico da evolução dos principais cartéis internacionais); política econômica e política industrial. Na área de política científica e tecnológica - área onde haviam fortes interesses de instituições como CNPq, FINEP e MIC, abordam-se estudos setoriais nos quais se analisavam: políticas explícitas e implícitas de ciência e tecnologia; a influência destas na realização de atividades científicas e tecnológicas e importação de tecnologia; as consequências dos desenvolvimentos industrial, científico e tecnológico advindo de tais políticas; industrialização e urbanização; tecnologia e processo de trabalho; efeito da tecnologia sobre o nível de emprego; progresso técnico e consequências econômicas; progresso técnico nos países subdesenvolvidos, etc. Assim, o ensino se caracterizava por diversidade temática e pluralidade metodológica, mas com clara ênfase em Economia Industrial.

Vale adicionar que enquanto na USP e FGV-RJ o modelo *hard science* figura-se como predominante (ainda que amenizado pela tradição clássica uspiana), na PUC-RJ e na UFRJ tal modelo mescla-se mais facilmente ao modelo *soft science*. Já na UNICAMP a predominância é do modelo *soft science*, ainda que na atualidade as preocupações instrumentais e quantitativas tenham sido inevitavelmente incluídas ao longo dos desdobramentos curriculares do DEPE e do Instituto de Economia. Vale também apontar que embora as relações *soft science* - vertente ciências humanas e *hard science* - vertente

técnico-instrumental não sejam imediatas e inequívocas, são, por outro lado, passíveis de serem consideradas, minimamente, como mais condizentes umas às outras.

Por outro lado, se é possível aproximar o perfil preponderante da economia na USP aos princípios defendidos pelos ideólogos da FGV, é inegável que seu ensino herda uma tradição européia que, de forma mais ou menos latente, acompanha a forte influência norte-americana que se instituiu como hegemônica. Tal influência possibilitou uma mescla da concepção *soft* com a concepção *hard*, possivelmente mais intensa da ocorrida na EAESP e na EPGE. Também é possível considerar que se estes três centros receberam impulsos tanto do governo brasileiro quanto do americano, comparativamente à EPGE, a EAESP e a FIPE, por localizarem-se em São Paulo, tiveram o apoio de um importante segmento do empresariado nacional, o empresariado paulista.

Da análise de alguns programas recentes de Macroeconomia, Microeconomia e Economia Brasileira (a disciplina com conteúdo mais heterogêneo) dos seis centros estudados podemos extrair algumas conclusões:

Macroeconomia

Os cursos de Macroeconomia I são introdutórios e extensos. Na UNICAMP, a preferência é clara no sentido da leitura dos originais (Keynes, Kalecki, Hicks e Modigliani) em detrimento dos modernos manuais. Mesmo os textos atuais que são recomendados, alguns de jovens autores brasileiros, expressam uma visão mais próxima do modelo *soft*. A análise do programa da UFRJ nos leva a mesma conclusão, com a observação de que o único autor brasileiro sugerido é o próprio professor da disciplina.

Na FGV/SP, o predomínio absoluto é de autores mais recentes nas leituras do curso. A distribuição das leituras por década em que foi produzida é a seguinte:

Década	Número de Leituras
30 (Hicks)	1
50 (Phillips)	1
60 (Tobin e Friedman)	3
70	9
80 e 90	56

Cabe a observação de que a maioria são artigos que se encontram nos principais *journals* americanos, e que não consta nenhum artigo escrito por um brasileiro.

Na PUC-RJ, no curso Macro II, a concentração de leituras é forte nos autores americanos e na ênfase e nas contribuições da moderna econometria e dos modelos de desenvolvimento econômico. Na EPGE, a carga dos cursos de Macroeconomia é dividida em quatro módulos trimestrais, sendo que todos os textos adotados são dos últimos quinze anos e de autores estrangeiros (com exceção de Simonsen e Cysne). Na FEA/USP, os programas selecionados abarcam a leitura de Keynes e de manuais neo-keynesianos em 85 e 95, sendo que atualmente vários cursos da área são calcados nos teóricos modernos.

Microeconomia

Na UNICAMP, o curso é calcado em autores modernos, apresentando inclusive tópicos da moderna teoria dos jogos, autores neo-schumpeterianos e novos-keynesianos, sem nenhuma referência aos clássicos da área, como Walras ou Marshall. Já na UFRJ há uma evidente mescla entre autores contemporâneos e antigos. A lista de leitura contempla artigos escritos em todas as décadas deste século.

Na FGV/SP, o curso de Micro II concentra-se em Organização Industrial e o de Micro III é totalmente calcado em teoria dos jogos, assim como o de Micro II na PUC-RJ. Na EPGE, os três módulos de Microeconomia mesclam os modernos manuais de micro com tópicos em economia da informação e teoria dos jogos. Na USP, a concentração é de textos mais antigos, das décadas de 40 a 60, buscando varrer os temas tradicionais da matéria (Micro I) desdobramentos mais recentes (Micro II) e teoria dos jogos (Micro III).

História Oral

Até meados da década de 50, existia um predomínio absoluto das fontes escritas no estudo da história. Atribuía-se às fontes seriais e às técnicas de quantificação uma importância fundamental. O recolhimento de depoimentos era condenado devido a sua subjetividade, levantando-se dúvidas sobre as visões distorcidas que apresentavam. Uma outra crítica comum era que a experiência particular não permitiria generalizações⁴⁴.

⁴⁴ Veja, por exemplo, Levi (1989)

Nos anos 50, a História Oral ganha algum espaço com o papel de preencher lacunas que não estavam presentes nos documentos. Nesta primeira fase, privilegiou-se os depoimentos de membros da elite para procurar verificar a atuação dos grupos dominantes na história. Em seguida tomou-se depoimentos de classes (negros, mulheres, imigrantes, etc.) para tentar recuperar a história do ponto de vista de quem estava à margem da mesma e, portanto, não poderia ter registrada a sua posição. Sem dúvida, a invenção do gravador teve um papel crucial para expansão deste método de pesquisa.

No final dos anos 70 o método de recolhimento de depoimentos ganhou grande força. Em primeiro lugar, os estudos da história do século XX permitiam que os próprios interlocutores fossem entrevistados. Por outro lado, a revalorização do papel do indivíduo nos processos de tomada de decisão deu maior oportunidade ao uso de depoimentos orais. Os arquivos escritos dificilmente deixam transparecer os complicados processos decisórios. Além do mais, o estudo das instituições também abre um importante ramo para a História Oral. “Os depoimentos não só auxiliam na reconstrução de organogramas administrativos e no esclarecimento das funções dos diferentes órgãos, como permitem novas análises sobre suas relações e sobre o processo de tomada de decisão. Possibilitam também refletir sobre temas como o *esprit de corps* dos funcionários, permanências e transformações em seus conflitos generacionais, em seus projetos e representações” (Ferreira [1994] pg. 7)

Uma outra função da história oral é justamente o cerne da crítica de trinta anos atrás. A história das representações, do imaginário social, implica em analisar o passado pelo presente a partir da relação entre história e memória, o que corresponde a uma visão menos determinista. A crítica de subjetividade⁴⁵ em contrapartida à história seriada, objetiva, é uma grande falácia. Mesmo supondo que os ‘documentos’ são livres de qualquer subjetividade (uma suposição extremamente forte), o historiador deve interpretá-los e neste momento a subjetividade com certeza terá seu papel. Não se trata aqui de subestimar o papel dos documentos escritos, muito pelo contrário. O fato é que a História Oral associada ao levantamento de dados seriados pode ser extremamente útil na análise histórica.

⁴⁵ Para se ter uma idéia, pode-se encontrar em manuais de história não muito antigos a separação entre história e pré-história com o advento da escrita.

Apresentamos abaixo trechos selecionados de 9 depoimentos colhidos em 1995 em dois projetos do autor financiados pelo NPP, com Roberto de Oliveira Campos, Celso Monteiro Furtado, Antonio Delfim Netto, Maria da Conceição Tavares, Luiz Carlos Bresser Pereira, Mário Henrique Simonsen, Affonso Celso Pastore, Luiz Gonzaga Belluzzo e Edmar Lisboa Bacha. Aproveitaremos parte destes depoimentos para recuperar a história dos centros escolhidos. Como se pode observar, nossa amostra contém várias gerações dos centros, contemplando criadores e alunos dos mesmos. Para localizar a importância dos depoentes, apresentamos a seguir dados biográficos básicos.

Roberto de Oliveira Campos (1917)

Nascido em Cuiabá no ano de 1917, este economista, diplomata e político foi um dos mentores do modelo econômico levado a cabo pelo governo militar entre 1964 e 67. Participou da reunião em Bretton Woods para a definição do padrão monetário mundial, após o fim da II Guerra Mundial. Foi Embaixador, Professor na Universidade do Brasil (atual UFRJ), criador e primeiro presidente do BNDE e Ministro do Planejamento no governo Castello Branco (64-67). Em 82, elegeu-se Senador pelo Estado do Mato Grosso, e em 90 Deputado Federal pelo Rio de Janeiro.

Celso Monteiro Furtado (1920)

Bacharel em Direito, Celso Monteiro Furtado é um dos mais importantes economistas brasileiros. Realizou seu Doutorado em Economia na Universidade de Sorbonne em Paris e em seguida foi para a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) no Chile, onde permaneceu por cerca de 9 anos. Foi o idealizador e o primeiro Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), Ministro do Planejamento do governo João Goulart (1961-64) e Ministro da Cultura no governo Sarney (1985-89).

Antonio Delfim Netto (1929)

Antônio Delfim Netto fez a graduação na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, da qual se tornou catedrático. Foi uma das peças-chave da constituição e desenvolvimento do curso de Pós Graduação em Economia do IPE/USP. Dentre os seus livros, destaca-se a tese pioneira *O Problema do Café no Brasil*, de 1959.

Em 1966, ingressou na vida pública como Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo. Em 1967, assumiu o Ministério da Fazenda no Governo Costa e Silva, permanecendo no mesmo cargo no governo Médici. Em 1974 (Governo Geisel) foi nomeado Embaixador em Paris. Em 1979 retorna ao país como Ministro do Planejamento do governo Figueiredo. Foi eleito Deputado Federal Constituinte pelo PDS em 1986. Foi reeleito Deputado Federal em 1990 e 1994.

Maria da Conceição Tavares (1931)

Maria da Conceição Tavares licenciou-se em Matemática na Universidade de Lisboa em 1953 e em Ciências Econômicas na Universidade Federal do Rio de Janeiro (então Universidade do Brasil). Fez pós-graduação em desenvolvimento econômico na Cepal e na Universidade de Paris. Trabalhou no BNDE sob a chefia de Ignácio Rangel de quem se considera discípula. Trabalhou também para a Cepal-ONU na América Latina de 1962 a 1975, quando ajuda a fundar a Pós-Graduação em Economia da Unicamp. Também em 1975, obteve a livre-docência na UFRJ. Com a aposentadoria de Octávio Gôuvea de Bulhões, presta em 1978 concurso para Professora Titular em Macroeconomia, com a tese *Ciclo e Crise - O movimento recente da industrialização brasileira*.

Luiz Carlos Bresser Pereira (1934)

Luiz Carlos Bresser Pereira formou-se em Direito pela Universidade de São Paulo em 1957. Obteve seu Mestrado em Administração de Empresas na Michigan State University, em 1961. Fez cursos especiais na *Harvard University*. Em 1972 doutorou-se em Economia pela Faculdade de Economia e Administração da USP onde também obteve o título de Livre-Docente. Em 1959 tornou-se professor da Escola de Administração de Empresas (EAESP) da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, onde atualmente é Professor Titular. Iniciou sua participação na vida pública no governo Montoro onde foi Presidente do Banco do Estado de São Paulo - Banespa e posteriormente Secretário de Governo. Na Administração Federal foi Ministro da Fazenda no governo Sarney entre abril de 1987 e dezembro do mesmo ano. Atualmente, no governo Fernando Henrique Cardoso, é Ministro da Administração e da Reforma de Estado. No início da década de 80, fundou e tornou-se editor da *Revista de Economia Política*.

Mário Henrique Simonsen (1935)

O professor Mario Henrique Simonsen fez graduação em Engenharia na Escola Nacional de Engenharia, e em Economia na UERJ. É Doutor em Economia (1973) pela FGV/RJ. Foi um dos fundadores do Curso de Aperfeiçoamento de Economistas (CAE) da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro que daria origem à Escola de Pós Graduação em Economia (EPGE) em 1966. Foi presidente do Mobral (1969-74) assumindo em seguida a pasta da Fazenda no governo Geisel (1974-79). No governo Figueiredo foi Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento. Entre os próprios teóricos da teoria da inflação inercial é tido como um dos precursores desta teoria, com um famoso artigo sobre realimentação inflacionária publicado em 1970. Durante muitos anos foi membro do *Board* do *Citibank* em Nova York. É considerado um dos mais importantes economistas brasileiros. Dos livros que publicou destacam-se os manuais de *Microeconomia* e *Macroeconomia*, *Dinâmica Macroeconômica*, *Ensaio Analítico*, e mais recentemente *Trinta Anos de Indexação*. Atualmente é professor da EPGE e Vice-Presidente da Fundação Getúlio Vargas.

Affonso Celso Pastore (1940)

Affonso Celso Pastore é graduado em Economia pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, onde também realizou seu Doutorado, sob a orientação de Antônio Delfim Netto. Sua experiência no setor público compreende uma significativa passagem pela Secretaria da Fazenda do Governo Maluf. Posteriormente, foi Presidente do Banco Central do Brasil no Governo Figueiredo. Tem conciliado a sua atividade de Consultor Econômico com a de Professor dos Cursos de Pós-Graduação em Economia do IPE-USP. Apesar de poucos livros publicados, tem uma intensa produção acadêmica, com inúmeros artigos publicados em nossas mais importantes Revistas Acadêmicas. É referência obrigatória em Macroeconomia Brasileira, particularmente com relação a assuntos de política monetária.

Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo (1942)

Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo graduou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em 1965. Em 1975 obteve o título de Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas. No setor público foi Secretário Especial de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda entre 1985 e 1987 com importante participação na elaboração do Plano Cruzado. Entre 1988 e 1990 foi

Secretário de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo (Governo Quéricia) e Secretário Especial de Assuntos Internacionais do Estado de São Paulo (Governo Fleury) a partir de 1991. Além de Macroeconomia, em História do Pensamento Econômico é profundo conhecedor de Marx e Keynes. Foi um dos criadores do Curso de Economia da Unicamp onde permanece até hoje como Professor da Pós-Graduação. Entre os livros que publicou destacam-se *Valor e Capitalismo*, *Desenvolvimento e Crise no Brasil*, *Inflação Inercial e Teorias sobre Inflação* e *A Luta pela Sobrevivência da Moeda Nacional* (em co-autoria).

Edmar Lisboa Bacha (1943)

Edmar Lisboa Bacha formou-se em economia na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais em 1963. Obteve o Mestrado em Economia (1965) e o Doutorado em Economia (1968) na *Yale University*. Em 1969 foi pesquisador associado do *Massachusetts Institute of Technology* junto à Oficina de Planificação Nacional, em Santiago do Chile. Foi Professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas e Coordenador de Projetos de Pesquisa do IPEA no Rio de Janeiro, entre 1970 e 1971. A partir de 1972 passou a ser Professor da Universidade de Brasília onde fundou a pós-graduação em Economia. Posteriormente colaborou no desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Economia da PUC/RJ. Foi Presidente do IBGE no Governo Sarney, Assessor Especial do Ministro da Fazenda (Gestão Fernando Henrique Cardoso) e com a eleição de FHC para a Presidência da República recusa o convite para ser Ministro da Fazenda, aceitando porém a Presidência do BNDES.

Como colocam Aron-Shnapper e Hanet (1978), os depoimentos permitem obter dados que nenhuma testemunha, se não tivesse sido interrogada, teria sonhado ver se constituir em eventos históricos. Assim, os depoimentos que possuímos, confrontados com o processo de decisão, ajudam a entender como os processos decisórios foram analisados de “dentro” da instituição. Os conflitos políticos, “(...) as rivalidades com os pares, as redes de amizade, de partido e de escola”⁴⁶ permitem recuperar uma história que seria impossível ser realizada a partir de textos escritos.

⁴⁶ Ferreira (1994): 68.

Os primeiros entrevistados, na realidade não participaram dos centros como criadores ou como professores de carreira. No entanto, dada a importância destes dois pensadores para a história econômica nacional, estiveram ligados à criação dos centros mesmo que de maneira indireta. Isto pode ser verificado nos trechos abaixo. Quando perguntamos a **Roberto Campos**:

O senhor teve participação na criação da Fundação Getúlio Vargas?

Não, não tive nenhuma ação direta na Fundação Getúlio Vargas. Fui consultado quando da criação pelo Luiz Simões Lopes, que era muito meu amigo e na ocasião responsável pela CEXIM. Endosseí plenamente a idéia, apenas tinha reservas quanto ao nome, porque eu não era particularmente afeiçoado a Getúlio, não o achava uma forte inspiração intelectual, conquanto reconhecesse que ele tinha sido um modernizador, particularmente no tocante ao serviço público. Eu próprio entrei no serviço público por concurso do Itamaraty, sem conhecer ninguém, sem ter nenhum contato. Os exames eram objetivos, não havia realmente clientelismo ou filhotismo no recrutamento. O DASP (Departamento de Administração do Serviço Público) era uma grande organização importante para o setor público. Reconheci esse aspecto modernizador de Getúlio, mas não achava que o nome fosse adequado para uma organização de pesquisas, pois Getúlio não era particularmente intelectualizado. Mas não tive papel nenhum na formação do Instituto Brasileiro de Economia, limitei-me a escrever alguns artigos para as revistas e mantinha grande amizade com Bulhões e Gudin, que foram realmente os inspiradores do esforço econômico da Fundação, do IBRE e da revista *Conjuntura Econômica*.

O mesmo vale para **Celso Furtado**. No seu caso, no entanto, não foi uma opção própria. Como coloca Conceição, nunca deixaram que o nosso maior economista (sic.) entrasse na Universidade. Apesar dele ter sido excluído também da política econômica nacional, ele não relaciona estes dois fatos:

(...) o crime dos militares foi ter abortado o pouco de política social que tinha tentado se realizar. Eles com o negócio do comunismo, do medo do comunismo, e com as intrigas que a oligarquia fez. Aliás diga-se de passagem, que eu sei das informações que tive, que se me cassaram, se botaram para fora a mim, não foi tanto

por idéia não, foi com medo que eu fizesse política lá, e eu fazendo política eles sabiam que eu ia mudar aquele negócio, eles queriam se livrar de mim. Não foi militar não, foi a oligarquia de lá.

Foram os mesmo que dificultaram sua inserção acadêmica também?

Não, na minha inserção acadêmica não fiz muita força. Candidatei-me a um concurso, mas enquanto eu fui candidato não se fez o concurso, isso aí por outra intriga menor, mais barata, típica da coisa acadêmica.

Antonio Delfim Netto mostra bem dois aspectos do curso de economia na USP. Em primeiro lugar, que, ao contrário da EPGE (criada na mesma época), a USP teve forte influência das escolas européias. Além disso, fica claro um certo pluralismo na criação da escola, mesmo porque, foi criada por professores de vários departamentos. O fato de contarem com professores auto-didatas é destacado tanto por Delfim como por Conceição:

No início da escola, os professores eram todos auto-didatas. Nós tínhamos trazido para a USP, um professor francês, que era o Paul Hugon, (...) um professor formado na França, quer dizer, num estilo mais institucional. Ele chamava a atenção para a história do pensamento econômico. Dava um curso de Introdução à Economia, um curso francês, curto, baseado em pequenas leituras, que ele selecionava cuidadosamente e imprimia em um aparelho de gelatina, que eu tenho até hoje. Naquele tempo não existia nenhum livro, o Samuelson apareceu em 47, 48 nos Estados Unidos e só apareceu no Brasil quando eu já estava terminando o curso, acho que em 52, 53, saiu a tradução.

O senhor terminou o curso nessa época?

É, eu terminei o curso em 52. Naquele tempo, o livro-texto de todo mundo era o do professor Gudin⁴⁷, que só tinha o primeiro volume. (...) Para a parte de Teoria dos Preços, que a gente tinha sempre um certo cuidado, tínhamos um professor muito bom, o Dorival Teixeira Vieira, que também tinha sido assistente do Hugon e

⁴⁷ Gudin (1943) *Princípios de Economia Monetária*.

tinha um *approach* mais institucional, também ligado à história. Um curso muito interessante.

O livro que mais me influenciou nessa época era o livro do Bresciani Turrone, *Princípio de Economia Política*, que o primeiro volume cuidava de formação de preço, teoria do valor e o segundo da parte de moeda, de comércio internacional. Claro que tudo isso desapareceu, depois que apareceu Samuelson, ele produziu um estrago de tal natureza, que as pessoas acreditaram que toda a Economia vinha de Cambridge, Estados Unidos. No tempo que eu estudava era a linha de Cambridge na Inglaterra. Eu tive também um bom professor de matemática, a escola tinha um certo enfoque quantitativo, todo mundo passava lá uns tantos livros. Tinha também um professor que me influenciou muito, Heraldo Barbuy, que dava Sociologia. Era uma figura extraordinária, um homem de grande cultura, que dava uma informação muito grande sobre o mundo, sobre o pensamento, sobre uma certa forma de ver o mundo. Depois tivemos, em Estatística, um excelente professor que era o Luis de Freitas Bueno, um sujeito com uma intuição muito grande. Hoje eu fico surpreso de ver como o Bueno tinha uma intuição clara dessa moderna econometria.

De forma que eu tive bons professores. O curso, como lhe disse, era de autodidatas apoiado mais em livros, para quem gostava de estudar. Alguns livros eram chaves. No comércio internacional era o Harbeler⁴⁸, hoje nem se deve mais ouvir falar nisso. E todo o problema de macro, de conjuntura, que era dada pelo Roberto Pinto de Souza, também era baseada no Haberler, *Prosperidade e Depressão*. Quem tinha mais interesse, ou mais conhecimento, acabava pegando *Valor e Capital*⁴⁹. Keynes tinha chegado aqui há pouco tempo, acho que em 51, 52. O resto do pessoal que falava em Keynes não tinha a menor idéia do que ele estava dizendo. Aliás; a dúvida era se o Keynes sabia o que estava dizendo (risos). Mas, de qualquer forma quem lia tinha sérias dificuldades, como está provado hoje pelo grande número de interpretações.

⁴⁸ Haberler (1936) *Teoria do Comércio Internacional*.

⁴⁹ Hicks. (verificar referencia completa 1937)

Ah, tivemos um grande professor de Estatística, o Stevens, que também tinha vindo da Inglaterra e que ajudou muito na formação. Wilfred Leslie Stevens, que foi assistente do Fisher. Era um professor extraordinário. O curso de Estatística era muito forte. O curso de Matemática também era bastante bom, dado pelo Luis Arthaud Berthet. Era um curso que permitia o sujeito ler o *Foundations* do Samuelson, não dando risada, com algumas lágrimas, mas dava para entender. É claro que como era uma coisa autóctone, provavelmente você não tirava todas as consequências que deveria. Eu considero que era um curso razoável, para o nível existente naquele momento, e para o esforço feito de auto formação, uma coisa local.

Em Finanças tivemos um professor muito interessante, Teotônio Monteiro de Barros, professor na Faculdade de Direito. Não tem nada que está aí que vem de Finanças Públicas, nem sequer o teorema do Ricardo, que o Barro redescobriu, que não fosse conhecido. Você pega o livro do Einaudi e está lá explorado e negado, como o Ricardo fez. Mas esse *approach* de Finanças Públicas era muito interessante. Depois esse *approach* mudou, com o livro do Musgrave que fez uma razia sobre o conhecimento de Finanças Públicas, limpou tudo. Você só foi redescobrir os italianos com o Buchanan.”

Um outro aspecto bem enfatizado por Delfim é a clivagem ideológica. Note como ele se posiciona claramente, desmerecendo de certa forma as outras correntes:

Na verdade eu acho que as pessoas eram separadas entre os que tinham lido algum livro sobre Teoria de Preços, e outros que não tinham lido nada. Os que não tinham lido nada eram muito favoráveis ao socialismo, como até hoje. E os que tinham um conhecimento de Teoria de Preços, tinham uma certa desconfiança do resultado. Em Teoria de Preços, um outro livro interessante, era o livro do Stigler, um velho livro dos anos 40. Depois é que apareceram umas apostilas do Friedman, trazida por brasileiros que tinham se perdido em Chicago.”

Nota-se ainda como esta clivagem foi relevante nas passagens que se seguem:

“Como foi a contraposição da USP com a CEPAL?”

A posição da CEPAL era clara, não adianta mexer no câmbio, porque as exportações são inelásticas. Aí você não mexia no câmbio e a exportação não crescia, eles diziam: “está vendo como a teoria estava certa” (risos). Eram posições dogmáticas das duas partes. Nunca houve um debate, eles acreditavam em uma coisa e nós em outra. Só que a história foi mais bondosa com as nossas crenças.

Que era rotulada como monetarismo.

(...) Isso é uma técnica retórica que a esquerda sempre usou. Como é que a esquerda economiza argumentos que sempre lhes faltam? Dando um nome, rotulando. Hoje mesmo eu vejo o Malan todo assustado “eu não sou neo-liberal”, o que ele é? Deve ser neo-social também, que nem o Fernando (risos). A forma mais fácil de fazer o debate é chamar de entreguista, de direita, a favor do monopólio, do FMI. Você rotula, e isso é o instrumento retórico do debate. Nunca houve na verdade um debate, mesmo porque aquelas teorias não eram para levar a sério, ninguém levava a sério, só eles.

Aquilo era um grupo, restrito, do sindicato de elogio mútuo. Você pode pegar os artigos deles e ver uma coisa interessante: construa uma tabela de dupla entrada e pegue o artigo de A, o artigo de B e o artigo de C, e pegue as citações de A, de B e de C. Cada um deles se cita umas vinte vezes em qualquer artigo, nenhum deles passa uma página sem quatro citações, e são sempre os mesmos. Você constrói a tabela de dupla entrada e dá correlação um. É um sindicato do elogio mútuo.

Mas em que período?

Até recentemente, quando uma pesquisa empírica demonstrou esse fato. Eles agora estão mais comedidos.

Houve mesmo essa pesquisa?

Evidente que houve, e vai ser publicada.

Eduardo Giannetti fez um comentário muito interessante, que não existe no Brasil uma resenha crítica, a resenha ou é a porrada de quem não faz parte da tribo, ou é o tapinha nas costas de quem é da turma.

Não existe dos dois lados, nunca houve. Giannetti está certo. Primeiro que não tinha nem condições para esse tipo de debate, o debate era ideológico. Por exemplo, eu sou contra o monopólio da Petrobrás desde 1950, eu já era contra, e eles a favor. Hoje eles fingem que são contra, mas continuam a favor.

Quem são “eles” hoje, Delfim?

O outro lado, não são eles com letra maiúscula, porque eles com letra maiúscula somos nós! Eu me lembro as discussões sobre planejamento. Eu era professor de planejamento e fazia aquilo com muito cuidado, a matematiqueira que eu tinha não era brinquedo. Nós chegamos antes deles à conclusão de que aquilo não podia funcionar, porque você não conseguia saber onde é que estava o sistema de preços. Nunca me esqueço quando terminei o livro do Lange, aquela matriz para cima, para baixo, inverte matriz, multiplica para cá, põe o *input* de demanda aqui, mas onde é que estão os preços?”

Também, quando perguntamos a respeito do livro de Caio Prado Jr., Delfim coloca

O Caio Prado é uma visão também integral da história, mas com um viés bárbaro. Nada disso eu considero que seja clássico. Em História, tivemos uma professora de alta qualidade, Alice Canabrava. Eu lamento muito que ela não tenha publicado todas as pesquisas. O livro do Celso Furtado foi submetido a um exame muito cuidadoso pela Alice, uma pesquisa que durou anos, na base de orçamentos do século XVIII e XIX, e você vê que toda aquela imaginação da economia colonial nunca existiu, é uma invenção pura e simples. Então eu lamento muito que a Alice não tenha publicado isso, ela deve ter esse papel guardado, provavelmente alguém um dia qualquer vai examinar isso.”

Nota-se na passagem acima a importância que teve a professora Alice Canabrava no desenvolvimento da FEA/USP. A seguir detalhes da criação do IPE:

E a criação do IPE, como foi?

O IPE foi uma coisa natural. Nós estávamos desenvolvendo um núcleo de estudos, que começou com um seminário que acontecia todas as sextas-feiras. Aquilo foi se acomodando, foi crescendo, ampliando. Os horários eram os mais

extravagantes do mundo, um dos seminários era das sete da manhã às nove, o seminário de matemática, e depois tinha o seminário da sexta-feira onde você tentava estudar os artigos mais recentes, que estavam na fronteira, que a gente supunha que era fronteira do conhecimento. Tudo tem que dar um desconto, que isso aqui é Brasil, não estávamos em Cambridge, nós estávamos em São Paulo, Vila Buarque. Com certa pretensão a se fazer ciência também.

Mas a escola sempre teve uma certa vantagem, uma biblioteca muito boa. Então esse grupo foi se formando, nós tivemos na escola períodos de grande agitação, de grande confusão, e depois chegou o Rui Leme, como interventor do Conselho Universitário, para por ordem na Universidade. E eu acho que a escola deve ao Rui realmente a sua estrutura original. Ele pôs em ordem o passado, ele começou a fazer os concursos, ele organizou a escola. Eu rapidamente fiz livre-docência, depois fiz cátedra, e a partir daí nós estávamos consolidando.

O IPE era uma consequência natural deste processo. Existia o Instituto de Administração, que era antigo, e nós então construímos este Instituto paralelo. Era um mecanismo natural destes grupos que estavam se desenvolvendo. O Rui era um outro sujeito genial, tinha o cérebro privilegiado. Ele foi o principal instrumento da construção da escola naquele instante, deu um suporte no momento mais crítico, e a partir daí a escola foi embora também. A escola tinha três ramos: economia, atuária e contabilidade. Você tinha um departamento de matemática que era forte porque não era só análise, era análise, demografia, matemática atuarial. Isso sim, talvez fosse um viés. Não era um viés, naquele momento eu acho que esse mínimo o economista precisava saber.

E a participação da Ford Foundation?

Isso tudo foi ligado com a Ford. Uma figura muito importante foi o Georgescu Røegen, ele veio com frequência e nos estimulou muito, mandava o nosso pessoal para Vanderbilt e isso produziu um grupo importante. Sem dúvida, a Ford ajudou muito.

Houveram séries de seminários internacionais, não?

Ah sim, nos ligamos a uma série de institutos internacionais, junto com o Grunwald. E trouxemos muita gente, trouxemos para cá Oskar Lange, Kalecki, Timbergen, uma porção de gente.

Maria da Conceição Tavares, esta diretamente ligada à criação dos Centros de Pós-Graduação no Rio de Janeiro (estava, por exemplo, na importante reunião de Itaipava). A professora sempre esteve ligada à UFRJ (na época Universidade do Brasil) que foi criar o seu mestrado alguns anos mais tarde, como vimos anteriormente. Ela descreve a criação dos centros nos seus primórdios:

Se vocês lerem o livro que o Paulo Arantes escreveu sobre o departamento de filosofia⁵⁰, vocês verão o que era elite. A elite paulista continua igual. Esta daqui (do Rio de Janeiro) não, porque esta tinha duas obsessões. Antes, ou você era da universidade e *en passant* advogado, ou engenheiro. Então como é que formou aqui, o Rio? Formou com advogados e engenheiros. Como é que formou a USP? Essa foi uma confusão! Porque economia é um departamento menor, então formou-se com porcarias! Por isso que o Delfim é importante para a USP, porque ele foi discípulo de um velhinho gagá⁵¹, que lhe deu o poder. Fez a primeira reforma, o primeiro curso de pós-graduação, junto conosco que estávamos fazendo a CEPAL e junto com o Mário que começou a fazer EPGE. E você sabe quando que é isso, meu bem? 1965, 67. Até 1965/67 não tinha nenhum curso de pós-graduação no Brasil. Os auto-didatas sabem o caminho das pedras, se não quiserem mistificar. Eu não estou mistificando, não tenho nenhum interesse, não estou aqui fazendo uma entrevista política.

A Fundação Getúlio Vargas é depois da USP. Eles tinham um curso, mas não de Mestrado. Tinha um curso concorrente com o do Conselho de Economia. O curso do Conselho era mais desenvolvimentista, apoiado pela Confederação das Indústrias. Como o Mário não gostava daquilo e se pôs na asa do Gudin e do Bulhões, então ele foi para lá. Ele dava os primeiros cursos, sei lá, como se chamava a EPGE naquela altura? Eram cursos que eu também ajudei a fazer, porque o

⁵⁰ Arantes (1993) *Um Departamento Francês de Ultramar*.

⁵¹ Provável alusão a Luiz de Freitas Bueno.

Bulhões mandava eu dar curso lá. Mas não era Mestrado. O primeiro Mestrado em Economia foi da USP, foi o Delfim que ganhou. Houve uma reunião em Itaipava com a Ford Foundation, e a Ford foi para a USP e o Werner Baer ajudou depois se arrependeu mortalmente e veio para a FGV. Mas o primeiro mestrado foi o dele, o segundo foi o da FGV e o terceiro foi o de Campinas. O meu, dos importantes, foi o quarto. Eu ajudei a fazer o de Campinas, também. E o quinto foi o da Católica. E depois tiveram dezenas. Eu estou realmente me sentindo um dinossauro voando de costas! (risos)

A questão da “briga” política, também destacada por Bacha e Delfim, é tratada da seguinte forma por Conceição:

Como foi sua experiência na CEPAL?

A CEPAL para mim foi um refresco, porque me permitiu uma leitura crítica, uma leitura nova. Os meus professores na Universidade do Brasil só estavam interessados em inflação, equilíbrio, estabilização e davam as explicações convencionais. Aí vem o outro e diz, “nós não vemos assim, nós somos estruturalistas, precisa se preocupar com desenvolvimento.”

Eu fui formada como economista dentro das duas escolas velhas. É por isso que até hoje eu consigo falar com os dois lados, quando tenho paciência. Na convencional, mas aberta. Por que aberta? Porque eram todos institucionalistas. Eram todos neoclássicos, mas institucionalistas. E começar a aprender política monetária lendo o livro do Gudin é, evidentemente, muito melhor que ler um manual idiota. A idéia de separar, como economista, teoria, instituições e economia aplicada, não me passava pela cabeça! O sujeito que não é capaz de, primeiro separar os níveis, mas ao mesmo tempo juntá-los, não é economista! Quando me formei dentro da CEPAL já estava formada em economia, já era bacharel, aí me formei com essas preocupações.

Outra explicação para a inflação, que não a convencional, tinha a teoria estruturalista. Qual é o objetivo? O desenvolvimento. Para seu governo, Schumpeter, Kalecki e Kaldor eu não tive na escola, tive com meus professores da CEPAL. A CEPAL serviu também para me dar uma preocupação nova do que é a

formação histórica, a evolução histórica, o papel dos agentes econômicos em uma sociedade, como é que se desenvolve, portanto, uma perspectiva estrutural histórica. Isso eu não tinha, devo a CEPAL, só tinha uma perspectiva filosófica teórica. Eu era matemática e filósofa, não era capaz de pensar assim e eles me ensinaram. O que não impede que eles também me dessem as bases críticas daquilo que eu aprendi.

Eu tenho sorte. A CEPAL ensinava naquela altura os grandes autores críticos, justamente porque ela sabia que as academias ensinavam uma porcaria neoclássica vagabunda. Ela dava Shumpeter, Kalecki. O Keynes não, porque o Prebisch achava que ele não tinha chongas a ver com o desenvolvimento, o que é verdade. Se no longo prazo estavam todos mortos, ele não tinha uma hipótese de longo prazo. Então não dava para dar Keynes. E a coisa monetária não se aprendia pelo Keynes, dado que a visão era estruturalista. Mas o velho Prebisch era discípulo de Keynes e queria ser presidente do Banco Central. Imagina se ele daria uma economia monetária da produção.

Kalecki e Kaldor foram lá como professores?

Sim senhor, na CEPAL de Santiago de 1965, tem os textos. E no curso da CEPAL, os textos deles eram dados. E mais, tinha o Aníbal Pinto que lecionou financiamento pela primeira vez. Explicou como é que financiava. Foi a primeira vez que eu vi coisa tributária. Com ele, com o Gerson⁵² e com o Bulhões. (...) Eu sou de uma escola herética, os meus mestres não são apenas críticos, são heréticos. (...) Quando você tem bons professores, as coisas melhoram. Eu tirei a grande sorte de ter grandes professores da direita e grandes professores da esquerda, todos heréticos.

A senhora dá muita importância ao Dr. Bulhões, não é?

Mas então vem cá, se eu sou a primeira professora de esquerda em economia, que consegue entrar em uma universidade conservadora, como é que eu não vou dar importância? Deixaram o Furtado? Não! O Campos alguma vez deixou algum discípulo herético dar sua disciplina? Nunca! O velhinho é um velhinho liberal. E ele achava do peru, porque eu era matemática, sabia fazer as curvas, as equações,

⁵² Gerson A. da Silva.

arrumava lá para ele. Ele sempre disse: “dê teoria”, quando eu fui em cana, porque ele achava que dar economia brasileira dava pau. Fiz a minha tese de livre docência com ele na banca, e a tese é uma crítica à sua política econômica. Você conhece muitos catedráticos que topem isso? E naquela altura ele mandava. Como não vou dar importância? Eu só tive sorte na minha vida, senão eu não estava aqui inteira, já teria morrido, há muito!

Eu tive três mestres, Anibal Pinto, que me ensinou tudo, desde pesquisa até economia política, o velho Isaac que estava às minhas ordens, nunca me influenciou em nada, era um santo, e o velho Bulhões. Sempre tive liberdade de espírito, ninguém nunca me disse “isto não serve”. Pelo contrário, criticavam, “estude mais, veja este ponto”, isso sim! O que eu tentei fazer com as novas gerações aprendi com eles. Claro que eles não eram tão rudes quanto eu, mas também não encontraram um terreno tão difícil.

A participação de **Luiz Carlos Bresser Pereira** desde os primórdios da FGV/SP está muito bem retratada pelo próprio. Bresser mostra também como se dava o treinamento dos futuros professores da escola:

Depois de algumas tentativas fracassadas, afinal consegui fazer o concurso para professor da Fundação Getúlio Vargas, onde bastava ter curso superior. Passando no concurso, poderia ficar um ano trabalhando com os professores americanos aqui e depois ir para os Estados Unidos, ficar dezoito meses lá⁵³, fazer um Mestrado em *Business*, e finalmente passar seis meses em Harvard.

Foi o que eu fiz, estudei o mais que pude de Economia e Sociologia no MBA. Tive como professor, na área de Economia, Howselitz, um famoso professor de Chicago, Adams, professor de organização industrial, que foi quem me deu o único “B”. Eu tive um *almost straight A*, não fosse este curso. Era um curso terrível, que apavorava todo mundo, me diziam: “-não entra nesse curso porque você vai se dar mal”, mas é claro que fiz o curso e acabei tendo um “B”. Nos Estados Unidos eu já

⁵³ na Michigan State University.

me interessei muito pela teoria do empresário, descobri Schumpeter, e por aí vi uma ponte entre a Administração de Empresas e a Economia.

Uns dois meses depois houve um seminário patrocinado pela UNESCO na FEA, que era coordenado pelo Delfim Netto e pelo Ruy Leme. Vieram Kaldor, Kalecki e um grande economista matemático francês que não me lembro o nome agora⁵⁴. Assisti e participei ativamente desse seminário. No final conversei com Delfim, que me aceitou como orientando. Passei muitos anos para conseguir terminar o Doutorado. Fiz muitos seminários com o Delfim e com o grupo dele entre 62 e 65.

(...) O seminário das sextas era informal. Eu era aluno formal, estava inscrito no Doutorado, mas no Doutorado não havia curso regular, você tinha que fazer apenas duas disciplinas subsidiárias. Eu fiz uma com o Delfim e a outra, em microeconomia, com Dorival Teixeira Vieira. Eu tentei fazer uma subsidiária com a Doutora Alice Canabrava, mas quase todos os livros que ela indicou estavam na Biblioteca Nacional, e naquela época não havia xerox

O senhor lecionava economia na EAESP?

Nos primeiros quatro anos lecionei Diretrizes Administrativas e Introdução à Administração: o primeiro e o último curso da graduação. No curso de Diretrizes Administrativas decidi dar, como parte teórica, o processo de tomada de decisão. E para dar o processo de tomada de decisão eu dava Teoria dos Jogos, maximin, minimax, etc. Eu não imaginava que depois isso seria tão importante dentro da microeconomia convencional. Naquela época nem se pensava nisso, muito menos eu, estava usando para a Administração de Empresas. Aliás, acho impressionante o quanto a Administração de Empresas pode ajudar, pode fornecer subsídios para uma boa Economia.

Mas o meu objetivo evidentemente era sair da Administração de Empresas e passar para a Economia. Aí eu creio que em 65 lecionei um curso de Administração para o Desenvolvimento, um curso optativo de Economia. Foi o segundo curso que

⁵⁴ Refere-se a Maurice Allais.

o Yoshiaki Nakano fez comigo, fez um bom trabalho, foi o primeiro artigo que um aluno da escola publicou na RAE, *Revista de Administração de Empresas*, sobre escolha de técnicas. Mais adiante eu consegui mudar para o Departamento de Ciências Sociais⁵⁵, porque naquela época não existia Departamento de Economia, a Economia estava dentro do Departamento de Ciências Sociais. Uns dois ou três anos depois nós criamos o Departamento de Economia⁵⁶. Inicialmente lecionei micro e macro e depois, a partir dos anos 70, Desenvolvimento Econômico e Economia Brasileira. Deixei a Micro e a Macro de lado, o que foi uma pena. Quando a crise arrebentou eu passei a dar inflação e balança de pagamentos e a partir dos anos 90, depois de minha experiência no Ministério, lecionei de tudo um pouco. A coisa mais nova foi Metodologia Científica em Economia, ao mesmo tempo que voltava ao Desenvolvimento Econômico, depois de longo inverno, porque os quatorze anos que eu tinha ficado fora do desenvolvimento econômico eram os quatorze anos da estagnação do Brasil. (...) entrei para o Departamento de ciências sociais lá por volta de 66. Mais ou menos em 70 nós criamos o Departamento de Economia.

Conceição destaca o fato do senhor ter criado a pós-graduação na G.V. de São Paulo.

É, quem criou a pós-graduação na G.V. fui eu.

Em Economia?

Não, em geral. Não, é exagero, vamos colocar em outros termos. As primeiras tentativas de pós-graduação na G.V. em Administração de Empresas já datam de 1960, mais ou menos. Em 63 foi feita uma grande reformulação da qual eu participei, e em 65 assumi a direção da pós-graduação. Fiquei oito anos como diretor, entre 65 e 72. É um dos primeiros Mestrados no Brasil. Qualquer dia alguém faz a história completa disso.

Eu não sabia que nome dar: Mestrado, magister ou master. Em 65 tinha saído o parecer 977/65 do professor Newton Sucupira, que foi a base da definição da pós-graduação no Brasil, mas eu não cheguei a ter conhecimento desse parecer naquele

⁵⁵ Fundamentos Sociais e Jurídicos da Administração.

⁵⁶ Planejamento e Análise Econômica aplicados a Administração.

ano. Mesmo assim adotamos o título de mestre. Então, o Mestrado em Administração de Empresas surge na G.V. em dezembro de 65. Em 70 o governo lança o seu plano nacional de pós-graduação. Em 73 há uma grande reformulação no meu programa, contra mim, contra toda a minha vontade. O Mestrado de Administração de Empresas, era um Mestrado profissional, destinando a parte acadêmica para o Doutorado. Abandonaram esta idéia e fizeram um Mestrado em Administração de Empresas puramente acadêmico, o que me deixou indignado. Vinte anos depois eles voltam ao caminho correto.

Em 73 é criada uma área de concentração em Economia, dentro do Mestrado de Administração de Empresas. E a partir de meados dos anos 70 nós tentamos transformar essa área de concentração em um Mestrado de Economia e um Doutorado de Economia *tout cours*, mas há uma resistência muito forte, primeiro da própria escola, depois do Rio de Janeiro. Depois de alguns anos os professores da escola, especialmente os de finanças, percebem que seria muito bom se houvesse um curso autônomo de Mestrado em Economia na G.V., e passam a dar apoio. Mas aí a resistência do Rio de Janeiro, especialmente do Doutor Luiz Simões Lopes continua firme. E só depois que sou Ministro da Fazenda, em 88, o Mestrado e o Doutorado em Economia são autorizados. Acho que é um bom trabalho que está sendo feito.

A entrada na ANPEC quando foi?

Foi logo em seguida, nos tentamos entrar na ANPEC antes mas não deixavam, porque era uma área de concentração e não um Mestrado. O Departamento de Economia teve sempre dentro da escola um caráter rigorosamente liberal. Liberal no sentido que nós jamais admitimos que uma orientação prevalecesse. Eu pessoalmente fiz a minha própria transição de posições mais cepalinas para posições mais neo-estruturalistas. É o que me chamam hoje, jamais ortodoxo, jamais um neo-clássico. Mas eu achava fundamental que houvesse pessoas de todo tipo dentro do Departamento, que os cursos de microeconomia fossem dados por neo-clássicos, os de política monetária por monetaristas. os de macroeconomia básicos fossem dados por keynesianos, e assim por diante.

Isso tem sido preservado bastante na escola, isso que eu chamo de uma perspectiva liberal, no sentido político da coisa. Além disso, desde a fundação do Departamento, nós montamos um princípio: que haveria rodízio na chefia, de forma que o chefe fica dois anos e depois vai embora, e não volta o chefe anterior. Isso significa que importante é o Departamento e não o chefe. O chefe tem alguns papéis que ele tem que desempenhar naqueles dois anos e quase todos desempenharam muito bem os seus papéis. Houve um que desempenhou mal porque realmente é um desastre administrativamente, embora um excelente acadêmico. Mas de um modo geral, o saldo desse tipo de política liberal ou democrática dentro de um Departamento é ótimo, as relações entre os professores são boas e se consegue uma boa qualidade.

O Departamento caminhou lentamente para posições do *main stream*, mas o *main stream* está em crise. Essa pobre *rational expectations* já está fazendo água. A credibilidade⁵⁷ e o *rational expectations* foram violentamente desmentidos pelo México.

E a criação da Revista de Economia Política?

Desde 1980 nós temos uma revista. Não é uma revista do Departamento de Economia

O papel de **Mario Henrique Simonsen** na criação da EPGE foi absolutamente fundamental:

Como foi sua participação na criação da EPGE?

A EPGE começou com o CAE, o Centro de Aperfeiçoamento de Economistas, no qual eu comecei a lecionar em 1961. O CAE, se não me engano, tinha sido fundado um ano antes; e era um curso para preparar bolsistas para irem para o exterior. Depois, em '65, com o nome EPGE, fizemos a transformação em escola de pós-graduação. Foi o primeiro curso de pós-graduação em Economia no Brasil.

⁵⁷ Refere-se a teoria do *Confidence Building*.

(...) nas minhas andanças pela Economia conheci Gudin, que era meu parente, era primo-irmão de meu pai. Bulhões, que conheci na casa do Gudin, e Roberto Campos.

Sofre-se influência de várias escolas americanas na maioria dos centros de pesquisa em economia. Como articular esse bombardeio de influências e poder conseguir alguma autonomia?

O que se deve fazer, no fundo, é ter no seu quadro professores que venham de diferentes escolas. Eu tentei fazer isso depois que eu voltei do governo para cá, porque a escola era muito concentrada em Chicago. Você não pode desprezar Chicago que é uma estupenda universidade, mas não se pode colocar só professores de Chicago.

Existe um trade off entre a especialização e pluralismo?

É claro. Eu acho que vale à pena você ter uma certa variedade. Abrir mão da especialização para haver um certo pluralismo.

Uma diferença que se aponta entre o economista europeu e o economista americano (e o economista brasileiro se encaixaria mais no caso europeu), é que o europeu, em geral, é mais generalista, o que acaba dificultando a sua entrada na discussão acadêmica internacional. Como o senhor acha que isso pode ser administrado?

Isso não tem solução. Se o mercado universitário é pequeno, como o mercado de professores de Economia no Brasil, fatalmente terá mais generalistas e menos especialistas.

E o fato dos economistas brasileiros sempre ocuparem cargos relevantes no governo, como o senhor vê isso?

Também é um fato decorrente de você ter relativamente poucos economistas, como tem pouco de tudo na nossa sociedade, está certo?

Como equacionar essa falta de recursos humanos?

O jeito é ir formando gente, mas não estamos na era da abundância, portanto não vai ter abundância tão cedo.

Como o senhor vê o desenvolvimento da ciência econômica hoje em dia e quais suas perspectivas?

Acho que a ciência econômica teve grande espaço para o desenvolvimento até 1970, 1980; tudo que vem de lá para cá ainda não tem uma perspectiva temporal para realmente saber o que dura e o que não dura. Algumas contribuições em teoria dos jogos e o modelo de desenvolvimento do Lucas devem durar. Mas o resto você precisa de um pouco de perspectiva para verificar. A minha impressão é que há nos Estados Unidos muito mais professores de Economia do que demanda realmente de estudos econômicos. Tem uma quantidade de artigos que, primeiro, ninguém consegue hoje acompanhar tudo que se escreve sobre Economia, segundo, uma grande parte é uma verdadeira indústria de publicações. Disso alguma coisa deve ficar, agora o que, acho que é um pouco cedo ainda.

Affonso Celso Pastore participou no desenvolvimento do IPE. Ele nos relata como vivenciou este processo:

Você participou da criação da FIPE?

Não, deixa eu te dizer. Foi criado o IPE, o Instituto de Pesquisas Econômicas, a FIPE bem depois. A FIPE foi só um arranjo jurídico, está certo? Havia lá um problema, que não poderia ser instituto complementar, tinha que ser uma fundação, aí fez-se a FIPE. O IPE é que era importante.

A história é a seguinte, talvez o Delfim te conte... Deixa eu ver o que eu me lembro. Ele, o Ruy Leme, o Sebastião Admícula da Cunha e Diogo Adolfo Nunes Gaspar foram quatro economistas chamados pelo Carvalho Pinto para fazer um plano de governo. Foram escrever o plano de investimento, e tinha que calcular custo/benefício, enfim... Os caras começaram: “—como é que nós vamos decidir quanto gastar em educação, quanto gastar em estradas? Vamos fazer custo/benefício”. E precisava levantar dados, enfim, tinha que ter informações, coletar. Pensaram: “—pô, o que nós precisamos ter aqui é um instituto de pesquisa que faça isso”. Naquele momento, o Delfim e o Ruy disseram o seguinte: “—vamos criar isso na universidade, que é o lugar ideal”. Começaram a se mover para isso e acabaram criando na universidade um instituto. Carvalho Pinto era governador nessa época, depois veio o Adhemar de Barros. E o Adhemar precisou fazer de novo um plano, era o Antenor Negrini, que também era da escola. E o Antenor Negrini

chamou uma turma para escrever os capítulos do plano, nessa época aí é o Rocca, o Eduardo de Carvalho, o Delfim, todo mundo ali escrevendo isso. Nesse tempo o IPE já estava criado, já tinha tido uma verba da Fundação Ford para uma revista, para mandar gente para o exterior, etc. A Ford deu a metade do dinheiro para comprar um computador, um 1130 e o Adhemar em troca desse trabalho deu o resto. Aí foi o processo de criação, aparelhando com verba da Ford para ter revista. Eu participei não ativamente, eu não era figura chave para criar aquilo, mas eu estava dentro do processo. As figuras chaves foram inicialmente o Delfim e o Ruy Leme, que foi diretor da faculdade também, e uma peça muito importante naquela criação inicial.

O senhor poderia relatar um pouco mais esta época?

A USAID⁵⁸ tinha um programa junto com a Ford, de criação de um *expertise* institucional e começaram a abrir os cursos de pós-graduação. Já existiam os cursos de pós-graduação da EPGE, no Rio, que nesse tempo tinha um outro nome, CAD, Centro de Treinamento de Economistas, alguma coisa parecida... E tinha o Conselho Nacional de Economia, que era um embrião desses cursos de treinamento que o IPEA teve lá atrás, que mandou muita gente para o exterior, por exemplo, eu me lembro do Langoni, do Cláudio Haddad, do Zé Julio Sena, tendo aula nesses cursos do Conselho de Economia antes de irem fazer curso no exterior. Eu dei aula lá, nesse curso aí. O embrião de pós-graduação que existia era o da Fundação e esses outros.

Aí o IPE nasceu, veio verba da USAID, fez-se esse acordo com a Universidade de Vanderbilt, e muitos economistas foram fazer o PhD: Luiz Paulo Rosenberg, o Savasini, o Ibrahim Eris, a Yeda Crusius, enfim, tem muita gente que foi para lá. E outros foram para outras universidades.

Quais eram os principais problemas?

A massa crítica que tinha de gente aqui para dar aula era muito baixa, não tinha praticamente ninguém, e quem era bom, era imediatamente pinçado para trabalhar no governo. Ficava muito difícil você reter gente, o grande problema naquele momento era reter gente nos centros. E você não tinha professores, então

⁵⁸ United States Agency for International Development.

tinha que trazer professor de fora e o grande processo era mandar gente para fora para treinar. Aquela massa enorme de gente que foi tirar PhD no exterior foi o grande produto do centro no primeiro momento. Quem carregava o piano nas costas eram os americanos que vinham dar aula, mesmo no Rio de Janeiro, mesmo na EPGE. Tinha o Mário lá, que nunca largou esse troço, mas sempre tinha um, ou dois, ou três, ajudando a empurrar aquilo, porque podia ter um cara bom em econometria, mas faltava o cara de preço, faltava o cara de macro, faltava o cara de comércio internacional, o cara de desenvolvimento econômico, etc. Aqui em São Paulo era igual. O peso dos estrangeiros foi se reduzindo e o peso dos nacionais foi crescendo, mas continuou aquele problema de dificuldade de reter gente na universidade, a universidade paga mal para burro. Eu estou dando aula lá, estou com dois cursos atualmente: um curso de moeda, que eu acabei de dar agora no primeiro semestre e vou dar um curso de séries temporais, esse negócio de domínio de tempo, domínio de frequência, etc., na pós, que é o instrumental que a gente usa para fazer pesquisa ligada a moeda.

Moeda e Bancos na graduação?

Os dois são na pós. Eu parei de dar na graduação, pois eu botei no pau uma turma inteira. Para a minha sanidade eu resolvi não dar mais. Pegar uma turma que não responde é absolutamente frustrante, principalmente quando você dá aula quarta-feira à noite, que é o dia dos concertos na Sociedade de Cultura Artística. Estou velho demais para perder isso. (risos)

Quais foram os professores mais importantes?

Luiz de Freitas Bueno foi um sujeito importante. Alice Canabrava, de história, era fera, era uma coisa incrível. Em 58 tinha acabado de sair o livro do Celso Furtado, *Formação Econômica*, que não cita o Caio Prado. Ela deu um curso de um ano, que era o seguinte: a primeira parte era a história econômica da Idade Média, com o livro do Henry Pirenne, a segunda era a história econômica dos Estados Unidos, com o Hamilton, e o terceiro era história econômica do Brasil, que foi com *Formação Econômica* do Celso Furtado, *Formação do Brasil Contemporâneo* do Caio Prado e *Formação Histórica* que era do Roberto Simonsen. Ela dizia o

seguinte: o Simonsen é o cara que fez, que levantou os dados todos, que levantou a bola, e os outros dois escreveram o livro em cima do Simonsen, um em uma linha marxista e o outro em uma linha... enfim, tentando aplicar Keynes, ou o que seja. O trabalho do Celso Furtado foi o trabalho que cutucou a cabeça do Fishlow para aquele trabalho sobre o problema dos mecanismos de defesa. Celso Furtado não intuiu o problema da taxa de câmbio, que o Delfim tinha intuído, que em um certo sentido a Conceição Tavares intuiu, daquele jeito confuso dela, mas intuiu. Então, vamos dizer, nós seguimos a discussão do Fishlow e da Conceição.

Delfim certamente foi um dos mais importantes, foi meu professor na graduação no curso de Estatística Econômica. Mas não foi importante por causa do curso, ele foi importante por causa dos seminários. Havia o seminário de teoria neoclássica às quartas-feiras e o seminário de teoria marxista, às sextas.

Delfim estava nos dois?

Sim, Delfim estava interessado em desenvolvimento econômico, o que era ótimo para mim. Começou com os artigos de Harrod e Domar, Swan, Solow, Pasinetti, Kaldor, foi em frente e aí fomos entrando em macro, no livro do Ackley⁵⁹, que tinha acabado de sair.

A UNICAMP surge como um curso alternativo, tendo como peça chave **Luiz Gonzaga Belluzzo**. As características deste Centro, nas palavras do próprio:

Quando se criou o centro de Pós Graduação na UnB, a idéia era fazer uma alternativa ao que se tinha na época. A UNICAMP acabou sendo criada com a mesma idéia. Gostaríamos que o senhor relatasse um sobre a criação do centro, e se concorda com esta afirmação.

Naquele período a FIPE, por exemplo, tinha um Curso de Mestrado que não admitia não economistas. Eu me lembro bem que fui conversar com o Colassuono, o secretário geral da FIPE, e eles não tinham a menor intenção de admitir não economistas, coisa que não se faz em nenhum curso de pós-graduação no mundo. Você abre oportunidades, o cara sai de História se quiser fazer Economia, enfim...

O Lucas na graduação fez História.

⁵⁹ Ackley (1961) *Teoria Macroeconômica*.

O Lucas fez História, e está cheio de casos. O Keynes fez matemática, depois teve umas aulas com o Marshall e acabou virando economista. Então a concepção dos cursos de pós-graduação era muito restrita. O Departamento da UNICAMP foi criado como um Departamento de Economia e Planejamento Econômico, para aproveitar a experiência da CEPAL. O primeiro curso dado foi Planejamento Econômico, que tinha uma estrutura semelhante à da CEPAL.

Quando nós organizamos o Curso de Graduação, pensamos em um modelo com um curso básico, de estudos gerais, em que você desse uma formação mais geral para o aluno, e só a partir do segundo ano ele começaria a entrar no *curriculum* propriamente de Economia. De certa forma isso tinha o propósito de diferenciar o curso da UNICAMP em relação aos cursos de Economia existentes. Porque o curso de Economia, tal como existia no Brasil, nasceu ou das escolas de Direito, ou das escolas de Contabilidade. O que nós procuramos fazer foi dar um caráter mais generalista ao curso, menos restrito.

Eu me lembro que quando saí do seminário um dos padres falou “-por que você não vai estudar Economia?” Aí o meu pai falou: “-Economia? Você vai estudar Economia? Isso não tem cabimento!” Meu pai é um juiz, uma pessoa que tem uma cultura bastante além do razoável. Era a visão que o economista se aproximava do contabilista. E os cursos tinham um pouco essa natureza. É claro que a USP era diferenciada, mas se você prestar bem atenção, os economistas brasileiros mais eminentes não tinham curso de Economia. Aliás, os cursos surgiram mais tarde dentro da Universidade. O Gudin era engenheiro, a Conceição matemática, o Roberto Campos diplomata, o Celso Furtado estudou Direito depois foi estudar em Paris, e o Bulhões era advogado.

O Simonsen era engenheiro.

O Simonsen era engenheiro, depois virou economista, fez o curso da Praça Onze. Economista que você conhece, dessa geração um pouco mais velha que a gente, formado na faculdade de Economia, é o Delfim, não havia essa tradição. Então na verdade nós estávamos começando um curso que operava um pouco - eu não diria em um vazio que é uma injustiça - mas ele funcionava em uma situação que

você tinha pouca concorrência. Na prática você estava, do ponto de vista acadêmico, ainda engatinhando, em relação aos cursos de Economia. O que o Bacha fez na UnB foi trazer a experiência do mestrado das boas universidades americanas para cá.

Quando nós criamos o curso de pós-graduação, pensamos em dar uma especificidade, mais do que acadêmica, de concepção do curso. O curso estava fundado no quê? Primeiro na história do capitalismo, segundo nas visões do capitalismo. A organização do curso estava subordinada a essa idéia geral: dar aos alunos uma visão clara, na medida do possível, mais aprofundada e ampla possível, da história do capitalismo e das grandes visões do capitalismo. Para dar um exemplo, o curso de Micro estava fundado em Organização Industrial. Não por uma questão de diferenciação, mas porque isso era compatível, coerente com a concepção que a gente tinha. Da mesma maneira, o curso de Macro estava apoiado na macro keynesiana clássica. Então o curso tinha uma orientação e nós não pretendíamos, nem pretendemos, que o curso vire uma coisa eclética. O que não impede que você estude, por exemplo, o debate dos keynesianos com o chamado *main stream*. Só que nós não pretendemos fazer uma coisa eclética, dar uma colagem, como se as coisas fossem equivalentes. Nós fazemos a leitura a partir do paradigma que nós consideramos correto, o que não quer dizer que os outros não tenham suas reivindicações.

O que diferencia a Escola de Campinas da Economia Radical Americana?

Não somos comparáveis à Economia Radical americana. Nós não pretendemos constituir um corpo separado, achamos que isso é uma coisa muito complicada. Eu acho que essa divisão americana, corresponde mais ao fato de que a academia americana é muito menos porosa do que a brasileira ao debate. Quando se tem uma determinada tendência teórica, como se teve dos anos setenta para cá, vai se contaminando o conjunto. Eu acho que nós somos mais parecidos com os europeus nesse sentido, quer dizer, convivem melhor essas várias tendências, tem um diálogo melhor. Eu acho que os radicais assumem um pouco a postura de gueto, se colocam como gueto, e aí tem implicações ruins, porque você tende a demarcar o seu terreno.

Nós não queremos demarcar o terreno, nós queremos falar “nós temos essa visão, mas aceitamos discutir com os demais”, estamos em permanente diálogo com os demais, não queremos ser uma seita separada, queremos discutir. Acho que essa é a postura correta.

De qualquer forma, a UNICAMP tem um grau de homogeneidade um pouco maior do que a USP.

É verdade, ela tem um grau de homogeneidade maior.

Isso dá uma força, ao mesmo tempo que pode enfraquecer...

Você precisa tomar cuidado para não se transformar em um gueto. Eu reconheço que esse equilíbrio é difícil. Às vezes eu noto que há uma certa angústia por parte dos professores em relação a certos surtos de intolerância do *main stream*, sobretudo nos congressos, mas isso é assim mesmo. No tempo da minha vida acadêmica, assisti isso o tempo inteiro.

Edmar Bacha na verdade teve fundamental participação em dois Centros. Mais do que os outros, ele destaca com muita ênfase os determinantes políticos no ato de criação e desenvolvimento destes Centros:

O senhor teve uma participação histórica na criação de dois centros de pós-graduação: a UnB e a PUC-Rio. No seu Memorial o senhor atenta para uma espécie de “concorrência” entre a UNB e a então recém criada UNICAMP, como escolas alternativas. Como foi essa concorrência na época?

A minha entrada para a PUC e toda a minha inserção no Brasil teve muito a ver com a luta contra a ditadura. Eu acho que é basicamente nesse contexto. A atuação naquele tempo era muito politizada e havia concorrência nesse sentido. Delfim e Simonsen estavam ligados ao governo militar e a UnB representava, em certo sentido, uma alternativa. Tem um claro sentido político aí. Essa é a coisa mais importante, porque uma vez que você tira a nuvem da ditadura da frente, as questões propriamente de teoria econômica aparecem com muito menor relevância. Acho que havia uma sobre-enfatização em diferenciações de questões teóricas em Economia, mas o que estava realmente pegando era a questão da luta pela democracia.

E a PUC Rio, também se encaixa neste processo?

Não, acho que a PUC-Rio já é uma nova fase, já estávamos praticamente superando o período da ditadura militar e, portanto, você podia ter uma busca mais clara de objetivos propriamente acadêmicos.

***Como avalia a importância desses centros com relação a luta que se referiu?
Como eles atuaram nesse processo?***

O PMDB era o grande guarda-chuva. Nós éramos economistas de oposição, e esses centros eram onde os economistas de oposição tinham não só guarida mas voz, e nesse sentido fazem parte de todo o processo. Estando lá em Brasília, em particular, a atuação junto aos congressistas do PMDB pôde ser mais acentuada.

E hoje, como está vendo os centros de pós-graduação?

Tem dois anos e meio que eu estou fora, então não posso dizer hoje o que se está fazendo. Acho que, em geral, eu diria que nós passamos uma fase em que os centros se descuidaram da formação de novas gerações. Creio que com essa ênfase na formação interna, os centros em geral, com exceção da PUC, não trataram de continuar mandando pessoas para fazer doutorado nas universidades de primeira linha do exterior. Acho que isso tem sido um problema no país.

O senhor acha que os centros daqui ainda não têm condições de formar o indivíduo na sua plenitude?

Não, eu acho que há quatro ou cinco universidades no mundo que realmente se diferenciam do resto. Aqui, para formar pessoas de bom nível, acho que dá para fazer, mas estou falando mais em termos de liderança intelectual da profissão.

Quais seriam essas quatro ou cinco universidades?

Todas as americanas, MIT, Harvard, Chicago, Stanford, Yale.

As inglesas o senhor acha que não estariam nesse grupo?

Não, certamente não.

CAPÍTULO II - CONVERSAS COM ECONOMISTAS BRASILEIROS

Na manhã de 29 de setembro de 97, quando entramos no espaçoso saguão do prédio do Bairro de Higienópolis onde mora o Prof. Paulo Singer, recomeçava uma emocionante viagem ao mundo das idéias econômicas brasileiras. Na sala de jantar do seu discreto apartamento dos anos 50, a duas quadras de distância da Rua Maranhão onde fica a residência do presidente Fernando Henrique Cardoso, seu ex-colega do CEBRAP e hoje adversário político, o decano professor de economia relatou sua odisséia desde Viena onde nasceu, até o seu desembarque no mundo da economia e da política brasileira. Era a primeira das 13 entrevistas, que se encerrariam no dia 6 de maio de 1998 no prédio do Banco Central da avenida Paulista, no escritório de um cauteloso ministro da Fazenda Pedro Malan, convencido a falar depois de muito insistência e da força de persuasão de nossa amiga em comum, Bia Bracher.

Foram 8 meses de conversa franca e descontraída com alguns dos principais protagonistas da história do pensamento econômico brasileiro. Ao invés de ler um texto monocórdico, o leitor desta tese terá agora a ocasião de saborear os depoimentos de 13 expoentes de nossa comunidade econômica, colocados lado a lado para se pronunciarem sobre as questões fundamentais da economia brasileira nestes últimos 40 anos. O contato direto com os entrevistados permitiu ir muito além dos textos que eles escreveram, revelando detalhes desconhecidos e que ajudam a dar sentido às idéias e às ações desses personagens. “Provocados” pelas perguntas, os entrevistados tiveram ocasião de repensar suas idéias, revê-las ou reformá-las a luz da problemática contemporânea. Sócrates não gostava de livros porque eles impediam o diálogo, uma vez que os leitores não poderiam fazer aos autores as inúmeras perguntas que os textos suscitavam. Entretanto neste livro a falta de comunicação direta leitor-autor está um pouco amenizada, uma vez que tivemos a oportunidade de formular questões que os leitores gostariam de fazer. Dessa maneira foi

estabelecido um quase diálogo, quando não uma polêmica com os autores, que atenuam as inquietações socráticas.

Naturalmente cada um desses economistas está marcado pela sua história pessoal e pelo debate que se desenrolou na sociedade brasileira nos últimos 40 anos. Daí a importância de saber como eles foram iniciados em economia, quais foram os caminhos trilhados em sua formação teórica, sem esquecer as experiências que tiveram nos centros de formação e na sua atuação no aparelho de Estado. O cruzamento entre a vida pessoal e institucional nos dá um retrato de corpo inteiro dos personagens e uma visão muito mais rica dos eventos históricos. A linguagem coloquial da entrevista permite uma maior intimidade, um clima de confidências que não se consegue nos textos escritos, que podem ser revistos e expurgados das passagens mais comprometedoras.

Para o bem ou para o mal, os gestores da economia ganharam, nos últimos 40 anos, um enorme espaço político e têm participado ativamente das decisões mais importantes da República brasileira. Na segunda metade do século XX passaram de coadjuvantes para atores principais na cena brasileira. Não é por acaso que Fernando Henrique Cardoso foi ministro da Fazenda do governo Itamar e acabou guindado ao mais alto cargo da República, sobretudo porque chefiou uma equipe econômica que elaborou um plano de estabilização eficaz contra a inflação, no período eleitoral de 94. Isso demonstra a importância que a política econômica adquiriu na vida nacional, principalmente nestes períodos de crise e inflação elevada.

Quem não se lembra da influência da dupla Campos/Bulhões arquitetando as reformas pós 1964? E o todo poderoso Delfim Netto que pilotou o “milagre brasileiro” e outros programas de governo, diante da incompetência dos militares sobre esse assunto? Mas não foi apenas como condutores de política econômica que os economistas interferiram na vida social e política do país. Eles deixaram sua marca, uns formulando teorias e modelos econômicos, e outros contestando as políticas econômicas dos governos militares e o status quo brasileiro.

Atualmente já existem vários trabalhos sobre as ideias econômicas brasileiras. Porém são escassos os registros do pensamento mais íntimo desses personagens. Falta um relato de como certas ideias surgiram, qual foi a lógica que presidiu a tomada de determinadas

decisões e principalmente o enfoque de certos temas, que não costumam ser abordados nos trabalhos escritos. Mesmo os assuntos já esmiuçados em trabalhos passados, foram retomados a luz da problemática atual da sociedade brasileira. Afinal, como bem disse Pedro Malan, no prefácio do livro *Conversas com Economistas Brasileiros*, o passado é re-escrito e re-interpretado por sucessivas gerações, à luz das exigências interrogativas do presente e de preocupação com o futuro. Nesse sentido sempre é possível ter um olhar inovador sobre a história. Efetivamente num momento em que esta em cheque o destino da economia brasileira no mundo globalizado do final do século XX, início do século XXI, nada mais oportuno do que recolocar as questões do desenvolvimento econômico e social, a inserção do Brasil no mercado mundial, os laços com o capital estrangeiro, as relações de dependência, as estratégias de combate a inflação, o papel do Estado e outros temas que são retomados nesta reconstituição de décadas de história econômica no Brasil.

A passagem do século XX para XXI se configura como um período de grandes mudanças no cenário capitalista mundial. Estamos diante de uma nova “era de incertezas”⁶⁰ que dificulta as previsões econômicas. Esse é um momento típico onde a realidade corre bem a frente da teoria e os pensadores são postos, muitas vezes, diante de fatos consumados. Daí a importância de retomar-mos uma discussão do passado e do presente, que pode nos fornecer preciosas pistas para a compreensão do que vai ocorrer com o futuro da sociedade brasileira. Afinal, o futuro não é apenas uma fatalidade histórica, resultante dos condicionantes sociais e políticos, mas também é o resultado da ação prática dos grupos sociais e dos indivíduos, que se movem e intervêm dentro da latitude que as circunstâncias lhes oferecem. Nesse sentido, não há apenas um único caminho a seguir, mas um conjunto de alternativas colocadas pelas condições históricas.

Para, mais uma vez, falar da economia brasileira nos últimos 40 anos escolhemos um conjunto dos mais representativos dos economistas brasileiros. São treze “pesos pesados” que representam duas gerações de economistas, convidados a falar sobre sua trajetória pessoal, as instituições que criaram e participaram e o papel que desempenharam no debate teórico e na condução prática da economia brasileira. São eles Paul Singer, Francisco de Oliveira, José Serra, João Manuel Cardoso de Mello, João Sayad, Antônio Barros de

⁶⁰ De acordo com J.K. Galbraith. *Uma Viagem pelo Tempo Econômico*. (1994).

Castro, Pedro Malan, Yoshiaki Nakano, Francisco Lopes, Fernando Holanda Barbosa, Aloizio Mercadante, José Alexandre Scheinkman e Gustavo Franco, que formam duas gerações de economistas brasileiros.

Em maior ou menor medida, esses pensadores estiveram envolvidos nos grandes debates e movimentos teóricos que resultaram no pensamento econômico brasileiro contemporâneo e nas políticas públicas. Eles atuaram num período de grande fertilidade para as ciências sociais no Brasil. De fato, as décadas de 50 aos 80 foram de grande efervescência para o pensamento social em geral. Nesses anos dourados da produção teórica brasileira emergiu uma característica que em grande medida iria explicar a capacidade criativa de nossas ciências sociais. Era um inconformismo, que impelia essa primeira geração de economistas brasileiros e seus colegas latino americanos a recusar as teorias graciosamente oferecidas pelo *mainstream* dos países avançados, que vinham prontas para o consumo dos intelectuais da periferia. Surgia assim um pensamento econômico autônomo nos anos 50 a 70, disposto a identificar as peculiaridades de nosso processo de desenvolvimento. Foi assim que nasceram as correntes teóricas mais fecundas do pensamento econômico brasileiro e latino americano, que influenciaram diretamente os movimentos sociais e políticos, assim como a ação do Estado brasileiro ao longo de quase meio século.

A primeira grande corrente foi a do desenvolvimentismo, na qual estiveram engajados a maioria dos pensadores brasileiros de peso da primeira geração. Afinal, superar o atraso secular da América Latina, libertar-se dos velhos grilhões do colonialismo e imperialismo e colocar-se na rota da industrialização e do desenvolvimento capitalista, então trilhada pelos Estados Unidos e Europa no pós-guerra, era a legítima aspiração dos povos deste Continente. Dessa lavra surgiu a teoria do subdesenvolvimento da CEPAL que, com o seus cursos de formação implantados no Brasil sob a batuta de Anibal Pinto, influenciou a formação de várias gerações de pensadores brasileiros.

Porém o fracasso do desenvolvimentismo em gerar um tipo de crescimento econômico, que favorecesse não apenas as burguesia, mas se difundisse para as camadas mais pobres da população latino americana, dividindo melhor os frutos da riqueza que se avolumava nas mãos da burguesia brasileira desde pelo menos a era Kubitschek, fomentou o

surgimento de novas correntes teóricas e movimentos políticos no Brasil. Afinal, o Brasil da segunda metade do século XX ostentava as maiores taxas de crescimento do mundo juntamente com os maiores índices de desigualdade social.

Mesmo antes do golpe de 64, que jogaria uma pá de cal nas teses desenvolvimentistas, já fermentavam novas correntes teóricas no seio da inteligência brasileira. Se por um lado a esquerda mais tradicional radicalizava seu discurso, face às mazelas da ditadura, uma outra corrente partiu para um empreendimento mais ousado e criativo. Surgia, lá pelo final dos anos 50, uma nova esquerda no Brasil, que, para produzir um conhecimento mais aprofundado da realidade brasileira, não tinha preconceitos nem de usar os fundamentos do marxismo e tampouco de apropriar-se do pensamento contemporâneo de Keynes e outros pensadores mais próximos do status quo. Foi dessa lavra que surgiram a teoria da dependência e a teoria do capitalismo tardio ou retardatário, nos quais se envolveram parte dos entrevistados deste livro.

A nova esquerda foi extremamente crítica do modelo econômico do autoritarismo e particularmente da concentração de renda e demais distorções sócio econômicas que este promoveu em seus mais de vinte anos de reinado. Ao mesmo tempo, soube detectar com maior lucidez e sem os preconceitos e limitações da velha esquerda, a dinâmica e as peculiaridades do capitalismo retardatário brasileiro. Posteriormente, nos anos 80 em diante, o foco dos pensadores recai sobre os problemas da dívida externa e sobretudo sobre a questão da inflação e da crise do Estado, um dos grandes temas do capitalismo contemporâneo. Daí o surgimento da corrente da inflação inercial, último grande movimento teórico dos anos 80 e 90 e para o qual os pensadores brasileiros certamente deram uma contribuição muito importante. Num momento em que o pensamento econômico brasileiro perdeu a irreverência da juventude e está comprometido com o *mainstream*, não é demais rememorar os tempos heróicos, menos para fazer um exercício de saudosismo intelectual, mas, quem sabe, para reavivar o brilho do passado, que ainda pode ser absorvido e transmitido para as novas gerações.

Interesse pela Economia

Os personagens desta tese não são apenas figuras de destaque na comunidade acadêmica, mas também atores importantes no cenário político brasileiro. Todos esses

economistas, sem exceção, têm ou tiveram vínculos com a Universidade, projetando-se no cenário político e assumindo algum posto importante no Estado a partir de alguma escola de economia ou de ciências humanas. Pedro Malan não foi o primeiro economista que assumiu o ministério da Fazenda, certamente o mais poderoso dos cargos de primeiro escalão do governo, juntamente com o ministério do Planejamento. Eugênio Gudin, Celso Furtado, Octávio Bulhões, Roberto Campos, Antônio Delfim Netto, João Paulo dos Reis Velloso, Mário Henrique Simonsen, Bresser Pereira, João Sayad e outros sucederam os banqueiros, empresários e advogados, que tradicionalmente ocupavam esses cargos até os anos 50.

Todos esses personagens tiveram, em maior ou menor medida, vínculos com a Universidade. Isso demonstra a forte interligação na sociedade brasileira que existe entre os meios acadêmicos e políticos, principalmente em se tratando da esfera econômica. Essa espécie de promiscuidade entre o econômico e o político tem sido maior no Brasil do que em outros países⁶¹. Nos Estados Unidos, por exemplo, os economistas têm razoável poder de influência na gestão econômica, atuando principalmente no Council of Economic Advisory (CEA), que assessora o presidente da República, ou no poderoso Office of Mangement and Budget, que cuida da política fiscal e ainda no Banco Central americano, o FED. Vários expoentes da economia americana participaram desses conselhos de assessoramento da presidência. John K. Galbraith esteve a testa do General Maximum Price Regulation durante o governo Roosevelt, o bureaux encarregado de controle de preços durante a Segunda Guerra. Nos anos 60 Galbraith também foi conselheiro de John F. Kennedy e continuou circulando pela Casa Branca em outros governos. Segundo ele nunca os economistas foram tão influentes na vida pública americana quanto no governo Kennedy. Participavam do Council of Economic Advisers naquela época Walter Heller e James Tobin de Yale, dominando a formulação da política econômica e das diretrizes políticas a elas associadas. Robert Solow também foi conselheiro de Kennedy e atualmente de Clinton. Recentemente Joseph Stiglitz foi conselheiro de Bill Clinton, antes de tornar-se economista chefe e vice-presidente do Banco Mundial (BIRD). Porém, dificilmente um acadêmico americano (ou alguém que não abraçou explicitamente a carreira política) se tornou gestor máximo da política econômica, ao contrário do que ocorre aqui no Brasil.

⁶¹ Vide a respeito Maria Rita Loureiro. *Os Economistas no Governo*. (1997).

Dizem as más línguas que a influência dos economistas é tanto maior nas decisões de governo, quanto menor é o conhecimento do chefe de Estado em exercício. Com base nesse critério não é difícil adivinhar a importância dos economistas nos governos militares, cujos generais presidentes eram jejunos em economia, com exceção de Geisel. G. Clemenceau, primeiro ministro da França em 1917, não recomendava a nomeação de banqueiros para a diretoria dos bancos centrais, pois certamente não convém colocar a raposa tomando conta do galinheiro. Tempos depois Winston Churchill enfatizaria que a guerra é um assunto muito importante para ficar nas mãos dos militares. Mas será que a gestão econômica, que decide os destinos das verbas públicas e das prioridades sociais, tornando-se a mais forte expressão dos interesses e das lutas sociais, deve ficar nas mãos dos economistas? Somente nas raras ocasiões em que estes conseguem despir-se de uma dimensão supostamente técnica, para alcançar uma visão política.

Certamente nosso entrevistados tiveram participação expressiva na formulação e execução da política econômica brasileira. Há dois ministros do Planejamento (Serra e Sayad), um ministro da Fazenda (Malan), um presidente e dois diretores do Banco Central (Franco e o próprio Franco e Lopes), um presidente do BNDES (Castro), dois secretários de política econômica (Nakano e Barbosa), secretários de estado da Fazenda (Serra, Sayad e Nakano), um secretário municipal de planejamento (Singer), um assessor especial do ministro da Fazenda Funaro (Mello) e um vice superintendente da SUDENE na gestão Celso Furtado (Oliveira). Somente Scheinkman e Mercadante nunca exerceram cargo público, o primeiro porque está morando nos Estados Unidos a muito tempo e Mercadante só não foi ministro da Fazenda em 89 e 94 porque seu candidato a presidência da República perdeu as eleições. Os entrevistados representam também as melhores escolas de economia e administração do país. A FGV de São Paulo e do Rio, a FEA-USP, a PUC do Rio, o Instituto de Economia da UNICAMP e a UFRJ. Todos eles estiveram vinculados a institutos de pesquisa como o IBRA, IPEA, FIPE e CEBRAP.

Principalmente os economistas mais antigos debutaram na economia a partir de uma certa militância política e tiveram contato com o pensamento social democrata, socialista e mesmo marxista, o que os conduziu a um pensamento econômico diretamente engajado na

luta política e marcado pelo comprometimento com um projeto de transformação da sociedade brasileira. Fica demarcado, desde logo, que a teoria econômica pode ir muito além da mera interpretação do funcionamento do mercado e do Estado, ou das leis econômicas em geral. Ela pode servir para produzir alterações dessas leis e tendências, a partir da ação consciente dos agentes econômicos e políticos. Muitos deles, porém, foram mudando de posição ao longo do tempo. Campos e Delfim Netto, por exemplo, compartilharam idéias socialistas na juventude, mas rapidamente passaram de incendiários a bombeiros. Celso Furtado foi influenciado pelo existencialismo social democrata desde a juventude e também namorou idéias marxistas, sem no entanto nunca desposá-las. Também Singer, Oliveira, Serra, Cardoso de Mello, Barros de Castro, Nakano, Malan e Mercadante se formaram sob forte influência de idéias marxistas, keynesianas e do chamado pensamento cepalino. Sayad e Lopes ficaram a meio caminho entre o céu e a terra, ou seja, entre a corrente heterodoxa e a ortodoxa. Enquanto Holanda Barbosa, Scheinkman e Franco foram mais influenciados pelo pensamento liberal. Em que pese essa diferenciação, de modo geral os economistas brasileiros adotaram uma postura eclética, misturando correntes teóricas diferentes e com um resultado surpreendente. Assim é comum encontrar uma miscelânea de Marx, Keynes, Schumpeter e outros menos votados, nos trabalhos econômicos brasileiros. Estamos falando de uma época em que os economistas eram instigados a ter uma formação mais ampla e de caráter humanista, em contraste com a formação tecnicista e anti-crítica da atualidade, voltada mais para os negócios, para o mercado financeiro, do que para as questões do desenvolvimento e do bem estar.

De que maneira os economistas brasileiros foram atraídos para essa especialidade? A maioria dos entrevistados interessou-se por economia a partir de uma preocupação social explícita. A geração mais antiga, fez sua escolha profissional numa época em que a economia era um campo pouco prestigiado e com escassa possibilidade de ascensão social. Na maioria dos casos, o curso de economia não foi a primeira escolha dos personagens, vindo a ser adotado após a frustração com os cursos de engenharia e direito, nos quais quase todos eles iniciaram sua vida acadêmica. Se o ensino da economia no Brasil não acumulara ainda prestígio, porque estava engatinhando (as primeiras escolas de economia foram abertas apenas no final dos anos 40, como já vimos no capítulo 1 deste trabalho), em

contrapartida, a problemática econômica estava muito em evidência, nos anos 50 e 60, quando uma parte desses autores iniciou seus estudos.

Portanto, uma mistura de preocupação social com a vontade de conhecer melhor os mecanismos econômicos e sociais, que moviam as engrenagens complexas da sociedade brasileira, atirou a maioria desses personagens para os braços da economia. Roberto Campos foi forçado a estudar economia já enquanto diplomata, porque designado para o setor de “secos e molhado” que cuidava dos desvalorizados assuntos econômicos do Itamaraty, numa época em que os diplomatas com pistolão ocupavam os cargos culturais. Estudou economia em Washington, e acabou desenvolvendo o gosto pela coisa.

Quando Furtado inscreveu-se no curso de Direito da Faculdade Nacional de Direito, em 1940, ainda não havia curso superior de economia no Brasil. Mas ele logo percebeu que o estudo da economia era o melhor caminho de acesso à compreensão dos problemas sociais. Delfim Netto passou da Escola de Contabilidade para a Faculdade de Economia da USP, recém inaugurada. De família pobre, ele queria ser engenheiro, porém teve de resignar-se a escolher um curso de meio período, como o de economia, que lhes possibilitasse trabalhar e depois acabou gostando do tema. Conceição Tavares já era formada em matemática, quando se interessou por economia por que “era uma ciência social relevante”. Bresser Pereira formou-se em direito por influência da família e depois deixou-se seduzir pelo tema do desenvolvimento econômico, em voga nos anos 50.

Paul Singer já possuía uma militância política razoável, quando resolveu prestar vestibular na FEA-USP. Com 24 anos, Singer já participara de uma organização juvenil sionista-socialista, lera os clássicos do marxismo (Marx, Engels, Trotski e Rosa de Luxemburgo), fora sindicalista metalúrgico e estava no Partido Socialista Brasileiro. Assim, para ele a economia “foi uma forma de tentar entender o que se passa na sociedade, no mundo e no Brasil. E eventualmente um meio de me livrar do trabalho industrial e poder me dedicar a um trabalho teórico.”

João Manoel Cardoso de Mello chegou a estudar Direito, mas foi no curso de Ciências Sociais que teve a atenção despertada pelos problemas econômicos, pelos quais se interessou fazendo cursos na FEA e depois o da CEPAL. Foi nesses cursos que ele teve “a percepção de que a única via de acesso ao entendimento do Estado capitalista era pela

economia.” A semelhança de seus contemporâneos, Cardoso de Mello foi estudar economia movido pela paixão de entender o Brasil. Só tinha sentido estudar teoria em função de problemas concretos, de inquietações pessoais. “Nos estudamos teoria mas com o olho no Brasil, nos nossos problemas, numa tentativa, vamos dizer, de analisar para intervir na realidade.” Seu amigo Belluzzo, que compartilhou com ele as aulas de direito e também de ciências sociais, teve uma trajetória semelhante ao João Manuel. Na adolescência queria ser padre. “Como eu era aluno dos jesuítas, fui para o seminário menor. Por várias razões fui obrigado a sair e voltei para o Colégio São Luís. Acabei entrando na faculdade de direito porque tinha, digamos, “economias externas”. Tinha estudado latim, português, tinha vantagens relativas. Mas logo no primeiro ano achei que não seria um bom advogado, e acabei fazendo o vestibular para o curso de Ciências Sociais. No final do curso de Ciências Sociais apareceu a oportunidade de fazer economia. Fui fazer o curso da CEPAL aqui em São Paulo. Acabei me especializando em programação industrial”.

Convém lembrar que, nos anos 50, quando essa geração de economistas estava se definindo, fervilhava a questão do desenvolvimento econômico, da reforma agrária, do atraso do Nordeste, do capital estrangeiro, do nacionalismo e outras questões que eram intensamente debatidas na sociedade brasileira.

Já Francisco de Oliveira e Antônio Barros de Castro encaminharam-se para o estudo da economia por uma combinação de necessidade profissional e interesses científicos. Oliveira formara-se em sociologia, mas o que iria fazer um sociólogo no Nordeste, nos anos 50? Entretanto criava-se um mercado para economistas em algumas órgãos do Governo, como o Banco do Nordeste. E então, “falando no jargão do economês, eu diria que foi uma feliz coincidência de escassa oferta de emprego para o sociólogos e cientistas sociais e, em determinado momento, uma abundante oferta de emprego no nordeste para gente que não era propriamente economista, mas que estava mais para economia do que para ciências sociais. A partir daí veio o gosto e uma formação melhor. Fui contaminado pelo vírus. Acho que foi um bom produto da escassez.”

Barros de Castro foi empurrado para a economia por necessidade de ter um emprego que suprisse as dificuldades financeiras de sua família. No entanto havia também um apelo familiar para a questão agrária, uma vez que seu pai era um fazendeiro em dificuldades com

negócios cafeeiros. Simonsen foi estudar engenharia porque gostava de matemática e acabou se interessando por economia “por que era moda na época”. O estudante de engenharia José Serra, militava nas fileiras do movimento estudantil, no início dos anos 60 e a como presidente da UNE, se interessava cada vez mais pela grande problemática da época: a crise econômica, o esgotamento do Plano de Metas e a inflação. Foi assim que o engenheiro foi se transferindo para o estudo das ciências humanas. Diz ele que “em termos de mundo real, mais do que polias, elevadores, barragens, eu achava que tinha mais motivação para as questões econômicas. Isto é, para entender o que acontecia na economia. Aquele era um período de crise econômica, de fim do ciclo expansivo do Plano de Metas, de instabilidade política e eu passei a sentir cada vez mais a angústia por não entender o que estava acontecendo com a economia. Ela era um fator que, se estabilizava por um lado, ao mesmo tempo desestabilizava a política e a sociedade”.

Pedro Malan, a semelhança de José Serra, ingressou na vida acadêmica estudando engenharia e foi se transformando em economista a partir de sua militância contra a política econômica do regime militar. Fernando Holanda Barbosa também começou a estudar em 1963, quando a crise econômica era o centro das atenções da sociedade brasileira. Foi assim que o estudante de engenharia também ingressou no curso de economia e foi cultivando a preocupação de explicar a miséria, a pobreza e as questões sociais em geral, que afligiam particularmente o Nordeste, sua terra de origem. Na linha de Adam Smith, ele se preocupava em descobrir as causas da riqueza e sobretudo da pobreza de nações como o Brasil. Sua formação de engenheiro e o fascínio pela matemática e estatística, seus vínculos com a FGV do Rio, e sua proximidade com o Mário Henrique Simonsen explicam também sua predileção por modelos matemáticos em economia.

Para a geração mais jovem, a economia já possui um significado profissional mais nítido, ou a perspectiva de um bom emprego, uma vez que, no final dos anos 60 e principalmente nos anos 70 essa profissão já possuía grande prestígio no mercado de trabalho. Era a época do “milagre brasileiro” do Delfim Netto, quando os economistas da USP e os administradores da FGV eram caçados a laço pelas empresas que proliferavam nos rastros de um PIB que crescia a mais de 10% ao ano. Mesmo assim a influência familiar e o interesse pela questão social continuaram influenciando nas escolhas dos estudantes de economia.

João Sayad foi fazer o vestibular na FEA-USP, em busca de uma boa profissão. Na verdade ele queria mesmo era estudar direito, mas lhes disseram que havia excesso de oferta em direito. Bom mesmo era estudar economia, que é uma boa profissão.” Yoshiaki Nakano escolheu o curso de graduação em administração na FGV, por pragmatismo, ou seja, por que tinha um currículo interessante, principalmente de ciências sociais e ao mesmo tempo apresentava uma boa possibilidade profissional. Seu interesse por economia também está ligado ao interesse social de uma geração preocupada com o atraso do Brasil, a má distribuição de renda e a pobreza.

Já Gustavo Franco e Francisco Lopes tiveram sua escolha fortemente influenciada pelas atividades dos seus pais, que militavam na esfera econômica. O pai de Lopes era o engenheiro Lucas Lopes, que foi um dos principais assessores de Juscelino Kubitschek, tendo passado pela presidência do BNDE e até mesmo pelo ministério da Fazenda, além de participar da elaboração do Plano de Metas. Por causa disso o jovem Francisco Lopes teve uma longa convivência com economistas. Então “ eu acho que foi esse contato com economistas que me influenciou. É interessante que meu pai era muito contra eu estudar economia. Lembro que ele fez uma consulta ao Roberto Campos. Quando eu disse que eu ia estudar economia, ele diz que ia falar com o Roberto Campos. Aí, veio e disse: “O Roberto disse que você não deve fazer não porque os cursos de economia são muito ruins. Você deve estudar engenharia. Vai estudar engenharia.” Mas, eu insisti. Até que o curso não foi tão ruim assim.”

O pai de Gustavo Franco também influenciou o filho com seu trabalho sempre ligado a esfera econômica. Inicialmente enquanto funcionário do Banco do Brasil e depois como chefe de gabinete de dois Ministros da Fazenda, Gastão Vidigal e Horácio Lafer posteriormente trabalhou no mercado financeiro, sendo um dos sócios fundadores do Banco Garantia.

Os freqüentes deslocamentos da família de Aloizio Mercadante pelas várias partes do país e o estímulo que o pai militar impunha ao filho de estudar a realidade brasileira, foram o primeiro impulso para interessá-lo pelos problemas econômicos. Outro fator importante para o ingresso de Mercadante no curso de economia da FEA-USP foi o prestígio que os economistas desfrutavam no início dos anos 70, auge do “milagre brasileiro”. Segundo ele,

“naquele momento, início dos anos 70, era o auge econômico do país. Toda vez que a economia vai bem, imagino que o vestibular para economia é mais concorrido e o prestígio dos economistas aumenta....Aquele momento também é o auge da discussão econômica. Havia um grande debate no país sobre o chamado milagre brasileiro. Uma discussão sobre problema de distribuição de renda. Então, acho que as duas coisas acabaram se associando e eu fui para economia”.

Formação Teórica dos Autores

Os economistas brasileiros foram fortemente influenciados pelo pensamento marxista e keynesiano que predominavam nos anos 50 e 60. Estávamos no auge da expansão capitalista do pós-guerra, a chamada era de ouro do capitalista, onde pontificavam os discípulos do grande mestre inglês, como Hicks, Harrod, Domar, Solow, Swan, Kaldor e Ackley, cujos manuais chegavam aos bancos das universidades brasileiras. Mas o grande divulgador da obra keynesiana, sob a ótica neoclássica, foi Paul Samuelson, com seu *Introdução à Análise Econômica*, que foi certamente o livro mais lido nos cursos de economia no Brasil e no exterior, desde que foi editado em 1952 pela Editora Agir. Uma das razões para o êxito do livro de Samuelson é que ele não tem nem o formato e nem a linguagem técnica dos manuais. Escrito numa linguagem simples, acessível e com uma boa dose de humor, o *Introdução* soube levar ao grande público uma noção razoável das idéias keynesianas na ótica neoclássica. Outro autor estrangeiro citado, em menor escala pelos economistas brasileiros é Josef Schumpeter, que é, de fato o segundo maior economista do século XX, depois de Keynes. Um terceiro que aparece nas biografias dos mais liberais é Wicksell, cujas idéias foram divulgadas no Brasil por Gudin. Campos foi influenciado também por G. Haberler, outro economista austriaco como Schumpeter, que chegou a orientar uma parte da tese de doutorado de Campos. Delfim Netto também foi influenciado por Haberler, que era um especialista em comércio exterior, e por um economista italiano C. Bresciani Turrone, que tem um trabalho importante sobre a hiperinflação alemã dos anos 20. Nessa geração mais antiga de Campos e Furtado, tiveram influência também os economistas da Comissão Econômica Européia, como Ragnar Kurkse, P. Rosenstein-Rodam e Arthur Lewis. Poucos da nova geração citaram esses autores, responsáveis pela teoria do desenvolvimento

equilibrado, com a exceção de Serra. Dentre os keynesianos que influenciaram Furtado merece destaque a economista Joan Robinson, presença importante em Cambridge no período em que Furtado lá esteve. O predomínio de autores keynesianos era decisivo, tanto que ninguém se interessou pelo austríaco Friedrich von Hayek, que em 1944 lançava as bases do novo liberalismo com o livro *O Caminho da Servidão*, e tampouco por Milton Friedman que comungava o mesmo credo.

Outra fonte importante de inspiração dos economistas brasileiros nessa época foi a CEPAL, cujos cursos ministrados no Rio de Janeiro, São Paulo ou em Santiago do Chile (nos cursos do ILPES), foram freqüentados por Oliveira, Serra, Barros de Castro e Cardoso de Mello. A rigor a CEPAL também esgrimia as idéias keynesianas, temperadas com ingredientes marxistas e insights da própria lavra dos pesquisadores desse importante centro de pesquisas e reflexão. Aliás, Celso Furtado, o autor brasileiro mais citado pelos entrevistados, foi o mais legítimo representante das idéias da CEPAL no Brasil. O *Formação Econômica do Brasil* é praticamente uma unanimidade entre os economistas brasileiros de várias correntes de pensamento. Mesmo os mais conservadores como Campos e Simonsen apontam o livro de Furtado entre os mais importantes, se bem coloquem em primeiro lugar o *Princípios de Economia Monetária* do Eugênio Gudín. Em terceiro lugar, mas bem distanciado dos primeiros, aparecem os livros de Ignácio Rangel, como o *A Inflação Brasileira* e o *Dualidade Básica da Economia Brasileira*, ambos fazendo um casamento entre o pensamento de Marx e Keynes.

O *Formação Econômica do Brasil* foi certamente importante porque, além de ser a primeira grande obra de história econômica brasileira, faz uma mistura de métodos analíticos e de elementos teóricos, que constituem uma das características mais marcantes do pensamento econômico no Brasil, naquela época. Nele estão presentes desde o pensamento keynesiano mais a esquerda, segundo a versão de Joan Robinson com a qual Furtado teve uma breve convivência teórica na sua passagem pela Inglaterra, até o materialismo histórico, com a luta de classes, permeadas pela teoria do desenvolvimento e subdesenvolvimento. Nesse sentido Furtado é a representação máxima desse sincretismo que predomina entre os pensadores brasileiros abarcados neste grupo de economistas e mesmo os fora dele.

Para Cardoso de Mello, Furtado é o único economista brasileiro que tem uma obra acadêmica de significado universal, não pelos seus resultados, mas por uma característica de *démarche* metodológica. O que interessa na *Formação Econômica* é a combinação entre a análise econômica e histórica, que é absolutamente original no mundo, afirma, o autor de “O Capitalismo Tardio”.

Na abordagem dos anos 50 e 60 dificilmente a economia deixa de ser vista sob a ótica da problemática social. É o predomínio da macroeconomia, dos problemas do crescimento, do desemprego, do atraso, do papel do Estado, que pontificam nos debates econômicos. Daí a importância do socialismo, do marxismo, do trabalhismo inglês, que influenciam a formação mesmo de autores que posteriormente adotariam um pensamento mais conservador. Com exceção de Singer, que começou sua formação lendo os clássicos do marxismo, os demais beberam da fonte do socialismo moderado do *Labour Party*. Na verdade essa versão atenuada de socialismo influenciou desde um Delfim Netto, uma das figuras de proa da FEA-USP, João Manuel e Sayad, até Roberto Campos, que também teve seu namoro com o socialismo e com o intervencionismo keynesiano, pelo menos até os anos 60.

Na ala dos economistas da geração mais jovem, que estudaram no Rio de Janeiro, aparece também a influência de Simonsen, Gudim e Bulhões. Na verdade, criaram-se dois grandes pólos de economia no Brasil. Um em São Paulo, capitaneado pela FEA-USP e depois secundado pela UNICAMP e FGV-SP. E o polo carioca, inicialmente liderado pela Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da UNB e pela FGV- Rio, e posteriormente pela UFRJ e pela PUC. Mesmo que vindos de diversas partes do país, a maioria dos economistas desse grupo vai gravitar em torno do polo carioca ou paulista. O polo carioca contava em seus quadros com Eugênio Gudim, Octávio Bulhões, Roberto Campos, Santiago Dantas, Antônio Dias Leite, Maria da Conceição Tavares e Mário Henrique Simonsen. No polo paulista salientavam-se Dorival Teixeira Vieira e Delfim Netto, numa primeira, fase e posteriormente Affonso Celso Pastore, Carlos Antônio Rocca e Carlos Eduardo de Carvalho, João Sayad todos da FEA-USP. Correndo por fora havia o curso da CEPAL, organizado por Anibal Pinto no Rio de Janeiro e que reunia várias figuras de expressão nos seus quadros. Barros de Castro foi um dos primeiros professores do curso da

CEPAL, juntamente com Conceição Tavares e Carlos Lessa. Posteriormente Castro e Tavares se juntariam a João Manuel Cardoso de Mello, Luiz Gonzaga Belluzzo, Wilson Cano, Sergio Silva, e os demais membros da escola de Campinas. Na FGV de São Paulo Luiz Carlos Bresser Pereira, Yoshiaki Nakano, Luiz Antônio de Oliveira Lima, Robert Nicol, Eduardo Suplicy, Guido Mantega, formavam um polo mais heterogêneo de economistas do que o grupo da UNICAMP. No Rio de Janeiro ganharia força o curso de economia da PUC, com uma leva de novos economistas, como Francisco Lopes, Edmar Bacha, Pedro Malan, Gustavo Franco, Edward Amadeo, José Márcio Camargo e outros.

Institutos de Pesquisa e Grupos de Estudos

Além dos estudos nas respectivas faculdades, os economistas brasileiros tiveram ocasião de desenvolver suas idéias no interior de um conjunto significativo de centros de pesquisa, órgãos estatais e mesmo de grupos de estudo informais, que promoviam a formação, debate e amadurecimento de idéias e propostas econômicas. Uma das entidades mais importantes foi a Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL- já exaustivamente mencionada em vários estudos, na qual militava uma parte da ala esquerda dos economistas brasileiros. Aliás, os cursos da CEPAL no Brasil eram patrocinados pelo BNDE e realizados em sua sede, o que indica uma certa convergência de idéias, no âmbito do desenvolvimentismo.

O Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) criado pelo Eugênio Gudim era uma espécie de apêndice da FGV do Rio e congregava os expoentes da corrente mais conservadora, como Octávio Bulhões e realizava trabalhos de pesquisa muito importantes, relativos às contas nacionais. Foi o primeiro grande centro de estatística econômica do país, que montou o Balanço de Pagamentos e as primeiras séries estatísticas nas contas públicas. Estavam ligados a ele os discípulos de Gudim, mais inclinados pelo liberalismo, pelo monetarismo e pela utilização da matemática em economia. Não é de estranhar o grande número de economistas formados em engenharia que gravitavam em torno do IBRE, com familiaridade no cálculo matemático, a exemplo do próprio Gudim e depois do Mário Henrique Simonsen.

Posteriormente Campos, Simonsen e Delfim Netto trabalharam na Associação Nacional de Planejamento Econômico e Social (ANPES), que financiava pesquisas e publicações e foi um órgão ativamente engajado contra o populismo e a favor do autoritarismo. Depois do golpe de 1964 várias pessoas da ANPES foram trabalhar nos governos dos militares. Na FEA foi criado o Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE), pela iniciativa do pessoal do Delfim Netto, que organizava núcleos de estudos e seminários permanentes nessa escola.

A formação dos economistas brasileiros se dava também nos departamentos de pesquisa de alguns órgãos estatais, que buscavam formar uma tecnocracia apta a gerir um Estado cada vez mais complexo. É o caso do Banco do Nordeste, que procurava transformar graduados em ciências humanas, como Francisco de Oliveira, em iniciados em economia a partir de cursos de formação profissional. Desses organismos governamentais, o mais importante foi o BNDE, que estimulava o debate econômico em suas fileiras. Passaram pelo BNDE várias figuras importantes na formação dos economistas brasileiros, como Roberto Campos e Ignácio Rangel.

Posteriormente o IPEA se tornaria um dos principais centros de pesquisas da economia no país. Pedro Malan permaneceu muitos anos nos quadros do IPEA, que participou ativamente na formulação de vários planos de Governo. O IPEA vem atuando como linha auxiliar do ministério da Fazenda e sobretudo do ministério do Planejamento, fornecendo os diagnósticos setoriais e, junto com o IBGE o banco de dados para o planejamento estratégico.

No âmbito da economia regional destaca-se a SUDENE, criada por Furtado e da qual Francisco de Oliveira foi vice superintendente. A SUDENE objetivava fazer profundas reformas nas estruturas da economia do Nordeste, captando sua especificidade e propondo o caminho para sua emancipação. Foi um projeto reformista que surgiu na esteira da forte crise que acometeu a economia nordestina durante o governo JK e dava conta de novos atores, no cenário político local, como o campesinato ou as ligas camponesas. A SUDENE não ficou nas mãos de Furtado e Oliveira o tempo suficiente para atenuar o grande problema das secas nordestinas, que continuam até hoje assolando a população nordestina com uma certa regularidade.

Grupo de “O Capital”

Ainda cursando a faculdade de economia, Paul Singer foi convidado a participar de um grupo de estudos multidisciplinares, que daria um impulso importante às ciências sociais no Brasil. O grupo de “O Capital” foi formado em 1958 por iniciativa do filósofo José Arthur Giannotti que, recém voltado da Europa, achava que valia a pena um estudo mais aprofundado da obra máxima de Karl Marx e outros autores importantes. Reuniram-se nesse grupo um punhado de jovens professores, a maioria da USP, que iriam dar importantes contribuições nas diversas áreas de conhecimento. Além do Giannotti, estavam no grupo o historiador Fernão Novaes, que era professor do Paul Singer na FEA e o convidou a tomar parte dos estudos. A abordagem de Novaes teria forte influência nos trabalhos de Cardoso de Mello e outros economistas da UNICAMP. Lá estavam também a antropóloga Ruth Cardoso, os sociólogos Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni e Juarez Brandão Lopes, assim como o economista Sebastião Advíncula da Cunha, o filósofo Roberto Schwarz, o politicólogo Francisco Weffort, que desenvolviam uma prática muito fértil de estudar um conjunto de disciplinas ao mesmo tempo. Para o jovem Singer, no grupo de “O Capital” se colocou, pela primeira vez, a idéia de que a economia era uma disciplina dentro de algo maior chamado economia política.

O grupo de “O Capital” surgira pela insatisfação de um punhado de jovens professores da USP com a precariedade das ciências sociais no Brasil dos anos 50. Naquela época predominavam na esquerda as análises do PCB, elaboradas com base num marxismo vulgar e nas idéias positivistas e nacionalistas fermentadas no Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB. Na verdade o ISEB, que era formado também por um grupo de intelectuais de distintas áreas, tinha uma influência ideológica muito grande nessa época e fornecia o substrato teórico do desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek.

Foi justamente para se contrapor ao simplismo das teses do PCB e do ISEB que o grupo de “O Capital” se debruçou sobre Marx, Keynes, Schumpeter, Weber, Durkheim, Hilferding, Rosa de Luxemburgo e outros luminares das ciências humanas. Esse grupo funcionou de 1958 a 1965 e se desfez pouco depois do golpe de 64, quando os militares expediram um mandato de prisão para o Fernando Henrique Cardoso, que foi para o Chile

com Ruth Cardoso. A essa altura já haviam sido lançadas as sementes de novas ideias, que fermentariam nos próximos anos.

De acordo com Singer, o grupo de “O Capital” deu pelo menos duas grandes contribuições para as ciências humanas no Brasil. Em primeiro lugar permitiu o entendimento de que as ciências humanas possuem uma série de pontos de contato, pois a divisão disciplinar e profissional é alienante, porque não se consegue entender economia sem entender os fatores sociais e políticos. No entanto, a divisão social do trabalho, de acordo com o modelo americano, criou a profissão de economista, sociólogo ou cientista político isolados em suas áreas de competência por altos muros. Então o grupo de “O Capital” ajudou-o a entender que era preciso derrubar esses muros. Em segundo lugar, esse grupo permitiu resgatar o pensamento original de Marx, desvirtuado pela longa sequência de interpretes. Ou seja, a rigor não se lia Marx. Lia-se os divulgadores do marxismo, já no meio de enormes polêmicas que havia entre a Segunda, a Terceira e a Quarta Internacional. Segundo Singer, “após toda uma série de montagens e remontagens, nos chegamos ao original. Nos resgatamos aquilo que estava na origem dessas polêmicas.”

Formação no Brasil e no Exterior

A geração mais antiga de economistas brasileiros teve a sua formação concentrada sobretudo no Brasil. Poucos foram fazer mestrado ou doutorado no exterior. Campos fez mestrado fora do Brasil porque era diplomata e se encontrava nos Estados Unidos a trabalho. Furtado é outra exceção, pois defendeu tese de doutorado na França e depois passou algum tempo estudando na Inglaterra. Já os demais fizeram sua titulação no Brasil. É o caso de Bresser Pereira, Singer, Oliveira, Cardoso de Mello, Pastore a exemplo de Delfim Netto, Mário Henrique Simonsen, Octávio Bulhões, Ignácio Rangel e Conceição Tavares. São pensadores, em grande medida autodidatas, que desbravaram uma área ainda muito incipiente no Brasil. Esses pioneiros procuraram suprir as deficiências do ensino local e as dificuldades de obter bolsas no exterior, por meio de grupos de estudos, que desenvolviam um trabalho extracurricular. Uma parte deles, como a Maria da Conceição Tavares, Rangel e o próprio Serra estiveram no Chile na época da interessante discussão da Escolatina e do

ILPES, que contaram com a presença de figuras como Kalecki, Kaldor, além de Anibal Pinto, Osvaldo Sunkel e outros chilenos.

A semelhança do grupo de “O Capital”, havia um grupo de estudos na FEA-USP, liderado por Delfim Netto, que estudava desde matemática, até Marx, passando por Keynes e todas as obras mais recentes de economia. Os economistas da FGV-Rio podiam discutir suas idéias no IBRE, e publicá-las na Revista Brasileira de Economia e na Conjuntura Econômica. Na FGV de SP também havia grupos de discussão sobre economia brasileira, como o de Nakano e Lima. Na geração mais jovem, entretanto, a maioria teve parte de sua formação feita nas Universidades americanas e européias e levam a marca desses centros de ensino no seu pensamento econômico.

Poucos foram para escolas européias, como Barros de Castro, que fez doutorado na London School of Economics, na Inglaterra. Enquanto os demais ficaram entre Yale, Harvard, Cornell, Michigan, MIT, Princeton e Chicago. Bresser Pereira fez mestrado em Michigan mas também fez doutorado no Brasil, na FEA-USP, sob a orientação de Delfim Netto. Serra foi para o Chile e estudou na Escola de Pós Graduação de Economia da Universidade do Chile, chamada Escolatina, que era a meca do estruturalismo naquela época, e depois acabou lecionando no Instituto Latino Americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES), que era agregado à CEPAL. Foi o ILPES que montou os cursos da CEPAL no Rio de Janeiro, sob a coordenação de Anibal Pinto, considerado o grande mestre de Conceição Tavares, Barros de Castro e outros latino-americanos. Posteriormente Serra completaria sua formação no exterior fazendo doutorado em Cornell. Quem foi para Yale, como Sayad e João Paulo dos Reis Velloso, sofreu influência de Tobin, um legítimo representante da chamada síntese neoclássica. Nakano foi para Cornell e permaneceu mais ligado ao pensamento de Marx e Keynes, desfrutando da autonomia de estudos que essa escola americana permitia. Os que foram para Chicago, como Holanda Barbosa e Scheinkman, permaneceram próximos ao pensamento liberal. Os estudantes da PUC-Rio, como Franco e Lopes, foram para Harvard, e voltaram para lecionar nessa escola do Rio.

Entretanto, apesar da formação em escolas com orientação teórica distinta, nota-se uma certa homogeneização do pensamento dos economistas brasileiros, pelo menos no

tocante aos mais antigos. Não se trata, evidentemente de uma pasteurização, onde todos pensam igual, mas sim de uma certa convergência para os canones keynesianos com pitadas de liberalismo, refletindo o predomínio dessas idéias até os primórdios dos anos 80. Foi somente no final dos anos 80 que floresceu o pensamento liberal. Ai sim houve uma cisão teórica maior, e parte desses economistas, principalmente os da geração mais jovem, passaram a professar idéias pronunciadamente liberais.

Vimos, então, que a formação do pensamento dos economistas brasileiros deu-se, sobretudo, em torno das escolas de economia, em institutos de pesquisa e órgãos estatais ou para estatais, assim como nas universidades do exterior e em grupos de estudos. Dos anos 60 em diante, passam a ser criados programas de pós graduação em várias escolas, que ajudaram a difundir o estudo da economia no Brasil.

No final dos anos 60 foi criado o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), que daria uma contribuição decisiva para o florescimento das ciências sociais no Brasil. Nos anos 70 estabeleceu-se na Universidade de Campinas um grupo importante de economistas que iriam formar o Instituto de Economia, também com expressiva contribuição na produção de teses e idéias no campo econômico.

CEBRAP

Na verdade a constituição do CEBRAP em 1969 representou a retomada do grupo de “O Capital”, que havia sido dissolvido em 1965. A equipe básica do CEBRAP era fundamentalmente a mesma, com Giannotti, Fernando Henrique Cardoso, Ruth Cardoso, Paul Singer, Francisco Weffort, Octávio Ianni, Juarez Brandão Lopes, acrescida de vários outros profissionais, como Francisco de Oliveira, Elza Berquó, Cândido Procópio Ferreira, Carlos Estevão Martins, Frederico Mazzucheli, Bolivar Lamounier, Geraldo Muller e Guido Mantega. Dessa maneira, o CEBRAP aglutinava um conjunto de intelectuais de todas as áreas de conhecimento, que se opunham ao regime militar e produziam críticas e alternativas ao ideário que a ditadura queria implantar. Contava em seus quadros justamente com os intelectuais que haviam sido aposentados da USP em 1969 pelo AI-5, e que não podiam mais desenvolver seu trabalho científico na Universidade

Desde o principio o CEBRAP funcionou como um centro de produção de pesquisas, de discussão teórica e, sobretudo de críticas e alternativas às propostas do regime militar.

Não eram somente os membros do CEBRAP que desfrutavam das discussões nos mesões, onde cada *paper* ou pesquisa produzidas eram minuciosamente examinados por um rigoroso comitê multidisciplinar formado pelos melhores quadros da inteligência brasileira nas várias áreas de conhecimento. Eram convidados também intelectuais de fora que apresentavam textos e compartilhavam as discussões.

De acordo com Francisco de Oliveira, um dos pioneiros do CEBRAP, havia um choque fecundo de opiniões, de posições e de contrastes. Nos mesões “o pau quebrava” sem contemplações. Mas pessoas eram muito generosas, capazes de ouvir o outro. Era um debate muito rico, muito fecundo e aberto aos vários pontos de vista. Só não havia lugar para os próceres da ditadura.

Nos mesões havia sempre convidados de fora, como a Maria da Conceição Tavares, Pedro Malan, Edmar Bacha, Flávio Versiani, Antônio Barros de Castro, Luciano Coutinho, José Eduardo de Carvalho e Bóris Fausto. Esporadicamente aparecia também o Celso Furtado, que passava boa parte do tempo lecionando na França. Só não eram convidados, naturalmente, os economistas que trabalhavam para o governo e esposavam idéias radicalmente opostas a esse círculo de intelectuais de esquerda. O CEBRAP criou também a tradição de acolher intelectuais que haviam tido problemas políticos com o regime militar. Inclusive pessoas saídas das prisões da ditadura, foram diretamente para o CEBRAP, como os intelectuais Vinícius Caldeira Brant, Régis de Castro Andrade e Luiz Werneck Viana.

Mas o CEBRAP não era apenas um fórum de idéias teóricas, distanciadas da ação prática. Fazia-se também pesquisas de campo e havia uma comunicação direta com a política brasileira. Oliveira diz que os políticos do MDB os procuravam muito. Quase todos eles passavam por lá e assistiam conferências. Do Marcos Freire, que era um “autêntico” do MDB de Pernambuco, ao Ulysses Guimarães, passando por Orestes Quércia.

Severo Gomes, quando Ministro da Indústria e Comércio do Geisel, ia ao CEBRAP ostensivamente. As pessoas encontravam ali um lugar onde “se respirava”. Onde as pessoas da universidade e mesmo do Governo podiam dizer e discutir coisas que não se podia discutir abertamente.

Principais Discussões do CEBRAP

No período mais obscurantista do governo militar o CEBRAP desempenhava duas funções básicas. Por um lado fazer avançar o pensamento social e político brasileiro. E, em segundo lugar, subsidiar o movimento político de resistência à ditadura, com envolvimento de seus membros na luta ideológica.

Do ponto de vista teórico, os intelectuais do CEBRAP procuravam amadurecer o pensamento desenvolvimentista cepalino, que predominara na esquerda pelo menos até o golpe de 1964. A ditadura cindira a inteligência brasileira em dois campos bem definidos. De um lado estavam aqueles que se alinhavam com o governo e defendiam um modelo econômico desenvolvimentista, porém concentrador de renda e que aumentava as desigualdades sociais. Era a turma que argumentava que era preciso primeiro fazer crescer o bolo, para depois dividi-lo. Do outro lado estavam os democratas, opositores desse modelo, que sonhavam com um desenvolvimento que conciliasse crescimento econômico com distribuição mais equitativa da riqueza.

Entretanto, a esquerda tinha clareza de que o ideário cepalino era insuficiente para dar conta do que ocorria no país. Afinal a industrialização, que era a meta básica desse ideário, vinha se consolidando. Porém a custa do aumento das desigualdades e da concentração da riqueza nas mãos dos segmentos mais abastados da sociedade brasileira. Certamente o Brasil deixava de ser um mero país agro-exportador, mas a industrialização e a urbanização não trouxera o avanço social que a CEPAL previra. Caía por terra também a hipótese de que o golpe de 1964 e a supressão das reformas de base condenariam o país à estagnação e truncariam o avanço da acumulação industrial e financeira. Na verdade, a tese estagnacionista de Furtado e de muitos outros pensadores da esquerda era desmentida pelos fatos. O golpe de 64 não significava a “pastorização” do Brasil, conforme sugeriu Furtado num primeiro momento, ou uma volta ao Brasil agrário dos coronéis, se bem este sobrevivesse no novo regime. Estava em curso, isto sim, um processo de modernização conservadora, que tinha de ser melhor entendido pela inteligência brasileira.

Os pensadores de oposição se deram conta de que era preciso superar as teses estagnacionistas e as limitações da teoria cepalina, assim como apresentar uma proposta de desenvolvimento que fosse melhor que o projeto conservador das elites, que navegava a

todo vapor no final dos anos 60, com o “milagre brasileiro”. Foi o que tentaram fazer os diversos trabalhos produzidos nos anos 60 e 70. As análises da nova esquerda admitiam que estava em curso no Brasil dos anos 60 um desenvolvimento capitalista, que se diferenciava do padrão clássico, pois tratava-se de um desenvolvimento dependente e associado ao grande capital internacional. Entravam em cena a Teoria da Dependência e a Teoria do Capitalismo Retardatário ou Tardio.

Um dos livros marcantes dessa nova safra foi o *Desenvolvimento e Dependência na América Latina*, assinado pelo então pouco conhecido sociólogo Fernando Henrique Cardoso e seu colega chileno Enzo Faletto, que começou a circular numa versão mimeografada em 1967, e foi publicado no Brasil somente em 1970. Outro livro seminal, que vislumbrava a possibilidade de um desenvolvimento capitalista no Brasil é o *Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira*, de Antônio Barros de Castro, de 1969. Um trabalho igualmente importante para explicar a retomada do crescimento econômico e a nova fase do capitalismo brasileiro do pós 68 foi o “Além da Estagnação” de José Serra e da Maria da Conceição Tavares, publicado na importante revista mexicana *El Trimestre Económico*, em 1971, bem como, de 1968, *Desenvolvimento e Crise no Brasil* de Bresser Pereira. Daí para frente, os trabalhos da nova esquerda se multiplicaram e caminharam em várias direções. Ainda em 1972 Francisco de Oliveira publica o polêmico *A Economia Brasileira: Crítica a Razão Dualista* e em 1975 João Manuel Cardoso de Mello defende a tese de doutorado *O Capitalismo Tardio*, depois publicada em forma de livro, uma das obras de referência da produção do Instituto de Economia de Campinas.

ENTREVISTA COM FRANCISCO DE OLIVEIRA

Você é sociólogo de formação, mas dedicou parte importante da sua obra à economia política. Como você se interessou por economia política?

Falando no jargão do economês, eu diria que foi uma feliz coincidência de escassa oferta de emprego para o sociólogos e cientistas sociais e, em determinado momento, uma abundante oferta de emprego no nordeste para gente que não era propriamente economista, mas que estava mais para economia do que para ciências sociais. Eu me formei em ciências sociais na antiga Universidade do Recife, que, hoje, é a Universidade Federal de Pernambuco e procurei emprego como sociólogo. Mas, o que um sociólogo faria no Recife nos anos 50? Foi quando surgiu o Banco do Nordeste do Brasil, que começou a recrutar gente para trabalhar basicamente em análise de projetos, em pesquisas sobre economia do Nordeste. Como não havia bons economista, pois a maioria das escolas de economia eram muito ruins, surgiu uma geração de “economistas” que felizmente entendiam tanto de direito como de matemática.

Aliás, os grandes economistas dessa época são todos formados em outras disciplinas, não é?

Exatamente. O (Eugênio) Gudin é engenheiro. O Celso (Furtado) é formado em direito. E (Ignácio) Rangel também é formado em direito. As escolas de economia eram fracas e o Banco do Nordeste precisou recrutar gente de outras áreas. Não que as de ciências sociais fossem de melhor qualidade. Mas o Banco recrutava assim e metia a gente no forno, e 6 meses depois o sujeito saía com um preparo melhor do que o da Universidade. Então, é dessa maneira que eu, formado em ciências sociais, entrei no campo da economia. Em 1956, quando me formei, fiz o concurso e trabalhei durante 2 anos no escritório técnico de estudos econômicos do Banco do Nordeste. A partir daí veio o gosto e uma formação melhor. Fui contaminado pelo vírus. Acho que fui um bom produto da escassez.

Quais foram os autores que mais influenciaram a sua formação?

A minha formação de economista é bastante precária. Por quê? Por que realmente eu não fiz o curso sistemático de economia. Se eu tivesse feito no Nordeste, provavelmente ela não seria melhor. Podia ser até pior. Surpreendentemente, para quem conhece minhas posições, a minha formação começou pelos keynesianos transformados em neoclássicos. O Banco do Nordeste nos dava um curso intensivo e o livro básico era o *Introdução à Análise Econômica* do Paul A. Samuelson, que a Editora Agir publicou no Brasil durante décadas.

Naquela época já era um best seller?

Foi um best seller ...

Ainda é. Agora tem um co-autor o Nordhaus.

Essa foi a minha primeira influência. Também com a leitura de todos os autores daquele ciclo, como o Hicks, por exemplo. Os cursos de contabilidade nacional, foram importantes. Depois eu fiz dois cursos de especialização, que foram o “Treinamento de problemas de desenvolvimento econômico” e um segundo curso dado junto com a CAPES, na presidência do Juscelino Kubitschek. A CAPES tinha um programa de formação para pessoal de nível superior. Juntaram-se a CAPES, o Banco do Nordeste e a Universidade da Bahia. Era um curso de 6 meses, com intensivo de aulas e depois, mais 6 meses de treinamento em instituições e em viagens de estudos. Eu me lembro que eu fiz estágio surpreendentemente na Aço Norte. Ao cabo de 1 ano entrávamos diretamente no trabalho. Depois disso, no final de 57 e 58, eu fiz o curso da CEPAL, aquele curso que ela manteve no Brasil durante duas décadas.

O curso da CEPAL era no Rio de Janeiro?

Sim. Era um curso, também intensivo, de 4 meses. Eu fiz no Rio e aí entraram na minha formação um tipo de autores que a CEPAL privilegiava. Não só os próprios cepalinos. Eu já conhecia o livro do Celso (Furtado), o único livro dele publicado até então, que era *Economia Brasileira* de 1954. Decididamente, no curso da CEPAL, a minha orientação mudou. Foi uma orientação voltada para o tipo de teoria que a CEPAL lecionava. Dai o contato direto com a obra de Keynes, que eu

já conhecia desde o curso do Banco do Nordeste, mas de uma forma atenuada pela visão do Samuelson.

Quem lecionava no curso da CEPAL?

Eu acho que peguei, talvez, o melhor grupo da CEPAL na época. O chileno Jorge Ahumada, que dava Programação Geral, era, talvez, o melhor professor que eu tive na vida. Julio Vaunic, que era o professor de “Teoria de Projetos”; Pedro Vuscovic que dava “Contabilidade Nacional”.

Que depois seria ministro da fazenda do Allende.

Dava “Contabilidade nacional”, e conhecia bastante Keynes. Carlos Iasum, um economista chileno que dava “Financiamento e Desenvolvimento”. Esses eram os quatro principais responsáveis pelo núcleo duro do curso. E esse curso era completado por conferências. Entre as quais de Celso, que deu uma conferência, antes de sair para a Inglaterra, onde ele escreveria o *Formação Econômica do Brasil*. Roberto Campos também dava conferências, mesmo porque ele era superintendente do BNDES, que patrocinava o curso junto com a CEPAL. Outro conferencista importante foi Mário Magalhães da Silveira, um sanitarista e demógrafo que me influenciou muito. Talvez, o melhor demógrafo que eu conheci no Brasil. Foi uma das melhores turmas de professores da CEPAL.

E o marxismo, quando é que você entrou em contato com ele?

O marxismo foi uma aquisição tardia, já depois de passar por esses fornos da CEPAL e do neoclassicismo do keynesiano. Eu tenho militância socialista desde a juventude, como todos nós tivemos. Ou seja, fazer política estudantil, correr da polícia. Mas isso estava muito longe de qualquer sofisticação teórica. Na militância no Partido Socialista Brasileiro as nossas referências não eram Marx. Eram os trabalhistas ingleses. Alguns dos quais marxistas como Laski.

O nosso modelo era mais ou menos o do *Labour Party*. Uma linha democrática e socialista. Eu não sei dizer a respeito de outras influências, em outras partes do Brasil. O trotskismo foi certamente muito importante em certas facções do Partido Socialista Brasileiro. Mas não na de Pernambuco onde militei. Aí a

influência maior era certamente do Partidão. Nós éramos uma espécie de ala feminina do PCB, mas tinha uma outra corrente de socialistas, que tinha maior influência dos trabalhistas ingleses. Então, eu comecei a tomar contato, com uma certa literatura trabalhista, do tipo do Laski, do Svebi, nas poucas traduções que a gente tinha acesso. Algumas traduções do Editorial Vitória, que mudava de nome cada vez que a polícia empastelava e algumas traduções em espanhol, que eram acessíveis aos estudantes.

De forma que, o meu contato mais firme, mais sistemático e mais enriquecedor com o marxismo só vai se dar, na verdade, já com 30 anos e depois do aprendizado da CEPAL e da indicação de que havia na sua construção teórica uma pitada de marxismo, que era importante. Ignácio Rangel foi importante nisso, devido ao meu contato com o pessoal do BNDE, apesar de não ter sido meu professor, em nenhuma ocasião. O curso da CEPAL no Brasil era patrocinado pelo BNDE. E os nossos estágios eram feitos em sua sede. A gente tinha aulas de “Projeto” e os projetos que nós analisávamos, como matéria dessa disciplina, já eram projetos que entraram no BNDES pedindo financiamento.

A partir disso, a gente começou a ter contatos com o BNDE e com a sua turma de economistas, que é muito boa, entre os quais, o (Ignácio) Rangel que, naquele tempo, já era uma espécie de guru deles. O outro guru do BNDES era o Celso (Furtado). Esse contato com o Rangel era informal e me ajudou muito a descobrir o marxismo e me interessar por ele de forma sistemática.

Na tua opinião quais são os economistas brasileiros mais importantes?

Os mais importantes certamente são consensuais. O Celso Furtado e o Ignácio Rangel. Eu acho que esses dois certamente foram os formadores da ala esquerda dos economistas brasileiros. Da esquerda no sentido lato. É o pessoal que começou a formar-se na teoria do estruturalismo, da heterogeneidade estrutural. Eu acho que esses dois são os mais importantes. Aliás, eles tinham uma grande qualidade: eles formavam o oponente também. Porque era no diálogo e na discussão que eles se constituíram como referência.

Depois deles, nessa galeria eu incluo o Paul Singer, que para mim está entre os melhores. O Paul é muito sistemático, um grande economista. Mas, sem dúvida, é impossível desconhecer os grandes economistas da direita. A essa altura do campeonato seria sectarismo “esquecê-los”. O principal deles é o Campos, mais do que o (Eugênio) Gudin, e do que o (Octávio) Bulhões, e mesmo do que o (Mário Henrique) Simonsen. No meu modo de ver, Gudin, Simonsen, Bulhões e Delfim Netto não têm uma interpretação do Brasil, que é um problema grave na formação dos economistas. A meu ver o Campos tem uma interpretação do Brasil. Por isso eu o situo acima dos outros.

Gudin, é o economista de manual. O livro dele não tem nada. Evidentemente tem sistematização. Mas não tem nenhuma contribuição para a economia, mesmo no terreno da teoria monetária. Bulhões, tampouco. Aliás, a obra de Bulhões é, em grande parte, desconhecida porque ele escreveu muito pouco. Escrevia muito no tempo da SUMOC (Superintendência da Moeda e Crédito do BB) e da Revista de Economia Brasileira da Fundação Getúlio Vargas. Mas produziu pouca teoria.

Eu acho que o grande pensador da direita é Campos, porque ele tem uma interpretação do Brasil. Daí a sua influência, não só porque estava em aparelhos importantes do Estado, como porque tem uma militância doutrinária que o torna paradigmático. Não há nenhuma grande construção teórica na obra de Campos. Mas dou mais importância a ele do que aos outros, devido ao fato que ele é um militante.

Modernamente, a produção do pensamento econômico pode ser descrita em termos topográficos. Hoje há um planalto de economistas muito competentes. Muito mais competentes do ponto de vista do domínio técnico do que os antigos. É um planalto porque há um movimento geral da elevação da competência, mas é um planalto sem montanhas. Não tem nenhum Evereste, um Aconcágua. Tem pico do Jaraguá. Tem uns morros na topografia brasileira que são mixirucas.

Acho que o Edmar Bacha é um deles. Antigamente o Bacha estava mais a esquerda. Agora, virou mais para o outro lado. Mas, sem dúvida nenhuma é competente. E tem os da “banda podre” (risos), que são os filhos da CEPAL, dentre as quais, evidentemente, a Maria da Conceição Tavares e o Luiz Gonzaga Belluzzo

são os melhores. Os dois tem essa mesma característica herdada dos pais fundadores. Eles são militantes e têm contribuições teóricas importantes na construção do Brasil e no enriquecimento da teoria. Maria da Conceição e Belluzzo enriqueceram o pensamento porque tiveram a oportunidade de apropriar-se mais explicitamente do patrimônio marxista do que os cepalinos.

Qual o melhor método de abordagem econômica? O enfoque histórico institucional ou o enfoque analítico clássico?

Eu acho que é uma pergunta complicada porque se juntarmos ao enfoque analítico clássico o histórico, aí completamos um método mais redondo. O institucional é um lado importante, mas do meu modo de ver, ele não modifica essencialmente - não tem uma capacidade transformadora do método tal como os dois outros termos tem.

Para dar um exemplo bem conhecido: a escola regulacionista francesa*, que dá muito peso ao lado institucional, é uma das construções mais felizes desse ponto de vista de valorização do institucional. Mas, a minha avaliação hoje, depois de alguns anos, é que isso não é suficiente para transformar qualitativamente o método de abordagem. Em outras palavras, o peso é menor. Nas mãos dos regulacionistas, as vezes, a utilização do método institucional beira quase o funcionalismo e, às vezes, é empobrecedor.

Qual é o papel da matemática e da econometria na pesquisa econômica?

Eu não sei econometria mas não sou avesso a ela. Embora a minha formação, com a contaminação tardia pelo marxismo, seja avessa à modelização, eu acho que há momentos em que você pode modelar, conforme os regulacionistas tentaram fazer. Isto é, em períodos largos você pode eliminar, as flutuações de curto prazo, sem perda da riqueza.

Ocorre que o uso da modelagem em economia é feita sempre para curtos períodos. E aí tende a dar com os burros n'água, não porque a matemática seja incapaz, mas porque essa modelagem de curto prazo tende a transformar-se num modelo. Isso leva a - como se dizia antigamente - a tomar a nuvem por Juno. Ou

seja, os fenômenos conjunturais são modelados e transformados num modelo de longo prazo.

Deveria ser ao contrário. No longo prazo você tem a possibilidade de utilizar a econometria e a matemática, conforme falava Fernand Braudel, com sucesso e sem reificação ou reducionismo.

A economia é uma ciência ou uma arte?

Eu acho que é uma ciência. Muitos economistas se defendem, dizendo que é uma arte, para evitar as críticas aos erros de previsão ou de análise. Isso é uma bobagem. É uma ciência sobre o comportamento dos homens. É uma ciência que depende do passado e com uma escassa possibilidade de previsão. Ou uma possibilidade de previsão em aberto. E não uma possibilidade de previsão mais fechada, como a que se dá nas ciências exatas. Acho que a citação de Delfim Netto aqui é boa. Ele costuma dizer, com certa ironia, que “o problema da economia é que os átomos berram, gritam, protestam, fazem revoluções, fazem passeatas, pensam, etc”. Enquanto os átomos da física, até onde a gente sabe, não fazem isso. Mas, eu acho que é uma ciência, desde que se olhe como uma ciência fundada na experimentação social.

Naquilo que Max Weber transformou em tipos ideais. E isso dá possibilidade de previsão. Uma previsão que é aberta. Deve ser aberta. A dificuldade de construção de modelos de previsão em economia é que eles devem ser capazes de incorporar o próprio movimento dos sujeitos na previsão. No meu modo de ver, é uma ciência, mas também é arte, porque toda a grande ciência é uma arte. E a grande arte é uma ciência. Não é à toa que não só os grandes artistas do passado como os do presente procedem rigorosamente como cientistas. Basta ir ver a exposição de desenhos do Michelangelo no MASP. O estudo das proporções, os membros dos braços, o complexo do corpo humano, é rigorosamente um estudo científico. A partir dessa acumulação saltava a originalidade.

A mesma coisa também pode ser dita dos grandes cientistas. Quer dizer, a construção de um enunciado “a la Newton”, “a la Einstein” era muito próxima da arte. Ali o que há de material, realmente, para você agarrar? É puro jogo simbólico.

Por isso acho que é uma recusa fácil e medrosa dizer que a economia não é ciência, porque o equívoco é precisamente modelar o curto prazo. Ao modelar você fecha e retira, não a imponderabilidade, e sim o movimento e com isso a gente tende a pensar que fulano errou em tal previsão. Não é que fulano errou em tal previsão. A previsão, geralmente, não tem a capacidade de incorporar o movimento dos atores nele próprio. Há um movimento que vem de trás, vem do passado, mas é um movimento que se reatualiza constantemente. Essa é a grande dificuldade.

Talvez, uma nova teoria como a teoria do caos, por exemplo, seja capaz de tornar os modelos de economia abertos. Enquanto que a matemática, econometria mais tradicional tende sempre a fechá-los. Aí a aproximação de arte e ciência é muito forte.

Mas a teoria do caos não abre demais?

Provavelmente abre! Mas ela é capaz talvez de ajudar a economia a reformular a sua metodologia quantitativa. Eu não saberia dizer como, porque não é meu campo e não tenho competência para isso.

O que você acha desta técnica de entrevista, da história oral, para recuperar um pouco da história da economia?

Eu acho ótimo. Na verdade, vocês estão utilizando, pela primeira vez, trabalhos de economistas que são formalmente reconhecidos pelo mercado como economista. Isso é uma técnica largamente utilizada em história, em sociologia. Em antropologia, então, nem falar. Toda a possibilidade de pesquisa em antropologia é dada pela história oral. Eu acho extremamente rico.

Evidentemente que a história oral, do tipo que vocês estão fazendo, envolve um risco para o qual vocês estão advertidos. Cada personagem pode enriquecer sua biografia de forma um tanto exagerada. Não é a mesma coisa que se passa com um índio. Ou até se passa? Índio bom é malandro.... (risos). Deve ter muito antropólogo que foi levado no bico. Mas acho que é um método extraordinário, levando em consideração os riscos do enriquecimento *ad hoc* das biografias. É preciso conhecer bastante o campo para usar esse método e você conhece. Porque se forem entrevistadores que desconhecem o assunto, então é muito fácil passar “gato por

lebre”. (risos) Eu mesmo poderia refazer a minha biografia. A minha biografia refeita ainda nos gloriosos tempos da hegemonia soviética- que eu nunca visitei, aliás, com pena, porque dizem que S. Petesburgo é linda - eu diria assim: Eu nasci 7 de novembro, que é data da revolução da russa. Portanto, eu estava predestinado...(risos).

Há alguma entrevista do Conversas com Economista* que você gostou mais ou lhes causou algum tipo de estranhamento ?

Bem, o uso do cachimbo entorta a boca. Eu gosto das entrevistas que eu gosto. É pena que realmente já há alguns personagens desaparecido, entre eles Ignácio Rangel, que, certamente, enriqueceria muito o livro. Ele era uma personalidade muito interessante. Eu acho que José Márcio conhece bastante a obra dele. Eu tive o prazer de conhecê-lo. Ele era uma personalidade extremamente aguda. Mas, os nossos dois grandes, pais da pátria, eram dois poços de vaidade. Eles disputavam entre si. O Celso Furtado sempre teve um tratamento mais frio. Acho isso uma pena. Eu acho que o Celso não foi generoso nessa disputa. Ele reconhecia pouco o trabalho de Rangel - é uma injustiça, evidentemente. O Rangel, por outro lado, podia fazer críticas ao Celso, mas certamente ele reconhecia a obra de Celso antes de mais nada. Ambos eram grandes vaidosos. Eles achavam que tinham inventado a roda. Inventaram a roda da economia brasileira. Mas eram dois grandes personagens: Celso e Rangel.

No recente colóquio que houve sobre a obra de Celso Furtado, na França, eu disse que ele não havia nunca citado Caio Prado, o que, evidentemente, era uma falha, posto que ele devia conhecer a obra de Caio Prado. Ele engoliu seco e “agüentou o tranco”. Quer dizer, eu posso dizer essas coisas. Eu acho que ele nunca reconheceu o trabalho de Rangel. Os dois disputavam realmente a hegemonia do pensamento da moçada da época. Celso com mais poderes institucionais porque, não é à toa, era a CEPAL que carregava o pensamento do Celso e vice-versa. Como a CEPAL formou os quadros do Estado latino-americano durante três décadas, então, na luta, Celso tinha armas muito mais poderosas do que o Rangel. O Rangel tinha só o BNDE. Ele não era professor de nenhuma faculdade.

Isso que você está falando procede. O Roberto Campos por exemplo, em Conversas com Economistas, faz esse reconhecimento de Rangel que Furtado quase evitava.

Campos tinha esse reconhecimento porque eles pautavam o campo do adversário. Era muito interessante o diálogo entre eles. Nas revistas pouco, por falta delas. Depois existiu a Econômica Brasileira, que era uma revista dos cepalinos e dos furtadianos. O campo de discussão portanto era muito restrito.

Onde se vê a discussão é no interior das instituições estatais. Eu não vi até hoje e gostaria de ver uma pesquisa, alguém que se interessasse - acho que vocês dois estão muito qualificados para isso - que se interessassem em ver o debate que havia dentro das instituições estatais de política. Era ali que eles debatiam. Debatiam em posições de força. Eram os pareceres do depto. Econômico do BNDES e os pareceres da diretoria do BNDES. O campo do conflito está ali. Você encontrará Campos formulando um parecer sobre alguém que pedia dinheiro do BNDES e o Evaldo Correia Lima que era um economista do Piauí, que foi diretor do BNDES, depois foi gerente geral de operação do BID. O Evaldo era formado pela Nacional de Economia e era furtadiano. Era nacionalista demais. E os pareceres dos dois constitui uma rica reconstrução da história da economia, das decisões cruciais e da construção do campo de debate sobre economia brasileira.

Uma coisa muito interessante que alguém tem que passar algum dia é pegar essas coisas dentro do BNDES e reconstruir os pareceres nas outras instituições estatais, como na SUMOC. Esse é um campo muito interessante para ver como é que esse debate se dava no calor da hora porque eram decisões que estavam sendo tomadas. E, isso reconstrói a história da economia brasileira; da história do pensamento econômico brasileiro.

Essa relação entre ciência e ideologia é uma história riquíssima. Eu nunca vi nada sobre isso e acho que seria interessantíssimo levar os estudantes a fazer isso.

Falando em Celso Furtado, você trabalhou na SUDENE, que foi a primeira grande experiência de planejamento regional no Brasil. Como foi essa experiência?

Essa experiência foi extraordinária sob vários pontos de vista. Em primeiro lugar, porque era uma tentativa de profunda reforma das estruturas da economia do nordeste, mas não para integrá-la à dinâmica geral de economia brasileira. Era um projeto reformista sem nenhum disfarce. Mas um projeto reformista interessante porque surgido num embalo de uma enorme crise, e do aparecimento de novos atores muito importantes. Inclusive do campesinato, que no nordeste estava aparecendo com as ligas camponesas.

A SUDENE surge nesse calor produzido por uma velha estrutura que se quebrava toda, mas que não tinha outra no lugar. Então, se produzia um conflito de classes muito radicalizado. Cujas radicalizações eram sinal de anacronismo. Não era sinal que você estava na vanguarda do processo. Você estava na retaguarda. Então, ela construiu uma experiência muito interessante por esse lado, como uma coisa claramente reformista. Mas um reformismo que, como acontece geralmente na história, se transforma em revolucionário. Porque as condições eram tão incompatíveis com qualquer reforma democrática, que você tocava nos nervos fundamentais do conflito.

E, do outro lado, porque a SUDENE foi uma tentativa de reformular o federalismo. No diagnóstico do Celso, que é uma obra clássica hoje (a SUDENE o reeditou há uns 3 anos atrás) há uma clara percepção da crise do federalismo. Isto é, você não pode ter uma federação que se agüenta nas pernas, se você tem uma concentração do poder econômico, em alguns estados como em São Paulo.

Com essa percepção, que o Celso diagnosticou de uma forma que é teoricamente equivocada, mas que apanha a dramaticidade, ele propunha uma reformulação da federação em termos regionais. Uma federação agora deve funcionar em termos regionais e não mais em termos de cada Estado, porque a enorme concentração econômica em São Paulo havia desbalanceado a federação de forma irreparável.

Esses dois lados fizeram da experiência da SUDENE uma coisa notável. Eu participei dela desde o começo, com uma forte pressão dos americanos. Eles tiveram no Recife o maior consulado dos Estados Unidos no Brasil, com 25 vice-cônsules,

dada a importância do conflito. Talvez parecia a eles o prenúncio de uma nova Cuba.

Eu participei disso trabalhando diretamente com Celso, e posso dar o meu depoimento pessoal que é uma extraordinária figura de homem público. Pela memória que eu tenho, um servidor público nato na plena acepção do termo. Um “Robespierre” do serviço público de uma forma que a gente dizendo para quem não vivenciou é quase inacreditável.

O Celso Furtado não recebia um centavo por ser superintendente da SUDENE, dado que ele era antigo funcionário do DASP*. Ele originalmente só era do DASP. Então ele era posto à disposição da Presidência da República e nomeado superintendente e não recebia um centavo por isso.

Ele tinha uma posição franciscana a respeito da tarefa do servidor público em termos de austeridade e seriedade. Celso fazia política todo o tempo, mas do mais alto nível, mostrando que política não é sinônimo de corrupção nem de fisiologia ou de maracutaia. Era uma permanente negociação com os Estados, com a União, com a SUMOC, com a carteira de câmbio. Apenas negociação no mais alto nível. Mas uma visão de serviço público que transmitiu a toda a SUDENE, e para mim, que foi uma lição de vida inesquecível.

Numa ocasião, Celso veio visitar o escritório da SUDENE em Salvador onde eu era chefe. Eu morava no Hotel da Bahia e, depois do trabalho, fomos para lá. Então ele me perguntou se eu tinha quarto no hotel. Disse: “ - Tenho, eu moro aqui.” Ele perguntou se eu tinha alguma objeção a que ele dormisse no mesmo quarto que eu. Disse: “ - Não.” E fiquei quieto, esperando algum comentário, que foi mais ou menos este:

“Pagar duas diárias para dois servidores da mesma instituição, no mesmo hotel é um absurdo, um exagero”. Isso mostra a concepção de serviço público que ele tinha.

Outro episódio bastante interessante, aconteceu com um empresário de Recife. A SUDENE dava isenção do imposto de renda para indústrias que utilizassem

matéria-prima local. E a Coca-Cola local entrou com requerimento para obter esse incentivo fiscal. Essa Coca-Cola era de um industrial do Recife, Donald Shorto, um tipo interessante, filho de um americano, mas que era presidente do clube mais popular da cidade, o Santa Cruz, que era o clube da ralé, da plebe.

Esse cidadão entrou com requerimento pedindo a SUDENE a isenção do imposto de renda porque a indústria dele utilizava matéria-prima local. Água e açúcar. Ele foi recebido pelo Celso. E o Celso disse a ele o seguinte: o senhor está coberto de razões. A lei lhe dá todo o amparo e meu departamento jurídico vai se pronunciar, mas eu faço um apelo ao senhor que retire esse requerimento porque a intenção do legislador, não é essa. A intenção do legislador é promover novas indústrias no Nordeste. Mas o senhor sabe, o legislativo é assim mesmo. Democracia é isso. Entrou alguém que mudou o texto, mudou a frase da lei, mas, o senhor está coberto de razão. Se o senhor pedir e o meu departamento jurídico disser que o senhor está com amparo da lei, a isenção lhe será concedida. Mas eu entrarei no dia seguinte com uma petição ao Supremo Tribunal Federal para que precise o que o legislador quis dizer sobre essa lei, para retirar esse favor que é indecente. Não é indecente para o senhor. É indecente para o Nordeste. Com isso o empresário disse: “O senhor tem toda a razão, vou retirar o meu requerimento.” E retirou.

Cabe fazer uma paródia do slogan da Coca-Cola, “Celso Furtado é isso aí..” (risos)

Então, ele conduziu a SUDENE sempre dentro desse padrão de alto nível. Não era um encastelado em torre de marfim, que não falava com políticos, que achava que isso é imoralidade, nada disso! Estava em permanente negociação sob o ataque ferrenho das forças mais conservadoras. Ele tinha mais problemas com o governo de Jango, por último, do que, talvez, com seus inimigos. Então, foi uma experiência notável, que me marcou muito profundamente. Eu acho que depois dela eu fiquei “irrecuperável”. (risos)

A SUDENE tinha como objetivo promover uma política de desenvolvimento para o Nordeste e reduzir as disparidades regionais. A industrialização era vista como o eixo central da redução das disparidades. Não havia nessa ótica um viés cepalino que você viria a superar em A Economia Brasileira: Crítica a Razão Dualista?

Havia certamente. A SUDENE era toda estruturada sobre o modelo da CEPAL. A sua proposta de industrialização fazia as vezes no Nordeste da proposta de industrialização que a CEPAL fez para modificar a relação desfavorável dos termos do intercâmbio. A SUDENE é uma cópia disso. Tomava-se o nordeste como se fosse uma entidade autônoma, mas, era apenas um suposto. A articulação era bem engenhosa. Nesse suposto construía-se o modelo de substituição de importação. Então, ela funcionava exatamente como um esquemão da CEPAL. E havia esse viés, realmente, industrializante. Eu acho que era a teoria de maior alcance no momento.

Hoje, o nordeste se industrializa a uma taxa até maior que a região sudeste. Isso significa que as desigualdades regionais estão sendo superadas?

Olha, não volto ao tema da economia do nordeste há algum tempo. A última vez que eu voltei foi um trabalho que eu fiz “A metamorfose da arribação”. É um artigo publicado na Revista CEBRAP, que é o resultado de uma pesquisa que eu fiz, encomendado pela SUDENE, mas eu estava no CEBRAP, sobre “Poder Econômico e Planejamento”.

A pergunta era se você pode planejar nas novas condições do capitalismo no Brasil. Fiz uma pesquisa sobre a presença dos principais grupos econômicos brasileiros e internacionais no nordeste. O nordeste reproduz a estrutura brasileira em tudo. Apesar que ele tenha logrado durante muito tempo uma taxa de crescimento maior mesmo do que a da economia brasileira, ele logrou reproduzindo internamente as mesmas defasagens de renda, de extremada concentração de renda que o modelo brasileiro produz.

Portanto, a resposta é, diminuiu um pouco a desigualdade, mas aumentou a desigualdade interna. A desigualdade interna é espantosamente do mesmo porte que existe no Brasil. Quer dizer, eu sou nascido e criado em Recife e todos nós de alguma maneira, mesmo vocês quem tem menos idade que eu, já teve essa experiência. A forma da pobreza era bastante diferente.

A forma da pobreza hoje é a pobreza mercantilizada. Não tem outro recurso para se virar, a não ser pelo mercado. Na sociedade tradicional o pobre se virava pela caridade. Pelas relações de primeiro grau. O recurso da pobreza na sociedade

mercantilizada é o menino na rua limpar vidro de automóvel, lustrar bota e vender chicletes nos cruzamentos. As praias do nordeste são o retrato de uma sociedade bipolarizada. Metade dos freqüentadores da praia está tomando banho e a outra metade está vendendo peixe, camarão, boné, o que der para sobreviver. Isso é uma figura, mais uma vez, de retórica. Mas é quase assim. Metade está tomando banho, desfrutando e a outra metade, está se virando.

Aumentou o grau de disparidade interna de uma maneira brutal. Conheci a cidade do Recife como uma cidade pobre. É uma cidade operária com muita indústria têxtil. É uma cidade pobre, mas o grau de miséria e de distância é o mesmo que a sociedade brasileira reproduz.

Até quando você trabalhou na SUDENE? Onde você estava em abril de 64?

Eu trabalhei na SUDENE até 5 de abril de 64. No dia da deposição do governo João Goulart, Celso Furtado e eu estávamos justamente no Palácio do Governo de Pernambuco. Saímos de lá praticamente presos no carro e fomos até o Quartel General do 4o Exército, onde o Celso teve uma entrevista com o General Justino Alves Bastos, que foi decisiva para sua inclusão na lista de cassados.

O general Justino explicou o golpe e disse que o Celso não quis cooperar. O Celso retrucou-lhe na cara que ele assumisse a responsabilidade do que estava fazendo: o exército havia destituído um presidente constitucionalmente eleito. E ele, Celso, era um funcionário do Estado. Portanto da parte dele não deveria esperar nenhuma cooperação. Salvo, a estrita cooperação que deve se esperar de um servidor de Estado, isto é, eu estou preparado para lhe entregar as chaves da SUDENE no momento em que o senhor o quiser. E só isso.

O general ouviu seco, e quase mandou prendê-lo. Não sei por que não mandou de fato. Porque quando nós entramos no gabinete do General havia um corredor polonês formado, de um lado, pela alta oligarquia do açúcar pernambucana e de outro, por militares. Nós entramos por esse corredor que desenhava a cara do golpe. Ele disse que o exército tinha muito respeito pelo Celso e pelo trabalho dele e o deixou ir.

Então, nós ficamos arrumando as gavetas, preparando para entregar as chaves da SUDENE. No dia 6 ou 7 de abril, tivemos um último jantar com o Celso na casa de um colega nosso e nessa madrugada eu fui preso. Então, eu estive na SUDENE até a véspera da minha prisão.

Furtado foi para o Rio?

Ele veio para o Rio. Havia um setor do exército que tinha bastante respeito por ele. Um ano antes nós havíamos sido condecorados por eles com a Medalha do Pacificador. (risos). Havia um setor do exército que tinha bastante respeito por ele, e o livrou da prisão. De alguma maneira garantiu a saída dele do Brasil.

Mas, evidentemente eu não tinha a mesma importância, fui para a cadeia, fiquei 3 meses. Depois fui liberado, voltei a SUDENE. Não me davam nada para fazer e eu era rigorosamente proibido ter acesso a qualquer documento da instituição e eu passava os dias lendo. Li então com muito gosto dois livros interessantes: o primeiro, o famoso artigo de Fernando Henrique Cardoso que é a introdução à tese dele sobre “Capitalismo e escravidão no Brasil meridional”. Tinha uma “Introdução metodológica sobre a dialética nas ciências sociais”, na Revista Brasileira de Ciências Sociais editada por Julio de Oliveira, da Universidade Federal de Minas Gerais.

Tomei contato com esse artigo e o livro de um polonês, que era Estanislau Soviski *Estrutura de classe na consciência social*. Eu passei lendo ... Passei 40 dias aí nesse limbo, onde você nem via Deus e nem o diabo. Eu estava lá há muito tempo e tinha um excelente relacionamento com os meus colegas. Cheguei na SUDENE com a primeira turma e com o Celso. Fui superintendente substituto dele, durante 4 anos e os colegas me falavam o que estava ocorrendo: “ - Olha você está na lista e vai ser chamado para depoimento e a tua preventiva vai ser solicitada.”

Então olhei o terreno, vi o que estava se passando ... o Recife sempre foi um lugar suspeito por causa da forte presença do Partido Comunista no Recife. É a velha anedota que todos nós conhecemos: o sujeito que já tem a mala pronta, com escova, pasta de dente e a cueca, era comum entre os comunistas de Recife, que eu nunca fui do Partidão, mas eu era considerado como. E, semanalmente a gente era

transportado para Fernando de Noronha para passar uma temporada lá. Tomava banho de sol. Banho de mar não porque não deixavam. Então eu vi que eu ia enfrentar um período de idas a Fernando de Noronha com uma pasta e uma escova de dentes e eu não estava disposto a tolerar aquilo.

Então, as polícias ainda eram relativamente desligadas uma das outras. Você tirava R.G. no Rio e ninguém sabia em Pernambuco. Aí comprei uma passagem e fui embora para o Rio e fiquei clandestino ostensivo, porque a gente ia para praia. Tomava banho de mar. Conversava e ia visitar os amigos do BNDES. E já começava a se esconder e você passava a ser figura carimbada, mas outros não, como Ignácio, como José (?) Ferreira, que foi presidente da FINEP, Juvenal Osório Gomes, Anibal Villela, do IPEA. O Anibal Villela foi meu professor nesse curso do Banco do Nordeste. Ele dava estatística e depois contabilidade nacional.

Nós estávamos seguindo o roteiro depois de 64 e eu queria saber quando você foi trabalhar no CEBRAP?

Saindo então do Recife eu fiquei no Rio um tempo. Tinha prisão preventiva decretada, até conseguir um habeas corpus do Superior Tribunal Militar. Com isso eu consegui tirar passaporte e viajei para a Guatemala. Fiquei 1 ano como assessor da CEPAL na Guatemala, depois vi o que aquilo era, e aí fui para o México e passei 2 anos.

Passou 2 anos no México pela CEPAL?

Não! Rompi o contrato com a CEPAL e fui para o Centro de Estudos Monetários Latino-americanos, que é uma instituição dos bancos centrais latino-americanos completamente ortodoxa ..

Como conseguiu assim a sua inserção institucional lá no México?

Através de um diretor do CEMLA que me havia conhecido no nordeste, quando eles levavam os alunos em viagens de treinamento. Eu escrevi para ele, e ele me convidou. Fui para o CEMLA, que era uma instituição estranha porque era o núcleo da ortodoxia monetarista na América Latina sustentada pelos bancos centrais. E tinha um programa que o BID financiava: a capacitação em desenvolvimento

econômico. Foi nesse que eu entrei. Eu era dirigido por um velho republicano espanhol, o economista Javier Marques, que era muito interessante. Era formado na *London School of Economics* e absolutamente neoclássico. Mas uma grande figura humana. Eu fiquei 2 anos lá.

Lecionando ou pesquisando?

Lecionando e pesquisando. Era uma função dupla no México. Me convenci que exilado era uma coisa muito triste. Quando havia as festas de 7 setembro e do natal a gente reunia e via todo mundo chorando e cantando hino nacional. Além de que o CEMLA era reduto de republicanos espanhóis. Ai era trágico. No dia nacional da Espanha, eles só faltavam morrer. Porque estava muito longe de casa e amargavam a derrota do franquismo. Eles choravam como criança, mesmo Marques, que já era plenamente integrado. Eles deram uma enorme contribuição a cultura mexicana. Fundaram o Fondo de Cultura. Fundaram o Colégio de México. Mas, eles eram exilados, no fim das contas. Era uma choradeira. Quando eu vi aquilo: um bando de homens velhos chorando ...

Aquilo contaminava?

Contaminava! E a gente ia para festas de brasileiros, era a mesma coisa. Aí, eu disse: definitivamente eu não fico exilado nem que seja para fazer “O Capital” (risos). Aí voltei! Eu tinha um convite de Rômulo de Almeida, que é outra grande figura que deve ser lembrada. Não tem produção nenhuma que vale a pena. Só prática. É o tipo que inventou o polo petroquímico da Bahia. O livro de Marshall, publicado ainda nos anos 40, foi traduzido por ele. Rômulo então me convidou para ir para Bahia, na Universidade Federal da Bahia. Eu fui lá e fiquei 2 meses, e vi que não era o caso e vim embora para São Paulo.

Ele foi chefe da assessoria econômica do governo Getúlio Vargas, não é?

Foi. Exatamente no período que estava o Ignácio Rangel.

É foi ele que convidou o Rangel...

Exatamente. Estava o Jesus Soares Pereira, um cearense, que não era economista formado, mas era um homem de muita experiência. Jesus era um dos

baluartes do nacionalismo no Rio. Eles formavam a assessoria econômica Vargas. E Rômulo foi o primeiro presidente do Banco do Nordeste. Com o suicídio de Vargas, ele renunciou. Então vim para São Paulo. Vim trabalhar numa consultoria. Tinha pleno êxito e ganhava muito bem. Naquela época havia uma febre de planos de desenvolvimento, planos urbanísticos, regionais. Ganhava muito bem.

Então, em 1970, o Octávio Ianni me convidou para participar de um projeto que iria ser financiado pela Academia Brasileira de Ciências, que receberia um dinheiro do Ministério do Planejamento, e passaria para o CEBRAP. O projeto era sobre o planejamento no Brasil e tinha uma parte regional, que ficaria comigo. Foi assim que eu entrei no CEBRAP em 70. Afinal a pesquisa não foi feita porque a Academia Brasileira de Ciências não deu o dinheiro.

Como funcionava o CEBRAP? Havia os famosos mesões onde se discutiam os textos dos colegas. Nos mesões o “pau comia”? Como era o Fernando Henrique e o Francisco Weffort? Havia choque de estrelas?

Não havia choques de estrelas porque, a rigor, ninguém era estrela, ainda. Na verdade, havia alguns mais notáveis. Fernando Henrique já tinha livros publicados. Já tinha escrito o livro *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* que o tornara notável, elaborado com base na pesquisa que ele fez enquanto estava na própria CEPAL. O Octávio era professor conhecido na Faculdade de Ciências Sociais da USP. Ninguém era propriamente notável. Não havia esse choque de vaidades porque ninguém tinha ainda muita vaidade para carregar. (risos)

Mas havia um choque realmente importante, interessante, fecundo de opiniões, de posições, de contrastes e isso foi um período muito rico. O pau quebrava sem contemplações. Eu ouvi discussões muito duras. O meu próprio texto foi uma discussão com Fernando Henrique Cardoso. Eu e o Paulo Singer fizemos dois textos que transformarem-se na *Crítica Razão À Dualista* e *O Milagre Brasileiro* do Paulo. Na verdade foram duas respostas a um artigo de Fernando Henrique.

Qual?

O artigo do Fernando Henrique é um artigo sobre 64 que está publicado numa das primeiras revistas do CEBRAP e que chamava 64 de revolução burguesa. Nós

nos insurgimos contra a interpretação daquilo como revolução burguesa, mas não me lembro o título do artigo do Fernando, mas é fácil encontrar. Nós nos insurgimos e deu um debate fecundo e generoso. As pessoas eram muito generosas, capazes de ouvir o outro. Com o tempo você vai ficando surdo aos teus colegas porque as exposições ficam conhecidas e vão se cristalizando. Mas iniciaram uma coisa muito gratificante.

Havia demógrafos como a Elza Berquó, que nos ensinava demografia e eu cá, tenho dúvidas da demografia dela. Eu havia aprendido com o Mário Magalhães, uma outra coisa. Mas demografia formal, ela sabe. Ela sabe fazer modelos de decomposição. Era um debate muito rico, muito fecundo, muito aberto, com algumas pessoas, entre as quais o Luiz Carlos Bresser Pereira. Toda vez que ele ia lá, o principal algoz dele era precisamente o José Arthur Giannotti. Que, hoje, abre alas para o Bresser.

O Bresser era muito freqüente nos debates. Ele apoiou o CEBRAP desde o princípio e tinha uma posição muito aberta, o que não ocorre hoje com os tucanos. Como é que eles ficaram tão arrogantes? Eles eram muito abertos, muito generosos. Bresser levava cacetadas rebatia ou acolhia com elegância. Discutia sem ressentimentos, sem rancores e o Fernando Henrique tinha uma posição muito generosa, que é outra das coisas, que volto a dizer, me surpreende, a arrogância que ele tem hoje. Era muito generoso.

Eu fui para o CEBRAP, e não tinha título de mestre nem de doutor, porque a minha carreira foi diferente, mas eles me acolheram muito bem. Eu me lembro de uma crítica que Barros de Castro fez ao *Crítica a Razão Dualista*, dizendo que era funcionalismo. Quem saiu em defesa foi o Giannotti e depois ofereceu ao Barros de Castro uma bibliografia sobre funcionalismo para ele aprender o que é era funcionalismo. (risos) Havia coisas assim.

A relação do Fernando Henrique com o Weffort, até onde assisti, era uma relação aberta mas conflitiva. A gente via claramente um conflito que - eu não sei se é ... geracional, do “Fernando pai” contra o “Weffort o filho”, mas não sou muito adepto dessa linha. Havia sim um conflito do Fernando com a posição mais a

esquerda do Weffort, que 4 anos depois, saiu e fundou o CEDEC. Mas era um ambiente realmente extraordinário. Essa é uma das razões pelas quais recentemente eu deixei o CEBRAP. Porque esse período havia sido muito rico e eu não queria reve-lo à luz do que hoje são as minhas relações intelectuais e políticas com meus antigos colegas. Se eles querem praticar uma historiografia “a la Soviética”, limpando a história dos nomes indecorosos, eu não faço esse procedimento. Esse período foi riquíssimo, fecundo, foi generoso, me ajudou muito intelectualmente e eu não tenho arrependimento dele. Por isso não quero voltar os olhos para trás e refazer a história dos anos 70, como se já houvesse as sementes de um reformismo, um adesismo mal disfarçado.

Interpretação que faz o José Luís Fiori?

De certa forma que faz o Fiori e que fazem outros. E que o Fernando Henrique fez quando o CEBRAP completou 25 anos. Eu estava na presidência, e nós resolvemos como única comemoração do CEBRAP, realizar uma magna conferência e que seria dada por ele. Foi dada aqui na USP, na sala do Conselho Universitário ...

Ele já era Presidente da República?

Ele era o Ministro da Fazenda. Não!, eu acho que já havia renunciado, para fazer a campanha. Eu era o presidente do CEBRAP. Todos achavam que era arriscado, inclusive a oposição dentro do CEBRAP. Eu disse: “- Eu assumo.” E acho que a história é feita assim. Eu assumo que a pessoa mais adequada para falar nisso é o Fernando Henrique Cardoso. Eu o convidei e ele fez, ao meu modo de ver, o que ainda hoje acho uma desfeita: ele refez a história do CEBRAP na conferência dele, como se o CEBRAP houvesse sido o demiurgo da democracia no Brasil. Como se ele, Fernando Henrique, tivesse sido o demiurgo do CEBRAP. Isto é, justificando a candidatura dele em nome de algo que havia sido começado a construir 25 anos atrás. E esse procedimento eu não faço. Me recuso a fazer em respeito a minha própria história.

O CEBRAP foi, nos anos 70, o pólo político, intelectual, talvez, dos mais importantes no Brasil. Depois os tempos mudaram, o cenário político evoluiu

e houve novas tribunas, novos meios de participação política. Os partidos políticos se organizaram e o CEBRAP perdeu aquele lugar que ele tinha nos anos 70, na época da ditadura....

Perdeu! Eu acho que perdeu para o bem. Porque aquilo era um regime de exceção, um período excepcional. As universidades não deixaram de produzir, mas estavam sob fogo cerrado e o CEBRAP pode ser esse lugar onde vinha gente de toda parte. Eu me lembro dos mesões. O Pedro Malan, vinha do Rio. Não sei se o IPEA pagava a passagem dele. Vinha o José Eduardo de Carvalho, de quem nunca mais ouvi falar. Estudava muito financiamento público. E vinha o Edmar Bacha. Vinha o Flávio Versiani, que estava em Brasília. Vinha Antonio Barros de Castro, que estava no Rio na URFJ, vinha a Maria da Conceição Tavares da UNICAMP, quando voltou para o Brasil. Vinham todos. O Luciano Coutinho da UNICAMP. O primeiro artigo do Luciano publicado no Brasil, sobre a polêmica da transformação do valor em preço saiu no Estudos CEBRAP. Fui eu que banquei.

Então, eu acho que perdeu para o bem, ou seja, para diversificar o ambiente, para criar mais instituições. E a universidade retomou o lugar central da produção intelectual e científica. E o CEBRAP, não é que foi reduzido as suas devidas proporções, eu não penso assim. Acho que o CEBRAP agora é um centro que produz pesquisa como qualquer outro. Ele não tem mais a notabilidade que era dada pelo regime de exceção, e sem dúvida, e para não fazer historiografia a “la Soviética”, pelo valor que as pessoas tiveram na época de enfrentar certas condições. Pessoas saídas na prisão foram diretamente para o CEBRAP. Como Vinicius Caldeira Brant, como Régis de Castro Andrade, Luiz Werneck Viana, vinha do Rio e tinha passado pelo Partido Comunista. São pessoas que o CEBRAP acolheu generosamente, sem discriminação e construíram uma história político intelectual. Os políticos do MDB nos procuravam muito. Quase todos eles passavam por lá. Assistiam conferências. Do Marcos Freire que era autêntico de Pernambuco, ao Orestes Quêrcia de São Paulo. Passando pelo Ulysses Guimarães.

Severo Gomes, quando Ministro da Indústria e Comércio do Geisel, foi ao CEBRAP ostensivamente. As pessoas encontravam ali um lugar onde se respirava. Onde as pessoas da universidade, do Governo podiam dizer e discutir coisas que não

se podia discutir, talvez, na universidade e talvez nos institutos do setor público. Mesmo assim há uma mitologia construída em torno disso.

Havia uma divergência, uma disputa ou um choque de personalidades entre o Fernando Henrique e o Octávio Ianni?

Eu não conheço bem essa história. Ela remonta a Maria Antonia, a trajetória deles na USP. O concurso que Fernando Henrique fez e que, segundo interpretações que eu ouvi, - eu nunca ouvi deles lá nada disso - o Octávio Ianni julgava que seria dele.

No CEBRAP, eu posso testemunhar um relativo choque, realmente. Havia um acordo de cavalheiros, que era implícito, deles não se chocarem ostensivamente. Suponho que há um acordo de cavalheiros, do tipo que é necessário fazer para uma instituição como aquela subsistir, dado que os dois eram nomes conhecidos da USP. Eles tinham uma certa responsabilidade de não transportar para dentro da instituição problemas da história conjunta dos dois na USP. Acho que eles tiveram sempre um acordo de cavalheiros, que eu vi ser cumprido na maior parte dos casos.

E o Octávio Ianni dizia sempre que o CEBRAP era uma instituição cuja unidade era dada pela repressão. Quando essa repressão cessou, pelo menos institucionalmente, a partir da revogação do AI-5 e a partir da chamada abertura, já no governo Figueiredo, o Octávio se retirou do CEBRAP porque, segundo juízo dele, já não comportava ... ou já não era necessário a manutenção de uma unidade que talvez devesse se manifestar de forma diferente, e em outros lugares. Quer dizer, subtilmente eles se alfinetavam, mas não transformaram o CEBRAP na arena das suas divergências.

Vou mudar um pouco o foco da entrevista. Nos anos 60 havia um grupo de intelectuais brasileiros que se rebelava contra o pensamento social e econômico predominante. Havia uma recusa em se adotar as teorias que vinham pronta dos países avançados e diziam respeito a esses países. Por outro lado, havia também uma insatisfação com a produção teórica brasileira até então. Na esquerda predominava o pensamento do PCB que enxergava relações feudais e pré-capitalistas e também era uma transposição das idéias da Terceira Internacional. Como os intelectuais dessa nova esquerda, que surgia no Brasil nessa época, conseguiram superar estas limitações.

Eu creio que foi decisivo para essa nova esquerda, em termos de elaboração intelectual, o encontro com a tradição cepalina – poderíamos chamar tradição no sentido de uma rica acumulação – que formulou um paradigma original com a influência do marxismo. Esse encontro foi interessante porque rompeu com os anteriores limites que a esquerda brasileira havia se colocado.

Como se deu esse encontro? Essa esquerda fecundou a produção da CEPAL em dois sentidos. Em primeiro lugar, elaborando uma construção original. O desenvolvimento dos países atrasados portanto não era uma cópia ou uma etapa pela qual os países hoje desenvolvidos passaram. Em segundo lugar, fecundou o aporte cepalino apontando para uma espécie de trade off entre política e economia.

O encontro disso com a tradição marxista - uma tradição marxista mais propriamente acadêmica do que doutrinária (vinda da elaboração dos partidos comunistas), deu a possibilidade da esquerda fazer uma nova interpretação, como aquela que está presente, por exemplo, no artigo da Maria da Conceição Tavares “Para além da estagnação”, que era uma resposta ao próprio pessimismo do Celso Furtado. Depois do veranico de Castelo Branco e de Costa e Silva, quando Celso pensou que haveria uma abertura e faz *Um projeto para o Brasil*, Celso mergulha numa depressão intelectual e publica *Subdesenvolvimento e Estagnação da América Latina*, que é um diagnóstico bem pessimista.

Conceição e Serra fazem esse cruzamento entre a tradição cepalina e o marxismo despojado de orientações doutrinárias e conseguem elaborar um pensamento que o título do artigo sugere bem: “*Para além da estagnação*”. Eles conseguem pensar que a ditadura no capitalismo não é sinônimo de estagnação e que esta ditadura não produz necessariamente, como havia sido o pensamento de Celso no *Subdesenvolvimento e Estagnação*, a uma espécie de “reruralização” do país. Produz, isto sim, aquilo que vai ser chamado depois de modernização conservadora.

Acho que esse encontro foi muito fecundo e abriu a perspectiva de ir além de uma mera simetria entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento político, que é o que está na base da teoria liberal. São fruto dessa nova abordagem teórica textos como o “Milagre Brasileiro” do Paulo Singer, que trabalha com categorias

mais próximo do campo teórico marxista, mostrando como a compressão salarial, a destruição das instituições, a institucionalidade burguesa precária, na verdade alavancavam processos de acumulação.

Acho esse encontro muito fecundo e isso se dá nos anos 70. Há uma contribuição do próprio Fernando Henrique Cardoso nessa direção. O *Dependência e Desenvolvimento*, é, em primeiro lugar, uma releitura sociológica do trabalho do Celso e do trabalho do Rangel, mas com uma novidade, que é a de mostrar que a política não é indiferente num sistema econômico. O Fernando Henrique cita precisamente José Medina Echavarría, um espanhol refugiado no Chile, que ajudou muito Fernando Henrique e o Enzo Faletto. Um intelectual de primeira linha, de uma erudição notável, à la Ortega y Gasset. Echavarría chamava atenção exatamente porque ele vivia num mundo de economistas, onde a política é o epifenômeno. Segundo ele não se entenderá o México moderno senão a partir da revolução mexicana. Portanto, a política não é apenas a via da economia. Essa é uma avenida de duas mãos. Isso fecundou extraordinariamente no pensamento de Fernando Henrique e de Enzo Faletto. Esse cruzamento é fecundo nos anos 70 e ajudou a esquerda brasileira a sair do encapsulamento de assimilar a ditadura à estagnação econômica.

Quando em 1972 você publicou a Economia Brasileira Crítica à Razão Dualista, ele causou forte impacto na intelectualidade brasileira, particularmente, na esquerda. Qual é a novidade da crítica?

A novidade da crítica eram duas, sobretudo uma tentativa de mostrar a articulação entre o atrasado e o moderno por via de uma agricultura atrasada, saindo assim do esquema dualista - eu chamei assim para voltar a ter a CEPAL como interlocutora. Na verdade, um texto que tem já mais de 30 anos. Eu era ainda jovem e podia dizer certas coisas. Tem muito exagero, uma espécie de iconoclastia contra a CEPAL. Mas o eixo da crítica era certo, não no ponto de vista positivista, mas de fecundar outras perspectivas e mostrar que a oposição atrasado ou moderno era mais do que uma simples oposição. Era uma contradição no sentido que Marx havia dado na luta de classes na França, que mostrava como as relações são

contraditórias entre os dois e como uma agricultura atrasada financia a industrialização.

Acho que foi nesse ponto que eu toquei no nervo sensível, e eu devo dizer: que eu não conhecia Caio Prado. Portanto, a minha não citação de Caio Prado não é uma apropriação indébita como as vezes as pessoas fazem. Eu devo dizer que, depois, lendo Caio Prado mais largamente, vi que essa sugestão está lá. Entretanto, Caio Prado esbarrou na constituição da nação.

Então, eu acho que esse era um ponto. Mas essa articulação que é extraordinariamente fecunda, se a gente olha por exemplo a economia de Minas, que até há muito pouco tempo era uma economia de subsistência como a do nordeste, produziu os primórdios do sistema bancário brasileiro. O Banco Moreira Salles, ou o Banco da Lavoura que já tinham agências no resto do Brasil nos anos 50. Esses bancos saíram da agricultura de subsistência de Minas e essa é uma pista extraordinária que está nas lutas de classe na França.

Acho que o segundo ponto foi mostrar a questão do terciário na cidade. A questão do terciário no processo de acumulação de capital. Aí eu me servi de uma espécie de reinterpretação da acumulação primitiva para mostrar como o setor de serviços estava crescendo à base de puro acréscimo de força de trabalho e que isso significava um processo de acumulação. Há um viés na teorização do setor terciário como foco de marginalidade, como o setor improdutivo, que era clássico tanto na interpretação da sociologia latino-americana, que vem desde Arthur Lewis e depois passa por uma certa produção sociológica no Chile e encontrando-se também com uma tradição marxista de pensar o setor terciário como improdutivo.

Acho que foram esses os dois pontos que eu chamei atenção e um terceiro que eu entrei em discordância com Rangel, que era sobre a interpretação do salário mínimo no processo de acumulação. Acho que são esses 3 pontos que abriram perspectivas. Houve até um famoso artigo do Luiz Alfredo Galvão na revista *Crítica*, em que ele fazia o que todo exegeta faz: uma cobrança do rigor a respeito da utilização dos conceitos de Marx. Mas eu estou pouco me lixando para rigor, acho que quando você não sabe o que deseja, é melhor ousar do que ficar calado.

A Crítica à Razão Dualista mostrou que o Brasil atrasado não era exatamente obstáculo para o Brasil avançado. Muito, pelo contrário, as regiões industriais alimentavam-se das regiões atrasadas e reiteravam esse atraso por meio da super exploração da força de trabalho. Hoje, você acha que essa tese continua válida?

Em grande medida não! Trata-se hoje de um processo de acumulação capitalista tout court. O Vinicius C. Brandt tem um brilhante artigo de 1975 ou 76, sobre a região de Assis, que vira uma página da interpretação da agricultura no Brasil, onde ele mostra como a política de juros negativos do Banco do Brasil, emprestando à agricultura, já era uma política em que o desenvolvimento industrial comandava o desenvolvimento agrícola.

Uma das críticas importantes que você faz a teoria do subdesenvolvimento de Furtado e aos cepalinos, em geral, é que esses modelos fundam-se na lógica do consumo e não na lógica da acumulação. Boa parte das análises dos pensadores brasileiros da época apresentava esse viés. Inclusive autores mais lúcidos como Conceição Tavares e José Serra incorrem nesse equívoco, conforme você sugere na Crítica a Razão Dualista. Essas críticas te custaram inimizades do pessoal da UNICAMP?

Da Maria da Conceição Tavares, não. Nunca me custou nada. Tenho uma relação com ela até hoje muita afetiva. Mas, acho que na UNICAMP, sim. Creio que a UNICAMP, e seu Instituto de Economia nunca me engoliu muito. Inclusive porque o meu artigo concorre um pouco com o O Capitalismo Tardio do João Manuel. Houve sim ressentimento, um mal entendido que acho que eles nunca perdoaram. Na verdade, a minha crítica dizia respeito a explicar o processo de acumulação pelo consumo e não ao contrário. Eu acho que esse equívoco está no Celso, quando ele diz que o consumo conspícuo da classe média alta impediu a estagnação e reorientou a oferta. A Maria da Conceição e José Serra, no “Além da Estagnação”, no meu modo de ver, incorrem no equívoco de pensar que a distribuição de renda orientou o consumo. Sem pensar que a distribuição de renda é produzida pelo processo de acumulação de capital.

O que você acha de O Capitalismo Tardio? O Bresser Pereira, por exemplo, acha que esse livro tira a importância de 1930 ao dar aquela nova periodização e também argumenta que o João Manuel equivocadamente considera que o café produziu renda interna, infra-estrutura, mercado, e até

gerou o empresário empreendedor. Qual a sua visão sobre O Capitalismo Tardio”?

Acho que retirar a importância da revolução de 30 é um equívoco fundamental. É, uma vez mais, tornar a política uma redução da economia. Já Celso, na sua interpretação da crise dos anos 30, faz uma interpretação “a la Marx”, ou seja, é o conflito de classes que produz a reorientação da economia. A Revolução de 1930 encontra uma explicação teórica num clássico como Gramsci*, que vê o “ressurgimento” (unificação) da Itália do final do século passado como uma revolução passiva, feita pelas classes dominantes. Eu acho que esse ponto é realmente fraco na argumentação do João Manuel.

A unificação italiana é uma revolução lampedusiana. Mas se a gente lembra de Lanpedusa (autor de *O Leopardo*) tanto no livro quanto no filme: quem namorou Claudia Cardinale foi Burt Lancaster e não Alain Delon. (risos) O velho tem uma enorme sedução. A sedução do novo é uma sedução titubeante. A sedução de velho é feita de muita cancha, de muita experiência. (risos) Então há marcas de continuidade muito fortes mas o novo é pensar na contradição de interesses. Já quanto a questão do empresariado, não tenderia a concordar com o Bresser.

Em 1973, um ano após a publicação da Crítica à Razão Dualista”, um economista pouco conhecido na época publica um artigo com críticas a esse seu trabalho. Esse economista é o Pedro Malan. Entre outras coisas, ele sai em defesa da tese básica da dependência do sociólogo Fernando Henrique Cardoso. Você tinha restrições a teoria da dependência de Cardoso e Faletto?

Eu tinha uma certa restrição. A minha discordância situa-se exatamente naquele ponto mencionado por Weffort, que argumenta que o Fernando Henrique não deixa claro se tratava de dependência entre nações ou de situações de dominação de classe. Eu acho que o Fernando Henrique e o Faletto de Dependência e Desenvolvimento exageram na mão e submergem o conflito interno quase completamente, fixando-se na dependência entre nações, conforme sugere Weffort. O livro não dá a menor importância às formas de luta do proletariado. Na minha interpretação, eu tentei colocar esse ponto como um dos aspectos explicativos no desenvolvimento do capital no Brasil pós 30. Sem deixar de reconhecer que as

articulações no bloco dominante foram importantíssimas, até mesmo para poder aceitar que 30 é, de fato, uma revolução.

Além de defender a teoria da dependência do Fernando Henrique Cardoso e Faletto, Malan, em seu artigo, toma as dores da Maria da Conceição Tavares e José Serra, que, segundo o Crítica à Razão Dualista faz uma análise economicista da crise 63/64. Qual é a sua discordância com esses autores?

A discordância deve-se ao fato que eles não deram a importância devida a luta de classes e caíram num economicismo reducionista. Eles vão explicar a crise de 64 por impasses na balança de pagamentos, por impasses no processo de industrialização, na distribuição de renda, que era muito achatada e não abria espaço para o consumo intermediário das classes médias. Assim eles retiram toda a importância da transformação do conflito social em conflito político. Que é sempre um problema dos mais cabeludos em toda a teoria sobretudo no campo marxista.

A Maria da Conceição e o Serra falam da crise de 1963/64 como o esgotamento de um pacote de investimentos...

A seqüência da ditadura mostrou precisamente que não se tratava de esgotamento de pacote de investimentos algum. Porque o padrão de investimento subsequente a esse período, o chamado “milagre brasileiro”, não é outra coisa senão uma extrapolação, projeção e reprodução ampliada do pacote de investimentos dos anos 50. Só que é preciso dar relevo a política para entender o que aconteceu. Porque a ditadura serviu para romper um gargalo político importante para prosseguir com o padrão de industrialização que vinha dos anos 50. O gargalo era o Estado. Tanto que a grande estatização brasileira deu-se com a ditadura. A correlação de forças políticas do populismo não tinha essa capacidade de usar o Estado até o limite para promover a aceleração da acumulação. E porque é que você precisa desatar o nó do Estado? Porque não são mais as mesmas classes.

Malan reconhece que a “Crítica razão dualista” possui brilhantes insights, como por exemplo: a importância do salário mínimo, não como conquista dos trabalhadores, mas para beneficiar a acumulação, como isso funciona?

Como funciona o Malan ou o salário mínimo? (risos). A melhor definição do Malan que eu conheço é do Paulo Nogueira Batista Jr. Ele diz que “enviou-se para

Washington um brilhante economista de oposição e devolveu-se um burocrata inglês.” (risos) Ninguém hoje consegue entender o sotaque dele, de tão oxfordiano que é. O Malan era realmente um bom economista que entendia muito de finanças públicas.

Mas voltando ao salário mínimo, as duas coisas não se excluem. Tanto foi uma conquista da classe trabalhadora quanto serviu à acumulação de capital. Se a gente lembrar exatamente nessa pista ... a pista da velha interpretação marxista da via prussiana que Jaguaribe gosta tanto. O estado de bem-estar precoce alemão, na verdade, é uma luta pelo controle da classe operária. Acho que alguém ultimamente lembrava ... foi o Lester Thurow numa entrevista que vi recentemente no Roda-Viva sobre o *Futuro do Capitalismo*, que, aliás, é um livro brilhante, apesar de alguns equívocos. Mas, eu falei no Lester Thurow porque ele dizia precisamente isso. Aparentemente o estado de bem-estar alemão precoce é dado por Bismarck. O que desqualificaria que isso fosse conquista do trabalhador. Na verdade, o que estava ali? Estava ali a disputa pelas mentes e corações não trabalhadas. Estava em disputa quem controla essa classe social. Então, de um lado, você tem o partido social democrático alemão crescendo, avassaladoramente, quer dizer, mais por Lasalle do que por Marx - o grande ressentimento de Marx era que ele não era um líder de massa e o outro era. O estado de bem-estar é isso!

Em 30 no Brasil passa-se algo muito parecido, sem fazer nenhuma transposição mecânica. O que está ali é a emergência, é a ebulição, é todo um novo contexto social, uma nova estrutura. E o Estado tenta precisamente fazer essa operação bismarckiana. Portanto, as duas coisas estão juntas. Ela não era um cálculo do processo de acumulação de capital - não foi isso que eu quis dizer na “Crítica à Razão Dualista”. Ela não é feita como um cálculo para a acumulação de capital. Ela resulta nisso. Ela é sobretudo uma tentativa de cooptar - como dizem em sociologia eu não gosto muito - o operariado.

Dáí porque Vargas e todos os seus acólitos se vangloriavam de termos a legislação social mais avançada do mundo. Eu acho que é um momento da revolução passiva. Isso não retira o fato que é uma conquista no sentido de que você tenta

conquistar as mentes e corações - porque essas mentes e corações agora são importantes.

Quer dizer que de uma certa forma o Ignácio Rangel tinha razão?

Rangel tinha razão do ponto de vista de que aquilo não é cálculo para acumulação burguesa. Dou a mão a palmatória. Agora eu acho que ele não tinha razão quando disse que aquilo era irrelevante para acumulação burguesa.

Você salienta que isto organizou o mercado de trabalho. Isso deu horizonte para acumulação.

Isso organizou, realmente.

Então nesse sentido era importante para acumulação ...

Era importante, mas não foi pensado ex-ante como importante. O que foi pensado antes era como você conquistar o controle dessa classe social que estava nascendo. E isso é claríssimo nos textos do Estado Novo. Isso vem desde os anos 1910. Desde o pensamento autoritário conservador. E é bem positivista. Uma coisa interessante porque a gente só pensa Vargas e o Estado Novo como cópia da Carta del Lavoro italiana. Isso é besteira.

Na verdade, a grande inspiração de Vargas é o positivismo, que tem uma doutrina social para o trabalho. E não esqueçamos: Vargas era um positivista. Ele vem da tradição gaúcha, além de ter passado pela escola militar, com toda aquela tradição positivista do exército e que agora, o livro de Apolônio de Carvalho ressuscita de forma exemplar.

Outro insight do seu livro, apontado por Malan, é a ênfase analítica do lado da oferta e não do lado da demanda. Isso dá uma virada de 180 graus em relação ao grosso das interpretações que a esquerda fazia sobre a economia brasileira....

Basicamente a fonte e a matriz é a mesma. A matriz de pensar o processo da produção do capital. No meu enfoque não dá para pensar a demanda como uma coisa pré constituída. Eu pensei mais num processo de acumulação que constitui a demanda. Esse ponto também é divergente da análise da Conceição e do Serra. Eles pressupõem uma distribuição de renda que favorece o consumo das classes médias.

O meu ponto de vista é de que o processo da produção do capital está criando essa forma de distribuição de renda. Portanto, a demanda, em última análise, está ligada a isso. Eu nem me lembrava tanto dessas coisas. Tanto elogio do Malan. (risos)

Na última frase do Critica à Razão Dualista você escreveu quê: “Nenhum determinismo ideológico pode aventurar-se a prever o futuro. Mas parece muito evidente que este está marcado pelos signos opostos do apartheid ou da revolução social.” Como você avalia esse prognóstico de 25 anos atrás?

Houve um período, José Márcio, que eu fui muito crítico das minhas próprias conclusões. No período otimista achava que essa conclusão não era mais que o desejo evidente que a revolução social se produzisse e o desejo de uma violenta condenação do regime militar. Mas, que, entretanto, desdobramentos posteriores desautorizassem essa conclusão pessimista. Hoje a minha posição é a seguinte. A ciência social possui estatuto científico, mas não é capaz de prever as revoluções sociais, que felizmente são irrupções na história que surpreendem a todo mundo.

Mas a experiência social hoje pode dar base a pensar-se que nós estamos indo, no fundo, para o apartheid social. Isto é, o neoliberalismo, em terras da América, para parodiar Tocqueville, tende a produzir exclusão. E exclusão é apartheid. Não é a exclusão do mercado. É a exclusão do campo de significados construído desde a revolução burguesa, desde a grande revolução francesa. Eu acho que é isso que está em marcha. Quando se desqualifica o adversário, quando você transforma previdência social em custo Brasil, está em destruição o campo semântico de direitos que vem desde a Revolução Francesa. E isto é o apartheid, no meu modo ver.

Então, vendo este texto 25 anos depois, me autorizo a pensar que estamos frente a um processo de apartheid. Processo de exclusão, que não é só exclusão do mercado. É exclusão do campo do direito construído desde a Revolução Francesa.

Recentemente, o filósofo, Mangabeira Unger disse que a teoria da dependência não foi uma ruptura de esquerda face às teses reformistas do PCB, mas sim uma justificativa de adesão a status quo. Os intelectuais brasileiros teriam jogado fora as aspirações transformadoras do marxismo e ficaram com o determinismo estrutural, aceitando a dependência como uma fatalidade histórica. Ou seja, ao invés de usar a política para romper com o status quo Mangabeira acha que a análise de inspiração marxista praticada por Fernando Henrique Cardoso teria servido para provar que não há outro

caminho senão a integração subordinada ao capitalismo internacional. Você concorda que há um fatalismo na teoria da dependência de Fernando Henrique Cardoso?

Não concordo. Hoje sou adversário político de Fernando Henrique Cardoso apesar que intelectualmente temos pontos em comum. O que não refresca nada, ele deve estar pouco ligando para isso. Mas eu ligo muito porque acho que é uma perda para a esquerda, que um intelectual do tipo de Fernando Henrique tenha mudado de campo. Eu não concordo porque Dependência e Desenvolvimento foi uma análise que inovou precisamente colocando a política em lugar de destaque. Evidentemente, uma política pensada em termos mais marxista. O que Mangabeira pode discordar é da adequação deste campo teórico ao tratamento da política. Isso ele tem todo o direito de discordar e até oferecer uma alternativa coisa que não está em nenhum dos escritos de Mangabeira. E se tomarmos o documento que ele apresentou no Chile em 1997, não há nada mais conformista.

Então o Ciro Gomes, que se inspira no Mangabeira é uma alternativa a direita de Fernando Henrique ? (risos)

Pode ser. Pode ser a alternativa a direita ... Quer dizer, Mangabeira pode discordar da adequação do campo teórico de um problema tão espinhoso, tão delicado como é a todos os campos teórico: o campo da política, da pluralidade, da democracia e tal. Mas ele não pode dizer que Dependência e Desenvolvimento seja um recado conformista. Esses livro tem uma outra matriz que está escondida há tanto tempo, provavelmente porque Fernando Henrique e Faleto eram funcionários internacionais. Mas a matriz de Dependência e Desenvolvimento é a teoria do Imperialismo leninista. É a teoria do imperialismo repensada, com o enriquecimento cepalino. Eu já fiz as críticas a uma espécie de submersão completa ou quase completa do conflito interno. Mas eu não diria que nós podemos encontrar aí as matrizes do conformismo fernandista de hoje.

Como afirmam José Luís Fiori e Roberto Schwarz ?

Fiori faz essa crítica por que quer encontrar as origens da mudança de posição de Cardoso. E Schwarz faz a meu modo de ver por generosidade intelectual e afetiva e por um tipo de interpretação marxista dele. Schwartz, que é muito

desesperançada. E concluem que o Fernando Henrique de hoje é coerente com aquilo que está em Dependência e Desenvolvimento, eu acho que não é. De um lado, é um ataque, sem cabimento da parte do Unger. Discordo também do Fiori. Não creio que o presidente seja simplesmente vendedor ou despachante do capital. No meu modo de ver estão fazendo de novo uma história do pensamento “a la Soviética”. Estão tentando encontrar as matrizes do pefelismo do presidente Cardoso hoje em Dependência e Desenvolvimento, o que eu acho um exagero.

A Crítica à Razão Dualista ou mesmo a Economia da Dependência Imperfeita se inscrevem na tradição do materialismo histórico e dialético. Você sempre foi um marxista assumido. Atualmente, após a queda do muro de Berlim e a dissolução da União Soviética, você acha que o marxismo está morto?

Só houve uma morte de Marx, na verdade aquela que a biologia faz com todos nós. Depois disso, anunciaram a morte simbólica de Marx várias vezes. Eu acho que esses novos deuses tentam matar Marx quase a cada geração e terminam sempre fracassando. Acho que é importante fazer a distinção do marxismo enquanto uma ideologia que fundamentou processos, armou blocos importantes de forças sociais para tentarem a façanha da revolução socialista, e o marxismo enquanto campo teórico, enquanto campo científico, enquanto campo crítico. É claro que o marxismo teve não só muitas vitórias mas também muitos problemas devido a essa associação. Hoje, evidentemente, seria tolice dizer que o marxismo pode continuar a funcionar como uma ideologia que ativa os movimentos sociais. Isso é uma coisa. Mas daí a negar o estatuto científico, a vitalidade, a atualidade do pensamento de Marx me parece sempre essa perseguição insensata que se faz desde que, pela primeira vez, alguns teóricos assinalaram alguns problemas importantes na teorização de Marx. Assinalaram dentro do ponto de vista científico, dentro da pretensão que o marxismo tem e continua ter de ser uma arma de investigação da realidade. A partir daí, começou a haver os que combatiam e anunciavam a morte de Marx por motivos evidentemente ideológicos. É claro que a obra de Marx, não resistirá por todo o tempo, por toda a eternidade, mas acho que hoje, sobretudo com o processo de globalização, a atualidade da obra de Marx é surpreendente.

Você está falando da enorme concentração de capital ou está falando por exemplo da universalização das categorias do capital?

Estou falando de todas essas coisas. No Manifesto Comunista, por exemplo, tem prognóstico sobre a globalização. No Manifesto Marx fala exatamente da mundialização dos padrões de consumo, por exemplo, coisa que seria uma temeridade dizer há 150 anos. Ele fala precisamente de como o consumo será cosmopolita, indicando uma tendência que a gente vê hoje de todos os lados e todas as formas, desde o jeans que todo mundo veste, que era uma calça de cowboy americano e que virou símbolo da mocidade, símbolo da rebeldia e que virou também uma roupa de trabalho. Não são especulações vagas a lá Nostradamus, que servem para qualquer coisa. São coisas precisas. No “Manifesto” não há nenhuma pista tão rica para estudar os processos da financeirização do sistema capitalista, ou os chamados derivativos que estão inteiramente dentro do que Marx chamava de capital fictício. Então eu acho que a atualidade da obra de Marx e Engels está mais forte do que nunca, precisamente hoje, que ela não está ligada mais a uma ideologia, ela não funciona mais como uma ideologia no sentido de movimentar grupos, classes sociais, no sentido da revolução.

No capitalismo atual há uma mudança na própria estrutura da classe operária. O proletariado industrial, que era tido como a vanguarda da classe revolucionária, praticamente está em extinção. Isso não provoca uma mudança importante no âmbito do marxismo?

Certamente provoca, a chamada discussão hoje sobre a centralidade do trabalho. Aliás a gente deve dizer que ninguém era mais advogado da extinção e dissolução do operariado do que o próprio Marx. Toda a sua obra aponta para o fim das classes entre as quais do operariado. Entretanto, é bom ir com cuidado nessa coisa. Eu acho que é uma sociologia até certo ponto muito ligeira, tentar mostrar esse desaparecimento da classe operária. Na Alemanha, por exemplo, a indústria ainda é responsável por 35% da ocupação de mão-de-obra... isto num dos países mais industrializados do mundo, mais avançados. Então, eu acho que há um certo exagero. Certamente isto não significa dizer que a classe operária tem, digamos, a mesma identidade ou o mesmo papel central na estrutura social. Pode ocorrer que continue a existir classe operária e que ela não tenha um projeto de transformação

do capitalismo. Isso certamente, é um ponto que toca muito fundamentalmente em algumas das estruturas centrais do pensamento marxista. Mas isso corresponde à parte menor da obra.

A centralidade da classe operária é fundamental para o marxismo enquanto movimento de transformação. Mas ela não é central para o pensamento de Marx enquanto um pensamento que propõe continuamente, como o próprio termo diz, uma dialética de repensar as questões.

Você fez um belíssimo prefácio ao livro Audácia – Uma Alternativa para o Século XXI do Alan Lipietz, chamado “Prefaciando com Audácia”, assinalando a desatualização da teoria da regulação, da qual o Lipietz é um dos mais autorizados pensadores, e derrubando todo o trabalho da escola regulacionista sem piedade.

Quase perdi um amigo com isso.

Até que ponto a contribuição da escola regulacionista é importante no âmbito do marxismo e onde ela “capenga”?

Eu acho a teoria regulacionista foi importante porque avançou na resolução de um problema teórico importante no campo do marxismo, que é a passagem do nível macro a um nível micro operacional. Esse é um problema, pedantemente, epistemológico. A forma de concepção do campo teórico marxista não é uma forma que possa ser reduzida a modelos que tratem com fenômenos cotidianos de conjuntura. Isso é um problema, evidentemente, da construção do campo marxista e isso sempre foi muito grave, tanto nos debates teórico e ideológico, frente a outras opções, frente a outras vertentes - como a neoclássica, como a marginalista, a propriamente monetarista - que sofrem do mal inverso. Eles têm uma enorme capacidade de modelar em um nível micro enquanto que a sua explicação do nível macro é uma explicação que frequentemente entra em contradição com o nível micro.

Então os regulacionistas fizeram um esforço fantástico, formidável e, até certo ponto, bem sucedido, que foi o de criar um campo conceitual capaz de fazer a passagem de modo de produção para tratar um fenômeno de conjuntura. Acho que

ai eles foram felizes em criar uma série de conceitos, hierarquizar níveis, porque ficava muito fácil a um marxista, e ao mesmo tempo não ficava nada, falar do modo de produção capitalista, mas como que se opera concretamente? Essa sempre foi uma dificuldade. Os regulacionistas criaram um campo intermediário, hierarquizaram conceitos, níveis, patamares de agregação e, com isso, a meu modo de ver, operacionalizaram. Isto constitui um êxito, sem dúvida nenhuma.

Onde é que fracassaram, a meu modo de ver, foi no fato de que o sistema teórico criado, originado nas obras de Marx e Engels, exatamente por seu caráter dialético, seu caráter aberto, pelo caráter de movimento de negação constante que se dá nesse campo, exige que essa transformação do macro para o micro acerte necessariamente o macro. Não é possível nós trabalharmos no marxismo tal como se trabalha com a teoria neoclássica. Podem-se dar todas as alterações no nível micro e isso não tem nenhuma influência sobre o nível macro, em outras palavras, isso não transforma o nível macro. O marxismo não se satisfaz com isso. Qualquer transformação operada no nível micro tem que necessariamente ser repensada no nível macro. E aí, a escola da regulação bateu num obstáculo teórico que não resolveu.

Era previsível o o Lipietz não gostar do seu prefácio, não?

Ele não gostou porque todo prefácio deve ajudar a vender o livro e esse foi tomado por alguns como uma desautorização. Ele ficou um pouco mudo durante algum tempo mas depois voltamos a nos corresponder e a uma cordial amizade, mas sem tocar mais na coisa regulacionista.

P.: Nos anos 70 houve uma produção expressiva do pensamento econômico brasileiro. Daí em diante o que foi feito de criativo? Os trabalhos sobre inflação inercial de Lara Resende, Francisco Lopes, Pérsio Arida, Bresser Pereira e Yoshiaki Nakano são uma contribuição teórica importante? Há uma teoria da Inflação inercial?

Eu acho que não há. Acho que como tentativa de apreensão da totalidade do processo de movimento da economia e da sociedade, não há muita coisa que possa ser colocada no lugar desses que você citou. O que não quer dizer que eles eram muito bons. Quer dizer apenas que no lugar deles não se produziu nenhuma

compreensão do movimento da economia e da sociedade como uma totalidade. Isso pode até ser um problema teórico, já que a totalidade é um conceito hoje posto em questão.

Há certamente muito maior competência ao nível do conhecimento dos economistas, muito maior sofisticação teórica e técnica, sobretudo técnica, mas nenhuma compreensão do movimento da totalidade.

Acho que não há teoria inercial de inflação coisíssima nenhuma. Essa coisa de teoria inercial da inflação é uma espécie de eterno retorno. Essa teoria trabalha com o conceito de memória. As pessoas, as firmas, os consumidores, trabalhadores tem uma memória da inflação. E é essa memória da inflação que perpetua a inflação. Acho isso teoricamente muito pobre. E até hoje estou para descobrir porque eles se dizem herdeiros da tradição estruturalista. Sobretudo, alguns deles, como o Bresser, se dizem herdeiros do Ignácio Rangel. Eu não consigo ver a ponte entre o estruturalismo da CEPAL e mesmo de Ignácio Rangel e a teoria da inflação inercial.

O que eles alegam, principalmente o Bresser, é a idéia da moeda endógena ao contrário dos monetaristas. Então o elemento importante seria essa compreensão da endogeneidade da moeda que está no Rangel.

Essa endogeneidade da moeda, na verdade, tem dois pais. Um deles é Marx e o outro é Keynes. Portanto eles deveriam ser um pouco mais ousados e dizer que, na verdade, são herdeiros de Marx e Keynes. Foi o que o Rangel fez no seu grande livro A Inflação Brasileira.

Mas eu acho que não há teoria de moeda endógena nenhuma na teoria da inflação inercial. Há uma teoria da memória. Essa endogeneidade alegada vem pelo fato de que os agentes guardam na memória os efeitos dos preços. Na verdade, é um desmentido da teoria da inflação endógena. Porque a moeda em Marx é endógena devido ao conflito de classes. Ela não é endógena por outra razão

Ora a teoria da inflação inercial não tem nenhum rastro desse tipo. Então é endógena por declaração de princípio. Na verdade ele é um desmentido à teoria da inflação da moeda endógena porque não vê a moeda como conflito. Vê a moeda apenas como signo. O que ela também é. Mas ver como signo apenas não é

realmente ter uma teoria de moeda endógena, a meu modo de ver. Por isso a mim me surpreende muito porque que se declaram estruturalistas e herdeiros da tradição estruturalista.

P. Na verdade eu acho que existem duas correntes inercialistas que acabaram se juntando em algum momento. De um lado Persio Arida e Lara Resende, que vem de uma tradição mais monetarista e onde a questão da inércia enquanto memória tem um peso maior. E do outro lado o Bresser Pereira e o Nakano trabalharam, pelo menos nas preliminares, com a questão do conflito distributivo. Aí depois, vem o “pulo do gato”. Agora do ponto de vista operacional, esses autores lograram produzir uma abordagem que conseguiu debelar o processo inflacionário. À la Friedman”, os pressupostos não são muito importantes. No pragmatismo importa os resultados. (risos)

É a chamada economia monetarista de resultados. Talvez essa seja uma ironia. Não é preciso ter uma grande teoria para fazer política monetária. Na verdade não se trata de não ter uma grande teoria. É preciso ter uma grande moeda para poder ter esse efeito. Então, a teoria aí vale menos do que a moeda. A moeda é a moeda na qual você se ancora. É preciso ter uma grande moeda para fazer essa operação, quer dizer, é preciso ter uma moeda hegemônica capaz de fazer essa operação. Eu acho que é isso.

A teoria inercial tem tanto a ver com o êxito quanto, como dizia Joan Robinson com muita graça: “você mata qualquer carneiro com 99% de bruxaria e 1% de arsênico”. Você mata qualquer inflação com 99% de pretensão teórica e com 1% de uma moeda forte, que é a moeda no qual você se ancora. Que é o processo brasileiro, o processo argentino.

Você tem uma moeda forte que faz as vezes da moeda interna. Você tem os produtos externos como policia dos preços internos. No fundo o achado é esse. Eu não acho que constitua nenhuma grande façanha teórica. Constitui uma façanha prática, ideológica e política formidável. Mas teórica propriamente eu não acho.

Como anda o pensamento econômico brasileiro hoje. Perdeu a criatividade e rebeldia dos anos 50 e 60? Estamos sofrendo um colonialismo cultural?

Eu acho que o pensamento econômico brasileiro de hoje é muito competente, muito sofisticado, mas, de fato, perdeu a criatividade. Do meu modo de ver, a

criatividade e a rebeldia anteriores foram perdidas. Isso tem muito a ver com as mudanças importantes. É evidente que há um paradigma hegemônico com uma enorme força avassaladora. Mas isso tem muito a ver com a mudança do lugar, desse especial decifrador que é o economista na estrutura social. Uma mudança que o Lashi e o Reich chamaram de analistas simbólicos.

Os técnicos, os economista, os especialistas em geral, viraram o que eles chamavam de analistas simbólicos. Que é, na verdade, como o nome diz, um analista do símbolo. Isso dá esse conformismo ao pensamento econômico. Ele não é mais propriamente um vetor, ele é mais um analista e isto castra a inventividade teórica.

É claro que isso não é um só problema do pensamento econômico brasileiro, mas esta generalizado hoje. Toda vez que um paradigma “kuhniano” torna-se hegemônico, depois disso segue-se um período de ciência normal. E a ciência normal é um planalto, onde tudo é muito alto, mas onde não há nenhuma diferença de topografia. Que é o que se vê hoje no pensamento econômico mundial.

O conformismo do pensamento econômico afeta ou retarda uma solução para a sociedade brasileira. Os tempos de conformismo tornam o intelectual um tanto descartável na sociedade dos nossos tempo, ... apesar da enorme relevância que ele tem.

No passado eram nítidas as diferenças que separavam o país atrasado com o Brasil dos centros capitalistas hegemônicos. Isto em certa medida justificava uma teoria específica para analisar essa realidade. Atualmente certas diferenças foram reduzidas e isto chega ao ponto de que possamos fazer uma pasteurização teórica ou seja, não é mais necessário uma teoria específica para captar a especificidade das economias hoje chamadas de emergentes?

Eu acho que não. Continua a haver uma extrema necessidade de teorias que dêem conta das especificidades porque, até ligando com a pergunta anterior, também muito do conformismo é devido ao lugar dos intelectuais na sociedade. O intelectual, ou seja, o técnico, o especialista, que era antes uma figura estranha na estrutura social, hoje é uma figura importante. Evidentemente no processo de crescimento do capitalismo no Brasil, os especialistas que fazem parte da grande

classe média foram muito beneficiados. Portanto, há também uma mudança de situação de classe para explicar um pouco do conformismo reinante no meio da produção teórica contemporânea no Brasil. Aí a gente não precisa ser muito sofisticado, basta recorrer ao velho materialismo vulgar. Muda a classe, muda a consciência.

Agora , uma teoria específica que dê conta das especificidades não é uma teoria que entra em contradição com pensar o processo mais geral. Aliás, todos os momentos em que o pensamento latino-americano foi feliz, foi exatamente quando pensou o específico ligado com o geral. Pensou o específico como uma produção contraditória do geral. No Brasil é assim com Caio Prado, que é iniciador dessa grande tradição. É assim com Celso Furtado. É assim com Ignacio Rangel. Para falar dos três, que são, aliás os três patronos na Revista de Economia Política. Caio pensa no movimento geral do capitalismo mercantil e a colônia como uma espécie de contemporaneidade defasada. Rangel tem um termo barroco para isso que é a “contemporaneidade do não coetâneo”, quer dizer, você tem uma contemporaneidade que é e não é, ao mesmo tempo. É específico mas é ligado ao processo geral. E é específico porque é ligado ao processo geral. Não é específico porque é um atraso vindo de eras imemoriais. O subdesenvolvimento não é uma construção na evolução do desenvolvimento das tribos brasileiras. A CEPAL e Celso Furtado também pensaram no subdesenvolvimento como uma construção histórica singular, mas não derivada dele próprio, senão derivada da contradição imposta pelo movimento do capital em escala mundial.

Então, toda vez que você encontra uma teoria específica muito feliz, ela está em ligação com o processo mais geral. Ela não é uma recusa do processo mais geral. Agora, toda vez que você subsume o específico no geral, você perde exatamente a possibilidade de atuar diferentemente. Isso responde em alguma medida à pobreza teórica - não toda evidentemente - da política econômica. Se a forma do capital é a mesma no Brasil e nos Estados Unidos então não se deve fazer política nenhuma diferente, o que é um equívoco total.

ENTREVISTA COM JOÃO SAYAD

Bom, vamos começar falando da sua formação. Como você se interessou por economia?

Acho uma boa pergunta. Eu tinha outros planos de vida. Eu me interessei por economia que, na época, parecia que era a melhor formação para você ter uma profissão - o que é um grande engano - eu queria estudar direito, mas me disseram:

“No direito tem excesso de oferta! É bom estudar economia que é profissão”...Pensando hoje em retrospecto é muito mais profissional a atividade de advogado do que a do economista (risos). Os economistas tiveram uma atuação forte num período longo da vida latino-americana. Economistas são muito importantes no Brasil e na América Latina. Mas não está claro a formação, nem o que é que um profissional de economia faz, a não ser pesquisas e atividades acadêmicas.

Quais foram os autores que mais influenciaram na sua formação?

Celso Furtado, sem dúvida nenhuma com o *Formação Econômica do Brasil*. Esse é o número um. Eu acho que todos os economistas de minha idade deve ter sido fortemente influenciados por ele.

E Rangel?

Rangel!, as idéias de Rangel, sim depois, mas não na minha formação. Depois, no campo da formação neoclássica é Paul Samuelson com o *Introdução à Análise Econômica*. Todos nós, não é? O James Tobin, é preciso lembrar que eu estudei em Yale, Tobin, um neoclássico defensor do Keynes, foi importantíssimo para mim, bem como Carlos Diaz- Alejandro ... E no comércio internacional muitos autores, que eu não me lembro mais, deixa eu pensar, me lembro de Richard Cooper, mas não em livro, mas na formação de alunos. Ainda na formação toda a turma do Delfim, se quiser chamar assim. Além do Prof. Antonio Delfim Neto, Pastore, Rocca, José Eduardo Pereira de Carvalho, que eram professores na minha época. Aí,

é claro, já não é livro, é aula. Em livros Schumpeter foi muito importante na minha formação. Richard Nelson, esse é muito importante na minha formação, um professor inesquecível. Ele é vivo. Ele não é muito velho. É um professor de Yale e tem um longo conjunto de pesquisas em organização industrial, uma área em que concentrei meus estudos no exterior. Então Richard Nelson e James Tobin, duas pessoas importantes, dois professores importantes na minha formação.

Você lembra de algum episódio acadêmico ou controverso ou pitoresco na sua carreira?

Eu tenho uma experiência acadêmica, eu sou de uma faculdade, que achava muito importante o debate ou a polêmica interna, eu acho importante a polêmica. A minha escola antes de 1964, era caracterizada por ensinar tudo que era irrelevante para o Brasil e que nenhuma outra universidade no mundo ensinava. Era um conjunto de conhecimentos econômicos reunidos por advogados, engenheiros e contadores. Então era um “saco de gatos”. O Raul Eckerman, professor já falecido, dizia que era uma escola esquizofrênica. Tudo que não era relevante estava lá. Nem para o Brasil nem para outros países do mundo. Depois disso, começou uma primeira briga dentro da universidade, era o Delfim contra os irrelevantes, eu não quero citar nomes. Ele, com uma postura mais de matemática, tecnocrática, criou essa disputa. Onde as aulas dele e de seus assistentes eram um conjunto de críticas contra os irrelevantes. Eles não eram irrelevantes, eram professores de uma época anterior. Pessoas muito importantes para a montagem da biblioteca da faculdade e para nossa formação. E depois éramos nós, o conjunto de professores que sucedeu a essa turma. Éramos contra o governo autoritário ou governo militar, onde essa turma estava. Hoje, olhando em perspectiva, faz falta para a universidade esta polêmica. A universidade chegou “ao fim da história” (risos).

Quais são os economistas brasileiros mais importantes hoje?

Mais importante em que sentido?

Produção acadêmica, produção de idéias.

A pergunta é difícil. Bom, eu colocaria o Pêrsio Arida, ele tem uma contribuição intelectual importante. O artigo dele sobre Retórica é muito

interessante, instigante, não sei se aquilo é economia ou epistemologia (risos), mas é um artigo muito interessante. Francisco Lopes, também gosto muito discutindo macroconjuntura, macroeconomia, não sei dizer que livros ele tem, mas a “Macrométrica” é uma leitura indispensável. A Profa. Conceição Tavares também foi sempre instigante. Lembro do seu livro *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Como sempre as coisas que ela escreve são peças complexas. E por isso criticáveis pelo estilo, mas são visões indispensáveis para entender economia brasileira. Ela descrevendo a indústria brasileira, parece uma descrição coreográfico do setores. Um puxa, o outro rodopia! Eu criticava muito junto com os alunos esse estilo. Mas ela descrevia muito bem. Eu brincava vamos dançar esse capítulo! (risos) havia saltos, rodopios, só faltava *pax de deux* e sei lá o que mais. Mas apesar disso, que não é uma crítica, é o estilo dela, você não pode discutir economia brasileira sem lê-la. Eu acho isso. E talvez a dificuldade de compreendê-lo é porque seja uma visão nova. As visões novas são difíceis de entender... Uma visão clara que você concorde eventualmente, geralmente, não está adicionando nada, não é? Então falei da Conceição. Um outro tamanho, vamos dizer, em relação aos anteriores, porque a Conceição está falando em economia brasileira, não é.. Não vou citar o Celso Furtado porque eu já citei. Falando em moeda no Brasil, eu só leio Affonso Celso Pastore, quando o trabalho é consultoria. O Pastore é um cientista, tem uma produção interessante. Na análise do Plano Collor, na análise do Plano Real, nos estudos do que é política monetária no Brasil. É sempre uma referência assim obrigatória. Puxa!, quanta gente a gente tem que pensar! Deixa eu pensar por escola. Falei na PUC: falei do Chico Lopes, Pêrsio Arida. Pêrsio Arida também por causa da idéia da indexação total, sem dúvida nenhuma e por outros trabalhos também. O Chico Lopes é também pela idéia de choque e de inflação inercial, sempre muito claro. São pontos específicos. Em economia brasileira, a Conceição. Acho que é isso...o problema meu é da idade, estou com a memória fraca. (risos)

Qual é o papel da matemática e da econometria na pesquisa econômica?

J.S.: Ah! Eu li uma frase tão boa que vai servir para a economia.. Ela é assim: “a matemática está para a física assim como a masturbação está para o sexo”. Então eu diria a mesma coisa: a matemática está para a economia assim como o sexo está para a masturbação. Veja, as duas atividades são importantes. (risos). O físico que usa essa frase é o Freiman, um físico importante, para dizer que o matemático está no vácuo e o físico ele está usando a matemática porque ele tem uma preocupação de resolver um problema. Eu acho que é a mesma coisa, em economia. O problema econômico ao ser destrinchado requer a matemática. Agora, se você me pergunta se ela é indispensável ou dispensável, eu acho que é uma língua como outra qualquer. Você pode falar de economia em inglês, em francês e com a matemática. Eu acho quem quer militar na profissão de economista como acadêmico, tem que estudar matemática, ela é uma ‘língua’ que se usa entre os economistas Não pode ficar só numa linguagem.

O que você acha desta técnica da entrevista para tentar recuperar um pouco da história da economia?

J.S. Acho que é uma técnica muito legítima. A entrevista é um entre outros caminhos, depois vai ter alguém que vai dizer “eu não sei se a produção dos economistas brasileiro merecesse isso” (risos), mas se merecesse, teríamos depois um historiador que escolheria, pegando o que está escrito na entrevista para historiar.

Durante muito tempo a economia brasileira foi vista como uma economia reflexa, sem uma dinâmica de acumulação própria e que dependia do mercado internacional. Nos anos 60 essa visão começa mudar, quais são as obras mais importantes desse período?

J.S. Nos anos 60? Não sei se a economia deixou de ser reflexa ou alguém deixou de vê-la como reflexa. Os anos 60 estaria com a Conceição, o Celso Furtado, na análise das desvalorizações cambiais que nos protegiam da recessão mundial. Não acho que mudou. Eu acho que a sociedade brasileira é uma sociedade reflexa. Se você lê as coisas do Antonio Cândido e do Paulo Prado, que eu teria como reproduzir aqui, nós somos um país “provincianamente cosmopolita”. Não há nada mais típico que a elite brasileira se dizer cosmopolita. Então, é uma sociedade

reflexa, se você pensar o que é que pensa as elites brasileiras. Elas pensam construir isso aqui igual a um país que elas tenham visitado há pouco tempo onde elas sejam importantes. Isso reflete na economia. Será que é muito cruel falar de muitos empresários brasileiros como empresários que constróem algo para vender para os estrangeiros? Será que é uma visão errada? Tirando alguns capitães da indústria da primeira geração, os italianos, os turcos, os judeus, que estão aqui na indústria em São Paulo, e no sul: alemães... acho que é só isso, os imigrantes, que hoje são chamados de oligopolistas. Até foram criticados pela Conceição numa entrevista na Revista *Praga*. Tirando esses que foram de uma geração parecida com a dos bandeirantes, o resto são pessoas que estão prontinhas a fazer um belo investimento para vender para o estrangeiro e se aposentar ou ir morar na França (risos). Então é uma sociedade reflexa.

Pensando em termos de quando a economia era agro exportadora, você tinha todo um ciclo econômico que dependia do mercado internacional etc., nesse sentido que era uma economia reflexa. Aí depois você começa um processo de industrialização e passa a ter um movimento endógeno, ou seja, você tem o mercado local, você passa a ter uma determinações internas de um ciclo econômico, é nesse sentido. A economia depende menos dos movimentos externos e mais dos movimentos internos.

J.S. Eu entendi esse sentido. É que passei para o sentido mais amplo. Agora, sempre que o mercado mundial fecha as portas para nós, nós deixamos de ser reflexos, se você quiser uma regra geral. Nos anos 60 que você está falando é um período de processo de substituição de importações no Brasil e no mundo. É dos anos que marca o período pós guerra de isolamento das economias nacionais, da economia mundial por política cambial, política tarifária. E o Brasil não diferentemente de outros países também está nesse processo em 60. Então o nosso crescimento está liderado pela substituição das importações. Agora não sei se a nossa cabeça era uma cabeça não reflexa, quer dizer, as idéias, o pensamento econômico, ou o pensamento político. Se eram pensamentos não reflexos.

Mas falando em economia reflexa, a teoria da dependência, de Cardoso e Faletto, foi um avanço teórico importante?

J.S. Eu não sou capaz de fazer a análise cuidadosa desse livro do Fernando Henrique. A minha impressão é que não há uma ruptura com o pensamento anterior e talvez com um conjunto de pensamentos. Não é uma ruptura, não é uma forma nova de ver o mundo, pelo menos, não me parece, no mundo latino-americano. Será que alguém esperava uma revolução da burguesia nacional? Para essas pessoas talvez ela seja uma novidade. A não ser para um conjunto de partidos comunistas que acreditava nisso! Mas acho que o Celso Furtado não acreditava nisso! Não me parece. Nem o Caio Prado. Nem mesmo o Delfim Neto, noutra nível, não é?

Agora acho que foi um livro importante, você mede a importância de um conjunto de pesquisas pela repercussão que ele tem inclusive no meio acadêmico. Sobre esse ponto de vista, sem dúvida, mas há uma teoria da dependência? Não sei se há uma teoria da dependência assim como há uma teoria da relatividade. Aí é uma outra coisa, aí se rompe com um paradigma anterior. Eu não sei se a teoria da dependência é uma ruptura desse tamanho! Eu acho que não é! Eu acho que nem o presidente da República acha que é!

Recentemente, o filósofo Mangabeira Unger disse que a teoria da dependência não foi uma ruptura de esquerda face às velhas teses reformistas do PCB, mas uma espécie de justificativa para a adesão ao status quo. Os intelectuais brasileiros teriam jogado fora as aspirações transformadoras do marxismo e ficaram com o determinismo estrutural. Mangabeira está se referindo a capacidade transformadora da política para além do status quo ou seja, a análise sociológica de inspiração marxista praticada por Fernando Henrique Cardoso teria servido para provar que não há outro caminho senão a integração subordinada ao capitalismo internacional. Você concorda com o Mangabeira?

J.S.: Concordo e discordo. Eu não sou a pessoa certa para falar sobre isso tudo. Mas que é uma espécie de justificativa ao *status quo* é, se você pensar na história brasileira. Isso é uma coisa delicada de ser dita, mas é verdadeira. As políticas transformadoras elas são de origem tecnocrática, de origem militar ou de origem intelectual e não das elites burguesas. Tirando talvez o Roberto Simonsen e talvez o Barão de Mauá... O que o Fernando Henrique estava constatando é isso. Não há de ser naturalmente ou espontaneamente que os interesses da burguesia brasileira vão se contrapor aos internacionais e vão exigir a vontade de uma nação.

Pensem nos tenentes de 24, eles são transformadores. Os tenentes ..., os tecnocratas do Brasil grande e tal, são personagens importantes do Brasil, mesmo que não concordemos com eles.

O que achou do livro Inflação - Gradualismo x Tratamento de Choque do Mário Henrique Simonsen.

J.S. Eu não me lembro bem o que é que eu achei na ocasião. Li em 72 ... 73. Ali era, acho que, uma disputa extremamente concentrada, específica onde contrapõe, de um lado a proposta do Delfim de combater a inflação lentamente mantendo a indexação. E o Simonsen, inclusive, por razões políticas, ali havia uma disputa de grupos políticos entre tecnocratas: entre o grupo Delfim e o grupo Mário Henrique Simonsen, dizendo que aquele caminho não funcionava. Ai tem uma resposta do Pastore, na sua tese de livre docência dizendo que o choque ele gerava uma grande oscilação na taxa de inflação e não a resolvia. Mas é uma discussão extremamente econométrica, uma discussão, que a meu ver, nem é frutífera, nem importante. É um exercício de econometria dos dois lados na questão da inflação, se pode acertá-la abruptamente ou suavemente. Depende de que inflação você está falando?. Está falando em inflação entre 6% e 12, dos países desenvolvidos depois da Segunda Guerra. Nesse período: 55/65, sou a favor do gradualismo, se eleva a inflação brasileira, ela é continuamente crescente desde 45. Interrompida antes de 94 por 6 choques. E em 64-74 por um longo choque: congelando a política salarial. Mas sem dúvida é um livro interessante.

P.: Curioso, naquela lista inicial, você não incluiu nem o Simonsen, nem o Delfim, nem tão pouco o Bresser...

J.S.: Acho que foi uma injustiça (risos). Porque acho que o Simonsen foi um grande professor e de grandes livros, muito claro, um grande professor de extração neoclássica e o Delfim também um grande professor, didaticamente menos, mas ele é responsável pela moldagem inicial do Depto. de Economia da Faculdade de Economia e Administração da USP. Formou escolas e outros economistas. O Bresser idem, foi uma injustiça...

Didaticamente era ruim? Porque aparentemente ..eu na FEA não cheguei a ter aula com ele, mas ele me pareceu é muito vivaz, muito interessante quando eu o entrevistei...

J.S. Eu também não tive aulas com ele. Quando eu entrei na faculdade, ele já era Secretário da Fazenda. Mas ele tinha uns seminários - como ele estava renovando e ensinando: os alunos dele em economia, ele usava matemática, ele fazia muita ironia, todo mundo ia lá assistir um guru, mas não entendia o que ele dizia. Nem era econometria. Se você vê o que ele estava ensinando era uma novidade para aquela geração. Era matemática, maximização. Mas que aquilo lá era um drama para contadores, engenheiros e advogados metidos a economistas, isso era. E como ele era gozador mais do que irônico, aquilo era uma dificuldade enorme (risos). E tinha um seminário também.

O famoso seminário das sextas-feiras?

J.S.: Isso! Nas sextas-feiras.

Nos anos 60 a Faculdade de Economia e Administração da USP era dominada pelo grupo do Delfim Neto. Você era da oposição aos Delfim's boys não?

J.S. Eu entrei na faculdade em 64 e me formei em 68. Depois virei professor fui formado por eles. Como todos nós, eu fiz o IPE, e a pós-graduação era obra da turma do Delfim. No retorno, quando voltei formado, com o doutorado no exterior, aí era o auge da revolução. Nós, professores daquele geração, fomos oposição aos participantes daqueles governos, sem dúvida. Essas foram as brigas dentro da universidade importante para formar o meu Depto. Primeiro, como já disse, do Delfim contra os irrelevantes. Depois a geração que ele formou contra ele mesmo porque estava no governo militar. A briga se deu entre a minha geração e praticamente a do Pastore, que era o homem do Delfim que tinha ficado na casa. Tenho saudades dessas brigas (risos)... Falta hoje uma briga desse tipo, de idéias..... Nós éramos de oposição política, acadêmica nunca.

Esse nós, quem eram?... era você o Macedo..

J.S. Eu, o Macedo, o André Franco Montoro Filho, o Denizard. O Luciano, que estava em Campinas. Esse tipo de pessoas. O Pastore trouxe para lecionar na USP o Ruben Almonacid, argentino, que era um professor premiado na

Universidade de Chicago. Eu só me lembro que tinha salário maior que os outros, e isso era uma coisa inaceitável.....

Na sua tese de doutoramento “Regulation of Brazilian Banks” defendida em Yale, você discute o funcionamento do sistema financeiro. Como você vê o funcionamento do sistema financeiro no Brasil?

J.S.: Antes você tinha barreiras à entrada; a grande questão então era abertura de agências, controle de juro e uma grande propensão em investir em imóveis, naquela época. O sistema financeiro hoje no Brasil é parecido com os de outros países do mundo no sentido de que ele concorre com as organizações financeiras, concorre no mercado financeiro onde participam outros agentes - sem ser bancos. Hoje o sistema está saneado desde a quebra e intervenção no Econômico e no Nacional, mas ele terá dificuldades de concorrer internacionalmente pelo próprio fato de ser uma sociedade reflexa. Para discutir isso basta perguntar o seguinte, você compraria seguros para sua aposentadoria de uma grande seguradora brasileira em reais, ou seguro de uma empresa americana com existência de 150 anos que poderia te vender seguro em dólares?. Como é que concorre? Agora, eu acho que o Brasil tem bancos que são imbatíveis na sua área, como Bradesco, Unibanco, Itaú, Real, numa área inclusive que não é a área mais lucrativa, que é a do varejo. Mas nesta área são imbatíveis no meu ponto de vista. Porque é uma área difícil, bem brasileira onde eles investiram há 15 anos, então pode por o gringo aí que não atrapalha. Mas na área de mercado de capitais, financiamento por títulos, empresas brasileiras e de outros projetos, os estrangeiros são concorrentes muito difíceis.

No início o seu Banco era uma sociedade com um banco estrangeiro?

J.S. Sim, uma sociedade com o Manufactures Hannover, mas eles se fundiram no mundo, viraram Chemicals Bank e nós tínhamos a opção ou a gente comprava a parte deles ou eles compravam a nossa. e nós o compramos em 91. Nós sempre mantivemos a patente estrangeira e agora nos associamos. estamos nos associando, quando o Banco Central aprovar, ao American Express Bank.

Sobre isso aqui eu queria ainda dizer uma coisa. tanto Econômico, como Nacional e do Bamerindus eram problemas estruturais. vamos dizer. já duradouros

no sistema bancário brasileiro. Se você se lembrar o Econômico deixou de honrar um cheque lá nos anos 70. E o Nacional quando lançou o emblema do guarda-chuva, ele lançou numa campanha de recuperação de imagem também nos anos 70. E o Bamerindus também tinha problema. Em 1990 ou 89, esses bancos já eram problemáticos. Então, não é o fim da inflação que acabou com eles. O ponto que eu queria destacar é esse. Dado que a inflação que se produziu acabou, o governo resolveu mudar o regime bancário e dizer, banco também quebra! É como tivesse uma casa caindo aos pedaços e por causa disso jogava-se a cinza no chão. Então, depois que batalhou e arrumou a casa, se diz olha: “ não pode mais jogar cinza no chão.” É uma etapa adicional. Mas eles não quebraram por causa do real, e são você olhar a história deles. Não há banco brasileiro que não soubesse que a inflação ia acabar...

Mas ainda falando de suas teses, na sua livre-docência “Agricultura e Inflação” você é inspirado em diversos autores, você destaca ali a contribuição de Julio Oliveira ...

J.S.: É verdade. O Olivera é o “Simonsen argentino” ...

E você nela, municiado de outros autores e de Julio de Oliveira, faz uma crítica ao Delfim e ao Pastore.

J.S.: Eu ainda não mudei de idéia. Talvez eu seja teimoso. Essa é uma discussão antiquíssima, que fez um conjunto de produções dentro do meu Departamento.. Os estruturalistas latino-americano, estruturalista na nossa definição pela CEPAL, afirmaram que a agricultura era causadora da inflação, porque a agricultura não reagia aos preços. O Afonso Pastore fez a sua tese de doutorado mostrando, olha: ‘- a agricultura reage aos preços.’ ... É uma tese que foi bastante importante para a Faculdade de Economia, porque ela usa uma metodologia econométrica diferente. Na época, com o grito da moda com expectativas defasadas, máxima verossimilhança etc., e ele mostra que a agricultura brasileira reage aos preços. Como qualquer agricultura ela reage com defasagem e reage bem. Então é uma agricultura mercantil. Mercantil, quer dizer ligada ao mercado. Se você passar por uma estrada de S. Paulo e ver naquela época - não tem dúvida, não estou vendo aqui senhores feudais, coronéis, está tudo na agricultura paulista e sudeste do

país. Minas foi incluída nessa forma de agricultura dinâmica. Mas isso, segundo ele, isentaria de responsabilidades a agricultura pela inflação estrutural do Júlio Oliveira. Já para mim não basta que agricultura responda ao preço, depende da importância dela e a visão que eu tinha da inflação - e eu acho que ainda tenho - é que o problema inflacionário é filho do conflito distributivo e a agricultura representa 40% dos salários. Então eu discuto a partir disso, suponho que a agricultura seja dinâmica. Dinâmica no sentido que reage aos preços, suponho que ela reaja bastante, mesmo assim ela pode ser responsável pela inflação se os salários forem muito baixos e ela tiver uma representação significativa na formação do salário. A partir disso eu pergunto: Qual é a melhor política cambial para um país que tem essa agricultura? Taxas cambiais fixas, que é essa que a gente tem aí?. Por que? Porque senão você gera instabilidade. Então isso é uma resenha, vamos dizer uma resenha, e um modelo original, de certa forma, onde eu vejo como é que se monta a inflação brasileira a partir do problema agrícola.

Agora, o fato de você ter estudado a fundo a questão teórica e do processo inflacionário brasileiro te deu vantagens significativas em rapidamente perceber que a contribuição da teoria da inflação inercial etc. e tal era algo que era procedente, diferentemente do Delfim que até hoje fala "se isso é teoria, minha avó é bonde elétrico..." do Pastore, também não é? Eles não sacaram, só bem depois...

J.S.: Eu tenho dúvidas se economia - agora que eu vou ofender os colegas e a mim mesmo e a vocês - se economia, do jeito que ela é feita no Brasil, é de fato ciência. A teoria da inflação inercial é um grande achado. O campo do Delfim deve protestar que não é teoria da forma como se ensina teoria marxista, teoria da relatividade, a teoria do princípio de correspondência, mas é uma teoria. Que tem duas partes muito interessantes: primeiro, é que há o reconhecimento teórico, que na prática estava posto, vamos dizer assim, da impossibilidade de você combater a inflação no Brasil reduzindo os preços competitivos. Aliás, sobre isso eu queria falar duas coisas, o ministro Simonsen, na apostila que eu usei para entrar na ANPEC, 1968, ele tem lá uma equação simplíssima, que envolve os preços, não sei se vocês se lembram disso, o nível geral de preços em função dos preços competitivos e os preços indexados. Ai. os preços indexados, como são ligados ao

nível geral de preço, passam a ser multiplicadores. Sobram, em cima, os preços agrícolas, ele fala: “por esta expressão, se a indexação for muito grande, para combater a inflação brasileira, vai existir a necessidade de ter preços agrícolas negativos. O que significa por exemplo que o agricultor entregaria uma cesta de tomates, mais dez cruzeiros para você, para a inflação cair. Essa é a origem da sua descrença no gradualismo. Mas veja, em 1968, assim como Aristóteles, não podia ver teoria do valor, segundo Marx, porque não existia capitalismo, em 1968 o Simonsen pôde deduzir logicamente, mas não pôde ver a conclusão final porque a indexação não era tão grande. Tinha pouco tempo. Tinha 4 anos. Em 1983 estava posto. Agora o brilhantismo, a genialidade da idéia dos dois, do Lara Resende e do Pêrsio Arida é que visto a inflação inercial, eles afirmaram - se não afirmaram - eu afirmei a partir deles que existia uma outra moeda. Sempre o problema da inflação não é o problema de uma moeda. Ela é o problema de uma moeda sendo substituída pela outra. Então você fala: “- a hiperinflação na Alemanha acabou com o marco”. Como é que é isso, “acabou com o marco”? Acabou com um marco e dolarizou a economia. Se você olhar os estudos do Sargent sobre a hiperinflação na revolução francesa, de vez em quando ele mostra uma disparidade entre a moeda da época, se eu não me engano, e uma outra. Então a inflação é um problema “da outra moeda”. No Brasil você tinha uma moeda rôta, rasgada, quebrada estruturalmente como sempre acontece. Uma moeda que era meio de valor e outra que era unidade de compra, que eram os índices, que empurravam o cruzeiro cada vez mais para longe. É essa a forma de ver a inflação. E os caras da indexação, o André e o Pêrsio, tiveram um conjunto de idéias que é a da indexação generalizada, a meu ver brilhante, na qual eles propuseram a solução. Qual é a solução? É controlar a substituição da moeda velha, que é o conjunto de índices para empurrar todo mundo para uma moeda nova.

Quase como passar por uma hiperinflação, sem os ônus de uma hiper...

J.S.: Exatamente. Ou seja, fazer a indexação perfeita, que é a idéia do cruzado e também a idéia do Chico Lopes, só que o Chico Lopes, vamos dizer, puxa o tapete de uma vez só e agora está aqui o tapete novo' (risos). que é o choque heterodoxo...

e o Pêrsio e o André vai puxando devagarzinho, quando você vai ver, você está pisando num tapete novo. A questão é saber se você consegue fazer essa inversão... No caso da URV foram muito bem servidos. No caso do cruzado, isso é até uma coisa interessante... a mesma idéia foi apresentada e o Ministro do Trabalho, Almir Pazzianoto falou: “- ótimo, entendi, só que não dá pra explicar aos trabalhadores.” Tem que explicar a URV, lembra a URV, as três letras da palavra “curva”, porque eles não queriam explicar aquela coisa difícil.

Nós apresentamos ao presidente da República e aí ele falou “pode fazer, apresenta para o Almir Pazzianoto que vai explicar para os trabalhadores”. Ele ouviu e disse, “impossível de explicar isso aos trabalhadores”. Então foi o choque proposto pelo Chico, o congelamento que é a mesma coisa de uma vez só, sem precisar explicar.

Nos anos 70 houve uma controvérsia a respeito do II PND. Para alguns economistas, esse plano do governo Geisel aumentou a dependência financeira e agravou a crise do endividamento dos anos 80. Para outros, como Barros de Castro, o Plano foi essencialmente acertado e diminuiu a dependência brasileira de bens de capital e insumos básicos. O que você acha da interpretação de Barros de Castro?

Eu acho que os economistas, principalmente os neoclássicos da minha juventude, têm um problema básico na visão do mundo em achar que o mundo funciona calma e suavemente. Apesar de eles falarem em incerteza, eles não entendem perfeitamente o que é incerteza. Então, em relação ao II PND do presidente Geisel, “ex-post”, quer dizer, depois que aconteceu, nós podemos dizer que ele errou no seguinte sentido... errou no tamanho, mas ele foi corajoso, em primeiro lugar. Ele queria fazer o Brasil grande. Você pode discordar que é elitista ou que é concentrador de renda, mas ele tinha um projeto que ele levou a cabo. E, a meu ver, deu errado em algumas coisas, mas em outras deu violentamente certo. É como um projeto de uma empresa, conversar com um empresário hoje, eu como banco, eu os considero todos visionários, assim nesse sentido. Não concordo, não finacio e acho que não vai dar certo. E alguns deles dão certo, mas se você como economista, vindo de fora, pegar estes projetos de investimentos não profissionalmente analisados, vai dizer: esse cara é maluco! Então o projeto do Geisel

era um projeto maluco, mas que deu certo. A prova que deu certo, nós temos um parque elétrico, que está sendo vendido. Um parque siderúrgico que já foi vendido, um parque de telecomunicações, que vale uma fortuna. O conjunto de estradas, o programa químico, petroquímico. Agora tem os erros dele, tem o programa nuclear, a ferrovia do aço e outros. Agora só erra quem faz e é impossível você fazer sem errar, dado o conjunto de investimentos que foram feitos. Sabe se lá qual é o erro que estamos fazendo agora? Eu não sei! E a gente está vendendo aquilo tudo. Eu não sei se a estratégia imaginada principalmente pelos economistas do mundo de então de fazer a recessão no Brasil, daria melhor resultado. Eu acho que não. Assim, eu não sou contra o Antonio Barros de Castro, eu dou créditos ao II PND, eu diria que o mercado também dá, porque está ávido para comprar essas empresas estatais criadas lá. Faz parte desse período o plano de ocupação do Cerrado. E eu me lembro, perfeitamente, eu, como economista de oposição. Quando ouvi o plano de ocupação do Cerrado na faculdade, na minha área, a gente ia vender pesquisa, a gente ia vender para a agricultura, trabalhamos sobre crédito rural e a safra da agricultura era financiada pelo Ministério da Agricultura. Então falava-se sobre esse plano do Cerrado, que “os caras ficaram malucos”, e não ficaram! Você vê que nós ocupamos todo o centro-oeste - o Brasil se aprendia no livro de geografia: um país de solos pobres, chamado cerrados, que na África são chamados de savanas. Muito ácidos e não sei mais o quê, tá, enchendo de nitrogênio você corrige. Você tem a agricultura de toda utilidade, igual ao do centro-oeste americano, criado em 1970, por esses visionários... Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas, sul do Pará, oeste da Bahia, tudo isso vindo do II PND. Como é que vão dizer que não deu certo? Ah! deu déficit público, alguns dizem, mas em que sentido deu déficit público. Em que sentido, você pode dizer que é um plano caro?

Os críticos falam que não deu certo, porque o Brasil continuou se endividando em dólares e depois teve que pagar a conta nos anos 80.

J.S.: O Chile e o México, não fizeram o PND até hoje e continuaram se endividando, está certo? Outra coisa que incomoda nas análises da história econômica brasileira e internacional é que se olhar a crise dos anos 80 que começa em 1982, vai ver que é uma crise do quintal americano. Quer dizer, a

América Latina e os Estados Unidos estavam com uma super inflação, está certo? Ai entra o Reagan, salva a sua pele, e nos ferra a todos. Por que é que não aconteceu isso no sudeste da Ásia? Será por que eles eram neoliberais? Primeiro, que nunca foram. É porque eles estavam no quintal do Japão. Então, eles estavam recebendo investimentos japoneses, financiamentos japoneses que não tinha a ver com a crise americana. Então a crise brasileira não é a do PND. OU será que nós estamos piores que a Argentina?

Vamos falar agora de Plano Cruzado. Em março de 85, você foi nomeado por Tancredo Neves para o Ministério do Planejamento, que foi esvaziado de diversos órgãos; como o CIP, a SEAP e a SUNAB, transferidos para a Fazenda. É o processo contrário do governo Figueiredo, quando eles esvaziaram a Fazenda e puxaram os órgãos para o Planejamento. Estava claro que as rédeas da política econômica ficariam com Francisco Dornelles, sobrinho de Tancredo e o Antônio Carlos Lengruber, presidente do Banco Central. Mesmo assim você aceitou o desafio?

J.S.: Aceitei. Absorvi ocupações. O Ministério do Planejamento ele é um ministério que nem a Casa Civil, ou seja, ele tinha que ser o braço direito do presidente, coordenando todos os ministérios, mas eu claramente, no Ministério do Planejamento, não tinha essa função.

O presidente Tancredo queria que eu estudasse reforma tributária, reforma administrativa, todas as reformas. E eu montei comissões foram estudadas e bem estudadas, mas eu não estava lá para ser chefe de comissão. Então eu me contrapunha ao Dornelles por escrito. E ser Ministro, em primeiro tem muito mais força do que eu imaginava, e segundo tem a voz, então eu brigava com ele escrevendo diretrizes gerais de política econômica. Foi um momento de muita “pauleira”. Quem escreveu diretrizes gerais de política econômica foi entre outros o Pêrsio e lá estava escrito que ia sair o Cruzado, disfarçadamente é claro, mas estava. Pois nessa época já existia essa idéia. Já aceitei o desafio, porque era o pedaço que me cabia e eu aceitei e tinha como instrumento a “voz”.

O seu conhecimento com o Pêrsio deu-se na FEA? Ele chegou a ser seu aluno?

J.S.: Não. Ele é de outra geração. Ele é mais moço. Não foi meu aluno. Acho que eu estava no exterior quando ele era aluno. Eu cheguei ele já era formado, não sei se estava indo para o exterior. Então, nos conhecemos na FEA.

Havia uma inflação crescente no Brasil naquela época e o Dornelles e o Lengruber compartilhavam idéias conservadoras para combatê-la. Era o tradicional corte de gastos públicos e a elevação da taxa de juros para conter a demanda. Tancredo concordava com essa linha conservadora. Você já tinha então idéias diferentes sobre isso não?

J.S.: Visitei o presidente Tancredo durante um dia inteiro, ele me chamou para a Granja do Torto, eu já indicado ministro por ele. Nós fomos conversar sobre quem seria o presidente do Banco Central, porque o ministro Dornelles não tinha um nome. E ele queria ver se indicava junto comigo e com o Dornelles. Não é que o Dornelles tinha um nome e a gente rejeitava. E eu aceitei evidentemente essa tarefa porque eu estava preocupado com o quão conservador seria o presidente do Banco Central que o Dornelles indicaria. Pensamos em vários nomes e nenhum deles foi aceito. Nessa reunião, com o presidente Tancredo, eu percebi que ele era estranhamente conservador porque eu sugeri o nome do Pêrsio e André para o Banco Central e ele disse: “Pêrsio e André, de jeito nenhum, o dia que eles entrarem no Banco Central dá uma hiper, porque eles estão falando em desindexação.” Talvez ele tivesse razão (risos), pois eles falavam da indexação perfeita.

Falavam da proposta Larida, a idéia de neutralizar a inflação, dialéticamente generalizando a indexação...

J.S.: Isso, só não me lembro se a proposta já era amplamente conhecida com esse “apelido” *Larida*. Então aí foram queimando os nomes: Pêrsio, não pode, André, não pode. Eram para diretores do Banco Central, e aí é que eu conheci mais o Tancredo e imagino que ele fosse conservador por aí, eu não sei mais do que isso, porque o próximo encontro dele já não houve, ele foi para o hospital. Já o Dornelles, que tinha um discurso conservador, você precisa entender, hoje eu entendo, mais de dez anos depois, o que é que estava acontecendo, qual era o problema. Nós recebemos um país, onde a inflação estava em órbita. É mais ou

menos como uma criança que quebra o vaso numa sala e remonta o vaso com os cacos, o próximo que toca, cai. Então a inflação estava explodindo, e o Dornelles tinha que fazer alguma coisa. Se você conhece o Dornelles, você vai ver que ele é muito tenso, muito ansioso. Então o que é que tinha que fazer? Taxa de juros e ferro nas estatais, não é corte de gastos apenas, era congelamento de preços públicos. Então as estatais ficaram numa miséria muito grande. Mas eu não sei se aquilo era teoria do Dornelles porque ele chegou e foi fazendo e eu discordando. E eu dei entrevistas para as páginas amarelas da *Veja* contra o Banco Central, contra as taxas de juros explosivas. E como sempre acontece num momento de crise, a Fazenda acusava o Planejamento de “cortar vento”. Até hoje se fala isso com o Ministro no Planejamento: “Ah, tá cortando o vento, não se está cortando os gastos”.

É gozado porque o conflito com um adversário explícito como o Dornelles tinha uma posição diferente, um diagnóstico diferente, um partido diferente, é muito mais fácil ter conflito com alguém próximo. Tanto que depois do ministério, eu almocei, jantei com ele sem problema algum. Era um conflito aberto, eu não esperava dele um apoio, e nem ele de mim. Ele criticava a dívida externa, ele telefonava e dizia: “Pega a dívida externa prá você!”. E depois ele dizia para as pessoas conhecidas que eu tinha sangue de barata (risos). Não é que eu tinha sangue de barata, é porque eu tive diverticulite (risos). Primeiro já era uma questão pessoal meu caso com ele, então eu tratava aquilo com certa frieza.

Para combater o deficit público você defendia sobretudo a redução das taxas de juros, porque a grande despesa do governo era com o serviço da dívida. Hoje também existe o problema de déficit público e da grande despesa com juros. Cerca de 37 bilhões para 98. Você faria a mesma recomendação?

Esse é um problema ideológico intransponível, principalmente nos anos em que estamos vivendo, mas se você olhar para a composição das despesas brasileiras você vai ver que o deficit, decorrente da taxa de juros, representa o item mais importante, e isso não é só no Brasil, mas nos Estados Unidos também era o problema. Tanto que o Brasil consegue produzir superavit primário desde aquela época, 1986. O próprio Chico Lopes, que trabalhava informalmente, acho que ele nunca foi formalmente do governo, , na minha época, fazia esse argumento. Então

eu falei: “você escreva sobre isso”, e ele escreveu o “Livro branco do deficit público”, onde mostrava isso, texto que até hoje o Delfim critica. Mas tá lá que o Brasil tinha superavit primário. A maior origem do superavit primário são as estatais, que agora é sinônimo de palavrão. Quais eram as estatais que importavam? Petrobrás, Eletrobrás, Telebrás. A problemática é a Siderbrás, tirando a Siderbrás, essas três são gigantescas. Quem é que disse que elas geram prejuízo? Prejuízo coisa nenhuma, são empresas com alta relação capital-produto, despesa de mão-de-obra pequena, então gera lucros. Se tirar os empréstimos que elas fazem dá um imenso superavit primário. O Tesouro também tem superavit primário, ponto, é isso que o “livro branco” falava, que não dava para pagar os juros. Mudou? Não mudou.

Veja o estudo da Sulamis Dain, do Carlos Lessa, e outros dois nomes, eu não conheço direito as pessoas. Saiu agora na Revista *Praga* nº 3. O que é que ele mostra? Qual é o problema da política social do Plano Real? Corte das verbas sociais. Não tem outro. Ele mostra que os orçamentos sociais foram contingenciados, foram não realizados, não organizados e reduzidos.

Tudo o que você pode ver de sacanagem com o orçamento foi feito para os orçamentos da educação, saúde e previdência. Naquela época isso não podia ser feito ainda que não tivesse a Constituição de 88, mas o grosso do problema era o pagamento da dívida. Era um problema contábil, ou nós estamos de acordo ou não estamos. Agora, existe a mentira em contabilidade você mostra que o sujeito ... “está enganado”. Eu tenho um colega, um economista famoso que disse o seguinte: “Provavelmente o México tinha um deficit público, tanto ele tinha um deficit público que ele teve uma crise. Enquanto a estatística do deficit público no México mostrava que ele não tinha. No Brasil é a mesma coisa. Eu não falo mais isso por cansaço, mas se você olhar as contas públicas brasileiras, e isso está disponível, chame o Raul Velloso aí, que é especialista nisso, nós temos pequenos superávits primários. Eles querem um grande superavit primário para pagar o acúmulo de reservas e os juros altos. Impossível. Em 1983 era a mesma coisa, queria-se um grande superavit primário para pagar o superavit da balança comercial que era usado para pagar a dívida. Isso era insustentável. E o deficit era esse. Tanto que, não sei se é aqui que

eu explico isso, eu vou contar uma outra coisa que está naquele livro tão “dramático”. A reunião de Carajás foi precedida por uma reunião na casa do Dilson Funaro, que era meu vizinho, em Brasília. Então juntou a turma do Dilson e a turma do Sayad, e o Dilson falou o seguinte, pelo menos para mim, foi o que ele disse: “Olhe Pérsio e André estão dizendo que o nosso problema é a dívida externa. No que eles têm toda a razão. Eles não estão conseguindo resolver nada e sei que o cruzado está já sem ar, em julho, com o problema da dívida externa. Como o presidente Sarney teve uma atitude muito crítica da dívida externa, eu não queria que em Carajás, falassem sobre a dívida externa; vamos falar da contraparte da dívida externa que é o deficit público. Assim já não estamos omitindo, mas estamos falando do deficit público. Então, reuniu Sayad, Dilson, Belluzzo, João Manoel, Philippe, Luna, Calabi, toda a macacada. “ - Amanhã ninguém fala em dívida externa, fala em deficit público em Carajás”. E foi assim. Na reunião de Carajás se falou em deficit público, combinadamente e o presidente da República disse, “eu seguro o deficit público se o senhor precisar, quem fez o Cruzado faz o que quiser com o deficit público”. Não foi uma reunião em que o Sarney disse: “ - Não quero o deficit público”, ele falou isso. Mas por que eu estou lembrando disso? Para dizer que o deficit público, não é de origem operacional, ele tem origem nos juros. É lógico que você tem uma torta onde não tem pedaço para todo mundo e você vai dizer: “Não, tá faltando é o seu pedaço”. Mas que os juros são a razão mais importante, aqui e nos Estados Unidos, não tenho dúvida nenhuma.

Havia uma controvérsia entre você e os que gostariam de elevar a taxa de juros naquela época, em 1986, não?

J.S.: Não, aí é a história do Cruzado. Quando o Cruzado fez água, o Dilson era contra aumentar a taxa de juros, o Bracher era a favor. E como a missão cabia ao Bracher que era o presidente do Banco Central, o Bracher percebeu que ele ia ser gol, ele tinha que fazer o “trabalho sujo” e ia ganhar paulada. E ele pediu o meu apoio político e eu dei. Mas quem era contra aumentar a taxa de juros, agora cito uma questão voluntarista, foi o Dilson. O plano nesta altura estava “fazendo água”....

Uma das questões pelas quais o plano estava “fazendo água” era um excesso de demanda, então havia propostas de elevar as taxas de juros para diminuir a demanda e a sua proposta era aumentar o imposto de renda. Diminuir a demanda sem afetar em demasia os custos da economia...

J.S.: Essa é outra coisa na economia. Essa história de reduzir a demanda no Brasil era um obstáculo que marcou todos os planos. Quem descobriu como diminuir a demanda foi o Plano Real agora, e não é pela elevação das taxas de juros não, é via compulsório. Taxa de juros não segura nada. Acho que a explosão da demanda você pode atribuir a vários fatores que acompanharam os outros planos também: otimismo, especulação contra e uma coisa que a gente chamou de ilusão monetária - mas que, na realidade, quem tem ilusão são os economistas - que era o fato de a taxa de juros ser muito baixa num país de poupança, gerou um aumento de velocidade de circulação da moeda que é a contraparte para o crescimento da demanda. Como controlar? O que eu estava dizendo é que nós não sabemos como controlar. Eu aí tenho uma culpa porque o Bacha, num seminário em março-abril, no IPEA, disse “a economia está explodindo, está crescendo muito”. E eu respondi: Poxa, está um bruto desemprego há tanto tempo, dois meses de crescimento e vocês já estão apavorados.”

Mas eu estava errado e não quis reconhecer, mas era bem antes. Aí, vamos controlar a demanda como? O deficit, eu estava dizendo, o deficit que fez 4% do PIB, muito alto, era relativamente muito pequeno se considerar a massa dos salários. Trinta por cento de aumento real, considerando 40% de participação no PIB - tudo hipotético - dá 12% de aumento de renda; então não há deficit que consiga contrabalançar isso. É como se o governo fosse chamado a fazer tudo que é tarefa impossível.

E uma diminuição da retenção Teve uma reforma em dezembro de 85 diminui a retenção do imposto de renda na fonte, lembra?, Porque aí se trata não só de aumento de salário real, mas também de maior capacidade de consumo, ou seja, o aumento do crédito, o aumento das parcelas e um aumento da disponibilidade de recursos na mão do consumidor.

J.S.: É isso mesmo, quer dizer, é o aumento da massa de salários, porque aumentou o emprego. Preços congelados na medida do possível e salários sendo aumentado, deu um crescimento na demanda muito grande. Especulação,

movimento no saque da caderneta de poupança. Especulação contra o plano, explodiu a demanda. Taxa de juros não resolve, todos os planos explodiram a demanda. A taxa de juros não segurou. A única coisa que a gente aprendeu que segurou é a reserva compulsória, quer dizer, restringia na vantagem dos bancos. Taxa de juros não segurou nada.

Bom, o Tancredo ficou doente antes de assumir o posto de presidente da República e quem de fato assumiu a presidência em 15 de março de 84 foi José Sarney. Você percebeu a simpatia de Sarney com o programa heterodoxo de combate à inflação e virou a mesa em cima de Dornelles e Lengruher, é isso?

J.S.: Não! É gozado, eu acho que planejei a minha atividade no governo sem saber que eu ia ser governo, lá no seminário da ANPEC. Acho que todos os economistas pensavam assim. O que eu disse ao responder o que é que ia ser a política econômica do novo governo? “Se a inflação se estabilizar e não for problemática *vai se empurrar com a barriga* a inflação. Se ela sair de controle não há alternativa, a não ser o plano de indexação total do Pêrsio e do André”.

Eu acho que tomei parte no governo com essa perspectiva. O Dornelles, usando aquele remédio maluco, controle de preços fixos e taxas de juros alto, não funcionou. Tanto que a inflação em agosto explodiu. E o presidente Sarney sempre tinha dito que, procurando o que fazer no governo, estava sempre atrás de um programa sério de combate à inflação. E o Sarney disse sempre que ia fazer, que eu podia contar. Aí eu contratei o Pêrsio, mandei ele para Israel, de forma secreta e tal. Então sempre houve a intenção do Sarney de fazer um programa não digo heterodoxo, mas um programa de choque. Não é que fosse uma aventura desejável, era uma aventura inevitável, se a inflação crescesse, e ela cresceu. E se você pensar o que é que é o diagnóstico da inflação que me orienta, que orienta os meus escritos... Você controlar a inflação você precisa ter alguém com ilusão monetária: ou forçada ou natural. Ou seja, alguém precisa “adorar” a moeda, o que você pode ver que está no Marx, está no Keynes, está em todo o lugar. E está nos nossos modelos neoclássicos. Se eu fizer um modelo neoclássico, em que a moeda papel é só meio de troca, não tem lugar para se por a moeda.

Então veja, o Patinkin bota lá: “demanda de moedas inexplicável, então alguém precisa ter tesão da moeda. Precisa gostar da moeda. Que quer dizer gostar da moeda? É trabalhar com a moeda e não ser enganado por ela. O sucesso 64-74, na queda da inflação, como é que se explica? É ilusão monetária forçada em cima do trabalhador, ou seja, todas as leis salariais que corrigia tudo menos o trabalho. Está certo? Esse é o conhecimento da teoria inercial, se você quiser, importante.

Você conversa com o Simonsen você acaba na URV. Se você corrigir todo mundo ao mesmo tempo, perfeitamente, aí a inflação vai pro infinito na moeda local. Estou certo? Essa moeda passa a ser o limite. Esse é o princípio do Plano Real. Está na URV. E o princípio do Cruzado também. Então para combater a inflação, se você tem indexação, que é o projeto 64, alguém não pode ser indexado, esse alguém é o trabalhador. No plano Real, alguém não pode ser indexado, é o câmbio, não é? Algum preço precisa ser seguro. O que aconteceu, 64-74 é arrocho salarial, de alguma forma, o trabalhador sendo subcorrigido, a inflação caiu. Com a crise do petróleo, a inflação volta, mas ainda têm leis salariais. Isso é o coração da política econômica. Em 1983 o FMI, para assinar um acordo com o Brasil, espera uma reunião do Conselho de Segurança Nacional feita sexta-feira, à noite, depois do expediente. Sai dessa reunião a lei salarial que nós receberíamos no governo Sarney. O salário seria corrigido por 80% em cima da inflação do semestre anterior. Aí, o FMI, tão liberal e tal, diz eu aprovo o plano. Então no governo da Nova República, nós não podíamos usar a lei salarial, não tínhamos essa condição. Porque tinha um arrocho de 20 anos, porque o governo tinha sido feito para acabar com o arrocho entende?. Se é para acabar com o arrocho, o salário tem que ser livre. Então nós perdemos a única âncora que existia.

E ainda teve o delta de salário real que você deram não?

J.S. Não, espera aí. Esse delta eu vou explicar, mas antes desse delta, tem uma pergunta, por que o Plano Cruzado foi em fevereiro de 86? Porque em março de 86 ia entrar no Congresso um projeto de correção salarial trimestral, não é isso? O que faz todo sentido para os trabalhadores. Mas para quem conhece o mecanismo da URV, para quem conhece a teoria da indexação isso leva a inflação pro infinito. É

um encurtamento adicional dos intervalos de indexação. O que é que nós ouvimos? Que o líder do governo e a bancada do governo iam ganhar do PT, porque tinham uma proposta não para reajuste trimestral, não, mas mensal! (risos). Então eles estavam mal pagos, não é? Então, isto aqui é discutir inflação. Então, foi em fevereiro de 86 que se impõe o Plano. Porque nós íamos ter a última âncora, já estava desgarrando pela política salarial sendo completamente desgarrada. Então foi isso que jogou em fevereiro de 86. Era inevitável, não tínhamos a âncora, a âncora de salários...

Era inevitável mas, quando o Sarney assumiu o governo ele já encontrou o Ministério montado. Então, ele tinha um ministro da Fazenda que detinha o poder da política econômica e seguiu uma determinada orientação. Se não tivesse você no Planejamento lutando por uma outra postura, eu acho que a história poderia ser diferente. Nesse sentido, acho que você foi senão o pai, pelo menos a mãe do Cruzado.

J.S. (Risos) É, mas, quando Dornelles caiu em agosto, quase que cai junto, lembra? Havia lá uma proposta de trocar os dois. Eles estão brigados e tal. E aí eu fiquei muito contente por ter permanecido porque tinha a idéia do Cruzado, que era uma coisa que me entusiasmava.

O Cruzado só foi possível porque você deu apoio institucional?

J.S. Quem bancou foi o presidente! O Sarney nunca titubeou e eu o braço direito ajudei-o fazer isso. Mas eu tinha muitas dúvidas.... O Sarney nunca teve dúvida do Cruzado, isso é mérito dele. Quer dizer, já que temos que fazer um trabalho difícil vamos fazer uma coisa que valha a pena. E não ficar enrolando. E depois não valeu. Mas na época valeu.

Durante o ano de 86, o Cruzado começou a se defrontar com vários problemas: desabastecimento, excesso de demanda, congelamento prolongado e outros pepinos. Uma série de ajustes se faziam necessários, porém, havia divergências entre o Ministério da Fazenda e do Planejamento quanto ao que deveria ser feito. A Fazenda queria lançar o Cruzado 2, também conhecido como Manuelaço, por causa do João Manuel, o termo Manuelaço está inclusive no livro do Roberto Campos A Lanterna na Popa. Quais eram essas divergências e foram elas que levariam ao rompimento entre Fazenda e Planejamento?

J.S.: Onze anos depois, vamos começar da seguinte conclusão: o Plano Cruzado nunca daria certo, vendo-o hoje. A gente só aprende depois que as coisas passaram na economia. E os economistas são especialistas nisso. Por quê? Por que nós não tínhamos nenhum preço para congelar. Quando você não tem nenhum - esse é um princípio da teoria da indexação, precisa congelar todos... E é impossível numa economia de mercado trabalhar com todos preços congelados. Então, eu parto deste princípio, nunca teria dado certo - nós não conseguiríamos fazer o Plano Cruzado, como não conseguimos, sem resolver a dívida externa. E a condição *sine qua non* do Real ter dado certo foi o apodrecimento da dívida externa e a solução de um acordo em abril de 94 ou março de 94. Aí é que o Plano Real estava pronto!

A abertura também ajudou a suprir o mercado interno ...

J.S.: É, principalmente essa abertura financeira que estava impedida pela dívida externa. No nosso caso, a dívida externa estava no auge da crise. Eu e o Dilson tínhamos brigas com esse Baker. A diplomacia brasileira adorava: “Poxa! que cara de coragem.” Mas, as coisas que nos falavam, eram inaceitáveis. Na verdade, era um conjunto de ditação de regras, para usar uma palavra bem educada, inaceitável. Nós tínhamos “arranca rabos” com o governo americano muito fortes. Não porque éramos subversivos ou heterodoxos, mas que eram inaceitáveis por causa da dívida externa. Já não tinha jeito de resolver sem resolver a dívida externa. Então o Cruzado tinha esse erro de nascença. Nas dificuldades, é muito comum achar um culpado, pergunte a qualquer equipe de remo se um não atribui ao outro as culpas. Em economia não é diferente ... Então eu era culpado por não cortar o gasto.

O Dilson teve uma atitude no começo, ele quis abrir mão do congelamento em maio, lembra? Aí tomou um puxão de orelhas do governo. “Não dá para abrir o congelamento em maio.” Depois eu queria abrir o congelamento e ele não queria mais. Congelamento era um dique impossível de segurar. Depois teve o Cruzadinho, que foi um erro. Foi aumentar o preço da gasolina, cerveja, qualquer coisa, pouquinho. O Chico fez uma dose, vamos dizer de 100. O presidente disse 100 é muito, faz 30. Por isso que ele é criticado, sabe! Só que os 30 deu um “ba-fa-fa” em julho. Então, por intuição, o Sarney estava certo. Depois da eleição voltou a

proposta de 100, que era do João Manoel, da mesma política anterior. Mas, já tinha provado que deu errado. O Lula disse: “- Você imaginam que o trabalhador não bebe cerveja, não anda de carro, não compra televisão, eles (os trabalhadores) é que serão tributado.. “. Não sei se você lembra disso. Foi uma frase boa dele. Em novembro, fizemos a mesma coisa de julho, dose completa. Aí explodiu tudo! Não teria outra solução. A minha proposta era do imposto de renda. Não sei se ia resolver. Mas o fato é que o congelamento é insustentável por tanto tempo. E com aquela dívida externa, eu mantenho esta posição, de que o Cruzado não poderia mesmo ter dado certo. Não conseguiria, por exemplo, falar em controlar a demanda, segurar a demanda, são movimentos tão importantes Quando você fala, vamos segurar a demanda, isso exige tanto esforço, tanto comprometimento quanto dizer, vamos fazer o Plano Real entende? Não é uma coisa que o Ministro da Fazenda, ou do Planejamento mais o Banco Central faz. Precisa do governo inteiro fazendo aquilo. Eu diria hoje com os meus 2 anos de governo, quando eu disser para você, vamos controlar a demanda, nas doses que o Brasil precisava no momento para a estabilidade, é uma frase que exige o mesmo comprometimento, repito, de dizer vamos fazer um Plano, é um tremendo esforço.

O mais gozado do Plano Cruzado é que ele é feito no momento que a inflação estava acelerando. E a idéia de inflação inercial é de uma inflação estável., ou seja a inflação de hoje é igual a de ontem. Por que é que ele fez isso? Um dilema acadêmico? É óbvio que algo tinha que ser feito! A inflação estava acelerando. Mas, é evidente que a inflação acelerando, mostra que existe um conflito distributivo que não vai ser resolvido só pela desindexação.

Numa entrevista que você deu em 87, você fala em divergências econômicas e também problemas de vaidade para explicar os atritos com a Fazenda.

J.S.: Eu acho que isso sempre há, mas tantos anos depois, isso seria que nem briga com namorada, não tem a menor relevância, mas na época havia. Agora não havia razões ideológicas para a Fazenda disputar com o Planejamento. Diziam que eu era de direita, de esquerda ou estatista. Na verdade havia uma grande dificuldade em me classificar. (risos)

De qualquer forma o Cruzado foi útil. O Pêrsio relata em entrevista para o Conversas o efeito pedagógico tanto para os agentes econômicos como para os próprios economistas envolvidos nos programas de estabilização. Ou seja, sem o Plano Cruzado não haveria o Plano Real. Aliás, eles tiveram a sorte de conseguir voltar, tiveram uma segunda chance.

J.S.: Eu acho que o Cruzado foi pedagógico, foi importante para a idéia de: “a inflação vai acabar!” Hoje, em dia, eu não sei se valeu a pena acabar com a inflação. (risos) mas, acabou, era inevitável. Agora, veja, não somos tão originais assim, teve o Cruzado aqui, teve o Austral na Argentina e outros por aí. Não somos menos importantes do que imaginamos...(risos). O Plano Real também foi um sucesso e tal. Agora, temos o Real no Brasil, tem no México, tem na Argentina, tem no Chile. Eu diria que os Estados Unidos fez um “Plano Real”, em 79. Adotou taxas lá em cima, subvalorizou o câmbio e acabou com o sindicato e com a inflação. Foi muito diferente disso?

Num depoimento dado em 87, Pêrsio Arida disse que você era o mais keynesiano de toda equipe econômica do governo Sarney, porque você achava o gasto público fundamental e não queria cortá-lo. Dizia até mais, que era o Belluzzo quem queria cortar gastos...

J.S.: Não se trata de lembrar daquela época. Trata-se de pensar se num país como o Brasil com imensas necessidades de investimentos de infra-estrutura, se a gente pode atribuir ao gasto público: 1) o problema inflacionário e 2) o problema do balanço de pagamentos, que se atribuiu agora. Vamos pensar em coisa atual, no Brasil hoje em 1997, você acha que por exemplo que investir na Via Dutra, é inflacionário? Ou que vai faltar mão-de-obra, se temos esse desemprego que nós temos?. Os meus colegas economistas a grande maioria dizem que é. Que não se pode fazer gasto público. Com toda essa crise, só vamos cortar o gasto público. Nós vamos inaugurar em 1998 ou 99, a Via Fernão Dias, que é uma uma estrada da qualidade da via Dutra, que foi inaugurada na década de 50. E a grande obra do governo de São Paulo é ligada a estrada que vai a Belo Horizonte, uma estrada dos anos 50 que não está pronta ainda. Então, em que medida posso sair por aí apontando o gasto público ...

A rodovia do Mercosul, a BR-116 ...

J.S. Claro, e a universidade, a pesquisa, a educação, saúde, o problema de vacinas em São Paulo. O que mais me irrita ou no que mais me contraponho com os meus colegas, não ao Belluzzo, sou amigo do Belluzzo, isso na época eram questões políticas - é com esta visão que está hegemônica no conjunto da profissão, está hoje até no PT. Até o Brizola falou quando saiu do governo do Rio, o primeiro governo dele: “- Cortei o deficit público.”.

Eu sugiro como orientação para entender a questão do deficit público, o artigo para mim, desculpe a palavra, seminal, do Kalecki: “Aspectos políticos do pleno emprego”. O deficit público nunca vai ser usado para manter o pleno emprego porque o desemprego é uma disciplina fundamental na economia capitalista, primeiro ponto. Segundo, sempre que se falar em cortar o deficit, primeiro vão dizer para cortar as despesas de consumo, mais especificamente os subsídios, por quê? Por que essa então é extremamente corrosiva na disciplina capitalista se ele tiver despesas para o leite garantida, despesa de transporte público, despesa habitacional, seguro-desemprego. Isso não serve para nada.

A última que vai ser cortada é despesa de investimento. Olha o caso brasileiro, politicamente. E vê que você tem desde 1974 a 1997, um discurso de deficit público, que desmanchou o setor público, que criou maldades em termos de desastres nas estradas, desastres nas cidades, cadeias superlotadas. Qualquer ser humano se contraporia a isso, menos os economistas. Menos os economistas porque eles acham que tem um saber especial que justifica esse negócio aqui. Fala: “- Não! não vamos deixar de fazer a cadeia. Você corta alguma coisa para fazer a cadeia.” Corta o quê? No Estado que falta tudo, na sociedade que falta tudo. Então, aqui não se trata de ser keynesiano ou não. Trata-se de pensar de novo e olhar com olhos lavados, assim sem teoria sabe?.

Eu esqueci dizer e gostaria de dizer agora: quem é completa e não é especialista e mistura tudo, e que eu tenho admiração exatamente por ser assim, por ser humana, é a Conceição! Ela não é como os economistas do “deficit público”. Ela explode porque pensa como gente. Estou falando isso também por causa de uma entrevista recente dela na revista *Praga*.

E aqui, eu duvido, se se puser um engenheiro, um médico, um advogado para tomar conta, para administrar as finanças brasileiras, se ele vai falar: “- Corte os gastos públicos! Mas cortam o quê? Como é que eu justifico para o ser humano que eu vou deixar de investir no Anel Viário de São Paulo, que está parando, em termos para combater a inflação. Como é que é essa ligação? Só os economistas vêem essa ligação! Se faz um transporte aqui, assim, por fora, alivia a cidade, tem mão-de-obra despreparada, desempregada, tem cimento sobrando, tem firma de engenharia sobrando, não vai aumentar os preços.

Como é ser keynesiano? Os meus alunos perguntam: “- Professor, o senhor é keynesiano? (risos) eles são meninos ainda coitados, eles acham que eu sou keynesiano, já marxista é o fulano de tal. Então, essa classificação não resolve. Na época, eu diria que a equipe da Fazenda queria cortar gastos públicos, imaginava que essa não fosse a solução. Essa tarefa era minha e não era dele. Olha! Como é que corto esse deficit público! Eu não cortei. Eu sei, que foi uma confusão. Os outros ministérios também não cortaram. Quem é que cortou? Kandir cortou? Cortou! Quem cortou?

Quem é que faz os maiores deficits públicos? Isso é uma outra coisa gozada que eu tenho a observação empírica. Quem faz os maiores deficits públicos no Brasil é a direita. E não a esquerda. Exemplo: Elevar a taxa de juro. 1) governo estadual, Maluf versus Covas. Quem é que deixou deficit público? Foi Maluf! E não Covas. 2) no governo federal: quem fez o deficit público? Foi o Sarney ou foi o Geisel, ou o Figueiredo?

O que acha dessa reflexão mais recente do Bresser, que está expressa nesse seu novo livro, sobre a Interpretação da Crise Fiscal do Estado...

J.S.: Eu acho uma fantasia, um discurso de um neoliberal quando o Bresser, que é muito meu amigo, fala. Eu lembro quando ele era ministro, ele sempre dizia que a culpa deve ser produzida. Não é! É a dívida externa! Eu não consegui mudar de opinião e nem ele me conseguiu convencer. Ele tem um discurso agora de que a nova cidadania é contra os subsídios que eram apropriados pela elite paulista. Pinóia! Vamos ver o que está acontecendo com o Plano Real? Acabaram os subsídios para a

indústria? Ah é? E as 8 fábricas: de montadoras de automóveis no Brasil. Falta muito automóvel no Brasil, não sei se vocês sabem! (risos) Falta automóvel, então nós estamos pedindo a vocês automóveis. Todos eles com subsídios estadual em vez de ser federal. No Paraná, no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Só São Paulo que não tem...

Acabou o subsídio na importação? Acabou, nós temos agora investimentos expontâneos. Quais são os investimentos “expontâneos” mais importantes no Brasil pelo Plano Real? São da indústria automobilística. Que não é expontâneo. Então o Bresser está fazendo um grande esforço, de por palavras ou fantasias mesmo, nos responsáveis, na academia por um discurso de direita.

Apesar das dificuldades orçamentárias verificadas ao longo dos 4 anos do governo Sarney, vocês não cortaram gastos sociais, até aumentaram o gasto com saúde e educação, em parte foi a Constituinte de 88 que impôs isso. Você concorda com os atuais cortes na área social de 1996 em relação a 95 para reduzir o deficit público?

J.S.: Não concordo, de jeito nenhum. A tua pergunta tinha uma primeira parte: você dizia o quê?

Apesar das dificuldades orçamentárias que vocês tiveram, você não cortaram os gastos sociais ...

J.S.: Eu vou contar uma experiência que ninguém reconhece. Nós inventamos o *ticket* leite. Sabe o que é *ticket* do leite? É uma espécie de *food stamp* para o leite. O Luna (Francisco Vidal Luna) conhecia muito a agricultura, eu também sempre fui muito entusiasmado com esse programa porque era uma alternativa de renda mínima. Exatamente porque: “Não quero dinheiro para você comprar uma sandália amarela, eu quero dar dinheiro para você comprar leite!” E o leite é muito importante para a agricultura. E o *ticket* leite foi um sucesso. Porque a idéia era nossa e a administração era por aquele cara que virou o meu sucessor, esqueci o nome dele poxa..

Anibal Teixeira?

JS. Anibal Teixeira, isso, que fez um rolo e tal. Mas ele tinha mania de corrupção! Se roubar *ticket* do leite, para ficar rico você tem que roubar uma

enciclopédia! Dava R\$1.000,00 com muito esforço. Roubar R\$1.000,00. Está perdoado! E o Collor tentou acabar e não conseguiu. Aquilo foi muito bem aceito popularmente.

Sobre os cortes sobre os gastos é importante para nós. Quando eu falo nós, economistas, é um homem de palha. Mas, eu não estou sendo injusto. A maioria dos economistas que falam e dão entrevista, falam que a melhoria da distribuição da renda pós Plano Real foi por causa do fim do imposto inflacionário. Aí sugiro a leitura de qualquer analista, sério, sobre distribuição de renda, recentemente. O que aconteceu com a distribuição de renda?

Pensão e aposentadoria rurais passou de 1/4 do salário mínimo para um salário mínimo. Esse é um impacto importante. Então foi despesa mesmo. É previdência. É anterior a esse governo. Isto aqui é um impacto violento. Porque pega a pobreza e multiplica a renda do cara por 4.

Foi instituído em 88, mas está fazendo efeito agora para as pessoas que estão se aposentando agora....

J.S.: Isso! Eu acho que é isso! Analisa também a grande mudança que houve, este governo contingenciando e “ferrando” o orçamento social. Isso não precisa de muita análise. O Fundo Social de Emergência é isso. Eu diria que a minha interpretação do Plano Real é a seguinte: “ Você chamou todos os economistas capazes para o Plano Real a pedido do presidente da República. Esses caras sofridos com o Plano Cruzado, e eles disseram, nós não fazemos isso de jeito nenhum, gostamos muito do Fernando Henrique, mas isso aqui é uma dor de cabeça. Mas, façam, façam... Está bom, mas eu só faço se você conseguir tirar a verba da educação, da saúde, dos Estados, que é um Fundo Especial. O Fernando Henrique Cardoso disse “ - Pode deixar que eu faço isso.” (risos)

Conseguiu fazer isso, que é difficilimo. Ele deu um nome, segundo José Serra, que é uma piada: “ Fundo Social de Emergência”. Aí os caras disseram que faziam o Real. Eu vejo assim a história acompanhando por terceiros interlocutores. Então é um governo que foi em cima do gasto social, a meu ver, injustamente ...

Agora, na verdade, há uma perda de renda da população mais pobre do país, que não é medida pelas estatísticas, porque você pode até ter tido um aumento de salário direto, mas você tem a perda dos salários indiretos, que seria perda da saúde, educação e tudo mais. Isso não é quantificado nas estatísticas. A classe média que antes botava o filho na escola pública, agora coloca na escola privada. O sujeito que antes tratava na saúde pública, tem que pagar médicos ou a essas grandes empresas.

J.S. Eu acho que você tem razão num ponto. Tem o aumento do salário mínimo também, não é, que foi muito importante em função da inflação para justificar esses crescimentos, essas reduções do nível de pobreza que o Brasil tem apresentado.

Um dos temas mais importantes no momento é a globalização. De acordo com Paulo Nogueira Batista Jr., trata-se de um fenômeno antigo. O quer você acha disso?

J.S.: Essa é uma colocação que não é só o Paulo Nogueira que faz. Li um trabalho recente *Globalization question* que apresenta essa dúvida. Será que é diferente ou não é diferente? Há uma aula que ele deu que se chama ... eu me esqueci também. É um livro também. O Paulo Nogueira, os autores de *Globalization Question* tem razão quando dizem o seguinte: o comércio internacional hoje não é maior que do início do século, relativamente. Globalização financeira pode ser maior mas não é uma novidade. Este regime de política econômica que está aí, que é “inflação de jeito nenhum e o desemprego seja o que deus quiser” também não é uma novidade. Ele prevalece em 1870 até 1914. Então eles tem razão sobre isso. O Chesnais diz: “- Não! Mas existem outras coisas novas, primeiro. Para os daqui que dizem que não há novidade: “Investimentos de multinacional direto no exterior”. Também não é novidade! O Chesnais diz que há diferenças e essas diferenças são as seguintes: “1º) a importância da acumulação financeira em relação a acumulação produtiva é muito maior em outros períodos.

...A questão da instantaneidade; do tempo real, dado o avanço da tecnologia.

J.S. Ele não atribui a isso muita importância. O Chesnais, sim. Eu chamaria a todos, novos conglomerados ou grupos financeiros, não presentes no passado. Agora, eu me pergunto o seguinte: eu juntaria todos

... *A necessidade de um lucro rápido a facilidade de transferência* ...

J.S. Tinha! Tinha no passado. Eu acho que tinha. Talvez não sei. Agora, eu pergunto o seguinte: Entre os dois grupos: vamos supor que o grupo A tenha razão ou que o grupo B tenha razão. Qual a diferença que faz, entendeu? Eu não consigo ver! E eles não me disseram nos que eu li deles, qual a diferença! Eu acho que você dizer que não é novidade, faz parte da discussão política. Porque essa fase que nós estamos vivendo, ela é apresentada pelos seus apologetas, acho que é essa a palavra, com o fim da história! Novidade! Agora vai! As poupanças vão ser transferidas! Da Inglaterra para a África do Sul! Então, quando Paulo Nogueira, os autores do *Question Globalization Question* e outros diz: isso não é novo! Você tem que entender que eles não estão dizendo isso para o Chesnais. Estão dizendo isso para o Fukuyama ou para o Roberto Campos, não é? Ou então para os nossos economistas: “- Agora vai!”, precisamos de mercado de capitais. Eu não sei qual é a diferença: se é novo ou não é novo. A minha orientação é que vai pelo (nome?) que o Chesnais de uma certa forma concorda. O (nome?) diz que o padrão ouro, que é o período que se compara esse no início do século; ele causou recessão e crises financeiras não principalmente pela questão cambial, mas pela “visão de mundo”, que dominou o mundo quando, ela, já não era possível de ser praticado.

Quando você tinha o padrão ouro antes de 1914, o desempregado era considerado vagabundo. Era o nome que se dava. No Brasil era uma questão social, mas não era muito importante. Sindicatos fracos. Que mais! Inglaterra: centro financeiro do mundo, mas isso ele não acha muito importante. Então, o padrão ouro funcionou as mil maravilhas. É como se o mundo tivesse sido desenhado pelos autores dessas idéias. Aqui, em 1918-1930 funcionou mal. 1º) sindicatos mais fortes. Estados Unidos hegemônico. Mas mais do que isso. Cada país com problema especial. Inglaterra com problema de recessão. França com um horror de inflação. Alemanha com um horror de inflação. Aqui acabou cooperação. Não deu prá ... Então, no mundo em que estamos vivendo: 1979-1997, o *ethos* é típica do padrão ouro. A inflação é horrorosa, austeridade, comércio, pau no sindicatos. - Aliás, você precisa assistir um filme: “((palavra incompreensível))”, que é a história perfeita desse período. É recente. Está na amostra. É brilhante. Parece piada, mas você sai

chorando. - Nós estamos com o *ethos* desse período anterior e nós não vamos sair da crise enquanto esses *ethos* prevalecer.

Voltamos ao ethos ...

J.S.: Voltamos ...

Voltamos ao padrão ouro, enquanto ideologia as moedas tem que ser lastreadas..

J.S. ... A inflação é um terrorA movimentação financeira, agora tem a crise de 1987 e a crise de 1997 e vamos ter outras. O que é que você viu, pelo menos, no Brasil, nessas semanas. O aprofundamento do *ethos*. De novo, nenhuma visão crítica. Hong Kong, se você pensar bem é uma ilhota, um paraíso fiscal chinês, que investiu em imóveis. Deu uma crise lá, ninguém fala de Hong Kong. Hong Kong é um paraíso neoliberal. Singapura é um paraíso fiscal das Filipinas e da Malásia. Quando tem corrupção, os caras tem dinheiro no paraíso fiscal É isso que elas são.

Em 1997 estoura a Bolsa de Nova York, Bolsa da França, Bolsa do Brasil, Bolsa de Hong Kong, Bolsa da Malásia e um diabo de Bolsas e não há uma renovação, não apareceram problemas suficientemente sérios para que houvesse uma perspectiva de invenção. Aqui no Brasil, o que é os economistas saíram dizendo? “Precisamos aprofundar a reforma.” Eu acho que o Brasil sózinho não pode abrir mãos das reformas. O mundo aprofundando as reformas agrava a nossa crise! Que é uma crise que você tem um rápido crescimento dos preços e dos ativos financeiros e o investimento muito lento. Não é novidade isso no mundo. Sobre isso, Galbraith, escreveu um livro, chama-se *Natureza dos processos especulativos*. Ele sempre explode com imóveis. Japão tem imóveis, Hong Kong tem imóveis. Nós estamos nos preparando para ter esses imóveis aqui no Brasil, agora. E eu não sei se isso vai dar certo.

Com essa onda de globalização comercial foi ressuscitada a velha teoria das vantagens comparativas? É nesse espírito que os Estados Unidos querem nos impor a ALCA?

A ALCA é uma idéia defensora dos interesses dos Estados Unidos no Brasil.

No fundo não é isso que estão defendendo? Uma abertura comercial irrestrita com vantagens para todos os parceiros. É o espírito da teoria das vantagens comparativas....

J.S.: É. Sim. Mas seria difícil um acadêmico justificar a vantagem comparativas estáticas para justificar isso. Teria que ser uma justificativa mais schumpeteriana: “- Olha, a concorrência é boa!.

Aliás, nos Estados Unidos esta é uma teoria só para uso externo. Porque para uso interno - Clinton ganhou as eleições justamente apoiado nas idéias do Turow, apoiadas nas idéias do Reich que propunham uma política industrial intervencionista para fortalecer a posição dos Estados no exterior.

J.S. Eu acredito nisso. Eu acho que a única velhinha de Taubaté em conversa nacional foi o Brasil, em 1990 e 1994. Em 1990 com Collor e em 1994 com o Ciro Gomes. O José Serra tem uma lista de coisas que nós fizemos de errado na OMC. Quer dizer, mais concorrência e mais rivalidade, mais briga. Não é concorrência de livro texto: “Compro batatas a Cr\$2,00 lá fora e custa 3,00 aqui dentro. É concorrência no sentido de você esgoelar o concorrente. (risos) Não é botar fogo no poço de petróleo do vizinho, mas uma concorrência muito mais concorrência do que a gente imagina. Eu não sou iludido, eu acho que nenhum acadêmico é iludido por política comercial interna. E a ALCA também não sei se é tão importante para eles quanto é importante para eles do ponto de vista da política norte-americana para a América Latina. Impedir que aqui se formasse um bloco com poder de barganha, é importante. E o Brasil tem a posição correta de tentar arrumar esse bloco do Mercosul para ter poder de barganha, isso é importante.

Você critica o Ciro Gomes quando assinou reduziu as tarifas de importações..

J.S. O Plano Real não precisava disso. Era só poder importar com tarifas. Nós estaríamos com problemas muito menores hoje. se as importações tivessem ocorrido um pouco mais devagar. É uma tristeza, agora, isso é chorar o “leite derramado “...

E a política cambial brasileira está correta ou equivocada?

J.S. O Plano Real cometeu um grande equívoco ao deixar o câmbio de 1 para 0,82. Pensando *a posteriori* ele teria sido muito mais feliz se tivesse feito o câmbio

em vez de ir para 1, ir para 1,20 em 1^o de julho e anunciado: “de hoje a julho 95, ele vai de 1,20 para 1,00. Então eu tenho 20% de ganho e aí ele fixava juros internos muito menores. Teria feito um deficit público menor. Teria antecipado exportações. Ele teria postergado importações. Então seria muito melhor. Fizeram o contrário: fizeram 0,82 e depois subindo ...

Eles gastaram 6 bi para acertar, não é ?...

J.S. Alegria dos bancos! Os bancos ganharam em 3 meses 50%. Era 15% de juros e 35% de câmbio. Não é 50% ao ano. É 50% em 3 meses. Quer dizer, 15, 15 e 15. Uma nota preta! Eu não menosprezo as dificuldades de fazer uma política e tal. Mas esse foi um grande erro.

Agora esse erro não foi como uma medida radical para zelar pela inflação? Ou seja, eu banco e torno o Real “mais forte” que o dólar e psicologicamente isto entra no imaginário dos agentes ...

J.S.: Pois é. Mas tem um outro efeito mais forte que é importar mais barato! O imaginário popular, eu entendo, você tem razão, é importante. Mas o efetivo é você poder comprar alguma coisa por um preço menor. Mas, eu acho que foi um erro.

Agora, eu não acho que você pode analisar política econômica, analisando: tem este erro, este erro e este erro. Algo precisa ser feito e quem faz erra. Quem não faz não erra. A correção disso, a meu ver, foi correta! É a correção típica do Brasil. O discurso não tem nada a ver com que está acontecendo com o brasileiro, via Roberto DaMatta e outros autores. O discurso não tem nada. Discurso é discurso. A gente não vai levar a sério o discurso. Então, na época que o câmbio era livre e até os empresários diziam: “- Bom, será que o governo vai fazer alguma coisa. É livre não é!” Há a cegueira de perceber que é livre, mas quem participa do mercado 80% é o Banco Central, que também fixa as taxas de juros. Mas era livre.

Como é que corrigiu? Continua livre no discurso. Mas, na prática, eu propunha essa coisa e acho que não tenho outra idéia, era uma indexação disfarçada. Dizendo que essa indexação envergonhava, não explicita. Está indexado. Ninguém presta muito atenção porque é pouquinho e vai andando. Isso quer dizer o seguinte: a boa correção que poderia ser feita - não sei se ela é suficiente - apesar de todos os

políticos estarem corretamente dizendo, estamos todos juntos apesar da crise. Essa crise aqui, não sei se você viu, todos os políticos negam a culpa diz que não é do Real é lá de fora. Mas uma solução que, ainda, pode estar na gaveta deles é dar uma bruta desvalorizada. E aí a Bolsa fica barata, não é!

O governo tem essa alternativa de trabalhar com a taxa de juro alta para tentar bloquear a saída de dólares...

J.S. O governo alterou os juros de em torno de 1,58 para 3,63. É 100%? Dá a indicação que no câmbio que ele faria algo, não vai fazer. Eu não discordo. Eu acho que se é para fazer, tem que fazer mesmo. Não sei se vai dar certo. Isso, nem Deus sabe! Essa história de fundamentos que eles continuam falando é um dos absurdos!

O Delfim acha que não afeta a inflação. Ele mostra que em vários países foram feitas as desvalorizações e não afetou a inflação.

J.S. Em países desenvolvidos ...

É. Agora, em compensação poderia afetar a reeleição...

J.S.: Eu não sei te dizer se afeta a reeleição. Acho que ninguém sabe. Acho que a reeleição precisaria ter uma proposta alternativa. Ela não está posta! Por que ainda que a gente consiga ver que está errado, não é que tem desemprego, as informações estatísticas sobre o novo emprego no Brasil são idênticas ao novo emprego dos Estados Unidos e se resume no seguinte, as novas posições nos setores de serviços, preencheram o setor industrial, criou-se o desemprego. Só que são salários menores com ocupação maior com mulheres, com mais educação, desnecessária.

Esse que é o negócio. Você quer ser balconista, como é a nova geração, talvez seja a Sabrina aqui, sua monitora, e não eu que vai trabalhar como balconista, então ela entra lá, tem o ginásio, só que é uma profissão que não precisa de ginásio. Quem precisa de ginásio é o torneiro mecânico. Então a conclusão é dramática! Porque a educação não é a solução. Então, hoje um trabalhador trabalha - o mais difícil é arranjar o emprego - para ganhar menos e precisa ter mais educação. Não, porque você tenha uma habilidade especial, é simplesmente para ingressar.

Agora você não acha que o problema do desemprego se deve fundamentalmente as baixas taxas de crescimento?

J.S.: No caso nosso aqui, eu acho que é, sem dúvida.

E é complicada uma política agrária, agrícola que possa absorver mais gente no campo não?

J.S.: Eu sou mais radical nisso. Isso não quer dizer que eu tenha a solução. O campo não precisa de mais gente. Está sobrando comida, também. Se você pensar um pouquinho, a comida está muito barata. O grande problema é a distribuição de renda, e não produção. Eu acho que tem que trabalhar menos. Acho que a solução de novo será a redução da jornada de trabalho no Brasil e no mundo. Não dá só para o Brasil fazer. Não dá só para a França fazer. Mas é preciso arranjar alguma coisa para fazer, que não seja só produzir, comprar e vender. Divertimento, vai se divertir, acho que é essa a solução. Para o Brasil mais crescimento ajuda. Mas, é mais redistribuição de renda. Redução da jornada de trabalho é redistribuição de renda. A vida do campo é vida difícil, não é vida fácil. É difícil uma vida de trabalho no campo, para quem está de férias, o campo é ótimo. (risos)

Agora, imaginar o assentamento ... Eu acho que tem que ser feito por uma questão política, mas um assentamento temporário. Eu acho que, politicamente seria importante, economicamente seria importante, mas se você pensar só economicamente, é melhor você dar um táxi para os sem-terra do que um pedaço de terra. (risos)

Falando em alternativas econômicas, saindo um pouco do sufoco da crise imediata porque ela dificulta muito, mas pensando um pouco antes, será que não teria havido uma solução econômica que preservasse a estabilidade mas que permitisse por exemplo uma abertura menor das importações. Ou seja, uma abertura sim, porém regrada de modo que diminuísse o problema do déficit comercial e que viabilizasse o fortalecimento das exportações. Portanto, uma política cambial diferenciada, isto poderia ser corrigido agora com uma desvalorização cambial, não de uma vez só, porém distribuída ao longo do tempo, aliás, como o governo vem fazendo....

J.S.: Entre a desvalorização gradual e o choque é difícil. Não sei como analisar. Agora você poderia desvalorizar o câmbio, em vez desvalorizar entre 0,6 como os juros está incluído aí no meio, você tem um espaço para desvalorizar mais

rápido. Mas será que isso não é mais inflacionário que você dar uma paulada? Nós não temos instrumental teórica-analítico para analisar essas duas escolhas. Tem muito de engenho e arte. Agora, que o Plano Real estaria enfrentando dificuldades muito menores se a abertura tivesse sido mais lenta e as exportações tivessem sido o carro-chefe, não tenho dúvida nenhuma. Eu queria adiantar uma coisa, o fato de você diminuir o déficit comercial é uma política de distribuição de renda populista na linguagem do governo. Porque o superavit comercial é lucro, não é salários. Quando você diminui isso se transforma em consumo. Consumo dos ricos e da classe média. Mas é consumo. Então, eu acho que o governo poderia se acusar de populista por ter liberado as importações desse jeito. Elas são insustentáveis. Nós não vamos conseguir exportar tanto para gastar tanto em carros BMW.

Desestruturou a indústria, criou desemprego...

J.S. Muito rapidamente. Acho que algum desemprego é inevitável. Já era antes do Real. É preciso ter essas exportações mais agressivas. Mas nas exportações também não depende só de câmbio! Eu tive reuniões com empresários, acho que eles não vêem isso. Assim como você precisa de uma política industrial você precisa de uma política de exportações. Alcool para os Estados Unidos: apanhamos deles. Suco de laranja com proteção. Então, precisaria ir na área agrícola e investir um pouquinho.....

E você não acha que o Brasil poderia ter se integrado na globalização com menos vulnerabilidade a essas flutuações do capital financeiro? Ou seja, estabelecendo algumas restrições, algum funil para entrada de capital estrangeiro, estabelecendo algumas regras de entrada e saída como havia na época da ditadura. Na época do próprio Roberto Campos, do Simonsen, do Delfim Neto, estimulando a entrada de capital de investimento e desestimulando a entrada de capital hot money de curto prazo.

J.S.: O que eu quero dizer que o *hot money* de curto prazo aí não entrou. Ele entrou porque nós chamamos com a taxa de juros. Eu acho que regular essa área é uma coisa eficaz ou saudável. Por outro lado, a regra básica do cara que trabalha no mercado financeiro, em finanças, é que o capital que está lá fora é dinheiro que quer ser livre, solto e feliz. Se começar a escolher muita coisa, ele vai ser livre, solto e feliz em Hong Kong ou em outros paraísos fiscais. É claro, podia ser menos

vulnerável: exportando mais e importando menos. Agora, porque é que a gente não faz isso? Isso é um ponto que eu acho que precisaria pensar. Por que é que não faz? Política industrial se faz e não se faz política de exportação. Isso também está ligado a uma deterioração universal na vida pública. Nós não criamos nenhuma tradição de vida pública. Vida pública quer dizer objetivos públicos. Hoje, qualquer ação pública é mais difícil ainda. Se você falar: “- Vamos fazer uma política de exportação. - Ih! Mais Governo!” Todo o objetivo da minha casa ou da minha empresa eu estou fora! Estou fora! Então há deterioração da vida pública. Perdão! Do espaço público, quer dizer as pessoas estão perdendo espaço para coisas públicas que faz parte da época que estamos vivendo, de um tipo de se fazer política econômica, ela não é apenas decorrente de um ideário neoliberal, mas é decorrente também de um estreitamento forte dos espaços públicos no Brasil e no mundo. No Brasil que já tinha o espaço público privatizado, vamos dizer, hoje é mais reduzido ainda. Um exemplo cotidiano e trivial muito importante: o rodízio, um sucesso de ação pública, foi desmantelado e substituído por outro inferior com absoluto silêncio da opinião pública. Foi um silêncio. Pouca coisa. Esse rodízio que está aí não está melhorando o trânsito. E o outro quase que não foi. Deu um esforço aí do Feldman e do Covas, deu certo, mas a Câmara dos Vereadores quase arrebitou com ele. Não houve um movimento de gratidão da opinião pública paulistana sufocada no congestionamento com aquele rodízio. Foi substituído por um “melequetreques” e ninguém falou nada! Se ouviu o rádio você vai ver: Pau na Câmara! Pau na Assembleia Legislativa! Pau no Senado! Que não aprova as reformas, não tem nada a ver com isso! Então é isso que eu queria dizer.

Antes da crise de outubro de 97, a taxa de juro real da economia brasileira, aquela do CDB, estava em torno de 16%. Ela permite o desenvolvimento econômico?

J.S.: O keynesiano tem dois lados aí. O que tem a taxa de juros a ver com o desenvolvimento econômico? Eu acho que tem mais a ver com a distribuição de renda. No mundo e no Brasil está se concentrando riqueza no setor financeiro. Dá pra ver na prática esses 16%, não eram 16 eram 20

Você está falando do Real! 20, 21 nominal!

J.S.: Pois é, vamos ver o nominal: 20 é 1,58 ao mês. Você tira o imposto de renda desse 20 dá 17. Tira a desvalorização cambial: de 6 dá 11. Isso aqui é a taxa em dólar entre 11 e 10. Atua no limite de baixa. Quer dizer, com a política cambial dada, antes da crise de 97, com as taxas de juros com o risco Brasil visto lá de fora é difícil baixar isso. Poderia baixar o imposto de renda que o governo poderia baixar por causa do deficit público, mas é difícil baixar. Eu estranho porque...

Mas o México, o Chile e outras economias, a Argentina estão trabalhando com taxas de juros reais menores.

J.S.: Mas espera aí. O Real tem dois deflatores: câmbio, dólar e IGP. Quando você olha para o IGP já está alta. Quando você olha para o dólar está igual ao que exigem de nós lá fora. É desagradável, eu preferia ter uma taxa menor. Do ponto de vista cotidiano, do manuseio da crise econômica, não tem jeito. Ao menos você abre mão do imposto de renda. O México está melhor. Mas para Rússia talvez seja melhor. É a cabeça do mercado financeiro. Como independe do mercado financeiro. Sabe a *Standart Pool* ela classificou a Rússia melhor que o Brasil.

Eu estive com o presidente da *Standart Pool*, na Fundação Getúlio Vargas, me convidaram, e eu perguntei por quê ao presidente. E ele respondeu: “ - Por que a Rússia não tem dívida.” E ele riu. E ela não tem dívida porque ninguém daria dinheiro a ela. (risos) Mesmo assim ele classificou ela melhor que o Brasil. O México também, então como é que eles atribuem isso melhor ao México do que ao Brasil? Pergunte a eles. Mas atribuem. Você está no limite dessa taxa de juros, você baixando um pouco mais, você começa a tornar atrativo, mandar dinheiro para fora, entendeu? Eu estou te falando isso não como economista, como cotidiano de mercado. Eu vi um artigo do Celso Pinto dizendo que ela está alta e tal. Mas está alta em reais, não está alta em dólar. E aí como é que faz? Qual é a taxa que você confere? O governo não tem escolha.

Talvez a frase certa é dizer: “Ainda que ela esteja alta, não dá para diminuir por razões do balanço de pagamentos. Mas mudando um pouco de assunto, como anda o pensamento econômico brasileiro hoje? Perdeu a criatividade e

a rebeldia dos anos 50 e 60? Estamos sofrendo um maior colonialismo cultural?

J.S.: Eu sou fã de um livro do Aglietta e Orleans chamado *A Violência da moeda* e fã do livro a que eles se referem... Talvez seja mais Aglietta isso do que o Orleans... E fã do antropólogo que ele cita René Girard, “Violência e o saber”. Ambos dão uma ênfase muito grande a rivalidade como fonte de criatividade ou a violência como fonte de criatividade. Então eu já escrevi um artigo que se chama “Saudades de 68”. Porque em 68 o AI-5, tinha lá o AI-5, a tortura, que Deus nos livre, mas tinha cá o Chico Buarque, o Caetano Veloso, o Teatro Oficina, o Teatro de Arena, a universidade. Então nós talvez precisássemos dos militares para viver aqui. (risos)

Se você olhar hoje, como nós não temos um inimigo apontado ou um rival apontado, pelo menos na avaliação nossa, há coisa boas acontecendo: o cinema, está nascendo, música popular, não sei, eu sou de outra geração. Mas na academia há de fato uma pasmaceira. Se a própria universidade fala que ela é a favor do ensino primário, a universidade diz isso. As universidades e os reitores de todas as universidades estão preocupados com o serviço de extensão à comunidade. Eu tenho vontade de dizer, a melhor que vocês fazem para a comunidade é esquecê-la. Criar grandes poços de água com jacaré e falar numa torre de marfim. A universidade não tem nada o que dizer à comunidade, ela tem que pensar livremente. Quanto menos ela ver gente normal em volta melhor (risos). O radicalismo para contra radicalizar a opinião de que as universidades têm que fazer creches, central de pesquisa de tornos de alumínio que produzem ferramentas mais baratas. Isso não é da universidade. Tem que tirar a universidade da economia de administração de empresas.

Então todos nós vamos ficar desempregados.

J.S.: Vai para a sociologia ... (risos)

Recentemente, o Gustavo Franco divulgou um trabalho: “A inserção externa e o desenvolvimento” que diz que o processo de substituição de importações foi um grande equívoco. Você concorda? Saiu até um número da Revista Carta Capital, com o título de capa, Gustavo o pensador, trazendo um debate do Paulo Rabelo de Castro, do Belluzzo e do Gianetti sobre esse texto do Gustavo

J.S. Não acho um engano, de jeito nenhum. Nós criamos o parque industrial mais diversificado e complexo na linha abaixo do Equador. Com custos muito pequenos, relativamente às outras experiências de substituições de importações. Essa avaliação, acho, muitos economistas brasileiros fariam. Castro, faz essa avaliação teórica/clássica. A nossa privatização, é um exemplo de que nós estamos certos. Estamos vendendo coisas, caríssimas, não é! Caríssimas e valiosíssimas!

Você leu esse trabalho do Gustavo Franco?

J.S.: Não! Eu entendo que a produção do Gustavo Franco depois que ele entrou no governo, é uma produção pública, assim governamental. Então, eu acho que elas são polêmicas, às vezes até exótica quando é a favor da produtividade. Então eu não li deixa prá lá.

A passagem de membros do primeiro escalão da área econômica para a iniciativa privada, principalmente para o setor financeiro, é vista com reservas por vários analistas. Como é que você enxerga isso?

J.S.: A questão é complicada mesmo. No Brasil tem sido assim. É coisa estranha. O presidente do Banco Itaú, que eu admiro ou o presidente de um outro banco, se ele fosse para o governo e voltasse para o setor de sua empresa não tem problema. De fato, acho que não tem. Agora, o presidente do Banco Central assumir, largar o Banco Central ou o diretor montar um banco é problemático. Concorde, é problemático. Mas não é uma questão fácil de regular. Inclusive aqui no Brasil não se admite que o servidor público seja aposentado ou protegido com dinheiro público. Por exemplo: você foi presidente do Banco Central ao sair você tem quarentena ou quinquênio, onde você é bem remunerado, ao sair não tem nenhum problema. Agora você sai com uma mão na frente e outra atrás tem que voltar para a Universidade mata o cara depois que ele sair do setor público.

O Bacha foi fazer concurso para professor titular e logo depois se aposentou. Todo mundo caiu de pau em cima dele. Mas alguns o defenderam: se o Bacha tivesse roubado quando estava no governo provavelmente não teria feito esse concurso.

J.S.: A ética brasileira ela é bem típica desse livro do Roberto da Mata “Carnavais e malandros”, não tem espaço público. Ali está tudo meio misturado.

Então, você vai para o Tribunal de Contas, acho que depois de 5 anos você se aposenta. O princípio é correto. O conselheiro tem toda independência para julgar as contas públicas sem risco depois de ter de arranjar emprego. Só que na prática tem gente da melhor qualidade como também tem uma porção de gente que não tem competência para ser do Tribunal de Contas e passou a ser um presente para algumas pessoas.

A mesma coisa poderia se estabelecer. O presidente do Banco Central depois da presidência, ele tem um período de quarentena, que será remunerado de acordo com o nível que ele teve ao ser presidente do Banco Central. Nós não admitimos que o magistrado, o presidente do Banco Central, algum professor universitário, um coronel da Polícia Militar tenham remunerações adequadas.

É estranho, no Brasil, nos países latinos, não sei se vocês já perceberam isso, existem problemas que sempre me intrigaram: 1º) a presença da inflação: a inflação, vocês já viram, é um problema católico. Quer dizer, todos os países católicos tem alta taxa de inflação. Parece brincadeira mas é verdade. A única exceção é a Inglaterra. Mas se você pensar: Itália, França, América Latina, Portugal, Espanha tem alta taxa de inflação. Países asiáticos, não sei dizer, mas não tem. Estados Unidos e Inglaterra não tem. México tem. Aí tem uma associação: é uma questão do individualismo e da identidade. O individualismo talvez seja um projeto mal executado nos países latinos.

O que é que eu estou fazendo falando isso? Aqui você não diz: eu ganho 10.000 e eu mereço. Você ganha 1.000, azar teu. Em parte, é porque existe uma disparidade de renda muito grande. Mas num país onde não existe isso- como, talvez, na França - você não fala ...

Ele escamoteia. O que ganha 1.000 fala que ganha 3.000 ...

J.S. Não se trata o dinheiro como o americano trata. O americano fala assim para o seu filho: Vamos supor: “Trabalhei a vida inteira, eu tenho direito a esta casa, você ainda não começou, tá aqui 200 ou 100 ou 50.” É justo. No Brasil você fala: “- Pô mas ...” Na França também. Tem uma relação de inveja muito forte, que é: - “Eu ganho menos do que ele.” Não, se eu ganho suficiente ou ganho que mereço.

Ganho menos. Ele ganhou e não está certo. Nos Estados Unidos, a consequência disso: homens do setor privado nos Estados Unidos são os homens que preenchem os cargos públicos. O Baker é um cara do (nome?) que virou secretário do Tesouro. É como se pegasse um cara do setor bancário pusesse lá no Ministério da Fazenda. Muito raro! Nunca aconteceu! Talvez com Walter Moreira Salles, mas está lá atrás. Na América Latina, na França você para ocupar cargo público precisa ser professor, que ganha mal. Tem que ser o servidor público. É assim na Espanha, em Portugal no resto da Alemanha ... Então, nós tratamos do dinheiro de uma forma: ainda é misteriosa, diferente dos outros. Dinheiro, renda, o que eu tenho direito, o que é que é meu. O individualismo aqui é um problema mais complicado. O da Matta fala em indivíduo e pessoa. Nós aqui somos um país de pessoas, não de indivíduos.

Mas a ética, vamos dizer, marxista influencia um pouco também nessa visão - é claro que essa penetração do marxismo é mais na camada intelectualizada etc. A famosa frase de Marx, que sintetiza esta ética “o de cada um de acordo com a sua capacidade à cada um de acordo com a sua necessidade”, quer dizer, reforça essa visão católica também ...

J.S.: Pode ser isso, mas sempre foi assim. Se você pensar para trás ou agora: no auge do neoliberalismo e da ética, vamos dizer, capitalista você tem uma constituição que diz, juros de 12% ao ano. 12% ao ano puro. Quero ver um empresário dizer: “Olha! este é um grande cara, ganhou 100 milhões de dólares. Veja a revista como é que está! Eu vi uma reportagem sobre os 10 milionários brasileiros, ou 20 . Pau em todos eles! (risos)

Então, tem uma coisa que com dinheiro, compreende que é uma coisa formal. Eu acho que, na minha opinião, acho que é insolúvel. É uma questão cultural mais profunda que eu não sei te dizer. Tanto que se pede e fala que educação primária é fundamental. Quanto merece um professor primário? Ah! Uns 300 reais por mês. Na França, o setor público tem um *status* maior. Não sei como é que se resolve isso. Não há de ser formalmente porque no Tribunal de Contas não deu certo. Acho que tem a valorização do dinheiro público, que é público. Tem aí o caso do Montoro 5 aposentadorias já é um escândalo. Agora, frango, precatório, Paulipetro ...

Eu quero só fazer uma última pergunta: a gente enfatiza um pouco a questão institucional, ao centro que você está vinculado, a USP você retratou bem o passado, você continua lecionando lá na pós-graduação, não é?

J.S. Nas duas coisas: na pós e na graduação

Como é que você destacaria alguém da nova geração. Os novos talentos que você percebe ou “intui” que são promissores. Queria também que você falasse um pouquinho da FIPE.

J.S. A FIPE eu estou meio afastado, mas está indo bem. O Depto de economia ele está perdendo um pouco, uma característica que a USP tinha que era de pluralismo. Eu sempre convidei pessoas de Campinas para dar aulas na USP. Como o Depto acha que competirá melhor se tiver uma identidade concentrada, ou então, são neoclássicos ou são os quantitativistas, eu entendo de longe que está caminhando para esse sentido. Eu acho que ele está enganado. A identidade da USP é o pluralismo. Parece um paradoxo mas não é não. Agora, quem eu conheço? Eu gosto do Fernando Haddad, da Leda Paulani. Deixo ver se falta mais alguém. Ah! o Marcos Eugenio da Silva, o Samuel Pessoa. O Samuel é mais neoclássico não é... São alguns amigos ... Agora eu não vejo uma geração - deve existir talvez eu não esteja vendo - uma geração de economistas que estejam saindo, talvez esteja cometendo uma injustiça. A única coisa que eu descobri que eu sei fazer é dar aula. Vou dou aula e volto. Então, eu citei essas pessoas que são do meu contato.

Sayad muito obrigado pela entrevista, foi bom ter podido conversar com você.

ENTREVISTA COM JOÃO MANUEL CARDOSO DE MELO

Como você se interessou por economia?

JM.: Eu sou filho de uma família que tradicionalmente teve advogados, professores de direito e burocratas do Estado. No meu tempo, quando fui escolher uma profissão, havia três profissões valorizadas. Nem sabia o que era economia. Havia direito, medicina e engenharia. Quem não gostava de latim não podia fazer direito. Quem não gostava de ver sangue não podia ser médico. Quem não gostava de matemática não podia ser engenheiro. Era o espectro das profissões, vamos dizer, valorizadas socialmente. Eram esses os critérios de escolha. Naturalmente eu fui para o direito... nem podia deixar de ser.

Chegando na Faculdade de Direito, eu tive uma decepção muito grande já no primeiro ano de Faculdade. Vou dar um exemplo: eu tive um professor de Teoria Geral do Estado, chamado Ataliba Nogueira, era monarquista. Era até meu parente. Aquelas salas enormes, todo mundo de gravata. O professor tinha uma entrada própria, lateral. Então o Ataliba Nogueira subia para o púlpito, e fazia discurso contra a revolução francesa. “Meus amigos, meus filhos, a tomada da bastilha foi sanguinolenta, mataram milhares de pessoas . “ Como se sabe não houve nenhuma tomada da bastilha - a bastilha estava vazia. Era uma coisa simbólica como sabemos. O Ataliba era um negócio terrível. Tinha duas coisas que ele ensinava: tinha um livro “Estado é meio e não fim”. Coisa deplorável. E depois tinha que decorar um catecismo com definições. Nesse catecismo, por exemplo, se encontrava a seguinte definição, formidável, nunca vi uma melhor na vida: “Cidadão é aquele, e tão somente aquele, que a lei considera como tal.” (gargalhadas)

Eu fui vendo esse negócio e fui me aborrecendo: no primeiro exame tive nota zero. Caiu uma questão que era a seguinte: “É o Estado uma sociedade politicamente organizada?” Eu naturalmente esqueci. Tinha que dizer que era juridicamente organizada. (Risadas) Acabei passando porque no exame tive 10, pois

aprendi que tinha que repetir tudo o que ele dizia. A outra mentira caiu: “Qual a origem do município no Brasil?” Como ele era transmuntano, católico, carola e papa hóstia - tinha dizer que era a igreja. Eu disse: a igreja. Nota 10. (Risadas).

Então o panorama no primeiro ano era muito ruim. Tinha o Goffredo (da Silva Teles) que não era esse Goffredo de hoje. Era o Goffredo, vamos dizer, muito influenciado pelo romantismo jurídico, muito conservador. É um bom professor. Eu fui ficando numa “sinuca de bico” porque eu não podia largar a Faculdade. O que ia dizer para o meu pai? Um negócio complicadíssimo. Eu fui levando a faculdade, até que chegou o 2o. semestre, eu e o (Luiz) Belluzzo – que fez a Faculdade comigo também - encontramos um amigo nosso que fazia filosofia, que é o Luiz Antônio de Oliveira Lima (professor da FGV-SP). E aí eu conversei: “- Lima, eu não aguento mais essa porcaria dessa faculdade. Quero fazer outra coisa. Aí, ele me disse: “ Mas, por que você não vai fazer ciências sociais?”. Nem sabia da existência desse curso. “Me explica esse negócio de ciências sociais.” E fomos conversando ...então eu e o Belluzzo resolvemos prestar o vestibular para Ciências Sociais.

Esse sim era um curso estupendo, onde eu aprendi a raciocinar. Um curso notável. Grandes professores. Na Maria Antonia. Aí o que é que acontece? Aconteceram duas coisas: a primeira é que eu tinha que fazer um seminário - essa vamos dizer é a que desencadeou mais diretamente meu interesse por economia - sobre o livro do João Paulo de Almeida Magalhães, chamado Controvérsia Brasileira sobre o Desenvolvimento Econômico.

É um livro até bem feitinho. Então eu comecei a ler aquilo e dizia: - “Preciso entender esse negócio aqui. Preciso entender esse outro troço ali...” Outra coisa evidentemente foi a influência vamos dizer, pelo lado dos meus professores de muito mais peso na Maria Antonia, para a percepção de que a única via de acesso ao entendimento do Estado capitalista era pela economia.

Então, essas duas coisas me empurraram a estudar economia. O que eu fiz? Eu comecei a frequentar cursos na Faculdade de Economia. O currículo de Ciências Sociais antigo tinha matérias optativas. Então, eu fiz várias cadeiras na Faculdade de Economia na Rua Dr. Vila Nova (antiga sede da FEA-USP), ali do lado da R.

Maria Antonia. Eu fiz lá várias cadeiras com o pessoal do Delfim. Eles eram bons professores, de muito bom padrão. Então, foi assim. Agora, se você quiser falar em informação, quero dizer que a Faculdade de Filosofia para mim foi realmente a coisa decisiva.

Quais foram os professores importantes na Ciências Sociais?

JM.: Primeiro, a concepção do curso que era formidável. Qual era a concepção? Poucas aulas, muita leitura, muito trabalho escrito. Segundo, ler os clássicos. Toda essa idéia, por exemplo, que nós introduzimos em Campinas: ler os autores importantes e não os manuais. Na verdade, a influência veio de lá. Não é certo ler sobre Marx. É ler Marx. Ler o Weber. Ler Maquiavel. Ler o Rousseau. Por exemplo, eu, no segundo semestre do primeiro ano em ciências sociais fiz um trabalho sobre Rousseau. Fui obrigado a ler *O Contrato Social* e *O Discurso da Desigualdade*. Escrevi 20 páginas sobre isso. Eram poucas aulas. Nós tínhamos aulas, na verdade, durante três tardes por semana. Agora, era uma bibliografia pesada e uma exigência muito grande, o rigor, de atravessar textos difíceis etc. e os professores muito bons.

O Florestan Fernandes ...

JM.: O Florestan não era bom professor. Era um sujeito enroladíssimo. Era um dos piores professores que eu já vi. Ele era, na verdade, um grande pesquisador. Ele tinha muita dificuldade de comunicação, talvez por causa da origem social dele. Ele foi um sujeito muito pobre. Ele tinha problemas até de linguagem - não de erro de português, mas, vamos dizer, de desembaraço com a língua. O Fernando Henrique deu uma só aula.

O Fernando Novaes? ...

JM.: Para mim foi um dos professores fundamentais. Aliás, todos eram bons, mas, o Fernando Novaes teve uma influência muito grande. O Luiz Pereira, um excelente professor de sociologia, terrível, terrível. Não dava nota maior que sete. Para gente arrancar uma nota sete era o diabo. Maria Silvia de Carvalho Franco deu um curso sobre Weber, extraordinário. ...

Weffort já dava aulas?

JM.: Weffort já dava . Era da ultra esquerda. Lembro de uma aula do Weffort “Não podemos tomar a bomba atômica com uma categoria absoluta.” Eu fiquei irritado, levantei e disse: “Escuta, professor, mas se jogar acaba com tudo? ” “Acaba.” (gargalhadas) Ele era um negócio. Bom, sem comentários. Mas era um bom professor.

E outros mais modestos. Uma boa professora era a Célia Quirino. Uma moça, modesta. Não era metida. Fazia as coisas direitinho, com aplicação, com cuidado com o aluno. E uma outra coisa da Faculdade de Filosofia, que acho básico, é a coisa do anti-dogmatismo. O horror, na verdade, que nós tínhamos por ortodoxias, era necessário ler todos os autores e nisso Florestan teve uma influência formidável. Então ali foi uma coisa decisiva para a minha formação, sem dúvida nenhuma.

E quais foram os autores na área de economia que mais influenciaram na sua formação?

JM.: Olha eu vou dizer uma coisa. Os cursos que fiz na Faculdade de Ciências Econômicas ajudaram muito. Ajudaram muito porque eram bem feitos. Na verdade, o Delfim teve um papel importante na renovação da Faculdade. Isso não há dúvida nenhuma. Eram bons cursos e bons professores. Mas eu fui lendo dentro dessa tradição da filosofia e eu fui absorvendo. Lê o Marx. Lê o Weber, Lê o Ricardo. Lê o Stuart Mills. Lê o Keynes. E assim vai. Quer dizer, na verdade, nós estamos lendo e ao mesmo tempo, pelo lado da Faculdade de Ciências Econômicas, nós fomos vendo o que os economistas profissionais discutiam. O manual, essas coisas.

E Caio Prado, Celso Furtado ...

JM.: Desde logo, dada a paixão comum para entender o Brasil. Na verdade só tinha sentido para nós estudar teoria em função de problemas concretos, de inquietações pessoais. Nunca ninguém foi estudar a teoria pela teoria. Deus nos livre e guarde. Nós estudamos teoria mas com o olho no Brasil, nos nossos problemas, numa tentativa, vamos dizer, de analisar para intervir na realidade.

Você se considera um economista?

JM.: Não.

Em Conversas com Economistas o Belluzzo disse que você ficaria irritado em ser classificado como economista. Isto procede?

JM.: Não procede. Foi um exagero. Não fico irritado de ser classificado como economista. Eu só não me considero um economista profissional. Seguramente, não. Eu me considero um especialista em economia, ainda que tenha dado aulas de tudo quanto é matéria: microeconomia, de projetos, de teoria monetária, mas não me considero um economista profissional, nesse sentido. Na verdade sou um intelectual a moda antiga. Um dinossauro. (gargalhadas)

Qual o melhor método da abordagem econômica: o enfoque histórico institucional ou o enfoque analítico clássico?

JM.: Eu trabalho na verdade com o que poderíamos chamar, uma história das estruturas - a transformação das estruturas. É uma linha de trabalho inspirada em Marx. Eu quero saber qual é a dinâmica do capitalismo. Como é que o capitalismo se transforma. É isso que eu quero saber. Esse é o meu problema.

Agora, na análise aqui chamada de economia convencional - o Marx chamava de economia vulgar, que acho até um nome muito bom - o que é que o Marx dizia? Eu estou escrevendo um livro com o Belluzzo, chamado Religião do Capitalismo. Porque economia nesse sentido é religião do capitalismo. Como Marx disse, é uma coisa que tem dogmas. Tem doutores da igreja. Tem padres. Tem leigos ativos. Tem heresias. Então, desse ponto de vista, a linha dominante daquilo que é chamado economia vulgar, uma coisa para esconder a realidade. A economia vulgar progressivamente avança, inclusive no século XX, para esconder a realidade. Desse ponto de vista eu gosto dos grandes heréticos. Keynes é um deles. Mas o Keynes todo, não só uma parte. Geralmente, os economistas lêem o Keynes da Teoria Geral. Precisam ler também o Keynes na discussão da política econômica, senão não se compreende. Foi o último grande economista. Gosto do velho Weber, extraordinário. Porque faz uma crítica por dentro, dos valores subjacentes daquilo que estou chamando de economia vulgar. O próprio Kalecki, embora eu implique um pouco com ele. Ele tem um raciocínio muito mecânico.

Agora quanto ao que estou chamando de economia vulgar, eu acho que como ideologia foi feita na verdade para uma celebração do capitalismo. Na verdade, não

está muito longe do Bastiat e do Nassau Senior. Se você pegar o que tem sido produzido, nesse últimos anos, facilmente se chega ao Nassau Senior, a espera, o sacrifício, o Bastiat e as harmonias econômicas. Vê tudo que está no capitalismo como coisa formidável. Formidável tanto no plano nacional quanto no internacional. Uma beleza. Agora, não quero dizer que inexistent resultados localizados que possam ser usados, desde que se depure. Pode ser usado, mas com cuidado. Porque cada coisa tem o contrabando ideológico. Desgraçadamente a economia como disciplina profissional está muito marcada por eles.

Essa economia vulgar tem triunfado ultimamente?

JM.: Tem. Isso é um fato.

O que você acha do Hayek?

JM.: Tenho até um certo respeito por ele. Porque é um sujeito que não engana ninguém. No Hayek não existe a idéia de que o livre jogo das forças de mercado leva a qualquer coisa parecida com o ótimo social. Não existe isso.

Mas, o que é que nós estamos assistindo hoje, do meu ponto de vista? A uma contra-revolução. Eu a chamei nas últimas coisas que andei escrevendo de uma contra-revolução liberal conservadora. A verdade é a seguinte: o que se viu no pós guerra? No pós-guerra, é muito simples: os homens que refizeram o mundo tinha assistido a 1a Guerra Mundial, 2a Guerra Mundial, o nazifascismo. Eles sabiam que o capitalismo é destrutivo. É socialmente destrutivo. Ninguém precisava explicar para eles. Eles tinham visto. Eles tinham visto o sujeito morto. Nem é problema de esquerda, nem de direita. Pega um sujeito como o (Konrad) Adenauer, que reconstrui a Alemanha. Pega um sujeito como o (Giuseppe) De Gasperi, que é um democrata cristão, um italiano, eles sabem isso. Todos sabem. Da esquerda até os conservadores, sabem isso. Sabem o quê? Sabem que precisam regular o capitalismo e botar aquilo dentro de uma jaula, pois o bicho é bravo, já tinha mostrado que come gente, comeu gente, dá rabanadas. Então vamos botar o bicho na jaula. (risos)

Então, o que é que se criaram? Instituições nacionais e internacionais, na verdade, para conter os efeitos socialmente destrutivos do capitalismo. O que é que

nós estamos assistindo agora? O bicho saiu da jaula, com as idéias que ele secreta. É isso. Ao contrário do que pensam os bobos, nós estamos assistindo a uma regressão para a década de 20. Quem sabe um pouquinho de história, sabe disso. Estamos voltando para trás e voltamos também do ponto de vista das tendências dominantes de interpretação econômica. Nós estamos agora já pré-Keynes, na verdade a economia está voltando a ser a uma microeconomia outra vez.

O que nós vamos ver daqui para frente e já estamos assistindo é a reação da sociedade aos efeitos nefastos disso. Progressivamente nós estamos vendo isso. Não sei se essa reação já é, vamos dizer, racional e socialmente construtiva. Não sei. Mas, seguramente estamos assistindo a isso. Nós estamos assistindo já há um tempinho. O neoliberalismo está no fim. Já está sendo vendido a preço baixo.....

Qual o papel da matemática e da econometria na pesquisa econômica.

JM.: Acho muito importante. A matemática é uma forma de linguagem útil, que facilita as vezes a comunicação. Eu mesmo fui aprender matemática, durante 3 anos, para poder ler direito economia. O físico evidentemente ri da matemática que os economistas usam. Mas não faz mal. Para a economia, matemática é importante. Eu acho que estatística e a capacidade de interpretar os dados, senso crítico diante dos dados, de procedimento de tratamento dos dados, tudo isso é muito importante.

Tanto que, agora, na reforma que vamos ter em Campinas, eu introduzi lá mais matemática e estatística do que na USP. Isso faz parte, vamos dizer, da profissão do economista. Não há dúvida nenhuma é muito importante. Agora, principalmente com econometria, tem que ser cuidadoso. Não comer gato por lebre. Na verdade, para isso o corretor mais eficaz é a história. Quem sabe história, sabe que a realidade social é de uma complexidade extraordinária. E que portanto, simplificações, por ser fácil, estão sempre sujeitas à qualificações muito severas.

A economia é uma ciência ou uma arte?

JM.: É o diabo essa pergunta. Eu vou responder naquilo que diz respeito ao meu trabalho. Quando você está trabalhando em história de longa duração - que é o que eu faço - portanto interpretações de longo prazo, há interpretações mais

frutíferas, mais felizes e menos felizes. Há interpretações que ajudam a iluminar partes da realidade. Portanto, eu acho que essa idéia de ciência para os economistas é uma coisa primitiva. Não está nem ao nível da discussão dentro das ciências naturais hoje, que é uma discussão de alta complexidade - como vocês sabem -, nem é preciso explicar. Quer dizer, a idéia de economia como ciência retirada do modelo da física newtoniana, realmente hoje não se adapta. E isso ainda continua porque é uma coisa ideológica. Toda idéia de equilíbrio é uma idéia ideológica. Você diria que o equilíbrio é bom porque o equilíbrio no fundo compatibiliza os interesses. É a velha idéia religiosa, a economia tem origens religiosas muito claras. Onde é que estão as origens religiosas da economia? Está na ética protestante. É uma questão de secularização da ética protestante. Toda a idéia dos valores, do trabalho, da poupança... a idéia da livre iniciativa. A idéia do triunfo pessoal. Como é que, por exemplo, a economia vulgar explica a desigualdade? Qual é a idéia? A idéia é que há uma concorrência entre indivíduos livres e iguais. Quem levanta cedo, vira empresário e quem levanta tarde, vira trabalhador. Sujeito que gasta com bebidas, mulheres e jogos vira operário. Um sujeito que economiza, conta tostões... isso está tudo na ética protestante. Aliás, é uma coisa interessante, porque toda a economia vulgar divulgada por Marx, na verdade, toma o capitalismo como se fosse um sistema de produção mercantil simples. Esses valores que nascem com o protestantismo, e também especialmente com os judeus, que chamavam de “protestantismo asséptico”, são valores que nascem muitos rentes à pequena propriedade. É o artesão, é o pequeno produtor rural, é o pequeno capitalista, mas pequeno mesmo, naquela época. Então, o problema da economia vulgar é que ela imagina que o capitalismo seja um sistema de produção para o uso. Esse é o problema. Um sistema meio complicado é verdade porque ele supõe capital, assalariamento. Supõe métodos indiretos de produção, como se dizia depois. Mas o objetivo é sempre a produção para o uso

E não a produção para a valorização do capital....

JM.: Exato, na verdade, há duas correntes de interpretação do capitalismo muito claras. Uma é esta. A outra é a seguinte a idéia do capitalismo que é um

regime voltado para, na verdade, a busca incessante da riqueza abstrata, quer dizer, do dinheiro. Isso acha o Marx, acha o Keynes. Quando o Keynes está pensando numa economia monetária de produção, ele está pensando nisso. Enquanto que, do outro lado, é a idéia que desemboca na soberania do consumidor. Na verdade, você tem um mecanismo muito complexo, meio complicado, meio desagradável, meio cheio de conflitos etc., mas que no fundo reina a satisfação das necessidades do homem.

O que você acha desta técnica de entrevista para tentar recuperar um pouco da história da economia?

JM.: Acho muito interessante. Achei já o primeiro volume interessante porque, na verdade, o que é que o livro mostra? Mostra várias correntes de opinião, com legitimidade igual. Eu acho que esse tipo de trabalho que você está fazendo, presta esse serviço extraordinário, primeiro de mostrar que há correntes de opinião. Segundo, que, portanto, há diversidade e não unanimidade, como se existisse, na verdade, a ciência e a não ciência e toda essa coisa ridícula que nos aborrece todo dia. Está certo? Na verdade, eu acho que há uma coisa que essas entrevistas estão apotando que é a história das instituições segundo as pessoas. Porque quando você é mocinho, você acha que é o único, não é? Isso faz parte da coisa moderna, o individualismo, isso é natural. Na idade média ninguém acha que é único. Depois que você vai ficando mais velho, você vai vendo que não é bem assim. Que as coisas são um pouquinho mais complicadas, que há gerações, correntes de opinião, instituições. É o coletivo. Então, acho que a reconstituição de tudo isso é muito importante. Muito importante mesmo.

Nos anos 60 havia um grupo de intelectuais brasileiros que se rebelava contra o pensamento social e econômico predominante. Havia uma recusa em se adotar as teorias que vinham prontas dos países avançados e tinham a ver com aqueles países e não com o Brasil. Por outro lado, havia também uma insatisfação com a produção teórica brasileira até então. Na esquerda, predominava o pensamento do PCB, que enxergava relações feudais ou pré-capitalistas que, de certa forma, também eram uma transposição das idéias da Terceira Internacional. Qual foi o caminho trilhado por essa nova esquerda que surgia no Brasil nessa época, na qual você está incluído?

JM.: Existem muitos assuntos envolvidos... vamos tocar nesse. O problema é o seguinte: quais eram as referências básicas? Furtado e Caio Prado.

E o Rangel?

JM.: Rangel teve sua importância, mas muito menor que esses dois. As duas grandes interpretações que você tinha eram do Caio Prado e do Furtado. O Furtado, evidentemente inspirado na CEPAL. Mas também há uma enorme influência da tradição do pensamento social brasileiro no Furtado. Essa é que é a verdade. O Furtado, do meu ponto de vista, é o único economista brasileiro que tem uma obra acadêmica de significado universal. Não pelos seus resultados, mas por um problema de *démarche* metodológica. *Formação Econômica do Brasil* é um livro importante, não pelos resultados concretos analíticos. Ele fez com uma base de dados muito diminuta etc. Tem coisas que não estão corretas, tudo bem. Mas o que interessa no Furtado é a combinação, que é absolutamente original no mundo, entre análise econômica e histórica. Essa idéia de que você faz uma dinâmica da história, não existe nenhum paralelo. Eu estou fazendo um livro sobre o Brasil, com uns ensaios sobre o Furtado e trato disso. Não existe nenhum paralelo na história. Isso nenhum historiador fez. Nenhum.

Nem Marx?

JM.: Nem Marx, se você pegar os capítulos de acumulação primitiva, os dados chamados históricos, lá não tem isso. Se você pegar uma história, vamos dizer, como o Furtado pegou - de 400 anos, com os instrumentos precários, porque o problema é que as categorias da análise econômica convencional são a-históricas, mas aí é coisa da imaginação, da inteligência extraordinária, da criatividade, não é? Então o Furtado pega aquilo, na verdade, uma coisa keynesiana e constrói essa dinâmica de ver como é que as estruturas vão se alterando. É claro que na *Formação Econômica do Brasil* há falhas, desse ponto de vista. Mas Furtado é uma referência. A outra referência é o Caio. Fez um grande livro, que é o *Formação do Brasil Contemporâneo*, absolutamente fantástico. Como um livro sobre o Brasil, talvez, se obtém um paralelo, acredito que só com *Sobrados e Mocambos* e talvez com a *Visão do Paraíso*, mas de qualquer maneira, a história econômica do Caio já

é uma coisa fraca, analiticamente. Então, por exemplo, quando eu fui fazer o meu trabalho (*O Capitalismo Tardio*)... na verdade, o meu trabalho é uma conjugação dos dois, tudo muito simples. Ao invés de pensar a partir da dinâmica, isto é, a partir de categorias, vamos dizer, de análise econômica, assim como o Furtado, eu pensei: “Bom, tem as categorias marxistas, mas a démarche que eu faço, é, na verdade, a partir do Celso. Não há dúvida nenhuma, que é a única obra brasileira que tem significado universal. Aliás, ele é reconhecido no mundo inteiro, todo mundo reconhece isso. O que mais?... Agora eu não sei mais, porque você faz uma pergunta que é tão abrangente que eu não sei mais nada... (risos) Ah, bom. Agora eu vou dizer uma coisa... agora vou responder a sua pergunta. É o seguinte, o que se tratava de um certo ponto de vista, é a partir do Caio e do Celso e não do marxismo vulgar... Eu sempre tive horror dessas análises stalinistas sobre o Brasil. Essa é uma coisa de uma pobreza miserável. Tenho horror disso. Então, o nosso problema era fazer a crítica do Furtado e do Caio. Qual era a crítica na verdade? É muito simples. É a idéia de que pode haver desenvolvimento do capitalismo sem nação, sem mandato social. O capitalismo vai muito bem, assim mesmo, obrigado. O desenvolvimento do capitalismo não significa como se imaginava, nem mais igualdade, nem mais soberania.....

Durante muito tempo a economia brasileira foi vista como uma economia reflexa, sem uma dinâmica de acumulação própria e que dependia do mercado internacional. Nos anos 60 essa visão começa a mudar. Quais são as obras mais importantes desse período?

JM.: Na verdade, essa idéia de que você tem uma dinâmica, vamos dizer, duplamente determinada, de fora e de dentro, e que portanto é preciso surpreender as articulações entre uma coisa e a outra é uma idéia que estava no ar. Por exemplo, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* do Fernando Henrique e Faletto têm essa proposição metodológica. Ainda que o livro seja um malogro completo, na minha opinião.

Malogro?

JM.: É um livro de circunstâncias. Se você tirar hoje da prateleira e for ler aquilo não fica em pé. Todas as coisas que o Fernando Henrique escreveu são coisas

de circunstâncias. São trabalhos de oportunidade... essa que é a verdade. E muitos interessantes, o *Empresário Industrial* e o *Desenvolvimento*, por exemplo, é um livro interessante. Ele tem vários artigos interessantes. O próprio livro sobre escravidão é interessante - não estou tirando o mérito dele, absolutamente. Estou dizendo apenas que eram livros muito colados a conjunturas políticas onde eles foram feitos. Portanto não são livros, vamos dizer, de fôlego interpretativo mais geral. Isso ele nunca teve. Mas são livros colados em conjunturas. O que é que *Dependência e Desenvolvimento* diz: “apesar do capitalismo, nós podemos fazer reformas sociais” para, vamos dizer, corrigir as distorções, por isso é que teve esse sucesso.

No momento que a maioria dos interpretes dizia que sem grandes reformas o capitalismo fracassaria no Brasil, ele diz que haveria a possibilidade de desenvolvimento do capitalismo, ainda que dependente e associado.

JM.: Ele disse isso também... é toda a discussão, vamos dizer, dos anos 60. Depois de 64, você veja o seguinte, não sei se vocês viram isso, vocês são mais moços, mas no *Tempos Modernos*, você sabe, uma revista francesa muito importante nos anos 70, dirigida pelo Jean Paul Sartre, tinha lá um artigo do Celso Furtado que dizia que a revolução de 64 tinha sido feita para “pecuarizar” o Brasil. (risos) E foi nesse contexto que nós escrevemos a idéia do estagnacionismo. Dá a idéia que 64 tinha sido uma regressão econômica, que não foi.

Tanto na entrevista do Paul Singer como na do Chico de Oliveira eles fazem alusão a que o Celso Furtado não cita o Caio Prado, apesar de que seria difícil ele não ter tido um contato com a obra do Caio Prado. O Chico de Oliveira e até mais incisivo, “isso eu cobreí do Celso”...

JM.: Isso é coisa do Celso mesmo, ele tem o hábito de citar pouco, não é?

Algumas pessoas cobram do Fernando Henrique Cardoso, que no Dependência e Desenvolvimento ele se valeu de muita gente, alguns ele cita e outros não ...

JM.: Aquele livro é produto do tempo de Santiago. Lá eles montaram um grupo de discussão. Estava o Lessa, a Conceição, o Serra, mais não sei quem... Weffort. E, na verdade, ali ele apreendeu o pensamento cepalino. Ele pegou aquilo e embutiu dentro uma análise social e política com a ajuda do Faletto, que é um historiador. História da América Latina quem sabe é o Faletto. O que tem lá de

História da América Latina é do Faletto. Agora é um livro que também tem importância política. A importância, vamos dizer, intelectual do livro, eu acho irrisória... irrisória porque é um livro que não fica. Hoje você pega, repito, Sobrados e Mocambos, você lê lá, está em pé. O *Formação do Brasil Contemporâneo* está em pé. Você pega *Caminhos e Fronteiras*, está em pé. Você pega *Visão do Paraíso*, está em pé. Você pega mesmo o *Formação Econômica do Brasil*, com toda a acumulação de fatos, está lá, é um livro que até hoje deve ser estudado, por causa disso que eu disse. Você pega o Fernando Henrique, ele não tem fôlego. Eu não estou dizendo isso para menosprezá-lo, não. O Fernando Henrique é um fino analista de conjunturas. *Dependência e Desenvolvimento*, no fundo, é uma coisa de circunstância. Não tem nenhuma idéia nova.

Recentemente, o filósofo Mangabeira Unger disse que a teoria da dependência não foi uma ruptura de esquerda face às velhas teses reformistas do PCB, mas uma espécie de justificativa para a adesão ao status quo. Os intelectuais brasileiros teriam jogado fora as aspirações transformadoras do marxismo e ficaram com o determinismo estrutural. Mangabeira está se referindo a capacidade transformadora da política para além do status quo, ou seja, a análise sociológica de inspiração marxista, praticada por Fernando Henrique, teria servido para provar que não há outro caminho senão a integração subordinada ao capitalismo internacional, você concorda com isso?

JM.: Eu não concordaria porque as coisas são datáveis em ciências sociais. Quanto mais uma coisa, que é colada na conjuntura. Ao contrário do que o livro dá impressão. Quem estava naquela discussão sabia qual é o significado do livro. Então, eu acho realmente errado isso, porque todas as coisas são datadas... datadas, especialmente um livro como esse. Para você saber o que é esse livro, você tem que saber o que é que se discutiu na época. Qual foi o significado dele naquela época. A idéia era a de que, realmente, você podia fazer reformas a partir de um capitalismo que estava mais ou menos implantado e que você poderia caminhar para as reformas. O que ocorreu agora é o seguinte: os supostos daquela situação soterraram completamente. Não sei se me fez compreender. Você tem uma situação do pós-guerra, que é uma situação que, por causa do sistema internacional, abre raios de manobra para políticas nacionais de desenvolvimento. Foi o que nós fizemos. Certo? Bom, mas agora você tem uma situação que é exatamente inversa. Você tem uma

situação internacional que é o oposto do que era. Se nós quisermos dizer alguma coisa do Fernando Henrique é dele não ter se dado conta que escreveu o livro “numa outra situação” e que a situação agora é inversa da que era. Aí sim está certo.

Então o Fiori também está equivocado?

JM.: Não sei muito bem porque não sei o que o Fiori falou. (risos)

O que você achou da Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista do Chico de Oliveira?

JM.: Eu acho um texto importante, por quê? Por que o Chico de Oliveira é um sujeito com uma extraordinária imaginação. Além das suas qualidades pessoais. Há pessoas que foram crescendo na minha admiração com a passagem dos anos, uma delas foi o Chico de Oliveira. É um sujeito muito imaginoso. Então é um trabalho, que reputo importante.

E o “Além da Estagnação” da Conceição e do Serra?

JM.: Também é importante. Dentro dessa discussão que eu estava dizendo: foi discussão depois dos anos 64. Na verdade, não há estagnação nenhuma, porque nós víamos. Eu, por exemplo, que trabalhava num banco via a economia crescer e não se falava em estagnação. Já estava em 68. No final de 67 a economia começa a andar.

E o Rangel? A Conceição reconhece muito o trabalho dele. Como é que você vê o Rangel, particularmente o livro A inflação brasileira?

JM.: Eu vi como um livro interessante. Não mais que isso.

No final dos anos 60, você e o Belluzzo vão para a UNICAMP montar um dos núcleos de economia mais importantes dos país. Como foi isso? Conta um pouco a história.

JM.: A história é o seguinte, a UNICAMP é uma Universidade que foi fundada em 1966 a partir da Faculdade de Medicina. Quando Zeferino Vaz saiu de Brasília e veio para São Paulo ele virou presidente do Conselho Estadual de Educação e daí ele foi para a UNICAMP. Estamos portanto falando em finais de 66, começo de 67. O

Zeferino era amigo do Faria Lima, então prefeito de São Paulo. E, via Fausto Castilho, fiquei conhecendo Zeferino. Nós tínhamos conhecido o Fausto Castilho no curso da CEPAL, que nós tínhamos feito aqui na Prefeitura de São Paulo. Conhecido não. Tínhamos ficados um pouco mais próximos porque eu já o conhecia. Neste curso que a CEPAL patrocinou aqui na Prefeitura, em São Paulo, fomos alunos, eu, Belluzzo, Luiz Pereira, Gabriel Cohn. Veio lecionar o Anibal Pinto. Veio o Barros de Castro, o Wilson Cano. O Lessa não veio. Ai o Zeferino nos convidou. Eu trabalhava no banco. Eu fui para Campinas ganhando 5 vezes menos que eu ganhava. Meu pai dizia você é um louco varrido. (risos)

Que banco era esse?

JM.: Banco Finasa. Naquele tempo era um banco enorme. Eu tinha subido rapidamente. Esse negócio de banco é coisa fácil. Se o cara é um pouquinho esperto, vai embora. Era quase diretor do banco. Lá ganhava um dinheirão. Fui embora. Falei para o meu pai: estou de saco cheio desse negócio de banco. Vou pinicar desse troço. “Você é doido varrido. Vai deixar o banco para ir para Campinas?.” (risos) “Eu vou embora para lá sim” e fui para Campinas. Ai fui no banco pedi demissão ao Gastão Vidigal que era meu amigo e é ainda até hoje. O meu tio avô foi fundador do banco junto com o pai dele. O Gastão ficou danado, xingou barbaridade. Mas aí fomos embora. Logo depois do Castilho, fui o primeiro a ser contratado. Fui contratado em julho de 1967.

Para ajudar a criar o departamento de economia?

JM.: Sim. A nossa idéia era montar um instituto de ciências humanas, com economia como núcleo inicial. Então, nós criamos um departamento de economia. Chamava-se departamento de economia e planejamento econômico. E ao mesmo tempo, nessa época, estava fechando o escritório da CEPAL por pressão do governo brasileiro. Era a ditadura. Ai saem de lá Wilson Cano, Ferdinando Figueiredo, Lucas Zamboa que morreu. Colega nosso queridíssimo que morreu com câncer no cérebro, um moço de 40 anos. Então, foram esses três, eu e o Belluzzo, um outro rapaz, o Gonçalves, que está lá até hoje. Grande figura. Também tinha feito curso conosco. E inventamos um tal de programa de pequenas e médias empresas, que era uma

espécie de coisa para se aproximar da cidade. Eu fui em 67. Os outros chegaram em março de 68. E aí é um negócio danado, uma aventura. Campinas tinha 300 mil habitantes. Um negócio infernal. Se quisesse comer um sanduíche 10 horas da noite tinha que ir no bairro das putas. Não tinha jeito. E nós íamos. Era bandido, aquelas coisas enfumaçadas... Parecia coisa de filme. Negócio tenebroso. E lá fomos nós. Era uma aventura. Quando eu cheguei lá, tirando a Faculdade de Medicina, contra quem nós brigamos, um bando de velhos reacionários - terrível, não tinha nada. Na verdade, a Universidade toda tinha 24 professores. Nós tínhamos uma mesa só, aliás, está lá no Instituto. É um mesão enorme, onde nós 7 sentávamos, num galpão horroroso, calor filha da mãe, um negócio insuportável. E aí ficavam lá todos juntos. Na sala atrás de mim trabalhava o físico Cesar Lattes. Era muito divertido. Têm episódios formidáveis....Uma ocasião, eu estou sentado na mesona, estamos próximo do AI-5, e sempre que o Lattes passava perto de mim olhava para mim e para uma janela, eu não falava nada, que eu não sou maluco..(risos). Aí ele passava e olhava assim, para mim e para a janela. Depois de 15 dias eu não agüentei. “Oh. Lattes, todo dia você entra aqui olha assim para mim! O que é que está havendo?” “Dr. Manuel vou dizer uma coisa. Quando a polícia vier prender vocês, você não tente sair por aquela janela porque você não passa.” (gargalhadas). Tem outra história fantástica com o Lattes. Quando veio o AI-5, teve uma reunião, que nós chamávamos de comissão de ensino. Era um pessoal que estava começando a montar a Universidade. Então, tinha um diretor da Faculdade de Engenharia, que era um general. Chamava general Valverde. O general Valverde entrou na reunião, botou um revólver em cima da mesa, eu olhei aquilo e disse, ih. (gargalhadas) Olhei o revólver assim e o Lattes disse: “O que é que é isso aí Valverde?” (gargalhadas) “Isto aqui é o seguinte: vamos pegar todos os comunistas.” Que, na cabeça dele, eram todos os outros que estavam na mesa, certo? Ele disse assim: bandos de comunistas. E aí sabe, o que o Lattes fez? “Você não vai pegar ninguém, seu filha da puta.” Pegou o cinzeiro e atirou na cabeça dele, “boom”. Acertou o cinzeiro na cabeça do general. Foi aquela correria desgraçada. Nós apartamos. O general sentou. O Lattes sentou e disse: “Agora traz o seu revólver aqui que eu vou fazer xixi nele.” (gargalhadas) Aquilo era um negócio....

Mas a Universidade no começo foi muito difícil para deslanchar porque a oposição da USP era muito forte. Fortíssima.. A Universidade começou a deslanchar, do ponto de vista de dinheiro, quando eu e o Belluzzo fomos trabalhar com o Dilson Funaro, na Secretaria do Planejamento (do Estado de São Paulo).

Vocês saíram da Universidade?

JM.: Não, viemos trabalhar aqui (em São Paulo), mas mantivemos nossa ligação com a Universidade. O grande Dilson Funaro, meu amigo querido, grande figura humana, grande brasileiro. Aí aos pouquinhos o Dilson foi fazendo a aproximação do Zeferino e do Sodré (governador de São Paulo). Estamos já em 68, 69 se não me engano. Aí que nós pudemos ter algum dinheiro para começar a construir o Campus. Esse Zeferino é uma excelente figura. É um homem extraordinário. Uma ocasião os alunos fizeram greve para terem apostila de graça. Eu chamei a liderança, era no tempo do general Médici. Falei “ não faz um negócio desse”. “Não porque não sei o que...” Eu falei “isso não vai dar certo”. Bom, eu estou lá no instituto, era uma sexta-feira, o Zeferino me chamou. “Filho, vem aqui em cima”. Eu entrei. Tinha 5 ou 6 pessoas. Falei ih, caramba, fedeu., um monte de milicos ...aí o Zeferino falou pra mim: “Ô professor, eu lhe chamei aqui para explicar aos nossos amigos a greve do seu Instituto”. Aí, eu falei uns 40 minutos, que era uma molecagem... e realmente era, não tinha nada de política no meio”. Falei, falei, falei e, quando eu terminei de falar ele disse: “Professor, os nossos amigos querem prender 40 estudantes do seu Instituto no fim de semana, mas como o senhor acaba de mostrar, trata-se de uma greve de pândegas, além do que meus amigos, eu estou há 40 anos nesta marmelada de Universidade, quem conhece isso sou eu, quando precisar dos senhores eu os chamo.”

E os caras levantaram e saíram?

JM: Saíram e não prenderam ninguém (risos). Não porque ele era um cara da direita, mas na Universidade ele não permitia isso. O sujeito tem uma coragem desgraçada e há outros episódios. Lembro uma vez, eu estava na minha sala e alguém falou, “ vai descer aí o brigadeiro fulano de tal”. Veio esse senhor que chegou num baita carrão com uma mocinha bonitinha e disse: “Esta é minha noiva”.

(risos) O brigadeiro sentou. Sabia perfeitamente quem eu era. O brigadeiro falou “professor eu estou aqui porque minha noiva vai prestar mestrado em antropologia...”. “Ah, pois não. Claro.” Eu dando corda pro brigadeiro, não é (risos). Puxamos conversa de avião, e eu logo fui dizendo que não gostava de avião e o tempo foi passando e o brigadeiro me convidou para almoçar. Foi um dos piores almoços que eu fiz na minha vida. Quando estava no meio do almoço o brigadeiro falou, “professor” eu disse, “pois não brigadeiro? ”. “Sabe o que nós na aeronáutica fazemos com elementos subversivos?” Falei, “não tenho a menor idéia”. Ele disse “é muito simples: pegamos o sujeito, botamos no avião e jogamos no mar”. (risos) A comida não descia... aí terminou o almoço, voltamos para o Instituto. Aí o brigadeiro desceu com a bonitinha, foi tomar um café. Aí terminou o café, fui acompanhá-lo, antes de entrar ele disse “minha noiva vai entrar?”. Eu digo, “Não tenho dúvida brigadeiro, ela é muito inteligente (risos), eu não tenho a menor dúvida.” Ele disse “olha, e eu espero que ela entre, senão vamos dar uma voltinha de avião, hein?” (risos) Eu saí de lá, rapaz... chamei os dois responsáveis pela Antropologia. Um era inglês e o outro era alemão. Eu digo, “olha tenho uma situação complicada”, aí o inglês, que depois ficou muito meu amigo, que é o Peter Fry, grande figura, antropólogo, fantástico, me disse - ele não sabia bem o português: “Se saber, entrar. Se non (sic) saber, non (sic) entrar”. (risos) Falei, está tudo perdido. Depois passou um tempo e eu toda hora olhava pra ver se tinha saído o resultado, ficava de olho. A mulher foi reprovada. Passaram-se uns dias, uma semana, e o Zeferino me chama. “Vem aqui...” está sentado lá o general Marco Pereira, comandante do II Exército. O general veio me cobrar aquele negócio daquela moça, noiva daquele sujeito... (risos). Eu falei “Olha, general, a moça é muito boa, excelente, mas foi infeliz na prova... (risos), foi reprovada.” Aí o Zeferino virou pro general, pra você ver como ele era firme, corajoso, ele falou “General, é o seguinte, aqui não é a casa da mãe Joana. Se sabe, entra, se não sabe, não entra.” (risos). Então, foi um sujeito desses, que nos respaldou.....

Ele visualizou em vocês o potencial para desenvolver a Universidade?

JM: Ele achava que nós éramos pessoas sérias, só isso. Sérias e inovadoras, porque ele fez a Universidade inteira sem titulação. A inteligência dele foi exatamente essa. Ele foi atropelando a titulação, para levar gente boa pra lá.

E aí a escola foi crescendo...

JM: Não, aí o que é que nós fizemos? Nós fizemos uma estratégia de implantação gradativa, até mesmo por causa das condições políticas... nós fomos enrolando. Nós levamos anos para implantar a graduação. Só quando não deu mais, implantamos, porque nós queríamos nos expor o mínimo possível nesse quadro terrível. Enquanto isso, o programa de pequena e média empresas que nós montamos, dava uma face, vamos dizer, respeitável, politicamente aceitável. Nós fizemos a graduação, depois é que chegaram o Barros de Castro, que ficou muito pouco tempo em Campinas. Castro não teve nenhuma influência sobre Campinas. Belluzzo não vai gostar que eu diga isso porque o Belluzzo gosta dele. Mas como eu não gosto, não sou obrigado a fazer...

Essa divergência é teórica?

JM: Com Castro? Divergência teórica coisa nenhuma, é divergência pessoal. Ele é um chato. Tenho horror do Castro.

E a Conceição?

JM: A Conceição estava vindo do Chile e foi muito bem acolhida lá. O (Luciano) Coutinho veio. Então aí foi engrossando, mas nós expandimos muito devagar, não sei se vocês percebem, hoje o Instituto tem cem professores mas fizemos tudo isso com doze, quinze pessoas...

Não havia pós graduação nessa época?

JM: Não, a pós é de 74 ou 75...

Vocês davam aula de economia para a graduação e ...

JM: ... para graduação e cursos especiais. E fazíamos cursinhos e tal para nos mantermos. Isso foi uma estratégia de sobrevivência política, correta, porque se nós tivéssemos acelerado a implantação, nós estaríamos mortos.

E o Serra, vai quando para lá?

JM: O Serra, foi bem depois, acho que foi em 80 com a anistia...

P.: O departamento de economia da UNICAMP surgia como uma alternativa, ou melhor, em oposição à economia que se ensinava na FGV do Rio, de Bulhões e Simonsen, e mesmo na FEA-USP, do Delfim Neto, Pastore etc. A PUC do Rio ainda não tinha muita expressão. Como a UNICAMP se diferenciava das outras escolas de economia?

JM: Porque nós sabíamos que nós tínhamos que fazer uma coisa alternativa, de crítica do capitalismo. Então o que é que nós fizemos? Nós montamos um curso com eixos muito claros. História, um eixo. Os grandes autores, que nós consideramos, outro eixo. E áreas de conexão entre História e Teoria foram sendo montadas devagar. Quer dizer, grandes interpretações do capitalismo, do ponto de vista econômico. História, porque sem história não existe qualquer possibilidade de raciocínio em ciências sociais, essa é que é a verdade - um raciocínio que tenha solidez. E, fomos, na verdade, fazendo uma ponte entre uma coisa e outra. E evidentemente tudo voltado para a discussão do Brasil.

Só quero dizer uma coisa, você falou Delfim e Pastore. Quero fazer aqui uma justiça. Quando nós fomos entrar na ANPEC, nós fomos vetados pela FGV do Rio por motivos ideológicos. Quem é que nos defendeu? Uma pessoa, de quem eu sou amigo, gosto muito, chamada Affonso Celso Pastore. Ele disse “não vamos admitir vetos ideológicos” e nós devemos a nossa entrada na ANPEC à posição firme que a FEA teve através do Pastore. A FGV nos vetou por motivos ideológicos, ditos escancaradamente, eles não omitiram não.

Há uma certa homogeneidade teórica nos trabalhos dos economistas de Campinas. Nota-se grande influência de Schumpeter, de Kalecki, Keynes e sobretudo de Marx. Coube a vocês fazer uma reinterpretação marxista do desenvolvimento capitalista no Brasil?

JM: Sem dúvida, foi o que nós tentamos fazer. Você pega, por exemplo, o livro do Belluzzo (*Valor e Capitalismo*). É um livro de teoria? Mentira. É um livro de teoria, mas ele resultou, na verdade, de problemas concretos. Não existe nenhuma obra relativamente importante, ou razoavelmente importante que não nasça de preocupações práticas e concretas. As pessoas são bobas, “olha eu vou sentar e vou escrever um grande livro, estou trabalhando 8 horas por dia na biblioteca”... é uma

bobagem. Os trabalhos têm uma situação boa quando têm o ‘sal da vida’. Foi a controvérsia sobre a distribuição de renda que produziu o trabalho do Belluzzo. Nós fomos puxando esse fio para chegar àquilo. Quer dizer, quando a Conceição, por exemplo, faz ensaios, que eu qualifico de brilhantes, sobre o Keynes, especialmente e também sobre Marx. As duas teses da Conceição, que nós vamos agora publicar tudo de novo no ano que vem. O Instituto faz 30 anos e nós vamos editar mais ou menos 40 livros para recolher o que foi feito, nós somos muito desleixados com essa coisa de publicação. Por exemplo as teses do Lessa que são notáveis. Ele fez uma tese de crítica à política econômica que é uma coisa fantástica. Tem 600 páginas. Foram 20 anos de trabalho dele, você já leu, não?

Sim, e a tese do orientando dele, o Pedro Macarini, sobre política econômica também é muito boa.... Agora, essa dobradinha, João Manuel e Belluzzo foi fundamental para a economia da Unicamp não? Essa relação de confiança, essa afinidade teórica, foi fundamental para o departamento?

JM: Ah, sim. Mas, os outros também. Porque, na verdade, uma das coisas que nós aprendemos foi a força do trabalho coletivo. E o pensamento de Campinas vale pelo seu conjunto. Por que é que Campinas é uma escola? Por que tem um conjunto de pessoas que trabalham na mesma direção, às vezes com divergências... e ao mesmo tempo, nós aprendemos a respeitar o quê? As individualidades, os pendores. Um sujeito olha para um lado, o outro olha para um outro. Mas tudo isso sempre foi muito perpassado pela idéia de trabalho coletivo. Por isso que nós éramos muito poucos e fizemos muito barulho.

Agora, os adversários da escola de Campinas, ideológicos, teóricos, enfim, exploram muito as heresias ou as defecções... as saídas...

JM: Isso é natural. Que saídas?

Por exemplo, o Jorge Miglioli...

JM: Ah, não... isso é natural... isso foi uma outra coisa...

O Luiz Nassif, recentemente, explorou muito a saída do Mário Possas.

JM: Isso é natural. O sujeito não está se sentindo bem, sai... sem problema nenhum. Agora, no Instituto ninguém poderá dizer que houve qualquer pressão para

o sujeito pensar assim ou assado... Você, José Márcio, foi nosso aluno lá, você sabe disso. As pessoas sempre entram na faculdade, dizem o que querem, escrevem o que querem... e não podia deixar de ser diferente, não é?

Em 1975 você defendeu a tese de doutorado O Capitalismo Tardio, que se tornou uma referência no pensamento econômico brasileiro. Você deu um passo na formulação de um modelo endógeno de acumulação no Brasil. O capitalismo periférico tinha uma especificidade a ser compreendida num modelo de capitalismo retardatário. Alguns autores tinham dado alguns passos importantes nesse sentido: Fernando Henrique Cardoso salientara a importância de analisar a estrutura de dominação brasileira; Tavares e Serra procuraram identificar um novo esquema de desenvolvimento no Brasil; Francisco de Oliveira se debruçara sobre as relações capital/trabalho e as formas de exploração. Bresser Pereira contribuiu com seus estudos sobre a tecnoburocracia e sobre o desenvolvimento econômico brasileiro. Porém, você vai produzir um modelo endógeno de acumulação que tenta elucidar as relações entre os vários departamentos da economia ou entre as várias frações do capital, às formas de produção e realização da mais valia. Não foi isso que você tentou fazer em O Capitalismo Tardio?

JM: É verdade, foi isso que eu tentei fazer. Tomando cuidado com a idéia de endógeno. Por quê? Porque eu tomo o capitalismo internacional como uma determinante em última instância... Mas, tomado isso, você tem toda a razão... é isso mesmo que eu tentei fazer. Acho que o livro ilumina alguns aspectos importantes do capitalismo brasileiro. Mas agora eu estou fazendo um livro muito ambicioso, que vamos ver se o ano que vem eu acabo, resultado de quase 20 anos de trabalho.

É uma continuação de O Capitalismo Tardio?

JM: É uma reflexão sobre o desenvolvimento brasileiro, mas que apanha várias dimensões... então tem uma discussão da economia, que está centrada no Celso e no Caio. Tem uma discussão da sociedade, que está centrada no Florestan. Tem uma discussão da cultura, que está centrada no Sérgio e no Gilberto Freyre e uma reflexão sobre a questão política, que está centrada no Oliveira Vianna. Então são, na verdade, seis ensaios... tendo como referência a situação atual. É como se eu fosse perguntar para os autores e discutir com eles essas questões.

Em O Capitalismo Tardio há uma ruptura importante com a visão do Celso Furtado em Formação Econômica do Brasil e demais abordagens cepalinas. Essa ruptura passa pela utilização do marxismo?

JM: Sim, tem o problema metodológico mais geral, quer dizer, como é que junta a análise econômica e a histórica. O Celso fez de um jeito e eu fiz de outro, porque a minha inspiração é claramente marxista e a do Celso, não. Com os méritos que eu já disse ter o *Formação*. É o único livro de economista brasileiro que realmente tem significado universal. Segundo, que, na verdade, eu vou repetir de novo, é uma crítica pela esquerda. Aí vamos botar uma coisa nova aí pra vocês se divertirem. A verdade é o seguinte: você pega o Caio. Para o Caio o Brasil é um “negócio”, não é uma nação. (risos) Quando eu ponho lá o puritano num navio, o sujeito vai desembarcar... o sujeito olha aquilo. O que é que ele vê? Vê uma coisa do deserto, da selva,... um negócio. Os puritanos foram fazer uma sociedade agradável a Deus nos Estados Unidos. E aqui o sujeito veio fazer um negócio que foi avançando aos trancos e barrancos. Essa que é a verdade... Vamos ver o negócio do açúcar. Acabou levando o açúcar. Acharam o ouro, vamos levar o ouro. (risos) A economia mineira foi um fator importante de integração econômica. Aliás está no Celso brilhantemente explicado e no Caio também. Quando o ouro estava “miando”... botava operário para tomar café para não cair de sono na máquina. Por isso que o consumo de café se realizou. Em 1892 o café já tinha acabado. Só para vocês terem uma idéia, o preço caiu em 1892 e só vai se recuperar em 1928. A indústria de qualquer maneira também foi um negócio, porque não fizeram nenhum esforço de internalizar as condições básicas de financiamento de tecnologia. Se alguma crítica eu tenho a fazer ao meu próprio trabalho é esta. Entram as multinacionais... vamos embora. O Sérgio Buarque, ao ler isto, disse “isso é uma procissão de milagres”. (risos) O último milagre, evidentemente, foi esse plano Real, não é? (risos) E as pessoas aqui são crédulas. Elas acreditam em milagre. O Plano Real é o último milagre. É uma coisa para a qual, nós, como povo, não fizemos nenhum esforço de construção. Tudo o que vem é uma dádiva divina... procissão dos milagres, uma coisa terrível. O maior historiador está querendo dizer que o Brasil não tem história. Você pega o Celso... é a idéia de que você pode construir um capitalismo nacional. E o que fizemos foi cindir essas duas coisas, o próprio capitalismo desenvolvido, quer dizer, o desenvolvimento do capitalismo sem igualdade. Tanto o Celso como o Caio têm uma visão idealizada do capitalismo do

pós-guerra. Por quê? Por que toma o capitalismo do pós-guerra como “o capitalismo”, enquanto que, no meu modo de entender, o capitalismo do pós-guerra foi uma coisa excepcional na história do capitalismo. Foi uma conjugação muito especial de forças sociais, políticas, e de derrota ideológica total “deles” (do liberalismo), porque, na verdade, quem é que faz liberalismo no pós-guerra? O sujeito leva um tomate na cabeça, tá certo? Eu acho então que o Caio e o Celso, no fundo, tomam como referência do capitalismo o capitalismo desenvolvido. Caio faz erros terríveis. Erros do quê? Sobre consumismo. A idéia que o capitalismo é um regime de produção para uso. Tudo isso está no Caio. Você sabe, não preciso dizer para você. E o Celso, na verdade, no fundo, idealiza o capitalismo do pós-guerra que funciona como uma espécie de norma moral, de valor - e acha que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil quer dizer, necessariamente, maior igualdade. E nós dissemos que não. O país pode ir muito bem, o capitalismo vai bem e o povo vai muito mal. Nós já sentimos isso. E aí eu parei, porque não disse nenhuma palavra sobre política, sobre nada, não há uma palavra. Alguns me cobraram “mas não tem o povo, cadê o povo”... mas o capitalismo aqui não tem povo nenhum. Na política econômica, onde é que está o povo? O povo está ausente...

Você contestava a teoria dos choques adversos de Furtado, que sustentava que a acumulação industrial ganhava força justamente nos momentos de crise da economia cafeeira. Aliás, essa sua tese foi confirmada pelo estudo empírico de Wilson Suzigan em 1995, que verifica uma relação direta entre a expansão do setor agro exportador e o investimento industrial. Isto é correto?

JM.: Ah. Sem dúvida nenhuma. Depois eu fiz além da tese uma coisa que não é conhecida no Brasil, para publicação, fiz um trabalho para a Conceição desenvolvendo essas idéias.

Você poderia dar referências desse estudo empírico?

JM.: Esse estudo foi feito - depois eu dou o livro para você, é uma coletânea -, é um estudo de várias economias exportadoras latino-americanas. Eu fiz o trabalho, no Brasil, com a Conceição. Na verdade, essas idéias estão desenvolvidas. A única coisa que eu retificaria, na verdade, - eu passei anos sem reler o meu livro - o livro é

como um filho, quando ficam grandes vão embora. Mas são duas coisas. Uma discussão sobre o problema do mercado de trabalho no século XIX. Por que, na verdade, o Celso dizia que é problema de proteção. O que eu digo não é proteção, porque tem a proteção efetiva pela desvalorização do câmbio. É um problema de mercado de trabalho. Mas essa discussão tem que ser ampliada. E outro problema é, na verdade, a persistência da coisa do café. O Brasil é um país desgraçado. Uma coisa terrível. Você pega a escravidão. Último país no mundo a abolir a escravidão. Ainda nós tínhamos marotos que diziam: “Não. Vamos abolir só em 1900.” Se deixasse a moçada, era isso: 1900 está bom. Iniciamos no século que vem. Até 1900. Quer dizer, no fundo, era para amortizar inteiramente o estoque de escravos. Eu fiz essa conta. Vai entrar nesse meu livro novo. Vai empurrando tudo com a barriga. O negócio do café que eu estou dizendo que é um outro problema. Na minha tese tinha a idéia de 2 ciclos de café. Uma idéia incorreta porque na verdade tem um ciclo só. Quando desacelera já em 1892, os preços internacionais caem e o café está morto. Morreu. Aquilo é uma espécie de sobrevida que foi feita para segurar um negócio que estava liquidado. Precisamos agarrar essa merda. Endivida o país e subordina a política econômica. Ferra com tudo. Precisa de desvalorização? Faz. Liquidado. Por exemplo, você compare o Japão. A massa econômica do Japão nos anos 1870 era muito menor que a massa econômica brasileira no final do século XIX. Se vou tomar 1850, estou fazendo toda essa história agora. O desenvolvimento do mercado interno do Brasil era muito maior que a Alemanha em 1810.

Então por que é que nós continuamos o negócio do café e os outros negócios? Por que as classes dominantes ou elites do Brasil não tem nenhum compromisso com a nação, com o país, com coisa nenhuma. Isso todo mundo sabe. Nunca tiveram.

Você contraria a tese do Celso Furtado que diz que com o convênio Taubaté (1907) e com políticas de valorização do café, você teve uma grande acumulação de capital no Brasil. Conseguiu sustentar preços elevados...

JM.: Eu hoje estou convencido de que, na verdade, a economia cafeeira, apesar da crise, foi mantida pela política econômica com custo altíssimo, com a imobilização do país.

E essa crítica que alguns autores fazem, de que a economia cafeeira gerou a infra-estrutura, o mercado interno mas não que teria gerado também o empreendedor industrial como você defende?

JM.: Gerou. Por que não?

Alguns autores também, acham que você retirou importância à Revolução de 30 no seu livro.....

JM.: Quem, Bresser Pereira? Aí você vai desculpar, eu não vou falar nada. Não vou falar do Bresser Pereira. O problema do Bresser é o seguinte: eu sempre achei que ele sempre foi um empresário. E em segundo lugar, uma pessoa de grandes ambições políticas. Até muito simpático, uma boa pessoa, gosto muito dele. Mas faz livro em horas vagas... Eu não estou fazendo a periodização pela política. Eu não escrevi sobre a Revolução de 30. Eu não sou maluco. Eu estudei. Eu tenho uma formação razoavelmente sólida e eu sei exatamente que nível de análise estou tratando. Isso é uma coisa absurda.

Eu concordo com as críticas do Bresser, mas se você não quer polemizar neste ponto, tudo bem Mas ainda sobre o Capitalismo Tardio, nele você desenvolveu um método analítico que privilegia as determinações internas e a partir dele estabeleceu uma nova periodização para a história econômica brasileira em substituição a velha periodização da CEPAL, que todo mundo aceitava. A análise da CEPAL não levava em conta a luta de classes e as determinações internas. O último período que você identifica é o da economia exportadora capitalista, que abrange nascimento e consolidação da grande indústria. Industrialização restringida e industrialização pesada. Você acha adequado esse conceito de economia exportadora capitalista? Ele não diz respeito mais a uma fase de predomínio da acumulação mercantil? Quando na verdade na fase II e III já havia um nítido predomínio da lógica de acumulação capitalista propriamente dita? Não seria o caso de desdobrar esse conceito?

JM.: Não. Por que é assim que está lá. Qual é a démarche? A démarche é a seguinte: são estruturas. Cada uma dessas fases, dessas etapas, são estruturas. Como é que essas estruturas são construídas? São construídas a partir de uma articulação entre o externo e o interno. Economia colonial, depois revolução industrial e capitalismo concorrencial, transição para o capitalismo monopolista. Crise de 29 etc. Está dentro da estrutura que eu estou construindo. Quando estou pensando em economia colonial, estou pensando também na coisa de fora. Então, é uma

articulação que apreende os dois e a passagem de uma coisa para outra. Por exemplo, quando você passa a economia colonial para a posição de economia mercantil nacional - isso é impensável sem a revolução industrial, sem o advento do capitalismo, em geral. Quando eu estou pensando na passagem da economia exportadora, da economia mercantil nacional para economia exportadora capitalista, eu estou pensando no processo de monopolização lá, ou seja, da transição para o monopolismo e constituição do mercado internacional do trabalho, sem o quê você não pode pensar em imigração. Então, cada estrutura apreende as duas coisas. Eu foco e desloco o foco para examinar depois só o movimento da estrutura no Brasil mesmo. Isto não quer dizer que a coisa internacional não tenha sido tomado em conta, ao contrário.

Mas é um período de transição para uma nova dinâmica de acumulação.

JM.: Sim, mas a dinâmica das estruturas do interno e do externo está contemplado sempre.

Sem dúvida. Mas a questão não é essa. Justamente, acho importante você contemplar mais a dinâmica interna, porque todo mundo contemplava mais a externa...

JM.: Eu fui, na verdade, integrando o interno e o externo...

Mas neste interno a lógica de acumulação não é mais mercantil, mas acumulação industrial e financeira ...

JM.: Mas, se você for ver bem lá, você tem: economia colonial, economia mercantil escravista nacional, economia exportadora nacional, industrialização restringida e industrialização pesada. São 5 etapas.

P.: Mas todas elas subordinadas a um conceito maior de economia mercantil capitalista com 3 fases.

JM.: Não. Não. De modo algum. Tem uma frase no livro que dá essa impressão. Mas se for olhar o livro mesmo, não é assim. Tem uma frase que dá essa impressão, que foi mal redigida, tenho certeza. Mas se for olhar no livro são 5 momentos, na verdade, que apreendem estruturas, vamos dizer, em transformação, tomando em conta sempre o que vem de fora.

Ao enfatizar a dinâmica interna, você não descurou da dinâmica externa? A Lídia Goldenstein (Repensando a Dependência) que, aliás, foi sua orientanda do doutorado, fala que você subestimou a dinâmica externa, relegando a análise do capitalismo internacional a um plano secundário.

JM.: Isso não é verdade. Por que veja bem, eu paro de analisar no final do Plano de Metas. Não há nenhuma palavra, além do final do Plano de Metas. Não há nenhuma palavra sobre o Estado no meu livro. Pode procurar. Por quê? Por que eu sei em que nível eu coloquei a análise. Esse negócio de confusão de níveis é uma desgraça. Então, se você for pegar o que eu escrevi, a Conceição, o Belluzzo sobre o Brasil depois de 64, aí sim nós discutimos. O meu livro não trata disso. O livro é datado, não sou maluco. Ele vai até 1964. Aonde está o problema? As pessoas fazem as críticas e não sabem. Mas, eu mesmo faço a crítica e sei onde está. Eu já escrevi um artiguinho, eu só faço artiguinhos, curtos, esse “Consequências do Neoliberalismo”, você vai encontrar lá a idéia de que a industrialização brasileira é uma cópia de um padrão que está dado no final do século XIX, início do século XX. E que nós tivemos uma enorme sorte porque esse padrão ficou imóvel durante muito tempo e que nós copiamos tudo menos os supostos da dinâmica capitalista, que são a capacidade de investimento e de inovação. Se você quiser fazer alguma crítica é essa que está nesse livro.

É bom esclarecer que eu não concordo com a crítica da Lídia Goldenstein. Mas, eu tenho que te provocar para você explicitar as questões. Eu acho que ela comete o equívoco de se engajar nessa interpretação que continua falando muito do lado externo. Vendo o problema da dívida externa, da questão financeira como central.

JM.: Se você for pegar o que nós escrevemos, você vai ver que escrevi um artigo em 78 falando sobre a terceira revolução industrial, que poucos leram evidentemente, porque ficou perdido numa revisteca de merda.

P.: Nos anos 70 houve uma controvérsia a respeito do II PND. Para alguns economistas esse plano do governo Geisel aumentou a dependência financeira e agravou a crise do endividamento dos anos 80. Para outros, o plano foi essencialmente acertado e diminuiu a dependência brasileira de bens de capital e insumos básicos. Em seu artigo “Reflexões sobre a crise atual” de 77, você dizia que o II PND fora um fracasso. Você ainda acha isso?

JM.: Um dos maiores equívocos em política econômica na história que eu conheço. Não só no Brasil. Um despelote, por quê? Por que você está entrando numa mudança de padrão, claramente, e está preso ao antigo. Então esse II PND o que é? Não é nada. Além do que ferraram o Brasil, endividaram, quebraram o país. Se você pegar os 3 últimos anos do governo Geisel, ele distribui subsídios. Por quê? Por que ele não quer quebrar a indústria. Você tem ali, na verdade, de fazer uma coisa de retranca. E de mudança de padrão de financiamento. Um desastre completo. Um dos maiores desastre que eu conheço.

Mas os outros países da América Latina, por exemplo, a Argentina e o Chile, frente a essa situação, seguiram o ideário neoliberal.

JM.: Mas não é esse o problema. Veja a tese do Lessa, por exemplo. A minha opinião está na tese do Lessa. O problema não é você simplesmente encolher. O problema é mudar na direção certa. O central ali seria a reestruturação do padrão de financiamento. Eles tentaram fazer isso. Isso que é a verdade. Mas de maneira tímida, acoplado a um programa de investimento megalômico, financiado por dinheiro fácil externo. É o Brasil não é? Nós entramos em todos os ciclos de financiamento externo. Por quê? Por que ganham os de fora e ganham os de dentro. Vem o Delfim que parece muito bonzinho. Mas por que ele tomou dinheiro para cachorro e ficou em reserva, que não precisava ficar no primeiro período dele? Aí depois endividaram o país. Quebraram o país. A verdade é que foram eles que quebraram tudo. Agora, eles fazem a cara de que são gente de bem. O que é isso?

Você poderia explicar exatamente o que significa mudança do padrão de financiamento?

JM.: Nós tínhamos que fazer, alguma coisa que tivesse o mínimo de autonomia interna. Isso, aliás, nós levamos até a coisa do Plano Cruzado - se você pegar o nosso espírito tem a ênfase nisso - porque é uma coisa central. Você tinha que ter concentração bancária.

Vou explicar para vocês. O que você precisa ter? Precisa ter formas de organização capitalista modernas. O que é que eu chamo de organização capitalista moderna é a articulação entre a grande empresa industrial, sistema financeiro e o

Estado. Nós não fizemos isso na nossa industrialização. Quando a Alemanha faz a industrialização dela, ela faz esta articulação. Foi o que deu o dinamismo alemão. Quando o Japão faz o zaibatsu e nisto que estou pensando. Nós não fizemos. Por que é que nós não fizemos? Por que para fazer isso tinha que fazer uma alteração na estrutura da propriedade. Então, em vez de não sei quantos bancos - no Brasil devia ter mais de 2.000 bancos - tinha que ter 10 bancos. Em vez de você ter milhões de empresários pequenos, você tinha que ter 4 ou 5 grandes. Nós não fizemos isso, por quê? Porque você tinha que fazer uma expropriação de um capitalista pelo outro, articulada pelo Estado. Então o famoso tripé é uma coisa arcaica, por quê? Porque exatamente não tinha ligações orgânicas entre indústria, banco e Estado. Porque fazer o contrário significava sim fazer uma coisa revolucionária. Fazer o contrário significava simplesmente reduzir de 2.000 banqueiros para 10 banqueiros. De 100 pequenos empresários para 3. Nós não fizemos isso. Quando veio o Campos o que é ele faz? Faz uma reforma bancária ridícula. A idéia que você tinha de especialização de crédito é arcaica. Banco Comercial fica nacional. A financeira também nacional. Mas o banco de investimento é estrangeiro. Ridículo. E depois na prática quebrou. Ele é especialista em quebrar banco. Então, esse era o problema. Nós sempre discutimos. Você vê os artigos da Conceição sobre a questão financeira. Nós sempre preocupados em como é que não moderniza isso. Isto é, como é que você fica menos dependente. Porque, no fundo, fizemos tudo isso a custa do crédito externo: dinheiro fácil que vem de fora. Como é que você faz uma organização capitalista mais moderna? Esse era o ponto. Não é que eles não tivessem percebido. O II PND tem ensaios nessa direção. Você lembra a transformação do PIS para o PASEP. Eles tentam fazer mas não fazem direito. Quando vem a crise, em vez de você desacelerar - se ele tivesse feito a recessão - por que é que eles não fizeram a recessão? Por que ia quebrar a indústria. Se no momento em que o sujeito está acelerando a taxa de investimento, você faz uma recessão, você quebra todo mundo. Então, ele erraram até o fim, a custa de quê? De sobreendividamento líquido. Rebentou com a crise da década de 80. Endividou as estatais.

O Reis Velloso diz que, como o Geisel tinha o objetivo de fazer uma abertura política do país, não era possível realizar isso com o país em recessão.

JM.: Mas não precisava fazer necessariamente uma recessão. Você tinha que fazer uma coisa regulada, uma desaceleração com mudança. Não digo que seja fácil.

Havia condições políticas para isso?

JM.: Eu acho que sim.

O pessoal que ia ser tungado, os setores industriais, na certa, eles iriam reagir.

JM.: Mas era um problema para o Brasil. Vou dizer o seguinte: ninguém quer perder nada. Então um industrial quer ganhar muito. O banqueiro muitíssimo. O comerciante também tem que ganhar. E o pequeno empresário? Esse tem que ter uma renda 5 vezes maior que qualquer pequeno empresário num país civilizado. Mas aí meu amigo, é isso que você está vendo. Se você faz um negócio que é incapaz de tocar em nenhum interesse capitalista. A terra também não pode mexer. Bom. Não pode mexer na terra, o Brasil é o único país no mundo que tem problemas de terras no final do século XX. Como é que você faz? É como esse negócio desse Fernando Henrique. Os americanos são fortes. Eles quebram a gente. O que é que se faz? Você faz exatamente o que eles querem. Fazem essa merda que fizeram aqui.

Aliás, me ocorre agora de dizer que o primeiro livro (*Conversas com Economistas Brasileiros*), José Márcio, está muito comprometido com a idéia do Plano Real. (risos) com a teoria da inflação inercial. Se é que existe alguma teoria de inflação inercial. O máximo é uma descrição de fatos. E ainda o prof. Bresser Pereira fez uma coisa extraordinária, que é a inércia acelerada.

Mas estabilizou, não?

JM.: Oh José Márcio não me enche o saco. Me faz um favor. É claro que estabilizou. Não vai dizer que ajustou também? Outro dia chegou um jornalista econômico - os jornalistas econômicos são piores que os economistas - "Mas, professor, vai ajustar ..." É claro. Eu disse: você é casado? - ele não entendeu - "Sou." "Quantos filhos você tem?" "Tenho 2." Eu digo: "se a sua renda cai 50% você pode matar os seus dois filhos para manter o nível médio de renda seu agora, ou mata um filho e a mulher, você escolhe, ou a mulher mata você, ajusta. Depende

de quantas pessoas você quer matar”. Entendeu? É claro que presidente não mata ninguém, ele mata com a caneta. O outro mata com revólver na rua. Se sobe as importações industriais de 4 para 40 bilhões de dólares, você acaba com qualquer inflação mas também com o país.

P.: Em 1986, o presidente a República José Sarney nomeou Dilson Funaro para ministro da Fazenda. O país vivia uma forte crise com a inflação disparando e muita incerteza quanto ao futuro. Você foi nomeado assessor especial do Funaro e virou o seu braço direito e o Belluzzo, Secretário de Política Econômica. Você já conhecia o Funaro de antes, como é que você o conheceu?

JM.: Já conhecia. Já tinha trabalhado com ele na Secretaria do Planejamento, depois na Secretaria da Fazenda em São Paulo. Tinha mantido permanente contato, ele é amigo da gente. Conheci através do Roberto Müller, que era repórter na Federação das Indústrias e ficou amigo dele. Mas já conhecia ele de vista porque ele morava na frente da minha casa. Duas casas ali para trás. Quando era mocinho, era maluco, saía com automóvel a 150 por hora. A minha mãe ficava irritadíssima, dizia: “é louco esse sujeito”.

Como foi a gestação do Plano Cruzado? Quem teve a idéia? Quem foi o “pai” do Cruzado? E a “mãe”?

JM.: Ah diabo. Essa é uma discussão desgraçada. Vamos voltar tudo para trás. A abertura do Geisel teve um final conservador. Isto que é a verdade. Por que quando nós perdemos as diretas, a candidatura Tancredo foi articulada pelo Estado. Sem dúvida nenhuma. Foi uma candidatura articulada pelo Estado de caráter claramente conservador. Eu me lembro que numa das conversas que eu tive com Dr. Tancredo, antes da posse, eu ouvi dele uma coisa simples: “eu vou fazer só coisa institucional”, aliás me disse isso com uma franqueza meritória. Ele como é mineiro, fala com volteios “eu vou simplesmente fazer a constituinte para redemocratizar. O meu papel na história é esse e ponto final”. Esse negócio de economia, não me falem disso, porque eu não vou fazer esse negócio todo que eles mandaram.

O candidato da oposição era o Ulysses?

JM.: Nós fomos sempre ligados ao Ulysses. Ele foi derrotado. Por quem? Pelo Estado

Então, a verdade é que a nova República de nova não tinha grande coisa. Os traços de continuidade eram muito fortes, porque na crítica da ditadura havia duas correntes na verdade. Tinha uma corrente que criticava a falta de liberdade e tinha uma corrente, a qual nós integramos, que fazia crítica, na verdade, do modelo econômico, do capitalismo etc. Nós fomos derrotados. Não passou a direta, nós perdemos. Nós perdemos porque o Tancredo, na verdade, era uma candidatura para derrotar a gente. E de vitória do Estado, do empresariado, do Sr. Roberto Marinho, enfim tudo isso que manda no Brasil. E a estrutura do poder real da revolução ficou intacta e é isso que as pessoas não entendem. Eu sei porque vi isso por dentro. Igualzinho. São os mesmos sujeitos. É isso que está aí. A subida do governo Sarney já era própria da composição do governo Tancredo. Me foram oferecidos vários cargos que eu recusei. Ninguém sabe direito como o Sarney foi parar na chapa. Mas parece que foram eles da Frente Liberal, ou sei lá como chamava aquilo, que indicaram o Sarney. Muito bem. Quando Sarney assumiu eu falei para o Dilson: “você vai ser ministro da Fazenda”. Porque o Dilson era amigo do Sarney através do Sodré. Ele já tinha ido ao BNDES por indicação do Ulysses. Eu disse porque esse Dornelles não vai durar, o Sarney vai tirar, eu te garanto. O Dilson foi ministro e aí me convidou para trabalhar com ele. Eu não queria ir de jeito nenhum. Vários amigos meus são testemunhas. Eu sabia que era uma coisa muito complicada porque nós não tínhamos peso político na composição de forças do governo Sarney, para dar direção da economia. De maneira nenhuma. Se você for olhar a equipe econômica é uma composição. Mesmo o Fernão Bracher, que é um conservador, muito bem educado, até gosto dele. Mas, é um conservador, um banqueiro. Esses meninos todos aí. Então, encarei sempre a coisa com extraordinário ceticismo. Grande ceticismo. Por quê? Por que eu sabia que tinha perdido. Não sou besta. Não sou voluntarista de sentar numa cadeira, e achar que isso vai mudar o Brasil. Era bem velhinho para achar uma coisa dessas. Mas, de qualquer maneira, acabei indo, a pressão foi muito grande, inclusive do Ulysses, para que eu fosse. Eu gostava muito do Dilson. pessoa maravilhosa. E, lá, fui eu, mas sem ilusões. Não tinha ilusões por quê? Por que todo o nosso diagnóstico da crise era, na verdade, a ruptura do padrão de financiamento. Esse era nosso diagnóstico

da inflação. O resto é conversa. Nós achávamos que a inflação tinha subido e que era possível refazer o padrão de financiamento. Significava moratória. Significava, na verdade, uma reestruturação das empresas públicas e depois tudo que nós tentamos fazer ... a reforma bancária, nós não fizemos. Fazer uma holding de estatais, nós fomos derrotados. Conseguimos fazer mal e mal aquele FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento Econômico). Mas eu era muito cético. Agora, ao contrário deles, desses meninos da inflação inercial, eu não acreditava em nada disso. Não posso acreditar que a inflação é inercial. Francamente, o sujeito depois de passados 40 anos de idade... não acredita que você faz um clic e acaba com a inflação. Ao contrário do nosso diagnóstico. Por isso eu sempre encarei com muita reserva a coisa do congelamento e tudo isso, porque nós éramos contra. Nós tínhamos uma posição escrita contra. O que aconteceu foi o seguinte. A inflação estava no patamar de 200 a 220% ao ano, se não me engano. O presidente começa a pressionar. O Ministro da Fazenda dizendo que se tiver 10% no mês que vem ele está fora.

Bateu em 12 a 13% ao mês no final de 1985.

JM.: Bateu porque nós fizemos bater. Nós inflamos a inflação. Então, apareceram esses meninos, com esse negócio de inflação inercial. Começamos a discutir entre nós, e acabou saindo o plano de estabilização. Era uma coisa inevitável eu diria, por causa da premência do Sarney em se firmar e do Dilson em não ser derrubado pelo Sayad. Foi bem arquitetado tecnicamente.

Foi a primeira vez que se fez uma política de rendas congelando preços e salários ...

JM.: Sem dúvida, mas o problema sério do Cruzado é um problema externo. O problema era o balanço de pagamentos, e já era visível no começo do ano. Tanto que nós éramos a favor da moratória junto com o Plano Cruzado. Eu e o Belluzzo. O Plano Cruzado e a moratória, se não você não faz a estabilização. Segundo lugar, que houve a política frouxa de crédito. Quem fez? O Sr. Bracher para os bancos não quebrarem. Terceiro ponto, nós esperamos fazer ajustes de juros que o Sarney não quis.

Isso foi em julho de 1986?

JM.: Julho. Nós esperamos. Por que qual era a idéia? A idéia era relaxar o congelamento imediatamente. A idéia era ficar 2 meses congelados e depois ir soltando os preços. Teria sido uma coisa sensata. Se você soltasse os preços, aquele excesso de renda ia sendo comido devagarinho. Então você ia para um patamar de uma inflação de 3 a 4% ao mês, que era esperado. Só um maluco podia pensar em acabar com a inflação. Aliás, esse menino o Pêrsio Arida tinha esses acessos: acabar com a inflação. Inflação zero. Imagine, se tivesse uma inflação de 2 a 3% ao mês estava muito bom. Essa era a minha expectativa. Mas aí nós quisemos descongelar, foi no começo de abril, e o Sarney proibiu. Proibiu o Dilson de falar de descongelamento. Governo Sarney 98% de popularidade. Agora de qualquer maneira era um milagre porque o problema que eu acho até hoje é refazer o problema da coisa financeira. Se não fizer isso não tem como acabar com a inflação. A não ser que você acabe com o país. Claro que você pode acabar com a inflação pegando metade do país e jogando no lixo. A lógica do Plano Real é essa. Pega metade do país e joga no lixo.

P.: Na época você tinha um grave problema de balanço de pagamentos. Você remetia, “exportava” 4, 5% do PIB em pagamento de juros.

JM.: Claro. Brutal. Além do que não conseguimos, na verdade, descongelar e deixar a inflação subindo devagar e ao mesmo tempo ajustando um pouco a renda, porque tinha uma coisa problemática que o Dilson tinha feito antes, de baixar o imposto de renda. Tudo nós tínhamos que ir corrigindo. Então, não dá. O Cruzado explodiu porque na verdade já estava explodido. Em outubro, na verdade, já estava liquidado, nós sabíamos disso, por quê? Por que a matriz de preços industriais estava liquidada, porque o preço de insumos estava subindo brutalmente e na verdade, a balança de pagamentos estava liquidada. Com atraso (valorização) cambial brutal, como é que você faz?

O câmbio ficou congelado o que agravou o quadro.

JM.: Sem dúvida.

E você também não tinha abertura da economia para suprir o mercado ...

JM.: Não tinha dólar. Você podia abrir o que você quisesse. Você não tinha dólar nenhum. Ao contrário, você estava perdendo reservas. Eu vi isso. Coisa desesperadora. Ver o cofre esvaziando, só sobrava o broche da dona Marli (Sarney).(gargalhadas)

Aquela história de caçar o boi no pasto ...

JM.: Demagogia.

Mas havia uma dificuldade de fazer o aparelho do Estado responder as ordens que vocês demandavam?

JM.: É um outro problema político. O governo tinha realmente condições de fazer alguma coisa dura? Você podia fazer o controle de preços ser obedecido? Uma das funções, até quem propôs foi o Sayad, era fazer comissões municipais de preços. Soltar gente na rua, podia? O governo com essa composição faz isso?

Uma espécie de câmara setorial de preços?

JM.: Pior que câmara setorial. Uma coisa no fundo de dar a população condições de vigilância de preços. Nós queríamos fazer isso para os sindicatos. Então, você dá poder de Estado aos sindicatos.

Mas pode fazer isso?

JM. Primeiramente, a interpretação que eu estou dando é um pouquinho diferente. Não é problema de ajuste fiscal, que não gosto nem de ouvir falar numa palavra dessa. Eu participei de 3 aumentos de impostos e ajuste fiscal me deixa nervoso. O problema é o seguinte, como o Estado não tem poder de cobrança, ele te delega. A sonegação é brutal. O sujeito não vai preso. Em qualquer país sério, se você sai de uma loja sem nota vai preso junto com o sujeito que não deu a nota. Aqui você compra sem nota, e tudo bem.

No livro do Alex Solnik (Por que não deu certo - Os Pais do Cruzado respondem) ,alguns dos principais personagens do Cruzado tiveram ocasião de se manifestar, Belluzzo, André Lara, Pêrsio Arida, João Sayad, mas você está ausente deste livro... Para muitos, inclusive o Roberto Campos registra isso em A Lanterna na Popa , você foi responsável pelo “Manuelação”, ou

seja, a fase ortodoxa do Cruzado em 21 de novembro de 1986, isso é verdadeiro?

JM.: A coisa é muito simples. O que é que você vai fazer, você quebrou. O balanço de pagamentos quebrou. Numa economia acelerada, o que é que você vai fazer?

Por que não fez em outubro?

JM.: Não se fez em outubro porque ia ter eleição. Nenhum governo ia fazer nada antes de novembro. Nem Jesus Cristo como presidente da República faria isso. Eu não leio o Campos mais pelo seguinte: o Campos foi um sujeito inteligente. E foi um dos melhores quadros que o capitalismo teve no Brasil. Mas, ele primeiro era nacionalista, depois foi para os Estados Unidos, fez uma viagem misteriosa, voltou Bob Fields. Depois, ele conspirou contra a democracia. Participou da ditadura. Depois ele fez reformas - todo mundo diz que ele fez - que estavam todas definidas no Congresso do IPES que houve aqui em São Paulo. Depois, ele saiu do governo, foi ser presidente do BUC - Banco União Comercial. Quebrou o Banco, sob suspeita de corrupção. Evidentemente foi abafado. Depois, ele foi embaixador em Londres, e se meteu com a Marisa Tupinambá. Depois, ele levou uma estocada da Marisa Tupinambá. Depois, ele se associou-se ao governador Júlio Campos, de Mato Grosso. Agora, ele virou ideólogo. Então, não leio Roberto Campos e nem vou ler.

Então, qual era a alternativa do que fazer ali? Fazer uma recessão. Foi o que foi feito. Ué, vai fazer o quê? Vai deixar o país mergulhar na hiperinflação?

Procede que você tomou as rédeas do ajuste?

JM.: Não é verdade. Isso foi amplamente discutido. O problema é o seguinte: tem que fazer. Qual é a alternativa? Você não pode mexer no imposto de renda. Você não pode mexer na previdência. Então sobram três coisas e é o que foi feito. Não, tão simples. Os espertos já tinham saído do governo. Se eu não tivesse uma fidelidade pessoal ao Dilson, eu teria saído do governo em julho, que era a minha vontade, pode perguntar ao Belluzzo. Eu fiquei até o fim por causa disso. Os espertalhões saíram antes. Como agora, quando esse negócio aí acabar de fazer água porque vai acabar, como todo mundo sabe, só falta marcar o dia da desvalorização -

a solenidade já está toda montada - os mocinhos vão dizer que não tem nada a ver com isso. “O presidente não fez as reformas”, vão dizer os “senhoritos”. “Não, imagine, nós recomendamos, edidas enérgicas” (risos). Vai sobrar para esse coitado do Gustavo Franco, que vai virar o Judas. Por isso que não falo mal do Gustavo Franco.

Ter participado do governo Sarney deu um banho de realismo aos segmentos progressistas. A teoria na prática é outra?

JM.: Aprendemos muito. Aprendemos o quê? Como funciona o Brasil por dentro. Não há dúvida nenhuma que só uma experiência de governo e numa época muito interessante permite isso. Quer dizer, na verdade, o Cruzado tinha aquela coisa de tablitas, de conversão. Nós vimos desfilar diante de nós o poder econômico todo. Os interesses todos. Donos de hospital que faziam discursos a favor do doente. Coisas assim. Eu vi cada coisa que até Deus duvida. Era uma diversão por dia. O cinismo do Brasil.....

Vocês tiveram alguma interferência na indicação do sucessor no Ministério?

JM.: Nenhuma.

Por que o Sarney tinha escolhido o Tasso Gereissati . Depois por que acabou sendo o Bresser Pereira?

JM.: O Ulysses vetou. O Ulysses estava almoçando conosco na casa do próprio Dilson, quando alguém chegou e disse: “Olha, o Sarney vai escolher o Tasso”. Ele saiu de lá e foi para a Câmara e deu uma declaração, falando: “Dr. José Sarney”. Sarney evidentemente depois desistiu. Aí ficou um impasse.

P.: E o primeiro nome do Ulysses era o Rafael de Almeida Magalhães?

JM.: Sim. Havia o Serra.

P.: A terceira opção seria o Bresser?

JM.: O Bresser entrou correndo por fora. Mas foi o Ulysses quem indicou o Bresser. A candidatura Serra era muito forte. Era apoiada até pelo Fernando Henrique. Que ao ouvir o nome do Bresser disse: “o Bresser não, ele tem uma idéia a cada minuto”.

Maldade sua João Manuel....

Há várias testemunhas, eu posso contar isso com grande tranquilidade.

P.: Já vimos aqui a criatividade dos trabalhos teóricos dos anos 70. Daí em diante o que foi feito de criativo no pensamento econômico brasileiro? Os trabalhos sobre inflação inercial de Lara Resende, de Francisco Lopes,

Pérsio Arida, Bresser Pereira e Yoshiaki Nakano não são uma contribuição teórica importante? Você não acha que há uma teoria da inflação inercial?

JM.: Isso na melhor das hipóteses é uma descrição de fatos.

Nos anos 50, a esquerda brasileira tinha um projeto político mais ou menos claro, queria implantar uma espécie de capitalismo autóctone no Brasil. Era a bandeira do desenvolvimentismo. Com o golpe de 64, a direita de certa forma roubou essa bandeira desenvolvimentista da esquerda e passou a implementar um capitalismo associado. A esquerda tinha certamente uma análise muito melhor do que se passava no Brasil. E, no entanto, não tinha uma proposta clara. O que queria a esquerda brasileira nos anos 60 e 70, além, é claro, de acabar com a ditadura?

JM.: Se você tomar o conjunto dos nossos trabalhos, não só de Campinas, mas de vários lugares, você vai ver que tinha um projeto da oposição. Um conjunto de reformas, articulado entendeu?

Mas não era um projeto de socialismo ?

JM.: Não. Era um projeto de reformas. Eu sou sempre um sujeito reformista, até por temperamento. Um conjunto de reformas. Se você tomar os livrinhos do MDB de 82, 86, você vai ver lá que está tudo articulado: de reformas na área social, na modificação dessa coisa que eu estou chamando de padrão de financiamentos, de política industrial de democratização do Estado. Estão todos os temas lá.

Na verdade, era um projeto de um capitalismo social democrata ...

JM.: Acredito que sim. Se bem que eu não gosto dessa palavra social democrata. Isso tem certas conotações. A social democracia na América Latina é o diabo....

Comparando a política econômica de liberalização indiscriminada de Collor e Fernando Henrique com aquela dos militares, qual foi a melhor ou a pior para o Brasil?

JM.: Isso é um negócio danado. Mas seguramente a liberalização foi pior. Por exemplo, nós falamos da privatização do Estado. Foi um dos temas que foi levantado por várias pessoas. Mas nunca o Estado foi tão privatizado como agora. Mesmo no tocante a corrupção, nós batemos várias vezes os militares. Reconhecer isso não é muito agradável. É desagradável. Mas, a verdade é que a componente

militar do governo ainda dava uma certa aderência, que se podia chamar de algum interesse nacional. Hoje o que interessa é a cor do dinheiro. Você me diz o que são esses economistas: são funcionários do dinheiro. Não há dúvida. Ou tem ou pretendem ter, pretendem ganhar muito dinheiro, heim? Da aliança existente, eu prefiro o PFL. Com o perdão dos meus amigos do PSDB. O PFL é melhor porque tem alguma coisa a ver com o Brasil. Eles não tem mais nada a ver com o Brasil. É uma coisa simplesmente abstrata do dinheiro em movimento. É isso.

Agora depois que esse milagre do Plano Real acabou, como todo mundo sabe, eu quero saber o que é que os conservadores e os neoliberais tem a oferecer ao povo brasileiro, essa é a pergunta que eu quero fazer. Passado esse truque, feito com dinheiro fácil, que veio de fora num ciclo de crédito, nós mais uma vez entramos pelo cano. Sempre pegamos dinheiro quando é baratinho. A mesma coisa que os militares fizeram. Depois chega a hora da verdade. A minha pergunta é essa: o que é que eles tem a oferecer? Qual é a alternativa? Eles perguntam para nós, mas nós é que vamos perguntar para eles: o que é que vocês tem a oferecer para a massa da população brasileira? Vamos ter o maior nível de desemprego em toda história. E você não viu nada. O que é que você está assistindo agora? Uma crise nas Bolsas? Eu não vou falar para você. Você é pessoa informada, sabe de tudo. O que está havendo agora? É o fim desse ciclo de crédito. O fim do ciclo da abertura. Todo mundo no mundo sabe que é disso que se trata. Essa aventura na periferia acabou, o dinheiro está voltando para o centro. Na década de 20 foi a mesma coisa. Agora, tem cenoura francesa. Mas eu quero saber o que é que eles tem a oferecer à massa do povo brasileiro.

O que eles tem para oferecer aos jovens? Quando a Rússia quebrar, porque vai quebrar também. Tem que perguntar para aquele bêbado, que é presidente daquele negócio lá, que vive embriagado. Quem olhar os dados brasileiros de março de 1998, vai ver que o Brasil está tecnicamente quebrado. Porque todos os nossos índices de risco estão iguais a do México. Agora, o que eu quero saber é isso. Portanto o que nós temos que fazer é redobrar a crítica. São 17 anos que nós vivemos a custa de expedientes. Delfim ajusta para baixo, produz uma puta inflação

para fazer o superavit da balança comercial. Plano Cruzado, Plano não sei o quê, depois o Plano Collor. Que era um louco esse Collor, mas, de qualquer maneira ele tirou 50 bilhões de dívida pública. Imagine se a gente não tivesse feito o Cruzado com a mesma dívida interna, o Delfim não tivesse feito a pré-fixação, onde é que estava essa dívida heim? Quanto você vai gastar de juros o ano que vem (1998) ? 7% do PIB?

Nos últimos tempos houve uma mudança dos economistas, dos jornalistas econômicos, etc que passaram a fazer parte da elite. Muitos economistas passaram a ser deputados. Na baixa classe média são pessoas ambiciosas, que querem subir na vida e ganhar dinheiro. Então, o problema não é simplesmente ideológico, do livro que o cara leu. São dos valores que a mamãe botou na cabecinha dele. São muito bonzinhos mas querem ser *yuppies*. É *yuppie economics*. Entendeu? Sr. Gustavinho é um típico *yuppie economic*. Está certo? Malan combina *yuppie economic* com a economia do Depto de Estado.

Nesse sentido houve uma piora nos ideais dos economistas que nos anos 50, 60 tinha um projeto social por trás?

JM.: Mas brutal. Você pega, por exemplo, Prebisch, Dom Raul era um velho formidável. Homem fantástico. Bebedor de vinho com 80 anos. Conversava. Grande figura o Raul Prebisch. Vocês conhecem um pouco da história dele? Foi fundador do Banco Central da Argentina. Na década de 20 ele é assessor do Ministério da Fazenda. Muito bem. Ele sai do Banco Central, onde ele ganha muito bem. Volta para casa e a mulher dele tem que vender o piano, porque ele tinha que voltar para o apartamento pequeno onde não cabia o piano da mulher. Recebe oferecimento de todos os bancos argentinos para ser consultor. Ele disse: “eu não posso porque eu conheço dados confidenciais”. Então, você compara um Jesus Soares Pereira, que fez uma Eletrobrás, fez o programa da Petrobrás. Morreu. Os amigos dele, entre os quais eu me incluía, tivemos que fazer uma vaquinha para enterrá-lo. Sim senhor. O próprio Rangel. Você pega o Furtado, não tem nada. Tem um apartamentinho em Paris. Meu pai, por exemplo, foi político, foi várias vezes secretário de Estado. O que ele me deixou? Ele me deixou esta casa aqui. E tá muito bem. Por que ele ia descalço para o colégio. O que houve com os economistas é uma coisa que nós não

avaliamos. Aliás, tem o livro de uma menina da Fundação, a Maria Rita Loureiro, que tem erros, mas é uma tese interessante. Têm erros que ela não percebeu. Por exemplo, que esse negócio de economistas aqui foi montada pelos americanos. No começo dos anos 60, final dos 50, eles foram pinçando os sujeitos. Fundação Ford, Rockefeller para estudar nos Estados Unidos. Fizeram isso com a economia. Fizeram com a ciência política em Minas. Estão fazendo. E fizeram com eficiência. São táticas. Entendeu? Pega o Bolívar Lamonier ... grande teórico. (risos) Declarava-se socialista. Eles fizeram muito bem feito. Agora, o que eles querem vender para nós? Querem vender que existe ciência econômica. O que é a ciência econômica? É o que a faculdade nos Estados Unidos diz que é ciência econômica. Bom, isso é uma gargalhada. Aí ocupam os organismos de pesquisa. Felizmente, agora na ANPEC, o Antonio Maria teve energia suficiente para virar isso, entende? O que é isso? A acusação a Campinas que é endógena. É um negócio. Endógeno é o sujeito que lê todo o manual. O manual que é adotado na Faculdade A, Faculdade B, Faculdade C, Faculdade D. Depois muda, uns 3 anos depois vem outro manual, autores Fulano e sicrano, estrangeiros, aí adota a Faculdade A, Faculdade B, Faculdade C. Esse negócio é fascista. Fascista, é essa acusação mas, essa é a verdade. Fazem isso. Lá, vemos de tudo, até o Milton Friedman, Deus que me perdoe. É o que o Foucault chamou de disciplinas. Economista é aquele que faz artigos com matemática. Não tem matemática não é economista. É um caipirismo intelectual. É uma ignorância. Coisa realmente inacreditável. São crentes fanáticos dessa religião.

Então para você estamos sofrendo um colonialismo cultural?

JM.: Sem dúvida. É brutal. Se você tomar esses últimos 10 anos, porque isso vem na verdade desde 87 e depois acelera no começo dos 90. É uma coisa louca. Foi uma ofensiva ideológica conservadora. É terrível. Já está acabando. Hoje, eles não têm mais o que dizer. Está acabando, ainda tem um rescaldo. Está nas últimas. Vão dizer o quê? Agora que foram feitas as reformas? Mas foi um negócio terrível, brutal, 10 anos. Eu acho que só há um paralelo no Brasil, no período chamado conciliação do Império. Onde é proibido falar qualquer coisa. Há uma tal unanimidade dentro das elites, o sujeito não falava nada (emite sinal de silêncio). O

sujeito abre a televisão, abre o jornal: existe no Brasil alguma discussão econômica? Existe alguma discussão pública?. Não existe nenhuma discussão pública. Essa que é a verdade. O que existe é simplesmente um massacre feito pelos meios de comunicação de massa, pelos quatro jornais que controlam a opinião pública no Brasil.

P.: A Folha de São Paulo faz oposição não é?

JM.: Faz oposição...mas sabe como é que é né? P.: Mas como filosofia ela é liberal... Há discussão? Pergunto a você Dr. José Márcio que fez um livro sobre retórica?. (risadas). Aliás achei o livro bem organizado. Mas José Márcio retórica subentende *policy* você entendeu? Não se pode falar em retórica sem *policy*. Só há discussão quando na verdade você tem liberdade e transparência e igualdade na discussão. Estamos saindo da retórica. Caimos no campo da ideologia pura e simples e da manipulação da opinião. Quando você fala em retórica, você sabe muito bem disso que eu estou falando. Do contrário, vira regra para enganar o outro. Não é isso a retórica. Nós temos aqui é manipulação da opinião pública. A mais escrachada. E isso é jornalismo de economia. A pior praga. Eles repetem coisas que não sabem o que estão falando.

Tem uma mulher, uma jornalista econômica Salete Lemos: (imita a voz da Salete) “Não é possível, o consumidor outra vez vai perder.” (gargalhadas) “Não é possível.”. São o consumidor e o contribuinte que substitui a figura do cidadão.

Não é o problema de ser o jornalista A ou B. O problema é como vai estar estruturado. Então, o que acontece? Você substitui a ditadura militar pela ditadura dos mercados e pelo controle da opinião pública. Com grande vantagem porque quando você tem o militar você sabe que o sujeito está dando um choque. Hoje o Brasil é um país livre. Com liberdade. Democracia e liberdade não é a mesma coisa. Então, eu posso comprar um livro. Não vem aqui um coronel tomar o livro *O Vermelho e o Negro* do Stendahl, só porque está escrito o vermelho. (risos)

Sofisticou.

JM.: Claro. O que é que é isso? É a elite brasileira. Não vale nada. Nem um centavo. E as classes dominantes que são rapaces.

Nos Estados Unidos há uma retomada do pensamento keynesiano, após anos de predomínio do pensamento neoliberal. Até mesmo importantes autores neoclássicos ou adeptos das expectativas nacionais estão se voltando para a teoria do crescimento. É o caso de Solow, Lucas, Barro. Há um retorno a velha economia política?

JM.: Não. Eu andei olhando esse negócio da teoria do crescimento, não tem nenhuma idéia nova. Depois eu vi que Paul Krugman fala a mesma coisa. O que há é um instrumental novo, mas as idéias são velhíssimas.

Paul Krugman é um economista interessante?

JM.: Interessante. Inteligente.

Dessa moçada da nova geração quem você citaria?

JM.: Eu não acredito na produção de indivíduos. O grave é que esta havendo na economia uma desarticulação completa dos centros de ensino.

O Furtado produziu tudo de forma autônoma.

JM.: Isso porque nós estávamos em outro mundo. Isso não se repete mais. O grande problema nosso é o seguinte: as universidades - isso vale para economia e para as outras matérias - hoje são fábricas que evitam de o sujeito pensar. Qual o objetivo da Universidade? É o sujeito não pensar. Nada. Então você faz carreira universitária. Eu jamais teria escrito meu trabalho hoje. Eu levei anos para pensar aquilo. Um livrinho. Eu levei anos, pensando, refletindo, coçando a cabeça. Hoje o que é que há? É a carreira. Quantos pontos você fez? Agora é pontinhos. Você levou a lógica do capitalista para uma instituição medieval. A universidade é uma instituição medieval. Você entra com a lógica capitalista e ferra tudo. Está certo ou não? Então, eu sou obrigado - eu não sou, mas eu não vou brigar com a burocracia, porque eu não sou louco, eu sou professor concursado. Então eu tenho que preencher um relatório de 30 páginas. Quantas conferências eu dei? Botei inúmeras. (gargalhadas). É uma esculhambação filha da puta. Eu levei 3 dias preenchendo. Você tem que guardar todos os papéis, montar um arquivo. Aí põe

uma conferência um pontinho, duas conferências 2 pontinhos. Foi conferencista vale 2 pontos. Falou não sei o quê: 3 pontos.(risos)

Essa entrevista vai marcar uns pontinhos então.

JM.: Ah. pontinhos, sem dúvida. (gargalhadas). Isto virou uma pândega. Que empurra o sujeito para quê? Para a irrelevância. Você pega um menino, um economista, não é bom citar, quero saber se ele leu vamos dizer os 10 principais economistas.

Na graduação ele não leu.

JM.: Não da graduação, estou falando dos *insignes* colegas. O Gustavinho não leu Marx com certeza. Leu o Ricardo? Não. Leu o Stuart Mills? Não. Leu Keynes? Leu a Teoria Geral. Se eu for perguntar outras coisas do Keynes ele não sabe. Mas escreveu *papers*. Vamos fazer *papers*? (risos). Uma vez estava em Campinas, e vi esse negócio, foi aí que eu percebi o troço. Nós tínhamos contratado 3 historiadores americanos: O Michael Hall, que você conhece. Ele está lá. Uma bela pessoa. Eu gosto muito. O finado Peter Heisemberg que morreu. Teve um enfarte quase em frente ao Instituto. Fez um belo trabalho sobre o açúcar. A melhor coisa que já se escreveu. Era um sujeito seríssimo, boníssimo. E um maldito sujeito que eu esqueço o nome. Eu passava pelo corredor, eu olhava para este sujeito que esqueci o nomeo e ele estava escrevendo. Um dia, dois dias eu passo lá e o homem está escrevendo, febrilmente. Escrevendo, escrevendo, escrevendo. Eu olho está escrevendo. Um dia eu não agüentei mais - depois de meses - eu disse: “O que é que você está fazendo aí? É um livro?” Ele disse: “Não. Ter (sic) que publicar 4 trabalhos. Faz(sic) 4 trabalhos por ano, sem problema.” (gargalhadas) Eu digo: É o negócio da quantidade. O cara faz qualquer merda. E agora com esse computador então, o sujeito, de um trabalho faz cinco. Tira um pedaço aqui, pinça outro lá, entendeu? Ninguém lê nada mesmo. Vai passando batido. As pessoas não lêem mais. É impressionante.

Eu não condeno o sujeito porque a máquina, como está aí, empurra o cara para isso. Senão o cara está ferrado. Por que o outro faz o *paper*, passa na frente dele. Você não tem tempo para reflexão. Essas coisas de economia ou ciências

sociais são coisas complicadas. Coisas de maturação longa. Qualquer coisa relevante é uma coisa que demora. Mas você vai empurrando. O pessoal da nossa geração já está nesse negócio. É uma guerra.

Vocês continuam trazendo gente de fora para fazer seminários no Instituto de Economia da UNICAMP ?

JM.: Nós estávamos muito desarticulados, por quê? Por que o Instituto cresceu muito. Nós passamos de 25 professores para 100, e jovens. Tudo pendente com tese de doutorado. Eu sai. O Belluzzo saiu. Nós passamos um período muito difícil lá em Campinas. Por que a coisa ficou muito grande, muito desequilibrada. E nós tivemos um tempo que não foi fácil. Mas, agora, acho que nós estamos bem. Neste ano, nós vamos fechar em março com 90 doutores. Do tamanho da USP. Mas pelo nosso regime de dedicação, nós temos mais que a USP, porque nós temos mais tempo integral.

E o fato de a moçada ficar em Campinas ... melhora?

JM.: Melhora. Em segundo lugar, o que nós fizemos? Nós resolvemos expandir. Nós estamos crescendo. Vamos apostar contra: na maré contrária. Então, nós, hoje, estamos na pós-graduação. Nós montamos mais 3 pós-graduações. Uma de economia social do trabalho, que é um sucesso absoluto. Por que também, o pessoal está com saco cheio com o descaso com o social. Sabe, quantos candidatos nós tivemos esse ano para o mestrado em economia social do trabalho? Cem candidatos, do Brasil inteiro. Acho que as pessoas estão com saco cheio disso.

Quantas vagas?

JM.: Vamos admitir 8 no mestrado e no doutorado 4 ou 5. Nós montamos agora um curso de Desenvolvimento, Espaço e Meio Ambiente. Teve 120 candidatos. Muitos economistas, professores.

Geografia econômica?

JM.: Não. Passa pela questão do meio ambiente. Vamos falar sobre a economia regional, com a economia agrícola, com a economia urbana. Isso é que nos estamos chamando espaço. Sucesso absoluto. E montamos um curso histórico -

é claro que para um perfil mais baixo porque aí precisa ter vocação mesmo, porque é para faquir, não tem muito emprego. E vamos montar cursos para fazer finanças no ano que vem.

Como vão os cursos de extensão (CEAG) da FGV-SP na Unicamp ?

JM.: Funcionam muito bem. Vamos fazer uma coisa muito peculiar. Vamos misturar uma porção de áreas. Então, hoje, somos maiores que a USP e a PUC e a FGV juntas, do Rio, em termos do número de alunos. E agora no ano que vem nós vamos fazer a comemoração dos 30 anos do Instituto. Então, nós vamos republicar coisas que foram publicadas no passado e vamos lançar alguns livros novos. Então, eu estou animado. Esta na hora de reagir, de repropor problemas. Eu acho que, eles, progressivamente, estão esgotando todos os expedientes pelos quais eles foram empurrando os problemas brasileiros com a barriga. Uma hora vai ter que enfrentá-los. Fazendo uma coisa de fôlego. A não ser que a gente queira fazer a sociedade apodrecer. É um problema muito sério. Eu acho que nós temos que repropor temas

A UNICAMP está com trunfo para fazer isso?

JM. Eu acho que sim. A UNICAMP tem uma porção de gente mas não é problema de UNICAMP. Acho que tem um problema institucional e tem um problema, na verdade, de rearticulação das pessoas que pensam, como eu, vocês, etc. Nós precisamos achar um meio de nos reaglutinar, para fazer a coisa mais organizada. Eu acho que até agora não dava para pensar nisso, porque nós estávamos tão por baixo e tão esmagados, que, na verdade, estávamos sobrevivendo. No fundo, nesses últimos 4 ou 5 anos, nós lutamos para não desaparecer do mapa. Mas, agora, acho que a gente têm condições de retomar porque eles não têm mais o que dizer.

Só uma última questão. Você acha mesmo que não há nenhuma criatividade nessas idéias sobre a inflação inercial?

JM.: Então, você me diz qual é a idéia nova que eles tiveram?

A idéia da estabilização. Eles conseguiram estabilizar a economia.

JM.: O problema é o seguinte. Há uma super liquidez no mercado internacional. E o que é esse negócio da abertura? Porque eles querem, na verdade, usar a América Latina para equilibrar um pouco mais o balanço de pagamentos deles. E abrir, na verdade, campo de investimento para o dinheiro deles. Muito bem. Esse negócio, veio articulando essa sobre liquidez, esse ciclo de crédito que está havendo aí, que está acabando. Isto que é o essencial. Todos os programas de estabilização supõe, na verdade, abertura econômica com enxurrada de dinheiro para financiar déficits comerciais e balanço de pagamentos crescentes. Qualquer sujeito sabe que isso um dia chega no fim. Esse cara vai quebrar, pega e vai embora. Então estabilizou como? Estabilizou porque subiu as importações, caramba.

Mas não há nenhuma reflexão nova na questão da inflação inercial?

JM.: Eu não estou dizendo que você deva pegar tudo isso e jogar no lixo. Eu estou dizendo o seguinte: que, na verdade, não tem idéia central nenhuma. Nem deve ter teoria econômica. Na verdade, há uma descrição do processo inflacionário. Uma boa descrição, não vamos dizer que isso não serve. Serve. Isso é óbvio e depois acoplado a um diagnóstico de ajuste fiscal, que é tão igual quanto ao dos metalistas do Brasil do século XIX. Você pode pegar o que o fulano diz e compara com algum gabinete conservador lá do império. É igual, está certo?

Então é só uma boa descrição do processo inflacionário?

JM.: Sim e isso, eu acho interessante. É uma coisa engenhosa. Mas só há mecanismos de propagação, como nós chamávamos no início da década de 50.

Na sua entrevista, o Belluzzo (em Conversas com Economistas) diz que os economistas mais criativos da nova geração são o André e o Pêrsio.

JM.: Tem ironia nisso, a entrevista do Belluzzo é terrível. O que se perdeu foi a tradição de juntar a coisa da estabilização com a coisa do desenvolvimento. Você pega por exemplo Prebish e Gudin. Um problema está conectado no outro. Veja bem, como é que articula uma coisa com a outra lá. O que nós estamos dizendo é o seguinte: enquanto você não refizer as condições de dinamismo capitalista, a inflação não acaba. A não ser que você jogue um pedaço do país no lixo. Ou seja, encolha a economia, faça uma grande depressão, uma crise social imensa. Por que é que ele

não chegou a isso? Por que na verdade, você foi empurrando com a barriga. Mas a hora da verdade vai chegar doutor. Quando não houver mais nenhum expediente, nenhum truque, então, a pergunta é essa: você quer jogar a metade do país no lixo? É disso que se trata.

ENTREVISTA COM ANTÔNIO BARROS DE CASTRO

P.: Vamos começar falando sobre a sua formação. Como você se interessou por economia?

ABC:: Eu creio que a origem desse envolvimento com a economia tem a ver com as dificuldades enfrentadas por meu pai. Vivi isso muito de perto durante os anos 50. O meu pai era fazendeiro, e ocorreram algumas geadas que destruíram seus cafezais. Depois ele perdeu o gado com aftosa. Daí por diante a nossa família viveu uma fase de extrema dificuldade. Não tinha sequer recursos para pagar o colégio. Então, eu vivi muito esse drama. Nós somos em 7 irmãos. O aperto era permanente. Tudo era muito difícil.

Eu tenho impressão que isso me despertou muito para esse condicionante profundo da vida que é, no nosso jargão, a “restrição orçamentária”. (risos). Depois eu comecei a ler sobre café e a me envolver com assuntos de economia agrícola. E daí diante eu fiquei com um certo apetite pelos problemas econômicos.

Mas a verdade é que eu tinha uma outra tendência, que mais correspondia, digamos, aos meus impulsos, que era a filosofia. Eu lia muito e, especialmente, entre 16 e 20 anos, eu lia sistematicamente filosofia. Sartre por exemplo estava muito em moda. Cheguei a entrar na Faculdade de Filosofia, inclusive. Eu custei a sepultar essa inclinação. Mesmo quando eu fui para a Inglaterra, para estudar na London School of Economics, acabei dando toda atenção ao Popper e estudei só marginalmente para o curso de economia. Me interessava mesmo pelo curso de métodos: com Popper e Lakatos e sobretudo pelo seminário do Popper, que foi a maior experiência intelectual da minha vida.

Eu tinha 22 anos e, no final do curso, Popper levantou uma questão. Eu era bastante tímido, mas ousei tentar refutar a própria formulação que ele havia dado à

questão. E ele gostou muito, me chamou no intervalo da aula e me convidou para um seminário fechado, com somente 11 pessoas. Eu fiquei um ano fazendo esse seminário. Eu era o único bárbaro, era o único ignorante. Todo mundo muito sofisticado. Gente com Phd ou com pós Phd e o Popper. O Popper era uma pessoa de uma generosidade intelectual que eu nunca vi igual e de uma abertura total.

P.: Qual era a temática que vocês discutiam?

ABC: Nós percorríamos em geral os temas do Popper. A rota era ele quem dava. Não é pela sua obra. De tempos em tempos ele trazia de fora gente para debater conosco. Um debate com ele, obviamente. Realmente adversários. Eu me lembro que em certo momento chamou um peso pesado, da Alemanha, e nós tivemos uma tarde inteira de debate com o Popper, uma coisa absolutamente inesquecível. Mas, em geral, o Popper colocava questões relativas a produção de conhecimento. Sempre, com muita ênfase, naturalmente, a partir da sua perspectiva, mas com muita ênfase no repúdio ao indutivismo, uma certas restrições a um dedutivismo simples e um acento e preferência muito grande à formulação de hipóteses. Eu me lembro em um dos encontros ele ter perdido uma tarde inteira defendendo a idéia de que o conhecimento fundamentalmente avança por hipóteses e que não importa se as hipóteses eram certas ou erradas. Elas poderiam ser fecundas mesmo quando erradas.

P.: Mas em algum momento você se aproximou mais da economia. Quais foram os autores que o seduziram?

ABC: No retorno ao Brasil?. Vamos mudar a ordem. Eu saltei para o Popper mas isso é depois de eu estar formado. Eu fiz uma Faculdade de Economia, que era a antiga Faculdade Nacional do Rio de Janeiro, na mesma turma do Carlos Lessa, companheiro inseparável de muitos e muitos anos. E era uma faculdade boa, apesar de extremamente conservadora. Havia uma dedicação extraordinária por parte dos grandes professores. Que eu me lembre são figuras marcantes para todos nós, para a Conceição também. As figuras marcantes foram: Octávio Bulhões, Roberto Campos, Antônio Dias Leite e Santiago Dantas. Eram 4 professores de grande peso. Cada um a seu modo, eles nos ensinavam não só economia como também postura

diante da vida. Eram todos homens públicos. Pode ser surpreendente essa lembrança de homens como o próprio Campos, dado que, como todos sabem, a minha trajetória foi inteiramente à esquerda e o Roberto Campos situou-se sempre numa posição diametralmente oposta em relação a grande parte da minha vida. Mas é que estou enfatizando aqui o homem público mesmo. O professor que respeita os alunos; que não falta a uma aula; que responde a cada pergunta com maior empenho. É certo que, realmente, procurava convencer os alunos daquilo que está dizendo. Tudo isso era comum aos 4. O mais brilhante deles era, sem dúvida, o Santiago Dantas. As suas aulas eram resplandescentes. Eram inacreditáveis. E nesse tempo Bulhões então, que eram um dos principais professores de formação econômica, nos fazia ler autores. O que me marcou muito foi Wicksel. Eu lia rigorosamente, eu era extremamente aplicado, eu me lembro que Wicksel e Schumpeter eram bastante usados pelo Bulhões e evocados por Campos, de tempos em tempos.

Então eu tive essa curiosa formação inteiramente defasada por que a essa época já teríamos que estudar basicamente o Samuelson. Isso não me ocorreu. Eu só fiz um estudo convencional de micro na época, mas a nossa formação ia mais por uma tradição ... que é muito difícil definir.

Então, o Campos lecionava pelo 2 volumes do Gudin, Os Princípios de Economia Monetária e ficava bem colado nos textos, só que exemplificava muito. Dava um toque de atualidade. Ilustrava sempre com uma postura do Fundo Monetário ou algo assim. Era um curso muito bom. O livro do Gudin é um livro respeitável. Eu tenho essa opinião. É uma enorme síntese bem feita.

O Campos também tinha a vantagem de estar muito próximo à política econômica porque ele era do BNDE. Estava sempre falando dos últimos problemas. Colocando no contexto etc. Isso é muito importante para nós, de unir a teoria à aplicação prática.

Já o Bulhões era bem mais abstrato, por vezes nebuloso. Não era um professor particularmente claro, mas de tempos em tempos fazia observações extremamente interessantes, mobilizadoras, motivadoras e cobrava muita a leitura de clássicos. Acho que na formação básica, nos livros da escola, essas foram as pessoas decisivas.

O Dias Leite entra aí com uma função muito importante: trazer para nós o interior das empresas, o processo de tomada de decisões nas empresas. Acho que foram essas as pessoas mais influentes.

P.: Algum livro marcante de autor brasileiro nessa época, além do Gudin que você já citou?

ABC: Não! O grande problema da nossa escola era um distanciamento enorme do grande pensamento brasileiro. Eu, realmente, não ouvi falar em vários autores que depois seriam fundamentais para mim. A publicação do *Formação Econômica do Brasil* de Furtado teve uma repercussão nula. Não foi sequer registrado tanto quanto a minha memória guarda. Jamais se falou de Caio Prado Jr. ou de Gilberto Freire.

P.: Você entrou em que ano?

ABC: Eu entrei em 56 e sai em 59. O livro do Furtado é de 59 e se bem que já existia um outro livro dele sobre economia brasileira, de 54. A CEPAL também não era mencionada, o Prebisch era ignorado. Era uma escola extremamente conservadora. Não há dúvida alguma sobre isso.

P.: Como você travou contato com este outro lado da economia?

ABC: O movimento político era infimo dentro da escola. Eu tinha uma postura, digamos assim, crítica em relação ao conservadorismo de todos esses mestres, exclusive Santiago. É uma postura que provinha diretamente de Sartre, da filosofia existencialista. Não passava pela reflexão econômica. Eu não tinha instrumental para pensar, para criticar no plano da economia ou no plano da sociedade. O meu referencial era Sartre mesmo. Mas, então, por aí tinha uma mera vaga tendência de esquerda. Mas eu não conseguia de maneira nenhuma traduzir isso numa reflexão alternativa sobre o Brasil. E o marxismo brasileiro não chegava de jeito nenhum à escola, que era uma fortaleza do conservadorismo e não era um ambiente tenso. Isso não se conseguia de forma antipática, prepotente. A impressão que nós tínhamos que esse conservadorismo era algo de natural: o mundo era assim. E havia meia dúzia de comunistas na escola, e eu não me lembro de nenhuma tensão com eles. De minha parte certamente não. Me dava muito bem com eles. Via

literatura internacional, eu tinha um certa simpatia ... Mas tudo muito vago. Insisto, não tenso. A escola não tinha uma divisão. As divisões políticas marcantes, em várias etapas da minha vida, surgiram muito depois. Nessa época, eu vivia numa espécie de limbo político.

E uma simpatia bastante generalizada por Juscelino Kubitschek. Generalizada na escola. Um clima bom. Assim um clima de um certo encantamento geral. Nós não chegamos a tomar notícia, por exemplo do grupo de Itatiaia, depois começo do ISEB. Só fui descobrir quando, terminada a faculdade, eu fiz simultaneamente um concurso para ganhar uma bolsa para o exterior e entrei na Faculdade de Filosofia.

Na Faculdade de Filosofia tive contato com a esquerda. Na realidade a Faculdade Nacional de Filosofia já tinha uma hegemonia muito acentuada do pensamento radical de esquerda. Era até difícil não ser engajado a esquerda dentro da Faculdade de Filosofia.

P.: *Álvaro Vieira Pinto dava aulas lá?*

ABC: Vieira Pinto era a maior estrela e estava saindo e passando a se dedicar quase que exclusivamente ao ISEB nesse momento, quando eu entrei lá. Infelizmente, não tive aulas com ele. Mas eu fiquei só um ano na escola, porque eu ganhei um concurso e fui para o exterior. Lá na London School é que eu fui começar aprofundar o meu contato com várias correntes. Mas, vejam bem. De forma assim sempre não comprometida. Sempre levado pela curiosidade intelectual. Lembro que Fidel Castro teve um grande impacto. A London School discutia muito a experiência cubana e eu estava lá quando Fidel se declarou marxista, em 61. Então houve um grande debate na London School com 3 posições. Eu me interessei e me pediram então se eu podia aceitar a posição de defesa do Fidel. O que eu achei ótimo porque eu tinha simpatia, era quase anti norte-americano. Nesse debate tentei defender com todos os argumentos que dispunha a posição do Fidel, não propriamente com comprometimento com o marxismo, mas defendendo, digamos, a inviolabilidade da Ilha, o direito da autodeterminação de Cuba etc. A autodeterminação já estava em voga, estava sendo formulada essa visão terceiro mundista. Estava muito vigorosa. Estava florescente.

P.: Você entrou na CEPAL quando você voltou da Inglaterra?

ABC.: Eu tomei um choque que teve uma extraordinária influência na minha vida. Eu voltei da Inglaterra, chego aqui, em novembro de 62. Imediatamente procurei Lessa, Conceição ... Conceição era uma turma depois da minha, atrás da minha, mas já era nossa amiga. Ai, eu encontrei o Brasil absolutamente politizado. Só se falava de política, eu notei até uma grande dificuldade na linguagem. As pessoas usavam expressões que eu desconhecia. Eu fiquei perplexo! Um choque cultural para mim. E eu me lembro que uma das primeiras conversas que eu assisti foi do Carlos Lessa com Marcos Lins, hoje é um personagem aí no INCRA. Mas Marcos Lins tinha ligações com Arraes em Pernambuco e eu notei que simplesmente não conseguia entender várias frases, a tal ponto havia sido construído não só digamos uma cultura, um referencial, mas até mesmo expressões, vocábulos novos, que realmente foi um choque para mim, nesse ano de 63. O Brasil vivia política. Só existia política. Tudo era política. Era a Pré Revolução Brasileira do Furtado. O Sartre estava muito presente, mas era um Sartre político. Não era de maneira nenhuma o filósofo.

P.: Você travou contato com o Inflação Brasileira nesse ano de 63?

ABC.: O livro do Ignácio Rangel. Deixa eu pensar. Eu comecei a ler intensamente os autores brasileiros. Eu tinha uma pilha para colocar em dia e em ordem. No exterior não havia lido nada sobre o Brasil. Então eu recebi tudo de uma vez. E esse ano de 63 eu me sentia correndo atrás o tempo todo. Correndo atrás, me alfabetizando politicamente em vários sentidos e lendo desbragadamente ...

P.: Caio Prado, Alberto Passos Guimarães, esses autores?

ABC.: Isso! O próprio Furtado. E também as obras cepalinas, que eu desconhecia. Foi uma dose assim brutal de novidades. Eu sentia que as idéias que até então eu tinha na cabeça eu dificilmente referenciava. Essa nova literatura, certa ou errada, eu discordasse ou aceitasse, era como chaves, que me introduziam na realidade. Não importa que fosse a realidade do discurso, da realidade ideológica etc. Mas senti que através delas “eu entrava no mundo”. Isso me provocou uma excitação intelectual gigantesca, sem dúvida alguma.

P.: Quando é que você foi parar no curso da CEPAL e se tornou professor ?

ABC: Lessa e Conceição já eram da CEPAL e me apresentaram ao Anibal Pinto, que tinha há pouco começado a sua gestão no Brasil e conseguiram que eu fosse contratado, logo em dezembro de 62. Uns 2 ou 3 meses depois, eu recebia do Anibal Pinto uma encomenda para que eu e o Lessa juntos preparássemos um texto de introdução à economia. E a encomenda era muito precisa. O Anibal Pinto nos dizia que precisava de um texto que “faça com que o engenheiro, o médico, o advogado tenham uma visão do conjunto da economia”, um corte estrutural, a linguagem dele era muito estruturalista, era um cepalino. Mas, ele deixava bem claro que gostaria que o sujeito, através desse curso, passasse a se situar em relação a problemas da economia brasileira. Era uma coisa analítica em certa medida, porém, muito fortemente orientada para o trato de problemas da economia brasileira, da economia latino-americana.

Ele é muito brincalhão. Muito irônico e advertia logo que a gente contivesse quaisquer ímpetos em direção a maiores abstrações, fossem elas categorização marxista ou de qualquer outro tipo, enfim, que fugisse totalmente aos esquemas de introdução seja da economia convencional ou do marxismo. Que fosse uma ponte para a realidade. A idéia era que depois de um curso intensivo, o aluno estivesse realmente apto a se colocar diante das sucessivas matérias que viriam a seguir: Desenvolvimento, Financiamento do Desenvolvimento e por aí afora.

E essa prensa que nós levamos do Anibal Pinto foi muito importante porque o livro realmente saiu muito enxuto. Ele não apresenta nenhum conceito que não seja a seguir operacionalizável para efeitos de exame, debate de grandes questões da economia aplicada.

P.: No prefácio do Introdução à Economia o Anibal Pinto diz que esse livro veio suprir uma lacuna teórica, uma vez que os textos estrangeiros não se prestavam a esclarecer a economia latino-americana?

ABC: O que ele queria dizer com isso? É que ele não queria nenhuma mastigação de conceitos marxistas e nem tampouco apresentação de diagramas de demanda e oferta e conceitos básicos convencionais de micro. Era muito nesse

sentido. Era muito mais no sentido de repúdio do que outra coisa. O que acontece é que ele ficou, sinceramente falando, muito impressionado com o resultado. O livro conseguiu criar um estudo analítico mínimo. A retratação que faz do funcionamento de uma economia como a nossa, sem ter quaisquer pretensões teóricas tem um certo nível de abstração, tem um certo vigor que o impactou muito. Desde o início ele se revelou satisfeitíssimo com o empreendimento e realmente ele intuiu que ia pegar. E de fato pegou espantosamente.

Eu, há uns dois anos atrás, fiz as contas, bem feitas, fiquei absolutamente espantado com o resultado: ele vendeu cerca de meio milhão de exemplares. São quarenta e tantas edições na América Latina pela Siglo 21 e quarenta e tantas edições no Brasil.

P.: Para o mercado editorial brasileiro daquela época é realmente um fenômeno. Só os livros do Celso Furtado vendiam e nem ele conseguiu tudo isso. Mas vamos falar de metodologia. Qual o melhor método da abordagem econômica? O enfoque histórico institucional ou o enfoque analítico clássico?

ABC: Deixa eu contar uma história. Estou me sentindo como a mulher do Churchill num jantar em que ela se sentou diante de um político inglês importante. E este político faz a ela uma pergunta muito complexa. E ela ficou em silêncio e aí falou assim: “Bom, deixo eu falar para ver o que eu penso a esse respeito.” “Aí o Churchill perguntou: “- Como?” Ela falou assim: “- How can I know where I see before hear what I say?” (risos) “Como é que eu posso saber o que eu penso antes de escutar o que eu falo?”

Então, eu estou me sentindo a mulher do Churchill... vamos dizer que isso é o início a exposição tá? Você me perguntou sobre a minha escolha entre o método histórico institucional e o método analítico formal. Então, deixa eu começar a falar para ver o que é que eu penso. A pergunta é muito complexa. Então, eu me posiciono da seguinte maneira. Antes de mais nada eu diria o seguinte. Há objetos que são bastante tratáveis a partir de instrumentos analíticos universais. Digamos, algumas questões de balanço de pagamentos, efeitos de uma desvalorização cambial

que envolvem elasticidade e que envolvem equação de transações correntes, que definem transações correntes como a diferença de produto e absorção.

Enfim essa temática me permite toda uma reflexão analítica que é importante. Mas, mesmo nesse tipo de problema, eu não tenho dúvidas que as instituições e o contexto histórico contam. Eu acho que, em diferentes momentos da história do Brasil, se eu pegar, por exemplo, as desvalorizações do Delfim, a de dezembro de 79 e a de 83, sendo que em dezembro de 79 foi uma desvalorização estéril, sem nenhum efeito, ela só acelerou a inflação e a de 83 teve um enorme impacto, ela realmente mudou o preço relativo, teve grande influência a seguir. Se eu pegar essas duas coisas, vamos fazer uso do instrumento de análise convencional, mas vou também contextualizar porque, mesmo esse tema, que é relativamente convencional no tempo, mesmo esse tema não pode ser tratado profundamente sem uma emolduração institucional. No caso, o contexto 79 e o contexto 83 são indispensáveis para entender porque uma foi estéril e a outra efetivamente mudou o preço relativo e teve um enorme impacto.

Bom, mas há outros temas em que a precedência do político institucional é óbvia. Por exemplo, se você me perguntar sobre a mudança de distribuição de renda que houve na década do 60, que deu margem a todo aquele debate conhecido de nossa história, eu vou de imediato, de partida, antes de tentar qualquer análise, eu vou fazer o enquadramento.

O golpe 64 alterou radicalmente as condições em que se situavam os sindicatos, em que se relacionavam e se confrontavam empresas e os sindicatos e logo a seguir, houve uma legislação forte tentando demarcar a evolução do salário.

Então, eu vou ter que carregar nas tintas de todo o quadro de mudanças institucionais e políticas, sem os quais você absolutamente não vai poder entender o que aconteceu nessa década de 60. Seria realmente grotesco que alguém pudesse tentar explicar as mudanças de distribuição, por mudanças de produtividade marginais dos fatores ou por mudanças digamos no quadro educacional da mão-de-obra, como se tivesse alguma possibilidade de estudar por mudança de capital humano naquele período.

Então, isso é para dizer que diante deste tema, eu, sem dúvida alguma, daria grande ênfase ao enquadramento político institucional. Agora, mesmo nesse tema eu prosseguiria de alguma maneira usando ferramentas analíticas acerca das alterações efetivas da distribuição de renda. Enfim, desdobrando a análise para as direções.

P.: Qual é o papel da matemática e da econometria na pesquisa econômica?

ABC: Raramente recorro a instrumentos ou modelos de testes quantitativos. Mas, há pouco eu me referi aos efeitos da desvalorização. Se eu pretendo discutir desvalorização, me parece que um bom estudo trabalhando econometricamente para pesquisar resultados, com um estudo comparativo internacional, de numerosas desvalorizações feitas no Chile, em Israel e por aí afora, me dão uma certa segurança, longe de plena, acerca do que empiricamente tende ou possivelmente ocorre em decorrência de uma desvalorização. Então, se mediante recursos econométricos eu conseguir trabalhar o conjunto dessas informações, vou explicitar aspectos que, a olho nu, possivelmente, eu não perceberia. Então o uso da econometria pode ser extremamente útil para organizar dados e explicitar relações entre eles.

Eu tenho a impressão que a matemática é absolutamente indispensável para que você possa entender o que significa um mundo walrasiano. Então, eu vejo a econometria extremamente útil para efeito de pesquisa e a matemática como algo fundamental para me dar acesso a diversas proposições teóricas. Isto posto, devo acrescentar que como um estudioso, em regra, me mantenho bastante distante da matemática e econometria, e o tipo de problema que mais me mobiliza desde sempre é extremamente rebelde a formalização.

Que tipo de tema me interessa? Interessa especialmente 2 tipos de questões que desafiam a formalização. Que são a comparação ao longo do tempo de experiências internacionais seja de experiências de inflação, seja de experiências de industrialização. Então para essas comparações, realmente, a matemática não será usada e a econometria entra muito secundariamente. Mais do que isso, eu tenho interesse central em transformação. Quer dizer, na mudança. E a transformação é algo que, em regra não é tratável matematicamente.

Tomemos um caso aqui. Vamos a uma ilustração: da alta inflação para a instabilidade muda radicalmente o quadro financeiro. Essa mudança qualitativa, complexa é algo individual. É algo que você não vai conseguir representar formalmente ou então será inútil, será um desperdício de trabalho mobilizar grandes recursos formais para o tratamento dessa transformação.

A economia do Rio Grande do Sul acaba de receber duas grandes montadoras, a GM e a Ford. Estou extremamente interessado, por exemplo, em entender o impacto desta brutal mudança que é a chegada de duas montadoras numa economia que tinha uma base de indústria mecânica, mas absolutamente não tinha nada parecido como uma montadora. Mais uma vez trata-se de um problema de transformação, não formalizável

(ffl 2)

P.: O que você acha desta técnica de entrevista para tentar recuperar um pouco da história da economia brasileira?

ABC: Para que eu respondesse a isso, teria que primeiro experimentar métodos alternativos de entrevista, do tipo eu também formulando as questões. (risos)

P.: É que nós estamos estabelecendo um diálogo entre a sua fala e a fala também dos outros entrevistados. Então, há uma bateria de questões comuns para refletir posições diferenciadas ou similares.

ABC: Mesmo essas questões tem significado completamente diferente dependendo do autor. Você pode formular uma questão que deixa um autor super motivado e aquela mesma questão não mobiliza nada no outro. Então é um processo um pouco errático. Quando o autor faz aquilo que o outro pergunta, ele já vem com a bala na agulha. (risos)

P.: Nos anos 60, havia um grupo de intelectuais brasileiros que se rebelava contra o pensamento social e econômico predominante. Havia uma recusa em se adotar as teorias que vinham prontas dos países avançados e diziam respeito a esses países. Por outro lado, havia também uma insatisfação com a produção teórica

brasileira até então. Na esquerda predominava o pensamento do PCB, que enxergava relações feudais ou pré capitalistas, que de certa forma também era uma transposição das idéias da Terceira Internacional. O que fizeram esses intelectuais rebeldes nessa nova esquerda que surgia no Brasil, na qual você está incluído?

ABC: O intelectual com quem mais me identifico chama-se Caio Prado Junior. Por quê? Por que o Caio Prado se dedicou a identificar o que havia de original no nosso caso. Ele sempre foi um rebelde. Sempre repensou criticamente tudo que lhe foi ensinado. E acho que ele descobriu ou, digamos, ele levantou algumas das grandes teses que ficariam para frente incorporadas e seriam retrabalhadas pelas gerações subsequentes. Por exemplo, eu me lembro, só para dar dois casos. O Caio Prado vem e diz o quê? Todo esse debate em relação ao feudalismo no Brasil está inteiramente equivocada e, para começar, no Brasil nunca houve camponeses. No Brasil nunca houve nem minimamente feudalismo. Ele vai dizer que a empresa de açúcar, assim como, mais tarde, a empresa de café têm grandes similitudes com uma empresa capitalista desde o início. Mesmo quando usava o escravo, era essencialmente uma empresa fundada na busca do lucro e no uso de técnicas que chegaram, inclusive, a evoluir e as torná-las relativamente avançadas. Então, o Caio Prado se colocava criticando e buscando as especificidades.

Eu creio que o Celso Furtado também trabalhou muito bem esse filão de entender, por exemplo, a partida da industrialização brasileira. Tomando aqui umas páginas clássicas do Formação, ele vai mostrar como é que se deu aquela partida não intencional da industrialização moderna e como depois progressivamente o Brasil vai assumindo conseqüentemente a opção pela industrialização.

Então, em ambos os casos, Caio Prado e Celso Furtado, você vê essa postura não repetidora, rebelde, um mais em relação ao marxismo e outro mais em relação a, enfim, a tudo que vinha como conhecimento do norte etc. Eu, pessoalmente, sempre me coloquei com esse tipo de atitude.

Nos primeiros trabalhos, como Agricultura e Desenvolvimento no Brasil, eu reconstituo sucessivas teses, todas relativas a agricultura como um entrave ao processo de desenvolvimento econômico e muito particularmente como ela entrava a

industrialização, vou negando uma por uma e a partir dessas sucessivas negações, vou procurar então entender como é que ela efetivamente se coloca numa industrialização que tem as características da nossa industrialização. Então me pergunto: quais são as funções clássicas da agricultura num modelo clássico de industrialização? São as funções de gerar mercado, gerar excedentes de alimentos, gerar mão-de-obra livre e aí vou mostrando que nada disso são requisitos de uma industrialização por substituição de importações. Não é por não cumprir as funções clássicas que ela estaria bloqueando o desenvolvimento industrial. Então, concluo que a agricultura, ao contrário do que afirmavam numerosíssimas obras, não constituiu um bloqueio no processo de industrialização no Brasil. O que ela fez foi operar como uma espécie de matriz na formação do mercado. Ao colocar nas cidades excedentes demográficos não qualificados, despossuídos, enfim que chegavam nas piores condições aos centros urbanos, ela realimentou a má distribuição da renda do país e, por conseguinte, projetou sobre os centros urbanos a sua imagem. Ou seja, ela era de partida uma agricultura de latifúndio, uma agricultura de desigualdade brutal e a sombra de tudo isso veio bater nos centros urbanos através de mecanismos que procuro detectar.

Mas, certamente ela não entrou o crescimento industrial pelas razões anteriormente analisadas. Este tipo de procedimento eu repeti muitas vezes em relação a distribuição de renda, em relação a uma série de coisas.

P.: Qual foi a influência que o Rangel teve nas suas reflexões dessa época?

ABC: O Rangel sempre me fascinou pela capacidade que ele tinha de atribuir uma lógica evolutiva a qualquer fenômeno com que ele se deparasse. Uma vez pensando comigo mesmo, eu me lembro, me veio a cabeça que o Rangel era capaz de decifrar a lógica de um vôo de andorinha. Ele era sempre capaz de embutir uma lógica evolutiva em qualquer processo histórico. Então, isso equivale a dizer que ele é de uma criatividade, de uma imaginação extraordinária. Agora, eu sempre tive resistências a ele em mais de um plano e uma das razões talvez seja o fato de que se há uma coisa contra a qual eu sempre me bati é qualquer tipo de dualismo. Ir lá para trás como Jacques Lambert ou até chegando na atualidade com Bacha, com a

Belíndia, eu sempre combati essas dicotomias. Sempre lutei contra qualquer tipo de pensamento fundado na contraposição entre o preto e o branco ou qualquer cor. A categoria da dualidade sempre me provocou uma certa aversão intelectual. Então, isso é apenas uma coisa que ocorre e aqui de passagem falando de Rangel, eu teria que pensar mais, teria que elaborar porque há um certo distanciamento. Mas admiração eu sempre tive e é uma referência permanente para mim. Mas de fato nunca tive proximidade e nunca me senti com afinidade com ele. Muito pelo contrário, por exemplo, num debate azedo, violento, amargo, entre ele e o (nome?), eu estava totalmente do lado de (nome?), inteiramente contra a posição dele. Mas, isso é um detalhe.

P.: Você não teve problemas em adotar teorias mesmo que fosse de autores mais conservadores, como Delfim Neto ou o Rui Miller Paiva?

ABC: Certamente! Essa é a minha postura mesmo, inteiramente assumida e creio que o conhecimento não pode ter esse tipo de mordada. Vou dar um exemplo até provocativo diante da esquerda. Imagine se o Marx ia se perguntar: ia atribuir importância a posição do Andrew Yuris autor de *Philosophy Manufature Quest*, influência fundamental em várias teses do Marx. Seria perguntar qual é o pedigree ou do posicionamento político do Andrew Yuris não tem menor cabimento! Andrew Yuris é um sujeito que escreveu um livro chamado *Manufatura* que contém a análise mais lúcida acerca da partida da evolução industrial no final do século XVIII. Marx usou intensamente Andrew Yuris. Importa saber se o Andrew Yuris era um proprietário? Ele tinha lá as teorias conservadoras e daí? O Marx é adulto e sabe o que faz com o conhecimento dele.

Essas coisas preconceituosas nunca passaram por mim. Inclusive dentro da própria esquerda, por exemplo, também usava os autores que eu queria, aqueles que me pareciam pertinentes para o tratamento de certos questões. Por exemplo, eu sempre usei muito a *História da Revolução Russa* do Leon Trotski, em particular, o prefácio que é um ensaio absolutamente genial. O fato que isso provocasse arrepios em certos meios de esquerda, nunca teve absolutamente qualquer significado.

P.: Talvez o que incomodava a esquerda em relação a essa questão agrária é que você concluía que a agricultura brasileira não era um obstáculo para acumulação industrial. Daí não haver necessidade de grandes transformações do ponto de vista da acumulação. Em Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira você afirma que o sistema econômico no Brasil vem-se tornando cada vez mais capaz de expandir-se indefinidamente sem reformas sociais. O que você queria dizer com isso?

ABC: Antes de mais nada está dito que as teses esgotacionistas são uma ilusão, uma verdadeira obsessão da esquerda que não me convencem. A esquerda sempre, mesmo nas suas obras mais originais, mesmo nas suas contribuições mais nutridas, sempre concluía pelo esgotamento. As últimas páginas de qualquer ensaio ou pesquisa era para mostrar que daí para frente estava esgotado. Que aquilo já se esgotou. E, eu, pelo contrário, não via nenhum esgotamento. Quer dizer, na realidade, o que está por trás dos Sete Ensaios é a convicção de que a economia brasileira estava prestes a retomar o seu crescimento. Estava numa rampa de lançamento. Ela tinha passado pela turbulência, que nós sabemos dos anos 60. Turbulência tanto no plano econômico como no plano político e a partir de um certo ponto os sinais de revitalização estavam brotando por toda parte.

Isso era última coisa que a esquerda queria ouvir. Porque a esquerda estava convencida de que o país estava numa crise que cada vez mais se aprofundaria sem as reformas. Então, a idéia de que o Brasil voltaria a crescer, que o capitalismo no Brasil voltaria a funcionar em plena ditadura era alguma coisa de insuportável para a esquerda.

Mas eu pensava e via os sinais disso. Procurava demonstrar. Fazia palestras e, na realidade, o ensaio que realmente se condensava como objeto central da argumentação, este ensaio nunca foi publicado. Os Sete Ensaios só tem seis. O sétimo era exatamente a defesa de que o processo de crescimento estava por retomar e que inclusive a concentração da renda que estava ocorrendo não impediria essa retomada do crescimento, por quê?

Eu sempre que chego próximo a esse tema, a relação distribuição de renda sobre o crescimento eu sempre que chego próximo a esse tema dos “Sete ensaios”

eu remeto a um artigo “Reflexões sobre o modelo brasileiro”. Nesse artigo que você não vai encontrar está desenvolvida a idéia de que a concentração da renda, ao invés de bloquear o processo de crescimento, teria o impacto dinamizador, por quê?

Antes de entender isso, é preciso lembrar o seguinte: que no século passado, a concentração da renda era vista como um impedimento para distribuição da renda, por uma razão muito simples. É que os gastos das classes abastadas eram gastos essencialmente feitos com serviços e artesanatos de luxo. Pistolas encastoadas em ouro, criados etc. Então a concentração de renda na cúpula da sociedade não abria mercados para indústria. A contribuição norte-americana na revolução industrial qual foi? Foi a introdução de uma série de duráveis. Entre eles, destacadamente, o automóvel. E os duráveis de consumo criam um tipo de produto industrial que é vendido para indivíduos de classe média e alta. Então, após a revolução industrial norte-americana, no mundo em que os duráveis tinham um peso crescente, ter concentrado a renda nas mãos das classes médias e altas, ao invés de significar uma redução no mercado de manufaturas, significava um adensamento desse mercado exatamente naquilo que constituía a ponta da oferta brasileira. E o que é que havia de mais avançado na oferta brasileira? Eram dos eletrodomésticos para cima, até automóveis. Pois bem, ao ter colocado dinheiro nas classe médias, médias altas e altas, o Brasil havia ampliado estes mercados, que agora eram mercados de manufaturas, insisto, que dinamizavam a ponta da estrutura de oferta.

Portanto, no modelo brasileiro nós vamos ter agora um processo de crescimento puxado por duráveis e o fato da renda ter-se reconcentrado não gera problema algum, pelo contrário. O fato de que duráveis são particularmente passíveis de serem alavancados por crédito ao consumo vai inclusive permitir que isso se dê em grande velocidade. Então, a argumentação é essa. A reconcentração da renda ocorreu, sim. Só que em vez de bloquear, ela vai dinamizar o desenvolvimento.

Quando eu apresentei essa idéia pela primeira vez em 68, produziu um choque que eu até tenho constrangimento de dizer. Obviamente eu não tinha embasamento empírico, até porque o que eu estava dizendo era o que me parecia que ia

acontecer. Então como era totalmente fora da corrente, várias pessoas me diziam: “- Castro, cuidado, vai devagar por que isso pode ser um delírio ” Então Isaac Kerstenevsky da FGV me disse o seguinte:” - Olha! No censo que nós estamos fazendo agora em 69, vai permitir checar essa hipótese. Por que você não espera as primeiras apurações?” É por isso que não tem o sétimo ensaio, porque levou anos para sair esse levantamento. Enfim, não fazia mal algum que eu tivesse publicado a coisa quando era apenas especulativa. Então, por mais de uma razão foi uma tolice minha. Mas o fato é que o artigo ficou na gaveta e ele é o sétimo ensaio.

P.: Pelo que você está dizendo, uma parcela da esquerda brasileira tinha uma visão equivocada da lógica da acumulação de capital. Achava que, principalmente, a demanda dos trabalhadores era essencial para realizar a produção. Eu acho que você abordou essa questão da acumulação e da demanda no seu livro *O Capitalismo Ainda é Aquele*, onde você faz uma crítica ao Kalecki. Havia muitos economistas brasileiros que adotaram essa visão kaleckiana?

ABC: A primeira observação é a seguinte: nesse artigo “Reflexões” um dos argumentos era de que os bens modernos de consumo, que no Brasil eram de classe média e alta e nos Estados Unidos eram de massa, esses bens possuem por trás toda uma cadeia industrial. A demanda intermediária é muito importante. Quer dizer, você compra um automóvel e por trás está toda uma cadeia industrial. Os intermediários jogam peso central.

Dentro da tradição da esquerda, o autor que tratou de certa demanda intermediária como algo central na dinâmica capitalista foi Tugan Baranovski. E, eu, naquele ensaio sobre Kalecki tenho uma posição próxima do Tugan Baranovski. De fato, na dinâmica capitalista a interdependência setorial que você pode ver a La Tugan” ou mesmo, num outro plano, a la Hirschman, essa interdependência é um elemento central da acumulação.

No que se refere ao fato de que contemporaneamente as rendas altas puxam a indústria ao contrário das rendas altas que compravam punhos de sedas e pistolas encastoadas no passado, esta idéia básica é verdadeira. Não há nenhuma dúvida.

Assim como é óbvio que é verdadeira a coisa das cadeias de Tugan Baranowski e Hirschman.

Mas havia um erro importante no meu raciocínio, compartilhado por todos na época, de não perceber que os duráveis de consumo já estavam penetrando as classes C e D. Muito particularmente o operariado já estava entrando forte no consumo do que nós chamávamos bens de luxo.

Quem demonstrou que nós todos estávamos errados foi o John Wells com aquela tese de consumo de duráveis. Então, ainda que seja verdade que a reconcentração não era necessariamente estagnacionista ou restritiva, a verdade é que o mercado de manufaturas estava se expandindo forte por baixo também. Isso é que nós não percebíamos e foi John Wells que nos mostrou. Logo que saiu a tese dele, eu imediatamente percebi que estava errado e concordei inteiramente com ele e passei a ser um divulgador até em cursos de economia brasileira.

P.: Esse artigo do Wells saiu publicado nos Estudos CEBRAP.

ABC: Tem um artigo de 1979 que se chama “O mito do desenvolvimento econômico segundo Furtado” É uma crítica do livro O Mito do Desenvolvimento Econômico do Furtado e essa crítica é centrada na idéia de que para Furtado como para praticamente todo o pensamento brasileiro de centro-esquerda o consumo de duráveis fica restrito a uma pequena minoria. Isso está no cerne da teoria da estagnação e todo o pensamento Furtado gira em torno disso. E esta coisa está errada ou seja, na realidade o consumo de duráveis está se difundindo rapidamente. Então, esta idéia passou a ser um divisor de águas. Essa idéia passou a ser um ponto crucial no debate entre nós e no momento que li o rascunho do John Wells percebi logo qual era o equívoco.

Hoje, os dados do IBGE são absolutamente contundentes a esse respeito. Simplesmente hoje estou convencido que a curva de difusão de duráveis no Brasil é uma curva normal, ou seja, difundiram-se em ritmo semelhante a difusão em países desenvolvidos. Talvez o *timing* da difusão seja um pouco prejudicada, certamente é no caso do automóvel, por causa da má distribuição da renda. Mas é verdade é que

o capitalismo tornou no Brasil e vai tornando em toda parte os duráveis acessíveis a todos.

O Schumpeter dizia que a característica maior do capitalismo era a inovação incessante e a seguir a onda de difusão. E na onda de difusão aquilo que foi inovação acaba virando commodities e acaba chegando a todo mundo.

Mas para grande parte de pensamento de esquerda no Brasil os limites do crescimento estavam num mercado inerentemente restrito. A restrição, o bloqueio do mercado é constitutivo porque é da estrutura social. A medida que você se livra dessa tese, você entra numa outra perspectiva e o desenvolvimento pode ter problemas x, y e z mas, ele não tem esse bloqueio constitutivo que é típico do pensamento dualista que vai dos anos 40 até muito recentemente.

Um livro coordenado pelo Jaguaribe com vários economistas é centrado na idéia de que você tem uma restrição intransponível e há duas sociedades: a que consome e a que não consome. É a mesma coisa do Jacques Lambert, a mesma coisa do Bacha. Isto não tem o menor fundamento. Por mais péssima que seja a distribuição da renda, se você bota uma visão schumpeteriana nesta história, o mecanismo do capitalismo consegue banalizar qualquer coisa, como hoje banalizou inteiramente, digamos a televisão, o aparelho de som e tudo mais. A revolução de consumo de massa no Brasil já ocorreu. E ocorreu porque essa dinâmica capitalista schumpeteriana reproduziu-se aqui integralmente.

Isto não significa milimetricamente que a distribuição não continue sendo das mais ou a mais desigual do mundo. Mas contra isso existe o remédio schumpeteriano das ondas sucessivas e a depreciação progressiva dos bens ao longo das curvas schumpeterianas de difusão. Eu acho que isso é marcante. É por onde eles bateram numa muralha porque se eles não abrem mão disso eles não passam daí. Eu abri mão no minuto que eu li John Wells.

A segunda observação que eu quero fazer é a seguinte: a crítica que eu fiz a Kalecki não tem diretamente a ver com o ponto da retomada capitalista de 68 no Brasil. Ela tem a ver, se eu pudesse sintetizar, com o seguinte fato: eu encontrei na Universidade de Campinas um clima que me faz lembrar uma ironia do Pierro

Srafa. Srafa dizia que a Joan Robinson tratava o Marx como precursor do Kalecki. Havia toda uma idéia então dominante de que o Kalecki era o teórico do século XX, que havia dado conta, que havia explicado a dinâmica capitalista. Nos seus termos mais simples, a imagem passada era a seguinte: o Marx fez a teoria do capitalismo concorrencial e quem fez a do capitalismo oligopólico, com a grande empresa, com poder de mercado etc. , foi o Kalecki.

E esta visão tinha entre as suas múltiplas implicações a implicação seguinte: que se adotava a noção que está presente, por exemplo, em toda tese do Belluzzo, com muita ênfase, de que o capital é dono de seu próprio destino. Isso tem a ver com o que os capitalistas ganham, o que gastam etc. Mas isso levava também a idéia muito freqüente na época de que esse capitalismo contemporâneo tinha uma dinâmica assegurada a partir das próprias grandes empresas: os oligopolios etc. E ele era praticamente imune as crises. Crises cíclicas. Crise singulares. Começou a ser percebido numa discussão aí por 74/75 e no meu entender, nos vários sintomas de uma crise cíclica.

Então a idéia que se tinha é que o Kalecki havia dado conta do capitalismo contemporâneo e que esse capitalismo contemporâneo era um outro capitalismo cujo funcionamento se explicava e derivava do jogo das grandes empresas . E ele não tinha crises e não havia a possibilidade de compressão de lucros. Ele tinha uma espécie de imunidade assegurada a partir da grande empresa.

Eu achava contrariamente que: 1o) capitalismo continuava com características antigas. Que características antigas? Ele podia sim passar por crises, o controle que a grande empresa tinha sobre preços etc. não eram controle sobre margens de lucro ao contrário que você pode supor. A Inglaterra, por exemplo, estava passando por um processo de esmagamento de grupos (palavras inglesas ???), na época era muito discutida. Então eu procurava mostrar que, além disso, há vários capitalismo com grandes empresas. O japonês difere completamente do inglês, está certo! Então, o capitalismo continua passível de crises, com surtos regulares e irregulares de inovação, sujeito a ciclos, a esmagamento de lucros e problemas diversos. Daí o nome O Capitalismo Ainda é Aquele. Um nome infeliz que prejudicou muito o livro

mas fazia parte dessa tentativa de dizer: não existe um novo capitalismo cujo teórico é o Kalecki, não.

Tem mil autores aí contribuindo para explicar. Há casos como o francês, italiano, como o japonês que são completamente diversos e nós temos que abrir a janela para todas essas experiências. E não ficarmos pretendendo observar o mundo a partir de uma matriz kaleckiana, não obstante o fato de que alguns singulares artigos do Kalecki são absolutamente preciosos. Como, por exemplo, os aspectos políticos do pleno emprego de 42, que é uma obra-prima, um artigo seminal.

Mas essa questão do Kalecki era uma briga pela pluralidade na realidade. O que eu estava brigando ali era contra um certo monoteísmo. E o livro começa com um artigo sobre as diferentes dinâmicas de crescimento. Então: o caso inglês, o caso japonês, o caso norte-americano. É a tentativa de mostrar que, dependendo das instituições, da relação de forças entre sindicatos e empresas, da moldura política etc., você tem trajetórias completamente diversas. E não me vem com um autor que seria a chave do entendimento da dinâmica capitalista, porque tal coisa é impossível.

P.: Em função dessas discordâncias você acabou saindo da UNICAMP?

ABC: Eu tive na UNICAMP uma experiência muito amarga. Foi a única experiência de vida na qual me envolvi em brigas que se foram tornando cada dia mais azedas. A razão pela qual eu sai da UNICAMP é que no último ano tive 11 doenças. E o médico disse: “- você tem que sair”. Eu estava somatizando tremendamente. Até então não tinha tido doenças e, na realidade, devo dizer que depois disso também não tive doenças. Mas, naquele ano eu tive 11 doenças e fui duas vezes ao hospital. Então, concretamente, eu sai por que eu estava me destruindo. Eu estava somatizando essas brigas.

Agora, reconstituir os fios da meada não só é muito doloroso como é de pouco valor. Interessa pouco as pessoas. O fato é que eu sai derrotado. Profundamente amargurado e a decisão de sair foi uma das melhores decisões da minha vida, não tenho nenhuma dúvida sobre isso. Praticamente não voltei mais lá.

P.: Vamos falar de algumas obras importantes na economia brasileira. O que você achou da Crítica à Razão Dualista de Chico de Oliveira?

ABC: Eu li e eu sempre tive muito interesse por questões regionais. Acho que ele deu uma grande refrescada no debate regional com esse trabalho. Eu trabalhei no nordeste. Eu tenho um lado nordestino. Tenho muito sentimentos pelo nordeste. Eu até estou escrevendo agora um artigo sobre o nordeste eu teria que relê-lo.

P.: E o O Capitalismo Tardio do João Manoel de 75?

ABC: Boa tese, boa dialética da UNICAMP, mas que a meu juízo, não tem essa importância toda. “Além da estagnação” é um ensaio muito importante. Tem vários méritos e ele vai usar exatamente aquela idéia de que dá para redinamizar etc. etc.

P.: O que você achou do “Empresário industrial e desenvolvimento econômico” do Fernando Henrique Cardoso? E o “Dependência e desenvolvimento na América Latina? A teoria da dependência foi um avanço teórico importante?

ABC: O livro “Empresário industrial” faz parte de um conjunto de obras que tentou repensar o Brasil a partir de uma questão central. A partir da idéia de que o crescimento propiciado pela indústria voltado para substituição de importações havia permitido uma certa caminhada histórica, um certo avanço, mas que se havia esgotado. Ou seja, é uma literatura, um tipo de obra baseada na convicção de que o desenvolvimento frustrou-se. O Celso Furtado fez várias obras apontando nessa direção, da reversão das expectativas do desenvolvimento. A Maria da Conceição Tavares tem o seu clássico e vários outros autores poderão ser citados no Brasil e na América Latina. É toda uma fase de desilusão e de busca de novos caminhos.

O outro aspecto central que chamou muita atenção na obra de Fernando Henrique foi a tentativa, que vai prosseguir na teoria da dependência, de pensar o econômico a partir do jogo de conflitos e dos interesses sociais. Como se fosse um esforço de introduzir a dimensão sócio-política que estava omitida sistematicamente pelos economistas na interpretação do que teria ocorrido no Brasil e na América Latina

Então, o que ele tem de original é isso. É o esforço, uma proposta metodológica, uma proposta teórica ambiciosa, que toma a mudança econômica como ininteligível sem a explicitação dos interesses sociais e da estrutura política que está por detrás de cada mudança. Isso é o que ele tem de novo e é novo mesmo no sentido que o pensamento do Prebisch do Furtado, apesar de, vez por outra, estender um braço, uma implicação no campo social está centrado na problemática econômica, como se ela tivesse uma lógica própria. Então, a interpretação da história seria a reconstituição de uma lógica evolutiva e fundamentalmente centrada na economia. Uma reação antieconomicista.

A partir desse ponto, eu deveria dizer o seguinte: eu tenho todas as razões, em princípio, para gostar muito desta abordagem. Eu tenho toda a minha inclinação pela contextualização, pela visão histórica, pela contemplação do específico e pelo destaque ao comportamento de atores singulares. Então, eu tenho uma predisposição muito favorável a essa tentativa sobretudo de localizar o específico e particularmente no social, na política.

Mas, eu devo dizer que absolutamente não aprecio. Não sei qual é a palavra simples e adequada, que não seja rude, mas que seja sintética. Eu absolutamente não me convenci. Usando uma expressão cruel mas que eu acho que é verdadeira: o que ele tem de novo não é bom e o que ele tem bom não é novo.

Porque eu não fiquei minimamente convencido, nem da tese do Empresário Industrial, nem mais adiante no livro da Dependência, que os autores, juntamente com o Faletto, tenham conseguido, digamos assim, romper o economicismo de forma fecunda. E, muito particularmente, acho que há nas duas obras, um esforço que vicia todos os resultados, que é uma dupla analogia com o marxismo ... Dupla analogia de achar que o fundamental é : 1o.) Cada classe ou cada grupo social procura montar a estrutura econômica e social de acordo com os seus interesses. Como se cada classe ou conjunto de classe, grupo, aliança fosse portador de um modo de produção, de uma forma de estruturação da economia e da sociedade e que cada sujeito histórico tenta assumir o comando da história através disso. Dessa estruturação conforme os seus interesses, conforme a sua, digamos, vocação

histórica. E as demais classes, grupos excluídos etc. resistem a isso, essa é a segunda idéia, e a coisa se dá através de conflitos.

São obviamente duas evocações do marxismo. Primeiramente, a evocação do que há de mais central em Marx, que é a burguesia como classe social, portadora de um modo de produção, que se afirma ao superar o feudalismo e estrutura o mundo de acordo com o seu interesse, contrariando as forças que a ela resistem. Basicamente as classes pré-burguesas. Então, aí estão as duas coisas. Tanto a idéia que ela é portadora de um novo mundo e que o estrutura de acordo com os seus interesses e quanto a idéia de que isso se faz através de conflitos, que é o que move a história. As duas são portanto propriedades absolutamente fundamentais e idéias centrais do marxismo.

Então, eu diria que essa idéia, que é matricial em Marx, no máximo se aplica a emergência da burguesia. Se você tenta reproduzir isto para outras experiências, você fracassa. Todas as tentativas de imaginar a superação do escravismo pelo feudalismo deram com os burros n'água. Porque não existe a classe feudal que é portadora do seu modo feudal, que brinca com a classe de donos de escravos etc. e vai por aí afora. Assim também essa analogia revelou-se altamente problemática quando aplicada ao proletariado. O proletariado não conseguiu de maneira nenhuma fazer o análogo que a burguesia fez. Bater crescentemente contra a classe hegemônica que o precede, impor e estruturar o seu mundo a seguir. E essa analogia não serve. E muito menos, aí vai o meu ponto, serve para estudar formações econômicas como a nossa.

E a idéia de que aqui também você vai entender o movimento econômico a partir dos interesses da classe dominante, da classe que está chegando a ser dominante, e que este processo é movido por conflitos, essa tentativa está condenada ao fracasso. Aliás, as referências feitas na teoria da dependência ao caso brasileiro são pífias, como vocês podem reparar. Há, inclusive, uma passagem em que reconhecem que, pelo menos na primeira fase da industrialização, lá pelo Vargas, nada tem a ver com uma impulsão a partir da burguesia. Isso eles admitem. Mas acontece que realmente prossegue assim e não é uma boa coisa metodológica.

Ela realmente não é capaz de organizar um material histórico. Ela estava condenada ao fracasso. Eu nunca aceitei essa proposição básica: a idéia é absolutamente genial no Marx de fazer uma história do capitalismo a partir da ascensão da burguesia como eixo estruturante da história. É uma idéia genial, mas não é reproduzível e passível de ser usada no varejo para estudar, por exemplo, o Paraguai de 50 a 70, não dá! É bobagem porque não é por aí que você vai conseguir organizar um material histórico. Então, eu tenho uma discordância radical desde o início. Eu me lembro que desde a minha primeira leitura, lá em Santiago, eu não fiquei minimamente convencido desse esforço.

P.: A tese de Fernando Henrique Cardoso em *Empresário Industrial* é justamente de que a burguesia industrial brasileira é fraca e são as massas urbanas, a classe média que se mobilizam. São advogados, professores, militares e intelectuais que, em determinados momentos, avançam projetos políticos como o projeto de industrialização, do desenvolvimentismo etc. O Fernando Henrique diz também que a burguesia brasileira é fraca porque é recém implantada, originária dos imigrantes, que tinham características diferentes da burguesia tradicional. Ele conclui que é uma burguesia que não tem projeto revolucionário, não quer a evolução burguesa, mas prefere se associar ao capital estrangeiro. Como você ve isso?

ABC: Somente um marxismo muito agudo, muito simples, para dizer o mínimo, andava procurando essa tal da burguesia que explicaria a história industrial, que explicaria a indústria brasileira. Pelo contrário, o nosso pensamento, no que há de mais rico, já há muito vinha apontando e trabalhando as diferenças e as singularidades, não como desvios e sim como a essência da nossa trajetória. O que eu quero dizer com isso é o seguinte: salvo algumas caricaturas do marxismo, ninguém estava buscando a burguesia industrial como a classe revolucionária. Eu sei que o partido comunista falou muito disso. Mas, realmente, você absolutamente não encontra isso nas obras mais significativas.

E aí eu tenho que registrar que existe um certo economicismo em todos os economistas. Todos, eu inclusive, tendemos ao economicismo e isso é um vício grave, um problema que cada um tem que tentar se livrar. A verdade é que o

Furtado, por conta própria, não só focaliza exatamente a história na sua especificidade, nas suas características estruturais próprias, como ele está inteiramente livre da camisa de força de buscar uma burguesia industrial no Brasil para explicar a história industrial brasileira. Ele está a quilômetros, como Jaguaribe também. Nem falar do Prebisch. O próprio Caio Prado está quilômetros disso. O Caio Prado, como eu já disse, é um autor com o qual eu simpatizo extremamente, exatamente por essa rebeldia, por esse olhar sempre inovador sobre a história. Quando o Caio Prado olha o campo brasileiro, ele já olha reconhecendo de partida que já é completamente diverso.

Então, quando eu digo que o que é novo não é bom, estou dizendo o seguinte: o novo é a tentativa de buscar um específico; é a tentativa de não ficar no geral de não ficar no universal; de não tratar as peculiaridades como desvios e sim como contextos efetivamente históricos. Esse é o novo, só que não é bom no caso dele porque ele não dá nenhum passo adiante na tentativa de mostrar que isso reflete composições de classes, alianças políticas, interesses etc.

Deixo eu voltar num ponto a questão do econômico e do social. Eu tenho como maior questão não resolvida na minha vida intelectual exatamente esse problema de como sair do economicismo. Eu concordo com a idéia, que está clara no livro sobre métodos de Schumpeter, que houve um momento na história em que o pensamento econômico descarrilhou e se tornou inteiramente economicista, perdeu de vista as dimensões histórica e ética dentro do campo da ciência econômica. Na verdade perdeu a noção de que não existe um fato econômico isolado, de que não existe o *homo economicus*, ou seja, o comportamento humano não é meramente um exercício de racionalidade centrada na busca do interesse.

Hoje, na medida que passou o tempo, não só a economia consolidou-se numa fortaleza metodológica extremamente pobre, que até recentemente parecia inexpugnável. Como dessa fortaleza foram saindo cada vez mais exércitos que tomavam e ocupavam outros campos, colonizando a política, colonizando a sociologia etc. E transformando a economia numa espécie de ciência social geral. Transformando a economia numa gramática universal da sociedade.

Eu não tenho dúvida alguma que isto é um monumental equívoco. Uma prova contundente disso é a completa incapacidade da economia de analisar situações históricas. Ela teria de ter em conta outras dimensões que ela absolutamente não contém. Não consegue fazer isso, mas ela tenta colonizar.

Só que se você se restringir a isso, você jamais vai entender o relevante que são as transformações, as mudanças. Você jamais terá uma teoria da mudança: da mudança social, da mudança histórica etc. Mas o grotesco a que se chega é que a economia não tem limites.

Mas nos últimos 20 anos estão se acumulando tensões que fazem com que, apesar do imperialismo da economia, o poder de argumentação por parte daqueles que rejeitam o economicismo está crescendo extraordinariamente. Por quê? Eu diria que a história está jogando contra os economistas. Em que sentido? Se já é difícil estudar a história inglesa a partir da análise econômica e mais difícil ainda a francesa, é grotesco estudar a japonesa a partir do instrumental econômico e torna-se delirante tentar estudar a história de Taiwan a partir da teoria econômica. Diga-se de passagem na Universidade de Taipé, em Formosa, não faltam economistas ortodoxos. O que explica isso é o fato de que eles foram colonizados mentalmente. Fica o lembrete que essa Taiwan que está aí é um produto da (palavra incompreensível) da China continental e realmente foi o Estado e o partido (palavra incompreensível) que escreveu esta história acintosa, regulando e predeterminando quase que todos os resultados econômicos de forma muito ostensiva, muito palpável.

Mas, então, por um lado, a diversificação da história torna cada dia mais escandalosa a impotência da análise econômica diante da mudança econômica e mudança social. Mas, não é só isso. É que há alguns temas que a economia convencional não consegue tratar e são monumentais como, por exemplo, a inovação ou até mesmo o investimento. Esses temas estão dando tanta importância nos últimos 15 anos a idéia dos paradigmas organizacional e tecnológico, a idéia de inovação, chegaram a tal ponto de importância que a incapacidade explicativa do economics está mais do que nunca revelada.

Então, eu creio que apesar de estarmos vivendo sob o império absoluto do economics, esse economics pode ter o seu dia de muro de Berlim num futuro não distante. E subitamente ruir. Eu digo subitamente porque acho que estão se acumulando, como no caso de Ptolomeu, sucessivas evidências da impotência desse paradigma. Quando o sistema ptolomaico ruiu, já havia n tensões e questões não explicadas. Quer dizer, eu acho que está se avolumando um número de questões não explicadas, rigorosamente fora da capacidade explicativa da economics, que está nos levando a uma situação de possível queda de paradigma num futuro não muito distante.

P. Você acha que o pensamento brasileiro e latino-americano dos anos 60 enveredou permaneceu prisioneiro desse economicismo?

A BC: Eu acho que o moderno pensamento latino-americano começou muito bem, de forma muito rica e aí não estou me referindo apenas a CEPAL, estou sendo abrangente. Eu pegaria um Mariategui?), no Peru. Pegaria o Hélio Jaguaribe, que não tem nada a ver com a CEPAL, mas tinha um pensamento bastante fecundo. E esse pensamento em grande medida naufragou porque visualizava a possibilidade histórica do “desenvolvimento”. Só que a partir do final dos anos 50 se convenceu que o desenvolvimento na América Latina é um mito. Então esse pensamento deixou de ter o foco de avanço e passou a ter como grande objetivo a explicação do fracasso. Então, as teorias são teorias do esgotamento. São teorias da estagnação. São teorias do porque se não se deu. Deixam de ser afirmativas e passam a ser explicações da frustração.

P.: Em parte a própria teoria da dependência ?

ABC: A própria dependência está claramente nessa família. Agora, me parece que eles não previam aquilo que efetivamente se deu. Que de 67 até 80, o Brasil tivesse um fulgurante desenvolvimento das forças produtivas. Maior não existe na história. Então, eles ficam explicando a frustração em meio ao sucesso espetacular. Ninguém está falando que é bonito. Eu não estou falando que é o meu ideal. Nada disso. Agora, em matéria de desenvolvimento das forças capitalistas de produção, nada se compara ao que houve de 67 a 80 no Brasil São nada menos que 14 anos.

Ao invés de esgotamento estamos entrando num grande salto para diante, que ocorreu aqui, sem dúvida alguma e quando vem a crise que são mais 14 anos de crise, de 80 a 94, certamente não tem nada a ver com as explicações por que não teria dado certo anteriormente. Não são aquelas razões de maneira nenhuma. Até porque se não fosse por outras razões, só para pegar um ponto, se há alguma coisa que se constituiu aqui no Brasil foi o mercado de massas. Quem é que ousa negar. É uma ridícula apelação dizer que os mais os pobres do Brasil só têm televisão e geladeira. Isso é ridículo! Se você admite que a cada geração baixa um novo conjunto de bens duráveis para a população, então você está dizendo que está havendo consumo de massas.

Eu acho que o grande problema voltou a ser explicar a perversidade dessa expansão. Desde que você explique a expansão, perversa, porém altamente dinâmica. Então, o problema mudou diante de nós. E, sem você reconhecer esse estupendo dinamismo, ainda que perverso, não vai saber do que falar quando vier a crise desse gigantesco surto.

P.: A teoria do desenvolvimento foi muito profícua na América Latina, nos anos 50 mas logo entrou em crise, não seria porque tinha em mente um desenvolvimento social, mais do que meramente um crescimento capitalista?

ABC: A esperança e a intenção era certamente que houvesse aqui um desenvolvimento capitalista. Entendido o desenvolvimento capitalista como aquilo que estava se dando nos países centrais. Você sabe perfeitamente que no pós-guerra melhorou espetacularmente a condição de vida do trabalhador europeu e do norte-americano. Então, no fundo, quando se falava de desenvolvimento capitalista, queria que fosse tão benigno quanto aquele. Que era plenamente compatível com a democracia. Era plenamente compatível com o poder de compra das massas se ampliando rapidamente e por aí afora. Então, no fundo, eram essas as esperanças. Ao ficar evidente que o desenvolvimento aqui era excludente, que a história aqui acabou passando por uma longa noite autoritário, não faltaram razões para as desilusões. Mas, ficou recolocado o problema. Tudo bem. Noite autoritário, desigualdade de distribuição de renda, mas um excepcional dinamismo capitalista.

Falta completamente a explicação disto. Porque aquele pensamento morreu, explicando a morte que não houve.

P.: Quais foram os trabalhos que, como o teu livro *A Economia em Marcha Forçada*, captaram esse dinamismo?

ABC: Por exemplo o artigo do Paul Singer sobre a crise do “milagre” de 73. Ele assinalava que em 1973 estava faltando tudo, de cimento a sapatos, passando por máquinas, porque estávamos no auge cíclico. Ele não está falando de esgotamento coisa nenhuma naquele artigo. Tem o artigo do John Wells sobre a difusão dos duráveis de consumo no Brasil. O John foi o cara que mostrou que o rei está nu. Ele reconstitui os dados. Sempre houve difusão de duráveis aqui, cada vez mais. Então, vários autores foram contribuindo e de fato a *Marcha Forçada* pega inclusive o próprio, porque a tendência era ou tentar “desmistificar” o milagre, dizer que ele é enganoso, que não vale etc. Imediatamente após como veio uma situação crítica, era dizer “isso já acabou”.

Agora, não só num certo sentido é uma tolice negar o milagre, que foi um grande salto para diante das forças produtivas, porque os salários cresceram, difundiu-se o consumo de bens duráveis etc., como foi um equívoco monumental supor que o II PND era um embuste e não levaria a nada. Como era a teoria do esgotamento, quer dizer, o paradigma era o esgotamento. Então, tudo aquilo que não fosse esgotamento a priori tendia a ser visto como falso, enganador, ilusório e o esforço era mostrar que já está provada a ilusão. De fato, o meu livro rompe completa e assumidamente com essa tentativa de ...

P.: Na verdade, a idéia do esgotamento não tinha sido superada mesmo nas teses que analisam a retomada do crescimento e o milagre nos anos 70. Na verdade, o milagre foi um paliativo, uma saída momentânea que o capitalismo encontrou. Mas, o esgotamento continuava colocado na ordem do dia.

ABC: ... totalmente. Essa é a trajetória do texto “Além da Estagnação” (da M.C. Tavares e J. Serra). O “Além da Estagnação” pega aquela idéia de que a reconcentração que se deu na década de 60. ao invés de impedir, dava um novo fôlego ao crescimento. Mas está do início ao fim atravessado pela idéia dominante

que isso se esgota daqui a pouco. E, quando veio a crise do petróleo, a tentativa era dizer que não era do petróleo - não vem com essa do petróleo. Essa é a racionalização que eles estão dando.

P.: A crise seria endógena?

ABC: É endógena. Tudo endógena. Tudo é inerente a esse ser maldito aqui que já nós explicamos que não pode crescer. Coisa do petróleo é coisa de engenheiro que não entende economia, não vê que o modelo de acumulação faliu e vai por aí afora. Mais, adiante, no meu entender, um momento absolutamente crítico da história brasileira foi o trágico equívoco de não deter a economia em 79. Ela não podia continuar a crescer. Mário Henrique teve a lucidez de perceber e a coragem de enunciar isto, mas, foi soterrado por uma avalanche de opiniões procedentes das federações industriais, da academia e dos sindicatos. Não se podia parar ... recessão não!

Então Delfim Neto surfou essa onda - vocês se lembram muito bem. O discurso dele foi aclamadíssimo, foi apoteótico. Foi um erro absolutamente trágico e hoje os estudos estão claros e os dados disponíveis. Existia outro país com trajetória semelhante em vários sentidos a do Brasil, que era a Coreia. E a Coreia o que fez? Parou em 79. Parou em 80. Foram anos difficilimos de recessão na Coreia e ganhou então mais 15 anos de expansão espetacular para frente. E nós fizemos a dívida externa mais do que duplicar em 2 anos, numa corrida louca e insensata em direção ao nada. Crescimento inviável, com endividamento, exatamente quando as taxas de juros foram para as nuvens.

Nesse momento, a gente perdeu o controle da situação. E tem mais, o sistema de indexação brasileiro, através do qual nós até hoje conseguimos domesticar a inflação, está entrando em rendimentos decrescentes, está entrando em disfunção. Nós temos que parar a economia até mesmo por causa disso. Porque a indexação ela neutralizar a inflação até certo ponto. Se você prosseguir indexando aí o sistema se torna explosivo. A imagem do Mário Henrique Simonsen é como esquiador sobre gelo fino. Ele foi totalmente lúcido ...

P.: Quando o reajuste salarial passou de anual para semestral em 79, o André e o Chico Lopes sobre as causas da receita da aceleração, eles estavam na ANPEC, jogaram tomates neles, estavam chamando a atenção para essa questão de levar a indexação ao paroxismo ...

ABC.: Aliás nós, por exemplo, da tradição da esquerda, por oposição e também por preconceito jamais ouvimos o Mário Henrique. Só que independentemente das posições políticas, ele tinha muito a dizer e nunca o ouvimos atentamente. Eu só fui estudar a sério a obra dele, devo confessar isso, com o colapso do Cruzado em 86. Eu passei muito tempo estudando o Mário Henrique no que se refere a política monetária e inflação. Foi aí que eu introduzi uma categoria crucial de análise: o estado das expectativas. Até então eu a tratava com um certo mal-estar, como uma categoria residual.

Essa é uma questão interessante porque, em função da ditadura militar, toda a esquerda adquiriu preconceito contra economistas importantes como Mário Henrique e mesmo o Delfim Neto que deram contribuições teóricas, mas que foram excluídos exatamente por causa desta sua ligação com os governos militares.

P.: Mas falando em militares, um dos seus trabalhos mais importantes e que provocou muita polêmica é o Economia Brasileira em Marcha Forçada de 85. Nesse livro, você sustenta uma hipótese ousada: afirma que a política econômica do governo Geisel do II PND era essencialmente acertada. Em março de 1974, quando Geisel assumiu o governo, a economia brasileira estava entrando no rescaldo do “milagre” brasileiro. No final de 73 havia ocorrido o primeiro choque do petróleo, que quadruplicara o preço do barril. A economia mundial caminhava para uma crise. Não era temerária lançar-se num novo programa de crescimento do tamanho do II PND?

ABC.: Antes de mais nada, vamos lembrar que logo ao assumir o novo governo mostrou que tinha uma política de controle da inflação razoavelmente severa. O próprio Mário assumiria o controle econômico do governo Geisel. Então, estou vendo isso com olhos dos anos 90. Não se pode, de maneira nenhuma, dizer que o novo governo foi leviano do ponto de vista dos equilíbrios macro. Primeiro,

no que se referem a inflação, eu diria até que o sistema de indexação estava dando muito bem e data de 73 o célebre artigo do Milton Friedman propondo aos Estados Unidos um regime semelhante ao brasileiro. Agora de 68 a 73 as várias inflações européias estavam crescendo rapidamente e a brasileira não estava crescendo tanto. Ela sim, teve uma acelerada no final de 73 e início de 74. Mas, o esforço do governo foi, antes de mais nada, de esfriar isto. No que se refere ainda ao plano macroeconômico houve em 1974 um gigantesco déficit no balanço de pagamentos provocado pela quadruplicação do preço do petróleo e demais bens de produção. Esse resultado aí foi rapidamente controlado. A queda da conta de transações correntes é espetacularmente rápida ao longo de 75, 76 e 77. Então, você não está de forma nenhuma brincando com a macroeconomia, muito pelo contrário. Nem pela ótica da inflação, nem pela ótica do balanço de pagamentos. No final de 78, o governo acendeu novamente a luz vermelha. Daí para frente o governo tentou mostrar que estávamos de novo numa zona perigosa do ponto de vista de controle de macro. Mas ele não conseguiu mais controlar a situação e vem aquele famoso episódio de 79 que todos conhecem com o Delfim Netto. Esse preâmbulo é para dizer assim que do ponto de vista macro o governo Geisel é bastante sério e quando a coisa pareceu complicar-se, ele foi o primeiro a acender a luz vermelha.

Agora, do ponto de vista da economia real, o que é que acontece? Acontece que o Brasil era uma máquina de crescer. Ele tinha um conjunto de empresas públicas, cujo coeficiente anual de inversões era alto e crescente. Ele tinha um sistema fiscal que, quando o produto subia, a arrecadação subia ainda mais. Ele tinha uma ethos capitalista francamente expansivo. Aquela noção do Delfim de “quem não correr vai ficar para trás”, tinha pegado. Era a visão dos industriais e chefes de empresas. Estavam convencidos de que, nesse contexto você tem até que correr para ficar no mesmo lugar em termos relativos, porque estão todos correndo. Então, você tem uma série de variáveis, que apontam em direção ao crescimento. Ora, isto por um lado. Por outro, se você travasse a economia, parada ela não mudava e já estava evidente que havia certas deficiências a nível energéticos, bens de capital e de certos básicos, que só faziam crescer nos últimos anos, e tinham que ser enfrentados. Além disso, o mercado de capitais era favorável, e os petrodolares

inundaram aqui em seguida. Nós pudemos tomar empréstimo a juros reais, negativos. O endividamento de 75, 76, 77 se fez em média juro 0 ou negativo. Foi ligeiramente negativo.

P.: O projeto de distensão lenta e gradual do Geisel só se viabilizaria com uma taxa de crescimento favorável ?

ABC: Acho que essa dimensão daria mais um teto para todas essas considerações. Mas, o fato é que o comportamento foi ousado e historicamente pertinente. O que é que outros países fizeram? A Coreia fez o chemical industrial plan que é o mesmo programa.

Agora, existia uma alternativa na América Latina, que foi escolhida entre 76 e 78 pelo Chile e pela Argentina de abrir radicalmente a economia. Fechar o câmbio sobrevalorizado com influxo de capitais. Reduzir fortemente a inflação e esperar que o mercado aponte os novos caminhos. Como dizia um ministro argentino: se a Argentina vai produzir aço ou guloseimas, o mercado dirá.

P.: Não foi o Martinez de Hoz foi?

ABC: Não, foi o ministro da indústria que falou nisso. A alternativa de valorizar a moeda era muito tentadora. Os argentinos chama isso de plata dulce. Se você sobrevaloriza a moeda, você deixa todo mundo rico. Os argentinos vinham para o Brasil, saíam por aí e eram chamados de dame dos. Perguntavam o preço de alguma coisa que queriam e diziam “dame dos”. Então é a festa. Compra-se a classe média. Então essa alternativa foi muito aplaudida pelos centros internacionais, pelos economistas ortodoxos, sem falar de Chicago. Aliás, colocou-se o Jeffrey Sachs lá em Santiago e deu num desastre de proporções inomináveis. Por mais que a crise do início dos anos 80 tenha sido brava no Brasil, não se compara com a hecatombe chilena por exemplo. Esse novo Chile, dinâmico vem depois da ressaca e com a restauração de uma série de racionalidades tradicionais perdidas como, por exemplo, uma política de impedir a sobrevalorização cambial, de controlar o ingresso de capitais etc. Esse é o segundo round, mas o primeiro terminou com um nocaute da economia externa. E Argentina na hiperinflação. Era está a alternativa brilhante.

E o que ficou desse período na Argentina? Um economista argentino me dizia: ficaram algumas máquinas de lavar pratos envelhecidas. Aqui no Brasil ficaram numerosas fábricas, uma estrutura energética completamente alterada e por aí afora.

P.: Coisas que o governo está podendo vender agora. O II PND pretendia transformar o Brasil num grande exportador de celulose, produtos siderúrgicos e petroquímicos. No entanto, a demanda internacional desses produtos encolheu por causa da crise mundial. Não houve um erro de estimativa?

ABC: Não. O Brasil teve uma expansão considerável das exportações na primeira metade dos anos 80. E vou fazer uma correção do que você disse. Primeiro, o que se pretendia exportar daqui não era meramente produtos básicos não. O Brasil era muito mais ambicioso e o meio ambiente brasileiro era tão positivo do ponto de vista do potencial desse país, que dava para pensar muito mais alto. Então, nos anos 79, 80, 81, 82 o mercado norte-americano e outros estavam sendo invadido por carros japoneses. Tanto a Ford como a General Motors, muito particularmente a Ford considerou muito seriamente aí por 82,83 enfrentar os japoneses a partir da base brasileira. A Ford chegou a fazer uma experiência importante dentro dessa estratégia de mercado internacional, ela abriu um espaço na Escandinávia para o Escort. Segundo uma matéria da Business Week o Escort se deu muito bem no mercado escandinavo. O Brasil se deu muito bem lá. Então, quer dizer, esse Brasil que estava emergindo era aquele famoso nic que girava. Era o principal capitão dos nics que gerava todo o temor. Todo um pré pânico.

Então, o que emergiu desses 14 anos de crescimento espetacular de 67 a 80, emergiu com uma pujança extraordinária. Agora, como todos sabemos, em 81 nós mergulhamos num inferno, numa turbulência macroeconômica infernal que se supôs corrigível a curto prazo, mas que se revelou capaz de durar 14 anos. O desafio é você entender como é que ficou alguma coisa de pé, com a terra tremendo a cada plano, um terremoto na escala Richter tipo 9.

P.: Vários analistas respeitáveis como o Carlos Lessa, seu companheiro nos cursos da CEPAL, ou Maria da Conceição Tavares, consideraram o II PND como

mal sucedido. O plano teria sido abortado em 1976 com o agravamento da crise mundial. O João Manoel e Beluzzo falam em fracasso do plano, isso é correto?

ABC: É rigorosamente errado. Em 75 a economia cresceu demais e em 76 foi necessário travar a economia. Mas em 77, 78 e 79 as coisas entraram no trilho e você passou a inaugurar obras incessantemente. De 79 a 84 você fica inaugurando, inaugurando e inaugurando. No geral, o plano é altamente exitoso, eu não vou voltar a recuperar as coisas empíricas, que são do domínio público. É claro que houve erros. Eu citaria em destaque o programa nuclear, que era altamente criticável, se bem é verdade que, genericamente, se pode afirmar que o mundo inteiro errou. Alguns erraram mais e outros, menos. Quem errou mais foi a União Soviética. Mas, houve um falso ciclo nuclear, um novo paradigma tecnológico centrado no nuclear que revolucionaria tudo, tudo isso abortou. Inclusive, as Centrais nucleares até hoje são uma espinha na garganta de numerosos países. É claro que elas são até essenciais para o montante de oferta de energia em numerosos países, mas são altamente problemáticas. Não estou acompanhando isso, mas o Brasil entrou nesse erro geral. Em compensação, não só confirmou a sua personalidade hidrelétrica, em termos de fonte de eletricidade, com acerto total, como fez, pelo menos, um programa extremamente interessante, o do Alcool.

P.: Para viabilizar-se o II PND lançou mão de empréstimos externos a juros flutuantes. Maria da Conceição Tavares disse que o II PND apenas reforçou o velho padrão de financiamento e ajudou a constituir a crise da dívida dos anos 80. Portanto, reduziu a dependência industrial mas aumentou a dependência financeira, você concorda com isso?

ABC: Se a economia tivesse sido travada em 79/80, esta proposição não teria nenhum sentido. A não travada quando veio o segundo choque do petróleo e acavalado o choque dos juros, aí foi fatal. E isso não é parte integrante do II PND, que eu saiba. O grau de endividamento brasileiro mesmo com a não travada em 79/80 ainda assim ficou abaixo da média. Em síntese, você pode dizer o seguinte: tomar financiamento externo é brincar com fogo. Hoje, a gente sabe mais do que naquela época. O II PND pegou uma mare muito positiva de juros até negativos. Se

endividou, não o fez em proporções absurdas. Agora, ao não ser contido quando novas adversidades surgiram em 79/80, o país entrou realmente numa zona de grande periculosidade e isso faz parte do drama dos anos 80.

P.: No artigo recente “Interpretações sobre o Brasil”, o Bresser Pereira elogia o “Economia brasileira em marcha forçada”, mas diz que você subestimou a crise fiscal por causa da crise da dívida e subestimou também a desvalorização cambial, de fevereiro de 1983 como causa principal do superavit comercial de 83/84, que você credita ao II PND. O que você acha disso?

ABC: É temos diferença aí...fazer esta análise a partir da crise fiscal. Aliás, eu diria sempre e cada vez mais interpretei o período que vai de 79 a 94 como um regime de alta inflação ou de uma hiperinflação controlada aos trancos e barrancos. Então, as dificuldades desse período, seja na órbita pública seja na órbita privada, provém da crise hiperinflacionária mal contida e o desarranjo completo da vida econômica. Em todo esse período houve uma degeneração do velho sistema de administração da inflação centrada na indexação, em que as condições do cálculo econômico desaparece e a moeda vai perdendo sua função de meio de troca. Então, a combinação dessa balbúrdia infernal com as tentativas brutais de contenção do mal é que explicam não só a paralisia do Brasil - em 1994 o produto industrial era o mesmo que em 1980- como os passos seguintes. Então, Fernando Henrique lança o seu Plano Real no nível que a indústria estava há 14 anos antes.

Ao longo desse período as empresas estatais foram praticamente demolidas. Muitas vezes, foram usadas como arma de combate à inflação, conforme Rogério Werneck chamou atenção. Até 78 o Brasil se recusava a usar o controle de preços públicos para segurar a inflação. Depois ele usou cada vez mais. E isso é claro destruiu as empresas, incorporou-as ao déficit. Então, uma das pernas do déficit é consequência das frustradas tentativas de segurar a inflação. No plano privado, nós já falamos de toda aquela degeneração. Então, eu jamais centrei a análise no déficit. O déficit sempre pareceu para mim como algo a ser estudado dentro desse contexto e não a partir desta variável déficit. Aliás, relativamente pouco determinante conforme a burocracia sabia. Raul Veloso já explicava e o próprio Bacha adotou

esse sistema de controlar o déficit com atrasos dos pagamentos que comiam as contas a pagar. De maneira que, qualquer orçamento se ajustava com a questão do “timing”. Essa química da alta inflação significa até que havia esse controle espúrio do déficit. Mas isso não tem a ver com a questão, o fato é que eu nunca centrei no déficit assumidamente.

Por outro lado, no que se refere a desvalorização de 83, eu não só reconheço no livro como nas contas que eu faço - no apêndice numérico - está, lá, com seu devido peso. Eu acho que não é decisivo. O amadurecimento progressivo dos programas do PND, conforme mostro um a um - no apêndice do livro - tem um impacto sobre o balanço comercial absolutamente decisivo com repercussão por uns 11 anos, pelo menos. Então, de fato, eu atribuo o surgimento do superávit estrutural ao II PND. Agora, é importante frisar que a idéia do II PND não era gerar superávit. Pelo contrário, esse superávit não deveria existir, deveria ser muito menor. Foi a estagnação que fez com que ele assumisse essas proporções. A desvalorização de 83 não é desprezível, ela permaneceu e contribuiu para o superávit. Mas, seguramente, a mudança radical que o Brasil conseguiu em vários planos, sobretudo nas áreas dos básicos e dos energéticos, acho que foi a contribuição mais relevante.

P.: Comparando a política de liberalização comercial indiscriminada de Collor e Fernando Henrique, com aquela dos militares, que praticaram um certo protecionismo, qual foi o melhor ou o pior para o Brasil?

ABC: Todas as economias industrialmente exitosas protegeram fortemente a sua indústria durante a fase de implantação. Isso é bem conhecido. É inútil resistir a essa avassaladora evidência histórica. Me parece, no entanto, que constituiu efetivamente um erro do protecionismo brasileiro constituir um movimento unidirecional. Só Delfim Neto teve a coragem de reduzir a proteção. Aí por 69, 70, 71 e 72, ele conseguiu reduzir um pouco a proteção e foi muito criticado. Eu hoje creio que ele estava absolutamente no caminho certo. É claro que nas condições excepcionais do II PND e também da primeira metade dos anos 80, foi necessário elevar o protecionismo, mas aí por razões de crise no balanço de pagamentos. É óbvio. Mas o protecionismo brasileiro era unidirecional. Ele não recuava. Ele tinha

efeito catraca. Era irreversível. Ou aumentava ou mantinha e isso era um erro forte. Nós todos, os defensores da indústria, somos culpados, responsáveis. Nenhum de nós soube levantar a tese que o protecionismo deve ser uma variável dosada em função dos objetivos e das condições de crescimento. Outros países foram muito mais ágeis e criativos que nós no protecionismo. Entre eles, por exemplo, a Coréia. Então, em resumo, eu acho que o protecionismo foi importante e indispensável e acompanhou nosso crescimento espetacular. Foi fundamental na geração da nova classe operária brasileira, que mudou tudo, inclusive o mapa político brasileiro.

Agora, eu acho que sempre deve se pensar em proteção com desproteção. É claro que os industriais sempre vão tender a pedir mais tempo e as autoridades brigar para reduzir o tempo de proteção. Esse jogo, a gente nunca teve. Essa sofisticação, essa percepção da dinâmica industrial, a gente nunca teve. A gente tendeu mais a uma atitude catraca. Ou aumenta ou mantém, nunca diminui. Isso é obviamente equivocado. Não tenho dúvida nenhuma.

P.: Em 1993, você foi nomeado presidente do BNDES no governo Itamar Franco. Como foi essa experiência no Estado. É difícil a oposição ir para o governo e administrar uma economia capitalista precária e defrontar-se com o forte poder das elites conservadoras? A teoria na prática é outra?

ABC: A minha experiência no BNDS, pessoalmente, foi muito enriquecedora, eu aprendi muito. Mas foi um período muito difícil e eu não consegui fazer nada. Note bem, quando eu assumi, o BNDS estava inteiramente voltada para a privatização. Na posse, o ex-presidente Eduardo Modiano veio com uma gravatinha de elefantinhos, em tom brincalhão, mas, na realidade, assumindo que a postura dele era essa mesmo. E a tese central do meu discurso de posse era de que o BNDES deveria ser o banco da reestruturação. O Brasil estava se abrindo, havia um novo paradigma tecnológico organizacional e a gente tinha ficado parado, perdido no tempo. A história tinha que ser acelerada e o BNDS era uma alavanca de que se dispunha para tentar voltar a emparelhar o Brasil tecnologicamente. O Brasil de 1980 tinha uma indústria atualizada. A idade média dos equipamentos no Brasil era

muito baixa. Mais baixa do que em qualquer outro país europeu, se não me falha a memória.

P.: Em 1993 o nível de competitividade e produtividade era elevado?

ABC: A nossa produtividade tinha ficado para trás porque nós estávamos com tudo bastante desatualizado. A nossa taxa de investimento tinha atingido em 92 um mínimo na história na idade moderna de 14.6% do PIB. Então, nós estávamos muito para trás. Já, havia espontaneamente, na esfera privada, um movimento de reestruturação sobretudo de caráter organizacional, menos tecnológico, concentrada em racionalização e corte de trabalhadores. Uma coisa do lado mais fácil. Eu achava que o BNDES, que já estava despertando há alguma tempo para isso, através de alguns técnicos e gente do banco, tinha a sua nova missão histórica: tentar a atualização sistemática dos setores que tinham chances de competir na nova economia.

Eu diria, espero que não sendo pessimista ou paranóico, que a tendência do mercado era ser diferente. Era ver que eu estava sub-repticiamente tentando travar a privatização e essa idéia de reestruturação era como se fosse uma espécie de desvio das atenções. Houve mais de um artigo em que a mensagem era exatamente essa e a crítica era muito dura. Havia um fogo de barragem pelos interesses privatistas que temiam tanto da parte do presidente Itamar como de minha parte, que viesse uma atitude de por areia na privatização. Isso jamais ocorreu. Mas o fato de que a minha tentativa de virar o banco para outra dimensão, sem prejuízo do programa de privatização, que deveria prosseguir, não foi bem vista.

P.: Isso foi antes do Fernando Henrique Cardoso assumir o Ministério da Fazenda.

ABC: Sim. Mas, na verdade, eu não consegui fazer nada. E tenho uma enorme inveja do atual presidente, seja pela sua inegável competência, seja pela montanha de recursos que está gerindo, seja pelo fato de que a histeria neoliberal passou, voltou a colocar o BNDES numa espécie de eixo do crescimento industrial, da retomada. Então, pelo menos, está apontando nessa direção claramente. Desejaria imensamente ter feito alguma coisa próximo, mas, nem sequer remotamente próxima pude fazer.

P.: O BNDES hoje é uma das maiores agências de financiamento do mundo. Ele dispõe para 1998 de cerca R\$ 18 bilhões, mais do que os recursos do Banco Mundial. Você acha que o BNDES possui ainda uma das estruturas mais modernas do aparelho do Estado brasileiro, em termos de equipe e de recursos?

ABC: Sem dúvida. Ele está reconstituindo rapidamente a sua cultura tradicional. Hoje, se você quiser falar de automobilística ou de agro-indústria ou de têxtil, você têm interlocutores especialistas dentro do banco de novo. Eu tive agora uma experiência no Rio Grande do Sul, em que uma equipe multisetorial do BNDES foi e tinha um quadro do setor na ponta da língua para debater, e de suas implicações para a economia gaúcha. Recentemente, eu estive num debate com a presença do próprio presidente Luiz Carlos Mendonça de Barros e fiquei de novo impressionado com o domínio que ele tem, com o empenho, enfim, com a cabeça aberta. Me pareceu um homem atento, em busca de pistas. Eu não o conheço. Eu conheço o irmão. Eu o só vi duas vezes na vida.

P.: Sem tirar os méritos do presidente do BNDES, não falta uma política industrial para orientar os passos dessa instituição? Porque parece que o BNDES hoje reuniu poderes excepcionais, mas eles são usados segundo o arbítrio do presidente e de não sei mais quem. Então, a gente vê o banco financiando indústria automobilística estrangeira que quase não cria empregos, ou a compra de ações na bolsa de valores, empréstimos para privatizações, etc. O BNDES emprestou mais de 3 bilhões para a privatização de empresas, financiando grandes grupos. Será que não está faltando aí uma diretriz política melhor para orientar toda essa capacidade de financiamento do banco?

ABC: Existe uma pletora de recursos e o banco está navegando nessa onda de liquidez internacional. Então, interna e externamente está se valendo de condições bastante propícias. Certamente o todo das aplicações do banco não está fundada numa programação com prioridades definidas, com objetivos transparentes e localizados. Eu diria que existe uma política industrial que vai se decantando expost. Não vejo nenhuma política industrial ex-ante. Não vejo mesmo e isso concordo com você. Eu acho até que está se reproduzindo um mecanismo antigo da história

brasileira que você começa a fazer políticas induzido pelas circunstâncias, depois aprende, racionaliza e teoriza a respeito. Então, o estrangulamento externo, que aos poucos vai se colocando como uma obviedade. A necessidade de acelerar as exportações, a necessidade de conter as importações. Antigamente, a gente chamava isso de didática do real. Está decantando essa nova experiência. Isso contrasta radicalmente com o clima de há 4 anos atrás, onde mais uma vez vi economistas conhecidos na praça se perguntando se havia algum espaço para o BNDES na nova economia brasileira. Questionava-se para que BNDES. Agora, nós temos acesso ao mercado internacional e quem tiver competência se estabiliza, não é? E o BNDES chega associado ao Geisel, aos subsídios etc. Deste ângulo se nota, mais do que nenhum outro ângulo, como o Real mudou ao longo do tempo forçado pelas circunstâncias. A primeira vez que assinalei esse ponto num artiguinho chamado “Neoliberalismo ou neopragmatismo?” “E eu me lembro que eu levei mais que um cascudo de amigos. Mas, a verdade, é que hoje entra pelos olhos de todo mundo esse pragmatismo e não me venham com resposta banal de que: “Bom! As circunstâncias se impondo, se faz!” Não! Não! O Chile foi até o suicídio em 82, sem mudar um milímetro. Aliás, o Roque Fernandes é muito menos pragmático do que o Cavallo. Não necessariamente as circunstâncias te levam ao pragmatismo. Você pode até ter um processo contrário, de enrijecimento, de ideologização crescente. Então, a questão é muito mais complexa.

P.: Os anos 60 e 70 foram bastante férteis para a produção teórica brasileira. Daí em diante o que foi feito de criativo no pensamento econômico brasileiro, além do seu *Economia Brasileira em Marcha Forçada*? Os trabalhos sobre inflação inercial de Lara Resende, Francisco Lopes, Pêrsio Arida e Bresser Pereira e Nakano são uma contribuição teórica importante? Há uma teoria da inflação inercial?

ABC: O grande avanço acerca da inflação se deu no Brasil, com o livro *Inflação, Gradualismo ou Tratamento de Choque* do Mário Henrique Simonsen, de 1971. A seguir, no livro *A Nova Economia Brasileira* do Mário Henrique com o Roberto Campos, há uns 2 capítulos admiráveis, mais uma vez, do Mário Henrique sobre o regime inflacionário brasileiro e suas instituições. É um capítulo de

institucionalista. Mário Henrique no seu enorme ecletismo era também um institucionalista.

O livro do Chico Lopes sobre o Choque Heterodoxo, que trata mais extensamente da questão da inércia, não me pareceu ir além das idéias do Mário Henrique, francamente falando. Pode, em algum detalhe, colorir um pouco as idéias, mas é exatamente o esquema do Mário Henrique.

A idéia realmente singular provém de um artigo do Pêrsio Arida, em que ele sugere que se simule uma alta inflação e o emparelhamento de preços relativos que se dá espontaneamente na hiperinflação e se simula através de uma segunda moeda. A força dessa idéia é espantosa e coube ao Plano Real aplicá-la com espetacular êxito no episódio da URV. Bresser desenvolve a questão da inércia sob o ângulo do conflito distributivo e tem páginas realmente muito interessantes.

Agora, o que fica de mais curioso em tudo isso é que tirando-se a idéia do Pêrsio e logo a seguir do Lara sobre as duas moedas e a simulação da hiper através da indexação plena, tirando essa coisa, o curioso que no mais o Plano Real é um plano tocado pragmaticamente, ele não tem fundamentação alguma.

A idéia da URV contém obviamente uma intuição genial, fora isso para frente é pragmatismo rasgado. Inclusive, em contradição frontal com o discurso dos pais do Real. Por exemplo, nada mais distante da prática do Real do que aquilo que o Bacha disse que era a essência do Real no artigo da Revista do BNDS. Por exemplo, a premissa da estabilidade seria a eliminação do deficit fiscal. Apenas mascarado pela alta inflação.

Ora, o que aconteceu foi exatamente o inverso no sentido de que em 1994 para 95 o governo expandiu brutalmente o seu gasto de muitas maneiras e teve um comportamento desastroso do ponto de vista fiscal. E no entanto venceu a inflação. É impossível um contraste mais claro. Na mesma maneira que se enfatizava e, aliás, o Bacha, na comemoração de 2 anos de Real, enfaticamente assinala que o câmbio absoluto não era problema. E, aliás, nem caberia mais preocupação com o déficit comercial porque ele havia simplesmente desaparecido e por conseguinte, essa era uma questão pacífica, não era objeto de preocupações. Antes da tinta secar, o déficit

já estava rosnando alto e teve um comportamento avassaladoramente crescente até vir a se tornar o ponto focal da economia em 97. Mais uma vez para ver o desencontro completo. A Revista Macrométrica (do Chico Lopes), aí por maio de 96, nas suas previsões para 97, dizia em maio de 96 que um déficit comercial da ordem US\$ 4 bilhões em 97, seria o cenário mexicano. Uns poucos meses de 97 bastaram para gerar esse tal cenário mexicano e rapidamente as interpretações se moveram em direção contrária e passou-se a considerar uma vitória um déficit de US\$ 10 bilhões. Então, a realidade tem judiado das previsões governamentais e o Plano, do ponto de vista antiinflacionário, contra tudo e contra todos, tem tido mais êxito que qualquer um podia prever. Se você perguntasse a mim ou ao Delfim ou a qualquer outro no governo o que seria a inflação de 97, nenhum de nós suporia que seria tão baixa quanto veio a ser.

P.: Nem o pessoal do governo ...

ABC: Em particular, o governo pensava algo, se não me falha a memória, da ordem de 8% e veio dar uns 4,5%. Eu tenho que conferir isso, mas, certamente, o governo sobreestimou. Estendendo isso para outras questões vê-se que se há um tema rico a ser explorado é o tema das surpresas do Real, das lições do Real. Por exemplo, o pessoal que colocou o dedo na ferida do câmbio desde o início, que acertou com isso plenamente. Esse agrupamento não sabe absolutamente explicar como é que você pode de repente abrir mão da âncora cambial, desvalorizar o câmbio a 7% e a inflação baixar para 4%. Nenhum de nós sabe explicar isso. É claro que tem a ver com a política monetária a taxa de juros etc. Mas nada disso estava previsto. E todos estamos aprendendo muito.

P.: Em seu depoimento o Chico Lopes confirmou que não sabia que bicho que ia dar com a inflação, não sabia se as medidas do governo iriam segurar a inflação ou não.

ABC: Vai bater com isso que dissemos.

P.: O Plano Real condicionou a estabilidade e mesmo o crescimento do país ao ingresso de capital externo. Para isso teve que permitir o livre fluxo de capitais, como nunca houve no Brasil. Isso não tornou a economia brasileira mais vulnerável

aos humores do capital estrangeiro internacional, principalmente ao capital que vem para a bolsa e para o mercado financeiro? Isso não levou a uma taxa de juros exagerada na economia brasileira?

ABC: Vamos colocar ordem um pouco nessa cronologia. Não foi o Plano Real que fez a liberalização. Isso foi feito basicamente pelo Marcílio em 91 e 92. A liberalização vem do final de 89, e começa e se intensifica muito com o Collor. E o Plano Real - não é que ele tenha aumentado propriamente a liberalização - sintonizou o Brasil com a onda, com a maré enchente da liquidez internacional, que até então estava inibida pela balbúrdia inflacionária do Brasil. Então, o Plano Real abriu as portas ao capital. Praticamente foram as mesmas instituições, as mesmas leis, mas com a estabilidade. Agora, ao fazer isto, inegavelmente, concretíssimamente, submeteu o Brasil a uma instabilidade pela qual já começamos a pagar um preço elevadíssimo. Nós já estamos pagando. Se há coisa que se sabia desde sempre é que a abertura financeira do balanço de capitais é instabilizante. O Eugenio Gudin, pai do liberalismo econômico brasileiro, nas suas aulas nos velhos tempos da faculdade de economia, advertia severamente quanto aos perigos da abertura do balanço de capitais, sobretudo aos capitais de curto prazo.

Mas por aí afora na América Latina sabia-se perfeitamente disso. Tem um artigo clássico da velha guarda que fala desses capitais como paraguas loco, guarda-chuva louco. Por que louco? Porque fecha quando chove e abre quando faz sol. Então isso já fazia parte do anedotário. É claro que há idéias e pretensas teorias dizendo que tudo teria mudado contemporaneamente. No novo capitalismo não haveria nada disso. Bobagem! Bobagem! Eu me sinto muito a vontade para dizer isso porque, antes do lançamento do Plano Real, em maio 94, no Forum do João Paulo dos Reis Veloso, eu reivindico como uma das mudanças fundamentais o controle dos capitais de curto prazo. Porque eu previa que ia haver um estouro da boiada para dentro do Brasil. Você tinha que peneirar isso. Segurar isso. Então me sinto inteiramente à vontade. Seguramente isso inspirou mais uma daquelas notinhas de que o “Professor” teve uma recaída intervencionista. Mas, a verdade que isso não

é surpresa. A surpresa para mim é que tenha gente que se surpreenda. A instabilidade é inerente a esse modelo.

O Keynes, falando de algo semelhante, dizia o seguinte: a especulação não é problema quando ainda ela é uma bolha numa corrente de negócios. Mas há situações em que os negócios se tornam uma bolha na corrente da especulação. Aí é dramático. Você não pode entrar. Enfim, tudo isso é bastante conhecido. Eu diria que o Brasil aprendeu. Quer dizer, o Brasil teve algum aprendizado. Nós deixamos de utilizar a tecnologia chilena que é avançadíssima e sofisticadíssima de controle de capitais, sob o pretexto que ela não funciona. Mas, na verdade, há fortes indícios que, em boa medida, ela funciona. Então, tudo isso contribuiu para que o Plano Real nunca mais se recupere dessa tara inicial que o seu pecado capital, que é aquela ridícula valorização cambial do primeiro mês do Real. Não foi prevista. Não foi desejada. Não foi nada. Não faz parte da arquitetura conceitual do Plano. Depois improvisaram várias racionalizações. O Gustavo foi particularmente fecundo em criação de supostas teorias justificativas, racionalizações digamos assim, mas tudo isso virou pó, digamos aí por 97.

Fim da entrevista

ENTREVISTA COM JOSÉ SERRA

Como você se interessou por economia?

J.Serra.: Eu comecei a me interessar por economia logo depois que eu entrei na Faculdade de Engenharia. Fui estudar engenharia porque era uma das carreiras nobres que havia em São Paulo junto com medicina. A partir do 2o ano de engenharia eu conclui que, apesar da nobreza, eu tinha mais interesse, mais motivação por matemática, física teórica e não propriamente por engenharia, que vai muito além dessa abstração. Na verdade eu achava que tinha mais motivação para as questões econômicas do que para estudar polias, elevadores ou barragens. No fim do ciclo expansivo do Plano de Metas, de instabilidade política e econômica eu passei a sentir cada vez mais a angústia por não entender o que estava acontecendo com a economia, que era um fator que estabilizava e ao mesmo tempo desestabilizava a política da sociedade. Daí a minha decisão de, mesmo antes de concluir o curso de engenharia, tratar de adquirir uma formação econômica e posteriormente fazer uma pós-graduação em economia.

Com o golpe de 64, tive que deixar o curso de engenharia e sai exilado e só voltei para o Brasil em 78. Saindo do Brasil eu ganhei uma bolsa na França, no Instituto de Economia e Humanismo do Padre Lebreux

Você saiu do Brasil porque era presidente da UNE, não é?

J.Serra.: Eu era presidente da UNE.

Você militava na Ação Popular (AP)?

J.Serra.: Sim, fui um dos fundadores. Na verdade meu interesse por economia aumentou quando eu me envolvi na atividade política estudantil. Na época eu fui presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE) e depois da UNE e eu já tinha mania de ler todos os artigos dos jornais, de preferência de economia, editoriais e inclusive as revistas Conjuntura Econômica e havia uma outra Desenvolvimento e

Conjuntura, creio que era da Federação das Indústrias de São Paulo. E já incorporava os temas econômicos nos meus debates, em assembleias estudantis e tudo mais. Aí a motivação cresceu muito e virou uma decisão. Mas eu tive que partir para o exílio.

Para onde Você foi?

J.Serra.: Eu sai para o Bolívia 1 mês, depois fui para a França, onde eu tinha essa bolsa conseguida aqui por amigos. O Padre Lebreux era dominicano. Lá eu comecei então a ler de maneira sistemática textos econômicos, não propriamente do curso, que era bastante elementar, mas eu tive então um pretexto para poder mergulhar em textos diferentes, sobre história, Brasil, teoria etc.

Depois, eu acabei voltando ao Brasil de maneira discreta, para dizer de forma ufanística, mas não tive condições de permanecer aqui. No primeiro aniversário do golpe, em 1965, o general Costa e Silva, ainda ministro da Guerra, fez um discurso num banquete dizendo que “felizmente, tinha acabado no Brasil a época em que estudantes mal criados ofendiam autoridades e generais da República nos comícios”. Ele estava se referindo a mim. Portanto, em função disso e de prisões de muitos dos meus colegas de AP daquela época, eu decidi sair para ficar fora do Brasil mesmo e me formar como economista.

Fui para o Chile, que era um lugar mais próximo e onde eu imaginava que as condições materiais de sobrevivência seriam mais fáceis. Naquele momento o Chile era indiscutivelmente o centro intelectual da América Latina, inclusive com muitos intelectuais de diferentes países vivendo e trabalhando lá. No Chile eu tentei concluir o curso de engenharia, que estava no final, mas o desajuste de currículo era uma barreira enorme. De forma que eu comecei como aluno ouvinte na Escola de Pós-Graduação de Economia da Universidade do Chile, que era chamada Escolatina. Eu comecei a assistir alguns cursos, inclusive de Desenvolvimento da América Latina do Anibal Pinto. Depois em 1966 eu fui contratado pelo ILPES - Instituto Latino Americano de Planejamento Econômico Social - que era agregado a CEPAL. O ILPES foi um instituto que o Raul Prebisch criou depois que deixou a secretaria da CEPAL, debruçado numa reflexão mais intelectual e menos aplicada que a da

CEPAL. E tinha um curso de capacitação de um ano no Brasil. Os cursos da CEPAL eram chamados curso CEPAL/ILPES.

O João Manuel, o Belluzzo fizeram ...

J.Serra.: Todo mundo fez aqui. Eu não sabia, mas quando eu voltei para cá, eu soube que todo mundo tinha feito.

Havia muitos brasileiros no Chile?

J.Serra.: Havia. Agora, não nessa área propriamente dita de economia. O curso do ILPES no Chile era de 1 ano e mais completo dos que passavam por aqui. Mas, antes fui contratado para dar um curso de matemática aos estudantes do ILPES. Na França, eu havia estudado bastante com 2 livros de matemática e estatística aplicada à economia, do Gerald Tintiner.

O curso do ILPES era dividida em 3 partes: 1o) uma parte geral, com análise econômica, desenvolvimento econômico, sociologia do desenvolvimento e estatística. 2o) Na segunda parte, você tinha então contabilidade, programação econômica, economia de projetos, enfim um conjunto de matérias mais aplicadas. 3a) Na terceira parte estudava-se a especialidade. Naquele ano eu escolhi o que tinha disponível: programação para planejamento industrial. O outro curso disponível era planejamento orçamentário, do qual eu tinha horror. Eu mal sabia que na vida acabaria envolvido com orçamento até hoje, embora não goste. Eu fiz o curso muito bem. Inclusive, na especialidade. Nas notas finais eu fui quem teve a classificação mais alta. Ao longo de 66 eu continuei dando aula particular de matemática e o Anibal Pinto me levou para ajudá-lo na preparação do material do curso dele na Escolatina.

Depois fiz um exame e entrei na Escolatina. Durante o curso eu prestei concurso e fui dar aulas na Escola de Economia da Universidade do Chile na cadeira de desenvolvimento como assistente do Anibal Pinto. O curso na Escolatina, era excelente porque nós tínhamos muita coisa sobre a América Latina, política econômica e ao mesmo tempo tínhamos excelentes professores norte-americanos

que vinham fazer seu ano sabático e professores chilenos com doutorado nos Estados Unidos.

Oswaldo Sunkel era do curso?

J.Serra.: Sunkel era do ILPES. Os melhores alunos da Escolatina costumavam ganhar bolsas da Fundação Rockefeller para fazer o doutorado nos Estados Unidos. E eu fui o primeiro, mas justamente a partir daquele ano suprimiu-se a iniciativa da Fundação Rockefeller e então eu fui contratado pelo Instituto de Economia para ser pesquisador e continuei dando aulas tanto no curso de pós-graduação quanto no de graduação, até transferir-me para a FLACSO (Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais) que era uma faculdade basicamente mantida pela UNESCO. Seus funcionários eram professores internacionais e o salário era melhor.

Nessa época, quais foram os autores que marcaram mais a tua formação?

J.Serra: O primeiro livro de economia que eu li foi o Formação Econômica do Brasil do Celso Furtado, que, sem dúvida, é uma peça extraordinária. Na verdade o que aconteceu a partir do livro do Celso Furtado foi lamentável, porque ele fez uma obra que poderia ter sido um marco para todo o trabalho de história econômica posterior, até para refutação de algumas de suas teses, que tem tanta elegância e imaginação quantas fragilidade empírica. O livro de Celso poderia ser uma matriz de uma produção extraordinária. Mas isso não aconteceu. É, talvez, a principal obra de história econômica já feita por um latino-americano. Aliás eu li até um elogio feito a ele por Fernand Braudel que é considerado o maior historiador contemporâneo nessa direção.

Um outro livro do Celso Furtado que me pareceu extraordinário, o segundo melhor livro dele, é o Desenvolvimento e Subdesenvolvimento (1962), uma coletânea de artigos que não foi republicado. Ele depois fez uma nova edição revista, da qual eu nunca gostei (Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico, 1967). A primeira versão, a meu ver, era muito melhor.

Outro livro fundamental que eu li inteiro em seminários e depois usava também no curso era O Capital. Eu li praticamente toda a obra econômica de Marx,

na época. Um outro livro que eu li meticulosamente foi o *Princípios de Economia Política e Tributação* de David Ricardo, numa uma edição francesa de 1850/40, curiosamente comentada pelo Jean Baptiste Say. Esse livro eu li de trás para frente e teve uma enorme influência na minha maneira de analisar a economia. Um livro evidentemente teórico, de natureza dedutiva e rigoroso. Um outro livro que me marcou muito evidentemente foi a *Teoria Geral do Emprego* do Keynes. Quando eu comecei estudar economia eu li o livro de macroeconomia do Ackley, e logo fiquei curioso de ler Keynes.

P.: Esses textos originais, como *A Riqueza das Nações* de Adam Smith, *O Capital* de Marx e mesmo a *Teoria Geral do Keynes* não são livros chatos, difíceis de entender?

J.Serra.: Se você ler devagar e tiver oportunidade de ir modificando suas idéias, não. Por exemplo, o livro do Ricardo eu achei sempre até gostoso, embora tivesse que ler em francês. Porque não tinha edição inglesa e não tinha chegado as minhas mãos a edição do Fondo de Cultura, que realmente uma foi uma Editora na América Latina, de uma importância que vocês não avaliam. Eu tenho ainda vários livros de Fondo de Cultura. Eles editaram tudo.

Outro livro para fundamental, que eu li várias vezes, assim como o do Keynes e cuja compreensão foi aumentando e variando ao longo do tempo foi *Teoria do Desenvolvimento Econômico* do Schumpeter. Outro livro do Schumpeter que me marcou foi *Capitalismo e Socialismo*. E uns outros volumes do Schumpeter que eu usava nos cursos de História do Pensamento a partir de uma edição brasileira que até hoje tenho, que o Carlos Lessa me deu. Eu acho que é do Fondo de Cultura. É uma obra inacabada de 3 volumes realmente extraordinária.

Um outro livro fundamental para mim na época foi do Albert Hirschman *Estratégia do Desenvolvimento Econômico* que eu também li na edição espanhola. E houve 2 artigos que foram muito importantes para mim, um do Paul Rosenstein Rodan “*Problemas de Industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental*” (1943)....

P.: Ele desenvolve a Teoria do Desenvolvimento Equilibrado.

J. Serra: Sim. O outro é do Arthur Lewis “O Desenvolvimento Econômico com Oferta Ilimitada de Mão-de-Obra” (1954). Esses artigos foram fundamentais para compreensão das questões do desenvolvimento e mesmo como estímulo da reflexão sobre os problemas econômicos da América Latina e do Brasil. E também um livro do Ragnar Nurkse, Problemas de Formação de Capital que é um clássico também, na mesma linha do Rosenstein Rodan mais ou menos.

P.: Aonde você fez o seu doutorado?

J. Serra: Depois em 1970 eu trabalhei na CEPAL. Eu fui para a CEPAL, mas não pude ter um contrato maior porque a informação que tive é que de Nova Iorque houve um veto da delegação brasileira nas Nações Unidas. Então, eu não pude me transformar em funcionário, por mais longo prazo, da CEPAL. O Chile passou a viver naquele momento uma época muito tumultuada, inclusive, o Instituto de Economia, onde estava o programa de pós-graduação. Houve uma radicalização que entrou dentro da Universidade. Na radicalização, a minha filha que tinha 2, 3 anos, na escola, no jardim de infância ouvia musiquinhas contra ou a favor do Allende. E as crianças quase que eram obrigadas a se definir, imagine! E isto pegou o Instituto de Economia e aí a Faculdade de Economia quebrou-se em duas escolas de economia. A orientação socialista e a orientação, para colocar de maneira simplificada, capitalista. Mas, o fato é que o Instituto de Economia explodiu. Uma coisa é você ler O Capital num curso de história do pensamento econômico, e outra era ler quase exclusivamente livros textos de autores marxistas, deixando de lado matérias como comércio internacional, teoria e política monetária etc. Foi uma pena aquilo que aconteceu, inclusive, com essa polarização.

Depois, eu acabei virando assessor econômico do governo Allende, substituindo a Conceição. Ela foi ficando com muita tensão e acabou voltando para o Brasil e eu entrei no lugar dela. Acabei virando o principal assessor do ministro da Fazenda. A partir daí eu acompanhei a experiência chilena muito de perto, que me marcou muito com relação as minhas convicções. Me obrigou a rever convicções do passado. Exatamente por ser uma crise daquele tamanho eu aprendi a olhar os fenômenos econômicos, talvez, com um raio x que, em geral, a gente não tem

quando a economia funciona mais normalmente. Inclusive a questão da inflação. E duas coisas, realmente, passaram a me horrorizar: a inflação alta ou mesmo inflação baixa, que tem sempre todas as condições para se tornar alta e a sobrevalorização cambial. Foram as duas questões cruciais que me marcaram muito a partir daí.

E, por outro lado, eu já era cético a respeito da possibilidade de substituir os mecanismos de coordenação e sinalização do mercado pelo planejamento central. Eu já era cético antes, até porque eu havia ficado um mês na Checoslováquia em 1964, quando eu estava na França. E vi mais de perto como é que as coisas operavam, funcionavam e ao mesmo tempo passei a ler muito a esse respeito. Na Checoslováquia você não tinha liberdade, você não tinha eficiência econômica mas tinha igualdade. Na verdade você socializa a pobreza. A experiência chilena me confirmou isso. Embora, evidentemente, lá, não tivesse havido o socialismo. Mas houve nacionalização dos bancos e desapropriação de todas as grandes indústrias, comércio, etc., além da reforma agrária. No campo não ficou propriedade privada acima de 40 hectares, imagine! Mas todas as grandes indústrias, bancos, empresas e comércio foram sofrendo desapropriação. Só o comércio a varejo que não foi estatizado.

Claro que há uma transição. Você pode admitir que, realmente, se afirmassem o poder ao longo dos anos, poderiam encontrar alguma forma de economia que funcionasse de maneira mais organizada. Mas realmente aquilo que eu assisti e acompanhei, consolidou aquele meu ceticismo anterior. Até porque, mudança de sistemas se faz com pessoas, com gente e as empresas são dirigidas por quadros que se formaram no período anterior e que agora eram da oposição. São socialistas no poder. Me parecia inconcebível que aqueles quadros dirigentes pudessem fazer uma economia socialista funcionar. Quer dizer, produzir, organizar, distribuir, crescer etc. Embora a experiência socialista chilena tenha naufragado, não por causa disso, mas por causa da política de curto prazo. Um aumento brutal de salários no primeiro ano, restrição externa, descontrole monetário, congelamento de preços e do câmbio. Você teve um crescimento e uma distribuição extraordinária no primeiro ano e depois, tudo isso foi sendo substituído pelo mercado negro.

P.: E havia o desequilíbrio das contas externas. O déficit comercial ...

J.Serra.: Não era tanto déficit comercial. Era balança comercial mesmo porque havia um regime de restrição de divisas, quer dizer, não se pagava dívida externa, juros etc.. Mas a demanda foi para cima. O Chile tinha uma economia pouco verticalizada e com o aumento de salários elevou-se a demanda de alimentos. A reforma agrária contribuiu para desorganizar a produção agrícola a curto prazo. A nacionalização das minas de cobre teve que fazer face ao problema do abastecimento de insumos, partes, peças de reposição. Havia milhares de itens. Enfim, a curto prazo, era muito difícil você administrar o quadro econômico. Acontece que eu tive problemas políticos no Chile. Houve uma perseguição a estrangeiros e eu era um funcionário internacional. Mesmo assim eu fui preso. Foi o único lugar em que eu fui preso. Fui ao estádio. Fui o único caso que sai do estádio.

P.: Está falando depois do golpe do Pinochet?

J. Serra.: Depois do golpe. É caso único. Eu sai do estádio, como tenho nacionalidade italiana, eu fiquei na Embaixada da Itália e saí em maio para a Europa. Mas, aí decidi estudar. Tinha sido admitido em Yale e em Cornell.

P.: Estava previsto você ir para lá!

J.Serra.: Sim. No 2o. semestre de 73, eu já tinha decidido isso. Até porque, desde janeiro de 73, eu me lembro, eu escrevi uma carta para o Plínio de Arruda Sampaio dizendo que o golpe não passaria de setembro. De fato, aconteceu em 11 de setembro, porque eu vi a evolução da inflação e há uma data nacional do Chile, o dia 18 de setembro, quando os militares tem que prestar homenagens ou se submeter a autoridade do presidente da República. Uma outra não vai acontecer. E eu estava na Europa e eu fui visitar a União Soviética. Voltei correndo quando vi que o General Prates, comandante do Exército se demitiu. O General Prates era um homem conservador. Não tinha nada de esquerdista. Era um legalista. No momento em que sai o Prates a coisa ficou feia.

Então, eu tive vontade de ficar em Cambridge, na Inglaterra. Inclusive, o Celso Furtado estava lá e eu namorei muito a idéia de permanecer por lá. Mas acabei

decidindo ir para os Estados Unidos porque o doutorado poderia ser feito em menos tempo. E era uma coisa mais organizada. A essa altura eu queria algo mais com começo, meio e fim. (risos) Eu tinha sido admitido em Yale e Cornell. Normalmente, eu teria preferido Yale, mas como eu tinha mulher e 2 filhos, não tinha fonte de renda, eu preferi ir para Cornell, onde a bolsa era melhor. E em Cornell fiz os créditos em 1 ano, fiz a tese no segundo ano e dali fui para Princeton.

P.: Quem era contemporâneo seu em Cornell? Tinha algum brasileiro? O Yoshiaki Nakano?

J.Serra.: O Nakano foi antes de mim.

P.: Em Princeton você escreveu um artigo com Fernando Henrique.

J.Serra.: Em Princeton eu não fui para a Universidade. Eu fui para o Instituto de Estudos Avançados como membro visitante, e fiquei lá 2 anos.

P.: Quem é que te convidou para ir lá?

J.Serra.: O Albert Hirschman. Lá você tinha uns professores muito bons, além dos convidados. Para você ter uma idéia, no segundo ano que eu estava lá foi o Kindelberger passar 1 ano. Então, eu almoçava com frequência com Kindelberg conversando, aprendendo, realmente ...

P.: Qual é o papel da matemática e da econometria na pesquisa econômica?

J. Serra: Eu acho que são bons instrumentos para dar subsídio, mas não para substituir o domínio teórico e muito menos a intuição. Eu acho que as vezes o uso e abuso da matemática termina mitigando a intuição, que é crucial para o trabalho de pensamento da economia aplicada. Ou seja, quando você vai analisar os fatos econômicos concretos, porque evidentemente a teoria e a pesquisa teórica são fundamentais, mas, em última análise, elas tem que recair numa análise concreta, senão chegaremos a um absurdo daquele teorema do Tugan Baranovsky onde você tem bens de capital que produz bens de capital, que produz bens de capital, que produz bens de capital

P.: E basta um trabalhador para mover toda a engrenagem.

J.Serra.: É. Seria um absurdo. Em algum momento você precisa aterrizar na análise concreta. Apesar que eu tinha uma formação matemática muito boa, melhor do que é a dos economistas em geral, eu acabei não recorrendo muito a matemática, não por falta de gosto, mas em função dos meios que eu convivi, que não estimulava muito isso. Eu, na verdade, gostaria de ter usado mais no passado, apesar que eu dei aulas de matemática para economistas.

P.: A economia é uma ciência ou uma arte?

J.Serra.: Olha! Eu acho que ciência exata, não é! Então, você entra num terreno com definições arbitrárias. Agora, ela tem um pouco de ciência e sem dúvida bastante de arte. Por exemplo, a Formação Econômica do Brasil tem um bom instrumental, muita imaginação econômica, mas tem também arte. Uma peça como Os Princípios de David Ricardo para mim é um obra de economia abstrata. Tem muita arte. Na descoberta de premissas e na forma de você desenvolve-las. Na análise lógica. Como tem também A Riqueza das Nações. A própria Teoria Geral. Aliás, o Keynes é um grande artista e era literalmente, quase um literato. Não, por acaso grandes economistas foram homens de muito talento.

P.: Alguns autores importantes verificaram que a dinâmica econômica da sociedade brasileira ou mesmo latino americana era diferente ou seguia um caminho distinto daquele trilhado pelos países capitalistas avançados. Isto não exigia uma teoria específica para aprender essa dinâmica ? Essa teoria não foi desenvolvida por vários autores, como, por exemplo, pelo Fernando Henrique, pela Conceição, por você?

J.Serra.: Eu acho que nunca houve produção teórica econômica propriamente dita no Brasil. Você teve dois economistas que fizeram uma contribuição modesta, mas significativa. O Celso Furtado nas análises do desenvolvimento e Mário Henrique Simonsen em teoria. Talvez seja o economista brasileiro que mais longe chegou em matéria de produção teórica. Mas efetivamente você não tem um desenvolvimento de teoria econômica no Brasil. Não é teoria. É a forma de você analisar com os instrumentos teóricos disponíveis. Mas não é propriamente uma teoria. Não é uma escola. Como a escola austriaca. Como a escola marshaliana, ou

agora a escola do MIT. Não é propriamente isso. Não é uma vertente da teoria econômica. Então, nesse sentido não houve.

Agora, o esforço de você captar, entender a realidade, a partir de um instrumental que você dispunha, sem dúvida, produziu resultados interessantes. Porque, o que acontecia a partir dos anos 60? Havia uma insatisfação também com a maneira cepalina de olhar o desenvolvimento econômico. Era, digamos, a literatura dos obstáculos. Ou poderia se dizer até dos pontos de estrangulamento, que o Roberto Campos tanto gosta de evocar. Identificava-se, por exemplo, no caso da CEPAL, a estrutura agrária, a estrutura do comércio exterior dependente basicamente de exportação de produtos primários, com inconvenientes que se atribuíam a este perfil exportador. A distribuição na renda que provocava uma estrutura industrial mais distorcida. Enfim, você poderia identificar 5 ou 6 obstáculos. Então você passava a analisar a realidade a partir da identificação desses obstáculos. Ou seja, você entendia o que estava acontecendo a partir daquilo que você achava que deveria acontecer. Inclusive superestimando certas barreiras. O Hirschman escreveu um artigo maravilhoso sobre isso, argumentando que você superestima para poder convencer a sociedade da importância disso. Devo dizer, procedimentos usados a esquerda, a direita, a norte ou a sul. Mas isso te impedia de entender realmente como é que as coisas estavam funcionando. Ou seja, qual é a lógica de funcionamento desse sistema, quais são os problemas reais, as contradições, os limites, etc.

Então, Isto despertou críticas. Não é a crítica mais ortodoxa, que se concentrou na substituição das importações ou na intervenção do Estado, no protecionismo contra as exportações ou mesmo no irrealismo tarifário, nas tarifas públicas etc. Mas você tinha um outro tipo de insatisfação que eu percebi claramente na obra de Hirschman, que era você colocar um esquema do qual você ficava prisioneiro, não só pela política econômica, mas também para entender o que estava acontecendo. Inclusive de identificar contradições que podem produzir situações novas. Não tem situações novas sem contradições. E a teoria dos obstáculos, chamemos assim, não te permitia isso. Antes era sua principal insatisfação.

Mas, então, eu estava dizendo, que pessoas como Hirschman e Anibal Pinto, de alguma maneira, perceberam essas limitações. E é talvez o momento em que eu entrei. Inclusive daí nasceu basicamente um artigo que eu fiz com a Conceição “Além da Estagnação”, em que eu fiz na verdade, mais a primeira parte, inclusive, que faz a crítica da idéia da estagnação. Esse artigo polemizava com um artigo do Celso Furtado (Desenvolvimento e Estagnação na América Latina: Um Enfoque Estruturalista” –1969-), que tinha sido extremamente influente e que usava muita análise econômica, mas também a idéia de que você podia ter desenvolvimento embora tivesse piora de distribuição de renda e a distribuição de renda fosse um requisito para você ter um desenvolvimento mais equilibrado. Isso ninguém discute. Qualquer analista vai concordar que a distribuição de renda mais igualitária é bom para o crescimento econômico.

P.: Havia alguns autores dessa época, como o Hans Singer, e mesmo o Rosenstein Rodan, e o Nurkse que mostravam que os países que apresentavam maior desigualdade na distribuição de renda tinham mais chance de se desenvolver, porque alcançavam um nível maior de poupança concentrado nas mãos das classes abastadas.

J. Serra: Eles, não. O Singer, eu não sei. O que eu conheço dele foi algo parecido com o nome de “Repartição dos ganhos do comércio entre países”. O Rosenstein-Rodan e o Nurkse mostravam o contrário. Houve uma polêmica nos anos 50, que depois saiu de moda, para saber se o desenvolvimento seria equilibrado ou desequilibrado. O economista principal do desenvolvimento desequilibrado era o Hirschman, enquanto o Nurkse e o Rosenstein Rodan eram os teóricos do desenvolvimento equilibrado. Evidentemente, como a maior parte das coisas em economia, ninguém tinha a verdade absoluta.

P.: O Churchill dizia que “a verdade é como a mulher adúltera, nunca está com um só homem”. (risos)

J.Serra: Boa essa hein? Então, qual foi a contribuição genial do Rosenstein-Rodan? Ele mostrou que para você ter desenvolvimento você precisa ter uma interação de demanda entre setores que te permita uma sustentação do

desenvolvimento. Vou te dar um exemplo. Você vai num país muito pobre e faz uma fábrica de geladeiras . Você vai ter uma capacidade que vai além do que a demanda pode absorver. Então é um investimento ineficiente. Melhor seria se, em vez de uma fábrica de geladeiras, você tivesse uma fábrica de sapatos, por sua vez a fábrica de couro, por sua vez a outra coisa. De maneira que está tudo integrado. Isto é o equilíbrio. Mas, o Hirschman dizia que você tem que tocar as vezes para frente porque isso te gera desequilíbrio, estrangulamentos, pontos de inflação.... Portanto os dois lados tem razão.

Agora, curiosamente, a teoria estagnacionista da América Latina estava baseada na visão da teoria do desenvolvimento equilibrado. Porque qual era essa teoria? Eu estou falando em teoria no sentido amplo. A interpretação era que você fez a substituição de importações primeiro de bens de consumo não duráveis, depois de bens de consumo duráveis e finalmente de bens de capital. Só que, como a distribuição da renda era muito desigual, a base para produzir bens de consumo não duráveis ficou limitada. Então, antes que você tivesse um mercado grande, com uma boa escala, esgotou a demanda. Aí você foi para os bens de consumo duráveis. Mas nos bens de consumo duráveis a demanda é fruto de uma distribuição concentrada da renda e o mercado é limitado porque exatamente você não partiu de uma base ampla de consumo básico. Está certo! E, evidentemente, a indústria de bens de capital não se desenvolveu porque a de bens de consumo não duráveis não foi suficientemente expandida e você combinou também aqui problemas de demanda com o que alguns chamavam de um alto coeficiente de capital/trabalho. Portanto, rendimentos decrescentes e aí foi a essência da minha crítica de mostrar que o capital não é um conceito físico. Porque o novo capital, que vem com mais produtividade, não se soma ao longo do tempo. Conforme ficou evidenciado no debate sobre a teoria do capital das duas Cambridges, você não pode somar capital. Porque as máquinas de épocas diferentes têm conteúdo e progresso técnico diferentes. Na verdade, isso estava na essência do equívoco, que não era muito diferente da análise marxista da tendência decrescente da taxa de lucro pelo aumento da composição orgânica do capital. Que no fundo não reconhecia a possibilidade de que o capital também aumenta a produtividade por unidade de capital físico.

No artigo “Além da Estagnação”, escrito com a Conceição, fazemos uma reformulação desse pensamento. Foi talvez o primeiro artigo de economia que não era nem apologético, nem justificativo e nem de denúncia e nem pessimista do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas. Naturalmente, há limitações, olhando hoje para trás. Foi uma primeira tentativa nesse sentido.

P.: Você fez alusão que substituiu a Conceição como assessor econômico. Como é que você travou contato com a Conceição?

J.Serra.: Ela veio uma vez ao Chile em 1966. Eu morava com Claudio Salm(?), que é um economista do Rio, e com o Francisco Bialto(?) um outro economista que também estava em Brasília. Ele era um bom amigo também e Cláudio é até hoje. E a Conceição veio lá. Eu achei ela muito extrovertida, e ela tinha um artigo que realmente é um clássico (“Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil” – 1964), é o melhor trabalho que já se fez sobre substituição de importações. Depois ela voltou em 68, eu acho, e ficou lá e a gente discutia sempre. Com a Conceição você não chega a discutir. Você tem mais que ouvir. (risos) É uma característica comum dela com o Sérgio Motta. Na conversa, você fala pouco e no final ela diz: “Que excelente conversa!” (risos)

Então, eu devo gostar de gente assim porque ambos são amigos meus. Ela veio lá e nós nos aproximamos enfim, acabamos ficando muito amigos. A Conceição é meio força da natureza, é uma das pessoas mais inteligentes que eu conheço, muito intuitiva e muito generosa intelectualmente. Ela não tem nenhum problema de te dar idéias. Ela tem insights sobre isso ou sobre aquilo. Não é propriamente uma visão organizada. Nem sei se tivesse isso organizado se seria do jeito que é. Por exemplo, o Celso Furtado é sempre organizado. É sempre tudo lógico, com começo, meio e fim. Tudo arrumadinho. Ele é meio limitado nisso. E a Conceição, não.

P.: O que você achou do Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico do Fernando Henrique Cardoso? E da Dependência e Desenvolvimento na América Latina?

J.Serra.: Eu li bastante o Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico na época. Aliás, quando eu fiz o curso do ILPES, quem dava sociologia era o

Fernando Henrique. Ele e o Weffort foram os meus professores. É bom esclarecer isso porque as vezes pensa-se que sou da geração deles. (risos) O *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico* é um livro no limite pessimista. Aliás, termina com a pergunta: subcapitalismo ou socialismo. Por quê? Porque no fundo identifica a inexistência de uma burguesia nacional com um projeto da sociedade. E a partir daí implicitamente há uma idéia de que o capitalismo, então, não se desenvolveria ou que o faria de uma forma muito excludente. Mas o livro não trata disso, evidentemente. Agora, o capítulo sobre - faz 20 anos que eu não ponho a mão - teoria do desenvolvimento é a base para o livro posterior. Esse era um debate fundamental na época. O que era desenvolvimento? A visão da qual sempre me aproximei é que você não pode ficar atado a uma visão normativa ou valorativa do desenvolvimento. Isto não implica que na ação você não define os seus valores. Nem que você faça denúncia de aspectos perversos.

Diga-se de passagem a palavra perverso referente ao “milagre econômico”, modéstia a parte, foi introduzida por mim num artigo chamado “O Perverso Milagre Brasileiro” e devo confessar, a partir de uma idéia do Anibal Pinto. Quer dizer, isso não exclui a denúncia e o juízo de valor. E a ação baseada em normas, valores e tudo mais. Agora, desenvolvimento é desenvolvimento das forças produtivas. Por que se você não parte desse princípio, você atrapalha as análises de interpretação e a contribuição principal do Fernando Henrique nas questões do desenvolvimento foi essa. O capítulo também em que ele faz a crítica das visões sobre o papel do empresário e faz uma revisão da literatura, é também muito útil.

Eu acompanhei as diversas versões do *Dependência e Desenvolvimento*, desde a primeira que saiu em mimeógrafo a álcool. Nesse livro, você tem a análise do desenvolvimento latino-americano, que trabalha muito bem a tipologia de formação das economias primário exportadoras. Desde a economia tipo enclave, a plantation e outras formas. E não é propriamente novo. Foi a primeira vez, num caso latino-americano e aí há contribuição do Enzo Faletto foi importante. A questão da dependência pegou mais por causa do título. Por causa, evidentemente, de alguma digressão a esse respeito e também porque, imediatamente, foi um

conceito que catalisou. O Anibal Pinto advertiu o Fernando Henrique disso na época: “você está criando um monstro aqui.”

Agora, de onde veio essa questão da dependência. Vamos pegar a coisa um pouco anterior. Qual era a análise marxista tradicional a respeito da dominação centro periferia? Qual era o modelo? O modelo era um modelo de extração de recursos. É o modelo Índia, basicamente. Do imperialismo tradicional. No livro dele sobre imperialismo tem um parágrafo que ele diz mais ou menos o seguinte: se o imperialismo desenvolver o mercado interno dos países que exploram deixa de ser imperialismo.

A melhor atualização da teoria leninista foi feita por Paul Baran. Ele fez um artigo magnífico (“Economia Política do Subdesenvolvimento”) publicado no livro organizado pelos paquistaneses A.N. Agarwala e S.P. Singh chamado A Economia do Subdesenvolvimento (1969). O artigo do Baran é de 52, se não me engano, sobre as economias subdesenvolvidas ou *backwardness economy*, que depois foi a base do livro dele Economia Política do Crescimento, que é de 56 e foi editado no Brasil por volta de 1960. É um livro magnífico, uma atualização da teoria leninista. Mas não existe lá o modelo da exploração do mercado interno. O Brasil inaugurou essa etapa. Por que o Brasil foi o primeiro país a realmente percorrer uma trajetória dinâmica de desenvolvimento com o capital estrangeiro, explorando o mercado interno. Sendo solidário com a expansão do mercado interno.

O Fernando Henrique não foi original nos anos 60, mas ele sublinhou isso. E chamou isso de dependente. Claro, porque era uma outra forma de dependência. Não era mais de extração para levar o excedente embora. A visão tradicional levava água para o moinho da revolução cubana, que era a revolução tipicamente antiimperialista.

A partir daí veio uma vertente que formulou, que encapsulou, ou o que formalizou a teoria da dependência, que também era base para revolução, da expulsão do capital estrangeiro. É o que se procurou fazer no Chile, claramente. Se identificava como barreira ao desenvolvimento. E aí não era tanto pelo excedente que levava para fora, mas, passou a enfatizar o papel negativo da tecnologia do

ponto de vista do aumento da relação capital produto e abaixa absorção de mão de obra. As teorias estagnacionistas estavam ligada a dependência por aí.

Em grande medida, a minha motivação principal no meu trabalho de economia foi a insatisfação com esse tipo de análise. Eu aprendi muito a esse respeito com Anibal Pinto e depois com o Hirschman. O Anibal Pinto foi uma pessoa que teve muita influência sobre mim. Então, a teoria da dependência no fundo foi uma insinuação de algum padrão de dependência, mas que estava associado a expansão do mercado interno. E foi o que o Fernando Henrique dissertou. Não que fosse uma idéia nova. Mas foi ele quem pegou primeiro essa análise e desenvolveu de maneira mais acabada

P.: A teoria da dependência do Fernando Henrique mostrava que havia a possibilidade de um desenvolvimento capitalista em países atrasados desde que esse desenvolvimento fosse dependente e associado. Ele conseguiu caracterizar isso?

Serra.: O Fernando Henrique, exatamente por sua concepção de que o desenvolvimento era o desenvolvimento de forças produtivas também, também sempre desconfiou de teorias ou de análises que levam a situações muito ao limite. Eu acho que há um defeito - isso é mundial, evidentemente, mas se deu no Chile, na América Latina, eu senti isso nos anos 60 e na produção inclusive dos anos 70 e 80 e até mais recentemente - de primeiro, você transformar um ciclo em tendência. Depois levar essa tendência ao limite. Ou seja, você não capta a natureza contraditória do processo. Segundo, é substituir a análise por síntese. Você não consegue analisar direito. Não consegue entender direito o que está acontecendo e faz uma síntese. Por exemplo, o que quer dizer neoliberalismo? Realmente não quer dizer nada. A sobrevalorização cambial é uma medida neoliberal? Certamente, não. Eu te dou textos de economistas que seriam considerados da extrema direita, neoliberais, que tem horror da idéia de uma política cambial que sobrevaloriza a moeda. Ai, as vezes, você fica com dificuldades para entender o que está acontecendo. Certamente isso tem um charme. um apelo muito grande na militância política porque fica mais fácil dizer.

P.: Eu queria fazer agora uma pequena provocação. O Mangabeira Unger vê um certo fatalismo na teoria da dependência. Ele disse que a teoria da dependência não foi uma ruptura de esquerda face as velhas teses reformistas do PCB. Mas uma espécie de justificativa para adesão ao status quo. Os intelectuais brasileiros teriam jogado fora as aspirações transformadoras do marxismo e ficaram com o determinismo estrutural. Mangabeira está se referindo a capacidade transformadora da política para além do status quo. Ou seja, a análise sociológica de inspiração marxista praticada por Fernando Henrique Cardoso teria servido para provar que não há outro caminho senão a integração subordinada ao capitalismo internacional. Você concorda com isso?

J. Serra.: Mas eu preferia o Fiori. Porque o Fiori, além de tudo é amigo meu... Veja, isso que ele está dizendo são lugares comuns. Essa frase do Mangabeira nem é frase da produção, eu diria mais intelectual dele. Isso é uma entrevista da Folha, presumo, não é? E o fato de você identificar que o desenvolvimento hoje, do ponto de vista do mercado interno é mais internacionalizado que no passado, não implica obrigatoriamente em conformismo. Quer dizer, ele está raciocinando provavelmente dentro dos parâmetros dele. Eu não me identifico com isso. A consequência do ponto de vista da ação que flui dessa análise não é obrigatoriamente conservadora e conformista. É completamente arbitrário. Isso é uma análise tipicamente de disputa eleitoral ou política. Porque uma coisa não decorre da outra.

Creio que o José Luiz (Fiori) pegou uma coisa interessante, que é a visão conformista que pode fluir de uma análise da globalização. Eu estou de acordo que existe essa possibilidade. Na verdade, se toma essa questão da globalização para isto. Porém eu não creio que o fato de o Estado ter perdido alguma capacidade de intervenção na economia face, tanto a maior abertura comercial, quanto a uma internacionalização financeira, além da privatização, não creio que essas três coisas enfraquecem o papel tradicional do Estado brasileiro, que em outros lugares, não é tradicional. Nem tem esse papel. Mas não obrigatoriamente eliminam a possibilidade de novas política e nisso o José Luiz está certo. Só que ele é mais duro no sentido de atribuir isso ao governo Fernando Henrique. Eu creio que isso só em parte é

verdadeiro. Você não pode atribuir ao governo como um todo essa característica. Agora, o governo Fernando Henrique é quem está presidindo no fundo a essa mudança do papel do Estado, a essa crise. E convenhamos que é complicado você presidir a crise e ao mesmo tempo definir o novo caminho. Com isto também, não quero dizer que não haja esse elemento conformista conservador que não domine digamos algum percentual substancial da ação do governo. Mas não é tudo!

P.: Vamos voltar a análise das principais obras de economia política nos anos 70. O que é que você acha do Capitalismo Tardio do João Manuel?

J.Serra.: Eu acho a tese de João Manoel bastante interessante. Eu não estava aqui nessa época. Era meados dos anos 70. Eu tenho uma particularidade, eu não vivi aqui no Brasil durante 14 anos! Como eu não estudei economia brasileira, eu também não conheço muitos economistas entende? Eu não acompanhei muito os debates. Agora, eu acho que há uma análise histórico intuitiva bastante interessante e muito na linha, sem a menor dúvida, das inquietações que eu tinha nos anos 60, da Conceição, do Anibal Pinto e do próprio Fernando Henrique. O João Manuel, hoje, provavelmente, não ficaria entusiasmado com isso. Mas está na linha do próprio trabalho do Fernando Henrique. Aliás, o João Manuel faz críticas, mas parte daí. Nesse sentido, é um trabalho bastante interessante. Acho até menos divulgado do que deveria. Não sei se é muito, mas, a impressão que eu tenho é que não é.

P.: Em “Desventuras da Dialética” você faz uma forte crítica ao André Gunder Frank , Rui Mauro Marini e Teothônio dos Santos. Recentemente com a morte de Rui Mauro Marini, Teotônio escreveu no Jornal dos Economistas no Rio de Janeiro um artigo alegando que você, ou vocês, o artigo é junto com o Fernando Henrique, foram violentos e fizeram uma crítica improcedente. Você mantém as críticas que você fez ao Rui Mauro Marini?

J.Serra.: Sem dúvida! A crítica é intelectual! Eu nunca fiz crítica pessoal, até porque eu tinha relações cordiais com ele e principalmente com o Teothônio. E digo a você inclusive, que eu contribui para exilar o Teothônio na época do golpe. Eu nunca mais vi o Teothônio, ele inclusive é uma flor de pessoa. Agora, outra coisa é o trabalho intelectual. Na verdade, eu escrevi um artigo em Princeton que se chama

“Três Teses Equivocadas... das quais a terceira tese equivocada , que eu peguei, era da esquerda, exatamente escolhendo a tese do subimperialismo do Rui Mauro Marini. Ora para ser subimperialista, no mínimo você tem de ser exportador de capital e o Brasil continuava sendo importador de capital. Vinha a idéia de uma potência como o Japão nos anos 30 que queria dominar a Ásia.

P.: Depois do “milagre” brasileiro e do primeiro choque de petróleo, no final de 73, o governo Geisel, que assumiu em 74, resolveu promover um plano de desenvolvimento ambicioso. O II PND pretendia substituir importações de bens de capital e de insumos básicos e ainda transformar o Brasil em um grande exportador de celulose, produtos siderúrgicos e petroquímicos. No momento de dificuldades da economia mundial e problemas na esfera doméstica era uma estratégia econômica adequada?

Serra: Não. É claro que é mais fácil falar como general depois da batalha. Eu, na época, no começo dos 80, inclusive, escrevi um trabalho para a CEPAL, copiando o título do trabalho do Prebisch (“América Latina e seus principais problemas”), que eu nunca publiquei, infelizmente, por falta de tempo, que analisava detalhadamente o II PND, que depois eu aproveitei para um artigo sobre industrialização e ciclos (“Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Após Guerra” (1982), que saiu em dois números da Revista Economia Política. Na verdade, o Brasil deu um grande salto no desenvolvimento das forças produtivas nessa época. Pode não ter tido o mesmo significado, mas, em volume tão grande quanto do período Juscelino. E a economia não cresceu pouco! Cresceu na fase de 1973 a 80 a média de 7% ao ano. Com uma perturbação inflacionária, sem dúvida, que a inflação saltou de 20% para 40%.

Agora, não tivesse havido a segunda crise do petróleo e a explosão dos juros no final dos anos 70, e a economia teria flutuado. Naufragou porque, no final, veio essa crise. E aqueles investimentos não puderam amadurecer adequadamente. Amadurecimento esse que foi-se fazendo de uma maneira mais retardada, mas que permitiu inclusive um pequeno salto exportador na década dos 80. E produziu um

superávit muito grande ao longo dos 80 até pela economia de importações que permitiu.

P.: Então, a estratégia do II PND foi acertada?

J. Serra: É mais fácil você falar a posteri. Olhando a posteriori como eu próprio fiz nesse trabalho, eu vi um excesso de objetivos ...

P.: Mas a direção estava certa?

J.Serra.: A direção estava certa. Só que foi um excesso de objetivos. Porque você fez substituição de importação. Você desenvolveu indústrias exportadoras, não foi só para substituir. Você quis mudar a matriz energética e mudar a forma da agricultura funcionar. Além disso, liberalizou um pouco a questão salarial. Foi no governo Geisel que você deixou de subestimar, que deixou de aplicar um fator redutor na fórmula salarial e, mais ainda, que você começou a fazer alguma desconcentração de receita tributária para Estados e Municípios.

Olhando a posteriori é claro que deveria ter sido mais moderado na substituição de importações, embora se resolveu o problema do déficit comercial. Ter caprichado mais na estratégia exportadora. Não ter continuado pisando no acelerador da economia e ter tolerado uma retração maior, embora, na época o Geisel precisava também do crescimento para promover a abertura, porque o regime autoritário se legitimava pelo crescimento econômico. Então para ele fazer uma abertura sob controle isso também era necessário.

De maneira que, aí, eu distingo duas posturas: a da análise a posteriori e da análise ex ante. Ex-ante não era tão sem cabimento quanto hoje parece. Aliás, na história econômica isso sempre acontece. Raramente, erros espetaculares não são feitos de maneira tão burra assim. Em geral, é porque não se enxergou certas coisas que estavam acontecendo ou não se previu direito o que aconteceria. O que houve, no fundo, foi que você criou uma grande vulnerabilidade na economia, que não teria tido o efeito que teve se a crise tivesse durado um pouco mais. Mas, não é a primeira vez que se facilitou na vulnerabilidade.

Eu diria que no período recente do Fernando Henrique, isso também aconteceu. A crise atual pega a economia vulnerável. Se se passassem provavelmente mais 3 ou 4 anos, até essa crise aparecer, a economia não estaria assim vulnerável. Essa que é a questão.

O país latino-americano que eu preferia era sempre a Colômbia, drogas a parte, porque a Colômbia é um país menos excêntrico em matéria de política econômica e flutuações no crescimento e da taxa de inflação. Porque nunca fazia nada ousado e nem nada excessivamente salazarista em matéria econômica. Sempre ficava numa média. A Colômbia ia muito bem. Isso mudou infelizmente nos últimos 2 a 3 anos. Para vocês terem uma idéia, a Colômbia não deixava entrar muito capital externo. Nos anos 70 ela não se endividou em moeda externa. Era proibido. Tinha restrições. Mas, evidentemente, é muito difícil você fazer isso num país como o Brasil, com ambições de crescimento permanente. Estava na cultura brasileira.

P.: Para viabilizar-se o II PND lançou mão de empréstimos externos a juros flutuantes. Maria da Conceição Tavares disse que o II PND apenas reforçou o velho padrão de financiamento e ajudou a constituir a crise da dívida dos anos 80. Portanto, reduziu a dependência industrial mas aumentou a dependência financeira. Você concorda com isso?

J.Serra.: Sim. Agora, eu concordo mas eu tenho as dúvidas sobre, digamos, que juízo de valor fazer a esse respeito. Porque aí há um problema da análise histórica: como é que poderia ter sido? O que teria acontecido se o príncipe Ferdinando não tivesse sido morto no atentado em Sarajevo? É sempre uma análise problemática essa questão a posteriori. Ela é importante sem dúvida, mas é interessante compreender que opções se colocavam naquele momento. E qual era o alcance das coisas que você poderia fazer com a informação que você dispunha. Este é o problema maior que vejo.

Eu ainda ia te dizer outra coisa. Você tem um artigo dos anos 70 do Edmar Bacha e do Carlos Dias Alejandro, que é um grande economista latino-americano, que infelizmente morreu prematuramente, alias de AIDs, de uma forma surpreendente para todo mundo. Ele escreveu um artigo no fundo mostrando que

era vantajoso você pegar dinheiro naquela época, porque a taxa de juros internacional era negativa em dólar.

P.: Também era impossível adivinhar que o Paul Volker iria jogar a taxa de juros lá para cima no início dos anos 80. Isso foi inédito na história americana.

J.Serra.: O Reagan tentou resolver o déficit comercial americano que explodiu e demais problemas econômicos dos Estados Unidos pela política monetária apertada.

P.: Em dezembro de 1984, o presidente Tancredo Neves, nomeado pelo Colégio Eleitoral, mas ainda não empossado, formou uma comissão para a elaboração do plano de governo chamada COPAG. Você era o coordenador da comissão composta por Celso Furtado, Luciano Coutinho, Sérgio Quintella, Hélio Beltrão e Sebastião Marcos Vital. Parece que Tancredo consultava você com frequência antes de assumir, ou melhor, antes de adoecer. No entanto, na hora H você não foi indicado para o Ministério. O que houve?

J.Serra.: Olha! Essa comissão que um jornalista chamou COPAG, foi para fazer graça com o nome da marca de baralho. Na verdade, a comissão teve uma razão política para sua formação. Todo candidato gosta, e é importante que assim seja, de ter um programa para mostrar a população aquilo que pretende fazer. No COPAG eu mesmo elaborei um documento sobre o problema financeiro que o Brasil vivia naquele momento. E com a colaboração do economista Wilson Suzigam um programa industrial que pela primeira vez propunha uma abertura, fundamentalmente no sentido de você aumentar a exposição da indústria doméstica à concorrência, porque, realmente, com o governo Geisel, nós chegamos ao limite da autarquia em matéria de desenvolvimento industrial. Uma vez o Arthur Lewis escreveu que realmente chega um momento em que você só pode aumentar a eficiência com a concorrência externa. Ou então ser do sudeste asiático, que não fez isso, não abriu a economia a importação e tomou a exportação como fator de incentivo a eficiência e tudo. Mas o modelo central não é esse.

P.: Que tipo de abertura você propunha ? Era uma abertura gradual da economia brasileira?

J.Serra.: Basicamente mudar a política de importações, suprimindo os controles quantitativos que havia na época e restringi-la a política tarifária, com uma rebaixa tarifária gradual ao longo de anos. Diga-se de passagem é o que o governo Collor fez, só que ele eliminou ao mesmo tempo os controles quantitativos, rebaixou as tarifas e não organizou a Receita Federal. Porque quando você elimina controle quantitativo você precisa ter Receita Federal, porque senão você não consegue controlar o comércio exterior. Vem subfaturamento, vem contrabando e você perde o controle da situação.

Estou citando porque, na verdade, foi a primeira proposta consistente de abertura comercial que se fez. Diga-se de passagem, sempre se falou muito isso no Brasil, mas não se levou a cabo. Nem durante o regime autoritário, nem na fase Campos/Bulhões, nem na fase Delfim, nem na fase Simonsen, do ponto de vista substancial, nem na fase do PMDB já no governo Sarney. Ironicamente isso coube ao governo Collor, que fez a abertura no estilo da cavalaria antiga: uma carga rápida e mal feita. Também fiquei encarregado de fazer um documento para a agricultura, que foi preparado pelo Guilherme Dias e pelo José Roberto Mendonça de Barros, que preconizava também uma maior abertura do setor agrícola.

Agora, o Tancredo ganhou, mas sequer chegou tomar posse. Quanto a minha ida na época para o Ministério, eu não sei se foi um problema de oferta. Mas, certamente houve de demanda, porque eu pedi ao Montoro que dissesse ao Tancredo que eu não queria ir para o Ministério, porque pretendia ser candidato a deputado em 1986. Então, não ia ao Ministério por 1 ano, para largar em fevereiro de 86. Eu nunca fiquei sabendo se o lado da oferta teria respondido caso houvesse a demanda.

Por outro lado, estava claro que ele pretendia entregar a coordenação da política econômica ao Ministério da Fazenda e queria que o Ministério do Planejamento - na época se chamava Secretaria do Planejamento - fosse mais um órgão de assessoria, de elaboração de planos de longo prazo. O que não me tentava muito. Mas, realmente a questão fundamental foi que eu pretendia ser candidato.

P.: A esquerda brasileira tinha um projeto político mais ou menos claro nos anos 50: queria implantar uma espécie de capitalismo autóctone e promover a industrialização no Brasil. Com o golpe de 64 a direita de certa forma roubou essa bandeira desenvolvimentista e passou a implementar um capitalismo associado. A esquerda tinha certamente uma análise muito melhor do que se passava no Brasil e no entanto não tinha uma proposta clara. O que queria a esquerda brasileira nos anos 60 e 70, além, é claro, de acabar com a ditadura?

J.Serra: Eu creio que ela estava de alguma maneira desnordeada, por quê? Porque se você tomar, por exemplo, a economia no final dos anos 40, o Brasil tinha uma economia basicamente agrícola e estava inserido na divisão internacional do trabalho como exportador basicamente de café, secundariamente de algodão e outros produtos do gênero.

O fato é que o salto da industrialização que se desejava foi dado ao longo dos anos 50. Mais concentradamente no governo Juscelino, inclusive com as alavancas construídas já no governo Getúlio Vargas nos anos 50. E quando chega nos anos 60 se verifica que o dinamismo industrial não tinha resolvido desde logo o problema da desigualdade e nem poderia ter feito isso num tempo tão curto e com o desenvolvimento tão acelerado. Em segundo lugar essa industrialização não vinha se processando nos moldes imaginados pela esquerda. A participação do capital estrangeiro era crescente e em 1960 representava cerca de 1/3 do estoque do capital industrial. E então a partir daí, no meu entendimento, se produz uma espécie de desnorteamento - aquele projeto de desenvolvimento nacional e socialmente mais equilibrado tinha se revelado inviável. E, a partir daí, a esquerda, chamemos assim genericamente, passa a confundir um pouco a interpretação do que estava acontecendo com os desvios das metas desejadas. Basicamente ela passa a defender uma correção de rumos, ou uma volta atrás no tempo. De um lado a nacionalização, de outro reformar a estrutura agrária, a qual ela passou a atribuir, a meu ver, equivocadamente - o Ignácio Rangel e outros tinham razão - uma inelasticidade de oferta que estrangulava seja um desenvolvimento mais equilibrado, seja a melhoria da distribuição da renda.

P.: O desenvolvimentismo era uma ideologia que se apoiava na idéia de industrialização via processo de substituição de importações. De onde vinha essa análise da substituição de importações?

J. Serra: A questão da substituição de importações não foi propriamente uma teoria. É uma estratégia de desenvolvimento próprio de economias atrasadas, mas que tinham restrições sérias na balança de pagamentos. Se, por hipótese, não houvesse tais restrições, a trajetória não teria sido via substituição de importações. O Brasil foi o país que levou mais longe e foi mais bem sucedido com esse tipo de industrialização.

Na substituição de importações, qual era o modelo tradicional? A industrialização partia substituindo artigos de consumo não durável. Em seguida ia para bens intermediários e bens de capital. É fácil de ver se a demanda de bens de consumo não durável é limitada pelo tamanho do mercado e pela distribuição de renda.

A partir dos anos 60, a teoria do desenvolvimento vai-se esmaecendo, a sua presença vai-se tornando mais fraca, até porque efetivamente você teve mudanças no mundo subdesenvolvido e além disso, uma tremenda diversificação de problemas. No âmbito latino-americano uma vertente foi crítica a esse processo, seja pela falta de dinamismo, seja pelo caráter concentrador de renda. Era o desenvolvimento que se chamou no final dos anos 60 concentrador e excludente. A decadência da teoria do desenvolvimento coincide com a queda do prestígio do keynesianismo. E também com declínio do ciclo de ouro do desenvolvimento capitalista. São os tropeços do sistema nos países desenvolvidos a partir da crise do petróleo de 1973. É a estagflação que passou a dominar o desempenho das economias da Europa e dos Estados Unidos. Isso permitiu um ressurgimento muito forte do monetarismo, da escola das expectativas racionais etc. Inclusive com a idéia da introdução da taxa natural de desemprego.

A partir dos anos 80, já 90, essas teorias entram em crise, porque elas não conseguiram explicar adequadamente o porque da permanência das taxas tão elevadas de desemprego, mesmo caindo a inflação. É sério que a teoria do

desenvolvimento sempre atribuiu um papel importante ao Estado. É evidente que diante das perturbações da economia real e da crise da sua teoria mãe, isso também ajudou de alguma maneira.

Contemporaneamente você tem alguma forma de ressurgimento do keynesianismo, até em economistas com uma formação ortodoxa. Toda a teoria do comércio internacional tem trabalhos muito significativos, como os de Paul Krugman. Ora, é claro que esse ressurgimento se dá em outras bases. Isto porque se dá a partir do horror a inflação elevada, ao corporativismo selvagem e à interferência excessiva do Estado na economia. Não tolera as finanças públicas desorganizadas. Portanto, de alguma forma é em novas bases. Mas de toda maneira ainda admite um certo papel ativo do Estado na economia. Por exemplo, no caso norte-americano no enfrentamento do problema da pobreza absoluta, na questão do treinamento e qualificação de mão-de-obra e daí por diante.

P.: Os anos 60 e 70 foram bastante férteis para a produção teórica brasileira. Dos anos 80 em diante o que foi feito de criativo no pensamento econômico brasileiro? Os trabalhos sobre inflação inercial de Lara Resende, Francisco Lopes, Pêrsio Arida, Bresser Pereira e Yoshiaki Nakano são uma contribuição teórica importante? Há uma teoria da inflação inercial?

J.Serra.: Não creio que haja uma teoria da inflação inercial nem que essa formulação da idéia da inflação inercial represente uma contribuição teórica à análise da inflação. Ela não me parece nova. Mas sem a menor dúvida a sua aplicação no caso brasileiro foi muito importante. Foi muito oportuna. Em última análise, ela permitiu uma prescrição de políticas de estabilização que acabou dando certo no Brasil com a URV. Que na verdade é isso. A URV incorporava essa idéia e sem dúvida eu identifico uma contribuição muito importante do Pêrsio Arida e do André Lara Resende até onde tomei conhecimento. Isso em meados dos anos 80.

É claro que foram necessários muitos anos de reflexão, de aperfeiçoamento e de criação de pré condições para que uma estratégia dessas pudesse dar certo. Eu acho que o que houve de mais importante é a aplicação criativa na política econômica, na política de estabilização, mais do que uma contribuição teórica.

P.: Em maio de 1993, Fernando Henrique Cardoso foi nomeado ministro da Fazenda do governo Itamar Franco. Porque o Fernando Henrique escolheu uma equipe entre os economistas da PUC do Rio de Janeiro e não de São Paulo, por exemplo da USP ou da UNICAMP?

J.Serra.: Eu acho que é uma questão de proximidade.. Os mais característicos da UNICAMP digamos ficaram muito ligados ao PMDB, que tinham estado juntos com alguns da PUC na época do Cruzado, mas posteriormente, houve uma separação. Na USP havia uma tradição maior de vinculação ao Delfim, eu estou vendo isso muito esquematicamente. Então é uma questão de proximidade e até partidária. Um economista como o Bacha tinha se filiado ao PSDB. Não há uma explicação mais profunda. Entrou elementos de afinidade política e pessoal.

P.: Se a questão era de proximidade política e pessoal não era mais plausível cogitar o seu nome para a presidência do Banco Central, por exemplo?

J.Serra.: Não! Porque eu perderia o mandato. Eu nunca poderia ter ocupado um cargo no governo que não fosse o de ministro. Porque o deputado só não perde o mandato se ocupar cargos de ministro ou de secretário executivo. E o pessoal da PUC trouxe uma contribuição importante ao ensino de economia no Brasil. Fizeram bons cursos especialmente pós-graduação e também passaram por mudanças. No final dos 70 e começo dos 80, antes da época da superinflação, todas as reflexões terminaram indo para isso. Houve o predomínio de uma macroeconomia, eu diria de natureza keynesiana modificada, quer dizer, kaldoriana e kaleckiana, inclusive a inflação como resultado quase estrito de impasses de natureza distributiva. O Edmar Bacha escreveu um livro texto sobre isso Introdução à Macroeconomia

P.: Em janeiro de 95 você se tornou ministro do Planejamento do governo Fernando Henrique Cardoso. Foi um governo que levou às últimas consequências a abertura comercial de Collor e Itamar. Aliás, foi Ciro Gomes que, como último ministro da Fazenda de Itamar, assinou um acordo em Ouro Preto rebaixando as alíquotas de importação para além das metas estabelecidas pela OMC. Era a abertura que você cogitara quando fez o programa de Tancredo?

J. Serra: A história é sempre assim: mudanças importantes são feitas de forma atropelada. E naturalmente com todos os subprodutos do atropelamento. O Fernando Henrique encontrou a abertura comercial propriamente dita já pronta, já organizado no começo do governo. A abertura foi feita muito no estilo do governo Collor, que seguia o lema cavalaria antiga: carga rápida e mal feita. A cavalaria antiga fazia um ataque que sempre se caracterizava pela rapidez e por ser mal feito. Essa abertura não foi acompanhada por controles quantitativos, que são muito importantes.

Eu acredito que, do ponto de vista comercial, o Brasil teria reagido de forma mais satisfatória, não houvesse a sobrevalorização cambial. O grande problema foi você combinar a rebaixa tarifária com a eliminação dos controles quantitativos, com a sobrevalorização cambial e a aceleração do crescimento da economia. Porque quando a economia está estagnada - esteve até 92; começou a retomar em 93 - falta um elemento crucial para aumentar as importações, que é a demanda interna. Por último, há um elemento levantado por Paul Krugman, que curiosamente, eu já vi empregado em discussões de economistas supostamente sofisticados de maneira absolutamente equivocada quando aplicada à realidade brasileira. O Krugman observou que um processo de abertura demora para exercer um efeito sobre as importações. Por quê? Por que a abertura precisa permanecer durante um bom tempo para que os empresários tenham confiança nela e invistam na organização seja da importação, seja na rede internacional do comércio, seja na comercialização doméstica, que demanda investimentos significativos em comercialização, publicidade, mudança de hábito de consumidores etc. Portanto você tem uma grande defasagem.

Uma vez ouvi esse argumento para justificar o fato de que não haveria um crescimento acelerado das importações brasileiras em 95 e 96, quando era exatamente o oposto. Essa defasagem já estava sendo eliminada precisamente na época do Real. Porque a abertura foi em 1991, 92 e 93. Quando você começou o Real já havia rebaixa tarifária, eliminação de controles quantitativos, sobrevalorização do Real e aceleração do crescimento. É o fim da defasagem

krugniana, digamos assim. Você teve a convergência desses 5 fatores, simultaneamente. Poderia acrescentar um sexto, ou um subitem da sobrevalorização cambial que é a taxa de juros siderais, que representam a outra face da sobrevalorização cambial. Não exatamente no início, porque um componente importante da alta taxa de juros era no sentido de frear a explosão de consumo que sem dúvida haveria no contexto de uma inflação que caia bruscamente e da indexação salarial que ainda permaneceu no começo.

Mas, enfim, você teve a conjugação, eu diria, desses 6 fatores. Convenhamos que foi uma dose bastante forte de abertura. E como lembra aquele ditado latino, dose fast venenun.

P: O Paul Krugman disse que a questão da competitividade ou o conceito de competitividade é um equívoco, pelo menos na forma como ele é utilizado atualmente. E ele disse que competitividade é taxa cambial. Você concorda com isso?

J.Serra: Eu acho que competitividade também é taxa cambial. A análise de que taxa cambial é exclusivamente produtividade é non sense. Não é nem equivocada, é non sense, por quê? Vamos ficar primeiro na crítica de Krugman, que eu estou de acordo, porque posso sobrevalorizar a taxa de câmbio à vontade e dizer que o problema da competitividade externa é um problema de produtividade. Portanto, uma redução ao absurdo, que eu aprendi em teorema de geometria elementar. Que é de alguma maneira um equívoco que aconteceu aqui com alguns economistas partidários da sobrevalorização cambial, com a idéia de que, de repente, tudo é produtividade. Você pode ter a sobrevalorização que bem desejar, que a responsabilidade fica por conta da produtividade. Isso, evidentemente, do ponto de vista de análise econômica, não é uma tese séria. Não conheço mais nenhum economista sério que tenha defendido isso. Mesmo os maiores partidários da abertura comercial consideram que toda vez que há rebaixa tarifária e eliminação de controles quantitativos, você tem que desvalorizar para poder enfrentar isso. Aliás eu li coisas do Simonsen nesse sentido.

Ora a competitividade da economia chinesa com relação a brasileira é basicamente uma questão cambial. Em 1963, quando estive na China, os preços chineses por via da paridade de poder de compra deviam ser 1/3 menores que no Brasil, graças a taxa cambial chinesa. E ainda não havia sobrevalorização no Brasil. A mesma coisa na Índia. Na Índia inclusive essa constatação é mais fácil. Eu estive lá com meu filho e organizamos uma espécie de cesta de consumo. Como a Índia não tinha dois câmbios como na China, era mais fácil. Porque o câmbio turista na China era um câmbio real do ponto de vista comercial da economia. Era aproximadamente 1/3. Se você considera que o Brasil valorizou sua moeda, dependendo do índice de preço escolhido, entre 20 e 40% e que a China tenha uma moeda no nível da paridade de poder de compra desvalorizada, você vai ver que a concorrência chinesa está baseada na questão do câmbio. Não que não haja questões de produtividade. Mas, elas não são tão significativas ao ponto de explicar tudo. Se você considera também que em geral produtos chineses deslocam os brasileiros com uma diferença de custos de 10 a 30%. Você vai ver que, na verdade, com outras políticas cambiais nós seremos muito mais competitivos que a China.

E aqui tem um fato curioso. Quando o aumento de produtividade se dá na média da economia, não especificamente para o setor exportador, ele aumenta a competitividade das exportações. Mas ele não produz melhora necessariamente no saldo comercial, porque o aumento da renda no setor não importador decorrente da produtividade também impulsiona as importações. Você pode mostrar com uma certa facilidade que poderá haver uma piora no saldo comercial mesmo com o aumento da competitividade das exportações. Então, o aumento da produtividade para contrabalançar o câmbio tem que estar muito concentrado no setor exportador. E não resolve o problema das importações porque se o câmbio está sobrevalorizado, aumentar a produtividade é forma de permitir exportar mais. Mas, certamente, ele vai fazer importar mais. Exemplo típico dos portos. Ah, no caso, é até um exemplo interessante. Porque o aumento da produtividade, da eficiência, facilita as exportações mas também facilita as importações. Deve ser feito, mas não é ele que vai eliminar o déficit comercial.

P.: No passado a economia brasileira conviveu com sobrevalorização cambial quase que o tempo todo. Nos anos 50 uma certa sobrevalorização cambial significava também um aporte de recursos externos, porque a indústria podia importar equipamentos mais baratos. O que mudou?

J. Serra: Você tinha o controle de importação e de câmbio muito maior do que agora. E tinha controles físicos, não apenas tarifários, bastante exacerbados no lado das importações. Então você tinha financiamento externo, você tinha déficit de conta corrente, mas era raro você ter déficit comercial. O déficit em conta corrente financiava basicamente importações de bens de capital e insumos intermediários. Portanto, financiava investimentos. Se alguma distorção houve no período recente de déficit de conta corrente crescente, foi exatamente dele ter sido em parte destinado a financiar importação para consumo. Tanto que a taxa de investimento cresceu pouco enquanto que o déficit em conta corrente cresceu aceleradamente. É essa a diferença. Déficit em conta corrente não é necessariamente negativo, se você preencher dois critérios, primeiro se tiver as exportações crescendo, como no caso do Chile, que tem um déficit em conta corrente razoável, mas as exportações crescendo e segundo se está sendo utilizado fundamente na elevação da taxa de investimento.

P.: Nesta fase de abertura da economia brasileira o capital estrangeiro ganhou ampla liberdade de circulação no país sem maiores restrições para entrar ou sair. Nunca houvera antes essa liberdade, nem no tempo de Roberto Campos no Ministério. Vários analistas falam em modelo neoliberal com consenso de Washington. Você concorda?

J. Serra: Veja, são duas coisas. Primeiro, em relação aos investimentos diretos já havia uma liberdade razoável, e eu creio que ela é positiva no mundo de hoje. No que se refere ao capital financeiro não há uma liberdade total. Ainda existe restrições e elas são mais prudentes para tornar o país menos vulnerável aos movimentos especulativos de capital de curto prazo internacional. Por exemplo, nos países asiáticos e no México foi mais fácil a fuga de capital do que no Brasil hoje.

Aqui grande parte dessa fuga está se dirigindo ao mercado futuro mais do que, digamos, a diminuição de reservas.

P.: Você trabalhou junto com o presidente Fernando Henrique Cardoso em diversas ocasiões, produziram textos, etc. Como é o relacionamento de vocês hoje?

J. Serra: A troca teórica evidentemente é mais escassa do que era no passado, mas é relativamente fácil. Eu acho que permanece havendo uma proximidade do ponto de vista teórico. Agora, política é outra coisa. Eu diria para você até que a amizade pessoal e semelhança teórica são elementos que não necessariamente facilitam a relação política. Às vezes até complicam.

P.: É comum haver divergências dentro de um mesmo governo na área econômica? Por exemplo, o Mário Henrique Simonsen divergindo do João Paulo dos Reis Velloso? Delfim Neto divergindo de Simonsen? Você divergia de Malan e Gustavo Franco?

J. Serra: A questão mais relevante não é perguntar se há divergências. É perguntar se elas trazem prejuízos. Isto depende naturalmente de qual é o grau de antagonismo e, em segundo lugar, do jeito do governo funcionar.

Agora, deixa eu fazer um comentário sobre a questão neoliberal. Eu, sinceramente, ainda não consegui entender o que é ser neoliberal. Quando alguém é ou não neoliberal. Eu desconfio que no caso de neoliberal está se aplicando um procedimento tradicional de substituir a análise pela síntese. Quer dizer, a dificuldade de analisar leva a você formular um conceito que serviria então para explicar as coisas que você de fato não está conseguindo explicar. Por exemplo, sobrevalorizar o câmbio é liberal ou neoliberal? Parece-me que não. O Stanley Fischer que é diretor do FMI e, portanto, até segunda ordem, deveria ser considerado neoliberal, é um adversário ferrenho dessa estratégia de política econômica. Então, o que é ser neoliberal? É combater o déficit público ou favorecer as privatizações? Eu não vejo porque ter uma política fiscal mais equilibrada, mais firme envolva ser de direita ou de esquerda necessariamente.

P.: Certamente é difícil escolher o câmbio como indicador de se você é liberal ou keynesiano. A sobrevalorização cambial não é liberal, pelo contrário, é mais intervencionista. Já o atrelamento de uma moeda fraca a uma forte é liberal. Mas o grande divisor de águas entre liberais e não liberais reside na concepção que se tem do funcionamento da economias e do mercado. Para os liberais o mercado ou o sistema de preços é eficiente e dispensa a atuação do estado, a concorrência é perfeita, e assim por diante. Já os keynesianos vem a necessidade do Estado corrigir as imperfeições do mercado. Então, o neoliberalismo seria justamente uma corrente teórica que dos anos 70 em diante propôs a retirada do Estado e que se deixasse a economia funcionar mais livremente.

J. Serra: Então neoliberal para você seria uma perspectiva de política econômica, em última análise, que prevê que o governo deve se limitar a combater a inflação e criar condições para que o mercado funcione melhor, apenas isso. Podia ser uma definição.

Eu sou um pouco avesso a essas discussões porque eu acho que nós ficamos num plano formal e acrescenta pouco a compreensão daquilo que está acontecendo. Eu creio que o neoliberalismo da mesma forma que globalização são conceitos que, na verdade, substituem análises e tem havido abuso nesse terreno. Quer dizer, neoliberal seria a perspectiva de que o governo deve se limitar a combater a inflação e criar condições para que o sistema de mercado funcione melhor.

A oposição a isso o que é? É o governo fazendo déficit e planejamento. Não parece como oposição, no extremo. Quer dizer, você deve regular a economia pelo gasto público, pelo planejamento, ou simplesmente combater a inflação e criando melhores condições para os mercados operarem. Eu não creio que essas sejam as disjuntivas. Agora, abertura ao capital estrangeiro, grande abertura comercial, privatizações em grande escala, será que isso é neoliberalismo?

P.: A questão da política industrial não é um divisor de águas? O governo neoliberal não faz política industrial.

J. Serra: O governo Fernando Henrique é considerado neoliberal e está tentando fazer. Então não é isso. Você tentar fazer política industrial ou não. Você

entende? Mas na concepção do PSDB, por exemplo, tem que haver política industrial. A política industrial esta sendo apenas ensaiada. Está apenas se esboçando. Mas também com esta política cambial...(risos)

Eu sou um pouco avesso a isso. É nesse terreno que eu vou ficar. Porque no caso da globalização se confunde a descrição com algum conceito que expressaria uma espécie de capacidade de auto regulação da economia mundial. Como se ela auto regulasse através da interconexão dos mercados. O que evidentemente não acontece. Não é uma regulação automática. Agora, a partir daí, a globalização, de um lado, passa a ser uma desculpa inclusive para a inércia em matéria de política econômica, para você não tomar iniciativas. A culpa é toda da globalização. Quando um governante não consegue cumprir aquilo que prometeu na campanha, diz que foi a globalização.

Então, eu sou avesso a esses conceitos genéricos. Como fui avesso ao conceito de dependência e de globalização, neoliberalismo e mesmo desenvolvimento do subdesenvolvimento enfim, uma série de conceitos que aparentemente representam chaves do reino da compreensão mas não são. Em geral, você quebra a chave quando você procura abrir a porta de um conhecimento mais aprofundado e especialmente querendo interferir na realidade.

Eu estou a vontade para falar isso porque a globalização, você sabe, é usada por muitos tucanos. Na verdade, é uma justificativa para não se fazer as coisas. Claro que mudou o papel do Estado. O Estado brasileiro mudou em relação ao passado. Diminuiu a sua capacidade de coordenar o processo econômico devido à abertura e à mobilidade do capital financeiro no plano internacional. Mas nenhuma economia ficou imune a isso hoje no mundo. Algumas ficaram mais e outras ficaram menos. Mas nenhuma ficou imune. Exceto a China, por enquanto.

O processo de industrialização brasileiro via substituição de importações atingiu o máximo da auto-suficiência nacional, no grau de autarquia do país, no começo dos anos 80. E para a economia crescer tinha que abrir. Para você ter incentivos a produtividade, a incorporação do progresso técnico etc. Ai, é a substituição de importações do ângulo do fechamento. Até no campo educacional

mudou a situação, porque no passado você resolvia a questão da qualificação do trabalhador através dos serviços de treinamento da indústria, do comércio etc. Mas houve uma mudança qualitativa no papel da educação no processo econômico. É como se, forçando um pouco a análise, a mais valia do conhecimento viesse substituir a mais valia do trabalho. E o Brasil foi pego de calças curtas nessa história. Porque o Brasil tem um padrão educacional africano do ponto de vista de índices médios. Não é São Paulo. Mas o índice médio é pouco mais que africano. Até há pouco tempo, pelo menos, era assim.

Então, você tem a dramática redefinição do papel do Estado. Há um outro elemento de natureza política que, na medida em que o setor estatal amadurece e dadas as características do processo da democracia brasileira, as gestões das empresas estatais tende a se degradar. Por quê? Porque você tem que ter um controle rígido. Eu sou especialista nessa matéria tanto no plano estadual como no plano federal e na própria Constituição. O capítulo tributário da Constituição pode ter 50% do que eu pensava, mas o orçamentário reflete 90% do que eu penso, e estabelece a necessidade de controlar e de aprovar os investimentos das estatais. Por quê se é estatal entra dentro das contas públicas, do déficit público. Há uma necessidade de controle. Mas, ao mesmo tempo isso conspira contra a eficiência da empresa. Então essa é uma das razões pelas quais eu sou favorável a privatização. Porque acaba sendo ineficiente e você tem que controlar. Se você não controlar, os abusos se multiplicam e você tem uma anarquia do ponto de vista do setor público. Num outro país pode ser que seja diferente. Mas, no Brasil é assim.

Dadas as características da política brasileira e da democracia brasileira hoje, é inevitável que você acabe fazendo nomeações políticas nas estatais. Então, de repente você pega uma empresa de telecomunicações da maior complexidade e bota na presidência ou na diretoria, gente que na área privada não chegaria nem a gerente de uma fábrica de sapatos. Você entende? No entanto, vai dirigir uma grande corporação pública. Um governo pode resistir mais outro resistir menos, mas essa é uma tendência inexorável da política no Brasil

Essas são as razões para favorecer a privatização. São razões heterodoxas. Porque, em geral, você enfatiza o aspecto financeiro e você tem recursos para abater dívidas, que eu acho positivo também, mas a gente sabe também que isso tem efeito uma vez por todas, não é permanente.

P.: É válido fazer privatizações para reduzir o déficit público? Vender a prata da casa para pagar déficit em conta corrente?

J. Serra: Só evidentemente por razões de conjuntura que a privatização é utilizada basicamente como instrumento hoje para cobrir déficit em conta corrente. Não é o ideal porque isto é parecido a você vender patrimônio para financiar consumo, mas é uma situação de emergência, por exemplo, no que se refere ao déficit fiscal. Eles usaram o recurso da privatização para pagar caixa corrente, não só para deduzir dívida e o Brasil não fez isso internamente, mas faz isso com relação ao balanço de pagamentos. Quer dizer, utiliza recursos de privatização, que é a contrapartida de entrada de investidor estrangeiro para financiar o consumo, déficit em conta corrente. Não é desejável, mas numa emergência pode ser utilizada assim.

P.: É mais ou menos consensual entre os economistas que com o fim do período desenvolvimentista, o Estado tem que mudar a sua forma de atuação e você precisa de menos empresas estatais.

J. Serra: O fato é que hoje tem gente comprando empresas elétricas e no caso da CPFL, por exemplo, basicamente um grupo nacional, mostra que você já tem um mínimo de massa crítica de capitais para fazer isso. No passado, não teria para fazer.

P.: Você tem que reformular a atuação do Estado, mas você não tem uma única saída. Você pode caminhar para um Estado mais liberal ou você pode simplesmente transformar a atuação do Estado na sociedade. Por exemplo você privatiza empresas estatais e utiliza esses recursos em outras áreas de atuação do Estado. Ou então simplesmente privatiza empresas estatais, vende patrimônio público, amortiza a dívida pública e reduz efetivamente a participação do Estado. Qual dessas saídas é melhor?

J. Serra: Amortização de dívida pública, porque você economiza os juros. Quer dizer, é uma forma de tornar mais recursos disponíveis na área fiscal. Eu não tenho dúvida que esse novo Estado vai se definindo também na prática. Você tem certas concepções e aplica na prática. Mas a prática também apresenta elementos novos que vão permitir você reformular, ampliar, consolidar, revogar suas próprias concepções. Agora, isso sempre acontece. Mas, o grande desafio que nós temos pela frente é conseguir montar agências reguladoras eficientes. Eu tenho dúvida a esse respeito. Eu não acho que privatizar é uma panacéia para resolver nosso desenvolvimento futuro e nem melhorar a qualidade dos serviços públicos. Isto vai depender muito das agências criadas tanto na área de telecomunicações como de eletricidade. Especialmente no caso de serviços públicos. Telecomunicações, eletricidade e mesmo na área que não é propriamente serviço público, mas pelas suas características de insumo tão generalizado, tem algumas semelhanças é a área de energia de petróleo. E, futuramente na área de transportes. É um desafio que nós vamos ter pela frente. Um desafio teórico. Um desafio prático, legislativo. Um desafio de conseguir fazer que as coisas funcionem sem ter experiência e um desafio político, porque nós não temos quadros. Toda vez que se fala em autonomia de entidades públicas, eu fico com um pé atrás. De repente você pode criar um quarto poder. Por exemplo a idéia de Banco Central independente. Você chega para criar o quarto poder. Pessoas que não são eleitas, que não serão por ninguém, que não prestarão concurso, nem como no Judiciário e que de repente serão irremovíveis e tomando decisões, que, na verdade, são próprias do Executivo. No caso brasileiro, questões de política cambial, juros, etc. Por isso no caso da presidência do Banco Central, eu advogo outra coisa: a separação das funções de fiscalização. Quer dizer, a retirada do Banco Central das funções de fiscalização e a criação, isto sim, de um mecanismo de fiscalização autônoma. Que não faz política econômica. Que faz fiscalização em função da lei e de critérios estabelecidos.

P.: O caso do Banco Nacional seria evitado?

J. Serra: Jamais teria acontecido. Se você tivesse um órgão maior, competente e separado, porque o Banco Central está sob influência e vai continuar dentro da

política brasileira sob influência política, além da proximidade natural do próprio sistema financeiro. Suponha que nós fôssemos fazer um Banco Central absolutamente independente. Seria muito difícil encontrar pessoas com qualificação intelectual e prática e de biografia para isso, hoje, no Brasil. Nós vamos ter que formar isso ao longo do tempo.

Em relação à independência do Banco Central, acontece um fenômeno interessante que é parecido com o do padrão ouro em escala internacional. A experiência do padrão ouro até a crise de 30 é a seguinte: o padrão ouro funcionava muito bem, sempre que não precisava. No momento em que as regras deveriam ser impostas - deveriam ser impostas em situações de dificuldades - abandonaram esse padrão ouro. No caso do Banco Central, ele pode ser autônomo e independente, em lugares onde não é necessário exercer essa autonomia e essa independência. Quando é necessário, como no caso da Alemanha, deixa de ser. Em todo o caso, são economias que tem uma longa experiência de estabilidade, pouca variância de política econômica, de pouca volatilidade. Enfim, aí, são outras condições.

P.: Caso contrário, um Banco Central independente poderia criar uma contradição dentro da política econômica. Poderia criar um conflito entre autoridades fiscal e monetária.

J. Serra: Acabaria não se mantendo. Isso não subsistiria e não subsistindo acabaria por desorganizar as coisas. Mas voltando a questão do Estado...

P.: Recentemente saiu um estudo no The Economist mostrando que a presença do Estado na economia dos principais países do mundo aumentou e não diminuiu, com onda neoliberal e tudo. Ou seja é um mito de que o Estado teria se retirado. Na verdade apenas diminuiu a velocidade de aumento da participação do Estado no gasto geral.

J. Serra: É. Estacionou num nível bastante alto. Isso é muito interessante. Até escrevi um artigo citando esse dado. A única questão aí é que mostra um aumento e uma acomodação em níveis muito altos do gasto público. Aliás, coisa que aconteceu durante o governo Reagan. O gasto público aumentou em proporção ao PIB. As pessoas esquecem. Há elementos de natureza qualitativa que não se refletem nesses

números. Por exemplo, a diminuição de tarifas, a remoção de barreiras ao comércio diminuem a capacidade do Estado em interferir. A mobilidade do capital financeiro, idem. Quer dizer, aumentar gasto público não é incompatível com uma certa perda de capacidade do Estado para regular a economia. Isto houve, indiscutivelmente. Mas, você tem que encontrar as fórmulas pelas quais o Estado deve atuar. Aliás, no caso do gasto público você tem claramente a importância de se ter políticas a esse respeito.

Agora, isso só como curiosidade também. No governo Fernando Henrique o BNDES aumentou espetacularmente a sua capacidade de operação. Eu, próprio, quando estava no governo, fui responsável pela ampliação do seu orçamento. Você pode dizer: “Não, você está emprestando para empresas privada!” Lógico! Se você está tendo desestatização. Mas, você pode dizer: “ - Está socorrendo! emprestando a juros menores etc..” Aí, o BNDES, na verdade, está tendo que enfrentar de alguma maneira as distorções que estão acontecendo em face da política de câmbio e juros. Ele não está livre para muitas outras coisas por causa disso.

P.: Em algum momento você reconheceu no Antônio Kandir um discípulo advogando as suas idéias sobre inflação contemporânea, discutindo em contraposição a inflação inercial. A tese de doutorado dele foi considerada pela UNICAMP “a nossa contribuição teórica sobre o processo inflacionário”, palavras da Conceição, que estão presentes num livro que eu organizei. Você participou da banca. Como é que você enxerga a tese de doutorado do Kandir? Ele utilizou essas idéias no governo Collor?

J. Serra: Olha! Eu acho que é uma boa tese. Já faz quase 10 anos, precisaria olhar. Ela faz uma recapitulação muito interessante de todas as teorias da inflação. Mas de fato enquanto contribuição teórica, eu não creio tenha feito uma inovação às análises de inflação. Faz uma crítica até a inflação inercial que não me pareceu convincente. Não porque eu atribua grandes virtudes teóricas ao conceito de inflação inercial. Mas, inegavelmente deu certo no caso aqui do Plano Real. Aliás, eu disse isso no exame. Eu sempre fui muito franco como banca de tese.

P.: Um dos temas mais importantes do momento é a globalização. De acordo com Paul Krugman, trata-se de um fenômeno antigo. Você acha isso?

J. Serra: Sim. O processo de globalização é antigo, inclusive houve um ensaio de globalização na época romana. A partir do descobrimento passou a ser um fluxo contínuo. Há momentos de contração cíclica. Mas a tendência de longo prazo é aprofundar a globalização. Nesse sentido, não é um elemento novo. Agora, ele tem as suas particularidades. Os números mostram que antes da primeira guerra mundial, as frações de investimento e do comércio enquanto percentual dos PIB nos países desenvolvidos não eram mais elevadas do que agora. Uma particularidade dessa atual fase é o progresso fantástico das telecomunicações, das viagens e a integração financeira. E cujo ponto de partida foi indiscutivelmente as desregulamentações feitas em Londres e posteriormente pelos Estados Unidos, que, aliás, coincide com os déficits norte-americanos. Grande parte dessa chamada globalização financeira veio daí e até hoje se alimenta disso do ponto de vista de fonte de liquidez primária para essa expansão. Acho que as especificidades contemporâneas são essas. São isentas de problemas? Claro que não!

Na economia até 1929, 30 você tinha nas economias nacionais crises mais frequentes que, em geral, se alastraram por mecanismos de transmissão na área internacional. Mas eram mais frequentes que posteriormente a essa crise, por quê? Por que a partir da crise de 29, os governos passaram a atuar de maneira diferente. A curto prazo, os Bancos Centrais passaram a assumir os seus papéis de emprestadores de última instância e foi criado o seguro do crédito, além de legislações mais rigorosas a respeito do sistema bancário. Portanto, se coibiu um mecanismo poderoso de propagação de crises financeiras.

Por outro lado existe hoje um descolamento da esfera financeira do lado real da economia. Hoje nós devemos ter um trilhão e meio de dólares circulando por dia no mundo, desligado do lado real. Pelo menos 95% não estão vinculados propriamente a comércio ou investimentos. Há um mecanismo de criação de dinheiro em escala internacional, mas forçando um pouco o paralelo, não há um Banco Central que fixe taxa de encaixe obrigatório, portanto, limite a ação do

multiplicador bancário. O multiplicador bancário internacional não está limitado. Não há uma coordenação suficiente para isso.

Se você considera essas condições e se você considera que o comportamento especulativo dos indivíduos, das empresas se mantém ao longo dos séculos, você tem uma combinação entre ambas circunstâncias, complicada, que, aliás, mostram o absurdo de se considerar que a economia mundial, que a globalização significa autoregulação da economia mundial. Esse comportamento claramente aparece agora na crise deflagrada a partir da queda da Bolsa de Hong Kong.

Isso leva a um aumento contínuo da demanda por esses ativos que funcionam como espécie de profecia que se autorealiza. E, você vai realizando lucros com base numa entrada crescente de recursos nesse mercado até que alguém mais esperto ou mais instruído, mais realista, saca para realizar lucros e o esquema se derruba. Essa vocação se mantém. Se mantém também o comportamento que é chamado de manada. Quer dizer, indivíduos que são inteligentes e racionais, na multidão passam a ser pouco inteligentes e irracionais. Há também o culto a determinados indivíduos que de alguma maneira coordenam todo esse processo, que são muito bem considerados - considerados pessoas de sucesso - e, que, as vezes, recebem até apelidos carinhosos - como no caso do México, era chamado ??? (depois eu vejo o nome. É muito engraçado.) Então você tem essa combinação. Isso acontece desde a época das tulipas até Hong Kong.

Vocês conhecem a crise da especulação das tulipas? No século XVII houve uma especulação desenfreada com tulipas. As tulipas chegaram a Europa. O centro foi a Holanda. Rapidamente se criou um mercado especulativo não só sobre as tulipas mas também sobre as flores futuras: direito sobre flores que iriam nascer. Essa coisa sobre as tulipas é fascinante. As tulipas foram aumentando de valor, as pessoas entrando e chegaram a adquirir em dólares atuais a US\$ 10, 20 até 30 mil por tulipa, até que efetivamente essa cadeia maluca foi derrubada. Há um episódio curioso, num livro publicado nos Estados Unidos em 1941, que narra um episódio de um mercador que estava num navio fazendo uma refeição, e ele confundiu um

botão de tulipa com cebola, estava comendo carne, comeu junto uma tulipa que valia entre 25 e 30 mil dólares atuais. (risos)

Desde as tulipas até fatos como o palácio imperial do Japão e a área que o circunda valerem mais que a Califórnia, num certo momento, mostra a constância desse comportamento e é quase uma característica do ser humano econômico. Por que não se aprende. É uma coisa que é recorrente ao longo do tempo. O que se aprendeu foi aumentar a propagação dessas bolhas que explodem, mas não as bolhas propriamente ditas.

P.: Tendo em vista a liberdade que tem o capital financeiro de transitar, a rapidez que ele tem de se transferir de um lugar a outro e o volume de papéis e de capital financeiro que existe hoje, isto não nos colocou diante de um perigo maior de desestabilização?

J. Serra: Não! O problema de desestabilização provém do fato que você tem uma economia muito dependente do fluxo de capitais para o financiamento do balanço de pagamentos. Agora, para mim, essa vulnerabilidade esta mais na política cambial do que propriamente pelo fato de você estar recebendo capitais. O Chile se abriu para capitais e nem por isso hoje está tão vulnerável. O que não significa evidentemente estar imune a crises violentas.

P.: No artigo “Interpretações sobre o Brasil” o Bresser Pereira disse que há 3 correntes econômicas nas quais podem ser enquadrados os economistas brasileiros. A corrente social desenvolvimentista, que seria aquela ainda que usa as idéias mais antigas; a corrente neoliberal e a corrente social liberal. Esta última, é aquela que abarca os economistas do governo Fernando Henrique Cardoso e se caracterizaria por afirmar claramente o papel do Estado na área social, ou seja: saúde, educação, trabalho e previdência. E por deixar ao mercado a incumbência de organizar a economia. Você acha que essa análise é correta? Em qual das correntes você se enquadra?

J. Serra: Em certos aspectos do trabalho intelectual, o Bresser e eu somos complementares, não substitutivos. Eu não tenho talento e nem gosto para

classificações. E o Bresser tem talento e gosto para isso. Eu tenho uma enorme dificuldade seja de avaliar as classificações, seja de me enquadrar. (risos)

A única certeza que eu tenho é sobre as minhas dúvidas. Agora, isso não é uma desculpa para não ter ação. Ao contrário, essa imagem do Hirschman se aplica em mim, eu sou quase que ao contrário de Hamlet, a dúvida leva a ação. Um comportamento quase diferente. Porque eu tenho a tendência de pegar uma questão e de problematizá-la. O Bresser tem tendência de destrinchar, escolher categorias, classificar e resumir isso didaticamente. Eu não tenho isso. Sou até bom professor, mas não com essa característica de organizar como Luiz Carlos gosta e sabe fazer muito bem.

CAPÍTULO III - RETÓRICA EM ECONOMIA

Como e por que chegou o debate sobre a retórica à economia? A análise de McCloskey deve ser compreendida no quadro de uma tendência mais abrangente de estudos da retórica na ciência. No que diz respeito às particularidades da Economia a posição de Pérsio Arida é bastante plausível. Ele atribui isso fundamentalmente a "exigências internas ditadas pelo próprio objeto" (1991, p.3), qual seja, o colapso das convicções metodológicas previamente vigentes, sejam modernistas ou popperianas; este fenômeno seria semelhante ao verificado na dogmática jurídica, opondo isso Arida aos casos da psicanálise e da teoria literária, onde retórica ingressa por contato interdisciplinar. Isso significa dizer que: a) constatava-se na Economia uma insatisfação com a hegemonia positivista; e b) que isto fez com que se fortalecesse uma visão que pretende, através da argumentação, interpretar os códigos explorando sua ambigüidade (pelo qual também teria surgido espaço para a entrada de análises hermenêuticas nesta disciplina).

Nos seus últimos trabalhos, McCloskey tem enfatizado outros motivos que forneceriam uma explicação adicional de porque a Retórica está ocupando um espaço maior nas preocupações dos economistas e filósofos. Segundo McCloskey e Klamer (1995, p. 192-3), as atividades persuasivas - desde todo o tempo de trabalho de juizes, de especialistas em relações públicas, etc., passando por 75% do tempo de professores e vendedores até a quarta parte do tempo dos especialistas em ciências naturais -- vão abrangendo paulatinamente um espaço crescente nas ocupações da humanidade na mesma medida em que se reduz aquele dedicado às atividades diretamente produtivas.

O "projeto retórico" e suas repercussões

Admite-se quase que consensualmente hoje que o monopólio na determinação dos padrões gerais de cientificidade que estabelecera o empirismo lógico no período de pós-guerra quebrou-se a partir do duro questionamento ao qual esta visão foi

submetida pelos pensadores da corrente genericamente denominada do growth of knowledge notadamente, Thomas Kuhn, Imre Lakatos e Paul Feyerabend; vide Caldwell, 1984, caps. 2 a 5)

Segundo Clive Beed (1991, p. 465) "Embora se possa considerar que o positivismo na ciência recebeu os golpes mortais de Kuhn, Lakatos e Feyerabend nos anos 60, a tradição do pensamento filosófico anti-positivista em ciência claramente é muito mais velha do que isso", e inclui nesta tradição Popper, Bachelard e a teoria crítica frankfurtiana de Marcuse, bem como de Habermas.

Este processo refletiu-se rapidamente na Economia, talvez estimulado pelo crescente ceticismo nesta disciplina quanto às possibilidades de verificação inquestionável dos resultados teóricos através de testes empíricos. Isto levou os especialistas em metodologia a se preocuparem com os meios usados pelos economistas para criarem suas convicções, transmiti-las aos seus pares e aceitarem resultados nesse intercâmbio de idéias. Em particular, a publicação do artigo "The Rhetoric of Economics" de Donald McCloskey em 1983 destacou a importância do estudo das formas em que os economistas persuadem uns aos outros, em contraposição à metodologia tradicional - alcunhada de 'modernista' por dito autor - vista por ele como "...uma amálgama de positivismo lógico, de conductismo, de operacionalismo e do modelo hipotético-dedutivo de ciência..." (1983, p.484) caracterizada pela "...devoção pela evidência objetiva, os testes quantificáveis, a análise positiva..." (1983, p.486). É interessante registrar a concomitância do artigo de McCloskey com o de Pêrsio Arida, ambos de 1983, como observado por André Lara Resende (ver entrevista de Lara Resende à pesquisa *Conversas com Economistas Brasileiros*)

As idéias de McCloskey foram posteriormente apresentadas mais extensamente em um livro (McCloskey, 1985) e desencadearam intensos debates. O fato dessa discussão começar mais tarde em economia do que em outras ciências sociais, "...difícilmente pode surpreender, considerando o desinteresse geral dos economistas pelos campos de pesquisa vizinhos e o desprezo pela história da sua própria disciplina.." Coats (1988, p.64)

Efetivamente, como o próprio McCloskey enfatiza, para os economistas a palavra retórica está associada com escamoteação verbal, com "enrolação", como quando se diz que algo é "mera retórica" (McCloskey, 1983, p. 482). Ao contrário, neste projeto a retórica é entendida como, entre outras coisas, "...a arte de descobrir boas razões, de procurar o que realmente garante o consenso, porque toda pessoa razoável deve ser persuadida" (Wayne Booth em "Modern Dogma and the Rhetoric of Assent", p. 13, citado em McCloskey, 1983, p.482). Ou, conforme o próprio McCloskey viria dizer, "Retórica não é o que sobra depois de que a lógica e a evidência fizeram o seu trabalho (....) É a totalidade do argumento, do silogismo ao sarcasmo. Tudo o que se move sem violência é persuasão, , o âmbito da retórica..." (McCloskey, 1994a, p. 16-7). Mäki sugere que McCloskey apresenta múltiplas definições de retórica, mas entende que todas são coerentes entre si, e propõe que a definição que melhor capta o espírito do projeto deste é a de que "Retórica é o uso de argumentos para persuadir nossa audiência numa conversação honesta (e o estudo disso)" (Mäki, 1995, p.1303).

O próprio McCloskey continuaria publicando diversas obras nesta linha de preocupações; veja-se especialmente McCloskey (1990) e (1994b). Também a existência de algumas coletâneas de artigos, tais como Klammer, McCloskey & Solow (1988), Samuels (1990) ou Henderson, Dudley-Evans & Backhouse (1993) mostram o envolvimento de um número crescente de pesquisadores nesta temática.

O debate assim começado não apenas continua vivo hoje, senão que abriu-se um vasto campo de pesquisa, de modo que anos depois Arjo Klammer referir-se-á ao "projeto retórico" em Economia.

No Brasil as idéias de McCloskey e Arida, e o projeto retórico também têm sido discutidos (embora esses debates tenham começado mais tarde), o que pode ser manifestado pela leitura de Rego (1989,1990), Aldrighi & Salviano Jr. (1990), Paulani (1992), Salviano Jr. (1993), Anuatti Neto (1994) e Bianchi & Salviano Jr. (1995). Destaque-se também que aqui este debate saiu do campo específico da economia, tendo chamado a atenção de um dos principais filósofos brasileiros contemporâneos, Bento Prado Jr., que publicou junto com outro autor um artigo

bastante simpático às preocupações de McCloskey (Prado Jr. e Cass, 1993, publicado em Rego 1996).

Foi Thomas Kuhn que reconheceu que, despojadas de um marco confiável de conteúdo empírico e uma teoria coerente de corroboração, não se poderia dizer que as ciências naturais evidenciam o progresso em algum sentido diferente daquele que atividades não-científicas, como arte ou música ou teologia, progridem. Programas, ou paradigmas, tanto científicos como não-científicos, envolvem uma sequência de "teorias" que enfrentam e resolvem quebra-cabeças, até que se deparam com anomalias que não se alinham. Neste ponto, elas podem ser chamadas de degenerativas e estão prontas para substituição. Mas as anomalias que os programas de pesquisa científicos enfrentam não podem ser distinguidas incontrovertidamente daquelas que outras disciplinas enfrentam, de forma que o progresso em todas elas vem a ser a mesma coisa e medido somente "internamente", dentro do programa em si.

Paul Feyerabend, em seu polêmico livro *Contra o Método* registra que, "Lakatos chega a um resultado quase idêntico ao meu". O resultado de Feyerabend é que não há método científico, menos ainda a base para avaliação da ciência ou sua distinção de qualquer outra atividade. Feyerabend cita a admissão de Lakatos que em seu esquema "alguém pode racionalmente ficar com um programa degenerativo até que seja ultrapassado por um rival, ou até depois". A razão para isso é que o que é racional é sempre interno ao programa de pesquisa. Racionalidade de método é ditada pelo corpo central e expresso na heurística. Ou o programa de pesquisa dita a natureza do conteúdo empírico e os padrões de corroboração, caso em que nenhum é aberto a algum tipo de avaliação e o anarquismo metodológico reina; ou então Lakatos está comprometido a um padrão transprogramático, caso em que sua proposta deve sofrer o destino de outros critérios de demarcação. Feyerabend talvez esteja certo quando ele diz, "a filosofia de Lakatos, seu anarquismo escondido, é um esplêndido cavalo de Troia que pode ser usado para contrabandear correto, real, 'honesto'anarquismo nas mentes de nossos mais dedicados racionalistas. E uma vez que eles descubram o que eles têm tido... vão concordar que o argumento não é

senão um modo sutil e eficiente de paralisar um oponente confiante" (p. 200). A metodologia dos programas de pesquisa científicos tem muitas atrações para os economistas que almejam descrever os últimos cem anos da história da economia. Pode ser útil entender o aumento do marginalismo, a revolução Keynesiana, e a contra-revolução das expectativas racionais. Mas é de pouco uso o que veio a ser chamado a " avaliação" da teoria econômica, a determinação de seu status e realizações científicas.

De um modo sarcástico Weintraub veio a concordar com esta conclusão. Apesar do subtítulo, *Studies in Appraisal, de General Equilibrium Analysis*, ele adotou uma interpretação muito diferente de seus objetivos:

"O problema do que é e o que não é ciência é de pouco interesse para mim tanto agora como quando eu escrevi o livro sobre análise do equilíbrio geral.... Os economistas não são insofisticados para pensar que chamar economia de " ciência" diz alguma coisa sobre o que economistas devem ou não fazer. Para mim [Weintraub] eu adotei a estrutura da metodologia dos programas de pesquisa científica para contar uma história de desenvolvimento de uma área da economia, e para exibir uma variedade de conexões entre áreas em economia que não são usualmente pensadas em ser relacionadas... Parece pensar que eu quero que os economistas deveriam ficar lado a lado com os físicos, químicos e microbiologistas contra os poetas, metafísicos, astrólogos e analistas Freudianos. Como McCloskey eu não quero fazer isto".

Estes parágrafos ilustram uma mudança no pensamento e trabalho de Weintraub, indicativos da influência que McCloskey teve sobre economistas que pelo menos inicialmente se voltaram à filosofia da ciência devido à preocupação pela adequação de sua disciplina. Quando Weintraub veio a escrever seu livro seguinte, a transformação o havia movido da epistemologia para a retórica: " O que começou como uma tentativa de examinar, e avaliar, o trabalho sobre estabilidade do equilíbrio competitivo terminou como algo bem diferente" (p. 3) . Neste interim, Weintraub descobriu McCloskey, e o livro *The Rhetoric of Economics*, de McCloskey, Weintraub creditou a este livro o seu repensar. O repensar de

Weintraub resultou em conclusões do tipo: o conhecimento é construído. A afirmação parece significar que não é conhecimento (isto é, crença verdadeira justificada); ao invés, é uma espécie de álibi negociado entre aqueles cujas atividades serão submetidas ao escrutínio público. E isto vale tanto para a economia quanto para a história e a filosofia da economia: "Se nós não queremos argumentar mais que os economistas tentam testar, ou falsificar, considerações teóricas confrontando estas teorias com dados, se não acreditamos que esta estrutura nos fornece uma conclusão convincente da prática científica, nós temos um problema no nível meta também... Se nós não somos falsificacionistas na nossa conceitualização da economia, nós estamos sem nenhuma compulsão para permanecer falsificacionistas sobre nossas histórias da economia" (p. 4).

O que esta passagem significa é que Weintraub repudiou a noção não somente de que a economia procede e deveria proceder de acordo com alguma concepção empírica da ciência, mas que o estudo da economia como uma disciplina também precisa abrir mão da noção de que há alguma forma de como a economia deveria proceder, algum fato que deva ser descoberto pela filosofia da ciência. Ao invés, como a abordagem crítica literária à literatura, nós deveríamos tratar a economia como uma "comunidade interpretativa". "...Estou interessado na crítica, ou avaliação no sentido geral da crítica cultural geral, com foco nos textos ou modelos ou teorias ou evidência dos economistas ao invés dos debates dos artistas plásticos, ou os filmes dos cineastas ou experimentos ou dados de laboratórios dos biólogos." (p. 8).

Para Donald McCloskey se "traduzissemos" a maior parte do que dizem os economistas quando conversam soaria bastante plausível aos poetas, jornalistas, homens de negócios e outras pessoas respeitáveis que não se dedicam a economia. Assim como seria com qualquer conversação — por exemplo, entre projetistas de barcos e aficionados do beisebol —, esta é difícil de seguir quando não se tem adquirido o costume de ouvi-la durante um tempo. Mas os hábitos de conversação são similares. A economia utiliza modelos matemáticos, contrastes estatísticos e argumentos de mercado, todos os quais parecem estranhos à mente literária. Não

obstante, registra McCloskey, ao examinarmos com atenção não são tão estranhos, pois podem se considerar figuras retóricas: metáforas, analogias e chamadas à autoridade.

As figuras retóricas não são meros adornos: pensam por nós. Alguém que considere o mercado como uma "mão invisível", as organizações do trabalho como uma "função de produção" e seus coeficientes como "significativos", tal e qual faz um economista, está dando à linguagem uma enorme responsabilidade.

Descobrir que a conversação econômica depende em grande medida das formas orais, não quer dizer que a economia não seja uma ciência, ou só uma questão de opinião. Registra McCloskey que os bons poetas, ainda que não são cientistas, são sérios pensadores de seus símbolos; os bons historiadores, ainda que não sejam cientistas, são sérios pensadores de seus dados. Os bons cientistas também fazem uso da linguagem, e mais ainda, empregam a sutileza da linguagem sem propô-la de forma especial. A linguagem empregada é um objeto social, e utilizar a linguagem é um ato social; necessita-se habilidade e prestar atenção às pessoas que estão presentes quando se fala.

O prestar atenção ao próprio público se denomina "retórica". Naturalmente, a retórica é utilizada para avisar da existência de incêndio em um teatro ou para provocar a xenofobia entre o eleitorado. Este tipo de vociferação é o significado vulgar da palavra, o mesmo que a "retórica acalorada" do governador Covas em uma conferência de imprensa, ou a "simples retórica" a que se rebaixam nossos inimigos. Não obstante, desde os gregos, a palavra se tem utilizado em um sentido mais amplo e atrativo para referir-se ao estudo de todas as maneiras de conseguir coisas com a linguagem.

A questão é se o erudito — que geralmente se imagina como um anunciador de "resultados" ou um expositor de "conclusões" livre de retórica — fala retoricamente. A linguagem não é um empreendimento solitário. O erudito não fala no vazio para si mesmo. Fala para uma comunidade de vozes. Deseja que lhe tenham em conta, que lhe ouçam, que se publique seu trabalho, que lhe imitem, que lhe

rendam homenagem e que lhe concedam prêmios. Todos estes são seus desejos. Os meios são os recursos da linguagem.

A retórica é uma adequação dos meios aos desejos da conversação. A retórica é a economia da linguagem, o estudo de como se adequam meios escassos aos insaciáveis desejos que têm as pessoas de que as ouçam. À vista disso, parece uma hipótese razoável a de que os economistas são como as demais pessoas ao conversarem e que desejam que os escutem tanto quando vão à biblioteca ou ao laboratório como quando vão à oficina ou votar. O objetivo de McCloskey então é comprovar se isto é verdade e se é útil estudar a retórica da erudição econômica.

O tema é a erudição, não a economia ou a adequação da teoria econômica como uma descrição da economia, nem sequer o papel do economista na economia. O tema é a conversação que os economistas mantêm entre si com o fim de convencer-se mutuamente.

Suas conclusões tem um interesse mais que acadêmico. As conversações dos estudiosos dos clássicos ou dos astrônomos raras vezes influem na vida dos demais. Não é assim com a dos economistas, que o fazem em grande escala. McCoskey conta a conhecida anedota que descreve o desfile de primeiro de maio na Praça Vermelha com a quantidade habitual de soldados, projéteis teledirigidos e lança-foguetes. No final da marcha vem um numeroso grupo de pessoas em trajes cinzas, e uma pessoa do público pergunta "quem são estes?" "Ah", eles respondem, "esses são economistas, não sabem o dano que podem fazer!" Para McCloskey são suas conversas que provocam este tipo de comentário.

McCloskey relembra a observação de J. M. Keynes citada à exaustão: "as idéias dos economistas e dos filósofos políticos, tanto quando são certas como quando estão equivocadas, têm mais força do que se crê normalmente. Na realidade, o mundo está governado fundamentalmente por elas... Os loucos que detêm o poder, que escutam vozes no ar, estão destilando sua loucura a partir de alguns "escritorzinhos" acadêmicos de uns poucos anos atrás".

Para McCloskey a economia tem seu êxito. O propósito de pensar sobre como conversam os economistas é meramente no intuito de ajudar a que se

amadureça este campo científico da economia e não atacá-lo. Não tem êxito como uma meteorologia social, de previsões de dados do mês seguinte, um papel que a retórica da política e do jornalismo lhe impuseram, mas, sim, o tem como história social. A economia, como a geologia, a biologia evolutiva ou mesmo a história, é uma ciência histórica mais que uma ciência premonitória. Ainda que não seja considerada geralmente como uma criação impressionante da mente humana, de fato é.

Para McCloskey contudo, não se pode culpar aos observadores da economia alheios à ela de entendê-la mal, pois a economia tampouco se entende demasiadamente bem a si mesma. Se compreendesse sua própria maneira de conversar — sua retórica — talvez deixariam de existir alguns de seus comportamentos neuróticos.

O serviço que a literatura pode prestar à economia é oferecer a crítica literária como um modelo para seu próprio entendimento. A crítica literária não julga simplesmente dizendo se algo é bom ou mau; na sua forma mais recente este tema apenas parece colocar-se. A crítica literária se preocupa principalmente em fazer com que os setores vejam como os poetas e os romancistas conseguem seus resultados. Uma crítica econômica que seja uma forma de mostrar como obtém seus resultados. Uma forma de aplicar os recursos da crítica literária à literatura da economia.

Não há muitos economistas que pensem deste modo, ainda que exista uma maior proporção, de cientistas sociais que o fazem. Esta linha de pensamento não é desconhecida nem na antropologia nem na sociologia. Registra McCloskey que os franceses denominam geralmente "ciências humanas" — as disciplinas, desde o inglês a paleoantropologia, que estudam o gênero humano — podem reunir hoje em dia bastante pessoas que pensam de forma crítica, neste sentido. Numerosos especialistas em matemática, física, informática, biologia, paleontologia, comunicação, ciências políticas, direito, sociologia, antropologia, história da ciência, filosofia, teologia e literatura comparada tem visto qualidades especiais na crítica retórica

Para McCloskey os economistas estão de acordo em mais coisas do que normalmente se crê. Sua discordância sobre a previsão e a política econômica lhes dá uma má reputação, e, no entanto, coincidem em muitas coisas. Estão de acordo, sobre tudo, em falar como economistas. Quer descendem de Adam Smith, Marx ou de Menger ou de Marshall, todos participam em uma conversação que começou há dois séculos, uma conversação claramente separada em seu estilo de conversação vizinhas sobre história, sociologia ou ética.

A conversação econômica tem escutado discursos muito eloqüentes, mas suas passagens mais convincentes tem sido matemáticas. Especialmente desde a década de 1930, os economistas de todas as tendências se têm encantado com a nova maneira científica de falar. Atualmente, a maior parte das revistas de economia parecem revistas de matemáticas aplicadas ou de estatística teórica.

Registra McCloskey que dos 159 artigos regulares publicados na *American Economic Review* durante 1981, 1982 e 1983, somente seis utilizaram unicamente palavras e somente quatro acrescentaram às suas palavras unicamente tabelas estatísticas, o único recurso formal existente em 1931-1933. Dois terços dos artigos empregam explicitamente a matemática, e a maior parte dos demais falavam em um entorno saturado de matemática no qual as palavras "função de produção" e "curva de demanda" recordavam de todos os modos à matemática. Quase a metade dos artigos utilizavam gráficos da maneira que os economistas os usam, desconcertando a outros estudiosos da sociedade ao falar categoricamente de curvas que não tem formas definidas. Cerca de um terço dos artigos empregavam análise de regressão, freqüentemente de modo bastante complexo. Mais de uma décima parte deles fazia uso de simulações explícitas que somente engenheiros superiores e físicos podiam ter conseguido há cinquenta anos atrás. A análise matemática ilustrada mediante gráficos (e sem fatos, de acordo com o caráter abstrato da conversação econômica) se utilizou em 60 dos 159 artigos. Para McCloskey qualquer destas técnicas haveria deslumbrado e desalentado a um público de economistas em 1934.

Os economistas tem duas atitudes a respeito de seu discurso, a oficial e a não oficial, a explícita e a implícita. Os economistas valorizam em muito suas atitudes

oficiais, que eles crêem que procedam do melhor pensamento da história e da filosofia da ciência. A atitude oficial dificulta que vejam como argumentam na realidade. Não podem ver como os fazem porque o cenário está oculto por certas filosofias.

As regras oficiais de falar bem, às que os economistas rendem homenagem na reflexão metodológica e na educação aos jovens, os declaram científicos à sua maneira moderna. O credo da metodologia científica, conhecido por seus críticos como a "visão recebida" é, basicamente, o "positivismo". Este mantém que o conhecimento tem que seguir o modelo de entendimento de começos do século XX, de certos temas do século XIX e, especialmente, da física do século XVIII.

Não obstante, para rever a penetração do positivismo no pensamento atual, além da ciência, McCloskey denomina de "modernismo". O modernismo brilha como um diamante de muitas facetas, e a palavra somente se pode definir completamente usando-a. Mas se pode afirmar de forma preliminar que é, como tem dito o crítico literário Wayne Booth, a noção de que conhecemos unicamente o que não podemos por em dúvida e de que não podemos conhecer realmente aquilo a que somente podemos sentir. É a atitude de que o único conhecimento real é, na fala corrente, o "científico", ou seja, o conhecimento contrastado mediante certos tipos de ceticismo rigoroso. Filosoficamente falando, o modernismo é o programa de Descartes, dominante na filosofia desde o século XVII, para construir o conhecimento sobre a base da dúvida radical.

Para McCloskey o modernismo é coerente em todas suas facetas. Há filósofos modernistas, arquitetos modernistas, músicos modernistas, políticos modernistas e economistas modernistas. Este é o motivo de empregar uma palavra tão multifacetada: a mesma coisa é multifacetada. "O modernismo que tem abraçado os economistas se reforça por todos os lados. O modernismo contempla a ciência como axiomática e matemática e considera que seu campo está separado da forma, do valor, da beleza, da bondade e de todas as quantidades não mensuráveis". Para McCloskey ao ser funcionalista e dado à engenharia social e ao utilitarismo, o modernista é anti-histórico e se mostra pouco interessado em tradições culturais ou

intelectuais, ao menos enquanto está na "igreja". A fé se pode ver em alguns cientistas e em muitos que desejam especialmente ser cientistas.

A reação a teoria modernista do conhecimento é muito extensa. As principais figuras da reação vão desde filósofos profissionais (Willard Quine, Nelson Goodman, Stephen Toulmin, Paul Feyerabend y Richard Rorty) até uma diversidade de profissionais da química (Michael Polanyi), do direito (Chaim Perelman), e da crítica literária (Wayne Booth) convertidos em filósofos. O alcance da idéia de que o fato é algo mais que um experimento e de que o argumento é algo mais que um silogismo é já grande..

Não obstante, registra McCloskey esta idéia não está suficientemente estendida na economia; e não alcançou a economia neoclássica. Naturalmente, os economistas austríacos, os institucionalistas e os marxistas tem atacado durante um século certas partes do positivismo como base do conhecimento econômico. Mas se têm apegado a outras com esforços redobrados e tem expressado o resto de suas dúvidas de forma obscura. Para McCloskey, à sua maneira, tem sido tão limitados como os sisudos positivistas: a rejeição da econometria por parte dos economistas austríacos, por exemplo, seria razoável somente se fossem tomadas a sério as afirmações mais ingênuas da econometria.

A marca do modernismo é evidente na economia anglo-americana a partir da década de 1930. Muitos estão fartos da história, depreciam outros cientistas sociais, ignoram sua civilização, não tomam em consideração a ética e são irreflexivos quanto ao método.

Para McCloskey os dez mandamentos e a regra de ouro do modernismo em economia são:

1. A previsão eo o controle são os fins da ciência.
2. Somente as implicações observáveis (ou previsões) de uma teoria importam para afirmar que é verdadeira.
3. A comprovação inclui experimentos objetivos e reproduzíveis: os simples questionários que interrogam as pessoas são inúteis, já que estas podem mentir.

4. Se e somente se a implicação experimental de uma teoria demonstra ser falsa, a teoria também o é.

5. Há que valorizar a objetividade; a "observação" subjetiva (introspecção) não é um conhecimento científico, porque a objetividade e a subjetividade não se podem unir.

6. A máxima de Kelvin: "Quando não podes expressá-lo com números, teu conhecimento é pobre e insatisfatório".

7. A introspecção, a crença metafísica, a estética, etc, podem ter importância no descobrimento de uma hipótese, mas não em sua justificativa; as justificativas não estão condicionadas pelo tempo e a comunidade de ciências que as rodeiam é irrelevante para sua verdade.

8. É a metodologia que tem que separar o pensamento científico do não científico, o positivo do normativo.

9. Uma explicação científica de um fato, o ampara como uma lei protetora.

10. Os cientistas — por exemplo, os economistas — não devem ter nada que dizer como cientistas sobre valor moral ou artístico.

E a regra de ouro (o "garfo de ouro" de Hume): "Quando formos às bibliotecas convencidos por estes princípios, que estragos devemos fazer? Se escolhemos qualquer livro, de divindade ou metafísica, por exemplo, perguntemos: Contém algum pensamento abstrato relativo à quantidades ou números? Não. Contém algum pensamento experimental relativo a fatos reais? Não. Entregue-os pois as chamas, porque não podem conter nada exceto sofismas e ilusões" (Hume, 1748, última página).

Segundo McCloskey, é no âmbito da filosofia aplicada, não na teórica, entre os economistas profissionais, não entre os filósofos profissionais, onde têm êxito estes mandamentos. Somente uns poucos filósofos crêem agora, ao menos na metade dos mandamentos. Uma minoria substancial, respeitável e em crescimento não crê em nenhum deles. Entretanto, a maioria dos economistas (e psicólogos,

sociólogos, estudiosos das ciências políticas, cientistas médicos e outros não filósofos encantados com o modernismo) crêem em todos.

Diversas objeções foram levantadas ao projeto de McCloskey, assim como também recebeu avaliações que, embora críticas, mostraram-se globalmente favoráveis. Conforme o próprio autor (McCloskey, 1988a, p.150), a repercussão de suas idéias foi muito boa entre os filósofos não vinculados à economia, entre os economistas acadêmicos, entre os jornalistas, entre os cientistas sociais e entre alguns dos especialistas em Metodologia da Economia. Todavia, a maior parte destes reagiu, segundo McCloskey, com fúria irracional, e talvez o melhor exemplo destes o constitua Alexander Rosemberg, cujos dois artigos no debate deste assunto no número 4 (1) da *Economics & Philosophy* mostram, já a partir dos seus títulos, o desprezo deste autor pelo projeto retórico em economia (Rosemberg, 1988a e 1988b). A resposta de McCloskey a este autor, sob a forma de um diálogo socrático, forma parte do seu artigo nesse volume (McCloskey, 1988a, p. 156-166), o qual seria ampliado e reformulado como o diálogo "O Rosemberg" (McCloskey, 1994b, cap. 18). Neste último, outros metodólogos da economia também são alvo da ironia do autor: Roger Backhouse, Daniel Hausman, Terence Hutchinson e Mark Blaug. Em realidade, todos estes autores manifestam, em maior o menor grau, uma simpatia pelo Mainstream em Economia, e avaliam que a obra de McCloskey minimiza os avanços que esta ciência fez, assim como sua capacidade de fornecer resultados práticos e de fazer previsões. De todos modos, conste que não é McCloskey o único autor neoclássico que faz críticas tanto à metodologia quanto à prática dos economistas desta escola, especialmente em sua vertente mais dominante nos últimos anos (equilíbrio geral mais expectativas racionais); Thomas Mayer, que dedica a Milton Friedman seu livro sobre questões metodológicas (Mayer, 1993), entende que não é bom para a economia o predomínio do que denomina ciência formalista sobre a que ele considera ciência empírica.

Contudo, embora a proposta de McCloskey não tenha sido bem acolhida pelos metodólogos ortodoxos, também isso não garantiu que fosse calorosamente recebida por todos os economistas opostos ao Mainstream. Todavia, nestes casos o motivo

da grande maioria das críticas se centrava no fato dele declarar que continuava se considerando um economista neoclássico, donde se verificaria que: a) Sua abordagem retórica teria sido excessivamente moderada, e b) Haveria uma contradição lógica insuperável na tentativa de compatibilizar retórica e mainstream econômico. Quanto à primeira parte dessas objeções, veja-se por exemplo que Waller e Robertson (1990, p. 1029) criticam o fato de McCloskey acreditar que algumas coisas podem ser conhecidas por introspeção com a certeza que conhecemos os axiomas das matemáticas, desprezando o ponto de que a verdade é contingente nos indivíduos e na maneira em que estes conhecem as coisas e por isso avaliam a posição deste autor como sendo "pseudo-retórica", pois estaria esquecendo que todo conhecimento é "provisório e relacional" (p.1043). Uma outra observação nesse sentido foi feita por um crítico simpático em termos gerais às idéias de McCloskey, Alan Dyer, que considera que a defesa dos aspectos artísticos do trabalho científico e da necessidade de anarquia numa comunidade científica feita por aquele são limitados, propondo a utilização da semiótica em lugar da retórica para explicar melhor a natureza da investigação teórica (Dyer, 1988). Talvez a crítica mais detalhada das limitações da análise retórica conforme proposta por McCloskey seja a de Philip Mirowski, quem propõe incorporar ao manifesto original os seguintes pontos : "...I) A análise retórica pode proporcionar insights valiosos, mas apenas quando é tanto diacrônica quanto sincrônica; II) O estilo da argumentação econômica não pode ser entendido independentemente do seu conteúdo ou de seu contexto; III) A análise retórica é intrinsecamente crítica, e nunca constituirá uma defesa satisfatória da teoria econômica neoclássica" (1988, p. 124). Mirowski, mostra que por exemplo a defesa do homem econômico racional se contradiz logicamente com a proposta de que os economistas se engajem em conversações honestas e abertas orientadas pela *Sprachetik* para resolver suas diferenças, pois neste caso eles não estariam tentando maximizar sua utilidade.

Entretanto, cada vez mais, economistas estão ficando descontentes com a metodologia da economia positiva. Foi a crescente insatisfação dos estrategistas com a confiabilidade das previsões micro e macroeconômicas que levou a uma percepção da teoria econômica em "crise". Entre os economistas, alguns responderam à crítica

pública da ciência econômica como um todo argumentando que a subdisciplina especial de seu interesse estaria isenta, e que a falha de outras subdisciplinas era devida ao desinteresse em adotar métodos e opiniões do sujeito favorecido. Desta forma, teóricos de expectativas racionais puniram seus colegas Keynesianos não deram importância aos microfundamentos.

Mas foi com microfundamentos - com a suposição de racionalidade e a caracterização das estruturas de preferências dos agentes - que os problemas metodológicos da economia começaram. Portanto, os economistas interessados em metodologia, mas não mais satisfeitos com o que veio a ser chamado de "F-twist" de Friedman começaram a procurar uma nova maneira de entender os objetivos e métodos de sua disciplina. Embora eles não tenham se rendido ao F-twist por razões filosóficas, eles não se voltaram à filosofia da ciência para uma nova abordagem para o entendimento da natureza da teoria econômica. Em particular, muitos estudantes de metodologia voltaram-se para a "metodologia de programas de pesquisa científica" de Imre Lakatos.

Após identificarmos a factibilidade da aplicação da perspectiva kuhniana à ciência econômica, bem como após termos apresentado a crítica de McCloskey ao método científico, estamos agora mais embasados para fazermos duas afirmações. A primeira é a de que as contribuições de McCloskey e Arida foram possíveis a partir da ótica kuhniana. A segunda é a da fundamental importância do elemento retórica tanto na constituição de paradigmas como na ruptura dos mesmos. Nesse sentido, as análises de Kuhn, McCloskey e Arida podem ser enquadradas na mesma perspectiva de valorização da retórica (e de desvalorização do método). Pergunta Kuhn: "Qual é o processo pelo qual um novo candidato a paradigma substituiu seus antecessor? Qualquer nova interpretação da natureza ,seja ela uma descoberta ou uma teoria, aparece inicialmente à frente um ou mais indivíduos. Como conseguem e o que devem fazer para conterter todos os membros de sua profissão à sua maneira de ver a ciência e o mundo? O que leva um grupo a abandonar uma tradição de pesquisa normal por outra? Para perceber a premência dessas questões, lembremo-nos de que essas são as únicas reconstruções que o historiador pode fornecer às investigações do filósofo a respeito dos testes de teorias científicas estabelecidas. Na ciência ,a

situação de teste não consiste nunca (grifo nosso, JMR) em simplesmente comparar um único paradigma com a natureza. Ao invés disso, o teste representa parte da competição entre dois paradigmas rivais que lutam pela adesão da comunidade científica. Essa insistência em comparar teorias caracteriza igualmente a situação histórica na qual uma nova teoria é aceita. Muito provavelmente, ela indica umas das direções pelas quais deverão avançar as futuras discussões sobre o problema das verificações" (Kuhn, "A Estrutura das Revoluções Científicas", 1978, pp. 183-185).

Retomemos ainda algumas passagens de Kuhn para identificar como ele já delineia, ainda que de forma preliminar, a importância da retórica no processo de construção e superação de paradigmas: "Ao menos para o historiador, tem pouco sentido sugerir que a verificação consiste em estabelecer o acordo do fato com a teoria. Todas as teorias historicamente significativas concordaram com os fatos; mas somente de uma forma relativa. Não podemos dar uma resposta mais precisa que essa à questão que pergunta se em que medida uma teoria individual se adequa aos fatos. Mas questões semelhantes podem ser feitas quanto teorias são tomadas em conjunto ou mesmo aos pares. Faz muito sentido perguntar qual das duas teorias existentes que estão em competição adequa-se melhor aos fatos" (Kuhn, 1968, p. 187). Ainda Kuhn, "essa formulação, entretanto, faz com que a tarefa de escolher entre paradigmas pareça mais fácil e mais familiar do que realmente é... Embora cada um deles possa ter a esperança de converter o adversário à sua maneira de ver a ciência e a seus problemas, nenhum dos dois pode ter a esperança de demonstrar sua posição. A competição entre paradigmas não é o tipo de batalha que possa ser resolvido por meio de provas" (Kuhn, p. 188). No entanto, como destaca Kuhn "afirmar que a mudança de paradigma não pode ser justificada através de provas não é afirmar que não existem argumentos relevantes ou que os cientistas não podem ser persuadidos a mudar de idéia: "Precisamos perguntar como se produz a conversão e como se resiste a ela" (Kuhn, p. 192). Nesse sentido, é que estamos destacando a perspectiva de Kuhn ser igual a perspectiva da retórica de McCloskey e Arida como "motor" fundamental para a mudança de paradigmas. Indaga Kuhn: "Que espécie de resposta podemos esperar? Nossa questão é nova, precisamente por que se refere a técnica de persuasão ou a argumentos e contra-argumentos em uma situação onde

não pode haver provas, exigindo precisamente por isso uma espécie de estudo que ainda não foi empreendido"... (e que McCloskey e Pérsio Arida vão empreender para a ciência econômica, (JMR). Teremos que nos contentar com um exame muito parcial e impressionista. Além disso, o que já foi dito combina-se com o resultado desse exame para sugerir que a pergunta acerca da natureza do argumento científico quando envolve a persuasão e a não prova (grifo nosso, JMR), não pode ter uma resposta única ou uniforme" (Kuhn, p. 193).

Kuhn abre um caminho importante para trabalhos como o de McCloskey e Arida, ainda que não trabalhasse mais amplamente a questão da retórica na "resolução" de controvérsias. Seu trabalho traz em si outras preocupações: "Nossas preocupação não será com os argumentos que realmente convertem em um ou outro indivíduo, mas com o tipo de comunidade que cedo ou tarde se reforma como um único grupo" (Kuhn, p. 193). Arida observa que "nenhuma controvérsia importante na Teoria Econômica foi resolvida através do teste ou da mensuração empírica. Não importa aqui o rigor do teste, o recurso aos fatos nunca serviu para resolver controvérsias substantivas... Dito de outra forma, não existem regras comuns de validação aceitas por todos os participantes em controvérsias de relevo... Disto não decorre que o teste ou exame empírico não tenha importância, pelo contrário, ambas as partes envolvidas em um debate esforçam-se por documentar ou invocar traços do real que sirvam para reforçar suas posições e ilidir argumentos adversários. O ponto é que os testes empíricos são sofisticados ad infinitum sem potencial efetivo de resolução de controvérsias" (Arida, 1984, pg. 40 e 41). Ainda Pérsio Arida "apesar da camisa-de-força do falsificacionismo, a história do pensamento econômico nos mostra que as controvérsias se resolvem não porque uma das teses foi falsificada, mas sim porque a outra comandou maior poder de convencimento. Controvérsias se resolvem retoricamente, ganha quem tem maior poder de convencer, quem torna suas idéias mais plausíveis, quem é capaz de formar consenso em torno de si" (Arida, 1984, p. 42).

As opiniões de Kuhn, McCloskey e Arida podem ser agrupadas no mesmo "filão teórico" da sociologia do conhecimento e contrastadas com a ortodoxia, com

o positivismo lógico, enfim com o "modernismo". Adotam a mesma atitude em relação a história da ciência (McCloskey e Arida, mais especificamente à história da ciência econômica). Se adotarmos a opinião convencional sobre a Economia positiva, então ela progride continuamente, a medida que teorias são submetidas a teste e corrigidas numa cadeia interminável de atividades de pesquisa. Se aceitarmos o ponto de vista de Kuhn, McCloskey e Arida tendemos a identificar "platôs" ao longo dos quais a Economia se desenvolve na medida em que elabora um paradigma, tendo-se a "ruptura" ocasional em períodos de mudança revolucionária de enfoque. Durante os platôs de articulação de paradigmas – isto é, em épocas de ciência normal – as teorias não são submetidas a testes. Na verdade, os enigmas são propostos e, em seguida, solucionados, via retórica. A descrição convencional, como já vimos anteriormente, fornece-nos um critério para distinguir entre ciência e não ciência (isto é, tudo o mais). Em outras palavras, diz-nos o que a ciência deve ser, ou seja, a atividade de produzir previsões sensíveis a testes, e em seguida, testá-las. Daí, se uma afirmação não é verificável, não é científica. A crítica de Kuhn, McCloskey e Arida rejeita isso, dizendo: a) que cientistas não submetem a testes da maneira imaginada as suas previsões; b) que não há razão por que devam fazê-lo, e c) a maneira pela qual resolvem suas controvérsias, é via "retórica". Convenientemente, a Economia é tida como "ciência" por ambas escolas de pensamento. Mas o argumento mais importante que podemos buscar em Kuhn, McCloskey e Arida é que os cientistas econômicos não passam seu tempo testando direta ou indiretamente as suposições sobre as quais se baseia a teoria. Não significa isto que nenhum trabalho empírico seja realizado, muito longe disso. A crítica de Kuhn, McCloskey e Arida rejeita isso, dizendo: a) que cientistas não submetem a testes da maneira imaginada as suas previsões; b) que não há razão por que devam fazê-lo, e c) a maneira pela qual resolvem suas controvérsias, é via "retórica". Convenientemente, a Economia é tida como "ciência" por ambas escolas de pensamento. Mas o argumento mais importante que podemos buscar em Kuhn, McCloskey e Arida é que os cientistas econômicos não passam seu tempo testando direta ou indiretamente as suposições sobre as quais se baseia a teoria. Não significa isto que nenhum trabalho empírico seja realizado, muito longe disso. Mas este diz

respeito, de modo geral, a questões de detalhes. E, mais importante, se a aplicação da teoria em alguma hora não produz os resultados esperados, o economista pode sempre encontrar razões 'ad hoc' para explicar o caso, como por exemplo, supor que as condições "ceteris paribus" não se sustentam, isto é, que algum dado que supôs constante no período de investigação não tinha de fato tal característica. Registra McCloskey "A rethoric of economics questions the division between scientific and humanistic reasoning, not to attack quantification or to introduce irrationality into science ,but to make the scientific conversation more aware of itself. It is a programme of greater. Not less rigour and relevance, of higher, no tlower standards in the conversations of mankind". (McCloskey ,in Dicionário de Economia, Palgrave, p. 174).

CAPÍTULO IV - DUAS TEORIAS DESENVOLVIDAS POR BRASILEIROS

Queiramos ou não, dentro de uma sociedade capitalista “periférica” as influências externas prejudicam a imaginação criadora e retardam os papéis intelectuais construtivos do economista. Agora, uma sociedade e uma comunidade científica também não passa impune a vinte anos de ditadura.

Como forma de conhecimento a economia está sujeita a ambiguidades circulares, e mesmo os expoentes da chamada *ciências sociais crítica* acabaram cedendo terreno ao “rolo compressor” do cerco capitalista (lembramos do recuo de Adorno, a reviravolta de Habermas, as metamorfoses pelas quais passaram os representantes do “radicalismo da década de 60”, nos EUA, Europa e principalmente no Brasil).

Para os economistas de esquerda, uma posição institucional porém não representava uma rendição condicional ou incondicional. É ilustrativo que até os representantes mais íntegros do “pensamento negativo” na economia, na filosofia e na sociologia acabaram cedendo à necessidade de vinculação institucional, pois se desaparecem ou inexistem todos os vínculos institucionais, morais ou políticos, o economista fica entregue a si mesmo, condenado à extinção prolongada e à autodestruição.

Um dilema psicológico, político e moral para os economistas de esquerda, como Maria da Conceição Tavares, por exemplo, aparece na sua tentativa persistente de enlaçar a economia como ciência ao socialismo como movimento político revolucionário nas duas gradações: revolução dentro da ordem e revolução contra a ordem. Não compartilha da ideia refúgio de que a “neutralidade científica” e a “condição profissional” isentam o economista da responsabilidade intelectual e

política, não só como um momento de opção moral ou teórica, mas também como um momento de opção prática.

Isto significa que Maria da Conceição Tavares irá defender a saturação do papel de intelectual dos economistas, não servos tributários do poder, porém agentes do conhecimento e da transformação do mundo. Em consequência, tiveram uma relação com a sociedade brasileira naturalmente tensa, dúbia, frustradora sob um regime ditatorial. Isso exige que saibamos que trouxeram uma “uma contaminação intelectual” que deve ser introduzida, e é. Na avaliação crítica do que fizeram ou tentaram fazer na pesquisa e na docência enquanto economistas (como coloca Bacha, por exemplo) fica claro que o espírito crítico foi herdado pela geração posterior. É claro, não houve só a influência científica e ideológica do marxismo. A sociedade brasileira caminhará e impusera direções que, se não provinham de uma tradição cultural européia, nasciam do solo histórico brasileiro e latino-americano. Em suma, da condição também humana de economista latino-americano de esquerda.

Não estamos fazendo aqui uma digressão marginal. Estamos entrando pela porta real de nosso assunto. Em termos da ciência econômica no Brasil temos três etapas de desenvolvimento histórico-sociológico. Em um dado momento, o essencial era “fazer ciência”: implantar a economia e a investigação econômica em nosso meio, segundo os cânones mais rigorosos do raciocínio e da prática científica. Ora, essa realização acarretava um desdobramento: a “ciência” e a investigação econômica exigiam reflexão crítica e reflexão crítica metódica, sistemática, pela qual era submetida a sociedade brasileira. Portanto, o fim da década de 50 e o começo da década de 60 marcam a existência de um pensamento econômico propriamente dito no Brasil, de certa forma ligado com a economia clássica e com as correntes contemporâneas da economia e das ciências sociais latino-americana e mundial, mas centrado como pensamento crítico e negador na análise da sociedade de classes deste capitalismo periférico, dependente e subdesenvolvido.

Estávamos atingindo o apogeu desse segundo momento, quando se abateu sobre o Brasil a vitória da reação e da contra-revolução. Então os economistas de

esquerda foram postos na periferia de uma periferia. Como registra Belluzzo no prefácio que faz ao livro de João Manuel, “*O Capitalismo Tardio* é uma tese e uma história. Suas páginas desfiavam uma hipótese sobre a constituição do capitalismo brasileiro e, ao mesmo tempo, contam a história intelectual do núcleo fundador do Departamento de Economia da Universidade de Campinas. Éramos todos cepalinos e, portanto, réprobos, num momento da vida brasileira e latino-americana, em que a vitória do pensamento conservador e tecnocrático parecia definitiva. Éramos todos deserdados do debate político e social do pós-guerra que cessou, de repente, numa manhã de abril de 1964”. (Grifos nossos).

Contudo, o pensamento econômico que havia sido construído servia agora como escora. Com o pensamento crítico e negador tinha-se uma posição militante. Refina-se então este pensamento, consolidando essa base. O pensamento econômico progressista passa pois, de autoconsciência crítica à condição de “arma de combate”. À precisão científica e à atividade negadora foi adicionada a atividade política concreta, por mais intersticial, pulverizada e insatisfatória que fosse. As correntes “neutras” e “conservadoras” ficaram à margem. A economia emergia nesta perspectiva, repetimos, além de “ciência” e de “pensamento crítico e negador”, como arma de combate com uma direção precisa voltada contra um regime de exceção e contra as forças sociais que o sustentavam politicamente, a partir de dentro e a partir de fora. Como registra Bacha no seu depoimento:

“Acho que tinha um vício de origem: a questão de forçar um pouco a barra nas distinções metodológicas para diferenciar o produto de quem detinha o poder, porque a teoria econômica ortodoxa, supostamente, dava base, fundamento, à ação dos regimes militares. (...) a união do lado de cá se fazia com os marxistas. Então, nesse sentido, houve uma tendência de ressaltar coisas que hoje são absolutamente irrelevantes. O Carlos Diaz-Alejandro, por exemplo, não se submeteu a esse tipo de necessidade de alinhamento. (...) *A História Econômica da Argentina*, do Carlos Dias, a apreciação que ele fazia do peronismo era extremamente crítica. E era muito difícil para essa aliança à esquerda aceitar a crítica ao peronismo, porque era o

instrumento através do qual você “saiu do estágio primário exportador e industrializou a Economia”.

“A substituição de importações era glorificada, inclusive racionalizada nos modelos de dois hiatos, que eu tanto trabalhei. (...) Havia um certo repúdio à teoria econômica tradicional porque ela estava inserida no contexto de um regime militar preservador das desigualdades sociais. (...) Houve uma etapa histórica no país em que foi necessário politizar a Economia, (...) isso era parte no objetivo mais importante, que era a luta contra a ditadura, o restabelecimento da democracia no país”.

As duas grandes forças mantenedoras do Estado autoritário brasileiro foram os tecnocratas (particularmente os economistas) e os militares. Campos (1966) confere justamente a essa aliança entre tecnocratas e militares o “sucesso” da realização do processo de modernização pelo Golpe Militar: “A intervenção militar no Brasil ... tem a seu crédito, indubitavelmente, um largo avanço no caminho da modernização econômica graças a uma tática aliança entre militares disciplinados e tecnocratas bem informados. Isto também pode ser verificado em Campo (1967): “Em conferência, há alguns anos na Escola Superior de Guerra, tive a ocasião de explicitar alguns dilemas, derivados do fato de que o poder econômico e o poder militar são círculos concêntricos: aquele mais amplo, e este mais restrito. O poder econômico consiste em mobilizar recursos materiais e humanos para a produção de satisfações para a sociedade. O poder militar mobiliza esses mesmos recursos para garantir, à sociedade, capacidade de coerção, permitindo, interna e externamente, a consecução dos objetivos nacionais”. (Grifos nossos).

No Brasil o trabalho das ciências sociais também reflete deficiência de nossa sociedade como um todo, a dependência. Esta dependência se exprime muitas vezes na forma de alienação, visto que não é nada incomum até hoje, meados da década de noventa, o economista brasileiro utilizar a produção teórica estrangeira de modo mecânico, servil, sem dar-se conta de seus pressupostos históricos originais, sacrificando seu senso crítico ao prestígio que lhe grangeia exibir o conhecimento de conceitos e técnicas importadas. Não obstante, a exigência do desenvolvimento, que

se impôs a comunidade brasileira, exprimiu o projeto coletivo de uma personalidade histórica: a pretensão do país de assenhorear-se de sua realidade, de determinar-se a si próprio. Portanto viveu o Brasil uma fase de sua evolução em que tentou superar o seu antigo caráter reflexo.

A nossa estrutura econômica esteve organizada como seção descentralizada da área do capitalismo hegemônico no mundo e, assim, orientada para satisfazer a demanda externa. Também política, social e culturalmente, a sua existência era, em sentido histórico, adjetiva e tributária. Na periferia, o Brasil não se recortava como um espaço histórico capacitado para a autoconformação. O desenvolvimento dos cursos de pós-graduação, uma tendência centrípeta, veio dar suporte a um processo de personificação histórica mais amplo. O espaço brasileiro se tornou palco de um empreendimento coletivo, mediante o qual uma comunidade humana projeta a conquista de um particular modo de existência na história. De certa forma, como um princípio configurador, este “centripetismo” tentou incidir em quase todos os níveis da vida brasileira, estabelecendo uma tensão (dialética) entre a estrutura anacrônica do país e sua estrutura em geração.

No domínio das ciências sociais, e particularmente da economia, essa tensão também se verificou. Uma parte nada desprezível passou a ter uma postura crítica aos estudiosos da economia que se conduziam sem se dar conta dos pressupostos históricos e ideológicos do seu “trabalho científico”, com conduta reflexa que se submetia passiva e mecânicamente a critérios oriundos de países plenamente desenvolvidos. Uma parcela importante, ao não pretender ficar indiferente ao sentido centrípeta que a vida brasileira estava adquirindo, acrescentou ao esforço de aquisição do patrimônio científico universal o de iniciação em um método histórico de pensar que os habilitasse a participar ativamente da produção teórica que desse conta do novo sentido da história e dos problemas do país.

Provavelmente o principal produto desse esforço, foram os desenvolvimentos dos economistas brasileiros em torno de teorias de desenvolvimento, mais especificamente, do processo que nos levou à condição de subdesenvolvidos, e teorias de inflação. Pelo menos duas das teorias desenvolvidas neste âmbito tiveram

destaque nos centros acadêmicos hegemônicos, levando-nos a rejeitar a hipótese de não existir pensamento econômico no Brasil: a Teoria da Dependência e a Teoria da Inflação Inercial.

Qual foi o significado da teoria da inflação inercial e da teoria da dependência para o melhor entendimento dos rumos da sociedade brasileira e em que medida elas representaram um aporte teórico importante para as ciências sociais? É difícil encontrar uma avaliação unânime entre os entrevistados quanto o valor e a contribuição desses trabalhos para um pensamento econômico e social brasileiro. Os mais céticos, como Roberto Campos, Delfim Netto e Mário Henrique Simonsen não vêem qualquer produção original dos autores brasileiros a qualquer tempo e muito menos dos membros da nova esquerda. É perfeitamente compreensível que os principais gestores econômicos do ciclo militar apresentassem uma indisposição com aqueles que foram seus implacáveis críticos da nova esquerda. Em alguns casos trata-se do inconfessável não li e não gostei. Nem mesmo o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que hoje chefia um governo cujas idéias econômicas estão mais próximas de Campos e Simonsen, é poupado com sua teoria da dependência.

Entretanto, o mais curioso é que mesmo inter pares não reina a concordância quanto à importância dessas obras para as ciências sociais brasileiras. Nos quadros da esquerda, o valor científico desses trabalhos foi reconhecido por uns e questionado por outros, nunca porém encontrando unanimidade, aliás como de praxe com o pensamento social. O livro de Cardoso e Faletto, por exemplo, que foi decisivo para projetar o futuro presidente no circuito internacional, é considerado uma obra chave apenas por alguns dos expoentes da nova esquerda aqui entrevistados. Singer e Oliveira, que foram colegas de Cardoso no CEBRAP, realçam a importância desse trabalho por ele repensar a teoria do imperialismo e adequá-la à especificidade latino-americana. Enquanto a teoria do imperialismo pensava a periferia exclusivamente como um mero quintal de matérias primas e mercado consumidor dos centros avançados, a teoria da dependência vislumbra uma nova inserção de países como o Brasil no circuito capitalista internacional. Não se tratava mais de uma relação semi-colonial, como ainda pensavam inúmeros

ideólogos da esquerda, mas de uma inserção no circuito de acumulação industrial e financeira, a partir da expansão do mercado interno e da associação dos capital nativo com o capital internacional. Essa nova arquitetura das relações interno-externo somente poderia ser vislumbrada a partir da análise da estrutura de poder desses países, mesclando-se a análise econômica com a política, outra virtude que o Dependência e Desenvolvimento certamente possuía e a análise cepalina não lograra fazer. Nunca é demais lembrar que várias das análises econômicas dessa e de outras épocas, como as análises da CEPAL, por exemplo, pecavam justamente pela ausência da dimensão política, ou dos interesses vivos das classes e dos chamados agentes econômicos. Daí o entusiasmo de Singer e Oliveira com essa obra que coloca as relações entre as classes das metrópoles e dos periféricos como o eixo das relações entre os países e permite o tal do desenvolvimento dependente e associado. Tal avaliação ganha relevo em se tratando hoje em dia de adversários políticos, que militam em campos opostos.

Já Antônio Barros de Castro, que estava em Santiago, no Chile quando Cardoso e Faletto escreveram esse trabalho, tem sérias restrições a ele. Mesmo reconhecendo que ele tem o mérito de propor uma nova abordagem metodológica, que considera a mudança econômica ininteligível sem uma explicação dos interesses sociais e da luta política que esta por trás de cada mudança, ele considera um fracasso a aplicação prática dessa abordagem. Segundo ele há uma analogia com o marxismo que vicia os resultados.

Mas a avaliação de João Manuel Cardoso de Mello ao Dependência e Desenvolvimento é mais severa. Segundo ele trata-se de um livro de circunstância cuja idéia central, de uma dinâmica capitalista duplamente determinada, de fora e de dentro, já estava no ar, no debate que se verificava entre um círculo de intelectuais que residia em Santiago. Estavam lá o Carlos Lessa, a Conceição Tavares, o José Serra, o Francisco Weffort, juntamente com o Fernando Henrique e o Enzo Faletto, para falar somente dos brasileiros, discutindo a possibilidade de haver desenvolvimento do capitalismo na periferia, ainda que dependente e associado. Mesmo sendo expressão de um pensamento coletivo, ainda assim o livro de Cardoso

tem seu mérito assegurado por saber traduzir e divulgar uma abordagem particularmente fértil do capitalismo dependente brasileiro. Aliás, nesse campo de conhecimento é muito comum a descoberta simultânea ou coletiva de fenômenos sociais, como o resultado de discussões e debates. Daí a múltipla paternidade de teorias e categorias econômicas e sociais, com mais frequência do que em outras disciplinas. Por outro lado, ainda existe o fato de que os holofotes da história acabam favorecem mais uns do que outros, independentemente da sua contribuição, e o sociólogo Fernando Henrique sempre teve uma vocação para a notoriedade que ultrapassa de longe as possibilidades de muitos dos seus colegas de ofício, e se deve em parte a sua facilidade de verbalização.

Se Cardoso de Mello vê a importância política do livro de Cardoso, por ter alimentado um debate oportuno naquele momento, entretanto, para ele não há importância intelectual, uma vez que é um livro de época, que “não fica em pé” fora das circunstâncias que o geraram. Nesse sentido não tem a importância do Sobrados e Mocambos, ou do Formação do Brasil Contemporâneo, ou ainda de um Formação Econômica do Brasil, para citar três obras que ele considera clássicas, e resistiram à passagem do tempo. Certamente Cardoso de Mello está sendo excessivamente severo com o Dependência e Desenvolvimento, uma vez que a temática da dependência ainda é uma questão central nestes momentos difíceis de globalização ou mundialização do sistema capitalista e Cardoso e Faletto colocaram um ponto de partida interessante para uma reflexão dessa questão. Não obstante, a forma de Cardoso de Mello para avaliar a importância de uma obra passada em função de sua contemporaneidade é muito útil e sugestiva, e nos permite colocar na galeria de obras econômicas brasileiras fundamentais, não apenas o Dependência e Desenvolvimento, como também o “Além da Estagnação”, o A Economia Brasileira: Crítica a Razão Dualista e outros textos importantes citados ao longo deste trabalho.

Evidentemente que esses autores e outros que contribuíram para a teoria da dependência e adjacências, não inventaram o materialismo histórico e dialético, que certamente está na base dessas abordagens. Porém abriram caminho para que esse

método fosse utilizado adequadamente para interpretar uma realidade sócio econômica que se diferenciava de outras sociedades e exigia uma construção teórica específica. Em outras palavras, trata-se de uma metodologia que permite entender as formas de desenvolvimento que se dão na periferia capitalista. O desenvolvimento capitalista da periferia é visto a partir da internacionalização do mercado interno e da associação do capital brasileiro com o estrangeiro. Esse tipo de abordagem ajuda a derrubar a idéia, sustentada pela maioria dos autores da época, de que o capital estrangeiro não estava interessado no avanço da acumulação industrial e financeira no Brasil e em outros países da América Latina. O que era verdadeiro até o final dos anos 40, mas havia mudado dos anos 50 em diante, quando a acumulação industrial se impõe no Brasil, por obra das forças internas. Isso tampouco queria dizer que se instaurava no país um capitalismo autóctone, nos moldes em que sonhavam alguns pensadores cepalinos. Estava em curso, isto sim, um desenvolvimento capitalista, dependente e associado ao capital estrangeiro. Foi a esse tipo de interpretação do capitalismo retardatário brasileiro que a obra de Cardoso e Faletto deram um pontapé inicial.

Nesse sentido, podemos falar de uma teoria da dependência enquanto uma construção teórica que supera as demais teorias, que tentavam o mesmo empreendimento de captar a dinâmica das sociedades latino-americanas e suas tendências, sem o mesmo êxito. Evidentemente não se trata da fundação de um novo paradigma teórico, conforme foi definido por T. Kuhn, e não tem o alcance da teoria marxista ou da teoria keynesiana, que constituem um arcabouço teórico muito mais complexo e com repercussões infinitamente maiores sobre o pensamento contemporâneo. Mas tem a sua dose de criatividade e insights importantes. Afinal muitas das teorias que transitam entre os grandes paradigmas não são mais do que a adaptação ou remodelação de teorias pré existentes a novos contextos e novas situações. Além disso, a construção de uma nova teoria dificilmente é tarefa de um único autor, mas geralmente é o resultado do trabalho de um conjunto de pensadores, alguns dos quais tem a felicidade de formular melhor as hipóteses desse novo corpo teórico. É nesse contexto que se enquadra o Dependência e Desenvolvimento, naturalmente não como uma obra única e acabada, mas como uma

das obras importantes que estabeleceram o marco inicial de uma nova vertente teórica muito profícua no Brasil e na América Latina. Algumas das críticas a esse trabalho podem ser explicadas pelas dificuldades que alguns analistas têm para avaliar objetivamente seus pares e particularmente aqueles dos quais estiveram próximos e cujo brilho pode ter ofuscado o seu trabalho. Nesse sentido, não é de espantar que Virgínia Woolf tivesse achado o *Ulysses*, a obra prima de seu contemporâneo James Joyce, um livro difuso, salobro, pretensioso e pouco refinado, do ponto de vista literário.

Diante de tudo isso, me parece difícil negar a repercussão da teoria da dependência para o pensamento latino-americano. Foi uma construção teórica que se insurgiu contra a análise que o *stablishment* fazia das sociedades periféricas e continha um forte componente de rebeldia, que naturalmente desagradava aos cultuadores do status quo. Se bem a crítica ao regime militar pudesse ter sido mais contundente, a análise de classes que ela continha, por si só, já colocava o dedo na ferida das contradições e conflitos que dividiam a sociedade brasileira. Para alguns críticos, a teoria da dependência de Cardoso e Faletto tinha um certo caráter reformista que impedia de vislumbrar novas alternativas para a sociedade brasileira. Possuía também um certo fatalismo ao considerar inevitável a participação do capital estrangeiro na viabilização do capitalismo retardatário brasileiro. Haveria uma só saída para o subdesenvolvimento, que passaria pela associação com os capitais estrangeiros. Desenvolvimento sim, só que dependente e associado. Alguns críticos dizem que esse fatalismo explica as posições políticas do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que se tornou padrinho ou grande "promoter" da subordinação e associação com o capital estrangeiro.

A Teoria da Dependência Revisitada

Como a teoria da dependência de Fernando Henrique Cardoso é vista hoje, trinta anos depois de sua elaboração? Recentemente ela foi recolocada em evidência desde que o seu principal idealizador tornou-se o chefe do Governo brasileiro e portanto o principal responsável pelos rumos desta sociedade. Será que o sociólogo presidente manteve uma linha de coerência com a posição crítica contida em

Dependência e Desenvolvimento, ou ele teria abdicado desse projeto mais independente da juventude e aderido às forças dominantes que mantêm a sociedade brasileira numa posição de dependência ao capital internacional? Para José Luís Fiori, um dos críticos mais articulados de Fernando Henrique Cardoso, não se trata nem uma coisa nem outra. A seu ver a análise contida na obra mestra de Cardoso já contém um fatalismo plenamente assumido pelo hoje presidente, que nada mais faz do que aprofundar os laços de dependência e subordinação ao capital internacional que ele prenunciara nos anos 60. Nessa mesma linha de raciocínio Mangabeira Unger diz que a teoria da dependência foi uma espécie de justificativa para a adesão ao status quo, ou seja, a análise sociológica de Fernando Henrique Cardoso, teria servido para provar que não há outro caminho senão a integração subordinada ao capitalismo internacional, traíndo a vocação transformadora do marxismo que ele adotara. Portanto, Fernando Henrique não teria rompido com o que escreveu mas estaria perfeitamente coerente com isso.

Confrontados com essas colocações de Fiori e Mangabeira Unger, uma parte dos economistas brasileiros aqui entrevistados discordaram de que Dependência e Desenvolvimento continha um recado conformista. Para Singer e Oliveira, a teoria da dependência era genuinamente antiimperialista e levava água ao moinho daqueles que queriam transformar a sociedade em algo mais digno do que uma sociedade meramente atrelada aos interesses, seja da burguesia brasileira seja do capitalismo internacional. Portanto não se pode dizer que Fernando Henrique já era um adesista ou associativista. Houve, isto sim uma mudança de lado do presidente que passou de um campo político rebelde para um conformista. Desse ponto de vista o problema não está na teoria da dependência, mas na posição política do presidente, que se opõe à do sociólogo. Francisco de Oliveira diz que “hoje sou adversário político de Fernando Henrique Cardoso e acho que intelectualmente temos pontos em comum, o que não refresca nada. Ele deve estar pouco ligando para isso. Mas eu ligo muito porque acho que é uma perda para a esquerda, que um intelectual do tipo de Fernando Henrique tenha mudado de campo.”

João Manuel também não concorda com a análise de Mangabeira Unger “porque as coisas são datáveis em ciências sociais.” Para ele a teoria da dependência não era conformista. A idéia era a de que, realmente, você podia fazer reformas a partir de um capitalismo que estava mais ou menos se implantado. A situação do pós-guerra abria raios de manobra para políticas nacionais de desenvolvimento. Mas agora as opções se estreitaram e além disso o Fernando Henrique pulou para o campo oposto.

Gustavo Franco foi extremamente sumário em sua resposta. “Eu acho isso uma conversa fiada, monumental. Acho isso um discurso em torno do absolutamente nada. Eu não sei se entendi bem qual é a questão, mas se alguma coisa pode ser chamada de retórica vazia é essa conversa aí.”

Aloizio Mercadante acha que “o Fernando Henrique Cardoso levou ao pé da letra o livro dele. Não é verdade que ele rompeu com muita coisa que ele escreveu. Ele está levando a sério aquilo que aparentemente criticava. Mas ele está no fundo promovendo o quê? Uma associação do capital nacional com o capital internacional, aprofundando o processo de subordinação. Eu acho que o Fiori esta certo quando diz que essas idéias já estavam presentes. Eu acho que o melhor trabalho sobre isso é o do Fiori. A análise que ele faz do empresariado. O Fernando Henrique é hoje o arquiteto da associação que ele dizia que estava ocorrendo. O que é o processo de privatização das telecomunicações se não a articulação dos grandes grupos nacionais e grandes bancos, grandes empreiteiros, dos grupos industriais nacionais que restam com as grandes companhias internacionais e bancos?

A privatização, o desmonte do Estado que ele está promovendo, o ajuste neoliberal, a inserção subordinada do Brasil a essa lógica é coerente com o diagnóstico que ele fazia. Ele foi ao encontro daquilo que o empresariado queria dele, na pesquisa e na tese. Ele estava correto em dizer que não havia uma revolução burguesa, que a burguesia tinha se associado. Agora, o debate que tinha que ser feito a partir daí é: como é que se construiu uma ruptura com essa lógica? E essa ruptura, na realidade, talvez, ele nunca tenha pretendido. Então, com aquela ambigüidade que lhe é própria, acho que ele flertou com a esquerda. Conseguiu

durante um tempo iludir, mas a essência do diagnóstico dele é coerente com um ajuste passivo neoliberal que ele está fazendo. Acho que, quem formulou isso com mais propriedade foi o Fiori, que já na campanha de 94, escreveu um artigo na Folha abrindo esse debate. Então, não é propriamente uma crítica inovadora do Mangabeira Unger. O que o Mangabeira Unger escreveu junto com o Ciro Gomes esta longe de ser uma ruptura com o projeto neoliberal. É uma política de ajustes dentro do modelo. O trabalho do Ciro Gomes com o Mangabeira Unger não passa de uma dissidência dentro do modelo neoliberal. Ele não confronta o modelo.”

Na fala dos economistas em questão, destacam-se pelo menos duas posições. A primeira afinada com a hipótese de Fiori e Mangabeira Unger, que vê no jovem Fernando Henrique Cardoso as raízes das postulações do velho FHC no exercício da presidência da República. E a outra posição que identifica uma ruptura entre a teoria do cientista social e sua prática política, que se desenvolve na direção oposta. Ontem ele era crítico do modelo e hoje seu principal gestor e incentivador. Ontem Fernando Henrique se aproximava da proposta da CEPAL de organizar uma industrialização e um desenvolvimento nacional. Hoje se aproxima do Consenso de Washington e de posições neoliberais. Haveria outras alternativas entre esses dois modelos de desenvolvimento?

De acordo com Belluzzo as alternativas se estreitaram. Ele acha que “o nosso raio de manobra diminuiu muito, sobretudo porque passamos por um processo de ajustamento traumático depois da crise da dívida. Foi o que nos sobrou naqueles anos 80. Fizemos um ajustamento muito traumático e, como eu disse, o raio de manobra estreitou demais. Paulinho Nogueira Batista brigaria comigo, mas eu acho que a tentativa de propor alternativas é neste momento muito limitada, sobretudo porque não se tem na sociedade brasileira forças sociais capazes de responder a elas. Ou seja, o sacrifício a ser imposto sobretudo para as classes que internacionalizaram o seu consumo, a sua riqueza, de certa forma a sua renda, por um modelo alternativo seria grande.

Cometemos, aliás, uma imprudência e depois um erro. A imprudência é que resistimos ao ajustamento por mais tempo que os outros. Foi uma imprudência,

digamos, sensata, porque assim tivemos mais tempo para ganhar com a experiência dos demais..... Mas assim mesmo cometemos o erro da valorização cambial.”

Mas essa problemática permanece nebulosa se não esclarecer-mos o que era a teoria da dependência ontem e quais são hoje as posições de seus idealizadores. Em minha opinião, Dependência e Desenvolvimento é um livro crítico que está longe de celebrar um pacto com o status quo. Nesse sentido, não faz uma apologia do desenvolvimento capitalista dependente e associado que se consolidava no Brasil dos anos 60 em diante. Muito pelo contrário, até revela o seu carácter concentracionista e anti-popular. Mais do que outra coisa, o trabalho de Cardoso e Faletto é um diagnóstico bem feito, dentro do que era possível fazer com a precária teoria de que se dispunha, do que vinha ocorrendo no Brasil dos anos 50 em diante, refutando as teses da velha esquerda que faziam uma avaliação equivocada. Ao identificar a existência de uma burguesia brasileira que celebrava uma associação com o capital externo, e enfatizar o carácter subordinado ou dependente do capitalismo brasileiro, esses pensadores não estavam compactuando com isso. Trata-se, isto sim, de um trabalho criativo e progressista à medida que ajuda a desfazer os mitos tanto da direita quanto da esquerda sobre a sociedade brasileira. Revela a existência de conflitos sociais importantes e a atitude conformista da burguesia brasileira. Portanto fornece preciosos elementos para uma melhor compreensão e conhecimento da sociedade brasileira, facilitando a elaboração de uma estratégia de transformação. É bom não esquecer que estamos falando de um trabalho elaborado por um adversário do regime militar, que o escreveu e discutiu no exílio, juntamente com outros pensadores brasileiros também engajados na oposição a esse regime. De fato, esse livro não apresenta nenhum projeto revolucionário explícito para o Brasil. Porém trata-se de uma lacuna compartilhada por todo um segmento da esquerda brasileira, que não acreditava mais nem na revolução democrático- burguesa e nem na proposta cepalina.

Portanto, faz mais sentido a tese da ruptura entre o ideário do sociólogo Fernando Henrique dos anos 60 e 70, com o ideário, ou melhor, com a prática política do presidente da República dos anos 90, que teria abraçado com entusiasmo

o chamado consenso de Washington e o neoliberalismo. Sobre essa “adesão” não pairam maiores dúvidas, pelo menos para uma parcela expressiva dos economistas entrevistados, com exceção de Gustavo Franco e Pedro Malan, que são co-responsáveis pela política econômica brasileira. Além, naturalmente, do próprio Fernando Henrique Cardoso, que afirma que suas idéias não mudaram em relação ao passado. Indagado, numa recente entrevista, se ele não acreditava mais no conceito de classes que ele utilizava na análise da dependência, e se a análise da dependência tinha mudado, ele respondeu: “não que eu tenha mudado, mudou o mundo. Você tem uma enorme fragmentação da sociedade. Em função do que? Do modo de produzir. E aí eu sou clássico. Eu disse isso no México. Isso muda o modo de atuação política. Houve essa mudança geral do modo de produzir com a globalização, etc., você teve aquilo que Marx jamais pensou, nem Weber, nem ninguém – nem podiam: que o capital se internacionalizou com muita rapidez e ele é o fator abundante. Certos países podem tirar proveito dessa situação, o Brasil entre eles.”

Em outras palavras, o Brasil estaria se inserindo no capitalismo mundial de forma favorável, tirando proveito da abundância de capitais disponíveis. No atual panorama brasileiro, fica difícil saber exatamente quem está tirando proveito de quem. Mas uma coisa é certa, o preço da vinda de capital externo tem sido a fiel observância das condições estabelecidas por esses capitais e pelos organismos internacionais que os representam, como o FMI. Ampla liberalização comercial, abertura do setor financeiro, privatização e encolhimento do setor público, reforma administrativa e da previdência. Além de pacotes fiscais restritivos e taxas de juros estratosféricas, como manda o figurino do FMI. Com tudo isso, o capital estrangeiro voltou a aumentar sua participação na economia brasileira, abarcando segmentos que antes lhes estava vedados, mesmo nos governos militares considerados os mais “abertos”, como o financeiro, telefonia, energia elétrica, etc. Talvez o presidente Fernando Henrique tenha sido convencido de que não haveria outro caminho para algum desenvolvimento brasileiro, senão o de aceitar os ditames da globalização. Mas a adesão à globalização não é um processo apolítico, governado por technicalidades. Como muito bem ressaltou Fiori “os estados nacionais

têm de optar e decidir como se conectam à nova realidade e isto, como vira FHC, também agora passa por uma redefinição das coalizões interna e externa de poder.” Portanto, não há apenas um caminho para engatar na globalização. Mas o governo Itamar com Plano Real e o governo FHC escolheram aderir à estratégia de ajustamento do FMI e das altas finanças internacionais. Nas palavras de Fiori, FHC “deixou o seu idealismo reformista e ficou com seu realismo analítico abdicando dos ‘nexos científicos’ para propor-se como ‘condottiere’ da sua burguesia industrial, capaz de conduzi-la a seu destino manifesto de sócia-menor e dependente do mesmo capitalismo associado renovado pela terceira revolução tecnológica e pela globalização financeira.”

Então, cabe indagar se a opção pela internacionalização e a própria fórmula de estabilização do Plano Real não implica em acentuar o caráter dependente do capitalismo brasileiro ou reforçar os laços da associação que eram, em certa medida, condenados pela esquerda brasileira à qual Fernando Henrique pertencia? É verdade que a mundialização aumentou a suscetibilidade de todos os países aos fluxos financeiros internacionais. Mas a economia brasileira não ficou particularmente vulnerável ao capital financeiro internacional, devido aos imensos déficits de transações correntes e de capitais fruto do plano de estabilização e da política econômica do governo FHC? Para responder adequadamente a essas questões teríamos que empreender uma nova análise da dependência, e verificar como ela atua nos dias de hoje. Mas essa é uma tarefa complexa, que ultrapassa os limites deste trabalho. Fica registrado, entretanto, um certo conflito entre o cientista e o político, ou entre a teoria e a prática política, pelo menos na figura do sociólogo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Naturalmente, não foram apenas estes trabalhos que reformularam as bases do pensamento social brasileiro dos anos 60 em diante. Houve vários trabalhos que se somaram para produzir uma visão mais aguçada do processo de transformações por que passava a sociedade brasileira nesse período. Os economistas abrangidos pelas entrevistas tiveram uma participação ativa nessa fermentação teórica brasileira, que certamente deu um salto qualitativo em relação ao passado. Paul Singer escreve

sobre o Milagre Brasileiro e esclarece o comportamento cíclico da economia brasileira, refutando as teses subconsumistas. Francisco de Oliveira aprofunda a crítica a abordagem cepalina e empreende uma análise importante das relações entre capital e trabalho em *Crítica a Razão Dualista*, salientando sua especificidade. Bresser Pereira tem contribuições decisivas, tanto no campo do desenvolvimento econômico brasileiro, como no campo da inflação. José Serra, juntamente com Maria da Conceição Tavares procuram explicar o novo modo de acumulação brasileira para "Além da Estagnação". Antônio Barros de Castro combate o mito da agricultura ineficiente em 7 Ensaio sobre a Economia Brasileira e faz instigantes análises sobre o II PND. João Manoel Cardoso de Mello dá um passo decisivo na compreensão da dinâmica de acumulação brasileira com o seu O Capitalismo Tardio. Mario Henrique Simonsen explica melhor o funcionamento da inflação brasileira e lança os fundamentos do conceito de inflação inercial com o seu Inflação: Gradualismo ou Tratamento de Choque. Luiz Gonzaga Belluzzo traz para o Brasil a discussão sobre o valor e capital das duas Cambridge em sua tese de doutorado Valor e Capitalismo. Na UNICAMP, na FEA-USP, na FGV de São Paulo, multiplicam-se os centros de pesquisa e discussão que farão avançar o pensamento econômico brasileiro. São um conjunto de trabalhos que ajudam a esclarecer a dinâmica do capitalismo brasileiro, que até o final dos anos 70 encontrava-se com um alto grau de crescimento.

A Teoria da Dependência e a Influência de Marx

Na nova geração de economistas, vai diminuindo a importância creditada à teoria da dependência. Gustavo Franco acha essa teoria importante, mas não se encontra numa posição confortável, enquanto funcionário do governo e demissível ad nutum, para enunciar um juízo abalizado sobre a matéria. O mesmo pode ser dito de Pedro Malan, com a diferença que o atual ministro da Fazenda de fato estava próximo das idéias do Dependência nos anos 70, tendo inclusive defendido, na época, esse trabalho de alguns de seus críticos.

Aloizio Mercadante acha que o Dependência e Desenvolvimento "é uma obra que basicamente incorpora uma análise sociológica weberiana ao pensamento

cepalino. A matriz do pensamento todo que está ali é da CEPAL. Ou seja, a passagem do modelo agro-exportador para o modelo de substituição de importações. A questão política relevante é a idéia que não tinha ocorrido uma revolução burguesa no Brasil e que não ocorreria. Essa é a questão chave. Para o debate que a esquerda fazia era importante. Havia um setor que achava que nós vínhamos de um passado feudal, que, no fundo, era uma reprodução mecanicista das teses clássicas do marxismo. E confundia as capitânicas hereditárias ou o próprio trabalho escravo no Brasil com os resquícios de um feudalismo. Portanto a etapa capitalismo não estava constituído e o Brasil precisava de uma revolução democrática burguesa nos moldes que tinham sido as revoluções democráticas. Essa influência vinha da Terceira Internacional. Então, do início dos anos 60 até o início dos anos 70 houve um debate sobre essa questão, que tinha desdobramentos políticos importantes. O Fernando Henrique soube identificar que o empresariado brasileiro não estava interessado e nenhuma revolução burguesa, mas estava se associando ao capitalismo internacional.” Leda Paulani, que anteriormente no interessante livro *Os heterodoxos e o pós-moderno* escrito com mais dois autores em 1986, já havia tratado da teoria da inflação inercial, num trabalho recente produzido para o livro *50 Anos de Ciência Econômica no Brasil - (1946-1996)* (Autores: A.Bianchi; F. Anuatti; G. Mantega; L.Paulani; L. Bresser Pereira, M. Loureiro e R. Bielschowsky) depois de demonstrar qual a natureza do diagnóstico inercial, e de considerar até que ponto esse diagnóstico “pode ser alinhado ao grupo das idéias heterodoxas” tem como objetivo principal responder “sob que aspectos pode (ou não) esse diagnóstico ser considerado como uma criação genuinamente nacional” (*50 Anos...* Paulani, p.162). O título de seu trabalho é “Teoria da Inflação Inercial: Um Episódio Singular na História da Ciência Econômica no Brasil?”, percebemos, já pelo título de seu artigo e pelos objetivos explicitamente elencados, que Paulani não está questionando o *status* de **teoria** à abordagem inercialista, está questionando fundamentalmente se esta criação teórica é nacional, ou para usar sua expressão, “genuinamente nacional”.

Paulani, registre-se, ao fim e ao cabo de seu trabalho não dá conta totalmente de responder a essa pergunta de seu trabalho. Ouçamo-la: “...que dizer a respeito do

estatuto de teoria econômica genuinamente nacional algumas vezes conferido à teoria da inflação inercial? Com todas as ressalvas necessárias à possibilidade de se falar nesses termos, vale dizer, falar de uma teoria econômica “genuinamente nacional”, qualquer que seja a nação em questão, há que se considerar uma faceta nacional nessa teoria, visto que, se estivermos corretos em nossa hipótese, ela aqui se constitui precisamente porque a peculiaridade de nosso contexto formalmente indexado forneceu-lhe a realidade objetiva que foi seu ponto de partida. De outro lado, porém, como a heterodoxia está associada a nossas peculiaridades e diferenças, enquanto a ortodoxia põe-se, quase por definição, como o paradigma que tenta pretensamente dar conta da universalidade dos princípios que regem a economia de mercado, não deixa de ser curioso que um expediente heterodoxo assentado, porém, numa base conceitual ortodoxa, tenha tido tamanha funcionalidade. Como já adiantamos, a despeito da recorrência em nossa história de discursos ortodoxos (em alguns momentos mais intensos do que em outros), as idéias estritamente aí enquadradas sempre giraram em falso por aqui, porque esbarravam numa realidade objetiva, ainda que igualmente capitalista, distinta de sua matriz de origem. A experiência brasileira recente com programas de estabilização advindos do diagnóstico inercial teria alterado, por vias inusitadas, essa situação. Assim considerada, a teoria da inflação inercial teria muito pouco de genuinamente nacional. Deriva dessa complexidade, portanto, a diversidade de opiniões a esse respeito que se registrou nas conversas com alguns dos mais importantes economistas brasileiros recentemente editadas (Biderman, Cozac e Rego, 1996)”. (Paulani, 1997, p. 178)

A seguir reproduzimos trechos das entrevistas de Campos, Furtado, Delfim, Bresser, Simonsen, Belluzzo e Bacha, constantes de nossa pesquisa anterior, onde eles se referem especificamente ao tema da dependência e da teoria da inflação inercial:

Campos

Gostaríamos que comentasse a tese de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, Dependência e Desenvolvimento na América Latina.

Sempre achei um absurdo, é uma incursão de sociólogos na economia. Para o economista, as questões são de *how much more is?*, quer dizer, tudo é questão de grau. Então, do subdesenvolvimento ao desenvolvimento há apenas um espectro de variações quantitativas. Já o sociólogo gosta de criar categorias, e categorias estáticas no tempo. Subdesenvolvimento é uma categoria estática, oposta à categoria de desenvolvimento. Enquanto que para o economista é um mero estágio, não há esta separação de categorias. Certamente agora o desenvolvimento asiático demonstra isso, países que estavam no roll dos subdesenvolvidos, subitamente agora se projetam como desindustrializantes. Hoje, o aço da Coreia, os computadores de Taiwan, os chips da Coreia, intimidam os países desenvolvidos, por quê? Porque o capital aplicado em sucessivas doses acaba gerando um espectro contínuo de crescimento.

Eu nunca comprei a tese do Fernando Henrique, ela sempre me pareceu bastante ridícula, primitiva mesmo. É a eterna confusão de faseologia com ideologia, eles dão uma interpretação ideológica àquilo que é meramente fasiológico, são fases de desenvolvimento.

E a teoria da inflação inercial, como o senhor analisa?

Acho que há um grande exagero nisso. Na realidade, o que a correção monetária em princípio faz é meramente registrar a inflação passada, é um termômetro. Você achar que o termômetro produz a febre é uma ligeira confusão. O que provoca essa impressão de que a correção monetária é causa da inflação é que a correção monetária se torna uma coisa perversa, porque os agentes econômicos postulam a continuidade da política do governo. Se o governo tem hábitos de financiamento inflacionário, o agente econômico projeta para o futuro esse comportamento do governo. Então é o comportamento do governo, muito mais do que a correção monetária, que provoca a inflação. Na realidade, entre 1964 e 1973 a inflação baixou enquanto se expandia a aplicação do instituto da correção monetária. Ou seja, a correção monetária até ajudou a combater a inflação, porque permitiu poupança, permitiu contratos de longo prazo e evitou que o cidadão embutisse nos

seus contratos salariais, ou de fornecimento, a inflação futura. Friedman, por exemplo, advoga que isso é a coisa mais racional possível...

Furtado

Como o senhor vê a teoria da dependência? Como o senhor viu na época, e como o senhor vê hoje?

Bem, para nós que vivíamos dentro da teoria de centro-periferia, a dependência era um fato que decorria da estrutura do sistema. Escrevi um livro sobre dependência em 52. Agora, a visão que os sociólogos tiveram com o Fernando Henrique, foi mais de olhar dentro da própria sociedade, como é que ela se solda e como ela se forma, a dependência. O fenômeno da dependência todos conheciam, a própria teoria do semi-colonialismo era uma teoria da dependência, que os marxistas desenvolviam. Agora, ligar isso à estrutura interna da sociedade foi uma contribuição dos sociólogos.

Na verdade, o fenômeno, a situação de dependência era aceita por uns como uma coisa natural, mas todo mundo partia do fato de que isso existia. Gudin, por exemplo, que era o homem da extrema direita, do liberalismo mais descabelado, criou a teoria da economia reflexa, que no fundo é economia dependente. Economia reflexa, que reflete tudo o que vem de fora, é uma forma de dependência maior. Portanto, o nome de dependência em si não tem muita importância, o que importa de verdade são os ingredientes do processo, e o que os sociólogos trouxeram foi um estudo da estrutura de poder interna, que está ligada à forma de dependência que surge com a industrialização. Você industrializou, você avançou, criou uma Economia mais complexa e em realidade, digamos assim, não superou a dependência, ela assumiu outra forma. Porque a sua estrutura social se fez a serviço dos interesses da dependência. A verdade verdadeira é que quando você internacionaliza uma economia subdesenvolvida, você aprofunda a raiz da dependência.

Bresser Pereira acha que houve três interpretações de inflação que tiveram a mesma origem. A primeira é a interpretação de origem cepalina, que é a mãe

de todas na opinião dele, e seria a explicação estrutural que o senhor já tratou. A segunda interpretação seria a que está em Inflação Brasileira de Ignácio Rangel. E a terceira, a mais recente, seriam as teorias de inflação inercial. O senhor concorda com essa sequência?

Não, porque a inflação inercial é um sub-produto das outras. Não existe inflação inercial por conta própria. A inflação brasileira, todo mundo sabe, é um conflito distributivo de renda. O governo foi sempre um beneficiário dessa inflação, pois não tendo meios de se auto-financiar adequadamente, não tendo uma política fiscal adequada, apelava para a inflação. Eu estava fazendo um cálculo, vendo que a inflação rendia 6% do produto nacional, limpo, de lucro, e desses 6% quase metade ficava na mão do governo, quer dizer que era o maior imposto que se cobrava no Brasil. Já inflação inercial é um sub-produto da indexação, porque você não encontra inflação inercial nos outros países, só onde existe indexação. Porque com a indexação você pode prever a inflação, então você podendo prever, você pode planejar também a inflação futura, portanto está transformado em uma necessidade, porque ninguém quer ficar atrás, “já sei que os preços vão aumentar mesmo, então tenho que aumentar os meus”, e tem-se uma inflação inercial, que é criada por ela mesma. Se a credibilidade volta, ela se dissolve, desaparece. A inflação clássica brasileira, de 30% ao ano que temos hoje, é a que eu conheci sempre, e que resulta das inflexibilidades estruturais da economia brasileira. Então, essa é uma inflação que reflete as tensões normais da luta pela distribuição da renda, a necessidade de baixar salários de uns, é o conflito distributivo clássico. A inflação inercial sozinha não precisa de uma explicação, ela só existe como sub-produto. A inflação é criada pelas tensões distributivas, e é neutralizada pela inflação inercial. Eu me recordo quando escrevi a “Formação Econômica”, já pensava sobre esse problema. Então eu digo lá, em certo momento, sobre a inflação neutra, a inflação que não tem efeitos maiores, que é totalmente neutralizada, seria uma inflação inercial perfeita, que é a inflação neutra, que não muda nada, fica tudo igual. Aí você pode mudar em um instante se mudar a moeda, que foi o que eles fizeram, digamos assim, você muda a moeda, você muda a inflação, o milagre do Real foi esse.

Não haveria fortes resistências?

Exato, e tem muita gente que resiste porque vai perder. Os prejudicados, as viúvas da inflação são muitos, especialmente os grupos financeiros e os bancos, que ganhavam com a inflação. No cálculo que eu fiz, o Banco do Brasil é um dos grandes beneficiários da inflação. Então não se preocupa com a eficiência, com nada disso, porque a inflação lhe garante uma rentabilidade alta e a sociedade paga. Tudo isso já foi pensado no Brasil, existe muita reflexão, é o país que tem mais experiência com inflação, que eu saiba.

Delfim

O trabalho que torna conhecido Fernando Henrique Cardoso, pelo menos nos centros acadêmicos internacionais, é a teoria da dependência. Dependência e Desenvolvimento é uma interpretação sociológica. Como é que o senhor a analisou na época e como senhor a vê hoje?

A teoria da dependência, desde o começo, é simplesmente uma retirada da posição inicial. Uma posição marxista, em que você tinha uma espoliação acentuada, é transformada no seguinte “não vamos ter ilusão, os estrangeiros se juntam aos empresários nacionais para continuar a exploração do sistema”, é isso que é a teoria da dependência. Ou é mais do que isso?

A riqueza dos países desenvolvidos depende de nossa pobreza?

Não, o que eu quero dizer é que não há exploração no sentido do Lênin⁶², quer dizer, eles não vêm aqui fazer o imperialismo. Quando vêm juntam-se com a burguesia nacional e os dois exploram. Durante anos o Brasil crescendo e eles dizendo que o Brasil não podia crescer. Foi só em 76, quando já tinha crescido mesmo, disseram “tem alguma coisa que está errada aí, vamos fazer a independência da teoria da dependência”. O que estava errado? É que de fato não há esse processo de espoliação, esse é um processo em que o capital estrangeiro se une ao capital nacional, penetra na burguesia nacional e produz um aumento. Você quer chamar isso de teoria, pode chamar. Dizer que isso representa um conhecimento profundo, e uma revolução sociológica do entendimento, também pode, é uma questão de gosto.

O que o senhor acha da teoria da inflação inercial?

⁶² Refere-se a Lênin (1916) *Imperialismo. Etapa Superior do Capitalismo*.

Se quiser chamar de inercial, pode chamar. Na verdade, eu acredito que toda inflação tenha um forte componente distributivo, isso é líquido e certo. Mas, por que hoje você tem uma inflação que se acomodou no mundo? Basicamente, em um prazo um pouquinho mais longo, salário nominal menos a produtividade determina os preços. Variação do salário nominal menos variação da produtividade dá a variação de preço. Na medida em que você tem um enorme desemprego, esse desemprego exerce o papel didático. A variação do salário nominal é muito pequena, a variação da produtividade é um pouco maior, você tem variações de preço muito pequenas. É isso que está acontecendo no mundo e no Brasil.

Retomando a questão sobre a inflação inercial. Sabemos que os chamados heterodoxos partiram de uma idéia de Simonsen, mais antiga...

Desculpe, essa idéia é velha, está no Friedman, está em qualquer lugar. Na verdade, dizer que a inflação do momento t , depende ou tem ligações com a inflação do momento $t-1$, é evidente. Mas isso nem sequer constitui uma teoria. O nível de preços depende da taxa de crescimento do salário, menos a produtividade. Mas o salário em t depende do crescimento da inflação em $t-1$, que é o *backward*, a visão para trás. Logo, a inflação em t é igual a alguma coisa parecida com a inflação em $t-1$ menos a produtividade. Meu Deus, se isto aqui for teoria, minha vó era bonde elétrico, e urubu é Boeing 770, que ainda não saiu.

Onde é que está o charme, a retórica desta idéia?

Porque você constrói uma explicação fantástica. Isso já estava num livro da ANPES que deve ser de 63, 64, nem me lembro⁶³. Isso não constitui uma teoria. Um dos fatores era o déficit orçamentário quando monetizado. Explicar teoria é explicar porque esse déficit existe e porque ele tem que ser monetizado. Esse era o esforço do trabalho da ANPES. Esse déficit existe porque existe realmente algum mecanismo de contradição distributivo. O governo faz déficit porque ele acredita que vai atender ao seu eleitorado. Qual é o primeiro dever do governo? Continuar governo. O déficit é produto de algum tipo de contradição distributiva. E por que ele tem que monetizar? Simplesmente porque não tinha um mercado financeiro

⁶³ Vide por exemplo, Delfim et al (1965) *Alguns aspectos da inflação brasileira*.

desenvolvido, ou porque depois ele começa a dar um cano aqui, um cano ali, e a sociedade se recusa a financiá-lo por outro caminho. No fundo é a visão meio primitiva que está aí mesmo. E é óbvio, se eu controlar o salário nominal, pode ficar tranquilo que não tem inflação.

Bresser

Poderia falar da sua produção teórica sobre inflação?

Tenho um artigo do começo da década de 70 falando sobre inflação de custos, e no final da década de 70 faço um artigo mais geral sobre a inflação brasileira, publicado em 1979, eu acho. Em 1979, eu tive que dar uma aula na G.V. sobre inflação em um curso noturno do CEAG. Fiquei pensando, pensando e apresentei uma aula que é a base de um artigo que está publicado no primeiro número da *Revista de Economia Política* e também como primeiro artigo do livro *Inflação e Recessão* chamado “A Inflação no Capitalismo de Estado e a Experiência Brasileira Recente”. Nesse artigo eu misturava as minhas teorias sobre Burocracia e sobre Estado, o meu conhecimento de Kalecki, que eu tinha estudado bastante (sempre me julguei um keynesiano-kaleckiano), e o que eu aprendera com o Ignácio Rangel sobre inflação de custos (ou inflação administrada).

Tudo isso eram as coisas velhas mas, ao mesmo tempo, observando o que estava acontecendo no Brasil naquela época, em fim de 79 ou começo de 80: nós estávamos em plena recessão e com uma inflação que não caía em hipótese alguma. Já estava batendo 100% ao ano e não cedia. Então eu tive a idéia de explicar aquilo através de um processo defasado de aumento de preços em que as empresas A, B e C aumentavam seus preços defasadamente.

Vocês tinham um seminário uma época, não é?

Sim, mas um seminário de nós dois, nós liamos os livros e discutíamos. Aí eu disse que estava na época de nós fazermos um artigo, e eu propus que nós fizéssemos um artigo sobre a inflação e em 82 escrevemos esse artigo. Discutimos muito o artigo com muita gente. É a base da nossa visão da teoria da inflação

inercial: “Fatores Aceleradores, Mantenedores e Sancionadores da Inflação”. A palavra inercial nós não usávamos ainda, nós passamos a usar a expressão “inflação autônoma da demanda”. Esse artigo vai ser apresentado na ANPEC em Dezembro de 1983, em que o meu caríssimo amigo Chico Lopes é debatedor do Nakano, dado que eu não pude estar presente. É o momento exatamente que os meus amigos da PUC, Pérsio Arida, André, Chico Lopes e Bacha, com os quais naquela época tínhamos pouco contato, estavam também desenvolvendo suas idéias sobre a inércia inflacionária. O ano de 84 é ao meu ver crucial para o desenvolvimento da teoria da inflação inercial. O nosso artigo é de 83.

Em 84 o Pérsio e o André Lara lançam um artigo muito importante.

Sim, em novembro de 84 o Pérsio e o André apresentam em Washington o artigo que continha a proposta que ficou conhecida como proposta “Larida”. Só que nesse ano nós já havíamos publicado o livro *Inflação e Recessão*, colocando todos os artigos que tínhamos escrito sobre inflação inercial, inclusive um artigo sobre política administrativa de controle de inflação, sobre como se acaba com uma inflação de caráter inercial.

Belluzzo destaca que Inflação e Recessão, é uma das boas coisas produzidas pelos economistas brasileiros. A que você atribui o sucesso desse livro?

Acho que o livro marca a transição da nossa visão rangeliana da inflação, que já era um avanço, que é a visão de que a inflação decorre em grande parte do poder de monopólio das empresas, para a visão inercialista da inflação, que está colocado no meu artigo⁶⁴ escrito em 80. E depois a minha associação com o Nakano, que aí então dá para o trabalho uma sistematicidade. Em 84, o André Lara Resende vai para a Argentina comigo em julho e temos enormes conversas...

Antes dele lançar aquele artigo na Gazeta Mercantil⁶⁵?

É, o artigo dele na *Gazeta* é de setembro. *Inflação e Recessão* é o primeiro livro publicado no Brasil sobre inflação inercial. Uma das últimas *Revista de*

⁶⁴ Bresser Pereira. *Indicador não definido*. (1981) “Inflação no Capitalismo de Estado”

⁶⁵ Lara Resende. *Indicador não definido*. (1984). “A Moeda Indexada: uma Proposta para Eliminar a Inflação Inercial”.

Economia Política tem todos esses artiguinhos explicados, datas, etc. O Pêrsio já tinha feito em 83 um pequeno artigo que eu nem tinha lido, só recentemente descobri, em que ele colocava as bases dessa idéia da neutralização da inflação via URV⁶⁶. Em 84 ele volta a escrever alguma coisa nesse sentido e o André faz o artigo que fica famoso na *Gazeta Mercantil*. No final de 84, o Chico Lopes escreve um artigo, depois de algumas “brigas” entre eles. Em agosto o Chico Lopes propôs o choque heterodoxo, uma pequena nota⁶⁷, que foi um pouquinho depois da nossa proposta do choque heterodoxo, que Yoshiaki e eu chamávamos de “política heróica de combate à inflação”.

Neste artigo também era proposto o congelamento?

Claro, congelamento, tablita, tudo isso, só que publicado na *Revista de Economia Política* que saiu em julho de 84, isso quer dizer que o artigo ficou pronto no começo de 84. Chico Lopes escreveu em julho e saiu em agosto, porque é um Boletim. Então, é bem anterior. Finalmente, no final de 84, Chico Lopes escreve o melhor artigo que conheço sobre inflação inercial, “Inflação e Hiperinflação: Notas e Conjecturas” apresentado na ANPEC de 84, publicado também na *Revista de Economia Política*, e depois no seu livro *O Choque Heterodoxo*.

A palavra inércia já aparecia antes?

A palavra inércia começou a aparecer por aí e eu achei melhor adotá-la porque já tinha alguns americanos que haviam usado. Só mais tarde eu vim descobrir quem era realmente o autor da idéia. Nós descobrimos por nossa conta, Nakano e eu em São Paulo e na PUC, Pêrsio, André, Bacha e Chico Lopes, talvez o Modiano também, no Rio. Mas já havia alguma coisa feita anteriormente, e o grande iniciador disso realmente é um economista cubano chamado Felipe Pazos que em 1972 publicou por uma editora americana, um livro chamado *Chronic Inflation in Latin America*, que ninguém tinha lido, não sei porque. Era um *hard cover*, que eu li só no final da década de 80. Lá não tem muita teoria mas tem basicamente a idéia da inflação inercial. E eu acho que o Mário Henrique Simonsen também foi um pouco

⁶⁶ Arida (1984) “Neutralizar a Inflação, uma Idéia Promissora”
⁶⁷ no boletim do Conselho de Economia, Lopes (1984)

um pioneiro quando desenvolveu a idéia da realimentação, mas ele tentou combinar a realimentação com o monetarismo e com o keynesianismo e ficou uma salada. Mas a idéia era muito boa.

A teoria da inflação inercial foi um grande avanço teórico, certamente a coisa mais importante que os brasileiros fizeram em macroeconomia. Batia com a teoria estruturalista do Ignácio Rangel apenas em uma coisa: a moeda era vista como endógena, isso é fundamental. Mas o próprio Ignácio Rangel não conseguiu entender a inflação inercial, que era um passo adiante.

(...) a Teoria da Dependência, como o senhor analisou esta teoria na época e como a vê hoje?

Nos anos 50 domina no Brasil a teoria do imperialismo e o pessoal do ISEB, com Ignácio Rangel como principal economista, e a CEPAL onde o principal economista seria Celso Furtado, que ainda viam o subdesenvolvimento brasileiro como causado em grande parte pelo imperialismo, que impedia de nos industrializarmos. Mas fica claro, durante a segunda metade dos anos 50, que isso é falso. No final dos anos 50 escrevi uma carta, depois um artigo, mostrando quais eram os fatos novos que mudavam a natureza da relação do Brasil e da América Latina com o primeiro mundo. Deixava de ser uma mera relação de nação ou países imperializados, mas passava a ser uma relação que nós chamamos de uma nova dependência. Aliás, eu estou profundamente envolvido no surgimento da teoria da nova dependência.

Esse tipo de preocupação vai dominar na segunda metade dos anos 60 os economistas e sociólogos que vão para o Chile. O melhor livro que sai a respeito desse assunto é o livro do Fernando Henrique e do Faletto. Um problema fundamental, que estava correlacionado, era explicar a retomada do desenvolvimento brasileiro, depois das chamadas teorias da estagnação que tinham dominado os anos 70. Eu não creio inclusive que eu tenha lido esta obra exatamente na época que ela saiu, li alguns anos depois. Eu estava muito ativamente, por outro lado, trabalhando na mesma área. Eu não fui para o Chile nos anos sessenta, fiquei aqui no Brasil, mas

estava vendo toda a análise da estagnação da América Latina, especialmente no livro do Celso Furtado, e comecei a perceber que essa análise não batia com a realidade.

Em 67 assisti uma palestra na PUC de São Paulo do Antônio Barros de Castro, que vinha do Chile. Fiquei muito interessado porque ele falava que havia a chance da retomada do desenvolvimento econômico, superação da estagnação, a partir de um processo de concentração de renda da classe média para cima. E um pouco depois eu escrevi um artigo, creio que o primeiro que foi feito no Brasil sobre esse assunto, “A Concentração de Renda e a Recuperação da Economia Brasileira”, publicado em 70 na revista *Visão* com o título “Dividir ou Multiplicar”. É um longo artigo que mostrava um novo modelo de desenvolvimento concentrador de renda que estava emergindo no Brasil. Um pouco depois saiu o artigo da Conceição e do José Serra, “Além da Estagnação”, que ficou famoso, circulou em toda a América Latina e tinha a mesma idéia. Era importante para mim, nesse momento, negar a tese que dominava a esquerda dos anos 60, a partir das contribuições especialmente do Caio Prado Júnior, de que tudo que a esquerda fizera, propondo um pacto com os industriais para promover o desenvolvimento econômico, tinha sido uma traição. Eu mostrava que isso não era verdade, que esse pacto promoveu mudanças para o Brasil e que depois fatos novos tinham liquidado esse pacto, provocado um vazio político entre 60 e 64, e afinal provocado um golpe militar.

O livro do Fernando Henrique e esses artigos estavam na base do repensar América Latina, que não era necessariamente explorada pelo imperialismo, mas que tinha o seu desenvolvimento distorcido, especialmente em termos de concentração de renda, em função do papel preponderante que tinham as empresas multinacionais e os padrões de consumo do exterior reproduzidos no Brasil e na América Latina para as classes média e alta. Nesse assunto, na verdade, eu já vinha trabalhando desde 1960. Em 1960 quando eu estava nos Estados Unidos, escrevi uma série de cartas a um amigo, em que faço a crítica ao modelo do ISEB. Explico porque Jânio Quadros, um candidato que o *New York Times* chamava de esquerda, apoiado pela direita, tinha derrotado um candidato da direita apoiado pela esquerda, que era o Lott. A partir disto mostro como uma série de fatos novos haviam inviabilizado o

pacto nacional desenvolvimentista populista do Getúlio Vargas nos anos 30, e que prevalece até a eleição de Kubitschek. Há um vácuo político no começo dos anos 60, e veio o regime militar a partir de 64, como resposta a essa crise, a esse vácuo. Mas isso tudo mostrava que o Brasil tinha mudado muito, que era preciso uma nova interpretação, que o livro do Fernando Henrique e do Faletto é o trabalho mais acabado e mais brilhante.

Simonsen

Como o senhor analisou Dependência e Desenvolvimento na América Latina do presidente e do Enzo Falletto na época do lançamento? E como o senhor vê hoje a teoria da dependência?

Eu não li. Não conheço direito a teoria da dependência para poder julgar.

O ajuste de 81/83 foi eficiente para melhorar a balança de pagamentos, mas não teve o efeito que esperava em relação à inflação. A partir desse ponto surgiram novos diagnósticos sobre inflação, especialmente o conceito de inflação inercial, que era baseada em uma idéia que já estava implícita em um artigo seu de 70.

Não era implícita não, já era um livro. Era explícita e era um livro.

O senhor acha que o problema de combate à inflação era o diagnóstico?

Em grande parte era. Eu me lembro que falei muito sobre o problema da necessidade de desindexação quando estava no Ministério da Fazenda, mas qualquer pequena medida que eu tomasse encontrava uma brutal reação dos políticos, da opinião pública. Quer dizer, ninguém, na época, tinha percepção de que, com uma economia amplamente indexada, era inteiramente dar murro em ponta de faca querer aplicar a receita ortodoxa do Fundo Monetário. Em primeiro lugar, você nunca conseguiria fazer uma política monetária contracionista, depois você teria que elevar a taxa real de juros ao infinito. Em segundo lugar, você teria sempre poucos dividendos anti-inflacionários e muitos dividendos recessivos nesse tipo de política. Isso para mim era visível já no meio do governo Geisel, se não no princípio do governo Geisel. Escrevi muita coisa na época a esse respeito. Agora, de um modo geral, a sociedade e a academia brasileira também só se conscientizaram da necessidade de desindexar após esse período.

Por que fracassaram tantos planos de estabilização? Existe algum elo comum?

Você teve só dois tipos de planos: os planos que se basearam só na oferta, que foram o Plano Cruzado e o Plano Bresser, que admitiam que a inflação fosse pura e simplesmente inercial, e fracassaram porque ela não era só inercial. E os planos que foram de 81 a 83, depois o feijão com arroz do Mailson em 88 e o do Collor, a partir da entrada do Marcílio no governo, onde se considerava que a inflação era apenas inflação de demanda, sem nenhuma componente inercial. Então, o primeiro programa que levou realmente em consideração os dois lados da tesoura foi o Plano Real.

E o conflito distributivo, tem algum poder explicativo?

O conflito distributivo existe na medida em que o governo resolve arbitrar as fatias distributivas. O conflito é muito mais um problema de política do que da economia, porque a economia de mercado é uma solução. Não importa se boa ou ruim, mas o mercado é uma solução automática para o conflito distributivo, que existe sempre e em toda parte. Explicando a inflação pelo conflito distributivo você não explica nada. Explica um pouco do que se passa na cabeça do político que faz a inflação. Ele resolve prometer distribuir o bolo, faz várias promessas separadas de distribuição, e quando ele soma as fatias dá três vezes o bolo. Então ele tenta compatibilizar isso com a inflação. Mas isso não é uma explicação para a inflação, é uma explicação para o que está na cabeça do político que provoca a inflação.

André Lara Resende coloca que quando lançou aquele artigo na Gazeta e houve uma grande crítica, o senhor foi um dos poucos que o apoiou.

Exatamente. Foi extremamente importante. O primeiro artigo dele foi o da ortenização pela média, que era exatamente o artigo que ia levar o conceito que gerou o Plano Cruzado, que gerou a idéia da URV. Você primeiro coloca tudo na média e depois faz a reforma monetária.

E a contribuição de São Paulo para a teoria da inflação inercial, especificamente Bresser e Nakano, como o senhor analisa?

Eu acho que foi interessante, mas realmente a contribuição decisiva foi do André e do Arida.

Pastore

A posição de Pastore sobre a Teoria da Inflação Inercial também é bastante cética. É interessante notar como ele coloca todo o problema em termos econométricos:

“Deixa eu pegar esse negócio de inércia, que vocês mencionaram. Em primeiro lugar, não há uma teoria da inflação inercial, no meu modo de ver. Existe um fenômeno de inércia, mas se você pensar o que é inércia, vai descobrir que é uma coisa muito interessante. Em primeiro lugar, inércia não foi criada pelo André nem pelo Pérsio, inércia é um fenômeno de *low frequency*, em séries temporais. Todas as séries temporais que tem movimentos de baixa frequência dominantes, são séries que têm inércia. Se você for buscar isso lá atrás, em 1966 tem um trabalho importante de um sujeito chamado Clive Granger, publicado na *Econometrica*, chama “The Typical Spectral Shape of Economic Variables”. Ele mostra que a maior parte das variáveis econômicas, como produto, emprego, salários, nível de preços e taxa de inflação, têm densidade espectral concentrada nas frequências baixas...

Todas integradas de grau um?

Tudo AR positivo baixo. Isso é inércia. A taxa de inflação do Brasil tem AR positivo baixo, a taxa de inflação nos Estados Unidos, no Japão, na Inglaterra e na Alemanha, tem AR positivo baixo. Se você olhar as funções de auto correlação, em qualquer um desses países, você vai achar em todos eles um movimento de *low frequency*. Olha as funções de auto correlação, nos Estados Unidos, no Japão, na Inglaterra, na Itália, todos tem uma enorme inércia, certo? Agora vem para o Brasil, nós estamos falando de 10, 20, 30, 40% por trimestre, de 500, 1000, 1500, por ano. Por favor, olha a função de auto correlação da Itália e olha função de auto correlação do Brasil, veja se você acha alguma diferença. A inércia que tem aqui tem lá, que é a inércia produzida pela auto regressividade. Será que nós inovamos alguma coisa com isso?

Quando nos Estados Unidos, ou na Alemanha, ou na Itália, ou no Japão, ou em qualquer país, você dá um choque na taxa de inflação, esse choque produz um crescimento da inflação. Um choque de uma má oferta agrícola, sobe e aí vai caindo, caindo e se dissipa. Trabalha com séries temporais, estima os modelos, os armas, estima eles todos e vai para a componente móvel do modelo, estima como o choque se situa no modelo. Quer dizer, você dá um choque de magnitude um, ele demora dez, quinze, vinte trimestres, mas ele se dissipa nos Estados Unidos, na Alemanha, na Itália, no Japão, com sistemas de dissipação de velocidades muito parecidas. Quando no Brasil você dá um choque, o choque vai lá em cima e não se dissipa, ele se incorpora na taxa de inflação. Aí descobriu uma diferença. Mas isto é *Trends and Random Walks in Economic Variables*, é literatura de fora, lá atrás. Isso não está no André, não está no Pêrsio, isso é literatura americana, não é brasileira, não é *break-throught* de economista brasileiro. Estou tentando é fazer o meu ponto, dar o exemplo para vocês. Por que isso acontece?

Os inercialistas dizem: “—a inércia é produzida pela indexação”. Bom, a inércia é produzida pela rigidez de preços. Qualquer mecanismo que introduza rigidez de preço produz inércia de auto-regressividade. Todos os países têm rigidez de preços, lá e cá, por que lá dá o choque e dissipa e aqui dá o choque e não dissipa? Tem alguma coisa lá que produz a dissipação e tem alguma coisa aqui que produz a persistência do choque. Pega o modelo onde tem a rigidez de preço, um tipo de rigidez de preço, que é ou indexação ou expectativa adaptativa, deixa o governo operar fixando a taxa de juro, portanto tendo moeda passiva. Quando isso acontece, aparece a raiz unitária, que gera aquele fenômeno de persistência. Quando você fixa moeda e não fixa taxa de juro, o governo produz alguma força que produz a dissipação, desaparece a raiz unitária, sempre.

Eu estou dizendo o seguinte, inércia é também fenômeno monetário. Onde eu vou buscar essa idéia? Aqui no Brasil? Não. Lá fora. só. Isso aqui está tudo na literatura, isso não tem uma inovação em cima da literatura

O que tem de interessante nisso é a idéia de que você pode escorregar sobre uma curva de Philips vertical quando você tem uma inflação muito alta. Quer dizer,

se você tiver esse processo todo de indexação acumulado com passividade monetária, você pode fazer exatamente o que foi feito no Plano Real: indexa tudo. Assim eu interpreto a URV. A URV é um processo através do qual você separa duas funções da moeda completamente: a função de meio de pagamento você deixa, o teu instrumento de troca continua fazendo, que era o cruzeiro real, e a função de unidade de conta, de indexador, de unidade de referência para contratos, você joga inteirinha para a URV. Empurra todos os contratos para essa unidade, o contrato da mão-de-obra, o câmbio, gasolina, os preços dos bens, tudo com reajuste diário, sincroniza tudo. Tira os processos de *staggering*, de *over-lag*, de defasagem.

Mas esse processo só pode ser usado como uma transição. O segundo estágio é o estágio no qual você reunifica as funções da moeda, quando você reunificou as funções da moeda, você criou um ativo chamado Real, que é um ativo que no fundo ficou sendo agora a unidade de conta e o meio de pagamento. No que a unidade de conta deixou de ser o ativo indexado, passou a ser o ativo com valor nominal fixo, você produziu a desindexação da economia naquele ato.

O Plano Real foi aquele dia.

Sim, o Plano Real foi aquilo. Se percorrer a literatura você vai achar, pega tudo que o Stanley Fischer escreveu, tudo que a Diona Gray escreveu, tudo que o Mário Henrique escreveu, que vem de 73 para cá. Toda a contribuição dos novos keynesianos sobre os mecanismos de rigidez, inclusive o *staggering* do John Taylor, essas questões de inércia em preço, do Olivier Blanchard, a literatura está entupida disso, entupida! Toda a contribuição dos novos-keynesianos é essa. Como primeiro estágio de saída de uma inflação grande, você pode usar esse tipo de artifício (a moeda indexada), que eu acho que é um artifício bem concebido, engenhoso. Mas isso é diferente de estabilizar a economia. Agora temos um outro problema, o manejo de política monetária, fiscal e cambial, para manter a estabilidade. Não é mais Plano Real, é política econômica clássica. A inércia pode ser remontada no processo, isso não tenha dúvida. Se continuarem com o juro alto e moeda passiva, vai recriar isso tudo, vai destruir qualquer ajuste, qualquer esforço fiscal que se faça. Vai privatizar as empresas e ficar sem o ativo. Vai reconstruir o passivo porque vai

trazer a dívida de novo, vai gerar um problema com a oferta agregada e vai continuar valorizando o câmbio...

Belluzzo

Como o senhor analisou Dependência e Desenvolvimento na América Latina do Fernando Henrique e Enzo Faletto?

Na época você tinha várias versões da teoria da dependência. Havia uma versão mais estagnacionista que era a alternativa socialismo ou dependência, que tinha origem no “Desenvolvimento do Subdesenvolvimento” do Gunder Frank⁶⁸. Essa controvérsia se desdobrou ainda em outras, na teoria do sub-imperialismo, e na posição do Fernando Henrique, que procura colocar o seguinte: você pode ter as duas coisas, dependência e desenvolvimento, o desenvolvimento dependente. Em relação a teoria do imperialismo, tal como ela era manejada pelos marxistas brasileiros na época, aparecia como originária do Gunder Frank, era uma flexibilização importante. Também refletia um pouco o otimismo, porque dizia: “vai ter desenvolvimento associado, dependente, mas esse desenvolvimento pode ter graus distintos de avanço social”. Depende da relação interna de classes, da relação interna de forças e da maneira como essa relação de forças se reflete nas políticas de Estado.

Olhando para trás havia um pouco de otimismo do Fernando Henrique que eu acho que perdura até hoje. Teve a virtude de mostrar como o entorno internacional condicionava o desenvolvimento das economias periféricas. Mas veja bem, as condições que presidiam aquele momento não são mais as que estão presentes agora. As condições de desenvolvimento capitalista são muito mais estritas hoje do que foram no passado. Os requisitos para integração na economia mundial são muito mais duros, muito mais estritos. Você não pode exigir que o livro também faça projeções para 1990. Mas o livro tem uma grande virtude: fazer uma crítica ao endogenismo excessivo, do qual nós somos vítimas. Refletia a idéia de que o Estado podia operar nos vazios e conduzir o desenvolvimento, mesmo dependente, a um destino melhor do ponto de vista social.

⁶⁸ Gunder Frank, A. (1966) “The Development of Underdevelopment”.

O ajuste de 81/83 foi eficiente para melhorar a balança de pagamentos mas não teve o efeito que se esperava com relação a inflação. A partir desse ponto, surgiram novos diagnósticos sobre inflação, especialmente o conceito de inflação inercial, baseada em uma idéia que já estava implícita em um livro de Simonsen⁶⁹ de 1970. O senhor acha que o problema no combate à inflação era o diagnóstico?

O consenso dos anos 80 era a desvalorização e ajuste fiscal, esta era a recomendação do Fundo. Reverter o déficit das transações correntes, fazer um saldo comercial grande, reduzir a expansão do crédito líquido doméstico da Economia, expandir as reservas e conseguir estabilizar. As economias entraram em uma trajetória de fortíssima instabilidade, com sucessivas tentativas de realinhar o câmbio, fazer as maxi. Suscitou-se uma generalização da indexação, no caso do Brasil de maneira mais intensa e mais forte, que levou à impossibilidade de produzir o alinhamento de preços relativos desejado.

Dai é que nasce a idéia de inflação inercial, para explicar a continuidade do processo inflacionário mesmo depois de ter atingido alguns objetivos suscitados pelo programa do Fundo. Muitos países conseguiram reverter rapidamente a sua situação na balança de pagamentos, outros conseguiram fazer progressos importantes no lado fiscal. Aliás, era isso que sustentava, em boa medida, a possibilidade da teoria de inflação inercial. Os primeiros artigos dos dois rapazes⁷⁰ diziam o seguinte: “já que você tem uma situação de finanças públicas resolvida, a inflação só pode ser explicada pelos mecanismos formais e informais de transferência para frente da inflação passada”. Então, justificava-se ou uma reforma monetária pura e simplesmente, como se você desse um golpe de judô, usando a super indexação para terminar com toda a indexação, ou através de uma intervenção no sistema de preços para criar várias âncoras nominais. Uma vez que tudo o mais estava resolvido, você poderia saltar para uma situação de estabilidade

Qual era o problema das teorias da inflação inercial? Era o fato de que eles não se deram conta de que a questão do financiamento externo, portanto a raiz da instabilidade, permanecia. Esta situação não se sustentaria por muito tempo, a menos

Simonsen (1970) *Inflação: Gradualismo versus Tratamento de Choque*.
Refere-se a André Lara Resende e Pêrsio Arida

que se usasse outros supostos e outros métodos. Ou a Economia teria que funcionar em um nível muito baixo de atividade, ou teria que se avançar na intervenção. Nenhuma das duas coisas eram satisfatórias, porque a raiz da instabilidade, que eram as condições de financiamento externo, não estava resolvida.

O que aconteceu durante os anos setenta foi uma tentativa de correr atrás do próprio rabo. Quando se reverteu a situação externa, encontrou-se as condições óbvias para que a Economia se estabilizasse. Aliás, depois de todo esse barulho, o que sobra é o seguinte: depois de um processo prolongado de inflação muito alta ou de hiperinflação, está no meu artigo com a Conceição⁷¹, a única forma é restaurar o sistema monetário pela sua função fundamental, senão não consegue estabilizar. Isso é uma coisa clássica, que limita muito o alcance das teorias inerciais da inflação. É por isso que você não conseguia explicar. Até o Bresser usou uma expressão que aparentemente é contraditória, aceleração inercial, que deu uma confusão, uma briga danada. Não havia como, nos quadros da teoria da inflação inercial, explicar o que estava acontecendo. O próprio Frenkel, depois de ter escrito um artigo sobre a formação de preços em uma economia de alta inflação⁷², em que ele adotava uma explicação parecida com a teoria da inflação inercial, escreveu um artigo sobre as inflações altas que suscitam intervalos de relativa estabilidade da taxa, seguido de aceleração.

Depois do Plano Cruzado surgiu a idéia de que o Plano tinha suscitado uma instabilidade maior, o que é uma verdade parcial, na medida em que isso aumentou o grau de incerteza, a fuga da moeda nacional e o agravamento de todos os processos que levam à hiperinflação. Por outro lado, depois de 86 sobretudo, houve o aperfeiçoamento da instituição da moeda indexada, que permitiu conter o impulso para a hiperinflação. O sucesso parcial da primeira tentativa de estabilização e o fracasso da segunda conseguiu deixar claro quais eram as questões centrais relativas a inflação, e como é que você poderia estabilizar.

⁷¹ Belluzzo e Conceição Tavares (1984) "Uma Reflexão sobre a Natureza da Inflação Contemporânea".

⁷² Frenkel (1979) "Decisiones de Precios en Alta Inflación".

No livro da Leda Paulani e do Roberto Messemberg⁷³, a crítica que eles fazem a nós é de termos feito uma análise e feito outra coisa na prática. De certa forma eles têm razão, mas ali a questão era outra. Nós sabíamos que aquilo tinha uma vida limitada, mas quase que fomos constrangidos a fazer o plano. A expectativa geral era de que você fizesse alguma coisa em relação a estabilização. Mas a posição que está no meu artigo com a Conceição é que você tem um problema de instabilidade derivada dos desequilíbrios de estoques que a crise externa causou.

Você acha que as teorias macroeconômicas disponíveis apresentam diagnóstico e soluções adequadas para a inflação brasileira?

Aí tem safras distintas. Se você olhar a literatura sobre hiperinflação do pós-guerra, ou na própria tese do Gustavo Franco, vai encontrar suporte para a idéia de que é preciso restaurar as condições de financiamento externo. Os economistas e os políticos dos anos vinte e trinta sabiam disso com grande clareza. Na discussão brasileira faltou informação histórica e virou um pouco politizada no mal sentido. É uma tendência ruim na discussão econômica, pelo menos na discussão pública, aceitar a forma como a mídia em geral trata as questões. As pessoas não tem coragem de falar “esse problema não é assim”. Virou uma discussão sobre quem era o culpado pela inflação, se era o sistema financeiro, os bancos, os empresários que reajustavam demais os preços. Virou uma coisa muito ruim.

(...) a teoria da inflação inercial não teria sido uma contribuição à teoria econômica realizada no Brasil (...)?

Israel também tinha isso, a inflação lá era parecida com a nossa. Eu me lembro que uma vez, conversando com Michael Bruno em uma conferência, eu tinha um *paper*, ele tinha outro, e nós lemos os respectivos *papers* de noite. De manhã cedo nós apresentamos e eu falei: “Como são parecidos os nossos países”. Parecidos eram os economistas, que estavam olhando os países daquela maneira, obviamente é difícil imaginar o Brasil parecido com Israel.

Bacha

⁷³ Bier. Paulani e Messemberg (1986) *Os Heterodoxos e o Pós-Moderno*.

Como o senhor analisou o texto Dependência e Desenvolvimento na América Latina do Fernando Henrique e do Enzo Faletto na época? E como o senhor vê hoje a teoria da dependência?

Eu acho que tudo isso era parte da luta contra a ditadura, está tudo creditado, tudo debitado lá. A concepção, que era de processos interrompidos...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este foi um trabalho calcado fundamentalmente em entrevistas, na metodologia da história oral. Eu não gostaria de me prolongar aqui nas considerações finais em reflexões sobre teoria ou método. “Nós só fazemos nos glosar uns aos outros”, dizia Montaigne. Mas julgo pertinente algumas observações finais. Na verdade creio que não há maneira mais real e mais realista de explorar a relação de comunicação na sua generalidade que a de se ater aos problemas inseparavelmente práticos e teóricos, o que decorre do caso particular de interação entre o pesquisador e aquele ou aquela que ele interroga.

Não creio que por isso se possa remeter-se aos inumeráveis escritos ditos metodológicos sobre as técnicas de pesquisa. Por mais úteis que possam ser para esclarecer tal ou qual efeito que o pesquisador pode exercer “sem o saber”, lhes falta quase sempre o essencial, sem dúvida porque permanecem dominados pela fidelidade a velhos princípios metodológicos que são frequentemente decorrentes, como o ideal da padronização dos procedimentos, da vontade de imitar os sinais exteriores mais reconhecidos do rigor das disciplinas científicas; não me parece, em todo caso que eles levem em consideração tudo aquilo que sempre fizeram, e sempre souberam os pesquisadores que respeitavam seu objeto e os mais atentos às sutilezas quase infinitas das estratégias que os agentes sociais desenvolvem na conduta comum de sua existência.

Estou convencido que esta prática não encontra sua expressão adequada nem nas prescrições de uma metodologia frequentemente mais cientista que científica, nem nas precauções anticientíficas das misticas da fusão afetiva. Por estas razões me parece indispensável tentar explicar as intenções e os princípios dos procedimentos que nós temos colocado em prática na pesquisa cujos resultados apresentamos aqui.

O leitor poderá assim reproduzir na leitura dos textos o trabalho de construção e de compreensão de que eles são o produto.

Ainda que a relação de pesquisa se distinga da maioria das trocas da existência comum, já que tem por fim o mero conhecimento, ela continua, apesar de tudo uma *relação social* que exerce efeitos (variáveis segundo os diferentes parâmetros que a podem afetar) sobre os resultados obtidos. A oposição tradicional entre os métodos ditos quantitativos, como a pesquisa por questionário, e métodos ditos qualitativos como a entrevista, mascaram que eles têm em comum se apoiarem nas interações sociais que ocorrem sob a pressão de estruturas sociais. Os defensores das duas categorias de métodos têm em comum ignorar estas estruturas, como os etnometodólogos, cuja visão subjetivista do mundo social os leva a ignorar os efeitos que as estruturas objetivas exercem não somente sobre as interações que registram e analisam, mas também na sua interação com as pessoas submetidas a observação ou à interrogação.

Sem dúvida a interrogação científica exclui por definição a intenção de exercer qualquer forma de simbólica capaz de afetar as respostas; acontece, entretanto, que nesses não se pode confiar somente na boa vontade, porque todo tipo de distorções estão inscritas na própria estrutura da relação de pesquisa. Estas distorções devem reconhecidas e dominadas; e isso na própria realização de uma prática que pode ser refletida e metódica, sem ser a aplicação de um método ou a colocação prática de uma reflexão teórica.

Só a reflexividade, que é sinônimo de método, mas uma *reflexividade reflexa*, baseada num "trabalho", num "olho" do pesquisador, permite perceber e controlar *no campo*, na própria condução da entrevista, os efeitos da estrutura social na qual ela se realiza. Como pretender fazer ciência dos pressupostos sem se esforçar para conseguir uma ciência de seus próprios pressupostos? Principalmente esforçando-se para fazer um uso reflexivo dos conhecimentos adquiridos da ciência para controlar os efeitos da própria pesquisa e começar a interrogação já dominando os efeitos inevitáveis das perguntas. O sonho positivista de uma perfeita inocência epistemológica oculta na verdade que a diferença não é entre a ciência que realiza

uma construção e aquela que não o faz, mas entre aquela que o faz sem o saber e aquela que, sabendo, se esforça para conhecer e dominar o mais completamente possível seus atos, inevitáveis, de construção e os efeitos que eles produzem também inevitavelmente.

Tentar saber o que se faz quando se inicia uma relação de entrevista é em primeiro lugar tentar conhecer os efeitos que se podem produzir sem o saber por esta espécie de *intrusão* sempre um pouco arbitrária que está no princípio da troca (especialmente pela maneira de se apresentar a pesquisa, pelos estímulos dados ou recusados, etc.) é tentar esclarecer o sentido que o pesquisado se faz da situação, da pesquisa em geral, da relação particular na qual ela se estabelece, dos fins que ela busca e explicar as razões que o levam a aceitar de participar da troca. E efetivamente sob a condição de medir a amplitude e a natureza da distância entre a finalidade da pesquisa tal como é percebida e interpretada pelo pesquisado, e a finalidade que o pesquisador tem em mente, que este pode tentar reduzir as distorções que dela resultam, ou, pelo menos, de compreender o que pode ser dito e o que não pode, as censuras que o impedem de dizer certas coisas e as incitações que encorajam a acentuar outras.

É o pesquisador que inicia o jogo e estabelece a regra do jogo, é ele quem geralmente, atribui à entrevista, de maneira unilateral e sem negociação prévia, os objetivos e hábitos, às vezes mal determinados, ao menos para o pesquisado. Esta dissimetria é redobrada por uma dissimetria social todas as vezes que o pesquisador ocupa uma posição inferior ou superior ao pesquisado na hierarquia das diferentes espécies de capital, especialmente do capital cultural. O *mercado dos bens linguísticos e simbólicos* que se institui por ocasião da entrevista varia em sua estrutura segundo a relação objetiva entre o pesquisador e o pesquisado ou, o que dá no mesmo, entre todos os tipos de capitais, em particular os linguísticos, dos quais estão dotados.

Levando em conta estas duas propriedades inerentes à relação de entrevista, esforçamos-nos para fazer tudo para dominar os efeitos (sem pretender anulá-los); quer dizer, mais precisamente, para *reduzir no máximo a violência simbólica que se*

pode exercer através dele. Procurou-se então instaurar uma relação de *escuta ativa e metódica*, tão afastada da pura não-intervenção da entrevista não dirigida, quanto do dirigismo do questionário. Postura de aparência contraditória que não é fácil de se colocar em prática. Efetivamente, ela associa a disponibilidade total em relação à pessoa interrogada, a submissão à singularidade de sua história particular, que pode conduzir, por uma espécie de mimetismo mais ou menos controlado, a adotar sua linguagem e a entrar em seus pontos de vistas, em seus sentimentos, em seus pensamentos, com a construção metódica, forte, do conhecimento das condições objetivas, comuns a toda uma categoria.

Para que seja possível uma relação de pesquisa o mais próxima possível do limite ideal, muitas condições deveriam ser preenchidas: não é suficiente agir, como o faz espontaneamente todo "bom" pesquisador, no que pode ser consciente ou inconscientemente controlado na *interação*, principalmente o nível da linguagem utilizada e todos os sinais verbais ou não verbais próprios a estimular a colaboração das pessoas interrogadas, que não podem dar uma resposta digna desse nome à pergunta a menos que elas possam delas se apropriar e se tomarem os sujeitos. Deve-se agir também, em certos casos, sobre a própria *estrutura* da relação (e, por isso, na estrutura do mercado lingüístico e simbólico), portanto na própria *escolha* das pessoas interrogadas e dos interrogadores.

Algumas vezes é surpreendente que os pesquisados possam ter tanta boa vontade e complacência para responder a perguntas tão absurdas, arbitrárias ou deslocadas como tantas daquelas que lhe são frequentemente "administradas". Isto posto, é suficiente ter feito uma única entrevista para saber a que ponto é difícil concentrar continuamente sua atenção no que está sendo dito (e não somente nas palavras) e antecipar as perguntas capazes de se inscreverem "naturalmente" na continuidade da conversação seguindo uma espécie de "linha" teórica. Isto quer dizer que ninguém está livre do efeito de imposição que as perguntas ingenuamente egocêntricas ou, simplesmente, desatentas podem exercer e sobretudo livre do efeito contrário que as respostas assim extorquidas correm o risco de produzir no analista,

sempre disposto a levar a sério, na sua interpretação, um artefato que ele mesmo produziu sem o saber.

A proximidade social e a familiaridade asseguram efetivamente duas das condições principais de uma comunicação "não violenta". De um lado, quando o interrogador está socialmente muito próximo daquele que ele interroga, ele lhe dá, por sua permutabilidade com ele, garantias contra a ameaça de ver suas razões subjetivas reduzidas a causas objetivas; suas escolhas vividas como livres, reduzidas aos determinismos objetivos revelados pela análise. Por outro lado, encontra-se também assegurado neste caso um acordo imediato e continuamente confirmado sobre os pressupostos concernentes aos conteúdos e às formas da comunicação: esse acordo se afirma na emissão apropriada, sempre difícil de ser produzida de maneira consciente e intencional, de todos os sinais não verbais, coordenados com os sinais verbais, que indicam quer como tal o qual enunciado deve ser interpretado, quer como ele foi interpretado pelo interlocutor.

Enquanto um jovem físico interroga um outro jovem físico (ou um ator um outro ator, um desempregado um outro desempregado, etc.) com o qual ele compartilha a quase totalidade das características capazes de funcionar como fatores explicativos mais importantes de suas práticas e de suas representações, e ao qual ele está unido por uma relação de profunda familiaridade, suas perguntas encontram sua origem em suas disposições objetivamente dadas às do pesquisado; as mais brutalmente objetivantes dentre elas não têm nenhuma razão de parecerem ameaçadoras ou agressivas porque seu interlocutor sabe perfeitamente que eles compartilham o essencial do que elas o levarão a dizer e, ao mesmo tempo, os riscos aos quais ele se expõe ao declarar-se. E o interrogador não pode nunca esquecer que objetivando o interrogado, ele se objetiva a si mesmo como provam as correções que ele introduz em tantas de suas perguntas, passando do *você* objetivo ao *se* que leva a um coletivo impessoal, depois ao *nós*, onde ele afirma claramente que a objetivação também lhe diz respeito: "Quer dizer que todos os estudos que *você* fez, que *se* fizeram, *nos* fizeram gostar mais da teoria." E a proximidade social com a pessoa interrogada é sem dúvida o que explica a impressão de mal-estar que quase todos os

interrogadores que estão colocados numa tal relação disseram ter experimentado, às vezes durante toda a entrevista, às vezes a partir de um momento preciso da análise: em todos estes casos efetivamente, o interrogatório tende naturalmente à tomar-se uma socianálise a dois na qual o analista está preso, e é posto à prova, tanto quanto aquele que ele interroga. Não se trata somente de captar um "discurso natural" tão pouco influenciado quanto possível pelo efeito da dissimetria cultural; deve-se também construir cientificamente esse discurso de tal maneira que ele forneça os elementos necessários à sua própria explicação.

Toda interrogação se encontra então situada entre dois limites sem dúvida nunca atingidos: a total coincidência entre o pesquisador e o pesquisado, onde nada poderia ser dito porque, nada sendo questionado, tudo seria natural; a divergência total onde a compreensão e a confiança se tomariam impossíveis.

Àqueles casos em que o pesquisador consegue se dar de algum modo um substituto juntam-se as relações de pesquisa nas quais ele pode superar parcialmente a distância social graças às relações de familiaridade que o unem ao pesquisado e à franqueza social, favorável ao falar francamente, que assegura a existência de diversos laços de solidariedade secundária próprios a dar garantias indiscutíveis de compreensão simpática.

Mas todos os procedimentos e todos os subterfúgios, que podemos imaginar para reduzir a distância, têm seus limites. Ainda que a transcrição deixe escapar o ritmo, o tempo do oral, basta ler em seguida algumas entrevistas para ver tudo o que separa as falas arrancadas pedaço por pedaço dos pesquisados mais afastados das exigências táticas da situação de pesquisa e os discursos daquelas que são ajustados por antecipação (às vezes muito bem) à pergunta, assim, pelo menos, como eles a concebem. Eles dominam tão perfeitamente a situação que conseguem às vezes impor sua definição do jogo ao pesquisador. Paradoxalmente, este trabalho está destinado a ficar tanto mais invisível quanto mais bem sucedido ele for.

De qualquer forma o que acabamos de apresentar é uma amostra do que se produziu em termos de Teoria Econômica no Brasil. No entanto, como pode-se verificar nos trechos de depoimentos selecionados anteriormente, não existe

consenso quanto ao reconhecimento destas análises como Teoria Econômica. Para alguns, não passa de uma adaptação de teorias realizadas no exterior, em geral nos Estados Unidos ou na Inglaterra. Porém, nota-se que este discurso acaba sendo influenciado pelas vaidades pessoais dos entrevistados.

Um comentário final sobre os Centros de Pós-Graduação estudados

Além da questão da autonomia, outra questão deste trabalho foi tipificar a diferenciação entre *Hard science* e *Soft science*. Segundo Arida, a Economia é ensinada hoje de acordo com dois modelos, os quais refletem concepções diversas sobre o modo de evolução desta ciência. Apesar de incompatíveis, constata ainda este autor que eles se apresentam combinados mas não bem integrados em diferentes proporções nos cursos ministrados no Brasil. Isto se afigura, para ele, como um sinal de que há algo de errado com esses dois modelos e que, por isso, têm de ser superados.

O primeiro deles supõe que a Economia assemelha-se à Física e que se desenvolve tal como esta por meio de uma memória seletiva, que acumula e organiza sempre de um modo melhor as conexões dos fenômenos. Este é o modelo 'hard science' que se caracteriza, sobretudo, pela idéia de que todo o saber relevante encontra-se incorporado à fronteira atual do conhecimento. O seu pressuposto é que as contribuições negativas já foram descartadas e que as positivas ou as que ainda parecem positivas encontram-se incorporadas ao estado atual da ciência, de tal modo que o estudante e o estudioso de Economia devem se preocupar exclusivamente com as realizações mais recentes, as quais se encontram presentes nas publicações científicas dos últimos anos. A consequência mais importante desta concepção de progresso científico é que se pode - e mesmo se deve - desprezar toda a história antecedente de pensamento econômico, que no máximo resume o caminho seguido pelo conhecimento até atingir o seu estado atual.

O modelo 'soft science', ao contrário, baseia-se na idéia de que a ciência se desenvolve com base na memória das suas realizações mais notáveis, as quais são vistas como irreconciliáveis e incomensuráveis entre si. Segundo esta concepção, o melhor da ciência encontra-se cristalizado nas realizações exemplares de alguns

grandes autores que se tornaram clássicos, pois foram capazes de produzir obras que alargaram a compreensão da humanidade sobre as grandes questões para as quais se volta o interesse da ciência. Estas obras são vistas, por isso, como insuperáveis em seu vigor original. O modelo 'soft science' recomenda então ao estudante e ao estudiosos que se concentrem nos clássicos, de tal maneira que a história do pensamento econômico venha a ser a fonte mais importante de conhecimento e o seu estudo se torne a forma por excelência de aprender a ciência econômica. A consequência mais importante desta visão é que as realizações teóricas mais recentes passam a ser vistas com desconfiança, tendendo mesmo a serem desprezadas.

Nenhum dos dois modelos é satisfatório para Arida, pois num caso se despreza a história e no outro se despreza a teoria como tal. Por isso, encara como sua tarefa bem caracterizá-los com o objetivo de submetê-los a uma crítica que abra caminho para uma melhor compreensão do processo de desenvolvimento da teoria econômica. Para Arida, a validade do modelo 'hard science' depende crucialmente da noção de que existe uma fronteira do conhecimento e de que esta resume toda a verdade possível gerada pelo trabalho científico feito no passado. Nesta perspectiva, só é verdadeiramente produtivo aquele esforço que a ela se dedica, pois o estudo das formulações originais não se afigura como necessário para a formação de um teórico competente. A noção de que há uma fronteira do conhecimento, por sua vez, remete-se à suposição de que existe um modo universal de resolução das controvérsias que surgem no caminho do desenvolvimento da ciência. Mais do que isso, segundo Arida, *"implícita na noção de fronteira está a presunção da superação positiva das controvérsias"* (Arida, 1991, p.11). Dito de outro modo, a noção de fronteira implica que há um método por meio do qual o saber válido emerge e se torna aceito entre os cientistas, mantendo-se em evidência no estado atual do conhecimento.

Já o modelo "soft science", que se baseia na idéia de que as contribuições teóricas mais relevantes são intraduzíveis e incomensuráveis entre si, renega a noção de fronteira do conhecimento e aposta sempre na possibilidade de resgatar uma verdade mais profunda que se encontra nos textos clássicos e que ainda não foi

captada convenientemente. A contrapartida deste amor pelo passado ilustre é o desprezo pelas contribuições mais recentes, o qual só se justifica porque tal modelo implicitamente supõe - diz Arida - que as controvérsias se resolvem por meio do que denomina de superação negativa. Por isto ele entende que as controvérsias se resolvem por meio de um *"consenso cristalizado e projetado para a futuro preservando precisamente a vertente errônea surgida no debate"* (Arida, 1991, p. 20). Em consequência, o estudo da ciência nesta perspectiva se torna inexoravelmente exegético.

Contra o modelo "hard science", Arida argumenta convincentemente que a história do pensamento econômico invalida a suposição de que as controvérsias se resolvem por superação positiva. Para tanto, investiga diversas polêmicas importantes em Economia para mostrar que algumas delas se resolveram parcialmente, que outras terminaram por cansaço ou desinteresse e que outras ainda mostraram-se inconclusivas. Com base num conhecimento que se espraia por muitas tradições em Economia, ele lembra que conspira contra o princípio da superação positiva o fato de que doutrinas apostas são aceitas como válidas por muitos -ainda que não pelos mesmos autores -, coabitando o campo da ciência por longos períodos. Eis que isto ocorre, entre outras razões, porque a suposição de que há um método comum de validação empírica de teorias, o qual teve durante um longo período o apoio das diversas correntes positivistas, não é correto.

Contra o modelo "soft science" ele procura mostrar, em primeiro lugar, que é difícil negar a ocorrência de desenvolvimento teórico no campo da Economia, já que algumas construções teóricas aposentaram os seus ancestrais e que algumas controvérsias pelo menos foram resolvidas satisfatoriamente. Em segundo lugar, busca mostrar que o princípio de superação negativa padece de graves problemas. A adoção da perspectiva da "soft science" leva à fusão da história com a teoria, engendrando uma negação mútua que é destruidora para ambas. Por um lado, ela vem negar o próprio conceito de história já que, nesta perspectiva, certas teorias nunca morrem, permanecendo sempre adequadas para entender a realidade atual. Por outro, vem negar também o próprio conceito de teoria já que *"o estado atual da*

ciência seria a condensação de toda a falsidade gerada no passado" e a consequente necessidade de voltar sempre aos "clássicos do passado é correlata da tentação de inventá-la ex novo" (Arida, 1991, p. 20).

Em resumo, nas palavras do próprio autor, *"se o adepto do modelo "hard science" fia-se noção de fronteira do conhecimento por mera ignorância da complexidade da história de sua própria disciplina, não é menos verdade que o adepto do modelo soft science fia-se na presunção de que o estado atual da teoria é um saber inútil ou equivocado....* Após ter fechado assim todo um percurso de argumentação aqui reproduzido apenas em seus grandes traços, Arida chega à conclusão de que *"o bom desenvolvimento da teoria econômica deve ser feito simultaneamente nas duas frentes, familiarizando-se tanto com o estudo atual da ciência quanto com os clássicos do passado e tecendo, a partir destes dois saberes, a trama da verdade"* (Arida 1991 p 21).

Os quadros de dupla entrada que seguem, procuram apresentar de forma reduzida e esquematicamente a posição relativa dos seis centros estudado. Esta apresentação é realizada de forma bastante ampla, aproveitando os critérios de qualificações já expostos, ou seja, a divisão entre *Hard* (ou *mainstream*) e *Soft* (ou *cepalina*), acoplada à classificação de Klamer (1995): Americana versus Européia. A conclusão (forte) que chegamos aqui, é a de que tanto a PUC-RJ, quanto a FGV-SP, instituições que adotam uma familiarização tanto com o estudo atual da ciência, quanto com os clássicos, teceram a partir destes dois saberes, uma melhor "trama da verdade" no passado recente de nossa disciplina.

Quadro XVI: Classificação geral dos Centros

	Americana	Européia
Hard Science (mainstream)	EPGE PUC-RJ	USP
Soft Science (cepalina)	FGV-SP UFRJ	UNICAMP

Se levarmos em conta os temas inflação e desenvolvimento, onde economistas brasileiros de fato contribuíram para a teoria, poderíamos ter o seguinte desenho esquemático:

**Quadro XVII: Classificação dos Centros em Função da Contribuição para
as Teoria de Inflação**

	Americana	Européia	Ecléticos Contribuição Original para a teoria da inflação
Hard Science (mainstream)	EPGE	USP	PUC-RJ
Soft Science (cepalinos)	UFRJ	UNICAMP	FGV-SP

**Quadro XVIII: Classificação dos Centros em Função da Contribuição para
Desenvolvimento**

	Americana	Européia	Ecléticos Contribuição original para a teoria do desenvolvimento
Hard Science (mainstream)	EPGE USP		
Soft Science (cepalinos)	UFRJ	UNICAMP	FGV-SP, UFRJ,

BIBLIOGRAFIA SELECIONADA E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu, M.P. (org.) (1989) *A Ordem do Progresso - Cem anos de Política Econômica Republicana, 1889-1989* Rio de Janeiro: Ed. Campus
- Aldrichi, D., C. Salviano Jr. (1990) "A grande arte: a retórica para McCloskey" *Anais do 18o. Encontro da ANPEC*, Brasília.
- Allen, R.G.D. (1957) *Mathematical Economics* London: Macmillan & Co.
- Allen, R.G.D. e J.R. Hicks (1934) "A Reconsideration of the Theory of Value" *Economica*, Feb.
- Almeida, J.S.G. e L.G. Belluzzo (1989) "Enriquecimento e Produção" *Novos Estudos CEBRAP*, n.23.
- Altman, F. org. (1995) *A Arte da Entrevista - uma antologia de 1823 aos nossos dias*. São Paulo: Scritta Editorial.
- Apel, K.O. (1973) *Transformation der Philosophie* Frankfurt.
- Arantes P. (1993) *Um Departamento Francês de Ultramar* Ed. Paz e Terra
- Arida P. e A.L. Resende (1986) *Inflação Zero, Brasil, Argentina e Israel* Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.
- Arida P. e A.L. Resende (orgs) (1983) *Dívida Externa, Recessão e Ajuste Estrutural: O Brasil diante da crise* 3a. ed, Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.
- Arida, P. (1984) "A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica" in Rego (1991).
- Arida, P. (1984) "Cournot: epistemologia e análise econômica (um ensaio didático)" *Textos para Discussão*, PUC-RJ, n.69.
- Arida, P. (1984) "Economic Stabilization in Brasil" *Textos para Discussão*, PUC-RJ, n.84.
- Arida, P. (1984) "Neutralizar a Inflação, uma Idéia Promissora" in Rego (1986).
- Arida, P. (1985) "Macroeconomic Issues for Latin América" *Textos para Discussão*, PUC/RJ, n.87.
- Arida, P. (1985) "O Déficit Público: um Modelo Simples" *Revista de Economia Política*, v.5, n.4.
- Arida, P. e A. Lara Resende (1984) "Inertial Inflation and Monetary Reform in Brazil" *Textos para Discussão*, PUC-RJ, n.63.
- Arida, P. e A. Lara Resende (1984) "Recession and the Rate of Interest: a Note of the Brazilian Economy in the 1980's" *Textos para Dicussão*, PUC/RJ, n.85. 1984.
- Arida, P. e A.M. da Silva (1982) *Política de Emprego* São Paulo: FIEPE, 1982.
- Arida, P. e E.L. Bacha (1984) "Balance of Payments: A Disequilibrium Analysis for Semi-industrialized Economies" in *Journal of Development Economics*, v.27 (1-2) outubro 1987, p. 85-108
- Arida, P., org. (1986) *Inflação zero: Brasil, Argentina e Israel*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Aristóteles, (1987) *Coleção Os Pensadores* São Paulo: Ed. Abril.
- Aron-Schnapper, D. e D. Hanet (1978) "Archives Orales et Histoire des Institutions Sociales" *Revue Française de Sociologie* (19).

- Arrow, K.J. (1962) "The Economic Implications of Learning by Doing" *Rev. Econ. Studies* 29, Jun.
- Arrow, K.J. e G. Debreu (1954) "Existence of Equilibrium for a Competitive Economy" *Econometrica*, Jul.
- Assis, J. C. de e M. da Conceição Tavares (1985) *O Grande Salto Para o Caos: A Economia Política e a Política Econômica do Regime Autoritário* Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Axelroad, R. (1984) *Evolution of Cooperation* New York.
- Bacha, E.L. (1976) *Os mitos de uma década: ensaios de Economia Brasileira* Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Bacha, E.L. (1978) *Política econômica e distribuição de renda* Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Bacha, E.L. (1982) *Análise Macroeconômica: um texto intermediário* Rio de Janeiro, IPEA.
- Bacha, E.L. (1985a) "Banco Mundial: um Memorando Brasileiro" *Texto para Discussão*, PUC/RJ, n.102.
- Bacha, E.L. (1985b) "Preliminary Notes on the Economic Strategy of the New Brazilian Government" *Texto para Discussão*, PUC/RJ, n.110.
- Bacha, E.L. (1985c) "The future role of the International Monetary Fund in Latin America: issues and proposals" *Texto para Discussão*, PUC/RJ, no 97.
- Bacha, E.L. (1987a) "Moeda, inércia e conflito: reflexões sobre políticas de estabilização no Brasil" in Rego (1990a)
- Bacha, E.L. (1987f) *Introdução à Macroeconomia: uma perspectiva brasileira*, 7a ed., Rio de Janeiro, Campus.
- Bacha, E.L. (1989b) "A three-gap model of foreign transfers and the GDP growth rate in developing countries" *Texto para discussão*, PUC/RJ, n.221.
- Baer, M. (1988) *O Desajuste Financeiro e as Dificuldades do Setor Público Brasileiro nos Anos 80*. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP.
- Barro, R.J. e X. Sala-i-Martin (1995) *Economic Growth*. New York: McGraw Hill
- Barros de Castro, A. e C. Lessa (1968) *Introdução a Economia - uma Abordagem Estruturalista*, Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária.
- Barros de Castro, A. e F.E.P. de Souza (1985) *Economia Brasileira em Marcha Forçada*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.
- Batista Jr., P.N. (1983) *Mito e realidade na dívida externa brasileira*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983, 225p.
- Batista Jr., P.N. e Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo (orgs) (1992) *A Luta pela sobrevivência da Moeda Nacional: ensaios em homenagem a Dilson Fumaro*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Baulmol, W. (1952) "The Transaction Demand for Cash" *Quarterly Journal of Economics* 67, 4, Nov.
- Belluzzo, L.G. (1984) *O Senhor e o Unicórnio* São Paulo: Ed. Brasiliense.
- Belluzzo, L.G. (1987) *Valor e Capitalismo, um ensaio sobre a Economia Política*. São Paulo: Ed. Bial
- Belluzzo, L.G. "A Transfiguração Crítica" *Estudos CEBRAP*, v.24.
- Belluzzo, L.G. e J.S. Gomes de Almeida (1989) "Enriquecimento e Produção" *Novos Estudos CEBRAP*, 23, mar.

- Belluzzo, L.G. e L.G. Coutinho, "O desenvolvimento do capitalismo avançado e a reorganização da economia mundial no pós-guerra" *Estudos CEBRAP*, v.23.
- Belluzzo, L.G. e M. da Conceição Tavares (1981) "Ainda a Controvérsia da Demanda Efetiva: uma Pequena Intervenção" *Revista de Economia Política*, São Paulo, vol. 1, no 3, jul/set.
- Belluzzo, L.G. e M. da Conceição Tavares (1984) "Uma Reflexão sobre a Natureza da Inflação Contemporânea" in Rego (1986).
- Bianchi, A.M. (1991) *Prefácio a Revisão da Crise, Metodologia e Retórica na História do Pensamento Econômico*. São Paulo: Ed. Bial.
- Bicchieri, C. (1988) "Should a Scientist Abstain from Metaphor?" in Klammer, McCloskey e Solow (1988).
- Bielschowsky, R. (1988) *O Pensamento Econômico Brasileiro - O Ciclo Econômico do Desenvolvimentismo* Rio de Janeiro: IPEA/INPES.
- Bier, A., L. Paulani e R. Messemberg (1986) *Os Heterodoxos e o Pós-Moderno* Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Black, F. and M. Scholes. (1973) "The Pricing of Options and Corporate Liabilities". *Journal of Political Economy*, 81.
- Blaug, M. (1983) *Who's Who in Economics: a Biographical Dictionary 1700-1981* London: Wheatsheaf Books Ltd.
- Blaug, M. (1985) *Great Economists since Keynes* London: Wheatsheaf Books Ltd., 1988.
- Bresser Pereira, L.C. (1962) "The Rise of Middle Class and Middle Management in Brazil" *Journal of Interamerican Studies*, julho.
- Bresser Pereira, L.C. (1968) "O Empresário Industrial e a Revolução Brasileira".
- Bresser Pereira, L.C. (1968) *Desenvolvimento e Crise no Brasil* São Paulo: Ed. Brasiliense.
- Bresser Pereira, L.C. (1970) "Economia formal e Economia Política" - Material didático FGV/SP.
- Bresser Pereira, L.C. (1972) *Tecnoburocracia e Contestação* Petropolis: Ed. Vozes.
- Bresser Pereira, L.C. (1975a) "O modelo Harrod-Domar e a substitubilidade de fatores" *Estudos Econômicos*, v.5, n.3, set/dez.
- Bresser Pereira, L.C. (1975b) "A economia do subdesenvolvimento industrializado" *Estudos CEBRAP*, v.14, out/dez.
- Bresser Pereira, L.C. (1977a) "Notas introdutórias ao modo tecnoburocrático ou estatal de produção" *Estudos CEBRAP*, v.20, abr/jun.
- Bresser Pereira, L.C. (1977b) "A partir da crítica" *Estudos CEBRAP*, v.20, abr/jun.
- Bresser Pereira, L.C. (1978) "Os desequilíbrios da economia brasileira e o excedente" *Estudos Econômicos*, IPE-USP, b. 8, n.3, set/dez.
- Bresser Pereira, L.C. (1981) "Inflação no Capitalismo de Estado" *Revista de Economia Política*, v.1, n.1.
- Bresser Pereira, L.C. (1982) "Seis Interpretações sobre o Brasil" *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro.
- Bresser Pereira, L.C. (1986) *Economia Brasileira, uma Introdução Crítica* São Paulo: Ed. Brasiliense, 5ª edição.
- Bresser Pereira, L.C. (1989a) "A crise da Nova Republica" *Novos Estudos CEBRAP*, n.23, mar
- Bresser Pereira, L.C. (1989b) "Ideologias econômicas e democracia no Brasil" *Estudos Avançados*, IEA-USP, v.3, n.6.

- Bresser Pereira, L.C. (1991a) "O governo Collor e a modernidade em tempos incertos" *Novos Estudos CEBRAP*, n.29, mar.
- Bresser Pereira, L.C. (1991b) "Integração latino-americana ou americana" *Novos Estudos CEBRAP*, n.31, out.
- Bresser Pereira, L.C. (1995) *Economic Crises and State Reform in Brasil, a Crise of State Approach to Latin America* Lind Rainer Publishers.
- Bresser Pereira, L.C. e Y. Nakano (1984) *Inflação e Recessão* São Paulo: Ed. Brasiliense.
- Bresser Pereira, L.C., J.M. Maravall e A. Przeworski (1993) "Reformas Econômicas em Democracias Recentes: uma Abordagem Social-Democrata" *Dados - Revista de Ciências Sociais*, 36(2).
- Buchanan, J.M. (1995) "Economic Science and Cultural Diversity" *Kyklos*, fev, 48, Fasc. 2.
- Bulhões, O.G. (1990) *Depoimento - Memória do Banco Central* Programa de História Oral do CPDOC. Brasília: Divisão de Impressão e Publicações do Departamento de Administração de Recursos Materiais do Banco Central do Brasil.
- Caldwell, B e Coats, A.W. (1984) "The Rhetoric of Economists: a Comment on McCloskey", *Journal of Economic Literature* 22.
- Caldwell, B.J. (1984) *Beyond positivism* Londres: George Allen & Unwin Publishers.
- Campos, R.O. (1968) *Do outro lado da cerca... três discursos e algumas elegias* Rio de Janeiro: APEC, 3 ed.
- Campos, R.O. (1994) *A Lanterna na Popa - Memórias* Rio de Janeiro: Topbooks.
- Campos, R.O. de O.(1963) *Ensaio da história econômica e sociológica* Rio de Janeiro: APEC.
- Campos, R.O. e M.H. Simonsen (1975) "Formas criativas no desenvolvimento brasileiro" Rio de Janeiro: APEC.
- Campos, R.O. e M.H. Simonsen (1979) *A nova economia brasileira* Rio de Janeiro: José Olympio, 3 ed.
- Canabrava, A., org. (1984) *História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo*, São Paulo: FEA/USP.
- Cardoso de Mello, J.M. (1982) *O Capitalismo Tardio* São Paulo: Ed. Brasiliense, 6a ed, 1987.
- Cardoso, F.H. (1965) "El Proceso de Desarrollo en América Latina".
- Cardoso, F.H. e E. Faletto (1970) *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 5a ed., 1979.
- Conceição Tavares, M. da (1973) *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil* Rio de Janeiro, Tese de Doutorado
- Conceição Tavares, M. da (1975a) *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: Ensaio sobre a Economia Brasileira* Rio de Janeiro: Ed. Zahar.
- Conceição Tavares, M. da (1975b) "O Desenvolvimento Industrial Latino-Americano e a Atual Crise do Transnacionalismo" *Estudos CEBRAP*, no 13, jul/set.
- Conceição Tavares, M. da (1978a) "O Movimento Geral de Capital: Um Contraponto à Visão da Auto-regulamentação da Produção Capitalista" *Estudos CEBRAP*, n.25.
- Conceição Tavares, M. da (1978b) *Ciclo e Crise* Rio de Janeiro: Tese de Livre Docência.
- Conceição Tavares, M. da (1991a) "Economia e Felicidade" *Novos Estudos CEBRAP*, n.30, jul.
- Conceição Tavares, M. da (1991b) Participação no debate "Adeus ao Socialismo" *Novos Estudos CEBRAP*, n.30, jul.

- Conceição Tavares, M. da (1993) "O Caso do Brasil. As Tentativas Fracassadas de Estabilização" *Boletim de Conjuntura*, IEI-UFRJ, v.13, n.1, abr.
- Conceição Tavares, M. da e José L. Fiori (1993) *(Des)ajuste Global e Modernização Conservadora* São Paulo: Ed. Paz e Terra.
- Conceição Tavares, M. da, A. Barros de Castro e C. Lessa (1966) *Introducion al Analisis Economico* Santiago do Chile:CEPAL.
- Darwin, C. (1859) *On the Origin of Species* Ed. E. Mayr. Cambridge: Mass., 1964.
- Delfim Netto, A. (1959) *O Problema do Café no Brasil* Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1979 (inicialmente publicada como tese de doutorado apresentada à Universidade de São Paulo).
- Delfim Netto, A. (1962) *Alguns problemas do planejamento para o desenvolvimento econômico* São Paulo: FEA/USP.
- Delfim Netto, A. (1966) "Oportunidades, os problemas e estratégias para melhorar, no Brasil, o treinamento Universitário em economia" *Revista Brasileira de Economia*, v.20, n.4, dez.
- Delfim Netto, A. (1966) *Planejamento para o Desenvolvimento Econômico* São Paulo: Ed. Pioneira.
- Delfim Netto, A. (1982) *Delfim: porque Taxar o Lucro dos Bancos* Brasília: *
- Delfim Netto, A. (1986) *Só o Político pode salvar o Economista* Rio de Janeiro: Edição do autor.
- Delfim Netto, A. e C.A. de Andrade Pinto (1965) *Café do Brasil: vinte anos de substituição no mercado internacional* São Paulo, 1965.
- Delfim Netto, A. e C.G. Langoni (1973) *Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil* Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.
- Delfim Netto, A. e L.M.B. de Freitas (1960) *Trigo no Brasil* São Paulo: Associação Comercial de São Paulo.
- Delfim Netto, A. et all (1965) *Alguns Aspectos da Inflação Brasileira* São Paulo: ANPES.
- Delfim Netto, A. *Problemas Economicos da Agricultura Brasileira* São Paulo: FEA/USP.
- Diaz-Alejandro, C.F. (1970) *História Econômica da Argentina*
- Diaz-Alejandro, C.F. e E.L. Bacha (1981) "Mercados Financeiros Internacionais: uma perspectiva latino-americana" *Estudos Econômicos*, v.11, n.3, set/dez..
- Domar, E.D. (1946) "Capital Expansion, Rate of Growth, and Employment" *Econometric*, 14, Apr.
- Durand, M.R. e G. Lima (1992) "A Internacionalização da Economia" *Revista de Economia Política*.
- Eatwell, J., M. Millgate e P. Newman (1991) *The New Palgrave: The World of Economics* New York: Macmillan Press Limited.
- Ferreira, M.M et all (1994) *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral* Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- Ferreira, M.M. (1994) *História Oral e Multidisciplinariedade* Rio de Janeiro: Diadorim
- Fisher, I. (1956) *The Purchasing Power of Money* New York.
- Frank, R. (1992) "La mémoire et l'histoire" *Les Cahiers de l'IHTP*(21):65
- Frenkel, R. (1979) "Deciosines de Precios en Alta Inflación" *Desarrollo Económico*, n.75, Buenos Aires.
- Friedman (1959) "The Demand dor Money. Some Theoretical and Empirical Results" *
- Friedman, M. (1953) "The Methodology of Positive Economics" in *Essays in Positive Economics*. Chicago: University of Chicago Press.

- Friedman, M. (1956) *Studies in the Quantity Theory of Money* Chicago: University of Chicago Press.
- Friedman, M. (1968) "The Role of Monetary Policy". *American Economic Review*, março, 58.
- Friedman, M. e A. Schwartz (1963) *A Monetary History of the United States, 1867-1960*. Princeton: Princeton University Press.
- Furtado, C. (1946) *De Napoles a Paris (contos da vida espedicionária)* Rio de Janeiro.
- Furtado, C. (1954) *Economia Brasileira*
- Furtado, C. (1959) *Formação Econômica do Brasil* Companhia Editora Nacional, São Paulo.
- Furtado, C. (1981) "Uma política de desenvolvimento para o Nordeste" *Novos Estudos CEBRAP*, v.1, n.1, dez.
- Furtado, C. (1984) "Crise e transformação na economia mundial" *Estudos Econômicos*, IPE-USP, v.14, n.1, jan/abr.
- Furtado, C. (1985) *A Fantasia Organizada* Rio de Janeiro: Paz e Terra
- Furtado, C. (1989) *A Fantasia Desfeita* Rio de Janeiro: Paz e Terra
- Furtado, C. (1990) "Entre inconformismo e reformismo" *Estudos Avançados*, IEA-USP, v.4, n.8.
- Furtado, C. (1991) *Ares do Mundo* Rio de Janeiro: Paz e Terra
- Furtado, C. (1992) "Globalização das estruturas econômicas e identidade nacional" *Estudos Avançados*, IEA-USP, v.6, n.16, set/dez.
- Furtado, C. (1992) *A Construção interrompida* São Paulo: Paz e Terra
- Garzanti (1985) *La Nuova Enciclopedia del Diritto e dell'Economia* Milano: Ed. Garzanti, 1990.
- Georgescu-Roegen, N. (1981) *Alguns Problemas de Orientação em Economia* Edições Multiplic, EPGE/FGV, Rio de Janeiro.
- Giannetti da Fonseca, E. (1980) "Comportamento individual: alternativas ao homem econômico" *Estudos Econômicos*, IPE-USP, v.10, n.2, mai/ago.
- Giannetti da Fonseca, E. (1992) "O Capital Humano na Filosofia Social de Marshall" *Revista de Economia Política*, v.12, n.2, abr/jun.
- Giannetti da Fonseca, E. (1993) *Vícios privados, benefícios públicos?: A Ética na riqueza das nações* São Paulo: Companhia das Letras.
- Giannetti da Fonseca, E. (1995) *As Partes e o Todo* São Paulo: Siciliano
- Gödel, K. (1964) "What is Cantor's Continuum Problem?" in Benacerraf, P. e Putnam, H., orgs. *Philosophy of Mathematics* - E. Cliffs Prentice-Hall.
- Goldeinstein, L. (1995) *Repensando a Dependência*. São Paulo: Ed. Paz e Terra.
- Granger, C. W. J. (1981), "Some Properties of Time Series Data and their Use in Econometric Model Specification", *Journal of Econometrics*, 16.
- Gray, J.A. (1976) "Wage Indexation: a Macroeconomic Approach", *Journal of Monetary Economics* (2).
- Grolier (1995) *Multimedia Encyclopedia* Grolier Electronic Publishing Inc.
- Gudin, E. (1943) *Princípios de Economia Monetária* Rio de Janeiro: Agir. 1952
- Gudin, E. (1967) "A Institucionalização da Inflação" *Digesto Econômico*. jan/fev n.163
- Gunder Frank, A. (1966) "The Development of Underdevelopment" in Rhodes (1970).
- Haberler, G. (1936) *The Theory of International Trade**
- Haberler, G. (1937) *Prosperity and Depression**

- Habermas, J. (1987) "Um perfil filosófico político: entrevista com Juergen Habermas" *Novos Estudos Cebrap* n.18, set.
- Habermas, J. (1987) *Conhecimento e Interesse* Rio de Janeiro: Ed. Guanabara.
- Habermas, J. (1989) *Consciência Moral e Agir Comunicativo* Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro.
- Habermas, J. (1990) *O discurso filosófico da modernidade* Porto: D.Quixote.
- Harrod, R.F. (1939) "An Essay in Dynamic Theory" *Economic Journal*, 49, Jun.
- Hicks, J.R. (1932) *The Theory of Wages* Macmillan, 1962.
- Hicks, J.R. (1937) "Mr. Keynes and the 'Classics'" *Econometrica*, Apr.
- Hicks, J.R. (1939) *Value and Capital* Oxford: Oxford University Press.
- Hirschman, A. (1979) "The Rise and Decline of Development Economics" in *Essays in Trespassing*, Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- Hirschman, A. (1984) "A Dissenter's Confession: The Strategy of Development Revisited" in G. Meyer e D. Seers (1984).
- Hirschman, A.O. (1958) *The Strategy of Economic Development* New Haven: Yale University Press.
- Hirschman, A.O. (1968) "The Political Economy of Importing-substituting Industrialization in Latin America" *Quarterly Journal of Economics*, 82 (1), Feb.
- Hobsbawm, E. (1995) *A Era dos Extremos: o Breve Século XX (1914-1991)* São Paulo: Companhia das Letras.
- Kaldor, N. (1955) "Alternatives Theories of Distribution" in A. Targetti e A.P. Thirwall, orgs. *The Essential Kaldor*. Londres: Duckworth, 1989.
- Kaldor, N. (1963) "Capital Accumulation and Economic Growth" in F.A. Lutz e D.C. Hague, eds., *Proceedings of a Conference Held by the International Economics Associations* London: Macmillan.
- Kaldor, N. (1985) "How Monetarism Failed" *Chalange*, mai/jun.
- Keynes, J.M. (1930) "A Treatise on Money" in *Collected Writings of John Maynard Keynes* Londres: Ed. McMillan, 1971.
- Keynes, J.M. (1936) *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* São Paulo: Ed. Abril Cultural - série "Os Economistas".
- Keynes, J.M. (1963) *Essays in Persuasion* London: W.W. Norton & Co.
- Klamer, A. (1981) *New Classical Discourse: A Methodological Examination of Rational Expectations Economics* Tese de Doutorado - Duke University.
- Klamer, A. (1983) *Conversas com Economistas* São Paulo: Pioneira: Ed. da Universidade de São Paulo.
- Klamer, A. (1995) "A Rhetorical Perspective on the Difference Between European and American Economists" *Kyklos*, Fev, 48,(2).
- Klamer, A., D. McCloskey e R. Solow (1988) *The Consequences of Economic Rhetoric* Cambridge University Press.
- Koogan, A. e A. Houaiss (1993) *Enciclopédia e Dicionário Ilustrado* Rio de Janeiro, Edições Delta.
- Kreps, D.M. (1990) *A Course in Microeconomic Theory* Princeton University Press.
- Krueger, A.O. (1974) "The Political Economy of Rent-seeking Society", *American Economic Review*, 64, Jun.
- Krugman, P. (1991) "History versus Expectations" *Quarterly Journal of Economics*, 106(2), May.
- Kuhn, T. (1978) *A Estrutura das Revoluções Científicas*, São Paulo: Ed. Perspectiva.

- Kuhn, T. (1983) *La Tensión Esencial - Estudios Selectos sobre la Tradición y el Cambio en El Ambito de La Ciencia* Madrid: Fondo de Cultura Econômica.
- Lakatos, I. (1978) *A Lógica do Descobrimento Matemático - Provas e Refutações* Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Lakatos, I. (1978) *Mathematics, Science and Epistemology* Cambridge: CUP.
- Lamounier, B., Carneiro, D e Abreu M.P. (1994) *50 anos do Brasil: 50 anos da Fundação Getúlio Vargas* Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- Lara Resende A., A. Moura da Silva, C. Lessa (1983) *FMI X Brasil : A armadilha da recessão* São Paulo, Forum Gazeta Mercantil.
- Lara Resende, A. (1981) "Incompatibilidade distributiva e inflação estrutural" *Estudos Econômicos*, IPE-USP, v.11, n.3, set/dez.
- Lara Resende, A. (1984) "A moeda indexada: nem mágica nem panacéia" *Texto para Discussão*, PUC/RJ, no 81.
- Lara Resende, A. (1984) "A moeda indexada: uma proposta para eliminar a inflação inercial" *Textos para Discussão*, PUC/RJ, n.75.
- Lara Resende, A. (1988) "Da inflação crônica à hiperinflação: observações sobre o quadro atual" *Texto para Discussão*, PUC/RJ.
- Lara Resende, A. e F.L. Lopes (1980) "Sobre as causas da recente aceleração inflacionária" Nova Friburgo: *Anais do VII Encontro Nacional de Economia*, ANPEC.
- Leijonhufvud, A. (1992) "A vida entre os Econs" *Edições Multiplic* *
- Lenin, V.I. (1916) *Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo*. *
- Levi, G. "Les usages de la biographie" *Annales - Economie, Société, Civilisations* (6):1.325-36
- Lewis, A.W. (1954) "Economic Development with Unlimited Supply of Labor" in Agarwala e Singh, org. (1958) *The Economics of Underdevelopment* New York: Oxford University Press.
- Lopes, F.L. (1984) "Só um Choque Heterodoxo pode Eliminar a Inflação" *Economia e Perspectiva*. São Paulo, CORECON. Reproduzido in Lopes (1986).
- Lopes, F.L. (1986) *O Choque Heterodoxo* Rio de Janeiro: Ed. Campos.
- Lucas, R.E. Jr. (1972) "Expectations and Neutrality of Money" *Journal of Economic Theory*, 4, Abr.
- Lucas, R.E. Jr. (1975) "Equilibrium Model of the Business Cycle" *Journal of Political Economy*, Dec., 1983.
- Lucas, R.E. Jr. (1976) "Economic Policy Evaluation: a Critique" *Journal of Monetary Economics*, 1, Apr.
- Lucas, R.E. Jr. (1988) "On the Mechanics of Development Planning" *Journal of Monetary Economics*, 22(1), Jul.
- Maki, U. (1988) "How to Combine Rhetoric and Realism in the Methodology of Economics" *Economics and Philosophy*, 4.
- Malan, P. e R. Bonelli (1976) "Os Limites do Possível: Notas sobre o Balanço de Pagamentos e a Indústria no Limiar da Segunda Metade dos anos Setenta" *Pesquisa e Política Econômica*, 6(2), ago.
- Malthus, T. (1798) *An Essay on the Principle of Population* London: W. Pickering, 1986.
- Mantega, G. (1984) *A Economia Política Brasileira* Petrópolis: Editora Vozes.
- Marshall, A. (1920) *Principles of Economics* Londres. 1949.
- Marx, K.H. (1857) *Contribuição à Crítica da Economia Política* São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1982

- Marx, K.H. (1858) *Grundrisse der Kriti der Politischen Ökonomie*.*
- Marx, K.H. (1867) *O Capital* Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.
- McCloskey, D. (1983) "The Rhetoric of Economics" *Journal of Economic Literature*, 21.
- Mendonça de Barros, J.R. e A.C. Pastore (1972) "O Programa de Integração Social e a Mobilização de Recursos para o Desenvolvimento" *Estudos Econômicos*, IPE-USP, v.2, n.4.
- Mendonça de Barros, J.R. e A.C. Pastore (1978) "A mobilidade de fatores e os aspectos distributivos do progresso tecnológico: um adendo" *Revista Brasileira de Economia*, v.32, n.4.
- Meyer, G. and D. Seers, orgs. (1984) *Pioneers in Development* Washington: The World Bank.
- Mirovski, P. (1987) "Shall I compare thee to a Minkowski-Ricardo-Leontief-Metzler matrix of the Mosak-Hicks type?" *Economics and Philosophy*, 3 (1).*
- Moraes, F. (1994)* *Chatô, o Rei do Brasil* São Paulo: Cia. Das Letras.
- Musgrave, R.A. (1959) *Theory of Public Finance**
- Muth, J.F. (1961) "Rational Expectations and the Theory of Price Movements" *Econometrica*, July.
- Nagel, E. e Newman, J.R. (1973) *Prova de Gödel* S.Paulo: Ed. Perspectiva.*
- Nelson, C.R. e C.E. Plosser (1982) "Trends and Random Walks in Macroeconomic Time Series: Some Evidences and Implications" *Journal of Monetary Economics*, n.10.
- Neumann, J. e O. Morgenstern (1947) *Theory of Games and Economic Behavior* Princeton: Princeton University Press.
- North, D.C. (1991) "Institutions" *Journal of Economic Perspectives*, 5(1) Winter.
- Olbrechts-Tyteca, L. e E. Griffin-Collart (1989) "Bibliographie de Chaim Perelman" *Rev. Internationale de Philosophie* nº 127/128, Paris, J.Vrin.
- Pasinetti, L. (1974) *Growth and Income Distribution* Cambridge: Cambridge University Press.
- Pastore, A.C. (1971) "A oferta de produtos agrícolas no Brasil" *Estudos Econômicos*, IPE-USP, v.1, n.3.
- Pastore, A.C. (1973) "Aspectos da política monetária recente no Brasil" *Estudos Econômicos*, IPE-USP, v.3, n.3, set/dez.
- Paulani, L. (1992) "Idéias sem Lugar: sobre a Retórica da Economia de McCloskey" Campos do Jordão: *Anais do 19º Encontro da ANPEC*.
- Pazos, F. (1972) *Chronic Inflation in Latin America*
- Perelman, C. (1952) "Philosophies Premières et Philosophie Regressive" in *Rhétorique et Philosophie* Paris: PUF.
- Perelman, C. e L. Olbrechts-Tyteca (1958a) *La Nouvelle Rhétorique* Paris: PUF.
- Perelman, C. e L. Olbrechts-Tyteca (1958b) *Traité de l'Argumentation* Paris: PUF.
- Perelman, C. e L. Olbrechts-Tyteca (1972) *Raison éternelle. Raison historique. Justice e Raison* Bruxelas: Ed. da Universidade de Bruxelas.
- Prado Jr. B. e M.J. Cass (1993) "A retórica da economia segundo McCloskey" *Revista Discurso*, 22.
- Prado Jr., B. (1994) "O Relativismo como contraponto" in *Caderno Mais!*, FSP, 26/06/94.
- Prado Jr., C. (1942) *Formação do Brasil Contemporâneo* São Paulo. ed. Brasiliense, 1983.
- Prado, E.F. (1991) *A Economia como Ciência* São Paulo IPE/USP, 1991.
- Prebisch, R. (1949) "Desenvolvimento econômico da America Latina e seus principais problemas" *Revista Brasileira de Economia*, 3(4) dez.

- Prebisch, R. (1984) "Five Stages in My Thinking of Development" in G. Meyer and D. Seers, orgs. (1984).
- Ramsey, F. (1928) "A Mathematical Theory of Saving" *Economic Journal*, 38, Dec.
- Rangel, I.M. (1962) *Inflação Brasileira* 5a ed. São Paulo: Ed. Bial, 1987.
- Rappaport, S. (1988) "Economic methodology: rhetoric or epistemology" *Economics and Philosophy*, 4, vol. 1.
- Rebelo, S. (1988) "Long Run Policy Analysis and Long Run Growth" *Working Paper*, Rochester, N.Y., Univ. Rochester.
- Rego, J.M. (1989) "Retórica e a crítica ao método científico na economia: sociologia do conhecimento versus a lógica da superação positiva" Fortaleza: *Anais do 17o Encontro da ANPEC*, 1989.
- Rego, J.M. (1990b) "Retórica no Processo Inflacionário: a Teoria da Inflação Inercial" in Rego (1990a).
- Rego, J.M. (1995) "Retórica na Economia: Idéias no Lugar" *Revista de Economia Política*, (forthcoming)
- Rego, J.M., L.M. Mazzeo e E. de Freitas Filho (1986) "Teorias sobre Inflação: uma Abordagem Introdutória" in Rego (1986)
- Rego, J.M., org (1986) *Inflação Inercial, Teorias de Inflação e o Plano Cruzado* Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra
- Rego, J.M., org (1990a) *Inflação e Hiperinflação - Interpretações e Retórica* São Paulo: Editora Bial
- Rhodes, R.I. (1970) *Imperialism and Underdevelopment: a Reader* New York: Monthly Review Press.
- Ricardo, D. (1817) *On the Principles of Political Economy and Taxation* Cambridge: Cambridge University Press, 1951.
- Romer, P. (1990) "Endogenous Technological Change" *Journal of Political Economy*, 98(5), Oct.
- Rorty, R. (1979) *Philosophy and the Mirror of Nature* Princeton, New Jersey.
- Rosenberg, A. (1988) "Economics is Too Important to Be Left to the Rhetoricians" *Economics and Philosophy* 4 (1).
- Rosenstein-Rodan, P.N. (1943) "Problems of Industrialization in Eastern Europe and South Eastern Europe". *Economic Journal*, 53, Jun.
- Rostow, W.W. (1960) *The Stages of Economic Growth* Cambridge: Cambridge University Press.
- Russel, B. (1973) *My Philosophical Development* Londres: Unwin Books.
- Russel, B. e A. Whitehead (1988) *Principia Mathematica* Cambridge Univ. Press.
- Samuelson, P.A. (1947) *Foundations of Economic Analysis* Harvard: Harvard University Press.
- Samuelson, P.A. (1948) *Economia* Rio de Janeiro: McGraw-Hill
- Sandroni, P. (1994) *Novo Dicionário de Economia* São Paulo: Ed. Best Seller.
- Sargent, T. (1978) "Estimation of Dynamic Labour Demand Schedules Under Rational Expectations" *Journal of Political Economy*, 86, Dec.
- Sargent, T. (1979) *Macroeconomic Theory* Nova York: Academic Press
- Sargent, T. (1985) "O Final de Quatro Hiperinflações" in Rego (1986).
- Schopenhauer, A. (1818) *O Mundo como Vontade e como Representação*.
- Schultz, T. (1961) "Investment in Human Capital" *American Economic Review*, 51(1) Mar.

- Schumpeter, J.A. (1911) *The Theory of Economic Development* Oxford: Oxford University Press, 1961.
- Schumpeter, J.A. (1933) Artigo inaugural da *Econometrica*.
- Schumpeter, J.A. (1934) *Capitalismo, Socialismo e Democrazia* Milano: Comunità, 1955.
- Simon, H. (1947) *Human Models*.
- Simonsen, M.H. (1970) *Inflação: Gradualismo versus Tratamento de Choque* Rio de Janeiro: APEC.
- Simonsen, M.H. (1974) *Macroeconomia* Rio de Janeiro: APEC.
- Simonsen, M.H. (1981b) "A dinâmica da inflação com expectativas adaptativas" *Revista Brasileira de Economia*, v.35, n.3, jul/set.
- Simonsen, M.H. (1981c) *Development in an Inflationary World* New York: Academic Press.
- Simonsen, M.H. (1983) *Dinâmica Macroeconômica* São Paulo: McGraw-Hill.
- Simonsen, M.H. (1995) *30 Anos de Indexação* Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas.
- Simonsen, R.C. (1939) *A Evolução Industrial do Brasil* São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais.
- Smith, A. (1759) *Theory of Moral Sentiments* Oxford, 1976.
- Smith, A. (1776) *An Inquiry into the Nature and the Causes of the Wealth of Nations* Oxford, 1976.
- Smith, A. (1977) *Lectures on Rhetoric and Belles Lettre* Ed. J.C. Bryce. Oxford, 1977.
- Solnik, A. (1987) *Os Pais do Cruzado Contam Porque Não Deu Certo* Porto Alegre: Ed. L&PM.
- Solow, R.M. (1956) "A Contribution to the Theory of Economic Growth" in J. Stiglitz e H. Usawa, orgs. *Readings in the Theory of Economic Growth*. Mass.: MIT Press, 1969.
- Solow, R.M. (1988) "Comments from Inside Economics" in A. Klammer, D. McCloskey e R. Solow, eds. (1988).
- Sraffa, P. (1926) "Le Leggi dei Rendimenti in Regime di Concorrenza".
- Suzigan, W. (1986) *Indústria Brasileira: Origens e Desenvolvimento* São Paulo: Ed. Brasiliense.
- Swan, T.W. (1956) "Economic growth and Capital Accumulation" *Economic Record* (32), Nov.
- Taylor, J.B. (1979) "Staggered Wage Setting in a Macro Model" *American Economic Review, Papers and Proceedings*.
- Taylor, L. e P. Arida (1988) "Long Run Income Distribution and Growth" in H. Chenery e T.N. Srinivasan, orgs., *Handbook of Development Economics*, Amsterdam: North Holland.
- Tobin, J. (1956) "The Interest Elasticity of the Transaction Demand for Cash" *Review of Economics and Statistics* 38, Aug.
- Tobin, J. (1981) *Diagnosing inflation: a taxonomy* New York, Academic Press.
- Tullock, G. (1980) "Rent-seeking as a negative sum game" in J.M. Buchanan, R.D. Tollison and G. Tullock (eds.) *Toward a Theory of the Rent-seeking Society*. College Station: Texas A&M University Press.
- Vico, G. (1725) *Princípios de uma Nova Ciência Relativa à Natureza Comum das Nações*.
- Young, A. (1928) "Increasing Returns and Economic Progress" *Economic Journal*, 38, Dec.

- Romer, P.M. (1988) "Capital Accumulation in the Theory of Long-Run Growth" in Robert Barro, ed. (1988) *Modern Business Cycle Theory*, Cambridge, MA.: Harvard University Press.
- Thirwall A.P. (1983) "Foreign Trade Elasticity in Center Periphery Models of Growth and Development" *Banca Nazionale Del Lavoro Quarterly Review*, 36.